



participa ANGELINA

Plano Diretor Participativo (PDP)

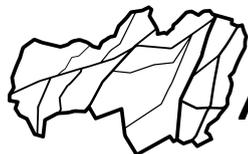
Angelina, Santa Catarina.

Relatório das Atividades Participativas e da Publicidade

Produto nº 07

Janeiro, 2024





Equipe Técnica

Prefeitura Municipal de Angelina/SC

Prefeita Municipal - Roseli Anderle

Vice Prefeito Municipal - Sérgio Murilo Costa

Assessora Jurídica Municipal - Renata Maria Bongiovanni Nonino de Carvalho

Secretário de Administração e Finanças - Michael Soares

Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial - Adinei Boaventura

Diretor de Indústria, Comércio e Turismo - Rubens Felipe Da Silva

Fiscal de Tributos - Walter Souza Rosa Junior

Engenheiro Municipal - Anderson Hoffmann

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor - Irineu Manoel de Souza

Pró-reitora de Extensão - Olga Regina Zigelli Garcia

Coordenador do Laboratório de Urbanismo - Professor Dr. Samuel Steiner dos Santos

Advogado, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - Marcelo Leão

Arquiteto-Urbanista, Dr. em Arquitetura e Urbanismo - Luiz Antônio Medeiros da Silva

Arquiteto-Urbanista, Doutor em Geografia, - Samuel Steiner dos Santos

Arquiteta-Urbanista, Doutoranda em Geografia - Juliana de Godoy

Arquiteta-Urbanista, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - Marlucci Lenhard

Arquiteta-Urbanista, Mestra em Arquitetura e Urbanismo - Nathália Sander

Arquiteta-Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Marina Panzera

Arquiteta-Urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo - Francielli Hang Telli

Arquiteta-Urbanista - Isamara Gabriela de Souza Pinto

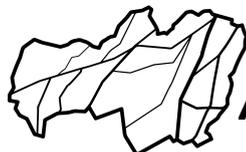
Arquiteta-Urbanista - Maria Carolina Furlan Romi

Geógrafo - Márcio de França Santos

Geólogo, mestrando em Desastres Naturais - Leandro Lino Freitas

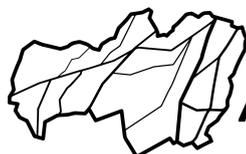
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - Júlia Frutuoso de Farias

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - Nadine Martignago Saleh

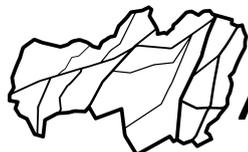


Sumário

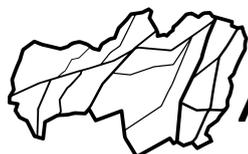
1. Introdução.....	6
2. Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA.....	8
2.1. Ata da Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA.....	9
2.2. Lista de presença da Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA.....	12
3. Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor de Angelina.....	13
3.1. Ata da 1ª Audiência Pública.....	13
3.2. Lista de Presença da 1ª Audiência pública.....	21
3.3. Fotos da 1ª Audiência Pública.....	23
4. Primeira rodada das Oficinas Territoriais.....	24
4.1. Ata da 1ª Oficina Territorial do Garcia.....	25
4.1.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial do Garcia.....	32
4.1.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Garcia.....	33
4.2. Ata da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo.....	34
4.2.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo.....	41
4.2.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo.....	42
4.3. Ata da 1ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	43
4.3.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	49
4.3.2. Fotos das 1ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	51
4.4. Ata da 1ª Oficina Territorial do Centro.....	51
4.4.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial do Centro.....	59
4.4.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial do Centro.....	60
4.5. Ata da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	61
4.5.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	66
4.5.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	68
5. Reunião de apresentação da Leitura da Cidade para o CDTA.....	69
5.1. Ata da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA.....	69
5.2. Lista de Presença da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA.....	77
5.3. Fotos da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA.....	78
6. Segunda Audiência Pública Apresentação da Leitura da Cidade.....	80
6.1. Ata da 2ª Audiência pública.....	80



6.2. Lista de Presença da 2ª Audiência pública.....	96
6.3. Fotos da 2ª Audiência Pública.....	98
7. Segunda rodada das Oficinas Territoriais.....	99
7.1. Ata da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	100
7.1.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	111
7.1.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara.....	112
7.2. Ata da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	113
7.2.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	133
7.2.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia.....	134
7.3. Ata da 2ª Oficina Territorial do Centro.....	135
7.3.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Centro.....	152
7.3.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial do Centro.....	153
7.4. Ata da 2ª Oficina Territorial do Rio Novo.....	155
7.4.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Rio Novo.....	174
7.4.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Rio Novo.....	175
7.5. Ata da 2ª Oficina Territorial do Garcia.....	176
7.5.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Garcia.....	191
7.5.2. Fotos da 2ª Oficinas Territorial do Garcia.....	192
8. Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	194
8.1. Ata da Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	194
8.2. Lista de Presença Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	207
8.3. Fotos Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	208
9. Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	209
9.1. Ata da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	210
9.2. Lista de Presença da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	222
9.3. Fotos da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA.....	224
10. Audiência Pública de Conferência Final.....	225
10.1. Ata da Audiência Pública de Conferência Final.....	225
10.2. Lista de Presença da Audiência Pública de Conferência Final.....	256
10.3. Fotos da Audiência Pública de Conferência Final.....	257



11. Materiais Gráficos Elaborados para Divulgação do Processo.....	259
11.1. Site do Participa Angelina.....	259
11.2. Redes Sociais.....	263
11.2.1. Instagram.....	263
11.2.2. Facebook.....	265
11.2.3. Twitter.....	266
11.3. Transmissão de mensagens por Whatsapp.....	266
11.4. Panfletos para Impressão.....	268
11.5. Áudios para a Rádio Comunitária.....	270
11.6. Youtube do Participa Angelina.....	273



1. Introdução

Este documento contém as apresentações, atas e listas de presença das Audiências Públicas e Oficinas Territoriais do processo de Revisão do Plano Diretor de Angelina. Nesse documento constarão os registros dos eventos participativos, sendo:

- Apresentação Primeira Reunião com o CDTA
- Primeira Audiência Pública;
- Primeira Rodada de Oficinas Territoriais, totalizando 5 (cinco) eventos;
- Apresentação da Leitura da cidade para o CDTA
- Segunda Audiência Pública;
- Segunda Rodada de Oficinas Territoriais, totalizando 5 (cinco) eventos;
- Apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA;
- Apresentação para discussão da Versão Preliminar com o CDTA;
- Audiência Pública de Conferência Final.

A Primeira Audiência Pública foi realizada no dia 15 de outubro de 2022, e visou apresentar para população o processo participativo, a metodologia utilizada, a apresentação da relação tripartite entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) e a Prefeitura Municipal de Angelina, bem com o cronograma.

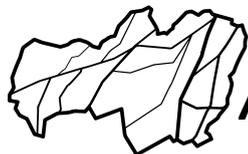
A primeira rodada de Oficinas Territoriais ocorreu no mês de novembro de 2022, entre os dias 07 e 17, e teve como objetivo levantar problemas, potencialidades e expectativas em relação ao município de Angelina. Foi realizada a dinâmica de identificação dos aspectos positivos, negativos e dos desejos da população. Ao todo foram cinco oficinas que ocorreram nas cinco Áreas Territoriais definidas pelo Plano Diretor vigente (Lei Complementar nº 1076/2008), que são: Alto Garcia, Barra Clara, Centro, Garcia e Rio Novo.

A Segunda Audiência Pública foi realizada no dia 28 de março de 2023 e visou apresentar para a população a Leitura da Cidade.

A segunda rodada de oficinas representou o início da fase propositiva do Plano Diretor, em que os eixos e diretrizes propostos e discutidos que guiaram os conteúdos (programas, projetos e ações) do projeto preliminar do Plano Diretor de Angelina, a ser disponibilizado para consulta pública na próxima etapa. Ao todo foram cinco eventos realizados nas cinco áreas territoriais entre os dias 09 e 17 de maio de 2023.

A terceira e última Audiência Pública foi a Conferência Final, que ocorreu no dia 12 de dezembro de 2023 e teve por objetivo a deliberação dos relatórios técnicos e jurídicos a respeito das contribuições realizadas na Consulta Pública.

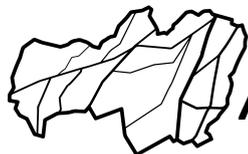




No relatório constam também as apresentações, atas e listas de presenças como o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA).

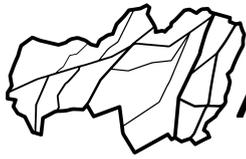
Os documentos de registro relativos aos eventos participativos serão apresentados em ordem cronológica de acontecimento.





2. Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA

A apresentação base de Slides da primeira reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA) encontra-se disponível no **Anexo 01 - Apresentação Primeira Reunião com o CDTA**.



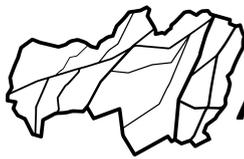
2.1. Ata da Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA

 ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ANGELINA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ANGELINA- CDTA - GESTÃO 2022-2024 .

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito e trinta horas se reuniram no Conselho Comunitário de Angelina, Rua Manoel Duarte, Centro de Angelina/SC, o Digníssimo senhor, presidente do Conselho de desenvolvimento Territorial de Angelina, o Senhor . Dauri Exterkoetter, a Senhora Roseli Anderle - Prefeita Municipal, a Senhora Renata Maria Bongiovannin Nonino de Carvalho, Assessora Jurídica do Município e o Professor Samuel Steiner dos Santos Arquiteto Urbanista e Doutor em Geografia da (UFSC), demais Conselheiros, conforme a lista de presença e o publico presentes para a oitava reunião ordinária do CDTA – gestão 2022-2024. O senhor Adinei Boaventura – Secretário executivo do CDTA fez a recepção, dando as boas vindas e compondo a mesa das autoridades para a reunião de Apresentação da equipe técnica contratada da UFSC para a atualização do Plano Diretor Participativo de Angelina. Chamou o Senhor Presidente, a senhora prefeita, a Assessora Jurídica e o Professor/Coordenador da Equipe Técnica da UFSC para compor a mesa e registrou/agradeceu a presença dos Vereadores, Secretários Municipais, demais membros da Equipe técnica , conselheiros e comunidade presente; Passou a palavra para o presidente que deu as boas vindas, e agradeceu a presença da prefeita, justificou a ausência do vice-prefeito, assessora jurídica, equipe técnica e demais autoridades e pessoas da comunidade que vieram naquela noite se inteirar do andamento da atualização do Plano Diretor Participativo de Angelina, do qual, já estava a muito tempo para ser revisto e buscar a resolução dos pontos mais críticos, problemáticos e preocupantes da nossa sociedade, para assumir e articular, e depois virar lei para que a comunidade possa trabalhar, construir e ao mesmo tempo produzir e receber os turistas; Uma LEI tão necessário para o desenvolvimento social. Continuou dizendo que essa era a oitava reunião Ordinária do Conselho desse ano; Porém, já haviam acontecido outras reunião em 2021 que foram nove e outras em 2019 e 2020 interrompidas pela Covid-19 e desse ano pra cá ter conseguido dar mais continuidade as reuniões e assuntos do CDTA; continuou a reunião passando a palavra para Exma. Prefeita Municipal, Roseli Anderle , que iniciou a fala agradecendo a presença de todos, cumprimentando todos da mesa, a administração, a equipe técnica da Universidade, os conselheiros e todos os presente. Continuou dizendo que era um de seus objetivos quando assumiu a prefeitura de dar continuidade ao Plano Diretor que estava parado ao muitos anos e valorizar os nossos municípios e nosso município. Tendo a certeza que todos juntos chegarão a uma avaliação da realidade para todos ficarem satisfeitos e todos juntos tenham um bom trabalho. Em seguida o presidente, passou a palavra para a assessora jurídica Dra. Renata Maria Bongiovannin Nonino de Carvalho, que deu Boa Noite a todos e agradeceu a presença de todos, dizendo que o momento era muito especial para todos nessa nova etapa, tomando uma caminhada fundamental para construir um município melhor, agradeceu o trabalho dos conselheiros dizendo que desde o inicio confiou a eles essa função, ressaltando a importância do conselho para desenvolver um bom trabalho para o município , tornado um divisor de águas , onde teremos muitas mudanças no município que poderão trazer consequências futuras boas ou ruins, que caberá ao conselho o dever de analisar cada caso , para que no futuro consigam resolver as necessidades encontradas; não deixando a legalidade da Lei e finalizou agradecendo a participação de todos em especial dos conselheiros, lembrando a importância de cada um, onde se fazem uma parcela com o município e a Equipe Técnica da UFSC para poder desenvolver o Plano Diretor no Município. Então o presidente passou a palavra para o Professor Samuel Steiner dos Santos Arquiteto Urbanista e Doutor em Geografia da (UFSC), neste ato representando a Equipe técnica da UFSC, que iniciou dizendo boa noite a todos e que já conhecia alguns presentes da reunião/apresentação neste mesmo local a um ou dois meses atrás em uma outra reunião, viu que o Conselho já tem muito material disponível/estudado durante esse periodo, inclusive uma audiência publica com votação e aprovação do Conselho e da comunidade e que isso é muito bom para os trabalhos de atualização do PDP do Município; Continuou



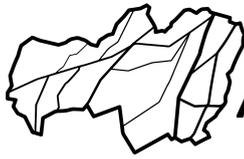


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ANGELINA

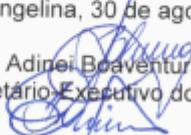
falando de como administrará os trabalhos e a equipe técnica que juntamente com ele irá conduzir os trabalhos/atualização da Lei do PDP. Que será um trabalho em conjunto, principalmente ouvindo os munícipes e presentes, por que cada município é diferente dentro de suas dificuldades e forma de crescimento, sendo um processo muito importante, que precisa mostrar onde crescer, como crescer, com a ajuda da equipe Técnica da UFSC. Por fim, agradeceu novamente a todos dizendo que era um grande prazer estar naquela noite com todos os presentes. O presidente passou para os informes, falando nas notificações dos conselheiros faltantes, que conforme o regimento interno do conselho, estes foram notificados das faltas, três consecutivas ou cinco intercaladas, onde todos deverão responder para a sociedade o porque que estão representando a sua comunidade. Outra questão foi o ofício encaminhado a PCH Fartura LTDA, do qual foi encaminhado um ofício do CDTA pedindo a instalação de uma ponte no trecho da estrada do Rio Engano e o Engenheiro deixou uma resposta que em breve viria trazer uma resposta para o conselho da solicitação. Passou para a pauta do dia, da qual só haviam duas questões a serem tratadas, a leitura da ata, onde já foi colocado no grupo com quinze dias de antecedência e a outra a apresentação e início dos trabalhos da Equipe Técnica da Universidade Federal, então colocou em votação a Pauta da Reunião, sendo aprovada por unanimidade; sem seguida colocou a ATA em aprovação e também foi aprovada por unanimidade. Passou a palavra para o Professor Samuel, que sugeriu a mesa sentar na primeira fileira, iniciou sua apresentação dizendo seu nome sua profissão e dizendo que já iniciado a conversa a três meses para essa primeira caminhada. Afirmou que o Plano Diretor é um instrumento de utilização pela sociedade, garantindo o direito de acesso a educação, saúde, saneamento básico entre outros e que o Plano Diretor precisa da participação de todos com interesse coletivos, pois se cada um puxar para um resolver a sua demanda, o Plano não sai; É instrumento para resolver as demandas, um instrumento para resolver problemas sociais e coletivos do Município, sendo observada as situações da população. Continuou dizendo que, ele faz parte da universidade e que nesse projeto esta junto com mais onze pessoas/profissionais na equipe, e começou a apresentar os presentes e justificou os que não puderam comparecer na reunião. Explicou a função de cada um na equipe técnica e continuou dizendo da alegria de estar junto da atualização do Plano Diretor de Angelina/SC; Disse que está aberto para novos conhecimentos e colaboração e que o primeiro passo é apresentar a ideia junto da sua equipe técnica; então iniciou a apresentação dos profissionais presentes e pediu para ficar em pé na frente, seguindo assim: Luís Antônio Medeiros da Silva – Arquiteto e Urbanista, Pós-doutorando em arquitetura Urbanística, Mariana Panzera - Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Márcio de França Santos - Geógrafo Especialista em Ciências, Análise e Perícias Ambientais e Nathália Sander - Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo. E citou ainda os demais que não estavam presentes como também o pessoal de graduação; por fim afirmou que tem uma ótima equipe para lhe assessorar na revisão do plano diretor participativo de Angelina. Continuou, A proposta de hoje é uma ideia/proposta de como será a elaboração participativa do Plano diretor, não se quer trazer algo pronto mas com a participação de todos. Primeiro, parte-se do principio de que serão três momentos primordiais: Elaboração, encaminhamento para a câmara de vereadores e aprovação da lei. Onde tudo que for elaborado/aprovado passará pelo conselho, que as decisões será em conjunto do conselho para que possam discutir a realidade do município. Iniciou a apresentação que consta em anexo da Ata e foi disponibilizado no grupo do aplicativo do CDTA, seguindo a ordem: pauta 01. Instituições no processo - pauta 02. Quem somos - pauta 03 - metodologia e regras do jogo - pauta 04. Conselho de desenvolvimento territorial - pauta 05. Eventos processo participativo e pauta 06. Próximos passos; Explicando como será cada passo apresentado naquele momento e perguntou sempre para o conselho se aprovava ou não os passos apresentados. Informou ainda que acontecerão cinco oficinas nas macrozonas para discussões das localidades e o porque das cores do LOGO do Plano Diretor Participativo, baseado no brasão do município e os contornos/ traços no mapa do Município e o Nome : PARTICIPA ANGELINA, para chamar a atenção e a participação da



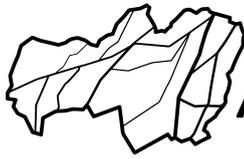


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ANGELINA

população nos trabalhos de revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina. Falou ainda do grupo de aplicativo de conversa e outro canais de comunicação para o Plano Diretor participativo de Angelina. Perguntou se o Conselho concordava da apresentação e todos concordaram e iniciou a conversa de fazer a primeira audiência pública para apresentar o Plano Diretor Participativo para a comunidade Angelinense. Em escolha pela maioria dos conselheiros acharam melhor no final de semana. Porém, o conselheiro Claudio Inácio Schuck pediu a palavra e sugeriu que as redes sociais do município fossem mais utilizadas com a divulgação do PDP e sugeriu de fazer no site da Prefeitura, uma enquete, uma consulta pública perguntando para a população qual o melhor dia da semana e horário para a audiência pública. Segundo ele isso irá dar uma ampliação a elaboração e participação da comunidade no Plano Diretor participativo; O conselho e a Equipe técnica aprovaram a ideia do Conselheiro e escolherem em conjunto o local para a primeira Audiência Pública no Conselho Comunitário de Angelina na Sede e as demais nos outros distritos do Município. O professor Samuel, ainda acrescentou que, serão disponibilizado para a enquete no site da Prefeitura, dois dias de outubro para a população escolher o melhor dia e a maioria dos conselheiros concordaram em uma terça-feira ou final de semana. Em seguida o professor Samuel agradeceu a participação das autoridades, conselheiros e comunidade presentes e disse que estava muito contente com a participação de todos, inclusive com o Conselho atuante naquela noite. O presidente Dauri, agradeceu a Equipe técnica, os conselheiros que aprovaram a proposta da Equipe Técnica da UFSC de atualização do Plano Diretor Participativo de Angelina, a Prefeita e os demais presentes. Em seguida deu por encerrada a reunião, marcando a próxima para ultima terça feira do mês seguinte, a primeira chamada as dezoito e trinta horas e a segunda chamada as dezenove horas no mesmo local. Não tendo mais nada a deliberar, eu Adinei Boaventura, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, redigi e assino a presente Ata juntamente com o presidente e os demais presentes. Angelina, 30 de agosto de 2022.


Adinei Boaventura
Secretário Executivo do CDTA

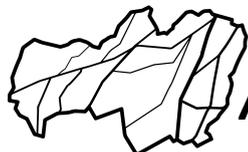
Dauri Exterkoetter
Presidente do CDTA



2.2. Lista de presença da Reunião de apresentação de metodologia com o CDTA

Reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural de Angelina - CDTA.
Angelina, 30 de agosto de 2022.
Lista de Presença:

- * Adinei Boaventura -
- * HELIO VIDAL -
- Erondina Vidal -
- LUZ ANTONIO MATEINOS DA SILVA -
- Marcio de Franca Santos -
- NATHALIA SANDER
- Mauro C. Martin -
- ROCELANE WACK SOUTS -
- Ednio Haug -
- John Lennon Batista Eli -
- André Marinho da Silva -
- RONAN EXTERKÖETTER -
- Maristela Schappo Exterkötter -
- EUSEB JOSÉ COELHO -



3. Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor de Angelina

A apresentação base de Slides da Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor de Angelina encontra-se disponível no **Anexo 02 - Apresentação Primeira Audiência Pública**.

3.1. Ata da 1ª Audiência Pública

Ata da Primeira Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: A primeira audiência pública de Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina foi convocada pela Prefeitura Municipal de Angelina, por meio do Edital de Convocação nº 001/2022, previamente publicado no Diário Oficial, extrato do ato nº 4219520/Edição nº 3991, e por meio do Decreto nº 198/2022 de Regimento da Audiência. A audiência ocorreu no dia 15 de outubro de 2022 de modo presencial, no Salão Carlos Gomes, na Escola de Educação Básica Nossa Senhora, situado à Rua São Francisco de Assis, nº 1315, no bairro Centro. O objetivo da audiência foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; e o cronograma de trabalhos.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

<https://youtu.be/GXvp1qTf-Xs>

Transmissão da Primeira Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor de Angelina

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

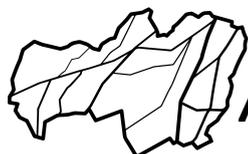
Primeira Parte - Cumprimentos e convocação da mesa

A Audiência teve início às 14h25min com a Sra. Renata, Procuradora Municipal, fazendo as apresentações para a primeira audiência de lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina/SC. Salienta que a revisão estava programada para 2018, mas que acontece agora. Fala sobre a equipe técnica da UFSC, que apresentará as etapas e a metodologia da revisão posteriormente.

A Sra. Renata fala que apesar do atraso em relação ao ano de 2018 para 2022 o momento deve ser tratado como uma oportunidade para gerar interesse coletivo de todos para manifestar as vontades e necessidades de cada localidade.

A Sra. Renata fala sobre como há no executivo, no cartório, no Ministério Público e na população a ansiedade para elaboração da revisão do Plano Diretor (PD). Descreve o





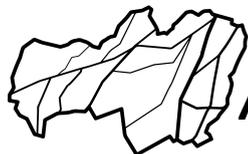
orgulho do município para promover esse processo. Ressalta o apoio do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA), e lamenta que no evento não haja muitos participantes, provavelmente por conta do tempo chuvoso, mas que espera que nas próximas etapas haja mais participação. Ressalta a importância da participação da população em todos os eventos como audiências e oficinas. Fala sobre o processo de modificar o olhar da cidade para resolver problemas de desenvolvimento urbano. Acredita que nesses 9 meses de realização das atividades, todos terão diversas conquistas, e salienta a necessidade de a população se envolver no processo e convidar a comunidade. A comunhão entre o que a comunidade anseia e a equipe técnica pode oferecer. Fala do importante papel do CDTA no processo e pede que o conselho sempre esteja presente nas diferentes etapas e encontros.

A Sra. Renata convida Sr. Michel Soares para compor a mesa, como representante do executivo municipal. O Sr. Michel fala sobre a dificuldade para a população se fazer presente no sábado à tarde, mas reconhece a importância do plano diretor hoje para o município, não apenas para administração, mas para população e para o conselho de desenvolvimento. Confessa que quando se verificou a necessidade da revisão do plano diretor ficou pessimista em relação a efetividade do processo por conta do orçamento e da baixa possibilidade do empenho, mas que em conversa com profissionais da administração pública de outros municípios encontrou alternativas para realização em um processo de convênio com a UFSC. Ele tem certeza da responsabilidade dos envolvidos e cita os agentes representantes da administração e da câmara de vereadores para acompanhamento do processo. Agradece ao professor Samuel Steiner pela colaboração e fala sobre a expectativa de desburocratizar os processos urbanos e do potencial de um Plano Diretor para facilitar situações dentro dos padrões da lei para organizar a cidade. Afirma que gostaria que a lei apresentasse, no fim do processo, uma fácil leitura e fosse acessível para toda população. Essa é a proposta da equipe administrativa e da equipe da UFSC. Ele fala sobre a vontade de olhar daqui um ano o processo e agradecer por esse dia.

A Sra. Renata convida também o presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial, Sr. Dauri, para compor a mesa. O Sr. Dauri fala da importância de unir as pessoas que pensam diferente, para que se construa o consenso sobre a evolução da sociedade tendo como pauta agora o Plano Diretor Participativo. Fala sobre o tempo de trabalho do CDTA a respeito da legislação e sobre a cobrança do conselho para que se tivesse uma equipe técnica para revisão do PD, e que agora isso é uma realidade. Cita a participação ativa dos integrantes do CDTA e da disponibilidade de todos para avanço do processo.

A Sra. Renata fala sobre o esforço de todos os servidores, da saúde, da educação, da assistência social e dos tributos, para subsidiar informações técnicas para o Plano Diretor e reconhece o quanto isso é custoso para todos, após, a procuradora passa a palavra para o Prof. Samuel Steiner para iniciar a apresentação.

O Prof. Samuel cumprimenta a todos e fala que a expectativa é sempre de casa cheia, mas que é um processo de consciência sobre a participação e entende que talvez o primeiro evento seja fundamental para que todos ressaltem a importância da participação



em seus contatos próximos.

O Prof. Samuel explica o que é a lei do Plano Diretor, e de como as decisões da legislação são importantes para definir a construção e desenvolvimento da cidade, que cada ação importa para todos. O Prof. Samuel fala sobre a expectativa que cada um tem para construção de cada terreno que possui e que o plano diretor não existe para burocratizar, mas para equacionar os interesses. Explica sobre a diferença de 10 anos atrás do município e que o plano elaborado hoje definirá o crescimento para os próximos 10 anos. Fala que o município tem diversos elementos que condicionam o crescimento urbanos, como os rios e os morros, mas que quem decidirá os elementos e aspectos do plano é a população participante nas oficinas e audiências públicas, o conselho de desenvolvimento e que a equipe técnica da UFSC dará o suporte técnico. Samuel agradece a equipe técnica da administração pública de Angelina/SC que subsidiou as informações necessárias até o momento. Prof. Samuel fala da importância de se entender o PD para que a população se veja refletida nas decisões que serão tomadas.

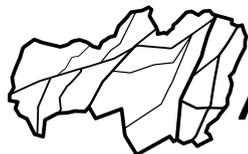
Segunda Parte - Apresentação

O Prof. Samuel inicia a apresentação do material, fala da expectativa de realização de 3 audiências públicas. Sobre a possibilidade de sempre aplicarmos a participação da população presente nos eventos. Fala sobre o conteúdo que será apresentado nesta audiência em que se definirá as “regras do jogo”, ou seja, a metodologia a ser implementada. Que essas regras são importantes para definir as cobranças e os prazos a serem seguidos, que quando se altera essas regras ao longo do processo, muitos PDs levam mais tempo do que o necessário para o processo, alterando o cronograma, e podem até ser judicializados pela sua morosidade. Prof. Samuel fala sobre cada etapa do processo de revisão ser disponibilizada em áudio, vídeo, descrita em ata, para que além da participação haja a legitimação do processo participativo e seja feita a devida publicidade do processo.

O Prof. Samuel fala sobre o fato de que tudo terá a participação ampliada e de que os processos decisórios serão feitos com o CDTA. Anuncia todas as redes sociais existentes do projeto, chamado “participa angelina”. Samuel apresenta o conteúdo da audiência pública, inicia explicando a relação tripartite do convênio entre a prefeitura de Angelina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). O professor fala sobre a importância de colocar os conhecimentos educacionais técnicos nas ações de trabalho, como essa experiência, e explica que a questão da gestão administrativa é de responsabilidade da FAPEU. Samuel apresenta a equipe técnica da UFSC, formada por 11 profissionais de diferentes áreas e graduandos de arquitetura e urbanismo, e aponta que deste, nove estão presentes na audiência. O Prof. Samuel afirma ter confiança na equipe técnica da UFSC.

O Prof. Samuel explica a metodologia e regras do jogo (que podem ser verificadas na apresentação), aponta a importância da participação social estar na base do processo, pois é importante olhar para Angelina como Angelina é, pela visão de quem vive na cidade, e não tendo em vista algum outro município, porque cada município tem sua singularidade





e suas características específicas. O Professor explica sobre as iniciativas e discussões que podem surgir da própria população para compor o processo participativo, além daquelas já inseridas e que serão organizadas para a participação social. Explica que na última etapa de aprovação do Plano Diretor, compilada em um projeto de lei, será realizada a consulta pública e a aprovação final pelo CDTA, após será enviado para a Câmara de Vereadores, e que nesta etapa, dentro da câmara, a equipe não tem ingerência sobre as decisões, mas que é importante que a câmara de vereadores acompanhe todo o processo para que verifique a legitimidade do mesmo. Neste momento, o Sr. Michel intervém para também ressaltar a importância de que os vereadores participem dos trabalhos, assim poderão entender e legitimar o PD.

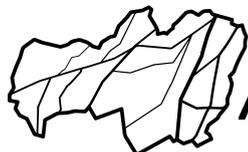
O Prof. Samuel explica as 5 etapas estruturantes do processo, em que a primeira etapa finaliza com essa Audiência Pública, evento descrito nesta ata. Explica que os trabalhos tiveram início com a estruturação das equipes, tanto da equipe da UFSC quanto da equipe técnica da Prefeitura de Angelina/SC, e foi a etapa que contou com o levantamento e início da análise dos dados encaminhados pela equipe da prefeitura e que agora finaliza com a realização da Audiência.

A segunda etapa inclui a Leitura da Cidade e a necessidade de análise de Angelina em todos os seus aspectos. Explica que serão levantados os principais problemas e potencialidades da cidade, isso do ponto de vista técnico e também a partir da leitura da comunidade. Cita o exemplo das questões de ocupação área de APP em áreas consolidadas como um assunto que tem se evidenciado ao longo do levantamentos já realizados e das manifestações da população e da equipe técnica do município. Explica que na terceira etapa são elaboradas as diretrizes e os eixos estratégicos para onde o plano vai apontar. Ou seja, as questões mais amplas que guiarão do PD e não nas minúcias de cada terreno, explicando que o PD não pode ser um amontoado de interesses individuais para que não seja uma colcha de retalhos.

Descreve a etapa 4 de elaboração preliminar do PD, e que a equipe técnica irá expor o desenho da lei para a população e para o CDTA para receber as críticas e sugestões. A etapa 5 será a elaboração da versão final do PDP. O Prof. Samuel fala que cada etapa será feita com discussão constante com o CDTA, com audiência pública e ciclo de rodadas de oficina territorial.

Após apresentar as 5 etapas, explica sobre como será feita a leitura comunitária, que é importante para que todos reconheçam o território e que a partir desta leitura será entendida a visão dos moradores de Angelina a respeito da cidade. Esse reconhecimento será somado à leitura técnica, que será elaborada pela equipe técnica da UFSC. A soma dessas leituras é o que gera a Leitura da Cidade completa e coesa. O Prof. Samuel aponta que geralmente há uma convergência dessas leituras a respeito dos problemas específicos de cada região da cidade e da cidade como um todo.

Samuel explica que as oficinas territoriais, que acontecerão em cada uma das áreas territoriais do município, são onde cada comunidade poderá apresentar suas demandas que depois gerarão diretrizes específicas. Samuel fala que a leitura toda será apresentada para

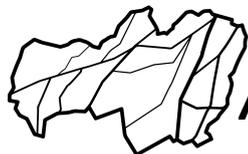


o CDTA e que eles farão a aprovação, podendo propor alterações. Samuel cita a importância de que as audiências públicas gerem contribuições da população, para que estas façam parte das demandas. Cita também a representatividade do CDTA e como ele é um importante agente nesse processo, demandado inclusive pelas recomendações federais a respeito do seu papel. Samuel segue explicando cada uma das etapas e aborda a importância da redação da lei e de como a diferença de pequenas palavras como “pode” e “deve” fazem toda diferença para o Plano Diretor.

O Prof. Samuel explica que após redigido o projeto de lei o texto ficará no ar para consulta pública, momento em que poderão ser feitas todas as sugestões e que depois irão para a conferência da cidade em que serão explicadas todas as contribuições ponto por ponto e suas aprovações ou declinações por parte do CDTA que será a instância decisória de todas as etapas. Ressalta mais uma vez a importância da população nas suas participações. O professor apresenta o cronograma. Fala que estamos dentro do prazo do convênio estabelecido. O Prof. Samuel fala sobre a previsão de uma segunda audiência pública no fim de janeiro ou início de fevereiro e a necessidade de mobilização para participação. Fala que se tudo der certo o prazo de trabalho atenderá os 10 meses, em condições ideais de trabalho. O professor pergunta se há alguma dúvida ou crítica sobre a apresentação até a parte apresentada. O professor pergunta se há concordância em relação ao que foi apresentado. Um participante aponta que janeiro é um mal momento para mobilização e realização da segunda audiência. O Prof. Samuel fala que realmente se tem essa noção por parte das equipes técnicas, e que as datas serão acordadas com o CDTA para melhor análise das datas para efetivação.

O Prof. Samuel cita as questões legislativas relativas à participação social e ressalta que além da demanda legal, a participação é essencial para a legitimidade do processo, para que não aconteçam casos como o de Florianópolis, que se arrasta há muitos anos no processo de revisão. O Prof. Samuel cita as 3 principais etapas, a primeira que está sendo elaborada, o envio para a câmara de vereadores e a efetiva implementação do plano. Explica que a participação é um exercício de cidadania e de que em cidades pequenas há um potencial de que todos participem mais expressivamente já que há maior conhecimento entre a população, entre os próprios cidadãos e a realização dos eventos. Cita que o CDTA atende ao que demandam as resoluções do conselho das cidades em termos de porcentagem apontadas pelas resoluções do Ministério das Cidades. O Prof. Samuel apresenta os representantes que compõem o CDTA.

Prof. Samuel apresenta o mapa com as divisões das cinco Áreas Territoriais que foram definidas com base nas macrozonas para que haja as Oficinas Territoriais. São elas, a AT Garcia; AT Rio Novo; AT Alto Garcia; AT Barra Clara; e AT Centro. Junto aos mapas são apresentados os bairros que compõem cada uma das ATs, e também as datas previstas para realização das oficinas territoriais. O Sr. Adinei, integrante da equipe técnica da prefeitura, aponta correções na apresentação, descrevendo que o bairro de Palhocinha não faz parte da AT Garcia, e sim da AT Centro. Aponta que está faltando a indicação do bairro/localidade de Rio Pequeno e Rio Fortuna na AT Garcia. E que a indicação do bairro/localidade de Rio Fortuna consta errada na AT de Barra Clara. Acrescenta a correção



da nomenclatura do bairro/localidade de Antinha, erroneamente digitado como Antilha. O Prof. Samuel explica que a equipe técnica da UFSC ainda não fez reconhecimento de campo e que, de qualquer forma, os materiais estão abertos a críticas e sugestões.

Prof. Samuel explica o significado da identidade visual e o nome dado ao processo. Explica que o nome é um chamado à população, bem como, salienta o aspecto pedagógico da escolha do perímetro municipal para representar os trabalhos do processo, já que o PD precisa contemplar todo território. Exemplifica por meio de comparação a extensão territorial de Angelina e de Florianópolis. Explica que as cores remete a bandeira de Angelina, sendo o laranja e o azul.

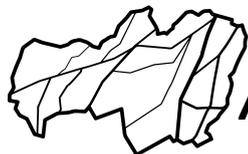
O Prof. Samuel explica que para os próximos passos do processo, incluindo a relação das datas, horários e endereços para cada oficina, serão disponibilizadas as informações no site e também será feita a devida publicidade do processo por outros meios.

O professor apresenta que haverá, no dia 18 de outubro, a publicação de um Questionário que fará parte da leitura da cidade, e salienta a importância de que todos os participantes respondam, apontando que a pesquisa compromete apenas 10 minutos do dia, ressalta também a importância de que os participantes ajudem na publicidade. O Prof. Samuel fala sobre a disponibilidade de mapas que serão produzidos e que serão todos colocados no site para que possam ser acessados pela população.

O Prof. Samuel fala sobre a possibilidade de se criar um grupo de contatos no whatsapp para informar a população sobre os processos e etapas.

Terceira parte Contribuições da Consulta Pública

Nesse momento se finaliza a apresentação e há abertura para considerações e dúvidas da população. Após um momento de silêncio, o Sr. Michel fala que provavelmente todos tenham dúvidas, e pergunta se há temas que já apareceram nas leituras técnicas e qual seria o primeiro aspecto a ser abordado no Plano. O Prof. Samuel comenta que alguns temas já estão no horizonte de pesquisa inicial do grupo, dentre eles: a ocupação de APPs localizadas em áreas urbanas consolidadas, uma vez que o município é permeado por cursos d'água. Em complemento, cita a nova legislação federal, que possibilita ao município flexibilizar, mediante estudos técnicos, a regularização em áreas de APP urbanas consolidadas, sendo estas estabelecidas segundo estudos técnicos, de forma a ampliar ou diminuir a possibilidade de ocupação, entendendo que cada curso d'água tem uma dinâmica própria. O segundo tema que o professor cita é a regularização fundiária de modo amplo; comenta que há ocupações fora do perímetro urbano, cita as legislações (a lei 13.465/2017, por exemplo) que estabelecem critérios para verificação de quais áreas são passíveis de regularização, e qual é o papel da Prefeitura Municipal e do Plano Diretor nesse tipo de situação; além disso, fala sobre a necessidade de olhar criteriosamente para o território por meio de estudos técnicos, a fim de investigar em quais áreas faz sentido haver regularização fundiária. O Sr. Michel comenta sobre a necessidade de sensibilização da população para entender que a regularização é uma via de mão dupla, e que a população precisa entender quais são os critérios necessários à regularização, para além da titulação



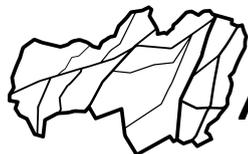
há a necessidade de instalação de infraestrutura de saneamento básico, equipamentos públicos e que no processo de regularização há a necessidade de doação de áreas por parte da população para que se viabilize a melhor qualidade urbanística. Em complemento à fala do Sr. Michel, um dos participantes da audiência cita sobre haver 3 tipos de processo de regularização. O Prof. Samuel fala que cada caso é um caso e que para falar especificamente sobre o tema ou sobre cada caso é necessário realizar leitura da cidade, já que há muitas dimensões da irregularidade e para que a regularização não se torne um instrumento que se sobreponha ao planejamento urbano, gerando uma série de problemáticas referentes aos limites no perímetro urbano e da destinação de investimentos públicos. O Prof. Samuel fala que haverá levantamento de campo para verificar irregularidades, a infraestrutura existente, os perímetros na área total, uma vez que foi repassado pela Prefeitura um documento no qual constam 97 processos de regularização em aberto.

O terceiro tema citado pelo Prof. Samuel é o das macrozonas rurais. Descreve que a equipe reconhece que o potencial rural é uma especificidade de Angelina e que, apesar de grande parte dos instrumentos do Plano Diretor se voltarem à área urbana, a equipe está buscando bons exemplos de outros municípios com características rurais, a fim de incentivar a dinamização do campo e a permanência da população na área rural. A Sra. Renata lembra da pavimentação de ruas de acesso à cidade, questão que será central na discussão do Plano Diretor. O Prof. Samuel comenta que a definição da estratégia de ocupação desses novos acessos é um dos temas que será discutido e estudado pela equipe no Plano, a fim de que a pavimentação dessas vias não resulte em espaços de ocupação irregular de beira de estrada.

O Prof. Samuel lê a contribuição da Cíntia feita por meio escrito. Segue a manifestação:

“O novo Plano Diretor é um documento único ou será um acréscimo ao antigo P.D.?”

O Prof. Samuel explica que quando já existe um plano diretor para o município, o novo processo sempre configura uma revisão do plano diretor antigo. Esse projeto de lei, por sua vez, pode incorporar ou não elementos do plano diretor existente, de acordo com a pertinência dos aspectos colocados na antiga lei complementar. A Sra. Renata fala que o PD existente já não se adapta à realidade municipal e reforça a importância da revisão. O Prof. Samuel fala que apesar de ser uma revisão é como se fosse um plano novo, pois a lógica de estruturação dele poderá ser diferente da do plano antigo. O Sr. Adinei pergunta se haverá a revogação do Plano existente para aprovação de um novo. O prof. Samuel fala que a sugestão é essa. O Sr. Adinei sugere que o CDTA possa parar de estudar a antiga lei, a Sra. Renata fala sobre a necessidade de se continuar estudando a lei existente; comenta que o Conselho delibera sobre questões importantes acerca da realidade municipal e, por isso, o trabalho feito neste momento deve ser continuado. A Sra. Renata cita o caso da localidade de realização da Audiência, a Escola Nossa Senhora, que pertence à Congregação, e de que é necessário que essa edificação seja viabilizada para venda ao Estado, para que a escola possa continuar existindo e funcionando. A procuradora adiciona



que o PD é feito em Lei Complementar, e explica que ela nunca irá desaparecer, mas aparecerá riscada, eventualmente, quando o novo PD aparecer revisado.

O Prof. Samuel lê a contribuição do Sr. Felício:

“Que se ampliar o perímetro urbano quem for agricultor nesta área que seja isento de IPTU desde que ele prove que vive exclusivamente da agricultura.”

O Prof. Samuel responde que é um tema importante e que será tratado no PD, já que a agricultura é uma das bases econômicas do município e que provavelmente serão estabelecidos instrumentos específicos para as áreas que tem produção agrícola representativa. O Prof. Samuel fala sobre a necessidade de proteger áreas em que a atividade rural é expressiva e acrescenta que não é papel do Plano Diretor avançar sobre essas áreas, mas sim compatibilizar a expansão urbana com o uso rural atual, desde que seja verificado nos estudos técnicos que a atividade agrícola realizada em determinada área é representativa ao município. Uma das participantes comenta que as áreas rurais que eventualmente forem incorporadas ao perímetro urbano receberão os benefícios da urbanização, por isso defende que o agricultor residente não seja isento do pagamento do IPTU, e sim que seja criada uma tabela diferencial para contribuição com os benefícios que chegarão. O Sr. Michel fala sobre as diferenças entre área urbana e rural, incluindo as cobranças de IPTU e ITR.

O Sr. Cláudio fala sobre a Lei 580 de Angelina, que prevê a isenção de IPTU na área de produção rural, desde que comprovada a produção agrícola. Comenta também sobre a Resolução 82 do INCRA. Fala que as porções de área que forem urbanizadas deverão pagar IPTU e as porções que permanecerem rurais deverão contribuir com o ITR.

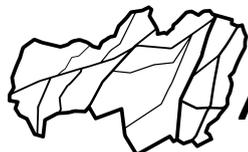
O Sr. Felício cita que é agricultor e fala sobre o caso específico dele sobre pagamento de IPTU sendo que ele tem estábulo na área dele, ele disse que tem outra área que é excelente para loteamento e que lá sim é importante que haja expansão.

O Sr. Cláudio fala sobre a questão das matrículas no município que estão com o cadastro desatualizado.

O Prof. Samuel lê a contribuição do Sr. Luís:

“O Plano Diretor pode ajudar ao proprietário rural a fazer reservas ambientais particulares?”

O Prof. Samuel pede que o Sr. Luís explique um pouco melhor sua dúvida. O Sr. Luís fala sobre a falta de informação sobre as áreas de APP (refere-se a questão do carbono 0 para conseguir financiamentos) em áreas rurais, e questiona se essas informações são disponibilizadas pela prefeitura ou pelo IMA. O Prof. Samuel diz que não tem resposta para a questão e que procurará mais sobre o assunto, mas que a possibilidade de incluir questões ambientais da área rural provavelmente serão tratadas nas diretrizes da política ambiental dentro do plano. O Sr. Cláudio ressalta a importância do que o Sr. Luís diz, e que



é importante que se fale sobre isso no PD. O Prof. Samuel fala que os estudos serão importantes nesse sentido.

Em formato de questionamento e apontamento, o Sr. Roquilaine fala sobre a dificuldade de solicitação de ligação de energia elétrica/luz nas áreas rurais. Que no interesse de construção de duas casas na mesma área rural é necessário desmembramento para solicitação para CELESC. A Sra. Cristina, participante, fala sobre as documentações que a CELESC solicita.

O Sr. Felício fala sobre a importância de que se trate sobre essas questões para que as pessoas permaneçam no campo. Fala sobre a lei ambiental, que na declaração do ITR há questões dúbias em relação aos incentivos de proteção, tributando mais para quem tem interesse de proteção, do que ao contrário.

O Sr. Cláudio fala sobre a implantação do sistema de Saneamento Básico - que é uma concessionária que fornece o trabalho, e apresenta dúvidas em relação ao funcionamento do processo e pagamento da implantação.

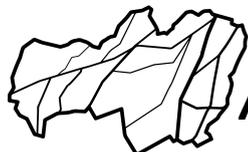
Encerramento

Fechadas as manifestações às 16h20. O Prof. Samuel cita os canais de comunicação para que a população se informe e acompanhe o processo.

A Sra. Renata agradece a participação e contribuição de todos. Fala sobre a vontade de que haja mais participação nos próximos eventos, e que só haverá eficiência no PD se ele retratar e traduzir os anseios da população. Acrescenta que identificou as ansiedades da população nessa primeira audiência, e que ainda que haja obstáculos nas legislações a revisão do plano diretor poderá permitir que os espaços de participação social sejam importantes no diálogo e expressividade das comunidades. A Sra. Renata reitera o agradecimento, convida a todos para o café e faz o fechamento da audiência às 16h24.

3.2. Lista de Presença da 1ª Audiência pública

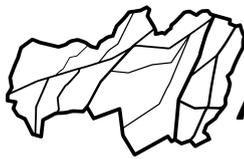
Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Maria Aparecida Zimmermann	Centro	Câmara Conselheira
2	Nilson Bruch	Palhocinha	Trabalhadores
3	Edna M. Mendes	Palhocinha	CRAS
4	Danilo L. Junckes	Centro	-
5	Felício Junckers	Linha do Chaves	STRAAF Angelina
6	Roquilaine Fuck Souza	Garcia	CDTA
7	Marcelo Trierweiler	Garcia	Vereador



8	Cristiane Ortiz Chaves	Garcia	CDTA
9	Luiz Artur dos S.	Praça	Morador
10	Márcio de França Santos	UFSC	Laburb
11	Walter Souza R. J.	Centro	Prefeitura
12	Maitê D. Melo	Centro	Vo Amadio
13	Renata M. B. N. Carvalho	Centro	Prefeitura
14	Maria Carolina F. Romi	Florianópolis	UFSC
15	Cinthia Furbringer	Barra Clara	Moradora
16	André Raimunde	Alto Garcia	Morador
17	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
18	Maristela S. Exterkoetter	Centro	Prefeitura
19	Michel Soares	Centro	Prefeitura
20	Claudio Inacio Schuck	Linha do Chaves	-
21	John Lenon Batista Eli	Centro	Morador
22	Carmen Hames Eli	Linha do Chaves	Morador
23	Cristina Moenser Eli	Linha do Chaves	Moradora

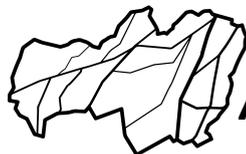
Equipe Técnica da UFSC presente na Audiência

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Audiência
2	Márcio de França Santos	Apoio
3	Luiz Antônio Medeiros da Silva	Apoio
4	Mariana Panzera	Elaboração da ata
5	Nathália Sander	Apoio
6	Isamara de Souza	Apoio
7	Nadine Saleh	Apoio
8	Maria Carolina Romi	Apoio
9	Julia Anacleto Silva	Apoio



3.3. Fotos da 1ª Audiência Pública

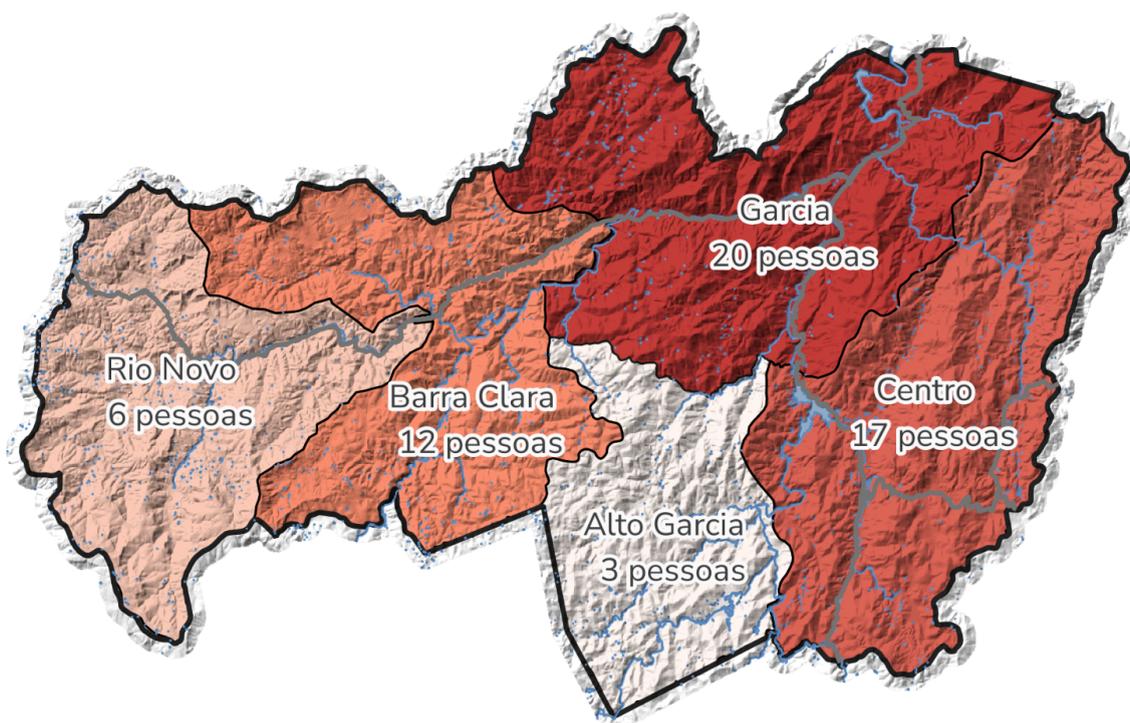




4. Primeira rodada das Oficinas Territoriais

As Oficinas Territoriais ocorreram nas cinco Áreas Territoriais do município, a escolha dos locais de realização das oficinas se deu pela facilidade de acesso por parte da população. A Figura 01 mostra a divisão territorial do município, segundo as Áreas Territoriais, bem como o número de participantes presentes em cada uma delas.

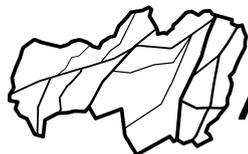
Figura 01 - Distribuição territorial dos participantes das oficinas segundo as Áreas Territoriais



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Em momento anterior à realização das Oficinas, tanto na primeira quanto na segunda rodada, ocorreu a divulgação de suas datas e locais de realização. Para tanto, foram utilizadas diferentes estratégias de mobilização, são elas: anúncio em rádio local; anúncio nas redes sociais no perfil 'Participa Angelina' (Instagram @participaangelina e Facebook na página 'Participa Angelina'); anúncio nas redes sociais da prefeitura, no site do projeto e no site da prefeitura; panfletos enviados para os agentes sociais e agentes de saúde e panfletos enviados para as escolas; anúncios encaminhados para as igrejas católicas e luteranas e para grupos de WhatsApp.

A apresentação base de Slides da 1ª Rodada das Oficinas Territoriais encontra-se disponível no **Anexo 03 - Apresentação Primeira Rodada de Oficinas Territoriais**.



4.1. Ata da 1ª Oficina Territorial do Garcia

Ata da Primeira Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: Realização da *primeira rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a primeira, na **Área Territorial de Garcia**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 07 de novembro de 2022, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro de Garcia. O objetivo da Oficina Territorial foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; o cronograma de trabalhos e realizar atividade e leitura comunitária, em que os participantes opinaram sobre os problemas e aspectos positivos do município de Angelina.

Gravação da Oficina: <https://youtu.be/TvGxEcLD0Uw>

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

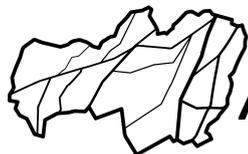
Samuel dá início a apresentação às 18h55min, enquanto aguarda a entrada de mais pessoas.

Samuel pergunta se os participantes moram no centro de Garcia, a maioria responde que não mora, os participantes citam em voz alta os bairros de moradia, sendo: Rio Veado, Rio Engano, Coqueiros, Fartura, dentre outros. Samuel faz perguntas sobre a Área Territorial de Garcia, sobre as PCHs, questiona se as centrais trazem mais problema ou solução ao local. Os participantes respondem que traz alguns problemas em relação às vias, dizem que prejudica a disponibilidade de peixes para pescar.

Toda a apresentação é acompanhada de slides projetados para todos os participantes, obedecendo a ordem de conteúdos a serem apresentados.

Samuel fala que eventualmente se considera que, por estar longe do centro, o Plano Diretor não seria algo para cada localidade, mas que na verdade o plano é para todo o território.

Samuel explica que o papel do Plano Diretor é de equacionar forças e que a ideia da reunião é ouvir a população da localidade para entender os problemas e aspectos positivos da área. Samuel diz que Angelina não é um município rico, e é necessário entender quais são as demandas mais necessárias para definir prioridades. Samuel cita que o Sr. Ademir disse que no local onde ele mora o maior problema é a acessibilidade, mas que outros moradores de diferentes localidades podem ter problemas diferentes.



Samuel apresenta a equipe técnica da UFSC presente e explica que o papel (da equipe) é de ponte entre as necessidades da população e o Plano Diretor. Samuel diz que o Plano Diretor precisa ser específico para cada município e que as necessidades serão traduzidas em instrumentos presentes na legislação. Samuel fala que com os dados de contato dos participantes, deixados na lista de presença da oficina, iremos encaminhar todos os trabalhos que serão elaborados ao longo do processo. Samuel pergunta se a população conhece o Conselho de Desenvolvimento Territorial e explica de forma resumida o trabalho deles de debate sobre a gestão urbana. Samuel deixa aberto para que a população consiga expressar tudo que achar necessário ao longo da oficina.

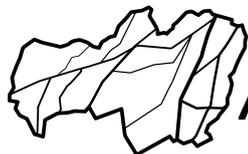
Samel apresenta o Sr. Adinei e o Sr. Michel como interlocutores da equipe técnica da prefeitura. Samuel cita a presença de dois vereadores, o Sr. Chico e o Sr. Marcelo, e ressalta a importância da presença dos representantes legislativos no processo. O Sr. Chico fala que é importante que a equipe técnica da UFSC também faça a apresentação específica para os representantes do legislativo.

Samuel explica a relação tripartite após um participante questionar quem é o responsável pelo trabalho de revisão do plano. Samuel explica que a prefeitura, diante da equipe de profissionais técnicos públicos reduzida, contratou a UFSC para prestar suporte técnico.

Samuel explica a metodologia, aponta que estamos na etapa 02 em que se realiza a primeira Rodada de Oficina Territorial, e também que estamos com o Questionário de Leitura Comunitária disponível para receber contribuições, pede que todos auxiliem nas respostas. Samuel fala que as iniciativas populares podem solicitar mais reuniões caso seja necessário. Samuel explica que o Conselho (CDTA) é o responsável, por lei, pela aprovação dos produtos conforme as etapas. Samuel fala que o território de Angelina é maior que o de Florianópolis, então o auxílio dos moradores na divulgação do processo é importante para que chegue em todos os cantos do município.

Samuel explica as audiências públicas e as consultas públicas, reitera o papel decisório do CDTA. Samuel cita a presença dos representantes territoriais do Garcia que estão no Conselho de Desenvolvimento Territorial. Samuel apresenta o cronograma de trabalho com metodologia, citando alguns trabalhos já realizados ao longo da Etapa 01. Samuel fala que essa etapa de Oficinas fará parte da leitura comunitária e que, adiante, se somará a leitura técnica que gerará a Leitura da Cidade. Samuel fala que depois da apresentação do Diagnóstico na Segunda Audiência, se dará início a etapa de definição das diretrizes e eixos estratégicos.

Samuel cita problemas que já apareceram nos eventos realizados, como a ocupação em áreas ambientalmente frágeis; parcelamento em áreas rurais; manutenção dos moradores nas áreas do campo; dentre outros. O Sr. Marcelo comenta o aumento dos sítiantes – Samuel pergunta o



que a população define por sitiante e os participantes explicam que é a “população flutuante”, que passa um período pequeno de tempo em sítios de recreio.

Um participante fala sobre a escritura de uma área de 21.000 m² e as questões de parcelamento do solo, incluídas nas problemáticas do município.

Samuel segue apresentando a metodologia e cronograma. Samuel cita todos os eventos participativos e a importância de se continuar acompanhando o processo. Samuel cita os 29 participantes do CDTA, aponta os dois representantes da Área Rural e um da Área Urbana de Garcia.

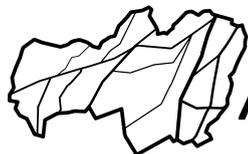
Samuel cita os aspectos e dados da população, a diminuição da população entre os censos de 2010 e a previsão para 2022. Samuel apresenta elementos que lembram Angelina, patrimônio natural e patrimônio construído. Samuel apresenta as dimensões que são abordadas no Plano Diretor.

Samuel cita as problemáticas de parcelamento sem controle, quando se parcela em áreas distantes da área urbana consolidada, os gastos relativos à implementação de serviços de infraestrutura e mesmo a disposição de serviços que onera todos os moradores, já que o município precisará de mais contribuição para dar conta de todos os equipamentos e demais serviços que precisarão ser disponibilizados. Um participante questiona a questão da economia, Samuel reitera o que foi dito e acrescenta a relação com o planejamento, que envolve a viabilidade de áreas em que é possível urbanizar, instalar atividades econômicas e a sua localização vinculada a oferta de trabalho e moradia, e também o fomento à produção agrícola, por exemplo em áreas mais suscetíveis a esse tipo de atividade.

Uma participante questiona por quê “tem que ser tudo no centro”, e que ela acha benéfico que haja espraiamento (relativo a instalação de loteamentos em áreas distantes), apontando como é ruim ter que acessar a área do centro para tudo. Samuel tenta explicar que o problema não é ter diversas centralidades, mas sim ter loteamentos muito dispersos em áreas distantes, “no meio do mato”, por exemplo. Um participante fala sobre uma área em específico que ia favorecer 50 pessoas, mas que foram embora – deu a entender que o empreendimento não deu certo.

O Sr. Michel explica com casos existentes do município que quando se insere um loteamento em determinada área o que é área rural passa a se tornar urbano, e que a cobrança do ITR passa a ser IPTU. O Sr. Chico cita um local específico onde havia poucas populações e que agora tem mais pessoas.

O Sr. Chico questiona se o Plano Diretor poderá ajudar na ligação de luz. O Sr. Michel fala que há uma obrigatoriedade do governo federal desde 2018, que é necessário que se aprove projeto, e que há agora um decreto municipal que regulamenta a necessidade de aprovação



de projeto para construção em área rural. Um participante fala que é uma vergonha para o país ter uma legislação que impeça a ocupação próxima do rio, que eles moram há muitos anos no mesmo lugar e que não houve problema até agora. O mesmo participante comenta que a prefeitura teria que assumir isso em vez de deixar as legislações federais. Samuel explica que em áreas urbanas consolidadas o plano poderá atuar, mas que não é possível alterar legislações federais.

Um participante fala sobre a diminuição de áreas de app em alguns municípios por legislação municipal. Samuel comenta que em área rural isso não é possível, já que as normativas são outras.

Um participante fala que é um problema mesmo. Uma funcionária dos tributos comenta que esse será realmente o problema que mais aparecerá em todos os eventos participativos.

Um participante fala que um casal jovem não tem condições de arcar com o projeto para ligação de energia. Cita como antigamente a COHAB fornecia projetos.

Segunda Parte – Primeira Rodada: Cite três aspectos positivos de Angelina

Às 19h50min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas verdes para que escrevam em cada uma delas os aspectos positivos de Angelina.

A equipe técnica recolhe as fichas e as divide entre as dimensões e similaridades.

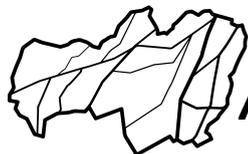
Samuel inicia com a leitura dos papéis, em que há **20 fichas** para natureza e meio ambiente, cita que são 25 pessoas presentes, ou seja, é um consenso entre os presentes que a natureza e o meio ambiente preservado são os pontos positivos mais reconhecidos. Samuel lê todas as fichas e pergunta se todos os itens estão relacionados, os presentes concordam.

Samuel cita que há **20 fichas (na contagem oficial 17 fichas)** para tranquilidade; segurança; sossego; local calmo; todos aspectos relacionados. Um dos participantes faz uma piada com “#paz”.

Samuel cita os papéis que descrevem: população unida e participação social (**na contagem oficial 8 fichas**).

Samuel lê as fichas que citam como ponto positivo também a agricultura, e em seguida saneamento básico.

Os participantes citam que há fossa séptica em todas as residências do Rio Fortuna – ação promovida pelo programa microbacias. Uma moradora cita que precisa de conscientização, e



que outros lugares precisam que haja programas similares de instalação de rede individualizada.

Samuel diz que há **4 fichas** para escola e educação. Uma participante cita que o acesso é bom, mas que não é sobre a qualidade. Outros participantes citam que o acesso escolar é excelente.

Samuel lê as fichas sobre potencial turístico. Samuel questiona se a ficha é uma referência à perspectiva sobre o potencial. A população concorda. Uma participante fala que é uma forma de escoar a produção das localidades, explica por meio de exemplos que a vizinha dela faz queijos, e que com o turismo isso poderia beneficiar a economia local.

Samuel lê duas fichas que estão escritas: patrimônio cultural e patrimônio histórico. Samuel relaciona o queijo citado anteriormente, também o café sombreado, e o engenho de farinha, que são todos patrimônios. A senhora participante é a que cuida do Engenho Catarina, ela cita que tem engenho de cana e de farinha.

Samuel lê duas fichas que estão sozinhas, uma delas é a população jovem, o participante que escreveu cita que a população da área está encontrando fontes de renda na área rural. A outra ficha é Localização Geográfica, relativa à proximidade com a capital do estado. Samuel fala que esse aspecto é uma faca de dois gumes pelos aspectos positivos e negativos relacionados às externalidades.

Samuel questiona se a população se sente contemplada pelas fichas lidas. Os participantes dizem que sim.

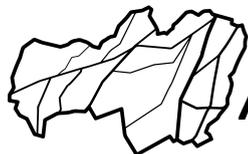
Terceira Parte – Segunda Rodada: Cite três aspectos negativos de Angelina

20h15min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas rosas para que escrevam em cada uma delas os aspectos negativos de Angelina.

Samuel lê **15 fichas** sobre acesso ruim; ruim acesso a cidade; **2 fichas** para sem ônibus (transporte coletivo). Uma participante diz que não adianta fazer ponto de ônibus se não tem ônibus, todos riem.

Samuel lê fichas sobre questões urbanas, redução de lotes, limitação do perímetro urbano; áreas agrícolas sendo urbanizadas; falta de regularização sobre as construções urbanas; dificuldade para construir – dificuldade de apoio para construção. Samuel pergunta se todos concordam. Os participantes respondem que sim.

Samuel lê fichas sobre a questão ambiental relativas, principalmente, às áreas de app – Samuel questiona se é a questão da descaracterização. Samuel continua lendo, questão de represas destruindo cachoeiras; saneamento ruim; legislação ambiental. Samuel cita que sabe



que esse será o grande tema que o Plano deverá dar conta, garantindo o respeito das legislações e do meio ambiente.

Samuel lê fichas sobre saneamento. Samuel pergunta quais são as localidades em que isso é um problema específico, para que conste na ata, um participante cita a Praça de Angelina (relativa ao centro); uma participante disse que todas as regiões e que só se salva o Rio Fortuna. Um participante cita que quando houver as outras oficinas esse tema será recorrente. Os participantes citam que às vezes falta água por conta da estiagem e outros problemas em Barra Clara.

Samuel lê fichas sobre educação; falta de ensino superior; evasão escolar; faculdade. Dois participantes citam os casos dos filhos que precisam ir para outras cidades para poder estudar. Samuel pergunta qual a questão relacionada a escola/creche. Uma participante cita que a questão é que não tem escola integral, e que o avanço é que abriu para 2 anos. Os participantes citam uma edificação sobre ensino rural que não está funcionando como poderia. Os participantes citam a escola agrícola, ingresso de sobrinhos e filhos.

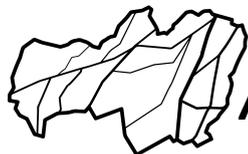
Samuel lê fichas sobre Áreas de Lazer. Samuel questiona se há áreas representativas, os participantes relatam que não há parque infantil, nem academia pública.

Samuel lê fichas sobre comunicação e internet precária. Samuel diz que talvez o PD não dê conta dessa demanda. Samuel cita as placas ao longo da estrada que apontam a conexão da internet rural, um participante diz “que é fake”. Um dos participantes cita que tem fibra óptica.

Samuel lê fichas sobre posto de saúde e questiona se é difícil de acessar ou se os pontos negativos estão relacionados com o atendimento. Um participante cita que há dificuldade em determinados atendimentos, por exemplo, pediatria, em que é necessário o deslocamento da população para a área central, citam a frase “tem que ir para Angelina”.

Samuel lê que há a ausência de iluminação pública. Um participante cita que há uma empresa terceirizada que faz a ligação. O Sr. Michel fala que às vezes falta comunicação entre população e empresa, e que também há dificuldade de ligação de novas luminárias em locais em que há novas residências. Um participante cita que há duas empresas terceirizadas: CP Luz e JJ.

Samuel lê fichas sobre viabilizar novos empreendimentos, novas empresas. Um participante fala que está acontecendo um programa do Sebrae que está mapeando os novos empreendimentos e abertura de empresas. Samuel cita que se possível encaminhe informações para que o PD possa ter apoio e apoiar também o estudo. O participante cita que a Casa do Turista está aberta.



Samuel lê fichas sobre controle de borrachudos; falta de agência bancária; reativação de patrimônios perdidos. Uma ficha sobre segurança. O participante que escreveu diz que tem pouca polícia, mas que não tem roubo. Um participante cita que já foram assaltados, mas que a polícia demora muito para chegar. O Sr. Michael fala sobre ter conversado com o pessoal da segurança pública, cita que Angelina tem 3 policiais (fazendo a ronda de Angelina e Rancho Queimado) em rodízio 12h – 36h. Todos reconhecem que é um problema a ser solucionado.

Samuel questiona se todos concordam com os tópicos apresentados, se fala algum aspecto. E todos concordam que os aspectos lidos contemplam os aspectos negativos.

Quarta Parte – Poemas dos Desejos: Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?

21h03min inicia a dinâmica em que os participantes recebem 1 ficha para que respondam ao questionamento “Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?”.

Samuel agradece a presença de todos, reitera a importância da participação social ao longo do processo. Fala que as reuniões são realizadas em todas as Áreas Territoriais e que na próxima audiência serão apresentadas as sínteses das dinâmicas realizadas.

Um último questionamento de um participante sobre as áreas de app, sobre altura e dimensão do terreno. Samuel cita que há a legislação ambiental e que há apenas a flexibilidade em casos de área urbana consolidada. O Sr. Chico fala que acha que tem que ser 30m de APP para rios.

Samuel diz que o importante é fazer o levantamento das áreas em que há essas situações de irregularidade em áreas de APP, e que não há uma resposta uniforme agora. Cita que a equipe fará um levantamento específico.

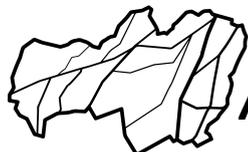
Um participante cita que não há secretaria de Defesa Civil, para que eles possam dar apoio na questão das áreas de inundação, por exemplo.

Encerramento

Samuel encerra às 21h13min. Todos tiram uma foto como registro.

4.1.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial do Garcia

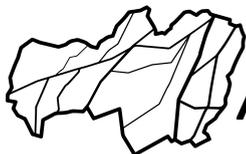
Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Leogídio de Souza	Garcia	Morador
2	Roquilane Ede Souza	Garcia	CTDA MZU Garcia



3	Marcelo Trierweiler	Garcia	Vereador
4	Michael Soares	Centro	Prefeitura
5	Gustavo Weber	Garcia	Morador
6	Eva Fermino Alexandre	Garcia	Morador
7	Maurici Fagundes	Coqueiros	Associação
8	Crislaine Steinick	Garcia	Associação
9	Maria Albertina Fagundes	Garcia	Moradora
10	Carolina de Melo Queiroz	Garcia	Moradora
11	Renata de Melo	Garcia	Associação
12	Luiz Carlos Laurentino	Fortuna	CTDA MZU Garcia
13	Leandro Izidoro Heck de Novaes	Rio Fortuna	Morador
14	Benjamim Cezar Hammes	Fortuna	Morador
15	Nilton Pociano Martins	Garcia	Morador
16	Ademir Kreutzfeld	Rio Veado	Morador
17	Marilene Martins	Garcia	CTDA Comerciantes
18	Everton Francisco de Souza	Garcia	Morador
19	Aziso José Heck	Garcia	Morador
20	Catarina Francisco Gels Leutcher	Coqueiros	Moradora
21	Celso Gels Leutcher	Coqueiros	Morador
22	Raizza Coelho	Coqueiros	Moradora
23	Francisco Dias	Garcia	Vereador
24	Ricardo	Coqueiros	Morador
25	Cláudio Inácio Schuck	Linha Chaves	CTDA
26	Edimar Eger	Garcia	Associação

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Garcia

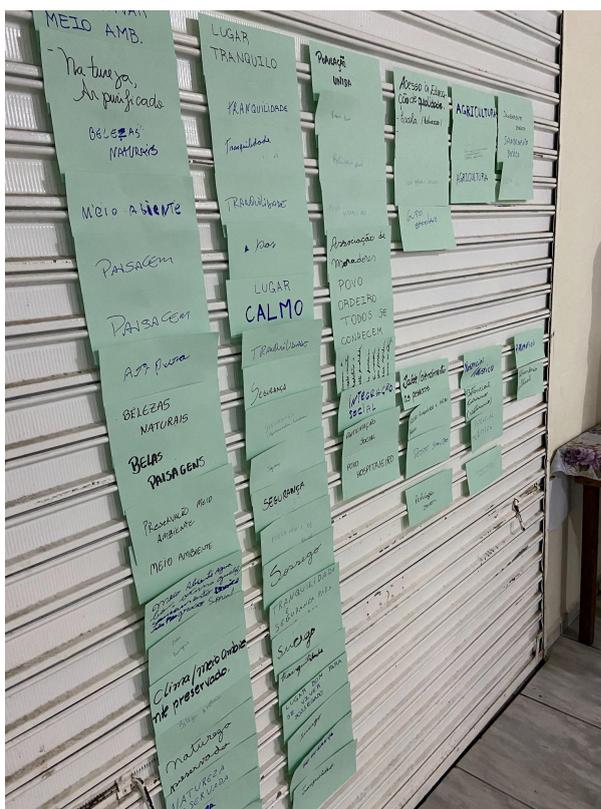
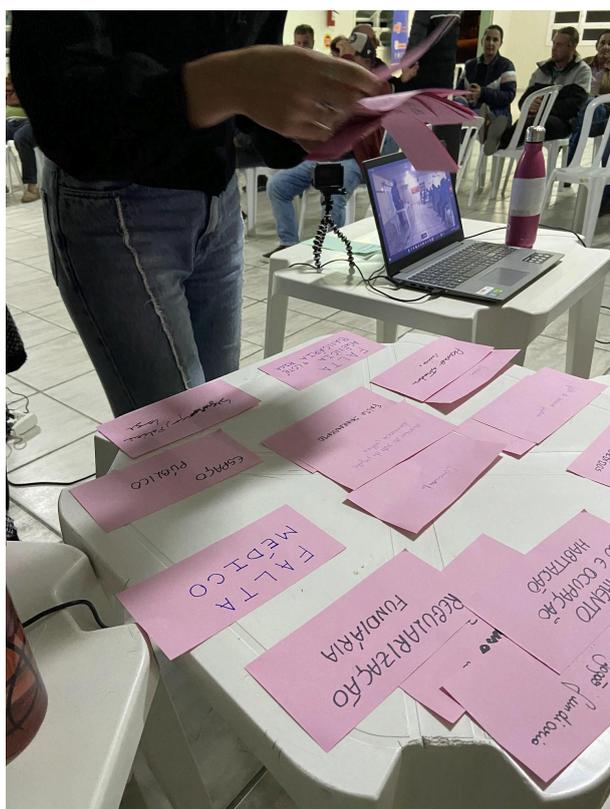
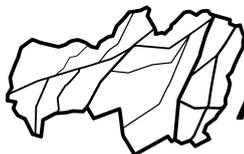
Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Mariana Panzera	Redação da Ata
3	Marcio de França Santos	Apoio



4	Nathália Sander	Apoio
5	Nadine Saleh	Apoio

4.1.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Garcia

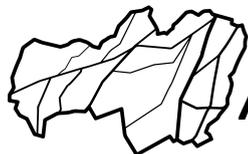




4.2. Ata da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo

Ata da Primeira Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: Realização da primeira rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a segunda, na **Área Territorial de Rio Novo**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 08 de novembro de 2022, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja São



Francisco de Assis, no bairro de Rio Novo. O objetivo da Oficina Territorial foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; o cronograma de trabalhos e realizar atividade e leitura comunitária, em que os participantes opinaram sobre os problemas e aspectos positivos do município de Angelina.

Gravação da Oficina:  Primeira Oficina Territorial em Rio Novo - 08/11/2022

<https://youtu.be/ib9c-ddWGJg>

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

Samuel dá início a apresentação às 18h55min, agradecendo a participação dos presentes, ainda que com as intempéries. Samuel agradece a presença e ajuda da diretora da escola local, a Sra. Raquel. Samuel cita a presença de diversos profissionais.

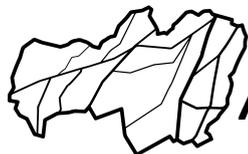
Toda a apresentação é acompanhada de slides projetados para todos os participantes, obedecendo a ordem de conteúdos a serem apresentados.

Samuel explica o que é o plano diretor enquanto instrumento de planejamento urbano e que o objetivo da oficina é ouvir as demandas da localidade, as necessidades e expectativas. Samuel explica que o plano precisa ser feito com base nas especificidades de cada localidade. Exemplifica que a metodologia de processos antigos de elaboração de planos diretores eram somente depositados em mapas e que a expectativa da equipe é elaborar um processo participativo, com espaços de controle da população, para que o plano resolva os problemas de Angelina com base nessa leitura comunitária.

Samuel cita os dias das outras oficinas territoriais, cita a presença de cerca de 30 pessoas em outra oficina e fala sobre a importância da participação.

Samuel explica a relação tripartite entre a UFSC, a Prefeitura de Angelina e a FAPEU. Samuel explica que o papel da UFSC é técnico, mas que quem fará o Plano Diretor especificamente serão os processos participativos, as oficinas, as audiências e o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina. Samuel cita a importância da relação universitária, de ensino e extensão nas ações de elaboração do Plano Diretor. Samuel apresenta a metodologia com as regras do jogo e cronograma.

Samuel diz que o questionário de leitura do município está disponível para ser respondido de forma online, cita os aspectos presentes nas perguntas, como áreas de preservação ambiental e históricas.



Samuel cita a importância do Conselho de Desenvolvimento Territorial, e quem são as pessoas que fazem parte. É citada pelo professor e por uma participante a distância entre a Área de Rio Novo e o Centro Urbano de Angelina. O Sr. Adinei cita quem são os representantes da Macrozona Rural de Rio Novo.

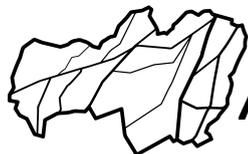
Samuel explica o processo participativo em que as atividades são realizadas de forma técnica e comunitária, atravessadas pelas oficinas territoriais e pelas audiências públicas e consulta pública. Samuel explica que no plano constarão elementos de padrões construtivos para exemplificar o período de consulta pública e explica que todas as questões apresentadas, serão respondidas por tópicos, temas, instrumentos, dentre outros, com base no que será discutido ao longo de todo o processo.

Samuel cita a importância da presença dos vereadores nos processos participativos, para que o projeto de lei não seja descaracterizado dos anseios da população que foi construído ao longo do período de elaboração. Cita o exemplo negativo do caso de Florianópolis, com a participação desconsiderada e a lei descaracterizada na câmara legislativa.

Samuel apresenta o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, cita que é um exemplo positivo de representação da população, já que somente 15% é do Poder Público. Uma participante cita o aspecto positivo de ter bastantes representantes da área rural. Samuel apresenta o mapa com as áreas territoriais e os dias das outras oficinas. Samuel fala os bairros que compõem a Área Territorial de Rio Novo e pergunta de onde é cada um dos participantes. Os participantes respondem de onde são. Samuel fala que é bom que há, na oficina, representatividade entre os diferentes bairros.

Samuel cita os aspectos gerais presentes no slide. Comenta sobre os dados municipais estarem desatualizados pela não realização do Censo do IBGE, mas que quando vier o novo resultado se poderá perceber a real situação principalmente em relação a quantidade de habitantes. Explica sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Angelina e como ele é calculado com base no acesso à educação, renda e expectativa de vida. Samuel fala sobre a atividade do campo e as relações econômicas também da agricultura. O Sr. Michael fala sobre o fato de que muitos empreendedores não geram todas as notas das atividades econômicas, e essa “não declaração” maquia o resultado do IDH, e por isso, ele acredita que o IDH seja realmente melhor.

Samuel fala sobre os aspectos ambientais que são extremamente relevantes no município pela beleza da paisagem. Samuel cita as dimensões gerais de planejamento, cita o exemplo dos casos que apareceram na oficina territorial de Garcia, como o saneamento; os acessos; a extensão territorial; a pavimentação das vias; ocupação em áreas de preservação permanente; espaços públicos de lazer, parque e praças; parcelamentos do solo, dentre outros. Samuel fala que o plano diretor tenta preservar o que é interesse coletivo, cita o exemplo de Nova



Serrana/MG, em que foram abertos diversos novos loteamentos e que isso onerou o poder público para que fosse disponibilizada a infraestrutura urbana e os equipamentos de serviço público. Seguindo a explicação dos aspectos, Samuel cita exemplos de patrimônio no município.

Samuel cita a questão habitacional, e que o Plano Diretor pode colaborar com indicações, por exemplo, de áreas para instalação e recebimento de recursos para habitações de interesse social. Samuel cita a questão do abastecimento de água, uma participante concorda com as questões apresentadas. Samuel fala sobre as ligações de energia relacionadas a regularização fundiária. Samuel cita a questão da regularização atrelada à Legislação Federal e a necessária adequação da legislação municipal.

Samuel pergunta se todos entenderam o processo e se há dúvidas. Uma participante diz que é bastante informação, mas ninguém tem dúvidas.

Segunda Parte – Primeira Rodada: Cite três aspectos positivos de Angelina

Às 19h34min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas verdes para que escrevam em cada uma delas os aspectos positivos de Angelina.

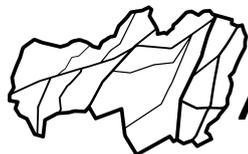
Samuel começa a ler as fichas, entre os temas mais citados está a tranquilidade, qualidade de vida, segurança, união entre as pessoas e desenvolvimento da comunidade - ao todo são 12 fichas englobando esse tema.

Samuel lê 6 fichas, sobre a saúde: acesso à saúde; acesso ao posto de saúde; e bastantes especialidades na comunidade.

Samuel começa a terceira leitura, referente a educação, são 6 fichas, como educação; transporte escolar; a qualidade da educação; escola com bons profissionais.

O Sr. Michael fala sobre o fato da alta quantidade de professores que moram e atuam na comunidade de Rio Novo, e de como isso é importante, e também de que os professores são formados e pós-graduados.

Um participante fala sobre a distância das Universidades que infelizmente é uma problemática. Uma participante cita o deslocamento até Leoberto Leal de 12km, e a facilidade em chegar lá mais rápido e fácil do que até a "praça" de Angelina (que é uma referência a área central), acrescenta o uso dos bancos e demais equipamentos e serviços na cidade vizinha.



Samuel faz a leitura das fichas sobre aspectos positivos em que foi citada a agricultura. Também lê fichas sobre clima, natureza e belas paisagens. Samuel cita como é importante pensarmos na agricultura, para delimitar espaços de expansão urbana. Um participante cita a importância da agricultura também como elemento de potencial turístico.

São citados também os acessos, a coleta seletiva e o saneamento como aspectos positivos.

Uma participante cita o aspecto da reciclagem como exemplo no município em nível nacional e que esse movimento inicia na educação escolar. O Sr. Adinei cita que esse processo iniciou em 1999 e que desde então só teve evolução. Acrescenta que o município é exemplo em coleta de resíduos sólidos, e cita que, salvo engano, o município de Angelina é o terceiro melhor do país em gestão e coleta de resíduos sólidos.

Um participante cita que o município ganhou um prêmio, se ele não está enganado, do IMA pela gestão nesta pauta dos resíduos. Uma participante disse que é necessário que a população se empodere desse aspecto e conheça o processo. Samuel pergunta quem iniciou a gestão positiva, o Sr. Michel responde que o movimento inicial foi do Sr. Janicio de Souza que fez o seu Trabalho de Conclusão de Curso da sua graduação na área de resíduo sólido e depois trabalhou isso no seu mestrado. Os participantes citam também a questão dos pneus reaproveitados na área escolar e a educação das crianças, o trabalho é reiterado na sua importância pelo Sr. Michael. O Sr. Adinei fala também sobre a questão do cuidado com os agrotóxicos que também é referência, sobre o recolhimento para não poluir os corpos d'água.

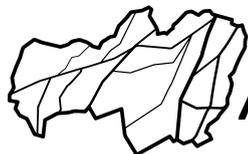
Ainda como aspectos positivos, são citadas empresas para trabalhar e abertura de empresas, o participante que escreveu fala que isso é referente a Área Territorial de Rio Novo. Uma participante cita as empresas presentes, como padarias, empresas de conservas, dentre outros.

Samuel questiona se os aspectos citados nas fichas contemplam as dinâmicas da área e do município, todos concordam com as descrições feitas.

Terceira Parte – Segunda Rodada: Cite três aspectos negativos de Angelina

20h02min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas rosas para que escrevam em cada uma delas os aspectos negativos de Angelina.

Samuel cita o que foi descrito em 7 fichas itens relacionados a espaços de lazer e incentivos a aspectos relacionados à promoção a atividades culturais. Uma professora participante fala sobre a necessidade de aulas de dança, música, dentre outros que seriam importantes para as crianças e de como isso é importante para o desenvolvimento dos jovens.



Samuel questiona se aqui também os jovens permanecem na área, em vez de deixarem a cidade, a professora responde que a maioria permanece e trabalha na agricultura, questão facilitada pela educação EAD e o acesso à educação superior.

Samuel lê 7 fichas em que são citadas as questões da infraestrutura viária. Dificuldade para indústria é descrito em uma ficha e o participante justifica que é pela localização em conjunto com a precarização da estrada. Outro participante cita que escreveu a logística também. Uma participante cita que uma empresa chegou a sair do lugar por conta da dificuldade de acesso dos caminhões. Outra participante cita que a fábrica de conserva também terá que sair de Angelina para ir buscar os potes de vidro por conta do acesso de caminhões. Participantes citam que nem sempre é a qualidade da estrada e sim sua largura, como a estrada é estreita dificulta a passagem e manobras de automóveis grandes. Um participante cita que os caminhoneiros chegam, mas que ao saberem que terão que voltar pela mesma estrada não carregam os produtos.

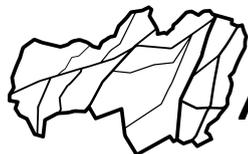
Samuel lê fichas sobre questões de suporte de maquinário, aumento da produtividade e questiona quais aspectos relacionados a essa demanda. O Sr. Michel cita a questão da tecnologia, uma participante cita que quando é necessário o suporte de um agrônomo o profissional tem que vir de fora do município. O Sr. Michel fala também da questão de veterinários e que a prefeitura percebe que precisa dar encaminhamento a essa necessidade.

Um participante cita uma vivência em uma agropecuária em que chegam pessoas que pedem defensivos agrícolas e que como só tem um agrônomo, que ganha comissão em cima da venda, ele induz os produtores a comprarem o produto mais caro e que ele acredita que a prefeitura poderia dar esse suporte de forma acessível, com um profissional especializado, para que os agricultores não tenham seu trabalho onerado pela falta de informação técnica científica.

Samuel lê 3 fichas relacionadas a oportunidade de trabalho para os jovens e capacitação profissional. Cita que o Plano não atua especificamente nesse sentido, mas fala como é importante que isso seja citado para que eventualmente surjam consórcios entre municípios.

Samuel lê uma ficha sobre as questões da saúde, vacinação e profissionais especialistas necessários e também o horário de trabalho, já que eles são profissionais de outras cidades. Um participante cita que o traslado do profissional de saúde inicia no centro do município e que 3h de atendimento são perdidas em mobilidade, o que prejudica a população da área, já que são horas reduzidas de atendimento. Todos concordam que é um problema da área, pela distância, a dificuldade de conseguir profissionais que aceitem ficar no município.

Uma participante questiona se o Plano Diretor pode ajudar nessa questão da saúde. O professor Samuel fala que sobre a questão do atendimento não, mas que o Plano pode



atender, por exemplo, questões de reserva de terrenos para inserção de equipamentos de saúde. Ressalta que, apesar de o Plano não atender essas demandas em específico, as considerações serão encaminhadas para a prefeitura e que há profissionais técnicos da prefeitura presentes na oficina para captar essas demandas.

O Sr. Michael cita a questão da plantação de eucalipto em beiras de estrada.

Samuel lê 3 fichas sobre a questão de segurança. O professor fala sobre os aspectos territoriais, mas que o plano não aplaca a contratação de efetivo. O Sr. Michael comenta a questão de tentativas de implementar ações policiais na área. Todos esses assuntos atravessam a questão da acessibilidade e localização da área.

Samuel lê fichas que descrevem sobre a implantação necessária de farmácia e banco. Samuel fala que esses dois aspectos eventualmente só poderão ser tratados na questão do uso do solo. O Sr. Adinei cita que antigamente havia funcionários do BESC que vinham de tempos em tempos atender a população da área.

Samuel lê 4 fichas a respeito do saneamento básico e questiona sobre o que exatamente. Os participantes citam o atendimento da área no plano de microbacias, que implementou o esgoto sanitário individualizado nas moradias, mas que muitos não fizeram à época, bem como as construções novas também não têm conhecimento e o sistema acaba não implementado.

Samuel lê em uma ficha “caminhão pipa” e questiona sobre o que se refere. O Sr. Adinei cita que é para molhar as estradas para não ter tanta poeira. Uma participante cita que a poeira é um problema para todos.

Samuel lê sobre a ausência da prefeita na área.

Um participante cita que no CDTA foi reivindicado para a secretaria de saúde para que trate melhor da questão de saneamento, para a continuidade do programa de microbacias e também para a fiscalização das novas construções. Os participantes citam sobre o incentivo e processo educacional dessa questão relativa ao saneamento.

Samuel questiona sobre a questão da água. Um participante fala que não há capacidade financeira e técnica para fazer a ligação do abastecimento para área pela, mas mais uma vez, uma questão geográfica. Samuel pergunta sobre a implantação de poços, um participante explica sobre a necessária fiscalização por conta da bacia hidrográfica em que a cidade está sobre. Um participante cita que há muito ferro na água, manganês na região. Samuel pergunta se há monitoramento das águas. Um participante responde que tem todos os dados, incluindo a localização dos poços, das nascentes, localizados em Qgis de forma georreferenciada.



Samuel lê sobre telefonia móvel. Os participantes concordam.

Uma participante cita sobre a distância/recuo de poder construir a casa em relação ao rio. Samuel responde que há legislações novas e que essa demanda é a mais citada e que será trabalhado na leitura técnica e depois nas diretrizes.

Um participante diz que gostaria que a depender da largura dos rios esses recuos fossem reavaliados. Samuel explica a questão da lei relativa às áreas urbanas consolidadas. Segue o debate entre participantes.

Quarta Parte – Poemas dos Desejos: Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?

Às 20h58min inicia a dinâmica em que os participantes recebem 1 ficha para que respondam ao questionamento “Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?”.

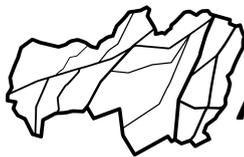
Encerramento

Samuel mostra os endereços das redes sociais e pede que todos auxiliem na divulgação do processo.

Samuel encerra às 21h05min. Todos tiram uma foto como registro.

4.2.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Raquel Hilleschein	Rio Novo	Diretoria Escola
2	Edina Becker Buckert	Rio Novo	Comunidade Evangélica
3	Elizandro May	Rio Novo Velho	Conselho Escola
4	Tatiane Becker Hang	Rio Verde	Agente de Saúde
5	Adinei Boaventura	Centro	Prefeitura
6	Bruno Alexandre	Rio de Dentro	Morador - Vereador
7	Valdir Souza	Rio São João	Morador - Vereador
8	Beatriz Marian	Rio Novo	Moradora
9	Arvício Hallerlehn	Rio de Dentro	Morador
10	Célio Marian	Rio Verde	Presidente APP Escola
11	Fernanda Becker	Rio São João	Professora



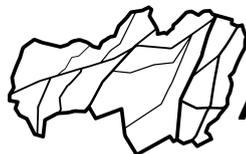
12	Rodrigo Hang	Rio São João	Empresário
13	Claudio Inacio Schuck	Linha do Chaves	CDTA
14	André Krusch	Rio Novo	Morador

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Rio Novo

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Mariana Panzera	Redação da Ata
3	Marcio França Santos	Apoio
4	Nathália Sander	Apoio
5	Nadine Saleh	Apoio

4.2.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Rio Novo





4.3. Ata da 1ª Oficina Territorial de Barra Clara

Ata da Primeira Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina.

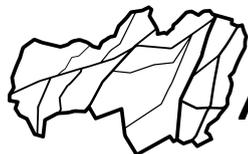
Pauta: Realização da *primeira rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a primeira da **Área Territorial de Barra Clara**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 09 de novembro de 2022, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja Católica de São José, no bairro de Barra Clara. O objetivo da Oficina Territorial foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; o cronograma de trabalhos e realizar atividade e leitura comunitária, em que os participantes opinaram sobre os problemas e aspectos positivos do município de Angelina.

Gravação da Oficina:  Primeira Oficina Territorial em Barra Clara 09/11/2022

<https://youtu.be/Fbv6zLlswz4>

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC



Primeira Parte - Apresentação

Samuel dá início a apresentação às 18h55min.

Samuel explica que a equipe técnica da UFSC foi contratada pela prefeitura de Angelina para auxiliar a administração do município na revisão do Plano Diretor. Em referência à explicação do que é Plano Diretor cita elementos de planejamento urbano, como mobilidade, patrimônio arquitetônico, padrões construtivos, organização dos equipamentos de serviço urbano, dentre outros.

Toda a apresentação é acompanhada de slides projetados para todos os participantes, obedecendo a ordem de conteúdos a serem apresentados.

Samuel contextualiza os processos de elaboração dos planos diretores em nível nacional, nos últimos 100 anos, e retoma que historicamente houve o distanciamento da participação em alguns processos. Explica que alguns profissionais envolvidos na elaboração dos planos acreditavam ter todas as respostas para os problemas dos cidadãos e da cidade de maneira apenas técnica, sem diálogo comunitário, ou com interações participativas.

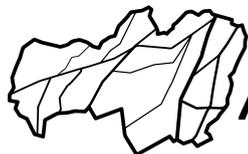
Samuel diz que o objetivo da audiência é ouvir a população da área territorial de Barra Clara, e que não é apenas esse evento que será feito. Explica como o processo é importante e que haja participação para que a população tenha força de cobrança no legislativo para que o plano diretor seja uma política urbana permanente e não apenas um plano de governo.

Samuel cita as oficinas realizadas na segunda e terça-feira, e avisa sobre as próximas que acontecerão ao longo da semana.

Samuel apresenta a equipe técnica da UFSC que está presente: a arquiteta Mariana, a estudante de arquitetura Maria Carolina e o geógrafo Márcio, e cita os outros profissionais que compõem a equipe.

Samuel pergunta se há dúvidas até o momento e segue a apresentação avisando que a expectativa é de que a primeira parte da oficina dure aproximadamente 15 minutos para depois iniciar a dinâmica. Explica que a dinâmica presente na segunda parte da oficina consiste em debater quais são os aspectos positivos, os problemas e as expectativas da população para a Área Territorial e para o município como um todo. Pede que todos auxiliem na divulgação do processo.

Samuel explica a relação tripartite de convênio e contratação do trabalho, entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a FAPEU e a Prefeitura Municipal de Angelina. Explica que a universidade não ditará o conteúdo do plano, e quem dará os subsídios do que



será tratado é a comunidade. Explica que a Universidade não recebe recursos financeiros diretamente e é para isso que a FAPEU recebe os recursos para pagamento de bolsas, equipamentos, mobilidade, dentre outros aspectos de funcionamento. Samuel explica que a universidade não tem interesse econômico nas resoluções do plano ou da cidade.

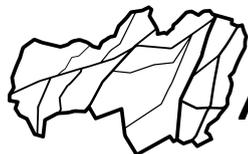
Samuel apresenta no slide a imagem com todos os profissionais e respectivos nomes e áreas profissionais da equipe e segue para a explicação da metodologia e regras do jogo do Plano Diretor. No slide referente a metodologia, Samuel explica a dinâmica participativa que inclui as oficinas territoriais, os questionários on-line para contribuições da população, e a possibilidade de que haja iniciativas populares independentes. O professor continua explicando a metodologia, apresenta que a intermediação entre as contribuições da participação é feita pela equipe técnica da prefeitura e pela equipe técnica da ufsc, cita a importância do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CDTA) como instância decisória, e a realização das audiências públicas e da conferência final. Samuel explica a dinâmica da conferência final em que será apresentado o texto do projeto da Lei do Plano Diretor Participativo e que a população poderá realizar todas as contribuições que julgar necessárias, explica que o poder decisório é sempre do CDTA. Samuel explica que o trabalho da equipe técnica da UFSC se encerra com o encaminhamento do texto de projeto de lei para a Câmara de Vereadores.

Samuel apresenta as etapas de elaboração do plano e quais já foram feitas até a realização das Oficinas. Samuel explica em que etapa estamos, referente a da primeira rodada das oficinas territoriais e explica que o resultado da dinâmica desses encontros se somará a outras dinâmicas para formar a Leitura Comunitária que junto com a Leitura Técnica resultarão na Leitura da Cidade. A Leitura da Cidade será apresentada na Segunda Audiência Pública de Diagnóstico.

Samuel fala que todos os elementos que surgirão da leitura da cidade, que darão origem ao plano, serão transformados em um texto legislativo que será colocado em período de consulta pública e depois passará por uma conferência final. Retoma a questão da metodologia e explica que no período de consulta pública todos poderão dar sugestões e críticas a cada um dos artigos. Explica que a equipe técnica fará um retorno de todas as demandas apresentadas e que para aquilo que o plano não abrange dará respostas possíveis e encaminhará para a administração pública.

Um participante pergunta quanto tempo de trabalho será até o encaminhamento do plano para a câmara de vereadores. Samuel explica que serão 10 meses, já tendo passado um mês e meio.

Uma participante fala que é importante que a equipe realize conversas com os outros Conselhos instituídos no município, como o Conselho de Educação, de Saúde, e da Assistência



Social. Samuel fala que dentro do Conselho da Cidade há representantes desses setores que também farão a interlocução.

O Sr. Michael fala sobre como as demandas estão sendo consideradas, cita o exemplo de abertura de um novo loteamento e de como o Plano atenta para esses assuntos.

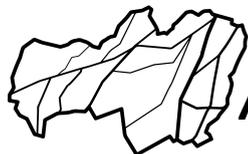
Samuel apresenta o Conselho de Desenvolvimento Territorial e explica a composição, sinalizando que a distribuição de vagas atende ao exigido pelas normativas do Conselho da Cidade, e cita a importância da presença principalmente dos representantes territoriais.

Samuel questiona ao público presente de bairro quais são, a grande maioria responde que é da Barra Clara.

Samuel apresenta o slide sobre os aspectos gerais de Angelina. Fala sobre os novos dados do IBGE que deverão confirmar ou não a perda de população no município.

Samuel fala sobre os aspectos que são lembrados em Angelina, cita os patrimônios culturais, ambientais e arquitetônicos.

Samuel apresenta o slide sobre quais são as dimensões gerais de planejamento urbano e comenta sobre os aspectos que apareceram nas outras oficinas realizadas até o momento. Cita de forma exemplificada os elogios e críticas em relação ao saneamento, as qualidades apresentadas em relação à paisagem, os entraves entre o cuidado com o meio ambiente e as ocupações. Samuel cita um caso específico que surgiu em uma das oficinas em que um participante citou a necessidade de caminhão pipa na área territorial. Ao questionar os participantes sobre o significado dessa necessidade foi respondido que o caminhão pipa serve para molhar as vias e diminuir a poeira, diferente da perspectiva do seu uso comum voltado ao abastecimento de água para consumo. O professor explica como é importante haver diálogo com a população para entender as especificidades e cita outros elementos que surgiram, como a necessidade de espaços de lazer, praças, parques, e que o plano pode ajudar a definir as localizações desses espaços públicos e também de equipamentos urbanos como escolas e postos de saúde. Samuel fala sobre as questões de parcelamento e uso e ocupação, e exemplifica que a vontade de abrir novos loteamentos não pode ser somente de interesse do loteador já que a população que residirá nessa nova área necessita de infraestrutura pública, e que deverá ser analisado o quanto o novo empreendimento demandará de implantação de equipamentos que podem onerar o poder público, por exemplo na construção de escolas e equipamentos de saúde, manutenção de vias, iluminação, dentre outros. Samuel explica as demandas de habitação, as ações de política pública voltadas à população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Samuel cita a questão da regularização fundiária, e as restrições referentes ao parcelamento em áreas urbanas e rurais, cita exemplos de parcelamento irregular em áreas de risco.



Segunda Parte – Primeira Rodada: Cite três aspectos positivos de Angelina

Às 19h35min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas verdes para que escrevam em cada uma delas os aspectos positivos de Angelina.

A equipe técnica recolhe as fichas e as divide entre as dimensões e similaridades.

23 fichas para pontos positivos como saúde, descritos também posto de saúde, hospital. Com **17 fichas** (na contagem oficial **20 fichas**) de aspectos positivos a qualidade de vida, segurança, sossego, tranquilidade. 12 fichas (na contagem oficial **11 fichas**) para educação. **12 fichas** para saneamento básico e **8 fichas** (na contagem oficial **6 fichas**) para a qualidade da água. Samuel pergunta aos participantes como é o sistema de abastecimento de água, as pessoas respondem que tem os dois tipos, coletivo e individual, tudo vem do manancial. Um participante cita que em dias que há pouca chuva, seca o manancial. Uma participante cita que apesar de ter secado não faltou água. O participante cita a importância da preservação da nascente, que é isso que gera a qualidade e o abastecimento da água. Samuel questiona se há a verificação de destinação inadequada de esgoto nos corpos d'água, uma participante cita que apesar do programa microbacias os sumidouros que foram fornecidos eram pequenos e as fossas acabaram enchendo e o esgoto vazando.

5 fichas para a agricultura (na contagem oficial **4 fichas**). Samuel questiona se a maioria vive da agricultura, e os participantes dizem que quem está presente não vive da agricultura, mas que na área rural há bastante essa dinâmica econômica.

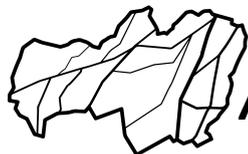
Samuel lê aspectos citados duas vezes, como o clima e a natureza. A participante explica que quando colocou clima quis se referir a qualidade de vida. O posto de combustível foi citado duas vezes. Apareceu em uma ficha o turismo religioso e cultural. Samuel questiona se os participantes visualizam a possibilidade de expansão das atividades de turismo, os participantes respondem que sim. Aparece em uma ficha como aspecto positivo a manutenção das estradas.

Samuel questiona se os aspectos positivos lidos contemplam a área territorial de Barra Clara. Uma das participantes cita que é positiva a questão da energia elétrica.

Terceira Parte – Segunda Rodada: Cite três aspectos negativos de Angelina

20h Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas rosas para que escrevam em cada uma delas os aspectos negativos de Angelina.

19 fichas de aspecto negativo descrevem o saneamento básico. Samuel questiona qual aspecto do saneamento e os participantes respondem que é a questão do esgoto.



O segundo aspecto que apareceu **11 vezes**, foi o lazer. A população diz que não tem uma infraestrutura de lazer adequada na área, por exemplo, uma praça, um parque, um evento cultural. Samuel questiona o que a população gostaria de ter, os participantes respondem que um parque para as crianças, uma praça para reunir a comunidade.

Em terceiro lugar, com **10 fichas** para má qualidade da pavimentação das estradas.

8 fichas (na contagem oficial **9 fichas**) como aspecto negativo falta de espaço para escola municipal. Os participantes citam que são duas escolas que funcionam no mesmo espaço, a municipal e a estadual.

6 fichas para falta de policiamento, posto policial. Samuel questiona se há problema com roubos, e os participantes dizem que o problema está mais relacionado ao que eles chamam de “esporrinho” (que significa a algazarra feita, por exemplo, música alta e arrancadas de carro).

6 fichas para a ausência de farmácia. Uma participante cita que não há remédios básicos muitas vezes e que é necessário que haja maior acesso.

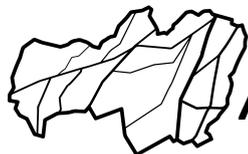
4 fichas para falta de lombada. Um participante cita que os caminhões carregados passam muito rápido e que é necessário que haja lombadas.

Com **2 fichas** a descrição sobre a falta de loteamentos no perímetro urbano. Samuel questiona se os participantes desejam que haja uma expansão urbana na área de Barra Clara especificamente, e os participantes respondem que sim, e que há vontade de que a família permaneça próxima para isso é necessário mais lotes. Um participante cita que as áreas de APP são grandes para ocupação.

2 fichas para cooperativismo, Samuel questiona o significado e os participantes explicam que é a ausência de fomento ao cooperativismo.

2 fichas sobre ausência de preservação. Um participante cita que quando os empreendedores de PCH vieram, houve uma fala das empresas dizendo as coisas positivas que fariam, sobre preservação e conscientização e que na verdade o que se percebeu foi o inverso disso, que houve mais degradação ambiental. Samuel explica como essa fala por parte dos participantes é importante. Um dos participantes fala sobre a questão da não execução de pontes sobre as pchs. Há um consenso entre os participantes sobre os malefícios dessas instalações.

2 fichas (na contagem oficial **1 ficha**) a respeito da metragem das áreas de APP. Samuel explica a questão das legislações federais e que não há muita margem para a alteração, e que municípios que fizeram legislações muito flexíveis, com recuos de 5 metros estão em processos com o Ministério Público já que tal alteração sem estudo técnico incorre em



improbidade administrativa. Samuel explica que possíveis flexibilizações só são possíveis em processos de regularização fundiária em Áreas Urbanas Consolidadas.

Uma participante questiona o que são Áreas Urbanas Consolidadas. Samuel explica que a área urbana de Barra Clara é uma área urbana consolidada, já que possui um histórico de ocupação e reconhecimento por parte do poder público, além da implantação de infraestrutura. Uma participante pergunta qual é o recuo, o Sr. Michel respondeu que não sabe exatamente ao certo, já que estamos em uma fase de transição, e que o PD de 2008 aponta 15 metros, mas que pelo Código Ambiental é 30 metros.

Samuel explica como cada uma das áreas precisa ser estudada, já que cada uma é diferente, inclusive pela diferença dos corpos d'água. O Sr. Michel fala como é importante que haja estudos técnicos sérios, já que muitos municípios encomendam estudos apenas para atender os anseios de liberação das prefeituras, agindo de forma errônea, sem considerar os aspectos ambientais relevantes.

1 ficha para infraestrutura. Samuel fala que infraestrutura contempla muitas coisas, mas que pelos aspectos já citados dá para compreender.

1 ficha para o atendimento dos médicos que têm um horário reduzido. As participantes citam que também no fim de semana não tem atendimento.

Samuel questiona se os participantes concordam com os aspectos negativos citados e a ordem dos problemas citados da maior para menor relevância. Os participantes concordam que sim.

Quarta Parte – Poemas dos Desejos: Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?

Às 20h41min inicia a dinâmica em que os participantes recebem 1 ficha para que respondam ao questionamento “Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?”.

Encerramento

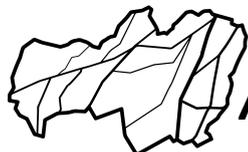
Samuel encerra a Oficina Territorial de Barra Clara às 20h50min.

Os participantes são convidados a tirar uma fotografia como registro.

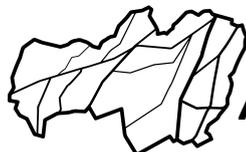
4.3.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Sandra Valter Raimundo	Barra Clara	Vice presidente Associação de Moradores





2	Clemerson Ventura	Barra Clara	Presidente Associação de Moradores
3	Amanda de Melo	Barra Clara	Diretora Escola / Moradora
4	Carla Clarice Blolosfela	Barra Clara	Moradora
5	Nelsi Kreszuh Felipe	Barra Clara	Grupo Igreja / Grupo de Idosos
6	Cinthia Furbringer	Barra Clara	CDTA Suplente
7	Maria de Fátima Teixeira de Melo	Barra Clara	CTBA
8	Adriana Goerdert Mendes	Barra Clara	-
9	Armi Salete Goerdert Rubik	Barra Clara	Associação de Moradores
10	Helim Francisco Goeseil	Barra Clara	
11	Emervalda Pereira Furbringer	Barra Clara	Grupo de Idosos
12	Vilma N. Alfhen Coelho	Barra Clara	Grupo de Idosos
13	Eleana Maria Goedert P	Barra Clara	Comunidade
14	Marli H. Rulale	Barra Clara	Moradora
15	Eliete P. Rubick	Barra Clara	Moradora
16	Aleandro Raimundo	Barra Clara	Morador
17	Janete Hoffmam Rubick	Rio São João	Moradora / Professora
18	Nilson Rubick	Rio São João	Professor
19	Vilmar Diel	Fartura	Vereador
20	Laércio M.	Barra Clara	Agricultor
21	Anderson Sculumila	Barra Clara	Empresário
22	Sidinei Becker	Rio do Norte	Agricultor
23	Pedro Francisco		
24	Michael Soares	Centro	Prefeitura
25	Aparecida Felipe	Barra Clara	Moradora
26	José S. H.	Rio São Sebastião	Morador
27	Acácio Luiz Goedert	Barra Clara	Morador
28	Genilson Kammers	Barra Clara	Morador



Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Mariana Panzera	Redação da Ata
3	Marcio de França Santos	Apoio
4	Maria Carolina Romi	Apoio

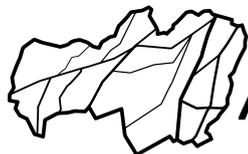
4.3.2. Fotos das 1ª Oficina Territorial de Barra Clara



4.4. Ata da 1ª Oficina Territorial do Centro

Ata da Primeira Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: Realização da primeira rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de



Angelina, sendo a primeira, na **Área Territorial do Centro**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 10 de novembro de 2022, de modo presencial, no Conselho Comunitário de Angelina, situado à Rua Manoel Duarte, nº 123, no bairro Centro. O objetivo da Oficina Territorial foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; o cronograma de trabalhos e realizar atividade e leitura comunitária, em que os participantes opinaram sobre os problemas e aspectos positivos do município de Angelina.

Gravação da Oficina: em virtude de problemas técnicos o arquivo da gravação desta oficina foi corrompido e portanto não conseguimos publicá-lo.

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

Samuel dá início a apresentação às 18h50min.

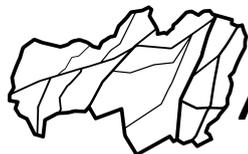
Samuel apresenta a equipe presente, fala sobre as oficinas territoriais já realizadas, e apresenta brevemente a dinâmica das fichas sobre os pontos positivos e negativos que será realizada mais adiante.

Toda a apresentação é acompanhada de slides projetados para todos os participantes, obedecendo a ordem de conteúdos a serem apresentados.

Samuel explica que o Plano Diretor é um instrumento de ordenação urbana, exemplifica que as cidades que são reconhecidas por serem cidades “boas para se morar” não são feitas ao acaso, são fruto de elementos de planejamento, como regulamentações de padrões construtivos, definições de usos, atividades e suas proximidades e distâncias. Samuel explica que todos têm direito a estar na cidade e que o plano equaliza o seu funcionamento.

Samuel explica que a equipe técnica da ufsc não foi contratada para definir o conteúdo do Plano Diretor, mas sim capturar as demandas da população, por meio dos processos participativos que definirão os caminhos da futura lei. Samuel explica brevemente as etapas de diagnóstico e diretrizes. Samuel deixa aberto para que os participantes sintam-se à vontade para explanar suas dúvidas e comentários. Samuel diz que a apresentação tem previsão de apresentação de 15 minutos.

Samuel explica a relação tripartite do convênio para a revisão do plano diretor de Angelina feito entre a Prefeitura Municipal, sendo a contratante, a FAPEU, como gestora administrativa e financeira, e a Universidade Federal de Santa Catarina como contratada. Samuel cita os diferentes profissionais que compõem a equipe técnica da UFSC.



Samuel apresenta a metodologia e regras do jogo para revisão e aponta que o processo metodológico tem como base a participação social que inclui a realização das oficinas territoriais, o questionário de leitura comunitária, e as iniciativas populares que poderão ser demandadas pela sociedade civil. Explica que o meio campo entre as demandas advindas da participação é feito pelos técnicos da prefeitura e da ufsc e que o espaço decisório é do Conselho de Desenvolvimento Territorial. Aponta que haverá ainda ao longo da revisão do plano mais uma audiência pública e também a consulta pública final.

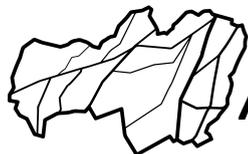
Samuel comenta sobre a realização da primeira audiência pública de lançamento do processo de revisão do plano diretor, que ocorreu no dia 15 de outubro de 2022, bem como sobre a aprovação da metodologia e regras do jogo pelo CDTA. Samuel explica que a segunda audiência pública terá como conteúdo a apresentação do Diagnóstico de Leitura da Cidade. Samuel explica que o último evento público será em formato de Conferência, em que será apresentado o texto do projeto de lei. Neste evento haverá a disponibilização prévia do texto de projeto de lei e todo o documento será apresentado para a população que poderá proceder com comentário e sugestão. As contribuições serão sistematizadas, analisadas e posteriormente será dado um encaminhamento, apontando a aprovação e inserção ou reprovação justificada, após o texto final será redigido por completo e encaminhado para aprovação do CDTA.

Samuel explica as etapas da revisão do PD e aponta que a Etapa 01 já foi finalizada. O trabalho da Etapa 01 incluía a organização das equipes, a elaboração da identidade visual, a realização da primeira Audiência Pública, dentre outras atividades. A atual Etapa 02 inclui a realização da primeira rodada das oficinas territoriais. Samuel reitera que o resultado das leituras técnicas e comunitárias serão apresentadas em formato de Leitura da Cidade na Audiência 02, provavelmente entre o final de fevereiro e início de março. Samuel explica que haverá ainda a segunda rodada de oficinas territoriais em que serão apresentadas para além da leitura da cidade, as diretrizes e eixos estratégicos com base nelas.

Samuel fala sobre o repertório da equipe que participou do processo de revisão do Plano Diretor de Nova Serrana no estado de Minas Gerais e de como o trabalho deu certo pela sua aprovação unânime no Conselho e na Câmara de Vereadores dentro do prazo de trabalho. Samuel cita de forma antagônica o caso de Florianópolis para explicar a importância da definição das regras do jogo e da participação popular para que o processo não se alongue muito e que seja legitimado e reconhecido no processo de aprovação da lei.

Samuel apresenta a tabela onde constam os representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial, explica como as normativas do antigo Ministério das Cidades exigem que haja destaque (maior porcentagem) para sociedade civil em detrimento dos técnicos e que em Angelina a grande maioria é representante territorial.





Samuel pergunta de qual bairro os participantes são e os participantes levantam as mãos conforme os bairros são citados na leitura do slide. Samuel apresenta alguns aspectos e dados presentes no slide sobre o município de Angelina. Inclui a apresentação das imagens que remetem ao município, como as referências imagens das belezas naturais e patrimônios.

Samuel apresenta as dimensões gerais de planejamento presentes no slide, cita em especial a questão do saneamento, na dimensão dos resíduos sólidos em que Angelina é reconhecida nacionalmente pelo sistema de eficiência. Samuel explica as dimensões do saneamento básico, sua relação com a sustentabilidade, explica que o desenvolvimento urbano de um município depende de um equilíbrio entre a ocupação e a não descaracterização dos elementos que são de valor ambiental.

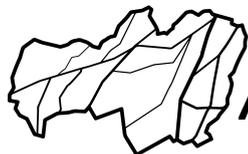
Samuel fala sobre o tema da mobilidade, de como ela é citada nas diferentes oficinas pela questão dos acessos às localidades, e sobre a questão do uso da bicicleta. Cita a participação social vinculando com a realização das outras audiências. Samuel fala sobre a questão das áreas de lazer que foram citadas nos outros eventos das oficinas territoriais, e de como a ausência desses espaços talvez não seja uma demanda da área central.

Samuel fala sobre a demanda de expansão urbana, explica a questão de abertura de loteamentos. Explica que a abertura de loteamentos fora do perímetro urbano, em áreas muito distantes podem gerar ônus ao município, já que demanda a implantação de serviços urbanos, construção de equipamentos urbanos e instalação de infraestrutura. Samuel exemplifica a questão da implantação de escolas e de como é necessário que se planeje a localização deste equipamento para que seja próximo às áreas de residência, simplificando acesso e segurança. Samuel explica a questão da habitação, que ainda que a população de Angelina não seja empobrecida é necessário que se pense naqueles que não têm condições de adquirir locais regulares para construção. Samuel exemplifica por meio do caso da cidade de Florianópolis como se caracterizam as ocupações irregulares, aponta que um dos motivos é a ausência de espaços condizentes com o poder de compra da população de baixa renda.

O Sr. Michel fala em como o valor da terra no município de Angelina está subindo em desacordo com o salário dos trabalhadores, e de como a área central é especialmente cara para o cidadão médio de Angelina. Samuel amplia o debate falando que há também em Angelina pouca disponibilidade de habitações. Explica que no caso de cidades turísticas como Florianópolis, ainda que se tenha um salário representativo, o valor dos imóveis é fora da possibilidade de compra, mas que em cidades como Angelina é possível que se tenham instrumentos para equalizar.

Samuel fala sobre os aspectos relacionados à educação e saúde relativo aos equipamentos públicos, que é unânime nas outras oficinas territoriais a qualidade dos serviços. Samuel fala sobre as questões relativas à acessibilidade.





Samuel fala sobre a regularização fundiária e as questões de parcelamento, chacreamentos irregulares. E que o plano poderá atuar na verificação das possibilidades de áreas passíveis de regularização, e que naquelas em que não haverá possibilidade não significa que serão necessariamente removidas, a não ser que haja situações de risco.

Segunda Parte – Primeira Rodada: Cite três aspectos positivos de Angelina

Às 19h35min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas verdes para que escrevam em cada uma delas os aspectos positivos de Angelina.

Samuel inicia a leitura das fichas, entre aquelas que foram mais citadas entre os aspectos positivos. O tema que apareceu de forma mais recorrente em **9 fichas** foi a educação.

3 aspectos apareceram com **8 fichas cada**.

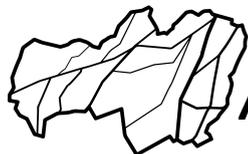
8 fichas foram destinadas aos aspectos de espaço público, praças, pontos turísticos e praça central. Dois participantes dizem que discordam, comentaram que não gostam das construções que estão sendo feitas na praça, e que ela aos poucos está sendo descaracterizada pelo excesso de edificações. Um dos participantes fala da dificuldade de uso de equipamentos para esporte, porque há alta demanda e poucos horários. Citam que historicamente o rio era usado pelo potencial de uso e que isso foi sendo paulatinamente proibido pela CASAN. Um dos participantes cita que foi proibido por conta dos riscos de afogamento e por conta das turbinas. Samuel explica que é importante que essas áreas sejam mapeadas para verificar os potenciais de aproveitamento, considerando os riscos das atividades.

8 fichas referentes à saúde também foram colocados, um dos participantes fala sobre ter morado em outras cidades e não ter tido acesso como tem em Angelina, no entanto cita que as especialidades são difíceis, no entanto ele pondera que entende, e cita também a questão do acesso à Educação de Ensino Público.

O Sr. Luiz, da equipe técnica da UFSC, questiona os participantes se em relação às fichas de saúde, o aspecto positivo é referente a disponibilidade dos espaços ou a qualidade de atendimento. Os participantes respondem que é referente às especialidades de atendimento.

8 fichas também para a questão do meio ambiente, natureza, rios centrais, e elementos ambientais. Samuel comenta que esse aspecto apareceu em todas as oficinas. Um dos participantes cita a questão do potencial turístico. Dois participantes citam como as PCHs estão destruindo as cachoeiras. Os participantes dizem que as PCHs não trazem benefício algum para o município e que a população “paga o preço” pelas instalações.

6 fichas de aspectos positivos como patrimônio, fachadas das casas, pelo valor histórico. Um dos participantes cita que esse elemento também pode ser explorado turisticamente.



6 fichas (na contagem oficial 5 fichas) referentes a questão do saneamento, e também ao recolhimento do lixo. Samuel lembra das dimensões do saneamento (drenagem urbana, lixo, esgoto e água).

6 fichas para qualidade de vida, povo acolhedor, hospitalidade. Samuel fala que parece um tema genérico, mas que os elementos da cidade somados como qualidade de educação, saúde, segurança é que levam a população a considerar a cidade boa para se viver.

5 fichas para turismo. Samuel questiona se é como potencial, e os participantes dizem que sim. **4 fichas** para agricultura, funcionamento da agricultura. Samuel questiona se é um potencial de funcionamento ou se a agricultura existente é positiva, para se entender quais aspectos considerar no Plano, uma participante responde que houve evolução na atividade econômica e que o pessoal do comércio sente que é a população que trabalha com a agricultura que sustenta o funcionamento.

O Sr. Luiz, da equipe técnica da UFSC, questiona se há atividade econômica voltada à agricultura na área central ou só na área rural. Um dos participantes diz que não há uma diferenciação, é só a questão de acesso e quantidade. Samuel questiona se o pessoal tem interesse em manter as áreas de cultivo. Um participante responde que acredita que há a necessidade de manter. Um participante responde que “estamos no centro e que não há muitas áreas de cultivo aqui”. Samuel pergunta se há áreas grandes no centro que não há cultivo e os participantes respondem que sim.

Samuel lê fichas de acessibilidade, manutenção e qualidade de estradas, 4 fichas ao todo. Uma participante diz que pela quantidade de estradas é realmente importante esse aspecto. Outras fichas são lidas referentes a segurança. Outras fichas referentes ao comércio e gastronomia.

Todos concordam com os aspectos positivos e a ordem de importância quando questionados por Samuel.

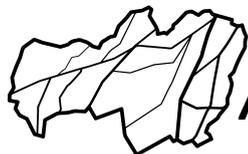
Terceira Parte – Segunda Rodada: Cite três aspectos negativos de Angelina

20h13 Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas rosas para que escrevam em cada uma delas os aspectos negativos de Angelina.

Samuel lê que dois problemas apareceram 13 vezes.

Foram **13 fichas** para saneamento básico, principalmente referente ao esgoto.

13 fichas para calçadas e mobilidade. Samuel questiona a respeito da via São Francisco que foi citada em uma das fichas, um dos participantes responde que é necessário que se pense em transformar ela em apenas um sentido. Um participante fala sobre o calçamento das



estradas do Garcia, e que há uma preocupação em como ficará no futuro, já que hoje é tranquilo e que com a pavimentação esse fluxo pode ficar muito intensificado. Samuel comenta que para além do fluxo a expectativa de intensificação gera especulação sobre as áreas lindeiras também.

6 fichas para atividades educacionais no contraturno, falta de áreas de lazer e cultura. Samuel explica porque foram reunidas essas fichas já que a condição a esses aspectos são similares.

5 fichas para falta de incentivo aos jovens agricultores, falta de emprego, falta de mão de obra qualificada. Samuel explica que essas fichas são voltadas não ao ensino fundamental e básico, mas à possibilidade da continuação de estudo para trabalho.

4 fichas referentes a aspectos construtivos, que inclui regularização fundiária e construções irregulares.

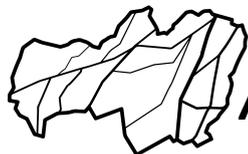
Samuel lê fichas que descrevem financiamento de moradias, altos aluguéis. Samuel reitera os aspectos citados anteriormente. Um dos participantes fala sobre a verticalização de edificações para ter mais densificação.

Samuel lê uma ficha sobre falta de estruturas gastronômicas. Os participantes citam as questões referentes aos potenciais turísticos e a necessidade de que esses espaços sejam fomentados. Um participante cita que tinha uma atividade de cafeteria em uma cidade próxima, mas que não se sustenta economicamente. Um participante fala que oscila bastante o consumo, dias em que está preparado para receber muitas pessoas e só consomem 8 clientes, e que às vezes sem preparação apareciam 80 clientes.

Samuel lê fichas sobre parcelamento do solo e expansão urbana, bem como as dimensões de área de app. Samuel explica as questões das legislações federais de definição das áreas de APP, e aponta que as flexibilizações normativas só são possíveis em áreas urbanas consolidadas.

O Sr. Michel fala que é importante não gerar expectativas falsas sobre as flexibilizações, pretendendo comparar Angelina com outros municípios, em que foram aprovadas legislações que reduziram para até 15m ou 5m os recuos em relação a possibilidade de ocupação de bordas de cursos d'água, já que essas leis foram derrubadas pelo Ministério Público (MP). Um dos participantes cita também a questão da lei municipal de liberação para ligação de luz em áreas irregulares e que também foi derrubada pelo MP. O participante fala também sobre a mata atlântica sendo derrubada para área de plantio.

Um dos participantes cita a questão da mata ciliar protegida. Samuel explica que essa é a base do estudo hidrológico necessário, para avaliar e identificar áreas.



Um participante pergunta se em caso de construção irregular há a possibilidade de regularização, algum programa sobre isso. Samuel explica que o plano pode apontar a necessidade de que se promova a regularização em áreas específicas. O participante cita a questão do parcelamento irregular de um vizinho. Samuel explica a importância da regularidade, inclusive em relação aos processos de compra e venda.

Samuel lê ainda como aspectos negativos a construção de PCHs. O Sr. Michel cita quais são as PCHs que existem e também as que estão em construção. Samuel explica que é necessário pensar em políticas de compensação por parte dos empreendimentos, o Sr. Luiz, da equipe técnica da UFSC, acrescenta a necessidade que haja estudos de impacto de vizinhança. O Sr. Michel diz que eles têm recebido os projetos já aprovados em várias instâncias superiores e que vê como possibilidade a união da população para barrar essas construções negativas e explica que o município não ganha nada nem em questão tributária. Um participante fala que um dos empresários de uma PCH quando da construção do empreendimento, trouxe várias mudas de plantas, tirou foto com as crianças e nunca mais fez nada pelo município. Um participante fala que constam 3 PCHS em construção, 3 em projeto e 1 embargada que constam no site do governo do estado. O Sr. Luiz, da equipe da UFSC, fala que o Estudo de Impacto de Vizinhança como instrumento local de planejamento funciona para controle e também para compensação e distribuição até mesmo de recursos para processos relevantes, explicando como, de que forma, quanto e quando.

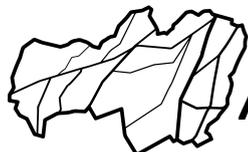
Samuel lê fichas de estrutura para turismo. O Sr. Rubens, secretário de turismo de Angelina, explica que há locais, mas que estão em processo de melhoria para o atendimento, citando a questão de levantamento do SENAC. O Sr. Michel fala sobre a casa do turista.

Samuel lê fichas sobre falta de policiamento, falta de redes móveis, falta de médicos veterinários e cão latindo.

Samuel pergunta se o pessoal concorda com as fichas lidas.

Um dos participantes pergunta se existe algum estudo que foi feito sobre a proximidade entre rios e estradas em fundo de vale, e se essas áreas haverá reserva ambiental já que estão consolidadas nesse formato, também critica a lei que estabelece os 30 metros de APP. Samuel explica que é uma questão a ser enfrentada.

Samuel fala sobre as áreas em que há possibilidade de expansão em respeito às áreas de APP, e que não é possível usar sempre a situação específica para analisar a totalidade. Um participante fala sobre a questão da produção de morangos em estufa e que é necessário que haja espaço para isso. Samuel explica sobre a possibilidade de indicar áreas passíveis de receber esse tipo de produção. Um participante cita as questões de compensação que podem ser feitas.



O Sr. Luiz fala que é importante levar em consideração esse grupo de municípios que têm características similares de conformação espacial, com histórico da ocupação e características comuns, e que é importante pensar em soluções coletivas, em parcerias e acordos intermunicipais para grandes áreas de conservação, por exemplo, para que possam ser ocupadas determinadas áreas para produção, já que os corpos d'água são compartilhados.

Samuel explica sobre a preservação dos mananciais de água de Angelina que são importantes para todos os municípios, que é um benefício para todos os municípios do entorno também e que isso deve ser reconhecido.

Um participante fala sobre os agrotóxicos usados nas áreas de agricultura que também prejudica outros municípios.

Quarta Parte – Poemas dos Desejos: Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?

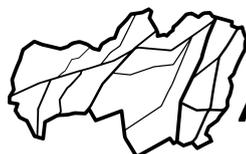
Às 21h41min inicia a dinâmica em que os participantes recebem 1 ficha para que respondam ao questionamento “Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?”.

Encerramento

Samuel encerra às 21h10min. Os participantes são convidados a tirar uma fotografia como registro.

4.4.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial do Centro

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Nilson Bruch	Centro	Trabalho
2	Mariana Sens	Centro	PMA
3	Jair Jose Mafra	Centro	Aposentado
4	Thiago Fabiano Sens	Centro	Sens. Rest
5	Rubens Diego A Santos	Centro	P.M.A
6	Ricardo C. S. Scutos	Centro	Empresário
7	Edna Maria Mendes	Palhocinha	CRAS
8	Rodescir C. Fuck	Centro	Resi OKZD.
9	Patrícia Bepter	3º Linha	Moradora
10	Adelio Nildo Da Cruz	Centro	AngelMigos
11	Edgar Muller	Linha do Chaves	Agricultura



12	Luiz Artur dos Santos	Centro	P.M.A
13	Claudio Inácio Schuck	CDTA	Linha do Chaves
14	José Alberto Werner	Centro	Aposentado
15	John Lenon Batista Eli	Centro	Técnico Agrícola
16	Adinei Boaventura	Centro	Prefeitura
17	Edevilson Boni Debas Coelho	Centro	Motorista
18	Gertrudes Junkes	Centro	Empresa
19	Dauri Exterkoether	Centro	APAE
20	Vilmar Worlich	Betania	Secretaria Agri.
21	Rubens Felipe da Silva	Centro	Diretoria de Turismo
22	Ademir F. Marts	Betania	Vereador
23	Altair Huller	Centro	Mecânico
24	Felício Y.	Linha do Chaves	-

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Centro

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Mariana Panzera	Redação da Ata
3	Luiz Antônio Medeiros da Silva	Apoio
4	Julia Anacleto Silva	Apoio
5	Francieli Hang Telli	Apoio

4.4.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial do Centro





4.5. Ata da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia

Ata da Primeira Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: Realização da *primeira rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a primeira, na **Área Territorial de Alto Garcia**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 17 de novembro de 2022, de modo presencial, no Salão da Igreja Católica São Marcos, no bairro Alto Garcia. O objetivo da Oficina Territorial foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; o cronograma de trabalhos e realizar atividade e leitura comunitária, em que os participantes opinaram sobre os problemas e aspectos positivos do município de Angelina.

Gravação da Oficina: em virtude de problemas técnicos o arquivo da gravação desta oficina foi corrompido e portanto não conseguimos publicá-lo.

Redação da Ata: Mariana - Equipe Técnica UFSC

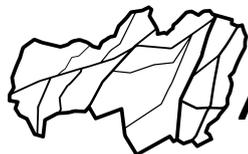
Revisão da Ata: Maria Carolina Romi - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

19h12min Samuel dá abertura. Samuel pede desculpas pelo atraso em razão dos acidentes causados ao longo do caminho. Samuel se apresenta e apresenta a equipe da UFSC e a equipe técnica da prefeitura.

Samuel explica que é a quinta oficina territorial. Samuel explica que fará uma apresentação de 15 minutos e deixa aberto para que os participantes se sintam à vontade para falar as dúvidas. Samuel agradece a presença de todos, salienta que há várias pessoas e agradece.

Toda a apresentação é acompanhada de slides projetados para todos os participantes, obedecendo a ordem de conteúdos a serem apresentados.



Samuel explica que a expectativa é de 2h de oficina. Samuel pergunta se os participantes sabem o que é o Plano Diretor, se já ouviram falar sobre. Alguns participantes respondem que não. Samuel explica que o Plano Diretor é um instrumento de planejamento do município, cita exemplos como definição de abertura de loteamentos, proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico, da abertura de vias, que serve para orientar o crescimento urbano, Samuel explica que boas cidades, cidades agradáveis, não são frutos do acaso, são frutos de Planejamento. Samuel explica que cada cidade deve ser analisada em suas especificidades e que é por isso que se realizam as oficinas, para ouvir a população já que não é a equipe que define o que o Plano deve atender, mas sim cruzar as informações técnicas com as expectativas dos moradores.

Samuel disse que algumas demandas aparecem na oficina e que não necessariamente tem a ver com Planejamento, mas que elas serão encaminhadas para as secretarias específicas. Cita que cada obra no município de Angelina gera alguma coisa e que é difícil reverter em caso de equívoco.

Samuel explica a relação tripartite do Plano entre a Prefeitura Municipal de Angelina, a Universidade Federal de Santa Catarina e a FAPEU. Samuel explica brevemente que ao final do processo o plano é enviado à Câmara de Vereadores em formato de projeto de lei que deverá ser analisado pelos vereadores. Samuel cita o exemplo de Florianópolis que passou 11 anos elaborando o plano e que nossa expectativa é de 10 meses, e que por isso é importante que os representantes da câmara estejam presentes e que haja participação.

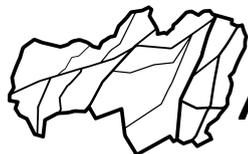
Samuel fala da questão dos recursos financeiros serem destinados basicamente para deslocamento, alimentação e pagamento de bolsa.

Samuel explica a metodologia e regras do jogo explicando que estamos na etapa das Oficinas Territoriais.

Samuel fala sobre a questão do questionário disponível, em que constam as dimensões de planejamento, Samuel cita a questão das iniciativas populares que podem reivindicar novas reuniões caso vejam necessidade. Samuel explica o papel da Equipe Técnica da UFSC e da Prefeitura Municipal.

Samuel explica que a instância decisória é o Conselho de Desenvolvimento Territorial, em que estão inseridos vários representantes da sociedade civil e organizada. Samuel cita a Audiência Pública dentro das etapas do Plano, que deverá ser realizada em local acessível para toda população. Samuel explica que a Conferência Final será a última instância de consulta para o projeto de lei especificamente, em que serão lidos todos os artigos e que a população poderá fazer as contribuições.





Samuel explica que cada instância participativa é importante para que todos participem para que controlem o processo do Plano Diretor. Samuel explica que um plano diretor que geralmente funciona é aquele que a população consegue controlar e cobrar.

Samuel começa a explicar a metodologia junto ao cronograma, explica a primeira etapa que já foi consolidada e finalizada no dia 15 de outubro com a realização da primeira audiência pública. Samuel explica que se os participantes não souberam da realização da primeira é porque os recursos para informar eram menores do que são agora e que para as próximas etapas eles serão todos informados por meio dos canais de comunicação que teremos contato agora.

Samuel explica um pouco da dinâmica que virá na sequência sobre os pontos positivos e negativos de Angelina. Em que os negativos devem ser enfrentados e os positivos ressaltados.

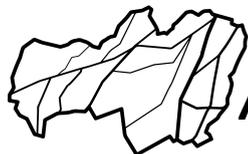
Samuel explica que a Leitura Técnica está sendo realizada de forma concomitante, em que estão sendo analisadas as dimensões de planejamento. As Leituras Técnica e Comunitária serão cruzadas ao final para identificar os aspectos que serão apontados nas diretrizes e eixos estratégicos. Samuel diz que o trabalho do planejador deve estar atrelado ao conhecimento da população (motivação das oficinas).

Samuel explica que na terceira etapa tendo identificado os problemas serão definidas as diretrizes e eixos estratégicos para cada um. Samuel explica que após isso será realizada uma nova rodada de oficinas territoriais para verificar se a população identifica que estão contemplados. Samuel explica que a etapa 4 será a consolidação de tudo isso em um texto que deverá ser colocado em formato de legislação para que se tenha a versão preliminar do Plano. Após se terá a Consulta Pública para consolidação do PDP, haverá a Conferência e após a versão final será encaminhada para a Câmara de Vereadores. Samuel explica que a expectativa é que se chegue em junho a um texto do PL.

Samuel apresenta os representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial, citando os representantes rurais da Macrozona de Alto Garcia.

Samuel pergunta para cada um dos participantes se eles se identificam nos bairros presentes da Área Territorial de Alto Garcia. Samuel explica a importância de ter representantes dos bairros para identificar as problemáticas específicas de cada um deles.

Samuel fala sobre os aspectos gerais de Angelina, cita especificamente que o território de Angelina é maior que o da Ilha de Florianópolis e que a população está diminuindo segundo o Censo. Samuel fala sobre as questões da paisagem de Angelina e patrimônios arquitetônicos e religiosos. Samuel fala sobre a importância de qualificar e resguardar aquilo que é excepcional em Angelina.



Samuel cita as dimensões de planejamento e que o Plano Diretor tem influência. Cita como a questão do saneamento tem sido citada ao longo das oficinas apesar do destaque positivo para coleta de lixo. Samuel fala sobre as ocupações em APPs: que é necessário refletir entre as ocupações possíveis e regularizações e o que não pode ser autorizado/legalizado. Samuel cita a importância da presença e da participação social. Alguns participantes já comentam que áreas de lazer e esporte são inexistentes. Samuel explica sobre as definições de parcelamento, uso e ocupação do solo e as condições econômicas possíveis para instalação de empresas, por exemplo. Samuel explica a questão dos loteamentos, e exemplifica citando a possibilidade de instalação de loteamentos muito distantes que são onerosos ao município e conseqüentemente aos munícipes e que esse é o papel do plano, identificar melhores lugares para expansão urbana que sejam mais adequados para que se estendam as infraestruturas urbanas e o atendimento dos equipamentos. Samuel explica a questão das ocupações informais, e que em Angelina não se verifica, é possível perceber que a população consegue ter acesso a um terreno e uma construção adequada. Samuel lê os outros elementos e fala por fim sobre a regularização fundiária e sobre a possibilidade de criar possibilidade para que determinadas áreas tenham titulação e que há outras áreas que não são passíveis de regularização.

Segunda Parte – Primeira Rodada: Cite três aspectos positivos de Angelina

Às 19h52min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas verdes para que escrevam em cada uma delas os aspectos positivos de Angelina.

20 fichas sobre tranquilidade, bom lugar para se viver. Samuel fala sobre como o Plano Diretor deve manter essa boa qualidade de vida.

4 dimensões com 8 fichas: relação da comunidade, convivência, comunidade unida, todos amigos. Uma participante diz que todos são parentes, todos riem. 8 fichas para transporte escolar. 8 fichas para segurança.

8 fichas para escola, bom colégio, boas escolas, educação. Samuel fala que é algo que aparece muito nas oficinas territoriais, os elogios as escolas.

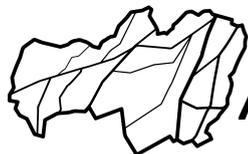
5 fichas para água potável, nascentes, saneamento, água de boa qualidade. Samuel fala sobre como a preservação é importante.

4 fichas para atendimento de saúde, bons médicos. Samuel pergunta se os postos de saúde funcionam bem, todos concordam que sim.

4 fichas para natureza, belezas naturais. Aspecto importante para o PDP.

4 fichas para moradias, moradias adequadas, fora de área de risco.





3 fichas para coleta de lixo, recolhimento de lixo.

Uma participante fala sobre como o microbacias foi importante para qualidade da água e recolhimento do esgoto.

1 sobre igreja, 2 sobre pavimentação. 1 sobre alta taxa de produção agrícola.

Samuel lê sobre Canudos, praticidade para acessar o centro de Angelina.

Samuel questiona se alguma coisa dos aspectos não apareceu. Os participantes concordam que os citados estão adequados.

Terceira Parte – Segunda Rodada: Cite três aspectos negativos de Angelina

20h19min Samuel inicia a dinâmica em que os participantes recebem 3 fichas rosas para que escrevam em cada uma delas os aspectos negativos de Angelina.

22 fichas sobre a qualidade das estradas: más estradas, falta de calçamento, mobilidade de estradas ruim, mata fechando as estradas, falta de pavimentação, dentre outros.

Dois problemas que apareceram 12 vezes: problema com borrachudos e mosquitos; áreas de lazer; áreas de lazer e esporte; parque para criança; e falta de área de lazer para criança.

7 fichas para saúde: agentes de saúde sem visitas; falta de especialistas no posto de saúde; Secretaria de Saúde; sem consulta médica; e dificuldade de marcar exames.

5 fichas para suporte técnico para produção, necessidade de veterinário, de agrônomo.

5 fichas para transporte público, transporte para universidade, falta de transporte.

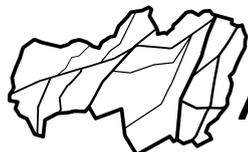
5 fichas para mobilidade, para aterramento em locais de alagamento, enchente nas estradas, enchente nas ruas.

2 fichas para dificuldade de se fazer loteamentos no Alto Garcia. Samuel explica as questões referentes a loteamento, áreas passíveis de serem loteadas e a disponibilidade de áreas públicas.

2 fichas para falta de oportunidade de trabalho para o jovem.

1 fichas para dificuldade de ligação de luz para as moradias. Samuel explica que a Celesc exige que a área seja regular e que moradia tenha projeto, explica também que cada área deverá ser avaliada nas suas especificidades.

1 ficha sobre incentivo a turismo; 1 ficha sobre iluminação pública; 1 ficha PCH (Samuel comenta que na Barra Clara foi muito citado, já que é uma infraestrutura que não traz retorno para o município); 1 ficha sobre falta de incentivo ao agricultor; 1 ficha sobre a ausência do



Poder Executivo na comunidade, para ver a questão das estradas; 1 ficha sobre lixo jogado na natureza; 1 ficha sobre saneamento básico (Samuel questiona se essa ficha refere-se ao tratamento do esgoto, mas ninguém se manifesta); 1 ficha sobre poeira nas áreas de trabalho (Samuel explica para sinalizar no plano as prioridades para pavimentação); “nossa região tem muita áreas de mil metros quadrados ou menos ou mais, como plano vai agir?”, Samuel explica sobre as questões da regularização, e que áreas fora do perímetro urbano não podem ser regularizadas, uma vez que não é possível a regularização fora do perímetro urbano. Uma participante cita o caso específico da família dela que recebeu como herança uma área e que eles dividiram entre os 5 irmãos, mas que não pode ser loteada fora do perímetro urbano.

Os participantes conversam entre si sobre os loteamentos rurais irregulares de outros municípios.

também prejudica outros municípios.

Quarta Parte – Poemas dos Desejos: Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?

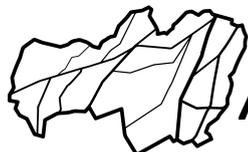
Às 20h53min inicia a dinâmica em que os participantes recebem 1 ficha para que respondam ao questionamento “Qual Angelina você quer para os próximos 10 anos?”.

Encerramento

Samuel encerra às 20h. Os participantes são convidados a tirar uma fotografia como registro.

4.5.1. Lista de Presença da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia

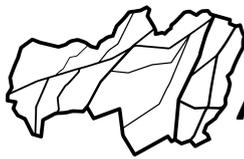
Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Rosemar Fonte	Alto Garcia	-
2	Leandro Montes	Alto Garcia	-
3	Pedrinho João Amoy	Rancho de Tábuas	-
4	Davi J. H.	Alto Garcia	-
5	Kiliano Eli	-	-
6	Guido Brum	Rancho de Tábuas	-
7	Alsomi Hannes	Rancho de Tábuas	-
8	Nivaldo Gorges	Rancho de Tábuas	-
9	Dirceu dos Santos	Alto Garcia	-



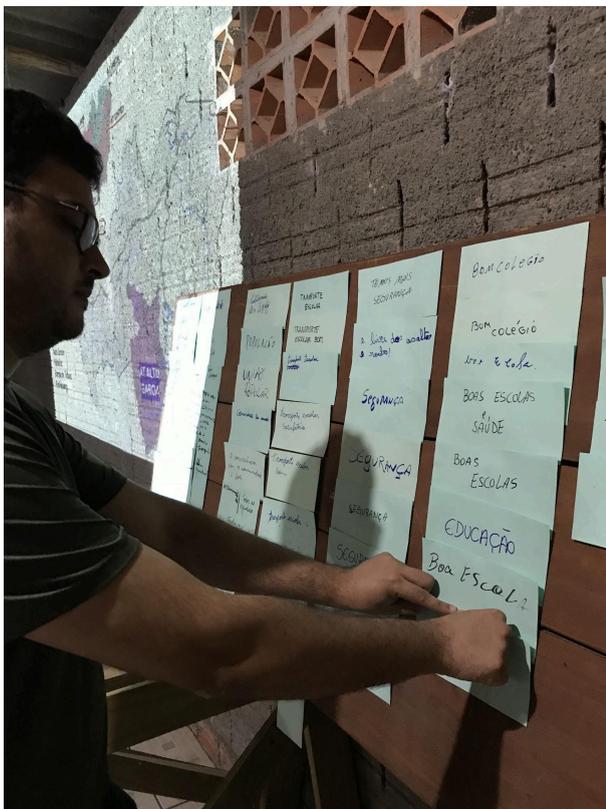
10	Wilmar Schmitz	Garcia	-
11	Silvana Schmitz	Rancho de Tábuas	-
12	Erci Martin Gudert	Alto Garcia	-
13	Wilson Gudert	Alto Garcia	-
14	Luzia Hillesheim	Alto Garcia	-
15	Luzia Brum	Rancho de Tábuas	-
16	Rosimeri Bruch Knaul	Rancho de Tábuas	CPC Alto Garcia
17	Isete Eli Vermohlen	Alto Mato Grosso	-
18	Valmor F. Vermohlen	Alto Mato Grosso	-
19	E. Eli	Alto Garcia	-
20	Adriana Bruch	Alto Garcia	-
21	Selma U. Knaul	Fartura	-
22	Jaine Knaul	Fartura	-
23	Vilmar Diol	Fartura	-
24	Luiz Antonio Heiderscheidt	Alto Garcia	-
25	Claudio Inacio Schuck	Linha de Chaves	CDTA
26	Neli Walter Koerich	Alto Garcia	-
27	André Raimundo	Alto Garcia	-
28	Marister Gorges May	Rancho de Tábuas	-
29	João Hélio Raimundo	Canudos	-
30	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA

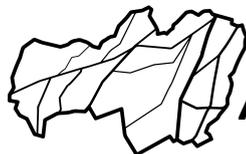
Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Alto Garcia

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Mariana Panzera	Redação da Ata
3	Marcio de França Santos	Apoio
4	Maria Carolina Romi	Apoio



4.5.2. Fotos da 1ª Oficina Territorial de Alto Garcia





5. Reunião de apresentação da Leitura da Cidade para o CDTA

A apresentação base de Slides Reunião de apresentação da Leitura da Cidade para o CDTA encontra-se disponível no **Anexo 04 - Apresentação da Leitura da cidade para o CDTA**.

5.1. Ata da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA

Ata da Reunião da Equipe Técnica da UFSC com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina.

Pauta: A reunião da Equipe Técnica da UFSC com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina foi convocada pelo Conselho, via ofício. A reunião ocorreu no dia 07 de março de 2023 de modo presencial, no Salão Comunitário Centro, situado à Rua Manoel Duarte, nº 123, bairro Centro. O objetivo da reunião foi apresentar a leitura da cidade, elaborada pela equipe técnica da UFSC, ao Conselho de Desenvolvimento Territorial (CDTA) de Angelina.

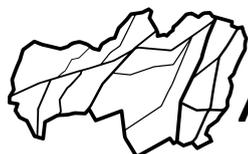
Gravação Integral da Reunião disponível em: <https://youtu.be/rH1j39--wVw>

 Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial - 07/03/2023

Redação da Ata: Maria Carolina Furlan Romi - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos

A Audiência teve início às 19h05min com o Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do CDTA, fazendo as apresentações para a primeira reunião mensal ordinária do



Conselho de Desenvolvimento Territorial do ano de 2023, e saudando os presentes. Michael também faz saudações, reiterando a importância do processo de revisão do Plano Diretor. Dauri justifica a ausência de alguns conselheiros a essa reunião e prossegue apresentando a pauta: a apresentação da leitura da cidade, elaborada pela equipe técnica da UFSC, aos membros do Conselho. A pauta foi aprovada pelos presentes.

Dauri esclarece que as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Territorial são realizadas na última terça-feira de cada mês. A presente reunião, que deveria ter sido realizada em 28/02/2023, teve sua data alterada para 14/03/2023, excepcionalmente, por solicitação do Prof. Samuel. Dauri sugere que as reuniões sejam mantidas na última terça-feira de cada mês. Todos concordam. A próxima reunião será em 28/03/2023.

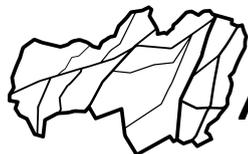
Segunda Parte - Apresentação

O Prof. Samuel introduz a apresentação, explicando que o material que será apresentado ao Conselho sintetiza os dados que foram levantados e analisados pela equipe sobre o município, tanto na leitura técnica, quanto na leitura comunitária, e que o objetivo desta reunião é abrir um canal de diálogo entre equipe técnica e Conselho. Explica que a apresentação do diagnóstico deverá ser seguida da sua aprovação pelo Conselho, para posterior apresentação e aprovação em audiência pública. Na sequência, apresenta o cronograma do processo de revisão, elucidando as etapas seguintes: audiência pública para aprovação do diagnóstico; elaboração de eixos de ação e diretrizes estratégicas acompanhada da segunda rodada de oficinas territoriais; elaboração do anteprojeto de lei, que será avaliado em consulta pública; e conferência pública final, para aprovação da lei pelo Conselho.

O Prof. Samuel inicia a apresentação do material falando sobre a inserção de Angelina na Região Metropolitana de Florianópolis, em situação de relativo isolamento em relação aos demais municípios que compõem a RMF; Angelina situa-se fora do eixo de expansão da área conurbada da RMF. Isso se deve tanto pela conformação da estrutura viária, quanto pela geografia do município, cuja topografia é acidentada. Explica que essa configuração impõe ao planejamento urbano a demanda de estratégias de qualificação da cidade em detrimento de estratégias de expansão urbana, considerando seu crescimento demográfico estável. Comenta sobre a expectativa de pavimentação da BR-108, que passa pelo município, que pode configurar futuramente um eixo de escoamento na direção da BR-282, e que poderá causar impactos locais.

O Prof. Samuel mostra que os eixos de expansão e crescimento populacional





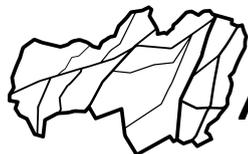
da RMF se dão majoritariamente sobre áreas de cotas mais baixas e mais planas, características diferentes das observadas em Angelina.

A respeito de sua demografia, o Prof. Samuel apresenta que verificou-se decréscimo populacional no município no intervalo de 1980-2022. No entanto, no intervalo de 2010-2022 houve aumento populacional em Angelina, porém ínfimo, de 250 habitantes. O município apresenta densidade demográfica muito baixa em quase todo o seu território, isto é, uma população pequena e distribuída de maneira esparsa, e isso atribui características específicas ao planejamento urbano. Analisando a pirâmide etária do município, verificou-se que a população de Angelina é mais idosa que a média nacional e tem um perfil de tendência de envelhecimento.

Quanto à economia, o Prof. Samuel fala que Angelina apresenta base econômica rural, lastreada majoritariamente na atividade agrícola, acompanhada dos serviços que dão suporte a ela. Samuel explica que, em relação à economia, o papel do Plano Diretor é, depois de identificado que tipo de atividade econômica se almeja para o município, não dificultar o desenvolvimento desta. A estratificação do município é equilibrada; não há estratos de renda muito alta, tampouco muito baixa. A arrecadação do município é limitada e seus recursos vem majoritariamente de repasses do governo estadual. Samuel explica que, diferentemente de outros municípios, Angelina tem gasto relativamente baixo com pessoal, o que abre margem para investimentos em outras frentes de despesas. As maiores despesas do município são a manutenção de estradas, compra de equipamentos, e transporte e merenda escolar.

A estrutura institucional da Prefeitura Municipal é enxuta; Samuel explica que há poucos cargos comissionados e que a maior parte dos servidores se concentra nos setores de Saúde, de Assistência Social e de Educação. O prof. Samuel destaca a insuficiência de corpo técnico para tratar de assuntos que dizem respeito ao planejamento urbano: há apenas 01 engenheiro, responsável pelas questões relativas ao PD, pela aprovação de projetos de arquitetura e de engenharia e pela fiscalização de obras públicas.

Acerca da dinâmica territorial de Angelina, o Prof. Samuel comenta que o município é conformado por 03 macrozonas urbanas, Sede, Garcia e Barra Clara, que se distribuem bem, de certa forma, no território municipal, podendo dar suporte às macrozonas rurais próximas, que totalizam 05. Samuel passa rapidamente pela caracterização das macrozonas. Acerca das macrozonas urbanas, destaca o crescimento expressivo observado em Coqueiros, localizado em área rural, em contraposição à macrozona urbana de Garcia, que tem ocupação ínfima, grande suscetibilidade ambiental e não sofreu alterações nos últimos 15 anos. As



macrozonas urbanas Central e de Barra Clara também pouco se alteraram. Samuel questiona: dado o cenário de crescimento moderado, é preferível ampliar o perímetro urbano ou qualificar as áreas urbanas que já existem? Além de Coqueiros, Samuel comenta que Rio Engano apresenta características que podem configurá-lo um núcleo urbano. Apresenta, para cada macrozona urbana, números que relacionam as áreas ocupadas às áreas disponíveis para ocupação, bem como as áreas de restrição ambiental.

O Prof. Samuel mostra o mapa dos imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que apresentam, majoritariamente, áreas de mais de 10 mil hectares. Samuel fala que a característica de ocupação de Angelina é rural-urbano e que é papel do Plano Diretor propor instrumentos que dialoguem com isso e com sua dinâmica demográfica. Sobre a estrutura fundiária, Samuel comenta que há incongruências entre propriedade rurais e o perímetro urbano, de forma que foram verificadas sobreposições entre os dois tipos de propriedades. Sobre a delimitação do perímetro urbano, o Prof. Samuel comenta que as manchas de ocupação do município serão avaliadas, de forma a identificar quais reúnem o conjunto de critérios que configura o uso urbano do solo e que, portanto, devem ser delimitadas como perímetro urbano.

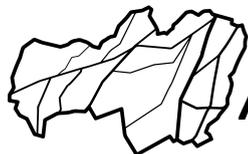
Passando para a apresentação dos aspectos ambientais do município, o Prof. Samuel inicia apresentando a característica dos solos de Angelina, que possui seu território majoritariamente composto por Cambissolo Ca5 e Ca11, que possuem fertilidade limitada e suscetibilidade à erosão. O relevo de Angelina é íngreme e possui planícies estreitas, que apresentam alta suscetibilidade de deslizamento. Quanto às áreas de risco e desastres, o Prof. Samuel comenta que o mapeamento ao qual a equipe teve acesso é do ano de 2015, e que se pretende atualizá-lo com as ocorrências de deslizamentos do ano de 2022.

Acerca das áreas ambientalmente protegidas, o Prof. Samuel fala que o Plano Diretor vigente delimita as seguintes áreas de preservação permanente (APP): APP da Serra do Diamante; APP da Serra da Bela Vista; APP da Serra do Rio Engano; e APP da Serra dos Faxinais; estas se localizam sobretudo nas áreas de topografia mais alta e abrigam muitas das nascentes da Bacia do Rio Tijucas, que revelam a importância do município quanto à preservação dos recursos naturais da Região Metropolitana.

Em relação aos recursos minerais de Angelina, argila e areia predominam. o Prof. Samuel comenta que, de todas as áreas registradas junto à Agência Nacional de Mineração, 60% delas se encontram em fase de pesquisa.

Angelina apresenta grande valor ambiental, com um conjunto representativo



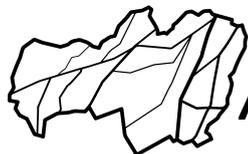


de elementos naturais. Seu território é recoberto majoritariamente por Floresta Ombrófila Densa. A cobertura vegetal do município é composta majoritariamente por formação florestal.

Na sequência, o Prof. Samuel apresenta mapas aproximados das três macrozonas urbanas, com a delimitação das áreas com restrições ambientais. Deles, ressalta: no distrito Sede, 40% do perímetro urbano é composto por áreas com restrição ambiental; no Garcia, excluindo as áreas com restrições ambientais, resta uma pequena parcela para a ocupação de caráter urbano, que é marcada por uma topografia relativamente acidentada; em Barra Clara, há áreas de possibilidade de expansão mais representativas.

Samuel apresenta brevemente um estudo que foi feito pela equipe para uma área do Garcia, que mostra uma imagem aérea da ocupação do atual do Garcia e a delimitação de dois *buffers* no corpo d'água, um de 30 metros e um de 50 metros. Nele, se verifica que muitas das edificações atuais se localizam dentro do *buffer* de 50 metros, o que configura irregularidade. Samuel ressalta que o papel do Plano Diretor não é regularizá-las, mas sim delimitar as áreas urbanas consolidadas do município, que poderiam ser sujeitas a regularização, por apresentarem características de uso urbano. Com o mesmo objetivo de simulação, mostra os estudos feitos para Barra Clara e Rio Engano. A Sra. Cínthia coloca que, dados os episódios de deslizamentos, devido às chuvas intensas ocorridas em 2022, muitos angelinenses mudaram de ideia sobre desejar a redução das áreas de APP que acompanham os cursos d'água (os *buffers*), uma vez que essas áreas não são seguras. Samuel fala que o objetivo do Plano Diretor é compatibilizar as demandas da população com uma atuação ambientalmente responsável no território. Acerca das áreas de risco, o Sr. Cláudio sugere que a Defesa Civil seja contatada para participar e dar suporte ao debate sobre essas áreas.

Acerca da questão habitacional, o Prof. Samuel fala sobre a escassez de dados no plano institucional. O município não tem um plano, um fundo, nem um conselho de habitação. Explica que isso é preocupante pois, caso a Prefeitura venha a ter interesse em obter financiamento habitacional por meio de algum programa nacional, como o Minha Casa Minha Vida, não será possível, por não ter um plano, um fundo e um conselho de habitação. No Plano Diretor vigente são demarcadas duas AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social). o Sr. Cláudio e o Sr. Michael comentam que em momento posterior à elaboração do Plano houve a demarcação de uma outra AEIS. Samuel comenta sobre os mais de 90 processos de regularização fundiária que foram abertos e cujos imóveis, no entanto, ainda não foram regularizados pois não constituem núcleos urbanos consolidados; a equipe analisará os processos e apresentará um parecer ao Conselho.

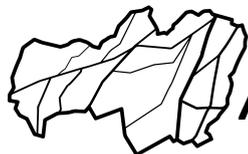


Sobre o Plano Diretor vigente, sua análise permitiu que a equipe verificasse que a maior parte das diretrizes de planejamento para as macrozonas rurais não está vinculada a instrumentos. Acerca da macrozona urbana sede, o PD vigente propõe 3 zonas: Zona Urbana Central (ZUC), Zona de Ocupação Imediata (ZOI) e Zona de Ocupação Controlada (ZOC); e no interior destas zonas existem delimitadas: AEIS, AUL, SAVU, APP e AT-TAC. Acerca da macrozona urbana de Garcia, o PD propõe 01 única zona, a Zona de Ocupação Controlada (ZOC); nesta macrozona destaca-se a necessidade de refletir sobre a delimitação do perímetro do urbano, que é evidentemente marcado por restrições ambientais. Para a macrozona urbana de Barra Clara, o PD propõe 02 zonas: Zona Urbana Central (ZUC) e Zona de Ocupação (ZOC). O Sr. Michael comenta que, apesar de aparentar ter grandes áreas disponíveis para expansão urbana, a topografia de Barra Clara limita sua ocupação. O Sr. Marcelo Trierweiler questiona sobre a área do lote mínimo, se não seriam 360m² ao invés dos 450m² apresentados pela equipe técnica. O Prof. Samuel responde que essa informação apresentada na leitura técnica foi extraída da versão consolidada do Plano Diretor atual, mas que isso será verificado e corrigido, caso não esteja correto. O Sr. Cláudio comenta que foi realizada uma audiência pública para reduzir a metragem quadrada do lote mínimo em 360m². Prosseguindo a análise do Plano Diretor vigente, Samuel fala que ele é genérico e que a intenção de sua revisão é torná-lo operacional. Para exemplificar o caráter generalista do Plano atual, o Prof. Samuel comenta sobre os 10 instrumentos urbanísticos que são propostos no Plano que pouco dialogam com as características e demandas de Angelina.

Retomando a questão das dimensões dos lotes urbanos, o Sr. Lucas comenta que a única alteração do Plano Diretor que ele tem conhecimento é a que foi determinada por um projeto de lei, que estabelece a área máxima de lotes de imóveis urbanos, que antes era 1080m² e com a aprovação do projeto de lei passa a ser ilimitada.

Para concluir a análise do PD atual, Samuel apresenta as instâncias participativas que foram previstas no Plano, são elas: Conferência de Desenvolvimento Territorial; Conselho de Desenvolvimento Territorial; Audiência Pública; Plebiscito e Referendo; Projeto de Iniciativa Popular; e Gestão Orçamentária Participativa. Acrescenta que, destas, o Conselho de Desenvolvimento Territorial é a única que foi consolidada e que não há registros de efetivação das demais.

No que se refere ao patrimônio histórico, Angelina apresenta patrimônio religioso relevante. Em levantamento realizado pelo IPHAN e 2006-2007 sobre edificações com potencial interesse cultural-histórico, foram identificados 33 imóveis em Angelina e cabe ao município manifestar o interesse de tombamento.



Samuel fala que 05 dos 33 imóveis já foram demolidos. Os imóveis localizam-se majoritariamente no Centro, Betânia, Garcia e Barra Clara. Na revisão do Plano Diretor esses imóveis serão demarcados em um mapa e caberá ao município a decisão a respeito de seu destino.

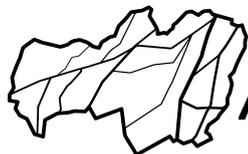
Quanto à infraestrutura, os equipamentos urbanos coletivos (de educação, saúde e lazer) localizam-se majoritariamente nas macrozonas urbanas. No mapa de equipamentos de lazer, o Sr. Adinei aponta que faltam alguns equipamentos, são eles: o ginásio municipal do Rio Novo; a quadra coberta em Rio Fortuna; a quadra de esporte na Betânia.

Quanto ao sistema viário, o Prof. Samuel apresenta brevemente o sistema viário estruturante de Angelina. Também comenta que foi emitida a ordem de serviço para pavimentação da SC-281, que conecta São Pedro de Alcântara a Angelina. O Sr. Michael comenta sobre uma reunião realizada recentemente na GRANFPÓLIS, na qual se discutiu o fato de os projetos de pavimentação estarem sendo reanalisados, uma vez que se alega que há diferenças entre valores de pavimentação de trechos dos projetos. Sobre a pavimentação da SC-281, o Sr. Michael fala que a obra já foi iniciada, mas foi interrompida pois há um pendência junto ao IMA.

Quanto ao transporte público, o município não apresenta transporte urbano, somente transporte escolar universitário, sendo que este último ocorre somente 02 vezes na semana. A mobilidade de pedestres e ciclistas é bastante precária no município; as principais vias apresentam longos trechos sem calçada ou com calçada em somente um dos lados da via. Sobre este aspecto, o Prof. Samuel comenta que ele se torna ainda mais delicado no cenário de já haver edificações construídas nas margens das vias.

Sobre o abastecimento de água, o município apresenta somente 01 ponto de captação e tratamento da CASAN. O Prof. Samuel destaca que essa é uma questão importante a ser considerada na delimitação do perímetro urbano. Não há rede geral de tratamento de esgoto no município. A drenagem urbana é precária, e o Sr. Cláudio comenta que vários dos pontos da rede de drenagem nas macrozonas urbanas estão sendo utilizados para despejo de esgoto, ilegalmente.

Sobre a leitura comunitária, que foi composta pela aplicação de um questionário *online* e pela realização das oficinas territoriais, os principais pontos positivos identificados foram: qualidade de vida; gestão de resíduos; limpeza urbana; segurança; meio ambiente; e saúde. Os principais pontos negativos foram: administração/gestão/política pública; coleta e tratamento de esgoto; esporte, lazer e cultura; infraestrutura urbana; oferta de emprego; e falta de incentivo ao turismo.



Os principais desejos para Angelina, levantados nos questionários e nas oficinas territoriais, foram: ações para atrair e estimular novos empreendimentos; estímulo às atividades agrícolas local; investimentos em infraestrutura (luz, água, coleta de esgoto, coleta de lixo); saúde; educação; lazer; preservação, entre outros.

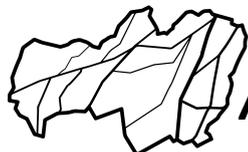
O Prof. Samuel avança para a apresentação da síntese geral. Comenta que foi construída a partir do cruzamento das informações obtidas nas leituras técnica e comunitária, que permitiu identificar 05 dimensões principais: uso e ocupação do solo, economia, ambiental, gestão e infraestrutura. As fragilidades do município foram sistematizadas de acordo com essas dimensões de análise. Samuel destaca que o Plano Diretor se debruçará sobretudo sobre a dimensão de uso e ocupação do solo, sendo as áreas de conflitos de uso e ocupação com restrições ambientais um dos pontos de atenção do Plano.

Em relação às PCHs, Samuel fala que um dos problemas que permeia esses grandes projetos é a baixa disponibilidade de análises sobre seus impactos. Sobre isso, o Sr. Michael comenta que as PCHs tem planos de contingência atualizados e fiscalizados pelo governo estadual e pela ANEEL mas que, no entanto, não são efetivos em caso de desastres; complementa que é dever do Conselho e da Defesa Civil cobrar para que o plano seja efetivado. Como encaminhamento, Samuel sugere que seja verificado, na Prefeitura, se já se pode acessar os planos de contingência que estão disponíveis e verificar onde estão disponíveis os planos das PCHs menores.

Samuel segue apresentando as problemáticas sistematizadas de acordo com cada dimensão de análise e finaliza a apresentação questionando se os membros do Conselho julgam que o material apresentado tem qualidade suficiente para ser apresentado na 2ª Audiência Pública prevista no processo de revisão do Plano Diretor. Comenta que o material será disponibilizado ao Conselho para que possa ser melhor analisado pelos membros, que poderão fazer apontamentos. Samuel também fala que a audiência pública será um espaço aberto para contribuições e que a versão final do diagnóstico será publicada somente depois da audiência.

Terceira parte - Encaminhamentos

A sugestão do Prof. Samuel é que a 2ª Audiência Pública seja realizada em 28/03/2023. No entanto, o Sr. não identificado fala que o período de três é muito curto para a análise do diagnóstico por parte dos membros do Conselho. O Sr. Michael esclarece que o que será apresentado na audiência pública é somente o diagnóstico, o documento tem teor de análise e não propositivo. Samuel disponibiliza a equipe técnica para se reunir com comissões do Conselho para discussão de aspectos específicos do diagnóstico, caso seja necessário.



O Sr. Lucas comenta que não lembra ter visto informações sobre a questão cultural no município na apresentação. O Prof. Samuel comenta que a escassez de equipamentos de cultura consta no diagnóstico e que no Plano Diretor serão identificadas áreas que podem receber esse tipo de equipamento.

Dauri comenta que a pavimentação da SC-401 é uma questão que aparece nas reuniões do Conselho demandaria atenção.

Se discute sobre o local de realização da 2ª Audiência Pública e se procede à votação sobre a data e o local. **Conforme votação, com a aprovação de todos os membros do Conselho, a 2ª Audiência Pública será realizada no dia 28/03/2023, no Salão da Igreja de Nossa Senhora das Dores, no Garcia.**

Encerramento

Após a votação, o Prof. Samuel fala que será verificado com a Prefeitura a disponibilização de transporte dos conselheiros para a audiência pública e encerra a reunião.

5.2. Lista de Presença da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
2	Michael Soares	Centro	PMA
3	Roquilane F. Souza	Garcia	M.Z.U Garcia
4	Walter Souza R. Junior	Centro	PMA
5	Lucas Temes Hames	Centro	Comunidade
6	Jose P. Werner	Centro	Comunidade
7	Cinthia Furbringer	Barra Clara	-
8	Maria Hardt	Centro	Hospital
9	Neli Walter Koerich	Alto Garcia	
10	Maria de Fatima T. De Melo	Barra Clara	Comunidade

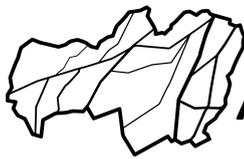
11	Adélio N. Cruz	Centro	Angelmigos
12	Maria Aparecida Zimmermann	Centro	CMVA
13	Clarice Baungarten Eli	Centro	Conselho Comunitário
14	Mauro C. Martins	Betânia	-

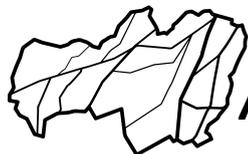
Equipe Técnica da UFSC presente na Audiência

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Reunião
2	Márcio de França Santos	Apoio
4	Mariana Panzera	Apoio
8	Maria Carolina Romi	Elaboração da ata
9	Juliana de Godoy	Apoio

5.3. Fotos da Reunião apresentação Leitura da cidade para o CDTA







6. Segunda Audiência Pública Apresentação da Leitura da Cidade

A apresentação base de Slides da 2ª Audiência Pública encontra-se disponível no **Anexo 05 - Apresentação Segunda Audiência Pública**.

6.1. Ata da 2ª Audiência pública

Ata da Segunda Audiência Pública de Apresentação da Leitura da Cidade.

Pauta: A segunda audiência pública de Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina foi convocada pela Prefeitura Municipal de Angelina, por meio do Edital de Convocação nº 001/2023, previamente publicado no Diário Oficial, extrato do ato nº N° 4650143: decreto N° 057/2023 de Regimento da Audiência. A audiência ocorreu no dia 28 de março de 2023 de modo presencial, no Salão da Igreja Nossa Senhora das Dores, situado no bairro Garcia. O objetivo da audiência foi apresentar a Leitura da Cidade elaborada pela UFSC.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

 **Segunda Audiência Pública - Apresentação da Leitura da Cidade**

<https://www.youtube.com/watch?v=Fk4eH2ClgY8>

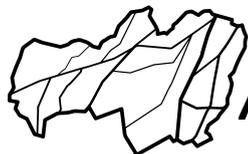
Redação da Ata: Juliana Godoy e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos e convocação da mesa

A Audiência teve início às 19h07min com a Sr. Adnei Boaventura, Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina e membro da equipe Técnica da Prefeitura Municipal Angelina para a Revisão do Plano Diretor Participativo, fazendo as apresentações para a segunda audiência da Revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina/SC. Adnei afirma que será apresentada a Leitura da Cidade, e que a mesma Leitura já foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, e que agora será apresentada aos moradores que também podem participar desse processo.

Convida o Vice-prefeito de Angelina, o Sr. Sérgio Murilo Costa, o Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, e o professor Samuel Steiner dos Santos, coordenador da equipe técnica da UFSC para iniciarem suas falas.

Sérgio Murilo Costa, Vice-prefeito, agradece a presença de todos, em especial dos três vereadores presentes: Francisco Dias, Marcelo Trierweiler e Helio Kreuzsch. Fala sobre a alegria de estar fazendo parte desse processo já iniciado há alguns anos. O Vice-prefeito Sérgio Murilo Costa, abordou sobre suas colocações feitas para a equipe da UFSC em apresentação prévia. Menciona que ele tem três sugestões de leis complementares: disciplina



de condomínio rural, extensão do perímetro urbano e a diminuição do rio no perímetro urbano consolidado. Sérgio fala sobre as inundações de dezembro e sobre a ponte do Coqueiral em concreto caída depois das chuvas de dezembro será refeita. Explica que no momento será feita uma ponte provisória enquanto não é finalizada a definitiva, que deverá ser de concreto.

O Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, inicia sua fala cumprimentando todos presentes, a equipe técnica da UFSC, os vereadores presentes e os representantes de cada comunidade. Dauri comenta sobre a importância da participação popular e que toda comunidade deve conseguir visualizar o que está sendo proposto para valer a partir da lei. Afirma que os Vereadores terão que votar todas as questões que serão propostas e que se houver participação popular, quando chegar na câmara haverá um processo mais rápido de aprovação. Dauri fala sobre a necessidade da participação social de todas as comunidades para o processo ser realmente participativo e deseja a todos um bom trabalho.

Passa a palavra então para o Adnei, que agradece a vontade da população em participar e a presença de todos e passa a palavra para o professor Samuel Steiner.

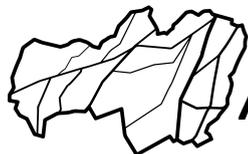
Segunda Parte - Apresentação

Samuel inicia sua fala saudando a população presente. Afirma que quer que o processo seja participativo, seja nas oficinas, pela prefeitura, por sugestões para levantar informações para o Plano Diretor ficar mais próximo do que a população precisa. Samuel comenta que a audiência deverá mostrar as informações da leitura técnica com cerca de uma hora de apresentação e depois abrir para comentários.

Samuel comenta que hoje é feita a junção de duas leituras: leitura técnica e leitura comunitária. Explica que essa junção é necessária para trazer o máximo de informações técnicas com a leitura das necessidades e visões da comunidade e que, para isso, a equipe técnica da UFSC é multidisciplinar. Afirma que foram feitas cinco oficinas em Angelina para buscar informações da comunidade sobre a leitura da cidade. Samuel afirma que hoje serão discutidos alguns problemas para poder identificar e enfrentar no plano diretor.

Samuel explica o Pacto de Convivência para o bom andamento da audiência pública. Para tanto, explica que deve-se manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Audiência Pública, respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição, tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião preparatória e seus organizadores e preencher a lista de participantes.





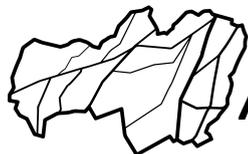
Samuel mostra as etapas do Plano Diretor e indica que estamos no final da Etapa 02: Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Participativo. Explica que a partir da etapa 3, terá segunda rodada de oficinas onde serão apresentadas as diretrizes e feitas as discussões com o Conselho de Desenvolvimento Territorial. Na etapa 4 será disponibilizada a versão preliminar do Plano Diretor com a posterior discussão do Conselho de Desenvolvimento Territorial. Na etapa 5 é realizada a consulta pública para consolidação do Plano Diretor. Abre-se então o período de consulta pública e leva-se para conferência, lendo artigo por artigo, onde todos podem comentar, mas apenas os membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina têm direito a voto, segundo a lei. Samuel ressalta que o conselho tem representantes de todos os setores. Samuel afirma que a previsão é que a versão final seja consolidada até julho de 2023.

Samuel mostra o calendário detalhado, sendo que houve um período mais longo para a leitura da cidade. Após apresentada a metodologia para iniciar apresentação da leitura da equipe técnica sobre a realidade do município, mostra o sumário da apresentação da Leitura da Cidade, com os seguintes tópicos: Região Metropolitana, Demografia, Economia, Estrutura Institucional, Dinâmica Territorial, Expansão Urbana, Meio ambiente, Habitação, Plano Diretor Atual, Patrimônio, Infraestrutura, Leitura Comunitária e Síntese Final. Fala sobre o fato de Angelina ter limitações na topografia que não permite que haja um crescimento tão grande. Ressalta que o mais importante, depois de todo o levantamento, é a síntese final em que apresenta.

Samuel inicia a apresentação dos aspectos da leitura e afirma que Angelina tem uma relação diferente na Região Metropolitana em comparação com outros municípios, como Palhoça e Biguaçu, por exemplo. Ela tem perdido população enquanto esses municípios aumentaram bastante. Afirma que isso muda como abordar as questões do Plano Diretor, pois deve ser considerado aspectos para manter a população no município.

Samuel mostra como Angelina tem uma relação diferente dos municípios mais próximos de Florianópolis pelos acessos existentes com os municípios vizinhos. Fala sobre as condições e cenários existentes para a rodovia, como a pavimentação da SC-281 que faz a ligação com São Pedro de Alcântara.

Samuel afirma que a topografia de Angelina não permite muita área de expansão. Fala que entre 2010 a 2022 houve um pequeno crescimento demográfico, enquanto outras áreas como Antônio Carlos, Palhoça, tiveram maiores crescimentos populacionais. Afirma que o Plano Diretor deve refletir como ajudar a população a permanecer no município. Samuel mostra os dados do crescimento demográfico de Angelina, que é menor que outras cidades da região metropolitana e que Angelina perdeu 6,5% da população entre 2000 e 2022.



Samuel fala sobre a densidade demográfica, que é bastante baixa, e com a população bastante dispersa porque o município tem uma área muito grande. Pela grande extensão, estradas e pavimentação correspondem a 1200 km e acaba sendo difícil para o município estabelecer prioridades, como onde colocar escola, praça ou equipamento de saúde. Afirma que um erro de colocação desses equipamentos é um erro para a vida toda.

Samuel apresenta a estrutura etária de Angelina, que demonstra que a população de Angelina é, em sua maioria, adultos e idosos, e está envelhecendo. Samuel afirma que Angelina é majoritariamente rural, e que o plano deve prever como a população e as atividades rurais irão se manter. Os serviços têm uma baixa densidade enquanto atividade econômica.

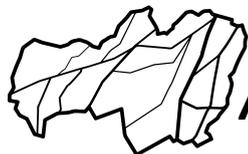
Samuel menciona que o serviço de Angelina é voltado para a economia local, inclusive de apoio à atividade rural. Apresenta as atividades econômicas da cidade, com baixas diversidades e poucas quantidades oferecidas. E ressalta que um número importante é a relação de habitantes por empregos, e que em Angelina essa relação é de 8. Samuel explica que isso não necessariamente quer dizer que estão desempregados, pois há bastante atividade agrícola não formal. Compara com o município de Antônio Carlos que emprega 3000 pessoas novas no lugar, demandando infraestrutura.

Samuel fala sobre economia e a questão da renda, sendo que Angelina possui uma média de renda abaixo da média de SC, mas é homogênea. Samuel apresenta a capacidade de receita do município e explica que é importante realizar um Plano Diretor que considere a receita de cada município. Aborda que Angelina tem quase 90% de transferência basicamente do governo federal. Em relação aos gastos tem uma relação confortável com os funcionários públicos.

Samuel afirma haver um grande gasto com manutenção das estradas, suporte à atividade rural, transporte escolar. Fala que, como é um município extenso, a prefeitura deve buscar e levar a população até a escola e mostra que o que há disponível em 2022 para investimento é relativamente baixo.

Samuel expõe que a Prefeitura tem uma estrutura institucional enxuta e que há poucos cargos comissionados. A maioria está na área da saúde. Samuel afirma que há poucos profissionais para tocar o Plano Diretor e que há apenas um engenheiro civil, contratado para trabalhar 16 horas, com horas distribuídas em obras públicas, aprovação de projeto e acompanhamento do Plano Diretor.

Samuel passa a informar sobre o território de Angelina. Afirma que há 5 macrozonas rurais, são elas: Rio Novo, Barra Clara, Alto Garcia, Garcia, Centro; e 3 macrozonas urbanas do Garcia, Barra Clara e Sede. Samuel mostra imagens sobre todas as macrozonas, sendo que a



Macrozona rural do Rio Novo ocupa 19% do município. Informa que a área possui características como baixa densidade populacional, problemas com o abastecimento de água e edificações históricas relevantes.

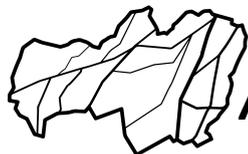
Samuel demonstra que em Barra Clara as características são similares ao Rio Novo, com densidade baixa, alguns sítios arqueológicos, áreas de restrição ambiental severa, com áreas de inundação. E que no Alto Garcia também há baixa densidade, existência de patrimônio histórico que pode trazer algum tipo de retorno através do turismo. Expõe que há também áreas de incidência de plantações de Pinus e Eucalipto.

Samuel fala sobre o alto crescimento do Coqueiros, da área rural do Garcia, demonstrado pela apresentação de novas casas. Mostra imagens da área rural central, da Linha do Chaves, da Betânia, que também possui patrimônio histórico. Explica que a Quarta Linha também possui muita área de regularização fundiária que, diferente da Linha do Chaves, não está próxima à área urbana. Afirma que será necessário refletir sobre a necessidade de expansão da área urbana para essas regiões.

Samuel apresenta então as 3 macrozonas urbanas. Começa pela área do centro, a praça e a igreja matriz. Fala sobre a SC-281 e sobre a existência de áreas institucionais, áreas de proteção ambiental, sendo uma macrozona com restrição para expansão urbana. Apresenta a área urbana do Garcia, e expõem que ela praticamente não se alterou ao longo dos anos e que apresenta muita restrição ambiental. Apresenta então a Área de Barra Clara, a qual é outro perímetro urbano com algumas áreas institucionais. Mostra as imagens de satélite de 2014 e 2021 e fala sobre a pouca existência de novas construções. Afirma que não há tanta área de expansão nos últimos 14 anos.

Samuel informa que em Garcia também há pouca área de expansão e que lá existe crescimento em Coqueiros, localizado fora do perímetro urbano e que não pode ter parcelamento do solo. Fala sobre a demanda identificada de Coqueiros, já que o perímetro urbano não está sendo eficiente para direcionar a expansão da população, e que a mesma acontece em área de proteção ambiental. Samuel mostra que Barra Clara também é outra área urbana que não teve tanta alteração, e que em 14 anos teve o acréscimo de apenas 5 casas.

Samuel apresenta os dados sobre as áreas do perímetro urbano, as áreas ocupadas, áreas com restrições e áreas ainda disponíveis, sendo que na Área urbana da Sede tem-se disponível 55,7 ha, ou 35%; no Garcia são 9,6 ha (28%) e na Barra Clara são 12 ha ou 31% da área demarcada. Fala sobre a necessidade de ajuste já que não houve ocupação desses perímetros.



Samuel fala sobre a estrutura fundiária, explicando que esta questão apareceu nas oficinas territoriais e é uma demanda da população que quer parcelar terrenos em áreas rurais. Mostra o mapa com imóveis em área rural e a tabela com o perfil dos imóveis rurais. Demonstra que não é o tamanho do lote atual que é um problema, já que a maioria dos lotes do município tem até 10 hectares, sendo que o mínimo possível é 02 hectares. Samuel fala sobre a inconsistência da cobrança de imposto que tem a ver com o cadastro da prefeitura que está desatualizado e que não consegue acompanhar a situação. Samuel mostra novamente o crescimento em Coqueiros, e menciona que Coqueiros ou Rio Engano seriam áreas possíveis de expansão de núcleo urbano.

Samuel apresenta sobre a classificação dos solos e aptidão agrícola de Angelina. Mostra o mapa explicando os tipos e afirma que nem todos os solos são propícios para a agricultura, sendo o caso de 39% da área do município que é Cambissolo (Ca5). Outros 25% Cambissolo (Ca11), com baixa fertilidade natural e suscetível à erosão. E 19% Cambissolo (Ca33) e (Ca36), apresentando melhores condições para agricultura.

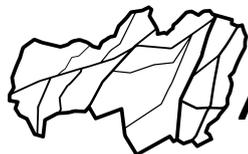
Sobre a declividade, Samuel mostra o mapa que demonstra as áreas urbanas encravadas em vales. Samuel mostra o mapa com as áreas de risco com áreas levantadas desde 2007, com áreas de inundações e COVID. E aborda sobre a recorrência anual de desastres

Samuel mostra o mapa das áreas ambientais protegidas e fala da importância de Angelina nos mananciais que alimentam a região metropolitana. Samuel fala do Plano Diretor Participativo de Belo Horizonte que se utiliza dessas ferramentas ambientais e os impactos na região metropolitana e que Angelina pode utilizar-se das mesmas ferramentas.

Sobre os recursos minerais, Samuel mostra um mapa com a delimitação das áreas de jazidas de exploração mineral em Angelina. Afirma que a maioria não está ativa e que estão investigando sobre a possibilidade de exploração de alguns minerais. Afirma que o que existe ativo são 5 áreas de exploração mineral e a única com registro é a prefeitura, sendo de cascalho para manutenção das estradas.

Vice-prefeito Sérgio solicita fala e menciona que o Instituto do Meio Ambiente não tem ajudado muito o município quanto à manutenção das estradas. Fala sobre as barreiras existentes em Cabriúna, Rio do Tigre, na Linha do Chaves e declara que não existe uma acessibilidade dos órgãos ambientais, principalmente por Angelina estar sobre decreto de calamidade pública. E que falta a presença real desses órgãos na cidade para tomar tais decisões. Pergunta se o Plano Diretor pode ajudar também nesse sentido.

Samuel afirma que o argumento dessas dificuldades tem um caráter mais político do que legal. O Plano Diretor identifica as áreas ativas ou com potencial e o conflito com as áreas de expansão. Em Angelina não há situações como a de Minas Gerais que geram resíduos com



necessidade de barragens. E reforça que são questões mais políticas do que técnicas do projeto do Plano Diretor.

Samuel mostra o mapa de vegetação, que é representativo e que grande parte do município é de Floresta Ombrófila Densa (FOD), além de uma pequena mancha de Floresta Mista (FOM) e os Faxinais (transição para FOD). A vegetação possui valor cênico, paisagístico. Sobre a cobertura vegetal, afirma que boa parte da vegetação é original ou em boa conservação

Samuel mostra o mapa com os cursos d'água, topografia, e com possibilidade de ocupação nos recortes das áreas urbanas. Explica que o Plano Diretor estabelece quais as áreas que poderiam fazer a regularização fundiária. O município deve fazer estudo socioambiental para saber quais áreas realmente são passíveis de regularização fundiária, considerando principalmente as áreas construídas em bordas de rio.

Samuel mostra um mapa exemplificando em Garcia a borda d'água em relação às ocupações para que a exceção das áreas consolidadas não se torne regra, já que existem áreas para ocupação fora das áreas de restrição ambiental.

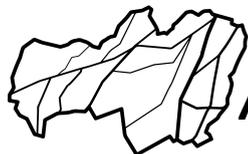
Sobre o tema da habitação, Samuel afirma não haver tanto problema quanto Florianópolis e Biguaçu, que possuem bastantes comunidades informais. Afirma não haver pobreza concentrada em Angelina, com casas em boas condições. Não há também Plano de Habitação de Interesse Social para organizar recursos do governo Federal e que nem sempre conseguirá recursos para essas áreas.

Samuel afirma que o Plano Diretor atual estabelece três Áreas Especial de Interesse Social (AEIS), que têm função de reserva para a prefeitura construir moradia para população de baixa renda. Samuel fala que está sendo feita a leitura agora para entender se a área colocada se enquadra nas condicionantes para se caracterizar como AEIS.

O Vice-prefeito Sérgio Murilo Costa solicita fala novamente e diz que o governo anterior fez 60 casas espalhadas no município. No governo federal anterior exigiu-se o Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), que incentivava a construção de conjunto para essas casas. Sérgio explica que Angelina tem outra realidade e afirma que colocou a necessidade de cidades com Angelina terem critérios diferenciados, e que foi aceita.

Samuel responde afirmando que uma coisa não exclui a outra, e que o PNHR contempla isso. Samuel afirma que foi feito na UFSC um projeto de extensão com população quilombola no PNHR onde foram feitas 20 casas.

Claudio Inácio Schuch, membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, solicita a fala e pergunta se há a demarcação dessas 60 casas que foram feitas no município.



Samuel responde que ainda não tem essa informação e que a maioria foi elaborada por uma cooperativa.

O Vice-prefeito Sérgio afirma que existe o cadastro do CRAS e que a maioria das casas foi feita entre 2005 e 2008

Samuel menciona então sobre a expedição de 99 certificados de regularização fundiária sem validade. Mostra um mapa com algumas dessas 99 solicitações, sendo que há investigação sobre algumas inclusive parecem estar fora do perímetro urbano. Samuel explica que essa demanda não será deixada de lado e que na próxima etapa será apresentada uma diretriz para trabalhar essa demanda.

Samuel aborda sobre a leitura do atual Plano Diretor, apresentando o mapa de macrozoneamento. Explica que para as macrozonas rurais existe a delimitação, definição e alguns objetivos, mas que o mesmo não avança nas propostas.

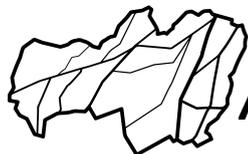
Sobre as áreas urbanas, no distrito sede, o plano atual divide-se em 3 áreas. O zoneamento estabelece que a área onde está a igreja e o ginásio é onde está previsto maior uso, na zona urbana central. Estabelece a zona de ocupação controlada, sendo que, tirando as áreas de risco, sobra pouca área de ocupação, e prevê, na linha do Chaves, uma Zona de Ocupação Imediata. Para a área Urbana do Garcia o plano atual prevê no máximo 09 pavimentos e uma taxa de ocupação de 50 a 60%. Na Barra Clara o plano atual prevê duas áreas, uma central com a possibilidade de prédios de 3 andares, e outra de expansão controlada.

Samuel fala que o Plano Diretor atual estabelece muitos instrumentos urbanísticos que pouco tem a ver com Angelina. Traz instrumentos do Estatuto da Cidade para problemas de cidades maiores, como o IPTU progressivo, que combate vazios urbanos de lotes não construídos por especulação imobiliária. Também explica sobre a Transferência do Direito de Construir, que pode ser utilizada em patrimônios tombados. Explica sobre a desconexão de tais instrumentos urbanísticos para a cidade de Angelina.

O Vice-prefeito Sérgio afirma que os instrumentos foram incluídos em 2005, e que é necessário se atualizar. Pede para os presentes entenderem a importância de não deixar que a Revisão do Plano Diretor leve mais de 10 anos.

Samuel responde que esse é o papel do Conselho de Desenvolvimento Territorial, e que por isso é tão importante a participação de todos nesse momento, e de manter o espírito de planejamento, para não descaracterizar o Plano Diretor.

Dauri, do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, lembra que o ponto 9 do atual Plano Diretor, de estudo de impacto de vizinhança, acaba inviabilizando algumas



atividades que viriam para o município e pelas dificuldades encontradas vão outros por causa da legislação.

Samuel exemplifica com o caso de uma atividade de processamento de raiz forte que não foi permitida pelo plano diretor mesmo não causando impacto e que esse tipo de situação deve ser tratada pelo Plano Diretor. Samuel fala que hoje, de todas as instâncias participativas que o Plano Diretor prevê, o que está ativo é o Conselho de Desenvolvimento Territorial.

Samuel mostra haver um sítio arqueológico registrado na área de Barra Clara, que está relacionado à presença de ocupação indígenas e que hoje o sítio está descaracterizado. Foram identificados vários sítios nos municípios vizinhos, como Rancho Queimado.

Em relação ao patrimônio, Samuel explica que o Plano Diretor atual estabelece a proteção do patrimônio da área central, mas há o patrimônio de Angelina em relação à imigração europeia. Samuel explica que o IPHAN fez uma varredura do patrimônio vinculado às rotas de imigração. Mostra os pontos onde já foi realizado o levantamento. Em Angelina foi feita uma varredura preliminar e foram encontrados 33 imóveis, sendo que 06 deles já não existem mais. Samuel fala que a Prefeitura está sofrendo uma ação civil pública do Ministério Público por conta da demolição da Casa Koerich.

Luiz Carlos Laurento, membro do Conselho, pergunta se a manutenção dos patrimônios públicos é feita pelo poder Público e se isso vale a pena financeiramente para o município.

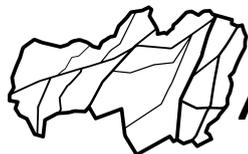
Samuel responde dizendo que a princípio o papel do Plano Diretor é estabelecer diretrizes de como pode ser reutilizado como fonte de renda. Samuel exemplifica com o caso de Antônio Carlos que transformou em atividades turísticas alguns desses imóveis.

Sobre infraestrutura e equipamentos coletivos, Samuel mostra o mapa com a distribuição de escolas e postos de saúde em Angelina. Em relação às áreas de lazer, Samuel aborda que houve uma demanda muito grande oriunda das oficinas territoriais por mais áreas de lazer e também por uma melhor qualificação das áreas existentes.

Samuel fala que, em relação à hierarquia viária, existe a SC que corta o município de norte a sul e que parte está pavimentada. A outra rodovia liga a São Pedro de Alcântara e as demais são estruturas vicinais. Em 2022 houve uma ordem de serviço para pavimentação da rodovia que liga São Pedro de Alcântara a Angelina.

Samuel fala que o município tem apenas transporte público escolar, e que tem uma única linha de ligação com a metrópole.

Samuel fala sobre a questão da ciclovia, calçadas, falta de sinalização, que apareceram nas oficinas territoriais. Explica o mapa com as linhas de transmissão de energia elétrica e com as



pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Sobre as PCHs, afirma que não trazem retorno para o município. Samuel afirma que o município não tem autoridade sobre as PCHs.

O Vice-prefeito Sérgio fala que solicitou que uma central geradora hidrelétrica (CGH) fosse embargada, mas que o Ministério Público permitiu.

José Alberto Werner fala que depois de pronta, a única contrapartida que eles fazem é trazer plantas nativas para distribuição nas escolas.

Sérgio afirma que quando estão construindo a barragem pagam ISS para a prefeitura, depois não pagam mais nada, mesmo usando água, cobrando energia.

Em relação ao abastecimento de água, Samuel afirma que Angelina possui um manancial administrado pela CASAN e outros pela Prefeitura ou proprietários. Fala sobre os poços profundos que podem impactar no meio ambiente. Em relação ao esgotamento sanitário, algumas comunidades foram atendidas pelo Projeto Microbacias. Com isso, a maioria da população tem solução individual, e sendo assim, estão enquadradas na Leitura Técnica como semi-adequada.

Dauri, presidente do Conselho, fala que o que foi feito pelo Projeto foi significativo, mas que a manutenção é cara e o município não tem dinheiro para tal demanda.

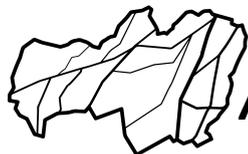
Samuel concorda e afirma que se a fossa não tiver manutenção ela perde sua eficiência e há poluição.

Helio Kreuzsch afirma que o Rio Fortuna tem 99% de fossas colocadas, a preocupação é quanto a manutenção. E aborda que é importante colocar a previsão disso.

Claudio Inácio Schuch afirma que há um estudo para viabilizar um serviço de limpa-fossa com custo menor, mas que há problema na estação de tratamento, sendo que há cobrança para tratamento e que existe a necessidade de Angelina ter sua própria estação.

Sobre a drenagem urbana, Samuel informa que é um dos tópicos mais delicados por não ter planejamento ou projeto. E que acontece apenas na área central do município.

Samuel mostra a última parte da apresentação que é a sistematização das informações da leitura comunitária e o resultado das reuniões territoriais. Afirma que será disponibilizado um documento com tudo sistematizado. Samuel afirma que foram obtidas quase 200 respostas dos questionários. Fala dos resultados, aspectos negativos em cada área territorial, demonstrando a importância das oficinas por demonstrarem as particularidades do município. Relata exemplos, como os problemas abordados como o tempo do médico no posto de saúde, afirma que esse, assim como outras questões que apareceram não estão diretamente ligadas ao Plano. Fala sobre algumas questões que surgiram, como no Rio Novo, por exemplo, que



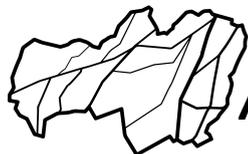
foram trazidos os problemas sobre a gestão da saúde, que não é relacionado ao Plano Diretor, mas que foi levantada pelos moradores. Dá o exemplo de um questionamento sobre o tempo de deslocamento do médico, que sai da Sede e demora uma hora e meia para chegar em Rio Novo e mais uma hora e meia para voltar, contabilizado no tempo de trabalho do profissional e restando pouco tempo para o atendimento. Afirma que em Barra Clara os problemas levantados foram sobre saneamento básico e infraestrutura urbana, de água, esgoto e drenagem. Já em Garcia as problemáticas mais trazidas pela população foram sobre o ordenamento territorial de uso e ocupação, pela falta de áreas para ocupação devido às áreas de preservação da encosta do rio, além da questão da infraestrutura de água e esgoto.

Sobre os aspectos positivos, Samuel expõe que a Leitura Comunitária apontou pontos como os resíduos sólidos, a distribuição dos serviços de saúde, a preservação ambiental, a segurança, entre outros, e que o Plano Diretor deve se preocupar em fortalecer. Nas oficinas, quase 30% da população, apesar das dificuldades, destaca a qualidade de vida. Samuel compara com as respostas das oficinas de Biguaçu, onde cerca de 10% das respostas das oficinas afirmavam que nada havia de bom, sendo que em Angelina não houve nenhuma resposta que não considerasse nada de bom.

Sobre os problemas apontados pelos moradores nos questionários, Samuel afirma que apareceram como resposta cerca de 13% como pontos negativos a coleta de esgoto, apareceu também a questão da oferta de empregos, de acesso à renda, falta de incentivo ao turismo, ausência de ciclovia e ciclofaixa, calçadas, conexão entre as vias, falta de clareza no Plano Diretor, ausência de transporte público. Afirma que nas oficinas apareceram muito a questão da gestão de política pública, a questão das estradas, algumas questões sobre a saúde, mesmo sendo elogiada em algumas áreas, falta de área de lazer e esporte, questão de infraestrutura urbana. Samuel ressalta que foi em cima dessa leitura comunitária que depois foi acrescentada a leitura técnica.

Samuel mostra as expectativas da população em relação ao futuro e cita que apareceram questões relacionadas a atrair novos empreendimentos, ao estímulo às atividades agrícolas, a permanência da população no campo, ao crescimento e infraestrutura de água, luz e esgoto. Mostra as principais palavras que mais apareceram nas oficinas territoriais, que foram: saúde, educação, preservação, entre outras.

Samuel apresenta a síntese, que é o fechamento da apresentação. Explica a metodologia aplicada pela equipe, que juntou os resultados dos questionários, das oficinas territoriais, dos desejos e da leitura técnica, elaborada pelos técnicos, para verificar o que é convergente e o que é divergente. Mostra como algumas questões são complementares e que há pouca divergência. Samuel explica as diferenças das cores, conforme a fonte da informação.



Samuel afirma que foram separados em 5 temas diferentes, identificados como estruturantes, são eles: uso e ocupação do solo, usos, gestão, economia, infraestrutura, ambiental. Mostra como os temas foram organizados, no formato de mapa mental, sendo aqueles que apareceram nas etapas de Leitura Técnica e Leitura Comunitária. Os problemas que estão na mesma linha se tornaram um problema só.

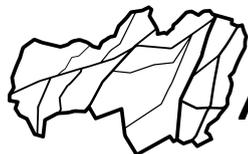
Samuel então lê e explica cada um dos aspectos do mapa mental. Inicia com o uso e ocupação do solo, que é o que o Plano Diretor consegue abordar. Fala que sobre a economia o Plano Diretor não consegue ter tanta influência, do ambiental consegue responder e gestão teria a ver com outros setores da prefeitura. Mencionando principalmente os pontos que o Plano consegue ajudar.

Samuel afirma que os cinco problemas apontados tanto pela leitura comunitária, quanto pela leitura técnica e pela prefeitura, foram transformados em um só, são eles: maior expansão urbana, melhoria das conexões entre municípios, baixa conexão entre as vias, ordenamento territorial, insuficiência do planejamento da expansão urbana. Todos esses problemas giram em como organizar o crescimento da cidade.

Samuel mostra os itens do segundo problema, os quais são: ampliação das áreas de lazer, falta de oportunidades de lazer, esporte e cultura, baixa disponibilidade de áreas de lazer, má distribuição de equipamentos e serviços públicos. Outro problema encontrado pela equipe técnica é a baixa valorização do patrimônio histórico, já que de 33 áreas identificadas como patrimônio, 6 já foram demolidas em 3 ou quatro anos. Samuel aponta que o problema da irregularidade fundiária não aparece tanto nas oficinas, mas fica claro na reunião com o Conselho. Outro tema apontado pela equipe técnica que Samuel destaca é o frágil papel na Região Metropolitana, que significa que Angelina deve identificar o que oferece para a Região Metropolitana, mesmo na preservação ambiental, e que a Região Metropolitana tem que devolver o recurso para Angelina devolver em forma de recursos.

Samuel pergunta ao público se há a necessidade de que leia todos os itens ou se já pode passar para a conclusão do documento. Afirma que o documento ficará à disposição de todos. Samuel apresenta a síntese final, sendo 6 questões ligadas ao uso e ocupação do solo, 4 questões ligadas à economia, 2 questões ligadas à gestão, 2 questões ligadas à infraestrutura e 2 questões ligadas à questão ambiental. Ressalta que tem mais uma questão que fica entre a questão ambiental e o uso e ocupação do solo.

Samuel faz a leitura de cada uma das questões e questiona se está tudo contemplado no programa apresentado. Afirma que serão abordadas diretrizes para o Plano Diretor a partir de cada uma delas. Explicando também que alguns dos aspectos não estão diretamente ligados ao Plano Diretor. Samuel afirma que a expectativa é que na reunião de abril a equipe técnica traga diretrizes para cada um dos problemas apontados.



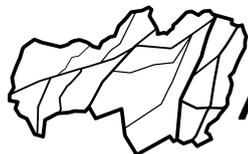
Samuel inicia a leitura dos itens pela Gestão, que tem como problema a fragilidade institucional na gestão urbana, que tem a ver com falta de pessoal, de recurso, de instância específica ao planejamento urbano do município, ou seja, uma estrutura melhor para planejar a cidade. A segunda é a deficiência na gestão de políticas públicas setoriais, ou seja, saúde, educação, etc. Samuel fala que esses itens o Plano Diretor não consegue resolver totalmente, mas irá direcionar essas demandas para os setores específicos.

Samuel explica sobre problemas encontrados na economia, como a questão do baixo desenvolvimento das localidades rurais, que ficou muito clara nas oficinas realizadas, e que cria a necessidade de que o Plano Diretor crie estratégias. Outros problemas citados por Samuel relacionados a este item são a baixa diversidade de comércio, serviços e empregos, a falta de incentivo ao turismo, e a falta de estímulo às atividades agrícolas locais. Samuel expõe que estes são um conjunto de elementos ligados à economia que o Plano Diretor pode incorporar em estratégias, não criando constrangimentos, criando facilidades e evitando burocracias jurídicas.

Samuel passa então para as questões de infraestrutura. Cita a questão da deficiência na infraestrutura de esgoto, água e drenagem urbana. Afirma que sobre resíduos sólidos não há problemas. Cita também a questão da deficiência da mobilidade ativa e transporte público. Afirma que este item tem relação com as necessidades das pessoas caminharem, da segurança dos ciclistas e dos pedestres.

Em relação à questão ambiental, Samuel cita a degradação ambiental e a baixa disponibilidade de análises dos impactos das PCH's como problemas encontrados. Afirma não haver noção do impacto que as PCH's geram e que poderá ser elaborado alguma diretriz sobre solicitar os estudos dos impactos locais.

Samuel passa então para o último aspecto, ligado ao uso e ocupação do solo. Afirma que este é o item que se deseja que o Plano Diretor ataque de frente. Samuel então faz a leitura dos itens relacionados, começando pela insuficiência do planejamento da expansão urbana, que significa dizer onde a cidade vai expandir, onde é mais adequado. Exemplifica que num município como Angelina, instrumentos do Estatuto da Cidade como o IPTU progressivo não tem relação, mas que existem outras questões como onde se dará o crescimento ou sobre como será feita a regularização fundiária. Outro problema citado é ligado a este item é a irregularidade fundiária, que ficou clara na leitura, e a baixa integração entre áreas e conexão entre ruas. Cita como exemplo as vias longas da área central, que não se comunicam faltando integração com o restante das vias da cidade. Outra questão colocada como problema é a baixa valorização do patrimônio histórico, o frágil papel na escala metropolitana e a má distribuição de equipamentos e serviços públicos de lazer e culturais. Afirma que deve-se pensar quais os locais estratégicos para colocar esses equipamentos para que a maioria da população possa acessar e utilizar.



Samuel encerra a apresentação e abre para discussão sobre a síntese para que haja um acordo para dar sequência à proposta do Plano Diretor. Se for feito o mesmo diagnóstico em outros municípios o resultado seria bem diferente, como em Biguaçu que tem como questão a alça de contorno. Samuel explica novamente as regras para contribuições orais ou escritas.

Terceira parte Contribuições da Consulta Pública

Marilene Martins pergunta se foi informada na apresentação a metragem mínima do lote.

Samuel explica que esse é um tema que será abordado nas próximas etapas.

Marilene fala que é importante observar onde as áreas conseguiram abranger mais população e mais famílias.

Samuel responde que a equipe está identificando os núcleos residenciais existentes no território.

Marilene fala sobre a necessidade de melhorias habitacionais e as áreas de regularização fundiária.

Samuel fala que essa é uma questão que deve ser abordada no Plano Diretor, até porque a Prefeitura está respondendo um processo civil.

Luiz C. Laurento pede um esclarecimento sobre o mapa de condições do solo, pergunta quem fez o mapa. Explica que sim, existe declive mas com avanços na agricultura podem ser áreas produtivas também. Mencionando que hoje tem regiões montanhosas mais produtivas que outras regiões menos montanhosas.

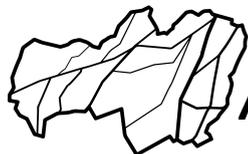
Nelson também contribui e diz que este trabalho está sendo feito há 30 anos, aprovado pela Epagri, com o plantio direto na palha e que assim conseguem tornar áreas com declividade de 50% em áreas produtivas. Fala que há visitas de estrangeiros para conhecer o trabalho que vem sendo feito.

Samuel explica que aquele mapa apresenta as áreas mais fáceis de cultivo, e não proíbe o cultivo nas demais áreas. Apenas mostra onde o solo é mais apto. E pergunta qual o tipo de cultivo que existe na região.

Luiz C. responde que são áreas de cultivo de mandioca, salsa e hortaliças.

Nelson explica que a Epagri está dando assistência. E que em janeiro vieram pessoas de outros três municípios visitar a propriedade, uma das visitantes afirmou que achava que a cultura no morro era perdida e que vendo o trabalho que foi feito no Rio Fortuna entendeu que é possível cultivar.

Samuel agradece a participação e diz que não é para um cultivo extensivo, mas que para esse cultivo é ótimo.



Lucas Terner afirma que Angelina é vulnerável a desastres naturais. Questiona se há planejamento desenvolvido sobre Pergunta se o Plano Diretor irá trazer algum plano para questões de desastres naturais.

Samuel responde que o plano diretor deve ajudar a identificar as áreas de risco e principalmente áreas que não deveriam ser ocupadas. Mas as questões diretamente ligadas aos desastres são tratadas com a Defesa Civil.

Elenir S. Machado questiona sobre a irregularidade fundiária, diz que no Garcia foram citados pontos em que poderia haver expansão, citando regiões como Coqueiros e Rio engano. E pergunta se essas áreas não se tornarem perímetro urbano, como o plano diretor pode contribuir para regularizar esses loteamentos?

Samuel responde que este é o tema mais sensível do Plano Diretor, que terá que estabelecer uma relação de diálogo entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Samuel explica que serão apresentadas diretrizes com os critérios das áreas passíveis de regularização, explica que não é possível prometer que irá regular todas as áreas irregulares, porque não há condição do plano regularizar área rural.

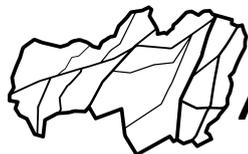
Elenir fala novamente sobre o certificado de regularização e sobre a compra de lotes que não estão regularizados.

Samuel fala que a regulação de condomínios rurais é algo que está no diagnóstico e que deve ser atacado na próxima etapa do Plano.

Sérgio fala sobre esse processo de certificados de regularização, afirma que foi um processo feito de maneira irresponsável. Porém não foi combinado com o Ministério Público ou com o cartório. Fala que já chamou a responsável para conversar e responsabilizá-la.

Samuel pergunta para Elenir qual a área que ela menciona, ela responde que é esta próximo ao Garcia. Samuel responde que então está mapeada, e que então será apresentado quais as possibilidades para esta área.

Roquilaine Fuck fala sobre a área urbana do Garcia, e a necessidade do Plano Diretor olhar para a flexibilização das três leis complementares apresentadas pelo Vice-Prefeito. Afirma que existem outros pontos que poderá haver crescimento urbano, como o Rio Novo, que pode haver um perímetro urbano que já tem serviço mas a prefeitura não arrecada. Afirma que se olhar tecnicamente o Garcia, cresceu pouco, e que precisa ajudar a cidade a se desenvolver. Que o Plano Diretor deve facilitar e respeitar quem está aqui há décadas. E fala sobre estar na síntese aparece a insuficiência do planejamento urbano.



Samuel explica que será necessário utilizar os instrumentos corretos para garantir o melhor planejamento. Que a leitura não é necessariamente restringir, mas identificar onde está acontecendo e ver onde pode ser regularizado e onde não.

Cláudio Inácio afirma que de 2008 até 2019 o Plano Diretor ficou estacionado. Em 2019 se aplicou o REURB pela empresa de Joinville. E fala sobre a necessidade da elaboração de um mapa das áreas de riscos. Fala sobre a necessidade de viabilizar os loteamentos. Explica sobre Angelina ter pouco recurso, uma muita área, pouca população e fala sobre como vai ser difícil solucionar essas questões. E que será importante que sejam soluções eficientes para desbloquear o possível crescimento da cidade. E fala sobre a importância da participação popular para que o processo seja eficiente.

Francisco Dias afirma que para o Garcia crescer o primeiro passo é expandir o perímetro urbano e fala sobre o processo dos certificados de regularização. Sugere que o Garcia, Coqueiros e Rio Engano seriam regiões prioritárias à expansão do perímetro urbano. Fala também que 02 hectares é muito grande para lote mínimo. sobre diminuir o tamanho do lote mínimo rural para 1 hectare.

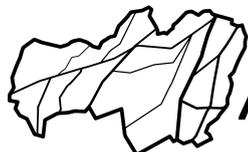
Samuel responde que o debate sobre perímetro urbano é importante porque não pode ter um perímetro urbano expandido demais para não tornar a cidade cara, e nem restrito demais. Pelo que foi observado, a maioria das questões está contemplada na síntese apresentada e que o Plano Diretor deve dar atenção nas próximas etapas.

Houve ainda uma manifestação escrita que está redigida a seguir:

Manifestação Escrita
Raquel Santana - Bairro 4ª Linha
“Reurb não for aprovada, qual o processo para poder conseguir escritura pública e energia. Tenho um terreno na 4º Linha sem energia por a prefeitura ter embargado o local”

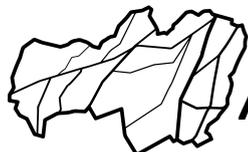
Encerramento

Samuel questiona se é possível trabalhar com esse conjunto de questões para trazer para a segunda quinzena de abril às diretrizes e propostas para elaboração do Plano Diretor. Todos os presentes concordam. Samuel então agradece a presença de todos e convida para uma foto final com todos presentes.

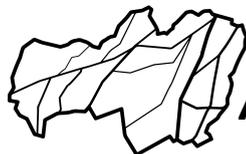


6.2. Lista de Presença da 2ª Audiência pública

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Helio Kreusch	Rio Fortuna	Vereador
2	Sérgio Clanier	Garcia	
3	Gustavo Weler	Rio Engano	
4	Luiz C. Laurento	Rio Fortuna	
5	Nelson M Homes	Rio Fortuna	
6	Alcione de Novaes	Rio Fortuna	
7	Francisco Dias	Garcia	Vereador
8	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
9	Maria de Fátima T de Mello	Barra Clara	CDTA
10	Lucas Ternes Hames	Centro	CDTA
11	Nilson Bruch	Centro	CDTA
12	John Lenon Batiste Eli	Centro	
13	Roquilane Fuck Souza	Garcia	CDTA
14	Ervino Bruch	Garcia	
15	Laureci Fagundes	Coqueiros	Associação de moradores
16	Ademir Kreutzfeeld	Rio Veado	
17	Cláudio Inácio	Linha Chaves	CTDA
18	Valmo José	Rio Engano	
19	Marcos Antonio Bruch	Garcia	
20	Adinei Boaventura	Centro	PMA
21	Marcelo Trierweiler	Garcia	Vereador
22	Raquel Santana	Santo Amaro	
23	José Adain Batista		
24	Selma A. S.	Garcia	
25	Wilmar A.	Garcia	
26	David Manoel Lopes	Garcia	Morador
27	Sérgio Murilo Costa	Centro	Vice-prefeito

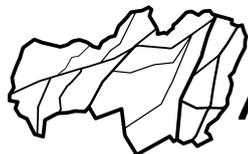


28	José Alberto Wornier	Centro	Particular
29	Ricardo G.	Coqueiral	Particular
30	Raizza Coelho	Coqueiros	Particular
31	Catarina J. Gelsleuck	Garcia	Particular
32	Claudio Inácio Schuch	Linha do Chaves	CDTA
33	E. Z.	Garcia	
34	Genilson Kammers	Barra Clara	CDTA
35	Elenir S. Machado	Garcia	
36	Crislaine Steineck	Garcia	Associação de moradores
37	Rubia P. Dias	Garcia	Morador
38	Renata de Melo	Garcia	Associação de moradores
39	Tiago Kuhn	Garcia	Associação de moradores
40	Karliane Pflieger	Alto Garcia	Morador
41	André Raimundo	Alto Garcia	Morador
42	Marilene Martins	Garcia	Comércio
43	Azão Soto	Garcia	Comércio
44	Rosa C. Vidal	Garcia	
45	Maria A. Fagundes		
46	Juscelia R da Silva		
47	Vilmar Z.		
48	Eva A.		



6.3. Fotos da 2ª Audiência Pública



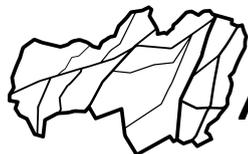


7. Segunda rodada das Oficinas Territoriais

A Segunda Rodada de Oficinas Territoriais foi realizada entre os dias 09 e 17 de maio de 2023. Todas as oficinas seguiram a mesma estrutura geral, que foi organizada em três momentos. São eles:

- 1. Abertura da oficina:** momento inicial de convocação e apresentação introdutória dos objetivos da reunião, da Equipe Técnica, das etapas já realizadas do processo de revisão do Plano Diretor, das etapas faltantes, das Áreas Territoriais e do pacto de convivência para a participação nas oficinas. Os objetivos da oficinas foram assim definidos: “Apresentar as diretrizes e eixos estratégicos da revisão do PDP de Angelina”. Se explicava também, neste primeiro momento, o processo de construção dos principais temas do Plano Diretor de Angelina, demonstrando como a Leitura Comunitária e a Leitura Técnica deram origem às Diretrizes e Eixos Estratégicos que seriam apresentados na sequência.
- 2. Primeiro bloco de apresentação e debates:** momento composto por três questões prioritárias a serem debatidas. A discussão era iniciada por uma contextualização preliminar dos eixos propostos por parte da Equipe Técnica, através de dados, imagens e cartografia, com um tempo estimado de 20 minutos de duração. Na sequência, os presentes na oficina eram instigados a debater as questões apresentadas, de forma a possibilitar uma percepção dos aspectos convergentes e conflitantes, seja em relação às diretrizes e propostas trazidas pela Equipe Técnica, como também das sugestões trazidas pelos próprios presentes. Os temas deste primeiro bloco eram: Princípios do Plano Diretor Participativo; Centralidades e equipamentos; Planejamento da expansão urbana.
- 3. Segundo bloco de apresentação e debates:** estruturado de igual maneira ao primeiro bloco, o segundo bloco consistia na apresentação dos temas por parte da Equipe Técnica da UFSC, e posteriormente no debate das questões apresentadas com os presentes. Os temas debatidos neste bloco eram: Regularização fundiária; Desenvolvimento rural; Meio ambiente e áreas verdes.

É importante destacar que a estrutura proposta para as oficinas consistiu na apresentação do conjunto de questões estruturantes para cada um dos temas, bem como das informações levantadas e das proposições, seguidas pelo debate com a população presente. No entanto, durante algumas oficinas, os debates dos blocos 01 e 02 não ocorreram de forma estritamente formal, após a exposição dos conteúdos dos temas. Em vez disso, as discussões aconteceram de maneira fluida e espontânea, muitas vezes acontecendo durante a apresentação de cada mapa, área ou tema. Nesses momentos, as conversas se entrelaçaram



com a exposição dos dados, gerando um ambiente dinâmico de troca de ideias entre a Equipe Técnica e a população.

Além disso, durante a apresentação, o Professor Samuel Steiner, que conduzia as Oficinas, compartilhava um QRCode e um *link* de acesso a um formulário *online*. Esse formulário ficou disponível do dia 09 ao dia 20 de maio de 2023, com o objetivo de coletar outras opiniões dos participantes, que talvez não foram expressadas durante as oficinas, abrangendo os assuntos discutidos. Cabe dizer que não houveram manifestações no formulário *online*. Por fim, era solicitado que fosse tirada uma foto oficial com todos os presentes, marcando o encerramento das oficinas.

Adiante serão apresentadas as demais informações de cada uma das Oficinas Territoriais e as principais contribuições advindas da participação popular, bem como a sistematização de dados em cada uma das áreas.

A apresentação base de Slides da 2ª rodada das Oficinas Territoriais encontra-se disponível no **Anexo 06 - Apresentação Segunda Rodada de Oficinas Territoriais**.

7.1. Ata da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara

Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a primeira, na **Área Territorial de Barra Clara**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 09 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão da Igreja de Barra Clara. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

Gravação da Oficina:

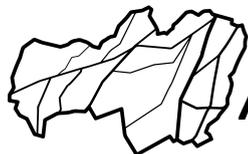
<https://youtu.be/fWH0CFLUPM>

Redação da Ata: Nathália Sander e Maria Carolina Romi - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Maria Carolina Romi - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação





O Sr. Michael Soares, da Prefeitura de Angelina, chama todos os presentes para iniciar a Oficina Territorial às 18:53. Cumprimenta todos os presentes, agradecendo a presença de todos e fala sobre a importância da presença da população nas oficinas territoriais.

A Sra. Maria de Fátima questiona se a apresentação de slides da oficina territorial será disponibilizada posteriormente, a pedido da Associação de Moradores de Barra Clara. Samuel responde que sim; além da apresentação, será disponibilizada a gravação e a ata da oficina territorial.

O Professor Samuel Steiner inicia sua fala se apresentando e cumprimentando todos os presentes. Explica que a segunda rodada de oficinas territoriais marca uma nova etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, na qual se discutirá o conteúdo do Plano. Complementa que o objetivo da oficina territorial é apresentar as diretrizes e eixos estratégicos da revisão do Plano Diretor, que serão a base da discussão da oficina territorial, e que é importante que os presentes comentem sobre o conteúdo que será apresentado.

O Sr. Samuel apresenta os integrantes da Equipe Técnica da UFSC que estão presentes na oficina e comenta sobre a multidisciplinaridade de toda a equipe.

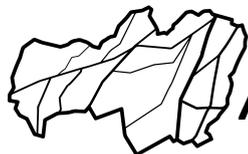
O Sr. Samuel fala sobre a estrutura da apresentação: ela será dividida em dois blocos, cada qual com temas específicos a serem abordados. Após a apresentação de cada bloco, haverá um tempo para discussão entre os presentes.

O Sr. Samuel apresenta a relação tripartite responsável pela elaboração do Plano Diretor. Comenta novamente o objetivo desta oficina, apresentando o cronograma das oficinas nas demais localidades e relembra os presentes da divisão do município em áreas territoriais.

O Sr. Samuel comenta sobre o pacto de convivência para o bom desenvolvimento das oficinas territoriais. Ressalta a importância das contribuições dos participantes e sobre o tempo de fala de 02 minutos para as falas nos momentos de debate.

A segunda rodada de oficinas territoriais se insere na terceira etapa do processo de revisão do Plano Diretor, que será seguida da elaboração da versão preliminar da lei. Posteriormente, o anteprojeto de lei será disponibilizado para consulta pública e será discutido na Conferência Final. Por fim, haverá a sua votação na Câmara dos Vereadores.

O Sr. Samuel expõe as atividades participativas elaboradas no processo do Plano Diretor até o momento e os canais de mídias sociais do projeto. Retomando informações da primeira rodada de oficinas territoriais, o Sr. Samuel comenta que os aspectos positivos levantados em Barra Clara foram: saúde, qualidade de vida e saneamento básico. Os principais pontos negativos levantados foram: saneamento básico, infraestrutura urbana e esporte, cultura e



lazer. Mostra também como foram elaborados os documentos que compõem a Leitura da Cidade.

O Sr. Samuel comenta que os produtos elaborados pela equipe técnica da UFSC até o momento foram disponibilizados no site do projeto (www.participaangelina.ufsc.br), são eles: Leitura Comunitária, Leitura Técnica e Síntese da Leitura da Cidade.

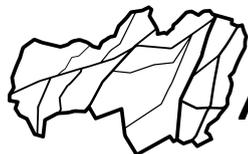
O Sr. Samuel explica o processo de elaboração da Síntese da Leitura da Cidade, que consiste na união das informações coletadas no questionário online, nas oficinas territoriais e na Leitura Técnica. Apresenta alguns dos principais aspectos verificados, assim como as principais expectativas da população. Os aspectos levantados foram sistematizados nas seguintes dimensões: uso e ocupação do solo, ambiental, infraestrutura urbana, economia e gestão pública.

O Sr. Samuel explica que, a partir dos problemas levantados, foram elaboradas diretrizes, que são estratégias de enfrentamento dos problemas. Comenta também que a elaboração dessas diretrizes foi guiada por princípios, que são valores éticos que guiam as proposições do Plano. As diretrizes elaboradas foram sistematizadas em dois grupos: diretrizes bastante aderentes e diretrizes parcialmente aderentes. Explica, que, das diretrizes elaboradas, 24 delas tem uma aderência muito forte ao Plano Diretor, e são essas que serão apresentadas à população na segunda rodada de oficinas territoriais. As diretrizes muito aderentes foram organizadas em 6 eixos estratégicos, são eles: centralidades e distribuição de equipamentos, planejamento e expansão urbana, regularização fundiária, desenvolvimento rural, meio ambiente e áreas verdes e zoneamento e parâmetros de uso e ocupação. O Sr. Samuel comenta brevemente como os conteúdos estão organizados nestes eixos e explica que, dentre os eixos apresentados, o eixo de zoneamento e parâmetros de uso e ocupação não será apresentado nesta rodada de oficinas territoriais.

O Sr. Samuel explica como serão divididos os blocos a serem apresentados na sequência e inicia a apresentação do primeiro bloco. Os dois blocos da oficina territorial abordarão: princípios do PDP, centralidades e equipamentos; e Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes.

Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

O Sr. Samuel inicia a apresentação do Bloco 01 de discussão, apresentando os princípios que guiam as proposições do Plano Diretor, são eles: a permanência e qualificação da vida no campo e das comunidades rurais, aspecto que despontou como prioridade para o município de Angelina nas Leituras; a equidade territorial, para justa distribuição dos serviços e equipamentos; equilíbrio socioambiental, para compatibilizar ocupação urbana com as



condicionantes ambientais do território, ressaltando que este é um ponto relevante para Angelina; a racionalização e otimização dos custos da urbanização, para uma expansão cuidadosa e incentivo à compacidade e integração; a função social da cidade e da propriedade; e a gestão democrática da cidade.

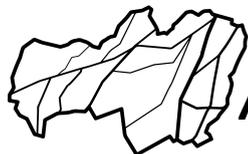
O Sr. Samuel expõe o primeiro eixo estratégico, das centralidades e distribuição de equipamento e as diretrizes desenvolvidas para este tema. Explica sobre o conceito de centralidades e fala sobre Barra Clara apresentar uma configuração de equipamentos públicos convergentes, quando comparada a outras localidades do município, cujos equipamentos se localizam de forma mais dispersa no território. Cita equipamentos que podem compor o sistema de equipamentos públicos das localidades, como: educação básica, saúde básica, espaços públicos, de lazer, de cultura, incentivo ao comércio local, suporte ao cidadão.

O Sr. Samuel apresenta os dados recolhidos na Leitura Comunitária acerca dos equipamentos que a população de Angelina mais sente falta. Ao apresentar o mapa de Angelina no qual as localidades urbanas estão demarcadas, explica que algumas das localidades do município se encontram muito mais contidas no raio de influência de municípios vizinhos que no de Angelina; comenta que, por esse motivo, uma das propostas da revisão é reconhecer o Rio Novo como um núcleo urbano municipal que pode dar suporte a essas localidades do município, situadas na porção oeste do município.

O Sr. Samuel apresenta o mapa dos equipamentos urbanos da Macrozona Urbana Central, da Macrozona Urbana de Barra Clara e da Macrozona Urbana do Garcia. Apresenta a Macrozona Rural do Rio Novo e os equipamentos existentes, e fala sobre o crescimento populacional dessa região.

O Sr. Samuel apresenta o mapeamento com as sugestões de rotas prioritárias para transporte público, de maneira a conectar os equipamentos e centralidades existentes. O Sr. Samuel apresenta o resumo das informações dos equipamentos existentes em cada uma das localidades.

A Sra. Cinthia comenta que em novembro de 2022 houve um incêndio na escola de educação básica da Barra Clara. Neste momento, o ginásio de esportes está sendo utilizado para absorver a função da escola, provisoriamente. Comenta também que o espaço da escola incendiada é pequeno e que não comportaria uma ampliação; fala sobre o projeto da Prefeitura de uma nova escola para Barra Clara, cuja localização excede a delimitação do perímetro urbano. Questiona se, nesse caso, seria necessário ampliar o perímetro urbano da macrozona para abranger esse equipamento. O Sr. Samuel comenta que a localização deste novo equipamento é estruturante para Barra Clara, uma vez que pode fortalecer ou dissolver a centralidade da macrozona urbana, a depender de onde será locado. Por esse motivo,



ressalta que é importante verificar o planejamento da Secretaria de Educação acerca da construção desta nova escola.

A Sra. Maria de Fátima comenta que o Vice-Prefeito contatou a Granfpolis (Associação de Municípios da Grande Florianópolis) para elaboração do projeto desta escola. O Sr. Samuel enfatiza que é necessário verificar a localização deste equipamento. Agradece as informações e continua a apresentação mostrando as principais diretrizes para o eixo de fortalecimento e desenvolvimento das centralidades.

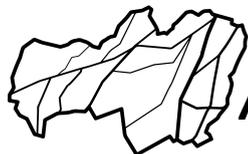
O Sr. Samuel inicia a apresentação da terceira parte do primeiro bloco, que abordará o planejamento da expansão urbana. Explica que Angelina não está crescendo demograficamente; no entanto, a demanda por expansão urbana em Angelina pouco tem relação com o crescimento demográfico, mas sim, com inadequações e irregularidades no uso e ocupação do solo, que demandam ajustes finos na delimitação dos perímetros urbanos atuais, sobretudo na Macrozona Urbana Sede e no Garcia. Explica que também devem ser reconhecidas outras dinâmicas de ocupação: Coqueiros, Rio Novo e Rio Engano.

Acerca da expansão do perímetro urbano, comenta que estão sendo propostos: no Garcia, a ampliação do perímetro urbano atual e a delimitação de uma nova área urbana à norte, em Coqueiros; em Barra Clara, o perímetro atual será mantido; em Rio Novo, será delimitado um novo perímetro urbano; e, no Centro, o perímetro urbano atual será ampliado em direção à localidade da Linha do Chaves.

O Sr. Samuel apresenta os mapas da topografia do município e a susceptibilidade de movimentos de massa. E inicia a apresentação por áreas territoriais, começando pela área urbana central. Apresenta as restrições ambientais que incidem sobre a macrozona urbana, além dos eventos de deslizamento de terra que ocorreram em dezembro de 2022. Comenta que foram analisados, de maneira mais aproximada, os mapas de suscetibilidade a movimentos de massa, inundação, áreas de preservação, de maneira a identificar as áreas mais propícias para expansão do perímetro urbano.

O Sr. Dauri, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial, comenta que há um trecho pavimentado da SC-108, para além da delimitação do perímetro urbano atual da macrozona urbana Sede, onde ocorreram fortes movimentos de massa no final de 2022 nesta área.

O Sr. Samuel apresenta a sugestão de ampliação da área central de Angelina. A proposta é de acréscimo de cerca de 45 hectares, na continuidade do perímetro urbano atual, em direção à Linha do Chaves. Expõe que o custo de urbanização de 1 hectare é 800 mil, o que resultaria num custo total de R\$ 36 milhões. Explica sobre a qualificação da área urbana central e



apresenta também a compatibilização que deve ser feita para ajustar o perímetro urbano atual da macrozona urbana Sede com ocupações existentes.

Sobre o Garcia, o Sr. Samuel comenta que sua característica de ocupação é linear. Explica que o procedimento para identificação de possíveis áreas de expansão foi o mesmo utilizado no Centro, bem como nas outras áreas territoriais, baseado principalmente na análise das restrições ambientais e da suscetibilidade a riscos. Expõe a proposta de incorporação de Coqueiros como perímetro urbano descontínuo, além da ampliação do perímetro urbano atual ao sul, de forma contínua.

Para Barra Clara, o Sr. Samuel apresenta os mapas de movimentos de massa e inundação, demonstrando que é uma das localidades com melhor possibilidade de ocupação contida no perímetro urbano atual, uma vez que este está inserido em uma área com baixa suscetibilidade a riscos e a inundação. Além de grandes áreas desocupadas e baixo aumento populacional nos últimos anos.

Por fim, apresenta a área territorial do Rio Novo, na qual se propõe a delimitação de um novo perímetro urbano. Explica que isso se deve ao fato de, além de o Rio Novo apresentar características propícias à ocupação, possuir equipamentos públicos que poderiam absorver demandas futuras.

Para concluir, o Sr. Samuel apresenta a síntese das proposições acerca do planejamento e expansão urbana.

Debate – Bloco 01:

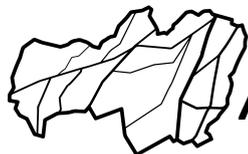
O Sr. Samuel questiona os presentes se o que foi apresentado condiz com o que a população espera.

O Sr. Dauri comenta que a expansão do perímetro urbano poderia se dar em direção ao Rio Quebra Dentes, de forma a abranger o terreno público da Prefeitura, onde está prevista a construção da nova escola municipal.

A Sra. Amanda comenta que a educação infantil é uma preocupação muito grande da comunidade de Barra Clara.

O Sr. Adnei pergunta se é obrigatório que a escola esteja em um perímetro urbano. O Samuel responde que não, mas que sua localização deve ser adequada para o acesso da população; reforça a preocupação sobre manter-se a escola infantil em Barra Clara.

O Sr. Samuel comenta que a Leitura da Cidade evidenciou que Barra Clara possui localização estratégica na região, uma vez que cumpre o papel de suporte a várias localidades do município, e, por esse motivo, seria interessante que a nova escola se localizasse nesta área



territorial. Complementa explicando que serão feitos estudos nos dois sentidos: de alterar a localização desta escola ou de manter a localização atual, englobando-a ou não no perímetro urbano.

A Sra. Mariza comenta que, a seu ver, o investimento de ampliação do perímetro urbano de Barra Clara, para abranger a futura escola, seria muito superior ao de compra de um terreno no interior do perímetro atual para construção da nova escola, sendo a segunda opção mais viável financeiramente ao município.

O Sr. Dauri chama atenção para o fato de a população residente de Rio Novo utilizar a cidade de Leoberto Leal para transações financeiras, e que aponta para a necessidade de instalação de um Banco ou uma Cooperativa na região para dinamizá-la economicamente. O Sr. Elson concorda com o Sr. Dauri.

O Sr. Michael comenta que a escola é um equipamento que dinamiza Barra Clara, por isso, seria interessante mantê-la nesta macrozona urbana. Expõe a dificuldade para a Prefeitura de investimento para a instalação de uma nova escola, e que seria improvável sua instalação na região do Quebra Dentes, por ser muito isolada. O Sr. Samuel questiona se existem terrenos de propriedade da Prefeitura no centro da cidade, a fim de vislumbrar soluções como a permuta de terrenos com valor semelhante, para que a escola possa ser locada em Barra Clara. O Sr. Michael responde que sim; há um terreno próximo ao campo de futebol de areia que é da Prefeitura e que essa será uma discussão a ser levada para a Prefeitura. Comenta também que a compra do terreno poderia se dar por meio de emendas parlamentares, mas que desconhece os meios legais que viabilizaram isso.

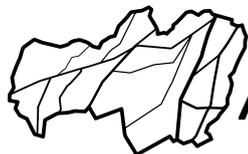
O Sr. Elson comenta que uma possibilidade seria conversar com donos de terrenos, acerca de outras possibilidades de propostas.

O Sr. Samuel concorda com Michael, falando da dificuldade de manutenção de uma escola em local isolado. O Sr. Elson também concorda.

A Sra. Maria de Fátima questiona o fato de a Prefeitura estar buscando investimentos federais para a implementação da Escola em uma localização que não se julga adequada. O Sr. Michael responde que esse processo é muito demorado, e dá o exemplo de uma cidade vizinha que levou seis anos para aprovação do projeto e recebimento da verba do Governo Federal, explicando que é por este motivo que estão buscando a aprovação do projeto e do recurso, para depois definirem com precisão o terreno.

O Sr. Dauri reforça a urgência dessa demanda.

O Sr. Michael comenta que algumas decisões do poder público são tomadas de forma precipitada devido à pressão popular. Comenta também que considera impossível a aquisição



de um terreno pela Prefeitura Municipal. E que, particularmente, considera importante que Barra Clara receba uma nova escola.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes

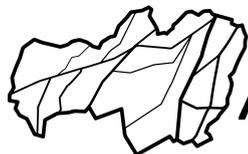
Às 20h24 o Sr. Samuel inicia a apresentação do conteúdo do segundo bloco de discussão, que irá tratar dos temas: Regularização fundiária; Desenvolvimento rural; e Meio ambiente e áreas verdes.

O primeiro eixo estratégico a ser apresentado é o da regularização fundiária. O Sr. Samuel explica brevemente as características de imóveis passíveis de regularização e daqueles que não são passíveis de regularização, expondo também as principais legislações que estão acima do Plano Diretor para regularização fundiária.

O Sr. Samuel apresenta a classificação dos tipos de áreas passíveis e não passíveis de regularização. O tipo 01 trata dos núcleos urbanos informais, situados fora do perímetro urbano, que possuem características urbanas (presença de infraestrutura urbana, por exemplo), nos quais é justificável a expansão do perímetro urbano. O tipo 02 trata das áreas urbanas consolidadas situadas sobre áreas ambientalmente sensíveis, que deverão ser identificadas no Plano Diretor e serão objeto de estudo socioambiental, que determinará sua regularização em caso de não haver riscos de ocupação. O tipo 03 trata dos parcelamentos irregulares situados no interior do perímetro urbano, que foram parcelados irregularmente e podem ser regularizados de acordo com as condições estabelecidas pelo Plano. O tipo 04 trata das áreas não urbanas, com possibilidade de alguns tornarem-se condomínios rurais.

Na sequência, o Sr. Samuel apresenta separadamente as áreas do município onde foram identificados os tipos de áreas passíveis e não passíveis de regularização citadas anteriormente. Inicia com Coqueiros, com a proposta de novo perímetro urbano descontínuo no Garcia. Ainda no Garcia, apresenta os pedidos de regularização de 24 imóveis, que se situam sobre uma área que foi parcelada de maneira irregular. Apresenta a Linha do Chaves, que possui pedidos de regularização dentro do perímetro urbano. Apresenta a Quarta Linha, que possui pedidos de regularização de imóveis com área maior que o módulo fiscal e do ponto de vista da equipe técnica não constitui núcleo urbano informal, possibilitando a criação de condomínio rural. Apresenta uma outra área do centro, com a sugestão de ser englobado pela expansão do perímetro urbano do centro.

A respeito da situação da área do Garcia, o Sr. Michael comenta que a regularização dos imóveis irregulares fora do perímetro urbano está sendo conversada com o Ministério Público. Cita como exemplo o município de Rancho Queimado, que regularizou os parcelamentos irregulares situados fora do perímetro urbano, instituindo condomínios rurais, nos quais os



proprietários dos terrenos a serem regularizados arcam com a implantação da infraestrutura urbana. Comenta que é interessante que os pedidos de regularização do Garcia sejam atendidos, desde que a instalação de infraestrutura urbana fique a cargo do empreendedor privado, não da Prefeitura, como ocorrido em Rancho Queimado.

O Sr. Walter comenta que grande parte dos imóveis identificados com pedidos de regularização estão desocupados, sem edificação (19 dos 25 imóveis). Por este motivo, o Sr. Samuel comenta que estes imóveis não configuram núcleo urbano consolidado e que é, portanto, uma situação que precisa ser prevenida e contida.

A Sra. Mariza pergunta há quanto tempo existem esses terrenos. Adnei responde que há alguns anos.

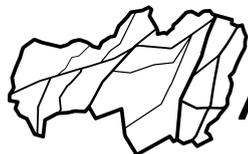
O Sr. Gustavo pergunta sobre a dimensão do lote mínimo. O Sr. Samuel explica que isso ainda será definido na próxima etapa, mas que acredita que algumas regiões de Angelina podem ter a área do lote mínimo, que hoje é de 450m², diminuída. Participantes comentam que esse é o caso de Barra Clara. O Sr. Gustavo complementa que lotes muito grandes podem acarretar ocupações em morros e outras áreas não adequadas. Questiona se a tendência do Plano é estabelecer a definição do lote mínimo em 360m². O Sr. Dauri responde que o estabelecimento do lote mínimo em 360m² é uma definição que foi votada pelo Conselho de Desenvolvimento e em Audiência Pública.

O Sr. Gustavo comenta que é interessante que a testada mínima não seja muito ampla, sobretudo nos casos onde se tem uma disposição linear dos lotes ao longo dos logradouros, onde lotes podem ter maior profundidade, como em Barra Clara.

O Sr. Samuel fala sobre essa ter sido uma das principais discussões do Plano Diretor desenvolvido em Nova Serrana, em Minas Gerais. E comenta que o objetivo é propor dimensões de lote e testada que garantam condições mínimas de qualidade ao espaço urbano.

O Sr. Gustavo questiona se o Plano Diretor irá abordar a regulamentação dos condomínios rurais. O Sr. Samuel responde que sim, e que será apresentado a seguir.

Acerca das Áreas Especiais de Interesse Social, o Sr. Samuel comenta que a sugestão da revisão do Plano Diretor de AEIS na área de expansão do perímetro do Centro e Garcia é a destinação de 5% de cada novo loteamento aprovado para habitação de interesse social, com critérios de localização definidos pela prefeitura. Para finalizar, apresenta a síntese das diretrizes do eixo de regularização fundiária.



Dando sequência à apresentação, o Sr. Samuel aborda o quinto tema, de desenvolvimento rural. Expõe sobre o aumento da demanda nacional por condomínios rurais e a regulamentação dos condomínios rurais.

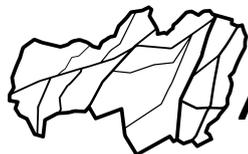
O Sr. Michael comenta novamente sobre o município de Rancho Queimado, explica que por conta dessas regulamentações o município hoje conta com uma arrecadação de R\$31 milhões/ano de tributos municipais, que supera em R\$6 milhões a soma da arrecadação dos tributos municipais, estaduais e federais de Angelina, e muito disso se deve à regulamentação dos condomínios rurais.

O Sr. Samuel explica sobre a importância de estabelecer um conjunto de critérios para que a regularização das ocupações desse tipo aconteçam de maneira a possibilitar o estabelecimento dos condomínios rurais, mas que isso não prejudique o desenvolvimento das áreas rurais, acarretando a valorização imobiliária e consequente expulsão da população que vive no campo, por exemplo.

Com base na consulta de planos diretores que regulamentam os condomínios rurais, o Sr. Samuel apresenta a sugestão de critérios elaborada até o momento para a implementação dos condomínios rurais, que são: áreas de baixa aptidão agrícola, com perda da característica produtiva; certa proximidade das áreas urbanas existentes (áreas urbanas consolidadas); proximidade a vias estruturantes e sem condicionantes ambientais; número limitado de unidades habitacionais; fração ideal relativamente grande, sendo a sugestão que seja maior ou igual à 1mil m²; contrapartidas do proprietário ao município e se responsabilização por serviços básicos, como o saneamento básico; possibilidade de criar uma macrozona específica, que viabiliza também outras atividades econômicas (industriais de baixíssimo impacto, ecoturismo, entre outros).

O Sr. Samuel apresenta os mapas que mostram os equipamentos urbanos existentes, as principais vias municipais, a suscetibilidade a riscos e a sugestão das áreas para condomínios rurais. Menciona normas que legislam sobre a área rural, que podem dar suporte à regulamentação dos condomínios rurais em Angelina. Complementando, mostra o mapa de solos e aptidão agrícola do município, que justifica a implantação dos condomínios rurais nas áreas demarcadas no mapa anterior.

O Sr. Samuel inicia a apresentação sobre o sexto tema, que são as áreas verdes e o meio ambiente. Explica que a regularização da ocupação de áreas ambientalmente protegidas pode se dar somente em caso de essa ocupação constituir núcleo urbano consolidado, mediante estudos socioambientais. Estes, por sua vez, devem reunir as características definidas pela Lei Federal nº 14.285/2021.



O Sr. Samuel apresenta o mapeamento das áreas urbanas consolidadas na Macrozona Central, e explica que o Plano Diretor deve demarcar as mesmas áreas nas demais regiões do município. Na sequência, apresenta o mapeamento das APPs existentes em Angelina, além das sugestões de delimitação de áreas verdes estruturantes para o município.

A primeira área verde sugerida localiza-se no Centro, contida na área de possível expansão urbana. A segunda, no Garcia, contida no interior do perímetro urbano atual, como uma proposta de parque linear. A terceira área localiza-se em Barra Clara, próximo aos equipamentos urbanos existentes. A quarta área, em Rio Novo, no novo perímetro urbano a ser delimitado. E por fim, a área da Barragem do Garcia, com um potencial de qualificação do espaço para criação de uma área de lazer. O Sr. Samuel explica que a viabilização dessas áreas acontece através do instrumento de direito de preempção.

Debate – Bloco 02:

O debate do segundo bloco de conteúdos se inicia às 21h20. O Sr. Samuel reforça que o formulário *online* está aberto para contribuições, mas que o momento de discussão nas oficinas territoriais é importante para que todos debatam em conjunto.

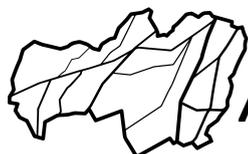
O Sr. Elson comenta que uma das principais dificuldades do município são os acessos, que são escassos, pouco qualificados e com manutenção precária; não há planejamento de manutenção nem de melhorias deles por parte do Poder Público. Complementa dizendo que os acessos aos outros municípios são mais qualificados que os acessos das localidades à Sede do município. Comenta também sobre o enfraquecimento do setor de comércio e serviços que é experienciado pelo município.

O Sr. Gustavo questiona se o diagnóstico socioambiental do município já está sendo elaborado. O Sr. Michael responde que deverá ser contratado na sequência da finalização do processo de revisão do Plano Diretor; comenta que deveria estar sendo realizado paralelamente à revisão do Plano Diretor, mas não está sendo feito por restrições orçamentárias da Prefeitura.

O Sr. Gustavo reforça a importância do desenvolvimento destes estudos para Angelina, que possui fragilidades ambientais em grande parte de seu território. O Sr. Samuel concorda e complementa dizendo que o Plano Diretor não pode regularizar ou incentivar a ocupação de áreas reconhecidas como de risco pelo diagnóstico socioambiental; em outras palavras, o Plano Diretor não pode legitimar riscos reconhecidos.

A Sra. Mariza fala que Barra Clara foi muito esquecida pelos últimos governos municipais, exemplificando que o calçamento é precário, não há sistema público de abastecimento de água, entre outros.





O Sr. Gustavo comenta que Barra Clara representa um caso de necessidade de qualificação da área urbana, não de expansão. A Sra. Mariza, o Sr. Elson e a Sra. Maria de Fátima concordam e reforçam a necessidade de qualificação e presença do poder público na região.

O Sr. Michael fala que na atual gestão não foi possível fazer nenhum calçamento novo.

O Sr. Acácio fala sobre a necessidade de maior visibilidade e atenção à região de Barra Clara e também da melhoria da qualidade das obras públicas, cujo cunho político, a seu ver, atrapalha o serviço público. O Sr. Samuel concorda e complementa dizendo que os ciclos políticos da atuação do poder público condicionam a pouca efetividade do Plano Diretor.

Encerramento

O Sr. Samuel fala que o material será disponibilizado no site do projeto até quinta-feira (11/05). Agradece a participação de todos e convida para uma foto final.

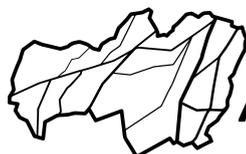
7.1.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Cinthia Furbringer	Barra Clara	CDTA Suplente
2	Gustavo Roberge Goedert	Barra Clara	-
3	Acacio Luiz Goedert	Barra Clara	Morador
4	Maria de Fátima Teixeira de Melo	Barra Clara	CTBA
5	Mariza Heiderschidt	Barra Clara	-
6	Amanda de Melo	Barra Clara	Diretora Escola / Moradora
7	Moacir A. Martins	Barra Clara	-
8	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
9	Michael Soares	Centro	Prefeitura
10	Adinei Boaventura	Centro	Prefeitura
11	Elson Goedert de Melo	Barra Clara	-
12	Walter Souza R. Junior	Centro	CDTA

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Atividade
-----	------	-----------





1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Nathália Sander	Redação da Ata
3	Maria Carolina Romi	Redação da Ata
4	Mariana Panzera	Apoio
5	Marcio de França Santos	Apoio

7.1.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Barra Clara





7.2. Ata da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia

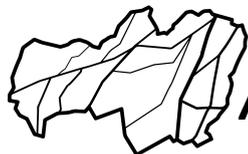
Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, na **Área Territorial de Alto Garcia**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 10 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja de São Marcos, no bairro de Alto Garcia Garcia. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

Gravação da Oficina: <https://youtu.be/FUDVI2umJnE>

Redação da Ata: Juliana de Godoy e Marlucci Lenhard - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nathália Sander- Equipe Técnica UFSC



Primeira Parte - Apresentação

Sr. Michael Soares, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Angelina (SC) inicia a Oficina Territorial às 18:55. Faz a apresentação inicial, afirmando que ele e o sr. Adnei fazem parte da equipe técnica da Prefeitura e cumprimenta todos os presentes. Fala sobre a importância da Revisão do Plano Diretor, que vai beneficiar a todos até daqui a dez anos quando houver uma nova revisão. Fala sobre a importância da presença da população, agradece a presença de todos.

Sr. Adnei afirma que o Sr. Valter gostaria de ter comparecido, já que é o fiscal da Prefeitura, mas que não foi possível por outros compromissos na Prefeitura.

Professor Samuel Steiner sugere uma oficina cuja dinâmica seja mais de conversa do que propriamente uma apresentação. Prof. Samuel afirma que a ideia é dar continuidade a partir da Primeira Oficina realizada em dois mil e vinte e dois e pergunta então o nome de um dos participantes.

Sr. Raulino se apresenta e afirma que veio morar desde setembro de dois mil e vinte e dois em Alto Garcia, e que em novembro não pode comparecer à primeira rodada de oficinas porque tinha compromisso.

Prof. Samuel pergunta se o sr. Raulino já conhece o local e se já mora ali há bastante tempo.

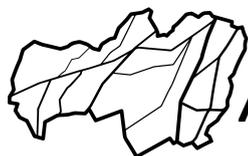
Sr. Raulino afirma que é morador desde setembro mas que é sitiante e que casou aqui, que a esposa é daqui há aproximadamente vinte e oito anos.

Prof. Samuel pergunta então se a Sra. Rosimeri, participante da oficina, é moradora da região e pede a confirmação se ela trabalha como agente de saúde.

Sra. Rosimeri afirma que mora desde que nasceu no Alto Garcia e trabalha há vinte anos como agente de saúde.

Prof. Samuel afirma que a primeira rodada foi feita em novembro em cinco reuniões: no Garcia, no Alto Garcia, no Centro, no Rio Novo e na Barra Clara. Afirma que a primeira reunião foi realizada para levantar problemas e qualidades que tem a ver com o Plano Diretor, que o instrumento que tenta organizar o crescimento da cidade, o que pode ser construído e o que não pode ser construído, onde são as prioridades de crescimento do sistema viário, entre outros. Afirma que para fazer isso é preciso entender o que está se passando. E esse foi o papel das primeiras oficinas.

Prof. Samuel afirma também que a equipe da UFSC junto à equipe da Prefeitura levantou informações, dados sobre a situação do município, como questão econômica, social e ocupação do território. Afirma que nesta oficina a ideia é apresentar o conteúdo inicial de um



Plano Diretor, quais são as diretrizes e os elementos mais estruturantes. Prof. Samuel fala que o Plano Diretor é um documento complexo, que trata desde recuos de construção, que são detalhes, mas que agora é preciso saber quais são as grandes questões a serem resolvidas, como sobre o crescimento do município.

Prof. Samuel afirma que as leituras foram feitas com base na leitura da comunidade e da leitura técnica da cidade. A reunião de hoje é para apresentar os resultados em relação à leitura da cidade em relação às questões que o Plano Diretor pode resolver. Afirma também que o município passou há pouco tempo por situações de enchentes e escorregamentos que são efeitos de um município cuja característica é ter muitos morros, o que é uma dificuldade e que deve ser encontradas as melhores áreas de ocupação para evitar áreas de risco de ocupação. Prof. Samuel afirma que a ideia de hoje é apresentar o conjunto de elementos que a equipe imagina que seja uma forma de resolver parte dos problemas levantados em novembro com a população. Afirma que a partir das reuniões da segunda oficina e das diretrizes propostas a segunda etapa será de propostas mais consolidadas. Afirma que se tudo der certo, em Julho já haverá a versão completa do Plano Diretor. Prof. Samuel afirma que para isso é preciso primeiro chegar a um acordo com a população para depois desenvolver o plano detalhado.

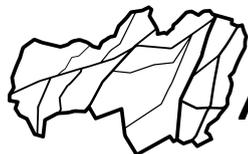
Prof. Samuel afirma que irá iniciar a apresentação e afirma que os participantes podem colocar dúvidas, sugestões e críticas a qualquer momento. Afirma que o sr. Dauri, que é presidente do Conselho Territorial, está acompanhando todas as oficinas. Prof. Samuel afirma que depois das discussões das oficinas é o Conselho que irá definir e consolidar as propostas, que a equipe está ajudando a elaborar, mas quem define o conteúdo é o Conselho. Pergunta então se cada localidade do Conselho e se a sra. Rosimeri é a representante.

Sra. Rosimeri afirma que não é ela e que o representante é o André,

Sr. Raulino afirma que o André não compareceu porque tinha uma prova da faculdade.

Prof. Samuel inicia a apresentação com o cronograma das oficinas. Sr. Raulino questiona se será feita uma nova oficina no Garcia. Prof. Samuel afirma que lá foi em novembro, perguntando se Sr. Raulino participou, e responde que o que foi feito no Garcia foi a audiência pública sobre a Leitura da Cidade, que é a apresentação do diagnóstico.

Prof. Samuel mostra a imagem com as localidades que são onde são realizadas as oficinas. Prof. Samuel apresenta as etapas, afirmando que a elaboração do plano está na etapa três, segunda rodada de oficinas nas comunidades, e que já foram passadas as fases de leitura e diagnóstico. Prof. Samuel afirma que na sequência será elaborada a versão preliminar do plano que será enviado para consulta pública. Afirma que será disponibilizada online a proposta para leitura da população para a consulta pública. Na sequência será realizada a



conferência pública do Plano Diretor onde todos têm direito a comentar mas só o conselho tem direito a voto. Prof. Samuel afirma que nem todas as solicitações poderão ser abordadas no Plano, ou por ir contra a lei ou pela população não concordar. Prof. Samuel comenta que a proposta completa do Plano Diretor será disponibilizada em julho online e em cópias físicas para todos terem acesso. Afirma que depois a proposta irá para conferência pública, em uma reunião provavelmente no Centro, pois não é possível fazer em todas as localidades. Prof. Samuel fala que serão lidos cada um dos artigos e todos poderão comentar, mas apenas o Conselho terá direito a voto. Prof. Samuel explica que depois de aprovada a versão final irá para a Câmara de Vereadores.

Sr. Adnei pergunta se a proposta estará disponível em junho ou julho.

Prof. Samuel afirma que será disponibilizada em julho, por duas semanas para a população poder ler o documento.

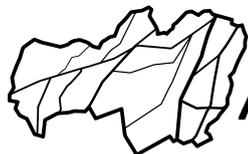
Sr. Adnei afirma que já foi questionado a respeito de como o documento será disponibilizado e que afirmou que provavelmente será no Instagram e no Facebook.

Prof. Samuel afirma que será possível deixar cópia física na Prefeitura e em algumas localidades.

Prof. Samuel mostra fotos das oficinas anteriores e afirma que esta é a sétima oficina de dez a serem realizadas, e que já teve reunião com o Conselho e com a Prefeitura. Afirma que foi realizada uma pesquisa através de um questionário à população. Prof. Samuel afirma que gostaria que as oficinas estivessem cheias, mas que estão trabalhando com a participação que aparece. Mostra a foto da primeira oficina que ocorreu no Alto Garcia e afirma que havia quase trinta pessoas na ocasião. Mostra as demandas da oficina territorial do Alto Garcia, realizada em dezessete de novembro de dois mil e vinte e dois, e o que foi apontado como aspectos positivos e aspectos negativos. Afirma que nem todas as demandas o Plano Diretor consegue resolver.

Prof. Samuel mostra a síntese da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária e afirma que todos os documentos estão disponíveis no site participaangelina.com.br no link biblioteca, incluindo a Leitura Técnica e a Leitura Comunitária. Afirma que a síntese é a tentativa de juntar o resultado da Leitura Comunitária e da Leitura Técnica e que foi observado que houve muitas convergências.

Na sequência, o prof. Samuel mostra a síntese dos problemas possíveis do Plano Diretor abordar, entre as questões abordadas na Leitura Técnica e Comunitária. Prof. Samuel fala sobre a metodologia adotada para sistematizar os documentos. Fala sobre a regularização fundiária que é um problema em mais de um território do município, como no Garcia, e que não é possível haver regularização em todos.



Adnei afirma que no Coqueiros também está ocorrendo problemas com regularização.

Prof. Samuel afirma que irá tocar no problema de Coqueiros. Afirma que o problema com esse tipo de ocupação é que a população começa a morar relativamente distante do núcleo e que depois a Prefeitura precisa regularizar essas ocupações e demarcar um novo perímetro urbano e levar infraestrutura, o que se torna caro para a Prefeitura.

Sr. Raulino afirma que hoje se solicita que haja asfalto no Alto Garcia, mas que não há demanda.

Prof. Samuel afirma que é um problema se começar a haver loteamento em cada “pedacinho” da cidade.

Sr. Adnei afirma que o que se percebe é que existem muitos loteamentos rurais irregulares, com áreas abaixo do módulo rural, que hoje é dois hectares, mas que até três meses eram três hectares. Afirma que é uma questão que pode gerar problemas futuros relacionados a esgoto e água.

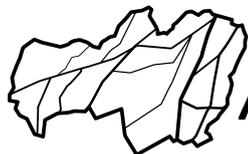
Prof. Samuel afirma que por haver concentração de pessoas começa a se produzir mais lixo, mais esgoto, começa a demandar escolas.

Sr. Raulino afirma que são sitiamentos mas que podem vir morar.

Prof. Samuel mostra os problemas levantados quanto às dimensões ambientais, como desmatamento, descaracterização das bordas de rio, o que impacta em enchentes e assoreamento do rio, impacto das PCHs, sobre a questão da infraestrutura, transporte público, além da distribuição de equipamentos públicos. Prof. Samuel afirma que não é possível construir muitos postos de saúde e muitas escolas, que deve haver uma “lógica boa” para saber onde há mais população que ainda não tem acesso à infraestrutura. Prof. Samuel afirma que identificar os problemas é metade da resposta, e que deve-se agora saber como enfrentar esses problemas.

A partir das questões Prof. Samuel afirma que foram elaboradas diretrizes com base nas causas de cada um dos dezessete problemas. Prof. Samuel afirma que foram elencados os problemas e verificadas as causas, e depois foram elencadas diretrizes, sendo que uma diretriz pode tentar resolver mais de um problema. Dá o exemplo da irregularidade, que pode ter várias diretrizes para ser enfrentada.

O Sr. Raulino afirma que o Centro é mais complicado para ampliar loteamentos e que talvez a linha dos Chaves possa ser melhor, e que onde está o convento das freiras pode haver mas existe o rio.



Prof. Samuel afirma que sobre a irregularidade fundiária, às vezes o Plano Diretor exige muito, como lotes de quatrocentos e cinquenta metros, que pode se tornar caro.

O Sr. Raulino pergunta de quanto é o mínimo hoje em relação aos lotes.

Prof. Samuel responde que é de trezentos e sessenta, e que será uma questão a ser abordada, já que as pessoas podem buscar terrenos baratos mas serão irregulares. Afirma que tem várias formas de resolver esse problema.

Prof. Samuel demonstra que a equipe chegou em vinte e quatro diretrizes e mais quinze que o Plano Diretor não resolve, como o saneamento, que tem a ver com Plano Municipal de Saneamento Básico e investimento da Casan. Mas afirma que o Plano Diretor pode dar diretrizes e pode identificar as áreas que seriam prioritárias para receber saneamento. Foram separadas em diretrizes que o Plano consegue encaminhar e as que serão apenas abordadas pois dependerão do âmbito político.

Prof. Samuel mostra os eixos estruturantes das diretrizes propostas. Afirma que em relação às Centralidades e à distribuição dos equipamentos foram levantadas localidades que têm maior possibilidade de oferecer acesso a uma população maior. Afirma que Angelina tem um território grande de aproximadamente quinhentos metros quadrados e que a população é pequena, de aproximadamente cinco mil e quinhentos habitantes. Afirma que por ser muito distribuído o território não tem como colocar uma escola em cada localidade.

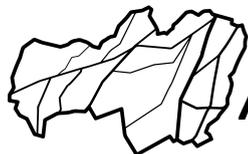
Sobre o segundo tema, que é planejamento da expansão urbana, o prof. Samuel afirma que o crescimento foi pequeno, de aproximadamente duzentos e cinquenta pessoas entre dois mil e dez e dois mil e vinte e dois, e que não haverá tanto crescimento.

O Sr. Raulino pergunta de quanto era a população na década de oitenta, que era de sete mil habitantes.

Prof. Samuel afirma que era de sete mil e que a partir da década de oitenta começou a perder população. Afirma que este último Censo demonstrou um crescimento de cinco por cento nos últimos doze anos, que segundo ele é “pequénissimo”.

Sra. Rosimeri afirma que com a pandemia a população cresceu, que muita gente veio morar em Angelina, e que os agentes de saúde fizeram o Censo, solicitado pelo IBGE. Afirma que ela pegou a própria área para o levantamento e um pouco de uma outra área, e que a divisão do IBGE é diferente da do município. Afirma que por terem solicitado aos agentes de saúde o levantamento foi bem mais completo por conhecerem todo o lugar.

Prof. Samuel então afirma que o planejamento da expansão urbana não é porque a cidade vai crescer muito.



Sr. Raulino afirma que a cidade só cresce se houver indústria.

Prof. Samuel afirma que hoje o perímetro urbano está delimitado de forma um pouco equivocada e que foi feita uma nova leitura para um novo perímetro urbano, especialmente em Barra Clara, Garcia, Centro e Rio Novo. Afirma que são as áreas que se houver necessidade de crescimento, seriam as áreas mais propícias, menos sujeitas a riscos.

Na sequência, o outro tema abordado por Prof. Samuel é a relação à regularização fundiária. Afirma que há situações que não são problemáticas a resolver, e que tem situações que são mais complexas, como em áreas rurais, como loteamentos que não estão ocupados. Fala que não há recursos para que haja regularização em todas as áreas que hoje têm loteamentos irregulares e que o município não tem condições de urbanizar todas essas áreas.

Sr. Dauri afirma que apareceu a demanda também no Alto Garcia que é de regularizar as áreas ocupadas por sitiantes, e que o módulo rural é de dois hectares.

Sr. Raulino afirma que participou de algumas reuniões em outros municípios sobre áreas rurais e loteamentos rurais que já estavam construídos em dois mil e catorze e que as prefeituras instituíram que os donos das glebas que venderam os lotes irregulares são os responsáveis pela infraestrutura e urbanização desses loteamentos. Afirma que ao final a prefeitura recebe IPTU. Afirma que o INCRA não quer que a terra rural seja parcelada para ser urbanizada, que deve seguir sua vocação rural, mas que mesmo assim conseguiram parcelar. Afirma que participou de outros casos, como do Alto da Boa Vista em Rancho Queimado e de outro famoso, que é o Costa da Serra. Afirma que Rancho Queimado tem cinquenta e três condomínios rurais e que vinte e oito ou trinta e dois estão regularizados.

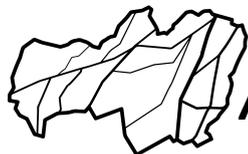
Prof. Samuel pergunta ao sr. Raulino se é condomínio rural ou loteamento.

O Sr. Raulino afirma que são condomínios. Afirma que neste Plano Diretor, Rancho Queimado coloca que é possível fazer condomínio rural e que ele não sabe afirmar como é ao certo. Afirma também que Nova Trento e Itajaí têm a exigência de dois mil metros quadrados para condomínios rurais, e que sem cobrar IPTU.

Prof. Samuel afirma que a forma de condomínio é por fração ideal, um pedaço, que cada pessoa tem uma cota sobre a área, que é uma única matrícula.

Sr. Raulino afirma que esses proprietários conseguiram individualizar os registros e que foram transformados em lotes urbanos e que foram demarcados como perímetro urbano.

Prof. Samuel afirma que existem outros custos da Prefeitura em relação ao loteamento que estão além da infraestrutura, como escolas, transporte escolar, médicos. Afirma que a questão não é dificultar para as pessoas.



Sr. Raulino afirma que essas áreas já tinham características urbanas, e que já eram ocupadas, por isso foram modificadas. E que no caso de Angelina essas áreas passariam por uma avaliação da equipe da prefeitura.

O quarto eixo apontado pelo prof. Samuel é o desenvolvimento rural. Afirma que o Plano Diretor não deve ser um obstáculo para atividades que podem crescer a renda da população.

Prof. Samuel fala sobre o quinto tema que é a questão do meio ambiente, que trata das áreas de preservação, das demandas de áreas de lazer, das áreas de prática de esporte, que apareceram nas oficinas.

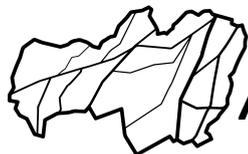
Sobre o sexto tema, que é sobre zoneamento e uso do solo, o prof. Samuel afirma que serão apresentadas apenas na versão consolidada, já que é uma fase mais detalhada. Prof. Samuel explica então que o que será apresentado na oficina são as propostas para os demais cinco temas.

Prof. Samuel explica que a dinâmica da apresentação é definida sem divisão de blocos e será apresentado todo o conteúdo ao qual pode-se ir discutindo junto a apresentação de acordo com a quantidade de pessoas presentes.

Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

Prof. Samuel passa a apresentar a questão dos princípios, e que são a “razão de ser” das leis, que é o primeiro capítulo da lei do Plano Diretor. Afirma que o princípio é sempre aquilo que é preciso recorrer como valor básico da legislação quando é preciso fazer algum ajuste ou complementação. Afirma que foram sugeridos seis princípios.

Prof. Samuel apresenta o primeiro princípio, o qual é a essência de Angelina, sendo a permanência e qualificação na vida do campo e das comunidades rurais, que deve ser a base para organização do território. Fala dos demais princípios, sendo o segundo a equidade territorial, que é a justa distribuição dos serviços e equipamentos, ao qual Prof. Samuel comenta sobre a falta de recurso financeiro da prefeitura. Prof. Samuel mostra o terceiro, que é o equilíbrio socioambiental, que significa compatibilizar ocupação e a demanda com um território delicado, identificando as fragilidades ambientais. Fala então do quarto, que é a racionalização e otimização dos custos da urbanização, já que a prefeitura não tem recursos principalmente depois das enchentes de dezembro. Exemplifica com o caso de Barra Clara, em que foi discutido na oficina ocorrida no dia anterior sobre a localização da escola, sendo que foi sugerido um terreno longe, fora do perímetro urbano, sendo que é importante que fique mais próximo à centralidade para facilitar a dinâmica de levar as crianças para a escola. Afirma que a escolha de onde colocar o equipamento deve ser feita com cuidado, principalmente em Angelina que os custos de um erro na localização podem ser muito altos.



Prof. Samuel afirma que o sexto é sobre a função social da cidade e da propriedade, e afirma que a pessoa que é proprietária tem o seu direito, mas por outro lado o terreno tem também uma função social, e exemplifica com Florianópolis, já que em Angelina não ocorre muito, como o caso de proprietários reterem terrenos em áreas super valorizadas para depois de quase dez anos começarem a vender, e explica que o problema é que a cidade já tem toda infraestrutura de iluminação e transporte e o terreno não está tendo uso adequado a esses custos públicos.

Sr. Raulino comenta que pensa que essa situação deveria ser taxadas.

Prof. Samuel comenta que existem instrumentos para isso, mas que não é a realidade de Angelina. Prof. Samuel apresenta então o sexto, que é a gestão democrática da cidade. Sobre a gestão democrática Prof. Samuel afirma que é o que o conselho faz ou o papel das oficinas como exemplo, que são instâncias de participação. Prof. Samuel afirma que se não houvesse a participação o Plano Diretor poderia estar pronto em três meses, mas que assim a população não se veria reconhecida.

Sr. Adnei afirma que Florianópolis aprovou esta semana o Plano Diretor.

Prof. Samuel afirma que Florianópolis já está há catorze anos na discussão do Plano Diretor.

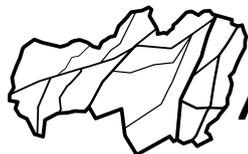
Prof. Samuel finaliza os princípios questionando os participantes se eles aprovam, se é esta linha que deve ser seguida.

Os participantes concordam com os princípios.

Sobre o tema da centralidade dos equipamentos, prof. Samuel mostra uma imagem com uma ilustração sobre a proposta de sistema de centros de cidadania. Prof. Samuel afirma que o Plano Diretor pode tentar ajudar a incentivar as centralidades, que seriam os centros de cidadania, com a concentração dos principais equipamentos nas localidades.

Prof. Samuel mostra um mapa com o que foi identificado em relação às centralidades atuais de Angelina. Mostra como a partir dessas centralidades, que são Centro, Garcia e Barra Clara, traçando raios de três e cinco quilômetros em cada uma das localidades, elas abrangem grande parte do território. Afirma que o problema encontrado foi em localidades com bastante distância das centralidades, como o Rio Novo que não é atingido pelos raios das demais centralidades. Afirma que, com base nessa leitura, o Rio Novo tem condições de também ter características de centralidade, com equipamentos que deem suporte à população, sendo caminho para muitas comunidades e também tentando evitar evasão dessa população.

Prof. Samuel mostra um mapa com a concentração dos equipamentos na área central e em Barra Clara. Prof. Samuel mostra o caso do Garcia, que tem uma configuração “comprida”, e que a centralidade fica longe de parte da população. Mostra o mapa do Rio Novo que já tem



alguns equipamentos com de educação, saúde, lazer, e que a ideia é que vá se consolidando como nova centralidade.

Prof. Samuel fala que uma reclamação muito grande é com relação ao transporte público, que não é possível obrigar uma empresa a se instalar em Angelina pela questão de custos, mas que foi possível identificar que pelas rotas das centralidades será possível traçar rotas prioritárias para transporte coletivo. Afirma que com duas linhas estruturantes consegue-se abranger boa parte do território.

Prof. Samuel mostra o que levantamento sobre o que já existe de equipamentos em cada uma das centralidades e o que ainda falta. Mostra que no caso de Barra Clara a escola indicada já não existe pois pegou fogo, que está acontecendo no centro administrativo, e que tem comércio e igreja e que o que falta é área de lazer como um parque linear. Afirma que a ideia é que o plano possa criar incentivos para que as centralidades sejam consolidadas, que vai depender da iniciativa das pessoas e que o Plano não pode criar dificuldades.

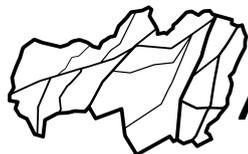
Prof. Samuel passa a apresentar o tema da expansão do perímetro urbano. Pergunta se os presentes estão conseguindo acompanhar a apresentação, que afirmam que estão. Prof. Samuel afirma que Angelina está perdendo população, que não tem demanda de crescimento. Prof. Samuel afirma que é diferente da demanda de Palhoça, São Pedro da Imperatriz e Antônio Carlos, que cresceram a população entre cinquenta e setenta por cento em dez anos. Afirma que o problema da expansão do perímetro urbano em Angelina são as áreas de risco. Prof. Samuel afirma que a sugestão é a alteração em alguns perímetros, mas que não pode ser nem muito largo para não dispersar a população e nem estreito demais que tenha pouco efeito.

Prof. Samuel mostra as sugestões de ampliação ou mudanças nos perímetros urbanos. Mostra o caso de Garcia, que tem Coqueiros, e que o sr. Raulino já comentou durante a reunião que cresceu muito, e que já tem características urbanas, como asfalto, loteamento, iluminação, com quase sessenta famílias morando, e que poderão assim contribuir com IPTU. Prof. Samuel afirma que a proposta é reconhecer já Coqueiros como um novo perímetro urbano para que essas pessoas não tenham dificuldades como o pedido de ligação de energia elétrica para a CELESC.

Sr. Raulino afirma que como terão que pagar IPTU pode ser que a população de Coqueiros não queira que seja transformado em perímetro urbano e que o certo seria pagar e fazer festa.

Sr. Adnei afirma que depende da maioria decidir.

Prof. Samuel explica que é uma questão que deverá ser discutida em conselho, que tecnicamente a sugestão da equipe é que seja um perímetro urbano. Afirma que é uma



questão política, de convencimento também da população e que há valorização de três a quatro vezes se for perímetro urbano.

Prof. Samuel afirma que no Garcia há muita restrição ambiental e que foi sugerida uma área onde há uma área com menores riscos, que é a Linha dos Chaves, assim como no Centro. Em Barra Clara, prof. Samuel afirma que em Barra Clara não haverá expansão da área urbana por ter áreas possíveis a expansão da área já demarcada e que a população da oficina do dia nove aprovou.

Sr. Raulino questiona se é possível urbanizar parcialmente a terra das pessoas, já que algumas têm lotes parcialmente dentro do perímetro urbano.

Prof. Samuel responde que sim

Sr. Raulino exemplifica se a pessoa tiver uma área no morro que não quer urbanizar.

Prof. Samuel explica que se for um loteamento a pessoa pode abrir uma via e ter quatro ou cinco lotes para vender e manter o restante da estrutura original ou se for em uma via existente pode fazer apenas um desmembramento. Afirma que não adianta obrigar a fazer cento e cinquenta lotes sendo que há locais com duas ou três casas construídas.

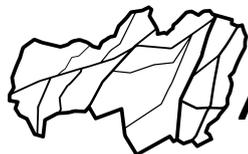
Sr. Dauri afirma que o mínimo do lote atualmente é trezentos e sessenta, mas que não há máximo.

Rauli afirma que o que está se referindo é o caso da área ser muito grande e o lote ficar muito grande e o IPTU ficar muito alto.

Sr. Adnei afirma que acha que o valor é calculado em cima do valor do imóvel.

Prof. Samuel afirma que é possível criar algumas relações vinculadas à dimensão do lote. Afirma que para alguns locais, como Florianópolis, é ruim ter um lote muito grande na área urbana, e que alguns instrumentos podem existir para obrigar a pessoa a parcelar, o que numa área como Barra Clara não faz sentido. Prof. Samuel afirma que não há demanda para urbanização em Barra Clara. Afirma que a proposta é criar um novo perímetro urbano em Rio Novo.

Prof. Samuel mostra o caso de novas construções ou ruas no Centro, e que não houve quase nenhuma alteração, considerando as contagens feitas por imagens de satélite em 2007, 2014 e 2021. Prof. Samuel afirma que as áreas hoje propostas como ampliação do perímetro urbano no centro não são propícias pelas condições dos riscos de movimentos de massa. Prof. Samuel mostra a proposta para o novo perímetro urbano do centro, e que abrange uma área com menor suscetibilidade a deslizamentos, mas que ainda assim não fogem do risco de inundação. Afirma que a área proposta para ampliação do perímetro urbano é de médio e de



alto risco a inundação, e afirma que é mais fácil ter soluções técnicas nesse tipo de área. Prof. Samuel demonstra a sugestão da ampliação do perímetro urbano para a região norte do Centro. Prof. Samuel afirma que não adianta ocupar toda a área plana disponível por causa dos custos de urbanização.

Prof. Samuel então pergunta aos presentes se eles têm ideia de quanto custa um hectare de urbanização, para colocar pavimentação, instalação de água, esgoto, iluminação, entre outros.

Sr. Raulino afirma que o custo é de aproximadamente 35% do valor do lote.

Prof. Samuel afirma que calcula em torno de novecentos mil reais por hectare para urbanização. Prof. Samuel exemplifica com as áreas demarcadas no mapa apresentado, e afirma que se for considerar a área em questão, de quarenta e cinco hectares multiplicada por oitocentos ou novecentos mil, o resultado é de dezesseis milhões de investimento para urbanização.

Sr. Raulino pergunta se o responsável pelos custos do loteamento não são por conta do proprietário.

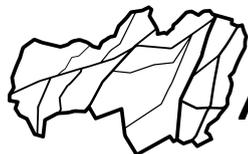
Prof Samuel afirma que parte dos custos é do proprietário mas que parte é da prefeitura e que depende do que o Plano Diretor vai exigir em relação ao parcelamento do solo. Afirma que este é custo de urbanização, independente de que irá bancar, a Prefeitura ou o proprietário ou ambos. Prof. Samuel afirma que no caso de loteamentos com característica de interesse social a Prefeitura arca com a maior parte dos custos.

Sr. Raulino afirma que é preciso fazer conforme a demanda.

Prof. Samuel mostra no mapa a principal rodovia do município e afirma que hoje há uma dependência em relação a ela. Afirma que há a tendência de pavimentação do acesso pela rodovia pelo município de Major Gercino que talvez intensifique o fluxo urbano naquela área. Prof. Samuel demonstra uma proposta de que os novos loteamento tenham uma relação com a infraestrutura existente, que possam incorporar diretrizes urbanísticas que sejam feitas para qualificar as áreas, principalmente nessa área da rodovia. Afirma que é importante a Prefeitura ter esse controle.

Sr. Raulino afirma que o loteador quer sempre colocar área pública onde não tem valor, e que isso não acontece mais porque ela precisa ser utilizável. Sr. Raulino comenta sobre a importância da implantação de áreas de lazer ou de usos para as áreas de APP onde as pessoas possam utilizar.

Prof. Samuel afirma que a área de preservação pode ser apenas um banhado no rio ou pode ser uma área no projeto que as pessoas possam utilizar, apenas com iluminação e calçada.



Sr. Raulino afirma que se pegasse toda a área demonstrada no slide como exemplo não precisaria nem calçamento, apenas uma área de caminhada.

Prof. Samuel afirma que a área com maior qualidade hoje é a área da praça central, que é onde há um tecido urbano mesmo com a rodovia, e que é preciso evitar a ocupação linear ao longo da rodovia pois é problemática. Afirma também que serão necessários ajustes nos desenhos dos perímetros urbanos do Centro para incorporarem algumas casas que estão próximas e topografias.

Prof. Samuel trata então do Garcia, que também tem a característica de ocupação linear. Prof. Samuel mostra que no Garcia também não houve crescimento que justifique ampliação do perímetro urbano, pois quase não houve novas construções nos últimos anos. Prof. Samuel mostra que o crescimento do Garcia está ocorrendo em outras áreas, como Coqueiros. Prof. Samuel mostra o mapa com algumas áreas adequadas à ocupação, que é o caso do Coqueiros, e que podem ser abrangidos no perímetro urbano. Prof. Samuel afirma que foi sugerido o reconhecimento do perímetro urbano de Coqueiros e a uma área de expansão no Garcia.

Prof. Samuel fala que em Barra Clara também não houve muitas alterações ao longo dos últimos anos mas que há áreas propícias à ocupação, mas que a população deseja qualificar o que já existe.

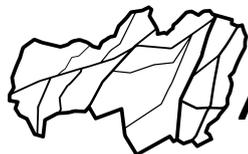
Prof. Samuel mostra a realidade do Rio Novo, que pelas características da ocupação pode ser considerada também como um novo perímetro urbano, e que isso deverá ser discutido com a população que pode ou não aceitar.

Sr. Raulino comenta sobre a expansão que aconteceu em Rio Novo é provável ser fruto de crescimento familiar.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes

Prof. Samuel afirma que em relação à regularização fundiária foi separado o que é interessante reconhecer do ponto de vista urbanístico. Fala sobre as possibilidades de regulação em relação às leis existentes, que são os parcelamentos que possuem características urbanas mas estão situados fora dos perímetros urbanos, parcelamentos com características urbanas em APPs mediante estudo ambiental e parcelamentos situados dentro do perímetro urbano que necessitam de aprovação, como loteamentos ou desmembramentos irregulares.

Prof. Samuel mostra também as tipologias não regularizáveis, que são os parcelamentos que não têm características urbanística, situados fora do perímetro urbano, com parcelamento



menor que o módulo fiscal e a divisão de glebas maiores e glebas menores, no caso da área rural, sem acesso entre elas e sem construções.

Prof. Samuel exemplifica o caso de lotes que não tem acesso por via pública e que estão com solicitação de regularização.

Prof. Samuel mostra a sugestão para Coqueiros, que está fora do perímetro urbano mas que possui características urbanas. Prof. Samuel mostra a situação da Linha do Chaves, que possui em torno de 25 solicitações de regularização fundiária que não foram aceitas pelo cartório por não estarem de acordo com a lei. Prof. Samuel mostra que na Linha dos Chaves é possível que a ampliação do perímetro urbano atinja esta localidade.

Prof. Samuel mostra outra área com demandas de regularização no centro, que é possível atingir também com mudança no perímetro urbano, pois está de acordo com as características necessárias.

Prof. Samuel, apresenta o caso da quarta linha que está com solicitação de regularização que estão fora do município.

Prof. Samuel afirma que a regularização em Angelina é uma situação delicada, que alguns lotes possuem mais de três hectares, e que deve ser discutida pelo Conselho.

Prof. Samuel mostra o caso do Garcia, em área a cerca de dois quilômetros do Centro, que também possui solicitações de regularização de lotes, a maioria ainda não ocupada, e que isso não está previsto na lei para regularização.

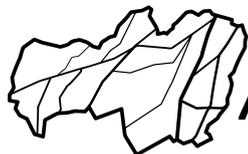
Sr. Adnei afirma que o nome da localidade é Chico Dias.

Prof. Samuel afirma que seria arriscado para o município delimitar ou regularizar todos os núcleos espalhados por Angelina que têm solicitação de regularização com apenas quatro ou cinco moradias. Afirma que abriria a possibilidade de proliferar esse tipo de pequenos loteamentos em várias localidades e que as pessoas iriam requerer Reurb e que seria complicado para a Prefeitura delimitar o perímetro urbano de todos ou levar infraestrutura para todos.

Sr. Raulino afirma que se ainda tivessem quarenta ou cinquenta casas, mas que são muito pequenos e que não vale a pena para a Prefeitura.

Sr. Samuel afirma que este é o caso de Coqueiros.

Sr, Dauri afirma que logo abaixo de uma das áreas demonstradas há uma área em que o deslizamento atingiu por completo uma residência e que hoje é uma área que não se constrói nada.



Prof. Samuel afirma que em quase todas as macrozonas tem muito dessas características e por isso não justifica permitir que aconteça em uma área e não acontecer nas outras e que o Plano Diretor tem que ser justo nesse sentido. Prof. Samuel afirma que é interessante para o Conselho encaminhar questões sobre o tema para evitar algumas situações.

Sr. Raulino afirma que é “comprar briga”.

Sr. Adnei afirma que em Angelina “tudo é pessoal”.

Sr. Raulino afirma que é preciso “fechar os olhos para isso” e levar em conta que não será possível resolver questões pessoais e quem tem a responsabilidade sobre isso é que vai ter que tomar uma decisão.

Prof. Samuel afirma que o planejamento é um pouco disso, enfrentar questões pessoais para atingir propostas que funcionem bem para a maioria. Prof. Samuel mostra então as áreas de interesse social existentes no Plano Diretor vigente, que são reservas para habitação social, e que apenas uma das três áreas estão ocupadas hoje. Prof. Samuel afirma que a característica das áreas destinadas à construção de habitação social em Angelina não ocorreram em área urbana e sim de casas em área rura, pelo PNHR. Prof. Samuel afirma que acredita que manter essas duas áreas seja positivo, mas sugere que os novos loteamentos que sejam construídos destinem cinco por cento das áreas para habitação de área popular popular. Prof. Samuel afirma que as áreas demarcadas atualmente estão em áreas privadas e que a Prefeitura não teria condições de desapropriar. Prof. Samuel afirma que se os novos loteamentos forem obrigados a destinar uma parcela para esse fim, a Prefeitura não precisaria pagar por elas.

Prof. Samuel pergunta aos presentes se estão de acordo com as informações apresentadas sobre a regularização fundiária.

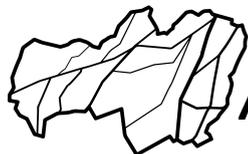
Sr. Raulino pergunta se das três áreas sobrariam duas, e afirma que teria área para quarenta anos.

Prof. Samuel afirma que cada uma delas tem aproximadamente três mil metros quadrados, que são áreas grandes, e que nos últimos catorze anos o que foi construído não chegou a abranger essas áreas.

Sr. Raulino afirma então que daria para sessenta anos.

Prof. Samuel afirma então que o Plano Diretor será revisto novamente daqui a dez anos, e se houver demanda é ajustado.

Prof. Samuel passa então para o quinto tema que é o desenvolvimento rural, que não será possível desenvolver toda a área rural, mas que o Plano deve abordar. Prof. Samuel mostra a questão dos condomínios rurais, que é uma questão que está acontecendo em vários



municípios, como Rancho Queimado, que é uma lógica que acontece principalmente nas regiões metropolitanas em que as pessoas querem ter uma segunda casa. Afirma que ainda não é uma questão tão presente em Angelina, mas que é interessante prever no Plano onde irá acontecer.

Sr. Dauri afirma que existe solicitação em Angelina.

Prof. Samuel afirma que a equipe não é contra nem a favor, mas que é preciso estabelecer onde e quais critérios devem ser seguidos. Mostra como exemplo as leis que municípios criaram para abordar o assunto. Afirma que Rancho Queimado não apenas criou legislação específica mas criou também incentivos fiscais, e que é um público que tem condições financeiras. Prof. Samuel afirma que o público dos condomínios rurais não é o mesmo da demanda habitacional, e que tem recurso para a infraestrutura.

Sr. Raulino comenta sobre o benefício dos condomínios rurais que traz movimentação de pessoas e aumentam o consumo dos comércios locais, e que em alguns fins de semana, no caso de Rancho Queimado, a população dobra.

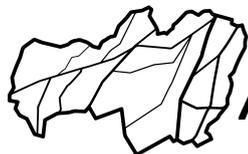
Sr. Adnei afirma que tem filas nos fins de semana, inclusive nos supermercados.

Prof. Samuel afirma que é possível colocar regras, que é responsabilidade do condomínio construir encanamentos, iluminação, o que for necessário enquanto infraestrutura, mas que a população que irá morar depende de outras infraestruturas ou equipamentos, como padarias, comércios, estradas. Prof. Samuel atenta para a localização dos condomínios rurais, que não podem ser implantados nas áreas urbanas para não demandar expansão e nem muito distantes pois dependem das centralidades.

Prof. Samuel demonstra as diretrizes propostas para abordar os condomínios rurais em Angelina. Afirma que deve haver o cuidado de não gerar uma valorização da terra a ponto de expulsar a população que vive no local. Sugere que as áreas estejam em áreas de pouca produção agrícola e com certa proximidade das áreas urbanas existentes. Outro critério sugerido pelo prof. Samuel é que os condomínios tenham certa proximidade das áreas urbanas existentes. Afirma que não adianta prever condomínios muito longe, como no Rio Fortuna, onde há poucas vias pavimentadas e a população terá que chegar até lá.

Sr. Raulino afirma que hoje não há condições do comércio para atender condomínios rurais tão longe. Afirma que há outras localizações, como a Linha dos Chaves ou Betânia, que a situação é mais favorável.

Prof. Samuel descreve outra condicionante para a implantação dos condomínios, que é a proximidade com vias estruturantes e se houver melhoria da via servirá tanto para os moradores do condomínio quanto para a população em geral. Prof. Samuel afirma que outros



critérios são a área não ter condicionantes ambientais, limitar o número de moradias para ter condomínios de menor porte de impacto controlado, exigir também que a fração ideal seja relativamente grande para não caracterizar como loteamento, exigir contrapartida ao município, como doação de uma área pública,

Sr. Raulino afirma que o que muitos municípios fazem é exigir que dentro da metragem mínima do condomínio, de dois mil metros, se mantenha uma área verde comuns de preservação e com característica rural.

Prof. Samuel mostra então a proposta de delimitação das possíveis áreas permissíveis para condomínio rural. Afirma que foram localizadas algumas próximas ao Centro, por ter vias estruturantes e onde há poucas áreas de risco. Afirma que a equipe irá avaliar a possibilidade de localizar também áreas no Alto Garcia.

Sr. Adnei afirma que é mais perto do Centro do que Betânia e já tem sítiantes no Alto Garcia.

Sr. Raulino afirma também que há acesso ao Alto Garcia por Rancho Queimado.

A sra. Juliana, membro da equipe técnica, pergunta como é feito o acesso por Rancho Queimado ao Alto Garcia.

Sr. Raulino afirma que faz parte da comunidade em Rancho Queimado e sempre acessa pelo Alto Garcia.

Prof. Samuel afirma que a equipe irá avaliar a possibilidade de demarcar novas áreas para condomínios rurais também no Alto Garcia e que, pelos mapas, é possível visualizar que a topografia não é tão problemática.

O sr. Adnei afirma que existem quatro acessos ao Alto Garcia.

Sra. Juliana afirma que vê muitos anúncios sobre pousadas, locações de quartos, e questiona os participantes se existem esses padrões de locação temporária também no Alto Garcia.

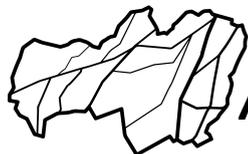
Sr. Adnei afirma que existem pousadas e algumas grandes, citando o nome de algumas no Centro.

Sra. Juliana pergunta se existe alguma no Alto Garcia.

O Sr. Adnei afirma que em Alto Garcia não existe, mas que existe próximo, como no Rio Pequeno.

Sr. Raulino afirma que existem opção de locação de sítios para o fim de semana no Alto Garcia por sites de aluguel, como AirBnb.

Prof. Samuel pergunta se há problemas nisso para a comunidade.



Sra. Rosimary afirma que não, pois há uma boa distância entre esses estabelecimentos. Afirma também que há pessoas do Rio Pequeno que vieram morar na praça e estão alugando a casa no sítio. Afirma que depende da quantidade de pessoas, que há opções próximas ao Alto Garcia que às vezes alugam para bastantes pessoas.

Prof. Samuel afirma que os serviços comunitários de apoio à área rural, pelo Decreto 62504, têm condição de serem regularizados, como centros culturais, usos de recreio, etc, pois são uma forma de ser renda principal ou como complemento de renda.

Sr. Raulino afirma que acha que o médico que aluga para fim de semana ganha mais do que a renda do médico, cerca de três mil reais por dia de aluguel.

Sr. Adnei falou sobre o padrão da locação, sendo que os banheiros tem hidromassagem, toalhas, quadra de tênis.

Sra. Rosimeri falou que são três ou mais pessoas para limpar a casa durante um dia inteiro ou mais.

Sr. Raulino afirma que com isso já está oferecendo emprego.

Sr. Michael afirma que é uma atividade que está crescendo muito em Angelina, está sendo bastante especulada, sendo que no Centro está abrindo uma pousada com oito cabanas.

Prof. Samuel afirma que a questão das pousadas, cabanas, chalés é uma questão interessante para se pensar no Plano Diretor.

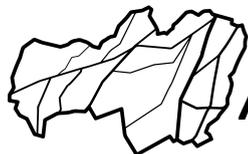
Sr. Adnei afirma que o pessoal está construindo sítios para alugar.

Sra. Rosimeri deu um exemplo de pousada que construiu inclusive a estrada de acesso, em local isolado na área rural.

Sr. Raulino afirma que às vezes as pessoas das cidades grandes estão estressadas e querem um local mais isolado de descanso.

Sr. Raulino afirma que há vinte anos, quando apenas a esposa morava em Angelina, afirmou que quando se aposentasse iria morar em Angelina, o que de fato ocorreu.

Prof. Samuel passa a apresentar então o último tema que é sobre a legislação ambiental e áreas verdes. Prof. Samuel afirma que uma constância que apareceu nas reuniões e oficinas é a reclamação da população de que quer construir na beira do rio mas não pode. Afirma que, em primeiro lugar, o Plano segue a legislação federal, e é preciso seguir o Código Florestal, mas que nas áreas urbanas consolidadas é possível haver flexibilização mediante estudo de impacto ambiental. Prof. Samuel lê os critérios segundo a Lei Federal número 14.285 sobre os critérios que são: estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo Plano Diretor,



dispor de sistema viário implantado, estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados, apresentar uso predominantemente urbano, e dispor de no mínimo dois equipamentos de infraestrutura urbana.

Prof. Samuel afirma que o papel do Plano Diretor será ajudar a identificar as áreas dentro do perímetro urbano que têm características de áreas urbanas consolidadas.

Prof. Samuel apresenta o exemplo das áreas consolidadas da região do Centro e comenta sobre a necessidade de ter estudos ambientais dessas áreas. Afirma que as manchas apresentadas ainda não estão precisas, são apenas indicações. Afirma que não é porque é perímetro urbano que é uma área urbana consolidada, demonstrando um exemplo no Centro. Mostra então aquelas que possuem características segundo a legislação, demarcadas em mapa apresentado. Prof. Samuel afirma então que a ideia é que a Prefeitura depois desenvolva o estudo socioambiental, e chama o Sr. Michael para confirmar.

O sr. Michael afirma que a expectativa era fazer o estudo socioambiental paralelo ao Plano Diretor, mas que com o plano diretor será feito um estudo socioambiental que irá verificar as possibilidades de flexibilidade em relação às áreas consolidadas onde há riscos em relação a inundações ou deslizamentos. Afirmou que serão encaminhados juntos para aprovação e que o estudo socioambiental vai respaldar as solicitações das áreas das alterações das margens de rios, que foram aprovadas em dois mil e vinte e um. Sr. Michael afirma que para margem de rio é exigido cinco metros, mas que em Rancho Queimado toda área urbana consolidada está a menos de cinco metros do rio, porque a prefeita, mesmo com processos, assumiu a responsabilidade, mas que em muitas das áreas há previsão de que irão alagar. Sr. Michael afirma que isso volta para a Prefeitura depois como um transtorno, pois se a Prefeitura liberar e ocorrer algum evento, o proprietário pode entrar com um processo. Afirma que a Prefeitura precisa ter cuidado com o que aprovar, mesmo gerando receita, ISS, pode no futuro dar problema. Sr. Michael reforça então que é o estudo socioambiental que vai dizer qual a margem para cada situação.

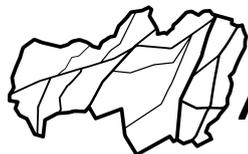
Prof. Samuel afirma que o estudo vai desde a questão compositiva do solo, se é suscetível a deslizamentos, e que o estudo pode inclusive aumentar a distância das margens. Prof. Samuel afirma que a alteração deve ser feita com responsabilidade, por isso o estudo socioambiental. O Plano Diretor não irá indicar as alterações.

Sr. Raulino afirma que no caso de Rancho Queimado, na área central, não é inteira construída.

Sr. Michael afirma que ainda existem situações lá que podem dar problema.

Sr. Raulino afirma que Rancho Queimado tem uma particularidade com o rio, que não nasce longe do centro, então não abrange tanta área.





Prof. Samuel afirma que cada rio tem sua característica, e com a impermeabilização altera a característica natural do rio, aumentando a demanda de vazão. Afirma que o Plano Diretor não vai fazer alterações nessas áreas, mas indicar as situações.

Com relação às áreas verdes, Prof. Samuel mostra quais são as demarcações atuais de áreas verdes no Plano vigente. Prof. Samuel demonstra a sugestão de verificar nas áreas demarcadas como centralidades áreas possíveis de lazer que envolvam as áreas verdes ou rios existentes. Afirma que cada loteador pode demarcar áreas que façam a ligação com áreas existentes para consolidar um parque linear ao longo dos cursos d'água nas áreas urbanas, mostrando como seria no caso do Centro. Mostra alguns exemplos de parques que podem estar localizados ao longo dessas áreas. Prof. Samuel mostra o caso de Garcia, que também tem a característica linear ao longo do rio em relação à ocupação, e que também tem essa possibilidade de parque. Afirmou também que em Barra Clara e Rio Novo é a mesma situação, e que em Barra Clara os proprietários perceberam que valorizaria os empreendimentos.

Sr. Adnei fala que a ideia da escola em Barra Clara é ao lado do local onde existe um campo de futebol onde está demarcado uma área verde.

Sr. Michael fala que há interesse dos proprietários também na construção de escola em Barra Clara, que fizeram doações de áreas. Afirma que é quase impossível por questões de recursos que a Prefeitura consiga adquirir um terreno acima de quinhentos metros quadrados. Afirma que há chance de crescimento em Barra Clara.

Prof. Samuel afirma que a doação do terreno é uma estratégia para Barra Clara crescer.

Sr Michael afirma que a grande maioria dos terrenos de Barra Clara foram de doação. Afirma também que Barra Clara perdeu população.

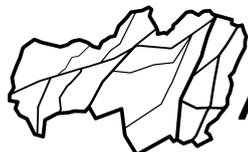
Prof. Samuel mostra outra possibilidade de parque que tem relação com a barragem. Afirma que em quase todas as oficinas a população demarcou a barragem como um dos elementos do território, não apenas a barragem, mas a relação com a água.

Sr. Raulino pergunta se é possível incentivar o esporte aquático.

Sr. Adnei afirma que já houve iniciativas a respeito em 2004 com campeonatos internacionais também.

Prof. Samuel afirma que esse tipo de estrutura valoriza as propriedades vizinhas.

Prof. Samuel encerra a apresentação das diretrizes e que se houver acordo sobre elas o detalhamento do Plano é mais produtivo. E questiona se está adequado o que foi trazido na apresentação e todos concordam.



Sr. Raulino afirma que no decorrer do processo pode ser que surja alguma questão.

Sr. Adnei afirma que depois será colocado à disposição para consulta pública.

O Sr. Raulino afirma que de uma forma geral está muito próximo à realidade.

Prof. Samuel afirma que tudo estará disponibilizado no site a apresentação e os documentos que são os três produtos. Apresenta o link e o QR-Code para acessar um formulário de manifestação da segunda rodada de oficina territorial que tratou das diretrizes. Afirma que será dado continuidade às oficinas, sendo que a seguinte é no Centro, para aí dar continuidade à versão consolidada do plano. Afirma que terão mais dois momentos de discussão e controle, sendo uma a Consulta Pública, em que o Plano é disponibilizado completo, e a Conferência Municipal. Afirma que transformar as diretrizes urbanísticas em um documento jurídico é uma tarefa complicada, pois uma palavra muda todo o significado da lei. Afirma que não haverá mais nenhuma oficina no Alto Garcia, mas que toda a população será convidada para as audiências no Centro, pois quanto mais gente tiver, mais difícil será as pessoas questionarem depois.

Encerramento

Prof. Samuel pergunta se há algum comentário extra e se convida para uma foto com todos os presentes.

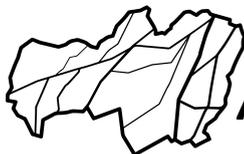
Prof. Samuel encerra a oficina às 20h45.

7.2.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
2	Rosimeri Bruch Knaul	Alto Garcia	-
3	Raulino Pflieger	Alto Garcia	-

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Garcia

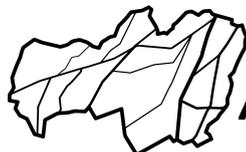
Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Juliana de Godoy	Redação da Ata
3	Marluci Lenhard	Apoio



4	Mariana Panzera	Apoio
5	Nadine Saleh	Apoio

7.2.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Alto Garcia





7.3. Ata da 2ª Oficina Territorial do Centro

Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, na **Área Territorial do Centro**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 11 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão Conselho Comunitário de Angelina, no bairro de Centro. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

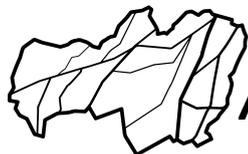
Gravação da Oficina: <https://youtube.com/live/dzGVJChXclw?feature=share>

Redação da Ata: Juliana de Godoy e Marluci Lenhard - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Marluci Lenhard- Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

O Sr. Michael Soares da Prefeitura de Angelina inicia a oficina agradecendo todos os presentes às 19: 04hs. Ele comunica que já foram feitas duas oficinas, uma em Barra Clara e outra em Alto Garcia. Afirma que a prefeitura e a população estão otimistas com o processo



de revisão do Plano Diretor do município, que vem sendo discutido desde 2021 com o Conselho da Cidade. O Sr. Michael afirma que o processo já está além da metade e que o plano irá agregar na cidade. Na sequência passa a palavra para o professor Samuel Steiner.

O Sr. Samuel Steiner inicia a fala agradecendo a presença de todos e apresentando a equipe UFSC responsável pela revisão do Plano Diretor. Afirma que a equipe já está desde novembro no processo, discutindo com a população. Afirma que agora o processo está entrando na segunda rodada de apresentação das diretrizes. Convida os presentes para que participem durante a apresentação.

Samuel Steiner inicia a apresentação mostrando o cronograma e o objetivo desta segunda rodada de oficina territorial, que é apresentar as diretrizes e as análises. Na sequência mostra o mapa das áreas territoriais onde estão sendo realizadas as oficinas.

Samuel Steiner apresenta os deveres de convivência durante a apresentação e afirma não ser necessário o cumprimento tão à risca por ter um número não tão grande de pessoas presentes.

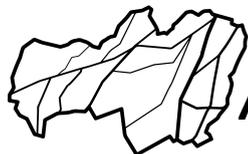
Samuel Steiner mostra as etapas do Plano Diretor e afirma que o processo está na terceira etapa, que é de diretrizes e eixos estratégicos, e na segunda rodada de oficinas territoriais. Na sequência afirma que será elaborada a versão preliminar do plano e na quinta etapa será enviada para consulta pública para que seja feita a versão consolidada do Plano. Afirma que ao final é feita uma conferência, que é uma audiência em que todos são convidados e podem comentar, mas que apenas o conselho terá direito a voto. Afirma que não é a UFSC que irá definir e sim o conselho e que o papel da UFSC é de assessoria técnica. Na sequência afirma que a versão final do projeto de lei deve ser encaminhada à câmara de vereadores.

Samuel Steiner dá o exemplo de Florianópolis, que está há 14 anos discutindo o Plano Diretor e que ao final não é reconhecível por ninguém. Samuel Steiner passa para o cronograma detalhado mostrando os meses e as respectivas etapas e atividades. Afirma que só chegará ao final se houver um plano que traduza os anseios da população.

Na sequência Samuel Steiner apresenta algumas fotos de oficinas já realizadas em Angelina com a equipe da UFSC e a população do município.

Samuel Steiner mostra aspectos positivos e negativos que foram apresentados pela população nas oficinas realizadas no centro em 10/11/2022. Fala sobre alguns aspectos positivos, como educação, esporte, lazer e cultura, e dos negativos, como saneamento básico.

Samuel Steiner demonstra como acessar o site do Plano Diretor de Angelina, e como acessar os produtos do processo na biblioteca do site. Afirma que estão disponíveis os três produtos realizados até então: Leitura comunitária, Leitura Técnica e Síntese da Leitura da Cidade.



Afirma que a Leitura da Cidade coloca em diálogo a síntese da leitura comunitária e da leitura técnica e que é a partir dele que são apresentadas as diretrizes.

Samuel Steiner mostra o diagrama que sintetiza a leitura comunitária. Mostra os itens que apareceram nos questionários, nas oficinas territoriais, dos desejos da população e expectativas e o que foi levantado sobre a leitura técnica.

Samuel Steiner afirma que a partir desses itens demonstrados foram selecionados os itens convergentes e que mostra um novo gráfico com a síntese final que aborda todas as fases até então. Samuel Steiner afirma que foram levantadas 17 questões, sintetizadas em 5 dimensões, e que nem todas elas o Plano Diretor pode resolver, mas que o plano pode ajudar ou não atrapalhar. Afirma que as questões de uso do solo são as que o plano tem mais condições de encaminhar.

Na sequência, Samuel Steiner afirma que para cada um dos 17 problemas foram discutidas as causas e as diretrizes para enfrentar cada um deles. Faz a leitura de um dos problemas que é a insuficiência do planejamento da expansão urbana. Mostra quais foram as causas levantadas e quais as diretrizes propostas como exemplo para este problema exemplificado. Afirma que todo o conteúdo ficará a disposição para todos verem com calma.

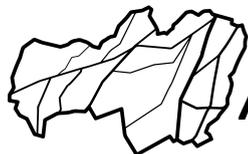
Samuel Steiner demonstra quais os eixos estruturais resultantes da leitura realizada e das análises dos problemas. Afirma que deve haver estratégia para elencar onde os equipamentos devem ser implantados já que a cidade é dispersa e com amplo território. Afirma que devem ser elencadas as centralidades que irão abranger quase toda a população com equipamentos como escola e posto de saúde em um raio de 5km. Afirma que um dos eixos estruturantes tem relação com as centralidades.

Na sequência, Samuel Steiner fala do eixo estruturante planejamento da expansão urbana, que para uma cidade com população reduzida e território amplo pode não ter condições para serem realizadas. Afirma que pode haver um alto custo para as expansões se não forem bem planejadas.

Samuel Steiner fala então sobre a regularização fundiária, e que existem formas de regularizar, algumas boas para o município e outras nem tanto.

Samuel Steiner afirma então sobre o quarto eixo, que é o desenvolvimento rural. Afirma que algumas atividades como turismo rural podem auxiliar na renda. Afirma ainda que a característica do município é ser rural, portanto o plano deve manter essa relação.

O quinto eixo é apresentado por Samuel Steiner que fala sobre as condicionantes ambientais, os conflitos ambientais, problemas relacionados com as Áreas de Preservação Permanente -



APP e em valorizar as paisagens naturais que é um ponto forte em Angelina e que pode apresentar potencialidades para a criação de áreas de lazer para a população.

Samuel Steiner fala sobre o sexto tema que é o zoneamento e os parâmetros de uso e ocupação. Afirma que são as características de construção que são regularizadas pelo Plano Diretor, como altura da construção, por exemplo. Afirma também que esse conteúdo será apresentado posteriormente por que é necessário antes discutir as estratégias sobre as formas de ocupação mais adequadas no território. Afirma que o momento para discutir esse tema será na versão completa do Plano Diretor.

Samuel Steiner afirma então que se deve iniciar uma lei pelos princípios, e que iniciará a discussão sobre esse tema. Afirma que os princípios é o que dá balizamento para a lei. Samuel Steiner mostra então que os conteúdos estão separados em dois blocos: um que abrange princípios, centralidades e equipamentos, Planejamento da expansão urbana e Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e Áreas verdes.

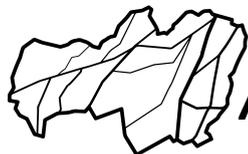
Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

Samuel Steiner inicia então a apresentação do primeiro bloco de princípios do Plano Diretor Participativo - PDP de Angelina. Afirma que o primeiro princípio é a permanência e qualificação da vida no campo e das comunidades rurais. O segundo é sobre a equidade territorial, que é a justa distribuição dos serviços e equipamentos no território, que deve ser verificada onde existem áreas que precisam de equipamentos que a população esteja necessitando além do centro. Afirma que se não houver uma lógica de distribuição não haverá uma distribuição justa e que a população irá buscar esses equipamentos em outros municípios,

O terceiro princípio é sobre o equilíbrio ambiental e Samuel Steiner comenta sobre achar um equilíbrio e ter cuidado para as áreas com permissão de construção pensando nas gerações futuras, não colocando-as em áreas de risco a desastres, garantindo a segurança de todos.

Samuel Steiner passa então para o quarto tema que é racionalizar e otimizar os custos da urbanização. Afirma que a prefeitura de Angelina não tem muitos recursos financeiros e que a cada investimento não é possível errar. Afirma que em Barra Clara está sendo discutida a construção de uma nova escola, sendo que a última foi incendiada em novembro. Comparar com Florianópolis que tem recurso e que se investir de forma errada não terá tantas restrições de orçamento.

Samuel Steiner fala sobre o quinto princípio que fala sobre a função social da cidade e da propriedade, lembrando o significado deste princípio, sobre o que cada lote representa na



para a cidade e o que o plano diretor está pensando para ele, garantindo uso adequado e coerente.

Sobre o sexto tema, que é gestão democrática da cidade, Samuel Steiner fala que é o que está sendo realizado na oficina, e que o conselho é bastante ativo. Samuel Steiner afirma que não é em todo município que se tem um conselho com clareza do que está acontecendo.

Samuel Steiner passa para o segundo tema que é sobre a distribuição dos equipamentos. Mostra então um esquema de centralidades. Afirma que Barra Clara tem uma centralidade consolidada. Exemplifica também que em Garcia se não houver planejamento da centralidade pode haver dispersão da população ao invés de uma centralidade concentrando os principais equipamentos para a população.

Samuel Steiner mostra o que é desejável numa centralidade, como educação básica, saúde básica, espaços de lazer e cultura, incentivo ao comércio local e serviços de suporte ao cidadão. Afirma que o Plano Diretor pode ajudar a reunir a população no território e que pode agir de forma estratégica para isso.

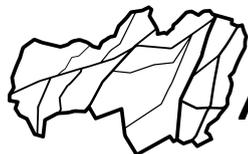
Samuel Steiner demonstra o mapa de centralidades e equipamento e que foram traçados raios de influência para verificar a abrangência de cada uma das centralidades. Samuel Steiner afirma que Barra Clara é a centralidade que atende o maior número de localidades.

Samuel Steiner mostra a sugestão de criar no Rio Novo uma nova centralidade já que é a única localidade que não está inserida no raio de abrangência. Mostra então o mapa com os equipamentos do centro, que já tem uma boa concentração de equipamentos. Mostra na sequência o mapa de Barra Clara, com alguns equipamentos e que já oferece alguma estrutura. Passa então para o mapa de Garcia, que é bastante disperso a localização dos equipamentos em relação à ocupação, mas que existem condições de haver uma centralidade.

Samuel Steiner afirma então que a sugestão da equipe da UFSC é criar essa nova centralidade em Rio Novo, com um novo perímetro urbano.

Na sequência, Samuel Steiner apresenta o mapa com as sugestões de rotas de transporte público em relação às centralidades existentes e que basicamente existem duas linhas estruturantes que praticamente atendem todas as centralidades.

O Sr. Claudio Inacio Schuck, membro do conselho de desenvolvimento territorial, fala que Samuel Steiner colocou como sugestão um tronco logístico. Afirma que são situações sempre apontadas sobre a dificuldade de se atingir os insumos. O Sr. Claudio Inacio Schuck pergunta como levar os insumos à nova centralidade de Rio Novo se não há um tronco logístico que chegue até lá para levar os insumos.



Samuel Steiner afirma sobre a longa distância entre as localidades que é muita coisa para investir em melhores infraestruturas como pavimentação. Afirma que o importante é analisar o melhor local para investir, fazendo em partes e atendendo o maior número de população possível.

Claudio Inacio Schuck afirma que onde é via do estado (SC) o município terá vantagem.

Samuel Steiner mostra o que está sendo proposto enquanto centralidades e equipamentos para cada uma das áreas territoriais. Mostra um esquema do que já existe e do que falta em cada uma.

Samuel Steiner começa a apresentar sobre a expansão urbana e afirma que Angelina tem um decréscimo da população e afirma que em Angelina não há problema de expansão urbana mas que os perímetros urbanos atuais não estão adequados. Afirma que além disso deve-se qualificar os perímetros urbanos existentes. Afirma também que

Felício Junkes afirma que em Angelina não houve crescimento fora do perímetro urbano. Samuel Steiner responde que houve sim e dá o exemplo de coqueiro.

Claudio Inacio Schuck afirma que em relação à Linha do Chaves ainda não é difícil de ser resolvida. Samuel Steiner afirma sobre a Linha do Chaves ter uma condição boa de qualificação.

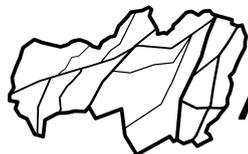
Samuel Steiner passa então ao mapa com a proposta para o planejamento da expansão urbana. Afirma que em Garcia o perímetro urbano está quase todo em Área de Preservação Permanente - APP e que a ocupação ocorreu fora, como em Coqueiros. Afirma que de 2010 a 2014 passou de 15 para 50 casas aproximadamente. Fala então que para o Garcia a área de expansão seja proposta para uma nova área sem riscos de deslizamento.

Samuel Steiner fala sobre o bairro Centro e afirma que foi identificado uma área mais a norte (Linha do Chaves) que apresenta características mais adequadas à urbanização, com poucas restrições ambientais.

Samuel Steiner afirma que uma cidade construída em função da rodovia é um dos piores cenários para um município e que a proposta da expansão urbana deve levar em conta os espaços mais adequados.

Samuel Steiner fala que em Barra Clara a questão não é de expansão mas de qualificação do perímetro urbano existente.

E por fim, Samuel Steiner mostra a sugestão do reconhecimento do Rio Novo como um novo perímetro urbano. Samuel Steiner mostra o mapa de suscetibilidade a movimento de massa.



Mostra que o Rio Novo ainda tem áreas de baixa ou média suscetibilidade, enquanto em Garcia as áreas são de alta suscetibilidade a movimentos de massa.

Samuel Steiner apresenta o histórico com imagens aéreas do bairro Centro de 2007, 2014 e 2021 e demonstra não ter acontecido um crescimento significativo.

O Sr. Valmor Frederico Vermohlen afirma que em alguns casos foram acrescidos pavimentos.

Samuel Steiner mostra as áreas de deslizamento no centro. Samuel Steiner afirma que a partir desses dados foi identificada uma área no centro com menor área de suscetibilidade de deslizamento mas com alta suscetibilidade à inundação. Afirma que é possível lançar diretrizes de ocupação nessa área que envolvam novas construções com cotas mais altas prevenindo ocorrências.

Claudio Inacio Schuck comenta sobre um exemplo de uma área que sofre inundações há anos, pois houve permissão de construção de loteamentos.

Felício Junkes afirma que não houve caso de inundação em nenhuma casa na Linha do Chaves. Samuel Steiner responde que pode ter sido o caso de determinada chuva não ter inundado aquele local em específico, mas que a área continua sendo uma área suscetível.

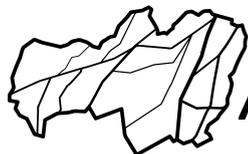
Claudio Inacio Schuck pergunta se a área mais suscetível a inundações no mapa compreende toda a linha do Chaves.

Samuel Steiner responde que não, pois a área começa a apresentar um afunilamento com a presença dos morros, o que torna a área não suscetível à ocorrência de inundações e sim de deslizamentos.

Felício Junkes pergunta quais as áreas que estamos permitindo a construção. Samuel Steiner responde sobre não estarmos permitindo e sim analisando as melhores situações de planejamento e discutindo com eles quais as áreas que em conjunto acreditamos serem propícias à ocupação ou a expansão do perímetro urbano.

Claudio Inacio Schuck afirma que o local do mapa é local de encontro das linhas de transmissão.

O Sr. Valmor Frederico Vermohlen afirma que não entende porque relacionam o risco de deslizamento onde há linhas de transmissão. Samuel Steiner responde que teria que ter um estudo mais específico de cada área considerando condicionantes locais para saber qual o risco real. Samuel Steiner fala que o que pode ser afirmado é que foi identificado que a estrutura e o tipo do solo de Angelina é muito frágil, mas que teria que ter um estudo mais detalhado para fazer essas afirmações.



Samuel Steiner mostra a proposta de expansão do perímetro urbano do centro, e afirma que há uma área significativa para expansão já delimitada. Afirma que o perímetro urbano não pode ser grande demais e nem restritivo demais para não aumentar os custos, pois deve-se atentar que todo loteamento novo gera custos em infraestrutura para o município.

Samuel Steiner apresenta a proposta com as diretrizes de urbanização para a expansão do centro, cuidando e respeitando as condicionantes ambientais criando uma região que irá valorizar e qualificar a cidade, agregando interesses individuais e coletivos.

Samuel Steiner afirma então que ter diretrizes para a expansão urbana é um item a ser incorporado no Plano Diretor.

Samuel Steiner mostra então problemas com relação ao perímetro urbano atual, que pode ser reajustado na revisão.

Samuel Steiner apresenta a área de Garcia e analisando as imagens de 2007 a 2021 não houve muitas novas construções.

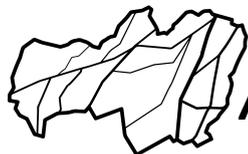
Samuel Steiner ainda afirma que em Garcia quase todas as áreas são de preservação ambiental. Samuel Steiner afirma que como proposta está o reconhecimento de Coqueiros como novo perímetro urbano que já tem características de ocupação. Samuel Steiner afirma também que outro perímetro urbano em Garcia seja o reconhecimento de área anexa já ocupada e que tem equipamentos.

O Sr. Claudio Inacio Schuck pergunta se os pontos de Garcia entre Coqueiros do mapa são a casa rural e o centro de triagem. O Sr. Adnei Boaventura afirma que são. Claudio Inacio Schuck afirma que deve ser verificado não reconhecer essa área como perímetro urbano, pois terá que ser implantada infraestrutura para esses locais. Samuel Steiner afirma que a proposta para o Garcia ainda não foi validada e que deverá ainda ser discutida com a população.

José Alberto Werner comenta sobre já ser uma área com potencial e que já está aparecendo novos loteamentos, que é a uma das áreas delimitadas e sugeridas como expansão pela a equipe da UFSC e que aparece mais a sul de Garcia.

Samuel Steiner mostra o caso de Barra Clara, em relação a expansão urbana, que tanto a equipe da UFSC quanto a população, reconhecem não ser necessário a expansão da área já delimitada.

Samuel Steiner mostra então a situação de Rio Novo, que teve algum crescimento e que é interessante incentivar esse crescimento e consolidação de uma nova centralidade. Mostra também que em Rio Novo a topografia é mais propícia para essa expansão.



Samuel Steiner então finaliza o primeiro bloco da apresentação e passa para o questionamento sobre a opinião dos presentes.

Debate – Bloco 01:

O Sr. Valmor Frederico Vermohlen afirma que se as localidades já afirmaram o que eles querem, está bom. Afirma que os colonos que movimentam a cidade, que vem comprar no centro, estão isolados pelas condições das estradas.

O Sr. Felício Junkes afirma que o grande problema do município é a energia fraca, sem possibilidade de por trifásica, e as estradas.

Samuel Steiner afirma que a questão das estradas apareceu em todas as etapas e que a prefeitura sabe sobre o problema. Afirma que o Plano Diretor poderá alinhar diretrizes para caminhar para a solução deste problema.

Felício Junkes questiona se o Plano Diretor pode criar alguma alternativa para que a prefeitura consiga explorar a macadâmia.

Samuel Steiner afirma que existem várias jazidas em Angelina que estão em processo de aprovação pela Agência Nacional de mineração e que o Plano Diretor mostra que não há conflito entre essas áreas e as sugeridas como ocupação. Afirma que em Anitápolis essa questão deve ser problematizada porque existe.

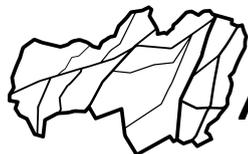
O Sr. Claudio Inacio Schuck questiona se não pode haver um instrumento do meio ambiente que possa facilitar essa questão burocrática.

Samuel Steiner afirma que a única jazida que está ativa é a da prefeitura. Afirma que por ser demanda é possível abordar no Plano Diretor se não houver impacto na urbanização, e que é bom para a prefeitura ter mais áreas para exploração.

Felício Junkes afirma que a Linha do Chaves tem material bom de mineração, e que o custo de manutenção é altíssimo.

O Sr. Michael Soares fala sobre o material ser ótimo pra população mas que não serve para Angelina, ele traz um exemplo de uma área em que foi embargada por autoridades ambientais por conta de denúncias da população, em que ele não compreende ao certo o motivo, mas que isso acaba gerando uma péssima logística pois ficam dependentes de áreas muito distantes ao qual podem estar em funcionamento. Afirma que é importante para a prefeitura levar essa discussão apesar de depender de órgãos ambientais para aprovação.

O Sr. José Alberto Werner afirma que poderiam ser desapropriadas áreas para que não houvesse esse tipo de problema e que solucionaria essa situação.



Samuel Steiner afirma que é possível verificar as áreas pesquisadas de jazidas para abordar no Plano Diretor as áreas mais estratégicas.

Valmor Frederico Vermohlen afirma que essas áreas sempre foram usadas, porém agora que foram embargadas que há essa dificuldade.

A Sra. Cláudia Back pergunta o que está sendo discutido, se é o que é permitido na área rural. Afirma por exemplo que é permitido em Angelina moagem, beneficiamento e processamento apenas em áreas rurais. Afirma que o fato de não permitir processamento de nenhum vegetal na área urbana deve ser discutido. Afirma que o município de Angelina inteiro tem aspectos rurais.

Samuel Steiner afirma que a equipe da UFSC está alerta pelas primeiras discussões sobre as atividades que não tem porque não serem aceitos no perímetro urbano, que se não geram problemas de vizinhança, são capazes até de serem objetos de estímulo à população, gerando aspectos positivos.

Cláudia Back comenta sobre uma microempresa de conservas que está no perímetro urbano e que não é permitido esses tipos de processamentos.

Michael Soares afirma que provavelmente esse item do Plano deve ter vindo de outro Plano Diretor, de outra cidade, sem considerar as características mais específicas de Angelina.

Cláudia Back afirma que o problema está na generalização para todo produto de origem vegetal, independente do porte.

O Sr. Fernando Back afirma que independentemente da quantidade de resíduos que uma indústria localizada dentro do perímetro urbano produz, está na mesma categoria.

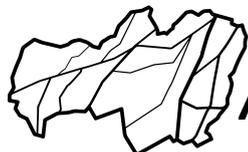
Cláudio Inácio Schek comenta sobre a forma que pode ser descrito e colocado esse tipo de situação no Plano Diretor.

Michael Soares comenta sobre o Plano Diretor deve estar alinhado com os levantamentos comunitários e técnicos.

Adnei Boaventura afirma que ainda vai haver tempo para consulta da população, em que poderá ser conferido se todas essas demandas colocadas nas oficinas foram correspondidas.

Cláudia Back afirma que o problema do que está descrito no atual Plano Diretor é que fala sobre qualquer origem vegetal, que isso é muito amplo.

Michael Soares pergunta se o artigo não pode ser mudado como lei complementar. Samuel Steiner afirma que o novo Plano Diretor já vai entrar em vigência e que não seria necessário.



Cláudia Back afirma ainda que o caso dela é de produção de especiarias, não é comparado a conservas por exemplo, que possuem diferentes impactos ambientais.

Samuel Steiner passa então para a segunda etapa da apresentação.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio Ambiente e Áreas Verdes

Samuel Steiner começa a terceira parte falando sobre a regularização fundiária e comentando sobre o que é interessante para a prefeitura e o município de Angelina.

Samuel Steiner questiona quais são os tipos de regularidades fundiárias interessantes para o município e quais não são. Mostra o estudo realizado sobre quais as tipologias regularizáveis e aquelas que não são regularizáveis. Exemplifica o caso de Coqueiros, irregular por não estar em perímetro urbano, e que moram pessoas em local com asfalto, energia, estrutura, que existe uma lógica de regularização.

Samuel Steiner afirma que o Plano Diretor vai indicar as áreas que têm características de perímetro urbano consolidado e com base no estudo socioambiental, que podem acontecer a flexibilização das faixas de APP, assim como determinado pelo Código Florestal em 2021, que coloca a determinação da largura dessas faixas em áreas consolidadas para o município. Afirma que a prefeitura não pode simplesmente regularizar uma área sem esses estudos e ficar responsável por alguma possível ocorrência de desastre e perda de vidas e de bens materiais.

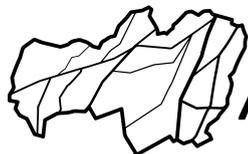
O Sr. José Alberto Werner questiona se depois da aprovação do Plano Diretor a população ainda ficará dependente da prefeitura. Ele afirma que a população tem que pressionar para que as coisas aconteçam em Angelina.

Samuel Steiner afirma que em relação as APPs, dependerão da finalização do estudo socioambiental. Que o município já está avançando reconhecendo quais são as áreas consolidadas no Plano Diretor. Afirma que a legislação obriga que haja o estudo socioambiental e que a prefeitura não pode ficar responsável pela ocorrência de desastres sobre a população.

Michael Soares fala que é uma questão a ser resolvida mas que existem questões que o prefeito “peitar” o processo não vai prosseguir. Mesmo se a prefeita liberar alteração e todos gastarem com construções, se o ministério público mandar o município parar, a obra vai parar, que não vai ser concluída e será um gasto inútil.

José Alberto Werner afirma que os municípios Alfredo Wagner e Anitápolis são pouco questionados em relação a isso.





Samuel Steiner afirma que a pressão tem que ser em agilizar o estudo socioambiental.

José Alberto Werner comenta sobre a pouca autoridade dos servidores, que ele sabe, pois também já foi servidor como secretário da agricultura do município de Angelina.

Michael Soares dá o exemplo do ex-prefeito de Botuverá, que revolucionou a cidade e que saiu da prefeitura com 32 processos que não sabe sobre o que são. E afirma que tem que agir dentro da lei e que não adianta apenas ter coragem.

Michael Soares afirma que em reunião o ex-prefeito afirmou que Angelina tornava-se alvo de processos.

Samuel Steiner afirma que nesse caso específico a lei é clara, que precisa ter estudo socioambiental, que é uma legislação criada para ter segurança ambiental.

O Sr. Valmor Frederico Vermohlen pergunta sobre porque tem que ter 30 metros de APP, porque não pode ter 10 metros, pois é ruim tirar as edificações agora. Samuel Steiner afirma que isso não acontece, só acontece para novas construções e construções após a lei.

Samuel Steiner afirma que mesmo se o estudo socioambiental afirmar que é possível construções valerá apenas para as já construídas, as novas devem seguir a legislação.

O Sr. Claudio Inacio Schuck sugere convidar o procurador.

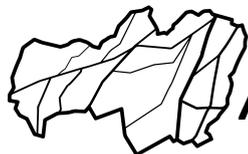
Michael Soares afirma que é o estudo socioambiental que vai afirmar qual a margem pode ser utilizada. Afirma que ainda não foi feita a contratação pela situação dos desastres ambientais.

José Alberto Werner afirma que foram feitos muitos puxadinhos que o IPTU não cobra e o Michael Soares confirma essa informação.

Samuel Steiner dá sequência para a questão da regularização fundiária. Samuel Steiner mostra a situação da Linha dos Chaves, sobre situações de regularização fundiárias que não foram reconhecidas. Samuel Steiner afirma que na Linha dos Chaves a proposta é de expansão do perímetro urbano. No caso do centro, os processos que estão dentro do perímetro urbano não terão problema.

Adnei Boaventura afirma que o mapa é nos Coelhos.

Samuel Steiner apresenta o caso da Quarta Linha com as solicitações de regularização em que tem lotes fora do município, e que essa área não tem características urbanas, por isso não teriam como ser regularizadas. Samuel Steiner afirma que os lotes não têm acesso direto com vias públicas e que podem só gerar grandes custos para o município.



Claudio Inacio Schuck afirma que tem o conflito de estar bem no extremo, em relação a essa questão dos limites municipais.

Raquel Santana pergunta se a área mostrada, se os lotes estão dentro de Águas Mornas. Samuel Steiner confirma que sim. Raquel Santana questiona como fica a escritura desses lotes que estão sobre a divisa dos municípios, pois a área deles pega parte em Águas Mornas, e que está registrada em Angelina.

Samuel Steiner afirma que esta situação não é pertinente para perímetro urbano, mas que pode ser resolvida de outras formas, como um condomínio rural.

Raquel Santana diz que está solicitando a ligação de energia no lote dela pelo município de Angelina.

Samuel Steiner afirma que deve-se verificar como é a situação do imóvel desmembrado, de quando é a matrícula e a delimitação do município.

Raquel Santana comenta sobre talvez antigamente não haver tão exato a divisão dos municípios e questiona se essa questão dos lotes estarem na divisa é de responsabilidade do proprietário ou da prefeitura.

Samuel Steiner afirma que é de responsabilidade dos proprietários regularizar, e não da prefeitura. Afirma que o que o Plano Diretor pode fazer é delimitar áreas de condomínio rural ou perímetro urbano.

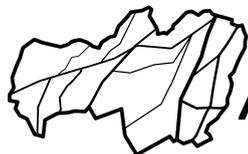
Samuel Steiner afirma que irá pesquisar a situação de estar em dois municípios qual é o procedimento.

Samuel Steiner mostra a situação da regularização no Garcia, que teve abertura de novos lotes e que os novos proprietários requerem a regularização. Afirma que o problema é uma área que não tem características de ocupação, apenas um loteamento informal na área rural. Afirma que é uma situação delicada porque se repete no município, com áreas de poucas moradias.

Valmor Frederico Vermohlen comenta sobre ter muitos lotes parados e que isso faz com que Angelina não cresça, que existem muitas pessoas que não querem que construam próximos das suas casas.

Samuel Steiner afirma que a mesma lógica de Angelina é a dos outros municípios, devem seguir o módulo fiscal.

Samuel Steiner afirma que um dos pontos abordados para dar conta dessa situação é a regularização dos condomínios rurais, que ainda será abordada.



Claudio Inacio Schuck afirma que em dezembro houve uma situação atípica, sobre a alteração da taxa de ocupação, e que não tem tanto sentido no caso de Angelina.

Samuel Steiner responde que esse índice de ocupação total do lote não faz muito sentido em Angelina.

Samuel Steiner fala na sequência sobre as Áreas Especiais para Interesse Social - AEIS, e sobre os terrenos reservados para essa função. Afirma que não foram ocupados esses terrenos e que foram construídas casas no campo, sendo que apenas uma delas foi ocupada para esse fim. Samuel Steiner afirma que são áreas suficientes para os próximos dez anos.

Claudio Inacio Schuck comenta sobre uma das AIES que foi ocupada e que teve implantação de infraestrutura. Ele comenta sobre talvez ser mais interessante ter uma linha de crédito para a construção social do que ter essas Áreas Especiais para Interesse Social, no contexto de Angelina.

Samuel Steiner afirma que pode ter as duas situações, de financiamento e ainda as AEIS. Afirma que a ideia é manter as áreas do plano atual e propõe que cada loteamento tenha 5% da área destinada para AEIS. Afirma ainda que estas áreas do plano atual estão localizadas em áreas particulares e que deveriam ser áreas públicas.

Claudio Inacio Schuck afirma que se forem doadas tantas áreas não sobraria muita área para o loteamento.

Samuel Steiner afirma que é possível dividir entre usar para áreas de uso público e AEIS.

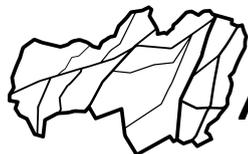
Samuel Steiner comenta que a ideia é ter uma área pensada e destinada para isso (institucional e lazer).

Samuel Steiner passa então para o quinto tema que é o desenvolvimento rural. Mostra a situação dos condomínios rurais, e de como regularizar, que é um problema em todo o país. Mostra o mapa de São Paulo com os municípios que têm regularização de condomínios rurais. Samuel Steiner afirma que pode ter benefícios econômicos para o município.

Valmor Frederico Vermohlen comenta sobre a importância em definir onde será permitido a implantação/legalização desses condomínios rurais.

Samuel Steiner afirma que Rancho Queimado criou inclusive incentivo fiscal, e que muitas vezes não é interessante para o município.

Samuel Steiner apresenta alguns exemplos de outros municípios que estão trabalhando com os condomínios rurais na região metropolitana, em que é comum pessoas terem casas secundárias. Samuel Steiner afirma que o importante é a gente identificar onde que isso vai



acontecer. E afirma que um dos riscos é a pressão sobre as áreas rurais existentes, que pode prejudicar a produção.

José Alberto Werner afirma que os condomínios rurais estão gerando renda ao atrair jovens novamente para o município. Afirma que o jovem que fica não gosta muito de estudar, e que precisa educar esse herdeiro que vai ficar.

Samuel Steiner mostra o que está sendo sugerido são áreas que estão perdendo a característica de produção agrícola.

Claudio Inacio Schuck comenta sobre ter que criar regras para a construção desses condomínios rurais.

Samuel Steiner mostra as áreas propícias para a ocupação de condomínios rurais com base nos equipamentos urbanos e as áreas de suscetibilidade à ocorrência de desastres. Afirma que no dia anterior, na oficina territorial, foi sugerida a área do Alto Garcia. Afirma que não vale a pena também colocar condomínios onde existem áreas propícias para agricultura.

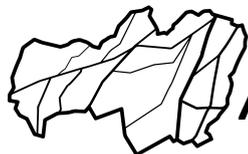
Claudio Inacio Schuck questiona a localização do condomínio das águas. Juliana de Godoy responde que está incluso na delimitação apresentada.

Samuel Steiner afirma que outro aspecto sobre o desenvolvimento da área rural, é o que é permitido na área rural. Afirma que há permissão para usos que ajudam a gerar renda, que o Plano Diretor não precisa criar constrangimentos. Afirma que o Plano Diretor deve estabelecer critérios para esses usos e que deve-se separar os usos que possam gerar algum impacto negativo.

Valmor Frederico Vermohlen e Claudio Inacio Schuck comentam sobre ter o cuidado se essas áreas apresentam áreas de risco.

Samuel Steiner explica que o risco está relacionado ao impacto gerado a pessoas, quando não há pessoas, não há risco.

Samuel Steiner passa para o último tema que é o meio ambiente e áreas verdes. Afirma o que a Lei Federal afirma, que é a necessidade de estar em áreas urbanas consolidadas para flexibilização de APP, que são a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo PD; b) dispor de sistema viário implantado; c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços; e e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) equipamentos de infraestrutura urbana: 1. drenagem de águas pluviais; 2. esgotamento sanitário; 3. abastecimento de água potável; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.



Samuel Steiner afirma que alguns lotes ainda não estão ocupados, então não podem ter flexibilização da APP.

Claudio Inacio Schuck questiona sobre a água tem que ser de distribuição pública ou privada. Samuel Steiner responde que essa é a questão, teria que ser pública.

Samuel Steiner mostra a proposta para as manchas consolidadas dentro dos perímetros urbanos previstos. Afirma que o que se pretende fazer no Plano Diretor é que dentro dos 4 perímetros sejam demarcados em áreas urbanas consolidadas, e que assim as pessoas teriam condições de saber quais terrenos teriam direito à regularização.

Claudio Inacio Schuck comenta sobre o IPTU dos lotes no vazio que existe mais a norte do bairro centro ser muito caro. Samuel Steiner comenta sobre os cadastros estarem muito desatualizados.

Samuel Steiner afirma que o cadastro do município está desatualizado e acarreta menos por isso. Afirma que isso gera impacto porque não tem condições de qualificar os espaços urbanos.

Samuel Steiner mostra o mapa de áreas verdes e estruturantes, que são áreas sem demanda de parcelamento, e que são boas como áreas de proteção de mananciais e que Angelina deveria ter retorno dos outros municípios por isso. Afirma que o município é pequeno e que talvez não tenha condições de abordar essas demandas junto à RMF.

Claudio Inacio Schuck comenta sobre a restrição ambiental que é bem rigorosa e o como Angelina não tem ganhos pelo papel que ela cumpre para a região.

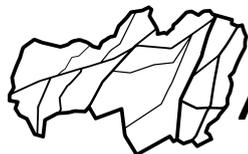
Samuel Steiner afirma que uma outra questão é que é possível demarcar áreas dentro dos perímetros urbanos, em áreas que já são de APP e que podem servir como áreas de lazer, que foi demanda em todas as oficinas.

Samuel Steiner apresenta sugestões para a área dos Chaves em que poderia ser cedida essas áreas de APP dos lotes que não estão sendo ocupados para que possa ser implantado parques lineares e áreas de lazer para a população, respeitando e valorizando o meio ambiente.

Claudio Inacio Schuck afirma que há o choque de não poder construir na beira do rio.

Samuel Steiner afirma que a prefeitura pode apresentar diretrizes de que o loteador é obrigado a seguir, e que pode trazer benefícios ao loteamento, pois gera valor agregado.

Samuel Steiner afirma que a estrutura dessas áreas de lazer não precisam ser tão grandes, que não é caro e nem difícil de fazer.



Claudio Inacio Schuck afirmou que percebeu em uma das imagens uma beira rio no colégio das irmãs, como em São José.

Samuel Steiner comenta sobre o parque linear localizado no bairro Córrego Grande em Florianópolis, em que a prefeitura permitiu uma taxa de aproveitamento maior em troca de ceder essa área de APP para o parque.

Samuel Steiner mostra a proposta para o Garcia, que já tem equipamentos em uma área que poderia ser de integração, onde já é área de APP e que caberia um parque, sem muito investimento. Mostra também os casos de Barra Clara e Rio Novo que têm condições de qualificar as áreas verdes existentes para uso de lazer.

Samuel Steiner comenta sobre a potencialidade e beleza natural de Angelina, que o Plano Diretor pode valorizar isso.

Samuel Steiner mostra então a situação da barragem do Garcia, que é uma área que tem condições para uma área pública de lazer e recreação simples para a população.

Claudio Inacio Schuck pergunta se a área é propícia para condomínio, próximos da barragem.

Samuel Steiner afirma que é uma área que valorizaria com a implantação do parque.

Samuel Steiner então faz um resumo dos temas do segundo bloco encerrando a apresentação.

Debate – Bloco 02:

Samuel Steiner então abre para debate sobre as propostas apresentadas.

Claudio Inacio Schuck afirma que eles agradecem se vierem mais pessoas nas reuniões do Conselho para discutir esses assuntos, pois as áreas sem representação não resolvem nada.

José Alberto Werner afirma que eventualmente faziam reuniões com Epagri e agroindústrias.

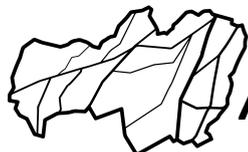
Samuel Steiner afirma que tem municípios que agora apenas começaram a estruturar o Conselho.

Dauri Exterkoetter comenta sobre estar de acordo com o que foi apresentado e que agora os próximos passos é a construção da lei e que ele espera que seja cumprida, e que dê tudo certo.

Encerramento

Samuel Steiner afirma que a equipe se coloca à disposição para acompanhamento na Câmara.





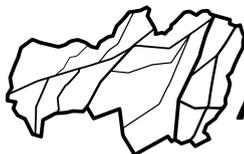
Samuel Steiner convida os participantes para a foto final e a segunda rodada da Oficina Territorial no Centro é encerrada às 21h:34 minutos.

7.3.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Centro

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Michael Soares	Centro	Prefeitura
2	Cláudia Back	Palhocinha	Autônomo/Moradora
3	Fernando Back	Palhocinha	Autônomo/Morador
4	José Alberto Werner	Centro	Autônomo/Morador
5	Valmor Frederico Vermohlen	Alto Mato Grosso	Agricultor/Morador
6	Felício Junkes	Linhas dos Chaves	STR
7	Claudio Inacio Schuck	-	CDTA
8	Adnei Boaventura	Centro	CDTA
9	Raquel Santana	Quarta Linha	Moradora
10	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
11	Walter Souza R. Junior	Centro	CDTA
12	Márcia K. Andrade	Centro	Conselho Comunitário
13	José Adain Batista	Quarta Linha	Morador
14	Eduardo Santos Silva	Quarta Linha	Morador
15	Luiz Arthur	Centro	Rádio Amador
16	Maria Heerd	Centro	Hospital/Moradora
17	Iséte Eli Vermohlen	Alto Mato Grosso	Professora Ap./Moradora

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial do Centro

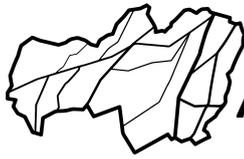
Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Juliana de Godoy	Redação da Ata
3	Marluci Lenhard	Redação da Ata
4	Marcio de França Santos	Apoio

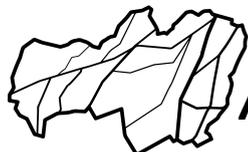


5	Nadine Martignago Saleh	Apoio
---	-------------------------	-------

7.3.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial do Centro







7.4. Ata da 2ª Oficina Territorial do Rio Novo

Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da segunda rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a quarta na **Área Territorial de Rio Novo**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 16 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro Rio Novo. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

Gravação da Oficina: <https://youtu.be/Fuqi0T31kR8>

Redação da Ata: Juliana de Godoy e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Juliana de Godoy - Equipe Técnica UFSC

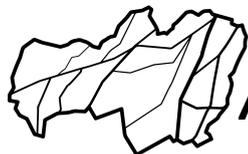
Primeira Parte - Apresentação

Às 19h00 a oficina é iniciada pelo professor Samuel Steiner, que pergunta o nome dos participantes. Os participantes se apresentaram como Porto e Tatiane.

Prof. Samuel inicia a reunião apresentando a sistematização das questões levantadas nas oficinas territoriais e na leitura técnica. Prof. Samuel relata que em março foi feita uma audiência pública no Garcia onde foi apresentada essa análise. Explica aos presentes que a ideia da oficina é mostrar as diretrizes geradas a partir das 17 questões levantadas na síntese final. Fala sobre as oficinas já realizadas na semana anterior, sendo na terça-feira em Barra Clara, na quarta-feira em Alto Garcia e na quinta-feira no Centro, e informa que no dia seguinte a esta oficina será finalizado ciclo de oficinas em Garcia.

Prof. Samuel apresenta o slide sobre a síntese final, que traz as 17 questões levantadas separadas pelas dimensões uso e ocupação, economia, ambiental, infraestrutura e sobre gestão. Cita alguns exemplos de questões importantes que surgiram, como a questão do meio ambiente, a distribuição dos equipamentos e a manutenção da população na área rural na economia. Fala que algumas questões não são possíveis de serem enfrentadas no Plano Diretor, como a questão da Gestão.

Prof. Samuel passa então a apresentar a síntese das diretrizes, sendo que 24 delas são consideradas aderentes ao Plano Diretor, e 15 o Plano Diretor pode ajudar mas não pode



resolver, como a questão ambiental, que pode identificar as áreas de degradação e orientar ocupação, mas não resolver.

Sra. Tatiane B. Hang afirma que após dezembro, depois das enchentes e deslizamentos, vieram vários moradores novos morarem, inclusive em Rio Novo. Afirma que consegue observar pela área que atua, como agente de saúde.

Prof. Samuel pergunta se também em Rio Novo.

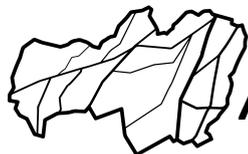
Sra. Tatiane afirma que sim.

Prof. Samuel afirma então que foi possível identificar novas casas por imagens de satélite em Rio Novo.

Prof. Samuel passa então a apresentar os eixos estruturantes do Plano Diretor Participativo, elencados com base nas 24 diretrizes. Avisa que a princípio a apresentação estava separada em três temas, mas que irá falar de todos seguidamente para ficar mais dinâmica. Informa que o primeiro tema é sobre a centralidade e distribuição de equipamentos, que para Angelina é uma questão importante por ter um território grande e “espalhado”, e que por isso o planejamento dos equipamentos deve considerar a população das localidades. O segundo tema é o planejamento da população urbana, que tem relação com o perímetro urbano, onde pode haver loteamentos, e que os atuais foram delimitados em áreas de risco. O terceiro tema é o da regularização fundiária, que há vários pedidos na Prefeitura para regularização fundiária, e que vários casos é possível regularizar, mas muitos não. O quarto tema é sobre desenvolvimento rural, e o quinto é sobre desenvolvimento e áreas verdes, que passa pelo tema de APPs, e passa pela identificação de onde há áreas urbanas consolidadas, que são aquelas ocupadas que já têm infraestrutura, como calçamento e iluminação, que poderiam requerer regularização. Prof. Samuel fala que uma questão que apareceu muito e neste item deve ser considerada é a demanda por áreas públicas de lazer. Informa que não quer dizer que pela delimitação das áreas a Prefeitura terá dinheiro para executar parques e praças, mas ao menos o Plano Diretor já identificaria as áreas estratégicas. Prof. Samuel avisa que o sexto tema não será apresentado hoje por ser mais técnico, que é o zoneamento e parâmetros de ocupação. Avisa que irá apresentar os temas e que para qualquer dúvida é só levantar a mão que responderá.

Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

Prof. Samuel informa que toda legislação inicia pelo capítulo de princípios, que é o porquê aquela lei existe, no sentido de valores. Prof. Samuel fala que o primeiro princípio sugerido é a permanência e qualificação da vida no campo e das comunidades rurais, porque boa parte da atividade econômica ocorre no campo, e que o Plano deve tentar manter essa situação. Outro



princípio informado pelo Prof. Samuel é a equidade territorial, que é a justa distribuição dos serviços e equipamentos, que significa todos terem condições equilibradas de acesso à saúde pública, segurança pública, segurança, que seria pensar onde localizar um posto de saúde, por exemplo, já que Angelina não teria condições de construir vários. O terceiro princípio é o equilíbrio socioambiental que seria compatibilizar as necessidades da população com condicionantes ambientais, que no caso de Angelina essas áreas são de risco, conforme o que ocorreu em dezembro.

Sra. Tatiane fala que depois da tragédia o olhar dos moradores ficou diferente, porque antes passavam pelos locais de risco e não percebiam, mas depois conseguem enxergar os “perigos”.

Prof. Samuel informa que essa fala de “nunca aconteceu nada aqui”, sempre aparecia, mas que agora é possível verificar na paisagem a quantidade de morros com “cicatrizes” pelos deslizamentos. Prof. Samuel passa para o quarto aspecto, que é a racionalização e otimização dos custos da urbanização, que é a identificação de onde abrir ruas, ou fazer calçamentos, por exemplo, já que a Prefeitura não tem dinheiro. Fala que em Garcia os participantes falaram que para o crescimento de Angelina teria que expandir o perímetro urbano, e que não é essa lógica, já que se o perímetro urbano for muito “frouxo”, terá muitos loteamentos distantes e a cidade ficará muito cara. Passa então para o quinto tema, que é a função social da cidade e da propriedade, no sentido de que o as propriedades têm interesse coletivo também, e dá o exemplo de lotear uma propriedade rural, que para o proprietário é bom pelo lucro, mas para a sociedade torna-se um problema, já que terá que bancar infraestrutura.

Sra. Tatiane fala que isso acontece muito, e que tem um vizinho que vendeu do lado da própria casa vários terrenos.

Prof. Samuel fala que tem a questão de que é importante ter oferta de terreno, já que as famílias se formam e precisam ter opções, mas que é importante delimitar as áreas mais adequadas e mesmo entrar em contato com os proprietários para incentivar eles a fazerem loteamentos nas áreas delimitadas para as pessoas poderem morar bem.

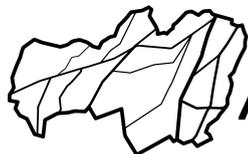
Prof. Samuel fala então que o último tema é a gestão democrática da cidade, que é o que Angelina possui hoje com o Conselho, representado nesta reunião pelo presidente, que é o Sr. Dauri Exterkoetter, que é uma entidade que está sempre discutindo, com representantes de cada centralidade.

Sra. Tatiane pergunta se do Rio Novo os representantes são os mesmos da vez anterior.

Sr. Dauri informa que mudou, que o Edson mudou.

Sra. Tatiane pergunta se o Isonir ainda é representante.





Sr. Dauri informa que Isonir é suplente.

Sra. Tatiane fala que não sabia se era também, já que ele dá aula também na Barra Clara.

Sr. Dauri informa que irá verificar todos os representantes que foram eleitos e os que não cumpriram o que precisavam cumprir para encaminhar uma dispensa e chamar os suplentes.

Prof. Samuel fala que o próprio regimento deve estabelecer o número de faltas.

Sra. Tatiane fala que na última reunião também não tinha representante de Rio Novo.

Sr. Dauri informa que agora vem uma etapa importante, que é a votação.

Prof. Samuel fala que um aspecto importante é que depois desta etapa de oficinas terá a etapa de aprovação e quem aprova é o Conselho.

Sr. Dauri informa que na sequência do Conselho o Plano Diretor passa para a Câmara.

Prof. Samuel informa que a ideia do princípio é que se houver lacunas no Plano Diretor, se chegar à Prefeitura alguma solicitação, deve-se recorrer se a solicitação está próxima aos princípios, que servem como balizadores.

Sr. Dauri comenta que tira o foco um pouco dos interesses particulares e que a vida é social.

Prof. Samuel dá um exemplo do que pode ocorrer, como a solicitação da expansão de um perímetro urbano em função de algum loteamento que esteja sendo construído, e que se estiver de acordo com os princípios é possível realizar ou não.

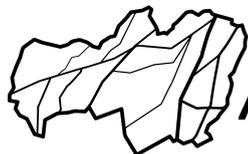
Prof. Samuel pergunta se todos estão de acordo com os princípios. Prof. Samuel informa que depois a apresentação será compartilhada.

Prof. Samuel passa para o tema das centralidades e distribuição de equipamentos, e dá o exemplo de Garcia, que tem os equipamentos distantes e que poderiam ser mais integrados. Prof. Samuel fala que a ideia deste item é planejar para que haja integração nas diversas áreas e identificar no território as centralidades que irão ter facilidade de acesso aos equipamentos urbanos.

Sra. Tatiane fala que em Rio Novo funciona bem a centralidade pois os equipamentos como escola, igreja, posto de saúde, são próximos, e se ocorre qualquer evento pode ser realizado em qualquer um dos equipamentos.

Prof. Samuel afirma que em Barra Clara também existe essa lógica.

Sra. Tatiane confirma que sim, que Barra Clara tem o mercado, posto, ginásio, próximos, com ideia de “pracinha”.



Prof. Samuel fala que é a praça sem praça, mas que a ideia é essa, de criar esse sistema de cidadania, e o que foi realizado é um levantamento de como ocorre hoje no território de Angelina. Mostra que Angelina tem um território alongado e que o Centro não fica na área mais central.

Sra. Tatiane fala que os moradores de Rio Novo moram muito longe do Centro.

Prof. Samuel fala que boa parte dos equipamentos está concentrada no Centro. Fala do Garcia, que não se consolida muito como perímetro urbano ainda.

Sra. Tatiane falou que teve uma última reunião na terça em que comentou que no Garcia não tem nem posto de gasolina, que é um lugar que paralisou. Que ou as pessoas vão para Barra Clara, no Rio Engano, ou para o Centro.

Prof. Samuel mostra o mapa das centralidades e das vias e que o que foi identificado, a partir de um raio de três e outro de cinco quilômetros nos perímetros urbanos atuais, grande parte do território de Angelina é atingido, a não ser Rio Novo, que está muito mais próximo do município de Leoberto Leal do que do Centro de Angelina.

Sra. Tatiane afirma que a maioria do pessoal de Rio Novo faz tudo em Rio Velho, afirma que já houve um plano de uma ponte para Leoberto, que as pessoas queriam porque facilitaria.

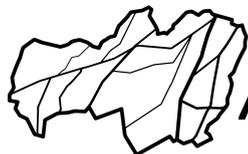
Prof. Samuel afirma que a lógica para o Plano Diretor será integrar essas áreas para Angelina e mostra uma imagem de como várias localidades têm o Rio Novo como centralidade, como suporte. Afirma que a ideia é, assim como existem as outras centralidades como Garcia, de fortalecer a centralidade de Rio Novo, que num raio de três quilômetros abrange outras centralidades que estão muito afastadas de Barra Clara.

Sra. Tatiane afirma que as pessoas consultam ali no “postinho” e vão a Leoberto Leal comprar medicamentos.

Prof. Samuel afirma que muitas vezes as pessoas afirmam que se deve incentivar o comércio, mas o comércio não vai “onde a gente quer”, que não é possível obrigar a abrir uma padaria, por exemplo, mas o comércio vai geralmente onde tem pessoas, e que é possível ter elementos de atração até para não haver fuga de recursos.

Sra. Tatiane afirma que sobre a questão do posto, o pessoal que trabalha tem que sair mais cedo por conta da distância.

Sr. Dauri afirma que hoje o atendimento do município, em termos de manutenção de estrada, toda região da Barra Clara e do Rio Novo é de responsabilidade de uma mesma equipe, sendo 3 equipes para todo o município, e que seriam necessárias 4 equipes para dar conta.



Prof. Samuel afirma que a ideia é que quando se trata de centros de cidadania, cada localidade indicada no mapa contemple educação, esporte, cultura, espaço público, suporte ao cidadão, comércio local, equipamentos ligados à assistência social que prestem serviço à população.

Prof. Samuel mostra então o caso do perímetro urbano delimitado para o centro, que tem uma forma bem linear, e com montanha em volta, e que existe muita concentração de equipamentos. Fala que talvez não seja o local de investimentos futuramente. Passa então a mostrar o perímetro urbano de Garcia, que tem alguns equipamentos ao sul e as pessoas estão a norte, que sua característica linear faz com que não dê muito suporte à população, tanto que o que houve de crescimento não foi no perímetro urbano, foi em outras áreas como Coqueiros. Mostra então o caso de Rio Novo, que tem equipamentos como ginásio, posto de saúde e escola.

Prof. Samuel fala que o caso de Rio Novo é interessante porque tem um papel de integração de outras localidades, diferente do Rio Engano que está entre cadeias de montanhas com difícil acesso. Prof. Samuel mostra o mapa com a sugestão para as rotas prioritárias para o transporte público considerando as 5 localidades. Afirma que não pode obrigar uma empresa de transporte coletivo a se instalar no município, mas que com duas linhas estruturantes, como sugerido, integraria quase todas as centralidades do território, e quase todas as localidades estariam a 2 ou 3 quilômetros de alguma centralidade. Afirma que não adianta criar várias localidades que dificultaria ainda mais o transporte coletivo.

Sra. Tatiane afirma que não haveria demanda.

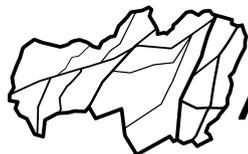
Prof. Samuel afirma que tem mais essa questão, que o transporte coletivo existe de acordo com a demanda.

Sr. Marceli Porto afirma que antigamente havia transporte coletivo que levava até Florianópolis. Hoje as pessoas precisam ir até Rancho Queimado, e muitas vezes está lotado e não conseguem passagem ou esperam caronas de madrugada, mas precisam ter carro para chegar ao centro, e muitos não dirigem até Florianópolis.

Sra. Tatiana afirma que acontece muito, que muitos têm carro mas não dirigem até Florianópolis.

Sr. Porto afirma que se houvesse uma estrada boa, as pessoas iriam até Angelina ao invés de ir a Leoberto Leal.

Prof. Samuel afirma que foi uma das primeiras demandas que apareceu.



Sr. Porto afirma que existem muitas coisas que seriam viáveis se as estradas fossem melhores, mesmo localizando Rio Novo, que fica a cerca de 30 km do Centro. Afirma que mesmo localizando Rio Novo como centralidade, como se chegar a Rio Novo dificulta.

Prof. Samuel afirma que apesar do Plano Diretor não conseguir asfaltar ruas, a lógica das centralidades e da proposta de rotas prioritárias deixa mais fácil de orientar futuras pavimentações, mesmo que em 10 ou 15 anos.

Sra. Tatiane afirma que a dificuldade da estrada atrapalha bastante, que antes existia uma empresa cerealista em Rio Novo que gerava empregos e fechou porque os caminhões negavam frete.

Prof. Samuel afirma que se houver a tendência a pavimentação do acesso por Major Gercino, que liga o Centro, ficará faltando a outra aba, e que se houver em algum outro tempo, será possível integrar o território. Afirma que o Plano Diretor não irá asfaltar.

Sr. Porto fala sobre a dificuldade das pessoas que precisam de ambulância no Rio Novo, pela demora em chegar e sair do local. Fala que sabe que não faz parte do Plano Diretor, mas ajuda, tem que ficar “em cima”. Afirma que já teve um evento político, que a promessa foi ter um hospital em Rio Novo, e que sabe que estão mentindo e que as pessoas acreditam.

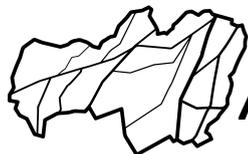
Prof. Samuel fala da importância da participação, que seria importante a sala estar cheia, que o ideal seria a população cobrar para que o planejamento seja feito, para que cada gestão não altere e siga o planejado..

Prof. Samuel passa então para o tema do planejamento e expansão urbana. Fala que Angelina não está crescendo, que nos últimos 10 anos cresceu apenas 250 pessoas, que é um crescimento muito “tímido”. Afirma que não há demanda para crescimento e expansão urbana. Afirma que o ideal é organizar melhor o perímetro urbano. Mostra que a ideia no Centro, que tem um perímetro bem linear, “estrangulado” pelas montanhas, é de expandir para a área em que não há risco, que seria a norte do perímetro atual, próximo à Linha dos Chaves, onde o sr. Porto mora. Afirma que a expansão não pode ser nem muito grande nem muito pequena, para não sair muito cara para o município e ainda assim atender às demandas da população.

Sr. Porto afirma que o que vê sobre as pessoas que têm roça tem receio de que com a chegada do Plano Diretor terão que pagar imposto, e que isso intimida as pessoas.

Prof Samuel afirma que isso é uma discussão inclusive em Rio Novo, que teve um crescimento próximo à localidade até com abertura de ruas, o que caracteriza ocupação, o que não houve nas demais. Afirma que a proposta prevê um novo perímetro para Rio Novo.

Prof. Samuel afirma que em Barra Clara não haverá mudança no perímetro urbano atual porque não houve crescimento. Em Garcia, cujo perímetro é basicamente o rio e área de APP,



há a ideia de reconhecer Coqueiros como novo perímetro, já que possui entre 40 e 50 famílias, e a expansão do perímetro urbano de Garcia ser para a área com menores riscos e onde já existem equipamentos.

Prof. Samuel passa então para o mapa de risco do Centro para exemplificar a quantidade de trechos dentro do perímetro que têm risco para ocupação ou são áreas de APP. Explica sobre o mapa de movimento de massa e de inundação, que pega uma área grande do perímetro urbano no Centro. Mostra que há uma área em que há uma pequena área possível de expansão com risco pequeno de inundação, mas sem risco de deslizamento, e que nessa área é possível o Plano Diretor criar diretrizes para ocupação para evitar problemas. Afirma que o risco da inundação é de perdas patrimoniais, diferente dos deslizamentos que podem ocasionar risco de vida.

Prof. Samuel mostra o custo de urbanização e como inviabiliza grandes expansões urbanas para a prefeitura. Afirma que cada hectare de urbanização custa quase 900.000 reais, e que não adianta fazer um perímetro urbano muito grande pois depois é a Prefeitura que tem que “pagar a conta”, que é a sociedade, caso a iniciativa privada não pague.

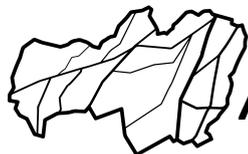
Prof. Samuel mostra algumas diretrizes propostas para o Centro como a Linha dos Chaves incorporando o corredor verde, o rio. Mostra o mapa do Centro e afirma que quando houver a pavimentação para Major Gercino a tendência é que tenha um fluxo de passagem mais intenso. Afirma que ter moradias próximas a rodovias gera riscos para a população e que devem ser incorporadas diretrizes de sistema viário complementares à rodovia. Mostra que a área mais agradável do Centro é a área da praça, que deve ser reproduzida ao longo de outros trechos.

Prof. Samuel mostra o mapa com as linhas do perímetros urbanos que deverão ser ajustadas.

Prof. Samuel mostra, em Garcia, o mapa de Coqueiros, e a expansão que houve em 2007 a 2021, sendo que não houve crescimento em Garcia. Afirma que em Coqueiros tem características de área urbana consolidada e que a Prefeitura pode começar a arrecadar IPTU, já que os lotes têm pavimentação e iluminação pública. Afirma que não precisa ser um “super” IPTU, mas alguma contribuição para que a Prefeitura possa ter mais arrecadação.

Prof. Samuel apresenta a área de expansão sugerida para o Garcia, próxima à centralidade atual, onde fica a igreja, a escola e o posto de saúde. Samuel afirma que em Barra Clara e no Centro as pessoas aceitaram bem as propostas.

Prof. Samuel passa então para o mapa de Rio Novo, comparando 2011 com 2022, mostrando a quantidade de novas construções nesse período, com novas casas e novas aberturas de vias. Afirma que as diretrizes são para reconhecer essas mudanças e conseguir qualificar o local.



Mostra também o mapa de movimento de massa e de inundação, afirmando que pela topografia e pela ausência de risco, a área é boa para ocupação.

Sr. Adnei Boaventura afirma que o ruim é que é muito extremo, tanto Rio Novo quanto Centro.

Prof. Samuel questiona ao Sr. Porto e à Sra. Tatiane se estão acompanhando e se estão de acordo com o que foi apresentado até o momento. Ambos concordam.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes

Prof. Samuel inicia o debate sobre a regularização fundiária. Explica o que isso significa e exemplifica as situações que estão acontecendo no perímetro de Angelina. Afirma que tem algumas situações problemáticas como ocupações em áreas rurais, que custam para a urbanização. Explica que foi necessário separar as tipologias regularizáveis e as não regularizáveis e mostra as condições para cada uma delas. Mostra a região de Coqueiros, que está fora do perímetro urbano atual e com características urbanas informais.

Sr. Adnei questionou sobre a existência das madeiras que estão no Coqueiros, e se elas seriam englobadas na nova área urbana.

Prof. Samuel responde que esta será uma questão a ser debatida nas delimitações da área urbana e dos tipos de uso do solo que serão permitidas na região.

Sr. Adnei afirma que hoje estando na área rural estão corretas, mas questiona o que ocorrerá caso sejam transformadas em área urbana.

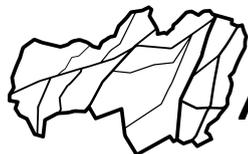
Prof. Samuel afirma que pode ser uma questão de ajuste da linha do perímetro urbano, que ali tem uma característica muito forte de moradias. Afirma que o problema seria afirmar que por conta dessa madeira, toda área urbana pudesse ter madeira, o que entraria em conflito com barulho e fluxo de caminhão

Sr. Adnei fala que a madeira existe muito antes das casas, que pelas fotos de 2006 as madeiras já estavam ali, e que seria importante que permanecesse e reconhecesse o seu uso.

Prof. Samuel afirma que pela característica das localizações ela não está no “miolo” da área. Prof. Samuel diz que isso será um debate importante para a região.

Sr. Adnei afirma que existe uma escola no local, que está fechada, mas que poderia ser reativada, nem que para outro uso, já que tem até uma academia.

Prof. Samuel mostra então a Linha do Chaves, e explica a situação que estava em processo errôneo de regularização, que deram entrada no processo mas o cartório não reconheceu.



Afirma que, nesse caso, entrará dentro do novo perímetro urbano e que as pessoas poderão regularizar por desmembramento.

Sr. Adnei pergunta até onde seria a área urbana do Chaves.

Prof. Samuel explica que isso ainda não está demarcado. E mostra a área possível da região do Centro, demonstrando que primeiro quer aprovar com a população nas oficinas a viabilidade dessas áreas, e que isso será demarcado na próxima etapa, pois deverá levar em consideração limites, áreas de risco, entre outros aspectos.

Sr. Adnei fala que essas foram questões que apareceram depois das Oficinas.

Prof. Samuel explica que justamente não se limita essa área nesse momento para não entrar nas discussões pessoais dos lotes.

Prof. Samuel mostra os lotes da situação do Centro, que em alguns casos não tem porquê não regularizar.

Sr. Adnei fala sobre o caso de uma moradora que quer saber se será possível regularizar o lote dela, que possivelmente seria resolvido com o perímetro urbano.

Prof. Samuel explica que essa área já está admitida e que ela pode legalizar por desmembramento, seguindo o mínimo exigido para lotes urbanos.

Sr. Dauri fala sobre o lote mínimo padrão para a cidade de Angelina que foi proposto com 360 metros quadrados e que era maior em relação à praça, de 450.

Prof. Samuel afirma que se for exigido um lote muito grande as pessoas não vão ter direito para comprar.

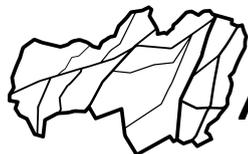
Sra. Tatiane fala sobre o pessoal de outras cidades que está interessado em comprar lotes para construírem, e que querem lotes pequenos porque não querem construir para plantar, querem só fazer um sítio.

Sr. Adnei questiona como isso fica no Plano Diretor atual.

Prof. Samuel fala que nesse momento isso é um tipo de ilegalidade, que tem que seguir o módulo rural.

Sr. Dauri comenta que o lote rural era de 3 hectares, por solicitação da população, já passou para 2 hectares e que agora tem a solicitação para ser de 1.

Prof. Samuel o caso da Quarta Linha e comenta que a região não constitui núcleo urbano informal, que tem claramente características rurais, com poucas casas, sem pavimentação, mas que existe a possibilidade de condomínio rural.



Sra. Tatiane pergunta onde fica a Quarta Linha

Adnei explica onde ela fica e que a Primeira e a Segunda Linhas pertencem a Águas Mornas enquanto a Terceira e a Quarta pertencem a Angelina.

Prof. Samuel afirma que alguns desses terrenos não estão nem em Angelina, que alguns lotes são maiores até que o módulo fiscal e que alguns são lotes encravados que não tem acesso por vias públicas, o que vai contra a lei federal.

Sra. Tatiane explica que essa situação dificulta o acesso e a venda do lote.

Prof. Samuel fala que essa região não caracteriza a necessidade de urbanização da região, mas sim o caso de uma possível área de condomínio rural, que deveria ser deixado claro que é uma situação em Angelina para as pessoas não comprarem.

Sr. Dauri comenta que na barragem há uma situação parecida, com calçamento, que foi feita com perspectiva de condomínio rural.

Sr. Samuel fala da área do Garcia, que há pequenos núcleos de moradia familiar, que essa é uma lógica da cidade de Angelina, mas que nessa região específica há uma clara característica de loteamento, sendo que a maioria está desocupada, e que o Plano Diretor não pode aprovar esse tipo de situação. Prof. Samuel mostra outras regiões que têm a mesma configuração, e que explica porque Angelina não teria como arcar com custos desse tipo de ocupação.

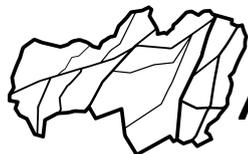
Sr. Dauri pergunta se essa situação está na margem da SC.

Prof. Samuel afirma que sim, que tem essa característica de ser um eixo de conexão entre o Centro e o Garcia. Prof. Samuel afirma que é uma situação da pessoa ter um lote maior e querer lucrar com a situação, que é uma lógica diferente do que ocorre em Coqueiros, que existe uma ocupação consolidada. Afirma que nesse caso a pessoa que faz o loteamento não se compromete a colocar infraestrutura.

Prof. Samuel mostra as áreas especiais de interesse social que estão demarcadas no Plano Diretor atual, que são três áreas na área urbana central.

Sra. Tatiane afirma que iriam ter algumas do que eles chamam “casinhas”, e que a Prefeitura iria disponibilizar a área.

Prof. Samuel explica que Angelina teve aplicação do PNHR, que são casas na área rural, mas que as áreas delimitadas para interesse social ainda não foram ocupadas. Afirma que não há a necessidade das áreas serem apenas no Centro, mas que fossem de acordo com a necessidade.



Sra. Tatiane fala que na verdade as pessoas precisam da terra perto de onde já têm uma profissão e que também precisam de transporte público. Afirma que em Rio Novo não aconteceria se a pessoa tivesse uma casa no Centro e trabalhasse em outra localidade.

Prof. Samuel fala que a sugestão então é que se mantenham essas áreas já existentes, pois são bem localizadas e suficientes. E que o que a Equipe da UFSC sugere é que nos novos loteamentos sejam reservados 5% do total para demarcação de novas AEIS com critérios de localização definidos pela Prefeitura. Afirma também que as áreas demarcadas para AEIS no Plano Diretor vigente são áreas particulares e que a Prefeitura precisaria gastar com desapropriação para utilizá-las. Prof. Samuel afirma que os loteamentos já são obrigados a cederem área para área verde de lazer e equipamentos de saúde e educação.

Sra. Tatiane afirma que lotes rurais também precisam deixar área de reserva.

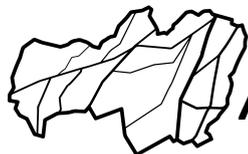
Prof. Samuel afirma que tem a ver com as áreas de reserva ambiental.

Sr. Porto questiona se essa reserva não entra.

Prof. Samuel responde que não, que tem a ver apenas com lotes rurais. Inicia a discussão sobre o quinto tema que são os condomínios rurais. Prof. Samuel mostra o mapa do estado de São Paulo com a demarcação de todos os municípios que estabeleceram uma legislação específica para condomínios rurais. E fala que é importante que essas áreas sejam bem planejadas, para que se ocupe com os condomínios as áreas que não tem boa aptidão para cultivo, por exemplo, ou para que o preço da terra não cause a expulsão dos moradores que usam a terra para cultivo atualmente.

Prof. Samuel mostra várias legislações específicas de condomínios rurais, de municípios como; Francisco Beltrão, Biguaçu, Araraquara, Urubici, Canelinha entre outros. Fala sobre o caso de Rancho Queimado que não apenas criou a legislação como criou incentivos fiscais para condomínios rurais. Afirma que não tem porque o município tirar recursos na forma de incentivo fiscal para favorecer condomínios rurais, que normalmente tem os proprietários com maior poder aquisitivo. Apresenta a sugestão dos critérios que devem ser propostos no Plano Diretor, como áreas de baixa aptidão agrícola, com certa proximidade das áreas urbanas, próximo a vias estruturantes, sem condicionantes ambientais, com um número limitado de unidades habitacionais, com uma fração ideal relativamente grande e que dê contrapartidas para o município. Mostra ainda o estudo realizado que identifica as áreas que tenham essas condições e mais condições topográficas adequadas, assim como a possibilidade de criar uma macrozona específica para os condomínios rurais e que os mesmos devem se responsabilizar por serviços básicos.

Prof. Samuel apresenta então o mapa da possível localização desses condomínios rurais, e que a sugestão é de uma área próxima ao Centro, a Quarta Linha e no Betânia. Com um raio



de 1km das vias estruturantes. E fala sobre as sugestões que vieram na oficina do Alto Garcia de aumentar a área também para aquela localidade.

Sr. Adnei pergunta se então haverá uma orientação para que se construa um condomínio rural. E fala da região da barragem de Garcia ter necessidade de ter condomínio rural. E pergunta se poderá ser feito em outros lugares para além dos que forem demarcados, dando exemplos de outras áreas do município. Pergunta se poderão construir condomínios ao longo da rodovia caso saia a pavimentação.

Prof. Samuel explica que isso estará escrito no Plano Diretor, e que haverá um mapa identificando quais as áreas passíveis de implementação de condomínio rural. Afirma que um dos critérios utilizados é a proximidade com centralidades estruturadas, sobretudo no Centro principal, e que não tenham restrições ambientais tão representativas, como é o caso do Garcia e do Rio Engano, que estão em áreas de alto risco.

Sr. Adnei pergunta quem irá dizer não para eles.

Prof. Samuel responde que é a Prefeitura na consulta de viabilidade.

Sra. Mariana Panzera responde que nenhum processo que tenha entrado com pedido de aprovação de loteamento urbano em área rural é possível segundo a lei atual.

Sr. Adnei afirma que no Plano Diretor atual não existe lei para condomínio rural e que agora vamos passar a ter, e que a lei que vai passar a existir sugere que seja nas áreas demarcadas.

Prof. Samuel responde que o Plano Diretor não vai sugerir e sim vai delimitar onde pode e onde não poderá.

Sr. Adnei questiona se morar em outra localidade que não nas delimitadas, se irá poder ter condomínio.

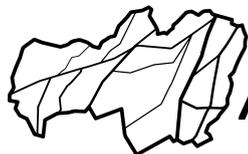
Prof. Samuel responde que não pode.

Sr. Dauri responde que dependerá de algumas características.

Sr. Adnei afirma que vai depender de quem vai estar no poder.

Sr. Dauri explica que essa é a força do Conselho, para fazer com que o que for estabelecido seja uma rotina.

Sr. Adnei pede então para que isso seja bem amarrado no Plano Diretor para quem vai estar nas administrações, os efetivos, para que barrem ou não o que vai aparecer. Sr. Adnei afirma que houve comentários questionando se posso fazer em um lugar, qual a razão de não poder fazer em outro. Sr. Adnei respondeu que tem todas as questões técnicas envolvidas.



Prof. Samuel explica que sim, isso deverá ser feito e que é essa a função do Plano Diretor, que essa é a ideia de planejamento, que são 9 critérios diferentes para a localização de condomínios rurais.

Sr. Adnei faz mais uma questão, sobre como fazer com lotes que iniciam no perímetro urbano e se estendem para o rural.

Prof. Samuel explica que o ideal seria trabalhar com o desmembramento dessas matrículas que são uma parte urbana e outra rural. Explica que se a área rural está demarcada para condomínio poderia fazer, caso contrário, não. Fala que a preocupação é com aquilo que tiver maior ou menor impacto para a coletividade, compatibilizando interesses sociais com interesses coletivos.

Sr. Adnei pergunta então se o proprietário quer construir e a Prefeitura aprovar isso seria possível.

Prof. Samuel afirma que é assim que funciona o Plano Diretor.

Sr. Adnei afirma que hoje o Conselho tem uma gestão, mas que amanhã já pode ser outra, e que nem todos pensam igual, que às vezes o poder aquisitivo fala mais alto.

Sra. Mariana fala que essa é a política em geral.

Prof. Samuel fala que o Plano Diretor está sujeito a isso.

Sr. Dauri fala que se tiver na lei, ele não vai poder intervir.

Sra Mariana afirma que muitas vezes o Ministério Público contesta.

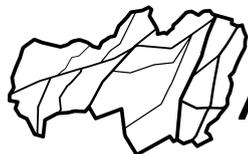
Prof. Samuel afirma que muitas pessoas fazem fora da lei, e que o Plano está tentando criar como fazer dentro da lei e com critérios técnicos.

Sr. Adnei pede mais uma vez para que isso fique bem escrito na lei. Afirma que hoje o Conselho é atuante e a Prefeita é correta, mas que não sabe como será posteriormente com quem vai assumir as próximas administrações.

Prof. Samuel fala que por isso se lamenta um pouco sobre a reunião não estar cheia. E que por conta de ter um Conselho atuante, o ideal seria criar uma cultura de planejamento.

Sr. Adnei afirma que o documento também é importante.

Prof. Samuel afirma que se o Conselho não tiver atuante, se a Câmara não tiver atuante e a população não defender, não vai ser difícil alterar isso.



Sr. Dauri afirma que na próxima assembleia, a sra. Tatiane seria uma boa candidata ao Conselho.

Sr. Adnei pergunta ao prof. Samuel se entendeu o que disse.

Prof. Samuel afirma que é a realidade de todos os municípios.

Sr. Dauri comenta que uma das coisas que pode acontecer é em relação à barragem.

Sr. Adnei afirma que ali já é muito ampla essa situação.

Prof. Samuel fala que é uma área de muita restrição ambiental. Afirma que haverá um estudo mais detalhado sobre isso.

Sr. Dauri fala que alguns conselheiros vão fazer aprovar.

Sr. Adnei afirma que o caso do condomínio da barragem segue os critérios.

Prof. Samuel fala que o caso da barragem caracteriza um loteamento irregular.

Sra. Mariana fala que esses são lotes de dimensionamento urbano.

Sr. Valter afirma que tem que ver as dimensões.

Sr. Adnei concorda, mas afirma que tem que estar “amarrado” que condomínio rural tem que ter lote grande. E quando daqui a dois três anos quando o sr. Valter estiver sozinho e abrir o Plano Diretor, consiga a informação.

Prof. Samuel afirma que isso vai acontecer.

Sr. Valter afirma que no caso especificado da barragem o condomínio tem características urbanas mas está em lote rural.

Sr. Adnei pergunta então se é possível modificar o projeto.

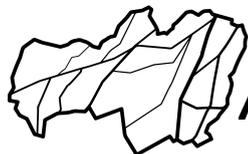
Prof. Samuel afirma que sim.

Sr. Valter afirma que o problema é se ele já vendeu.

Sra. Mariana afirma que nesse caso é crime contra administração pública.

Sr. Valter afirma que nesse caso a pessoa não aparece na Prefeitura para apresentar os projetos.

Prof. Samuel fala que se tiver a legislação clara, é possível evitar que as pessoas façam dentro da lei.



Sr. Adnei afirma que quer que o Plano Diretor e as discussões sejam subsídios para usar no dia a dia, que sabe como é enfrentar advogado.

Prof. Samuel afirma que o Plano Diretor vai dar esse suporte para o sr. Walter. E que outra coisa é sobre as possíveis alterações do PD, que podem acontecer depois, e que por isso gostaria que o Conselho estivesse atuante. Afirma que é por isso que é importante a população conhecer e defender o Plano Diretor e fala da situação de alterações do Plano Diretor de Florianópolis de 1997, que sofreu mais de 200 alterações de zoneamento, quase todas liberando potencial construtivo.

Sra. Tatiane fala da importância da participação dos vereadores, e que não sabe como é em Florianópolis. Afirma que falta orientação aos vereadores de Angelina.

Sr. Dauri fala que estão elegendo mal.

Sr. Adnei concorda e endossa a fala.

Sr. Porto pergunta se no caso das construções nas margens da barragem seguem as mesmas dimensões das margens exigidas para os rios.

Prof. Samuel pergunta ao Sr. Marcio se são as mesmas condições nas construções de barragens.

Sr. Marcio fala que as barragens devem apresentar um projeto para o estado ou para a União falando quais são as áreas que irá preservar, e que a equipe não teve acesso a esses documentos.

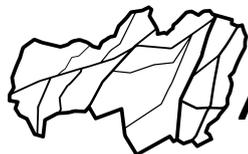
Prof. Samuel afirma que é uma das dificuldades, que toda PCH teria que disponibilizar esses planos.

Sr. Porto fala que pelo rio que passa ali teria que deixar 30 metros e pergunta se na lagoa da barragem é a mesma dimensão de 30 metros.

Sr. Márcio explica sobre a restrição ser diferente das áreas de barragem, por não ser um curso natural de água, que dependendo do tamanho às vezes deixa de ter restrição. Afirma que apesar da preservação não precisar ser feita no local, a empresa deve indicar onde será feita a área de preservação, que pode ser ou não na margem.

Prof. Samuel explica que há a lógica da largura dos rios para a largura da faixa de preservação, que está no Código Florestal.

Prof Samuel retoma a apresentação com o mapa de aptidão agrícola, que servirá também para a demarcação das áreas de condomínio rural. E apresenta outros usos que já são



permitidos e incentivados nas áreas rurais, falando que Angelina tem um potencial paisagístico forte e que o Plano Diretor não deverá impedir esses usos.

Sr. Porto fala sobre a distância da área urbana e rural para condomínios, e fala sobre a proximidade de Leoberto Leal para Rio Novo, e que talvez, os condomínios rurais façam sentido aqui por conta disso.

Sr. Dauri questiona sra. Tatiane sobre quantos quilômetros dá de Rio Novo a Leoberto Leal.

Sra. Tatiane fala que da casa dela não dá nem 8 quilômetros, cerca de 10 min de carro a Leoberto Leal.

Prof. Samuel fala então do meio ambiente e áreas verdes. Mencionando as áreas verdes e a ocupação, mostrando que a Lei Federal 14.284/2021 prevê a flexibilização das APPs mediante algumas condições, sendo elas: estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo Plano Diretor, dispor de sistema viário implantado, estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificadas, apresentar uso predominantemente urbano, e dispor de no mínimo dois serviços de infraestrutura urbana. Prof. Samuel afirma que a lei prevê que ocupações devem estar em áreas urbanas consolidadas para possível legalização de áreas ocupadas em áreas verdes, apresentando as condicionantes para aprovação. Menciona também a obrigatoriedade de um estudo de impacto ambiental para esses casos, e que o diagnóstico ambiental pode até aumentar as exigências quanto às APPs.

Sr. Porto pergunta o que acontece se alguém constrói casa e o leito do rio muda e depois de alguns anos a prefeitura vier questionar.

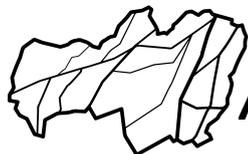
Sr. Marcio comenta que ele estava dentro da lei quando construída, então está legalizado. Mas que não pode ampliar a casa em direção a área de distanciamento do rio.

Sr. Dauri pergunta se é porque é uma área consolidada.

Sr. Marcio responde que não é por ser consolidada, mas por ser um direito adquirido.

Prof. Samuel afirma que a área demarcada de APP é de acordo com o período da aprovação, que daqui a dez anos quando for alterado novamente o Plano Diretor será verificado que a APP aumentou, por exemplo. Afirma que a pessoa que quiser construir deverá considerar essa nova APP, mas a pessoa que já construiu está de acordo com a lei anterior.

Prof. Samuel apresenta então as possíveis áreas do centro que podem ser mapeadas como áreas urbanas consolidadas para legalização. Fala que o último aspecto das áreas verdes são as grandes áreas de proteção e de lazer. Apresenta o mapa das APPs do município de Angelina, que tem uma função ambiental e proteção das nascentes e mananciais. Expõe que a



equipe da UFSC acredita que é necessário que existam outros tipos de áreas verdes, como o uso de lazer e também de proteção dos leitos de rio.

Prof. Samuel apresenta então, primeiramente, a área do Centro, na Linha do Chaves, que tem um curso d'água próximo, com a proposta de um parque linear seguindo o curso do rio. Afirma que se todo loteamento que é obrigado a ceder parte da área para lazer, poderia ceder a área de APP para criar uma estrutura. A segunda área apresentada é do Garcia, e mostra que é a mesma situação, de englobar o rio na área de expansão propondo uma área de lazer na região. Explica que pode ser uma área de integração e que a Prefeitura pode sugerir ao loteador qual a área que deseja como doação, que seria a destinada ao parque já identificada no Plano Diretor.

Prof. Samuel mostra então a proposta da área de Barra Clara, comentando sobre a situação que foi discutida na Oficina da Área Territorial de Barra Clara, sobre a possibilidade de uma nova escola na região e não mais distante. Fala sobre a situação da escola que pegou fogo em Barra Clara, e que a Prefeitura está discutindo uma nova localização, que seria no rio Belém, cerca de 1 km para baixo de Barra Clara. Afirma que a escola que for construída ficará disponível por 30 a 50 anos, e que dependendo da localização pode criar uma dinâmica negativa para a localidade.

Sra. Tatiane fala que Barra Clara tem essa característica de centralidade, que nas festas é ocupada a igreja ou o ginásio.

Sr. Adnei fala que dependendo da localização poderia haver crescimento próximo à nova escola.

Prof. Samuel fala que não teria dinâmica suficiente para dois núcleos. Afirma que essa é uma discussão importante, e que a família Goedert sabe que é importante manter a escola na comunidade por conta da dinâmica da localidade, e por isso propuseram a doação de um terreno para a nova escola.

Sr. Adnei fala da discussão na prefeitura que houvesse a escola primária no Rio Novo.

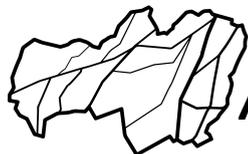
Sr. Dauri fala que teve essa discussão mas não passou no Conselho.

Prof. Samuel afirma que dependendo da dinâmica de Rio Novo e Barra Clara talvez até tenha condições para isso.

Sr. Adnei fala que tem localidades que para chegar em Barra Clara já são distantes.

Prof. Samuel pergunta se as pessoas viram quantas comunidades Barra Clara atende.

Sr. Adnei afirma que lá é um centro.



Sra. Tatiane fala sobre os horários do transporte escolar, que por ser o mesmo, não daria certo para abarcar todas as localidades em uma escola distante.

Sr. Adnei afirma que os grandes detentores de terra se dispuseram a conversar.

Sr. Dauri afirma que se construir para lá, a cidade vai construir para lá.

Prof. Samuel fala que é importante centralizar para ter comércio nas regiões.

Prof. Samuel fala então da área da Barragem do Garcia, tema recorrente nas oficinas, e da possibilidade de desenvolvimento para área de lazer nessa região, especialmente porque essas áreas não são ocupáveis de qualquer maneira.

Sr. Adnei sinaliza que em uma dessas áreas já está sendo loteada.

Prof. Samuel fala que esta não será necessariamente a área demarcada, que a análise será aprofundada nas próximas etapas, que será vista a questão das áreas de risco. Explica que pela paisagem os recursos já estão dados para futuras áreas de lazer, que deve compatibilizar interesses.

Sra. Tatiane falou que está cheio de capivaras.

Sr. Adnei afirmou que uma moradora sofreu um acidente atropelando uma capivara.

Encerramento

Prof. Samuel fala que esses são os conjuntos de estratégias pensadas para o Plano Diretor e pergunta se essas questões dão conta das principais demandas do município.

Sr. Porto fala que achou interessante e bem explicado, mas que há dúvidas também em alguns aspectos. Pergunta se poderá ter vários condomínios próximos.

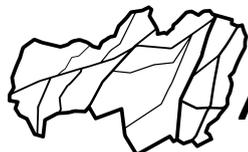
Prof. Samuel responde que sim, e que é até interessante que eles se concentrem.

Sr. Porto pergunta sobre essa questão da doação dos 5% de área, se poderá ser em lugar diferente do loteamento.

Prof. Samuel responde que o Plano Diretor deverá responder a isso, e que não pode acontecer essa doação em uma área que não tenha o interesse ao município. Afirma que o Plano Diretor sempre tenta achar um equilíbrio entre os interesses público e pessoal.

Sr. Porto pergunta então sobre as áreas de risco da Linha do Chaves, se é descartado tentar construir algo.

Prof. Samuel responde que a Linha do Chaves tem uma área mais plana e uma outra área que “estrangula” entre morros.



Sr. Adnei fala que continua igual a margem do rio, segundo o Código Florestal.

Sr. Porto fala que seria ótimo para os moradores da região.

Prof. Samuel fala que não encontraram nenhuma resistência ainda nessa proposta.

Prof. Samuel questiona a moradora Tatiane de Rio Novo se está tudo certo. E ela concorda.

Prof. Samuel apresenta então o formulário que está aberto para contribuições, e que eles podem pensar ainda e debater com demais pessoas e moradores do Rio Novo para depois preencher com opiniões e sugestões.

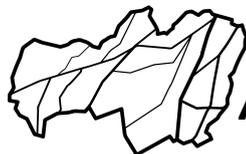
Todos fazem comentários gerais sobre compra de lotes sem acesso por via pública, que não poderiam ser vendidos. Samuel convida todos para uma foto final e encerra a reunião às 20:50.

7.4.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Rio Novo

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Adnei Boaventura	Centro	Prefeitura
2	Tatiane B. Hang	Rio Veado	Moradora
3	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
4	Paloma Hang	-	-
5	Marceli Porto	Linha Chaves	
6	Walter Souza R. Junior	Centro	CDTA

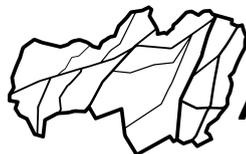
Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Rio Novo

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Juliana de Godoy	Redação da Ata
3	Mariana Panzera	Apoio
4	Marcio de França Santos	Apoio
5	Nathália Sander	Apoio



7.4.2. Fotos da 2ª Oficina Territorial de Rio Novo





7.5. Ata da 2ª Oficina Territorial do Garcia

Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a quinta, na **Área Territorial Do Garcia** A Oficina Territorial ocorreu no dia 17 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro de Garcia. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

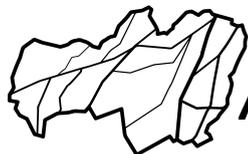
Gravação da Oficina: <https://youtu.be/72NO0C3wAfo>

Redação da Ata: Nathália Sander e Isamara de Souza - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nathália Sander e Isamara de Souza - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

Sr. Michael Soares, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Angelina(SC), inicia a Oficina Territorial às 18h53min cumprimentando e agradecendo a presença de todos nesta Oficina Territorial. Aponta que o Plano Diretor Participativo é um trabalho burocrático, um processo longo e que é importante que a população esteja presente na oficina para



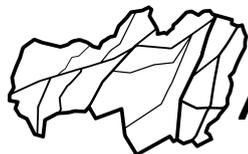
verificar as respostas dadas às questões levantadas na Primeira Rodada das Oficinas Territoriais. O secretário cumprimenta o vereador Francisco Dias e fala da importância dos representantes da Câmara de Vereadores participarem efetivamente desse processo, passa a palavra para o professor Samuel Steiner, coordenador do Laboratório de Urbanismo e da Equipe Técnica da UFSC.

Prof. Samuel Steiner inicia sua fala cumprimentando todos os presentes e agradece a presença e disponibilidade de todos. Esclarece que agora é o momento de apresentar uma resposta às questões levantadas na Leitura Técnica e Comunitária, que já estão concluídas. Samuel, enfatiza que o objetivo desta Oficina Territorial, é promover um diálogo aberto entre as propostas a serem apresentadas e a população local, visando alinhar de forma colaborativa as melhores soluções para o Plano Diretor Participativo de Angelina. Samuel esclarece que nem todas as demandas individuais poderão ser plenamente atendidas pelo Plano Diretor e destaca que esta é a quinta e última sessão da Segunda rodada de Oficinas Territoriais. Menciona que está sendo feita a gravação desta reunião e a documentação em ata, e essa documentação é disponibilizada inclusive para verificar as demandas a serem apresentadas pela população, para depois apresentar uma resposta para as questões a serem levantadas.

Samuel explica que a Oficina Territorial será dividida em dois blocos de discussão, e que o objetivo é a apresentação das diretrizes e eixos estratégicos da revisão do Plano Diretor Participativo. Comunica que este material apresentado será distribuído posteriormente para todos. Samuel apresenta o pacto de convivência da Oficina Territorial e o cronograma geral do Plano Diretor Participativo até sua entrega do Projeto de Lei, mostrando em qual etapa o plano está nesse momento.

O vereador Francisco Dias se pronunciou solicitando que esse projeto de Lei chegue na Câmara dos Vereadores bem escrito para que não tenha dificuldades no processo de aprovação. Samuel concorda e fala sobre a possibilidade de realizar essa mesma apresentação e debate da Oficina Territorial, expondo os eixos e diretrizes, para a Câmara de Vereadores de Angelina. O vereador Francisco Dias destaca a importância de os vereadores acompanharem de forma mais ativa o processo do Plano Diretor. Samuel concorda com a observação e menciona que será discutida a possibilidade de apresentação na Câmara de Vereadores.

Prof. Samuel apresenta as atividades participativas que já aconteceram até esse momento do Plano Diretor. Demonstra também como foram sintetizados os dados dos aspectos positivos e negativos que vieram da Oficina Territorial do Garcia, realizada no dia 07/11/2022. Elucida sobre os três produtos que já estão disponíveis no site do projeto do Plano Diretor de Angelina (www.participaangelina.ufsc.br). Mostra o conjunto de elementos levantados no questionário online, nas Oficinas Territoriais, os desejos e a Leitura Técnica e explica como esses dados foram sintetizados em um mapa mental, agrupados pelos principais temas, que



são: uso e ocupação, ambiental, gestão pública, infraestrutura e economia. E esclarece que esses temas representam as principais questões a serem trabalhadas no Plano Diretor.

O Prof. Samuel explica então que, a partir dessas 17 questões, foram elaboradas fichas relacionadas às causas, objetivos e diretrizes para cada questão. A proposta da oficina é apresentar e discutir estas diretrizes elaboradas pela equipe técnica da Prefeitura e da UFSC. Esclarece como essas diretrizes foram agrupadas em seis temas gerais, que serão apresentados durante esta Oficina Territorial. Os temas são: as centralidades e a distribuição de equipamentos, o planejamento da expansão urbana, a regularização fundiária, o desenvolvimento rural, o meio ambiente e áreas verdes e por fim o zoneamento e parâmetros de uso e ocupação. Samuel complementa dizendo que este último tema será apresentado apenas na próxima etapa, a de apresentação da versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina.

O presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, Sr. Dauri Exterkoetter, expõe que já existem algumas sugestões do Conselho de Desenvolvimento Territorial sobre a redução do módulo fiscal e do lote mínimo vindos da área do Garcia. Samuel consente e afirma que o Plano Diretor Participativo deverá considerar essas alterações realizadas.

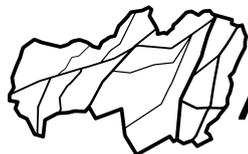
Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

O Prof. Samuel inicia o debate do Bloco 01 apresentando os princípios do Plano Diretor, explicando que o papel desses princípios nas legislações é de balizamento para as possíveis lacunas que o Plano Diretor deixará, principalmente para as futuras discussões do Conselho de Desenvolvimento Territorial. Os princípios apresentados e exemplificados são: permanência e qualificação da vida no campo, equidade territorial, equilíbrio socioambiental, racionalização e otimização dos custos de urbanização, função social da cidade e da propriedade e gestão democrática da cidade.

O Prof. Samuel alude sobre o segundo tema das centralidades e distribuição dos equipamentos, apresentando a representação da centralidade, com uma lógica de centros de cidadania.

O vereador Francisco Dias comenta que deveriam aumentar o perímetro urbano, menciona que o condomínio rural é algo bom. E afirma ser necessário aumentar o perímetro urbano do Garcia e do Rio Engano.

O Prof. Samuel continua a apresentação, elucidando o mapa municipal e os centros urbanos existentes e o estudo elaborado pela Equipe Técnica a partir da aplicação de raios de influência desses centros, com 3km e 5km para demonstrar a distribuição territorial desses centros em Angelina. Um participante interrompe afirmando que Rio Novo poderia ser um



distrito.

Samuel fala que essa é uma das propostas que serão apresentadas a seguir, a de fortalecer o papel do Rio Novo. Apresenta então a proposta de fortalecimento dos centros urbanos existentes, iniciando com a área Urbana do Centro, e os equipamentos existentes lá, destacando que é uma região bem abastecida de equipamentos urbanos. Mostra a região de Barra Clara e menciona a discussão ocorrida na Oficina Territorial dessa Área Territorial sobre a necessidade de uma nova escola de ensino fundamental na região. O Sr. Luiz C., do Rio Fortuna, afirma que a prefeitura de Angelina tem um terreno em Quebra Dente.

O Prof. Samuel apresenta então a área urbana do Garcia.

O Sr. Robson Francisco fala que a região de Barra Clara está mais desenvolvida que a região do Garcia. Samuel fala sobre a importância de desenvolvimento mais igualitário de todas essas áreas. E apresenta as sugestões de rotas para o transporte público e explica a lógica de desenvolvimento das mesmas.

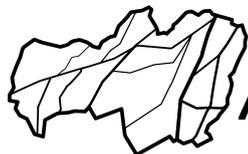
O vereador Francisco Dias comenta que é importante um transporte público que interligue as praças, ou seja as centralidades, existentes. Samuel endossa dizendo que assim será possível fortalecer o papel das centralidades.

O Sr. Luiz C. compartilha a informação de que Angelina já teve transporte público no passado, mas devido à falta de demanda suficiente, o serviço não foi mantido. Ele destaca a importância de pensar cuidadosamente na possibilidade de implementar um novo sistema de transporte público, a fim de garantir sua efetividade. Sr. Luiz C. sugere que seria mais vantajoso criar pontos de acesso em localidades estratégicas, como postos de gasolina, cartórios e outros equipamentos. Ele enfatiza que, no momento atual, o transporte público não é viável para o município de Angelina. Outros participantes concordam com essa perspectiva. O Sr. Luiz reforça sua opinião de que é mais benéfico priorizar o aumento do acesso às localidades em vez de implementar o transporte público.

Prof. Samuel concorda, clarificando que isso está de acordo com a proposta apresentada, mas que essa é uma sugestão de rota para quando for viável a implementação de um transporte público no município, articulando às estratégias de desenvolvimento territorial expressas no Plano Diretor.

Prof. Samuel inicia então a apresentação do terceiro tema: o planejamento da expansão urbana. Explica que Angelina não apresenta crescimento demográfico representativo, e que, nesse sentido, o Plano Diretor vai em direção de uma melhor análise dos perímetros urbanos existentes e do planejamento cuidadoso das possíveis áreas de expansão.

O Sr. Everton da Silva fala que é difícil de construir em Angelina e também aborda a questão



do aumento de sítios no município.

O Prof. Samuel exhibe as propostas gerais de expansão de planejamento urbano, sendo elas: 1) aumento de perímetro urbano no Garcia e no Centro; 2) a criação de uma nova área urbana no Rio Novo; 3) uma melhor delimitação da área urbana do centro. E inicia a apresentação de cada uma das áreas.

Samuel apresenta os mapas elaborados da progressão das ocupações na área central, além dos mapas dos riscos de movimento de massa e de inundação e apresenta a sugestão de ampliação da área em direção a Linha do Chaves.

O Sr. Dionísio A., morador do Garcia, relata que perdeu sua casa nos deslizamentos de Dezembro de 2022 e afirma que hoje não construiria sua residência nessas mesmas situações de riscos. O vereador Francisco Dias afirma que no Garcia há algumas áreas de risco, assim como na região do Rio Engano.

O Prof. Samuel apresenta as propostas de expansão da área central e os cálculos dos custos da urbanização dessas propostas. Também exemplifica as situações onde será necessária a adequação do perímetro urbano.

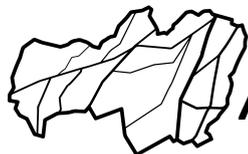
O Prof. Samuel apresenta e esclarece os mapas da área do Garcia, ilustrando a evolução das ocupações desde 2007 até 2021. Ele destaca o baixo crescimento populacional nessa região e as restrições ambientais significativas que a afetam. Em seguida, ele compartilha os mapas de ocupação da área de Coqueiros, assim como os mapas dos riscos de movimento de massa e de inundação, explicando as diretrizes para a escolha das áreas sugeridas para a expansão urbana.

O Sr. Roquilane F. Souza ressalta a dificuldade de acesso à área proposta para expansão do Garcia, uma vez que está localizada após o rio. Ele sugere que não seria viável a construção de uma nova ponte para solucionar essa questão.

O vereador Francisco Dias acrescenta que a área do Rio Engano foi a que mais cresceu, destacando sua propensão para a ocupação. O Sr. Everton da Silva complementa, concordando que o Rio Engano teve um crescimento significativo devido à sua natureza favorável para a ocupação.

A Sra. Renata de Melo, moradora do Garcia, argumenta que Coqueiros não deve ser considerada como área para expansão urbana, pois se trata apenas da regularização de uma área já ocupada. Ela afirma que na região de Coqueiros não há lotes disponíveis para venda, e sugere que seja demarcada uma nova área para a expansão no Garcia, para além daquela já apresentada pela equipe técnica.

O Sr. Luiz C. e Sra. Marilene Martins expressam sua opinião, concordando com Sra. Renata e



apoiando a posição de Renata em relação à regularização e expansão. Sra. Marilene ainda afirma que o Plano Diretor precisa identificar e designar mais áreas para essa região, levando em consideração o potencial de crescimento da cidade.

O Sr. Everton da Silva acrescenta que, se não houvesse restrições, o Garcia já teria experimentado um crescimento ainda maior.

Samuel reconhece a existência da demanda mencionada e destaca a importância de o Plano Diretor orientar essas ocupações.

O Sr. Azizo J. relata ter vendido 50 lotes nessa região e ter sido alvo de denúncias. A Sra. Renata de Melo comenta que, caso não tivesse ocorrido a denúncia, a área em questão já estaria consolidada como uma área urbana. Outro participante opina que deveriam permitir que os loteamentos acontecessem.

O Prof. Samuel responde afirmando que o papel da equipe técnica é alertar sobre os problemas decorrentes de loteamentos acontecendo de forma aleatória no município.

O Sr. Everton menciona que o ideal seria que a área proposta para expansão fosse em Coqueiros e em direção ao Rio Engano.

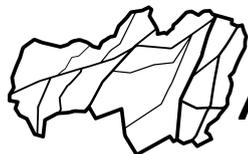
O Sr. Roquilane ressalta a necessidade de acesso à área proposta para expansão no Garcia, enfatizando a importância de levar em consideração os equipamentos existentes. Ele menciona que a área demarcada no mapa com o número 03 seria uma opção mais viável devido à proximidade com os equipamentos existentes e à infraestrutura de acesso e pavimentação já existente.

Samuel menciona que a área 03 foi discutida internamente pela equipe e que é possível fazer um estudo complementar sobre a possibilidade de sua inserção na expansão do perímetro urbano proposto..

O Sr. Roquilane F. Souza afirma que a Coqueiros ainda não está regularizada mas que seria ótimo para todos. E ressalta que a melhor área para expansão é a proposta número 03.

O Sr. Luiz afirma que a área 04, da proposta demarcada pela Equipe, é uma área para ocupação de migrantes e não da população local. Eger também aborda a questão dos interesses particulares de que a área seja loteada ou não. Outra participante concorda com essa fala e menciona que a região de Barra Clara teve esse problema porque os moradores locais não tem vontade de vender e lotear a região.

Sra. Renata fala que nas atuais áreas demarcadas como no perímetro urbano do Garcia os proprietários não têm interesse em parcelar o solo, fazendo com que a comunidade cresça de modo desordenado.



Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial, reforça as questões levantadas por Samuel sobre os custos da urbanização e também comenta da preocupação com a qualidade das infraestruturas existentes, como acesso a água e esgoto.

Samuel afirma que ficou claro para a equipe a necessidade de ver a possibilidade de expansão na área 03 e também estudar a possibilidade de uma área mais ao sul, na direção da área onde atualmente há solicitações de regularização fundiária em tramitação. E reforça que a Equipe técnica tem clareza que o perímetro urbano atual não é adequado e que a partir das contribuições da oficina serão realizados estudos complementares para o amadurecimento da proposta.

Sr. Luiz C. comenta que seria o caso de regularização a área do “Dias”, uma área que, segundo o mesmo, se encontra perto da serralheria.

O Prof. Samuel comenta sobre a área do Rio Engano estar no meio da área do Garcia e de Barra Clara, por se tratar de um local de passagem, onde as condições de relevo e acessibilidade dificultam a integração desta localidade como uma nova centralidade para o restante do território municipal. Por isso não indica que a delimitação de um perímetro urbano e possibilidade de expansão urbana não seja a situação mais adequada para a localidade, estabelecendo prioridades mais claras no fortalecimento das centralidades já existentes e da nova centralidade do Rio Novo, que apresentam forte nível de integração e proximidade com vários núcleos habitacionais e localidades distribuídas no território municipal. Samuel pergunta se a área quatro é adequada ou não.

A Sra. Marilene Martins questiona qual o tamanho dessa área.

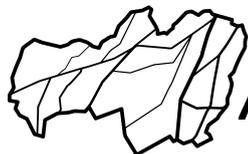
O Prof. Samuel responde que não há ainda cálculo definitivo, mas que a mancha apresentada possui cerca de 25 hectares.

A Sra. Marilene responde que não discorda da expansão para a área 4, mas que deve ser primeiro avaliado as questões que estão pendentes.

O Sr. Dionísio A. questiona sobre os parâmetros de lote, uso e ocupação do solo.

Prof. Samuel responde que essas questões todas serão respondidas na próxima etapa e estarão no Plano Diretor.

O Sr. Dauri complementa e afirma que a proposta que o Conselho de Desenvolvimento Territorial têm para a região de Garcia é de que o lote mínimo seja de 360m². O Sr. Dionísio afirma que fez essa pergunta pois há a possibilidade de lotear um terreno em Coqueiros. O Sr. Benjamin Cezar Hammes, morador do Rio Fortuna, ressalta a importância de tomar cuidado com as áreas de expansão localizadas em regiões de risco. O Sr. Luiz C. concorda e comenta sobre o risco de concentrar todas as ocupações apenas na rua principal.



O Prof. Samuel reconhece que essa é a importância da participação social, para ouvir o que a população está propondo.

A Sra. Renata de Melo relata que a área 04 está sim próxima aos equipamentos existentes, mas que Angelina é um município muito grande e que essa lógica de proximidade não cabe na cidade.

Samuel explica que justamente essa é a preocupação do planejamento, conseguir criar essa uma estratégia de ocupação que otimize o acesso aos serviços, equipamentos e infraestruturas existentes e que serão futuramente disponibilizadas.

A Sra. Renata fala como Garcia não teve expansão e que retrocedeu, comenta sobre a localização da escola e atendimento em termos de abrangência. Questiona também sobre o tamanho máximo do lote.

Samuel responde que a dimensão dos lotes não aparecerá hoje, mas na próxima etapa de apresentação da proposta inicial do Plano Diretor.

A Sra. Renata afirma que hoje no Garcia determinadas dimensões de lotes são inviáveis para a região.

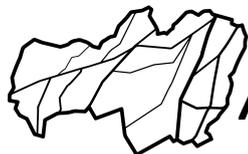
O vereador Francisco Dias ressalta que um loteamento em direção ao Sul trará benefícios também para os moradores que trabalham na praça, ou seja, no centro de Angelina. Outro participante menciona a maior disponibilidade de terra na região do Rio Engano. Samuel afirma que essa questão será avaliada pela Equipe Técnica, levando em consideração diversos aspectos como áreas de risco de movimento de massa, de inundação, localização, acessibilidade, integração com demais localidades, etc..

Em seguida, o vereador Francisco Dias comenta sobre o terreno de um dos participantes da oficina, apontando para o mesmo, expressando seu interesse em realizar um loteamento nessa área.

O Prof. Samuel explica que o Plano Diretor não pode ser orientado somente por interesses particulares, e que será realizado um estudo tanto no Rio Engano quanto na área mais ao sul, próxima do atual perímetro urbano do Garcia, como solicitado.

Samuel retoma a apresentação e mostra a área da Barra Clara, informando que não haverá alteração no perímetro urbano, mas que o plano diretor poderá incorporar diretrizes para a qualificação da centralidade atualmente representada pela localidade. Ele também apresenta os mapas da área de Rio Novo e sugere sua criação como uma nova área a ser considerada no plano.

O Sr. Roquilane F. Souza menciona que Michael informou sobre o custo estimado de R\$3



milhões para a construção de uma ponte, que foi proposta como uma possível opção de expansão para o Garcia. Ele reforça sua opinião de que essa área pode não ser a melhor solução, levando em consideração os custos envolvidos. O Sr. Roquilane também destaca os princípios do Plano Diretor Participativo, especificamente o item 01, que trata da permanência e qualificação da vida no campo. Ele sugere a possibilidade de introduzir um selo de produto colonial, com qualificação e inspeção municipal, como forma de incentivar e valorizar os produtos locais. Essa medida também poderia estimular a participação e envolvimento nas festas locais, destacando os produtos coloniais. O Sr. Roquilane acredita que o selo de produto colonial seria uma opção para valorizar a produção local.

O Prof. Samuel reconhece a boa ideia apresentada sobre a implementação do selo de produto colonial, embora ressalte que isso não esteja diretamente relacionado ao Plano Diretor. Ele indica que a ideia pode ser levada adiante e explorada em outras instâncias municipais.

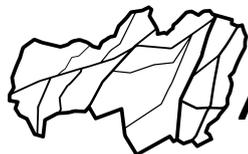
Sr. Luiz C. também menciona os princípios do Plano Diretor Participativo, em especial os itens 01 e 04. Ele comenta sobre as restrições atuais para construções próximas a rios e destaca os altos custos associados à ligação de energia elétrica. O Sr. Benjamin C. Hammes concorda com a queixa sobre as restrições e reclama da impossibilidade de emitir alvarás para ligação de energia devido às construções próximas aos rios. Luiz C., Eger e Benjamin reforçam a questão das limitações para construir casas próximas a rios, e Eger expressa preocupação com a degradação causada pelas usinas hidrelétricas.

Sr. Michael Soares responde às preocupações levantadas, mencionando que a prefeitura precisa implementar uma lei estadual de 2018, que exige projetos arquitetônicos e alvarás para a ligação de energia da Celesc, conforme requerimento do Ministério Público. Ele esclarece que essa responsabilidade recai sobre a Prefeitura. O Sr. Luiz C. questiona a possibilidade de um abaixo-assinado em todo o município, ao que Michael explica que, como se trata de uma lei federal, ele acredita que isso não traria mudanças significativas.

O Sr. Dauri Exterkoetter, sugere levar a questão para a associação de vários municípios da região, enquanto Michael destaca que pode ajudar na coleta de assinaturas, mas considera improvável que isso seja efetivo. Michael também menciona a exigência legal de manter uma distância mínima entre construções e rios, de acordo com a legislação federal.

Samuel explica sobre a questão da energia elétrica e as reivindicações do Ministério Público e sugere que a melhor abordagem para lidar com essa questão seja por meio de um encaminhamento e solicitação regional, abordando as especificidades da ocupação habitacional em áreas rurais e buscando uma articulação política mais ampla.

O Sr. Michael Soares explica que o objetivo dessa lei é frear as ocupações irregulares, mas reconhece que algumas comunidades rurais acabaram sendo prejudicadas por suas restrições.



Encerrando-se assim as discussões pertinentes ao Bloco 01.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes

O Prof. Samuel inicia o Bloco 02 de discussões e apresenta as tipologias principais de irregularidade em Angelina, ancorado na legislação vigente. Samuel apresenta um mapa de Coqueiros e apresenta as justificativas para enquadramento da área como área urbana.

O Prof. Samuel apresenta, nos slides subsequentes, os exemplos da Linha do Chaves e de outra área próxima do centro como positivos para serem englobados como áreas urbanas. Em sequência a Quarta Linha explicando que, por outro lado, não se coloca como uma área adequada para ser delimitada como área urbana.

O vereador Francisco Dias fala que na Quarta Linha tem áreas com 10 casas.

A Sra. Marilene Martins questiona sobre a diferença entre os investimentos que se aplicam a condomínios rurais e loteamentos e Samuel explica que isso será apresentado na sequência.

O Sr. Michael Soares comenta que as casas na área da Quarta Linha têm caráter rural.

A Sra. Marilene comenta que é preciso focar nos casos existentes, em relação a regularização fundiária.

O Prof. Samuel apresenta a área com loteamento previsto no Garcia e explica que se trata de uma situação problemática, no sentido de possivelmente fomentar a reprodução pulverizada de loteamentos irregulares pela cidade.

O vereador Francisco Dias fala que se fosse liberada, a área seria ocupada rapidamente (se refere ao caso do loteamento apresentado pelo Samuel).

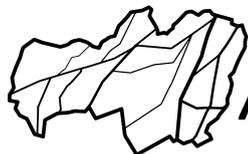
O Prof. Samuel reforça o argumento de que se trata de uma situação problemática.

O vereador Francisco Dias traz outro exemplo de área do Rio Engano, que está esperando para se expandir.

Sr. Eger comenta que permitir situações como essa, pode abrir precedente para novas situações como essa em outras áreas da cidade. Samuel concorda com a fala e complementa.

O vereador Francisco Dias comenta que se a legislação permitisse já poderia ter disponibilizado mais de 50 lotes na área do Garcia e que já teria vendido todos os lotes.

A Sra. Marilene Martins comenta sobre a importância da participação dos vereadores, complementa que o plano diretor é uma oportunidade de planejar a cidade. Acrescenta que a prefeitura precisa dar atenção a todos os casos de REURB e não apenas a alguns. O



Participante questiona, ainda, como se enquadram os condomínios rurais neste contexto. Prof. Samuel complementa afirmando que os critérios para implementação do condomínio serão apresentados no próximo tópico.

A Sra. Renata de Melo comenta que o ReUrb é inviável para algumas áreas, como as áreas rurais. Acrescenta que a comunidade está a favor de reconhecer a área do Coqueiros mas que é necessário também ampliar o perímetro urbano do Garcia

O Sr. Luiz C. comenta que é preciso regularizar a área apontada no Garcia, onde hoje já ocorre a tramitação de solicitações de REURB. Disse que é necessário dar atenção a esta área.

Samuel explica que não se pode reproduzir este tipo de situação, então é preciso ampliar o olhar em relação aos impactos potencialmente positivos e nocivos do REURB. Afirma que é um instrumento importante, mas que se for utilizado sem critérios poderá trazer impactos negativos para o município.

O Sr. Michael Soares comenta que já previa que essa área levantaria uma grande discussão. Ele reforça que se permitir que a regularização dessa área aconteça, isso pode acontecer em outras áreas pulverizadas e isso, a longo prazo, se torna problemático para a gestão pública municipal.

O Sr. Luiz C. comenta que é preciso não abrir precedente, mas que essa área precisa ser regularizada.

O Sr. Michael afirma que a ReUrb não se trata de um problema apenas do município de Angelina, também acrescenta que a questão da regularização fundiária foi apresentada e tratada de forma deturpada entre os munícipes.

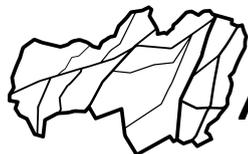
A Sra. Renata de Melo comenta sobre o anseio da comunidade para a ampliação da extensão do núcleo urbano para a regularização dessa área (dos loteamentos).

A Sra. Mariana, da equipe técnica da UFSC, esclarece que a ampliação do perímetro urbano em áreas que foram parceladas irregularmente por si só não vai garantir que a regularização dessa área aconteça, já que é uma área que está em processo judicial. A demarcação de perímetro urbano nessas áreas configura também uma espécie de benefício à irregularidade.

O Prof. Samuel reforça, mais uma vez, o argumento de não abrir precedente para a pulverização de loteamentos irregulares.

O vereador Francisco Dias comenta sobre os benefícios da regularização ao município.

Prof. Samuel comenta sobre a distância em relação ao centro. Prof. Samuel comenta que há uma dificuldade jurídica importante em viabilizar a regularização fundiária em áreas cujos



lotes estão majoritariamente desocupados, como é o caso desta área no Garcia.

Sra. Renata argumenta que não garante a regularização, mas que é necessário demarcar naquela área, pois acredita que é interessante para o município.

A Sra. Mariana comenta sobre a diferença entre as áreas de regularização e de expansão urbana, e aponta que esta área, que está sendo debatida em específico, não detém nenhuma característica de consolidação ou qualquer outro aspecto considerado tecnicamente como de interesse para expansão do município.

A Sra. Renata de Melo e Sr. Everton da Silva comentam sobre o anseio da comunidade em relação à expansão para as áreas do Rio Engano e Coqueiros.

O Prof. Samuel afirma que a equipe técnica da UFSC tem noção que se trata de uma área delicada e que será tratada como excepcionalidade. A Sra. Mariana complementa a fala do professor, explicando que não é possível fazer um novo projeto de loteamento a ser aprovado em uma área embargada, às questões precisam ser resolvidas em etapas.

O vereador Francisco Dias comenta sobre as barragens e o impacto desse tipo de intervenção no município.

A Sra. Marilene Martins comenta que acredita que o Ministério Público não queria deixar a área embargada para sempre e que vai encontrar uma solução.

A Arquiteta Mariana, da UFSC, diz que não sabe qual é a expectativa do Ministério Público para o problema, já que não é papel dele resolver um problema criado por um parcelamento irregular e sim do parcelador, em contraposição o papel do Plano Diretor é apontar quais são as áreas tecnicamente justificadas para eventuais áreas de expansão.

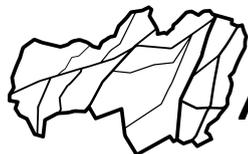
Sr. Michael Soares explica que é necessário a partir do município a regularização da área para depois ser levada ao Ministério Público.

A Sra. Marilene comenta que essa não é a hora de julgar, mas sim achar uma solução para a área.

O Prof. Samuel explica que pode acontecer a regularização mesmo sem a inclusão da área no plano, o que não é desejável é que essa área seja incluída como parte de uma solução de planejamento.

Marilene questiona porque é difícil regularizar áreas que estão sendo usadas para sobrevivência (moradia).

Samuel explica que este é o papel da Regularização Fundiária: reconhecer situações de irregularidade que não tragam prejuízo ambientais, urbanísticos, econômicos à coletividade e



que possam também garantir o direito à moradia, sobretudo para a população de mais baixa renda.

Um dos participantes comenta sobre a replicação de lotes em loteamentos que depois de loteados e ocupados apresentam problemas de falta de infraestrutura.

Samuel explica que precisamos criar situações favoráveis para os loteamentos.

A Sra. Marilene comenta sobre a importância da exigência de contrapartidas em relação a implantação de PCHS. Samuel concorda.

O Sr. Benjamin complementa que seria um ótimo cenário a implementação de infraestrutura urbana como contrapartida da implantação de PCHs.

O Prof. Samuel concorda e acrescenta que na atual estrutura de implantação de PCH's no Brasil, há pouca margem de influência dada aos municípios, que são responsáveis por gerenciar a maior parte dos impactos gerados pela inserção destes equipamentos no território.

O Sr. Luiz C. comenta sobre a importância da geração de energia limpa.

Samuel apresenta as AEIS existentes no centro e comenta que serão incorporadas pela nova proposta pois, diante da análise do município, se mostrou coerente. Acrescenta que a cada expansão urbana é prevista a doação de 5% para serem destinados à Habitação de Interesse Social.

Samuel dá continuidade e apresenta a problemática sobre condomínios rurais e inicia a apresentação exemplificado pelo caso de São Paulo. Acrescenta que os condomínios rurais criam a necessidade de articulação com centralidades. Além disso, comenta que os condomínios rurais também têm impacto na dinâmica econômica, sobre as áreas de cultivo etc

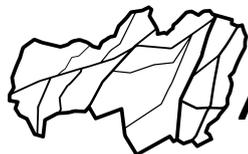
A Sra. Catarina F. Gelslechter comenta que o favorecimento de condomínios, barragens etc favorece pessoas ricas e prejudica os produtores.

A Sra. Marilene Martins questiona a implementação do incentivo fiscal em relação ao exemplo apresentado.

Samuel dá sequência a discussão apresentando as sugestões de critérios para a regulação dos condomínios rurais

A Sra. Marilene questiona se é possível implementar em uma localidade próxima o condomínio rural.

Samuel dá seguimento a apresentação dos critérios para implementação de condomínios



rurais.

O vereador Francisco Dias comenta que acha que o condomínio rural deveria ser de 10 hectares.

O Sr. Luiz C. comenta que acredita que o tamanho de Fração mínima de parcelamento do solo rural já foi reduzido para 2 hectares.

Samuel apresenta os tipos de solos em relação à propensão agrícola e, na sequência, mapas que ilustram os equipamentos, sistema viário e suscetibilidade à erosão para embasar a discussão em relação aos locais interessantes para se permitir a implementação de condomínios rurais.

O Sr. Roquilane F. Souza pergunta sobre onde seria possível implementar condomínio rural. Também dá exemplos de áreas propícias para a implementação de condomínios.

Michael comenta que os condomínios implementam padrões e normas internas.

O Sr. Azizo J., morador do Garcia, comenta que tem interesse em implementar o condomínio rural em seu lote.

O Sr. Luiz C. comenta que é preciso fazer crescer a cidade (aumentar o perímetro urbano). Outro participante comenta que enquanto o município não tiver "logística" não crescerá. E o Sr. Ricardo comentou que tem interesse em condomínios rurais em um terreno de sua propriedade.

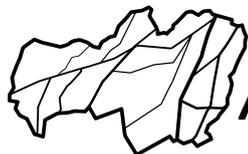
Sra. Marilene abordou sobre comércios que não foram aprovados em Angelina e se relocaram em Rancho Queimado. E Sr. Luiz C. comentou sobre a burocracia grande da legislação atual.

Prof. Samuel diz que esse tipo de situação deve ser evitada e que o Plano Diretor não deve causar constrangimentos e burocracias desnecessárias para a instalação de atividades comerciais, industriais e de serviço onde ficar comprovado que sua existência não causa impactos à vizinhança e ao meio-ambiente.

Sr. Ademir Kreutzfeld relata sua situação pessoal quanto ao cultivo de nozes pecan, mencionando que não poderia cultivar nozes pecan em Angelina, mas que nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná poderia. Samuel responde que isso foge dos assuntos do Plano Diretor.

Sr. Luiz C. comenta sobre as burocracias legislativas atuais e pergunta se isso será melhorado.

Prof. Samuel responde que o Plano Diretor deve analisar os critérios atuais e, verificado alguma impertinência, sugerir melhorias, mas que existem aspectos técnicos e legais que o Plano Diretor não pode evitar.



Samuel retoma a apresentação, trazendo o último tema a ser apresentado: o meio ambiente e áreas verdes. Inicia o tema falando da regulamentação possível em áreas urbanas consolidadas, apresentando os critérios da Lei atual e exemplifica tais critérios. Apresenta então as marcações no mapa das áreas urbanas consolidadas presentes na área urbana central, explicando que o Plano Diretor indicará quais áreas tem, segundo critérios da legislação, características de áreas urbanas consolidadas. Caberá ao município ou requerente desenvolver estudo socioambiental consistente para verificar se há viabilidade e necessidade de alteração de áreas de proteção ambiental com vista à flexibilização dos parâmetros atuais do Código Floresta. Reforça que isso deve ser feito com muito cuidado e com bastante critério, para não significar impacto ambiental de difícil reversão, como também o aumento das situações de risco para a população.

Sr. Everton da Silva pergunta sobre a possibilidade do diagnóstico socioambiental não indicar a possibilidade de segurança e estabilidade de determinadas edificações situadas em APP de áreas urbanas consolidadas. Prof. Samuel responde que, neste caso, estas ocupações não poderiam ser regularizadas segundo os critérios da lei recentemente aprovada, assim como não poderá aprovar projetos de ampliações, questões similares.

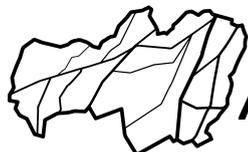
Sr. Azizo José Heck relata sobre a situação de seu terreno e a distância que precisou manter entre sua casa e o rio existente. O professor Samuel explica que a largura da construção e a distância em relação ao leito do rio são determinadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Florestal para a proteção das margens dos rios. Ele ressalta que essas restrições têm o objetivo de prevenir impactos de inundações, manter funções ambientais relevantes, evitar assoreamento do rio e garantir a segurança das construções próximas a corpos d'água. O professor também menciona que eventuais mudanças na largura do rio podem resultar em alterações no leito e no comportamento das inundações, o que deve ser considerado no planejamento de novas construções.

Prof. Samuel apresenta as áreas verdes estruturantes e fala da importância de demarcação dessas áreas para a preservação ambiental. Apresenta então a sugestão da criação das áreas verdes de lazer próximas aos rios, contemplando o uso de lazer e de preservação ambiental. Iniciando a apresentação das propostas pela área central, onde a sugestão é da implementação de uma área verde linear, próximo do rio existente. Apresenta a área do Garcia e também a área verde proposta para região da Barra Clara e do Rio Novo, que seguem a mesma lógica.

O Sr. Azizo J. comenta que uma nova área que foi recentemente loteada já foi reservada uma área de lazer e parque infantil, e se encontram no meio do terreno.

Prof. Samuel mostra a Barragem do Garcia e comenta sobre seu potencial de lazer e ocupação. E abre para discussão desse terceiro bloco.



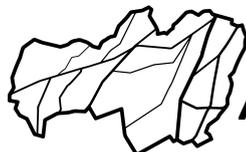


Prof. Samuel afirma que no Plano Diretor, as áreas urbanas consolidadas do Garcia também serão demarcadas.

Nesse momento, ninguém mais se manifesta na reunião. O Prof. Samuel agradece a participação de todos e reconhece que a oficina não foi fácil tanto para a equipe da UFSC quanto para os presentes. Ele então convida a todos para uma foto oficial, marcando o encerramento da oficina às 22:15.

7.5.1. Lista de Presença da 2ª Oficina Territorial do Garcia

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Luiz Carlos Laurentino	Rio Fortuna	-
2	Benjamim Cezar Hammes	Fortuna	Morador
3	Roquilane Ede Souza	Garcia	CTDA MZU Garcia
4	Helio	Coqueiral	--
5	Walter Souza R. Junior	Centro	CDTA
6	Ademir Kreutzfeld	Rio Veado	-
7	Dionísio A.	Garcia	-
8	Francisco Dias	Garcia	Vereador
9	Aziso José Heck	Garcia	Morador
10	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
11	Everton F. da Silva	Garcia	-
12	Valério C.	Garcia	Associação
13	Renata de Melo	Garcia	Associação
14	Robson Francisco	Garcia	Morador
15	Ileine Eger Francisco	Garcia	-
16	Michael Soares	Centro	Prefeitura
17	Marilene Martins	Garcia	CTDA Comerciantes
18	Ricardo G.	Coqueiros	Morador
19	Raizza Coelho	Coqueiros	Moradora
20	Catarina Francisco Gelsleutcher	Coqueiros	Moradora

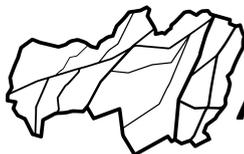


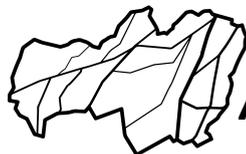
Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Garcia

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Nathália Sander	Redação da Ata
3	Isamara de Souza	Apoio e Redação da Ata
4	Mariana Panzera	Apoio
5	Marcio de França Santos	Apoio

7.5.2. Fotos da 2ª Oficinas Territorial do Garcia







8. Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

A apresentação base de Slides Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA encontra-se disponível no **Anexo 07 - Apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA**.

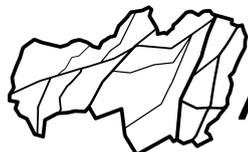
8.1. Ata da Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

**Ata da Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina
Revisão do Plano Diretor de Angelina
Anteprojeto de Lei**

Pauta: A reunião ocorreu no dia 12 de setembro de 2023 de modo presencial, no Centro Comunitária do Centro. O objetivo da reunião foi apresentar o Anteprojeto de Lei da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

 [Reunião do Conselho Territorial de Angelina - 12/09/2023](#)



<https://www.youtube.com/watch?v=6t32SjzCTso>

Redação da Ata: Nathália Sander e Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nadine Saleh e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho do Desenvolvimento Territorial de Angelina inicia a reunião às 19:00. Comenta que a pauta da reunião de hoje será: abertura e informes, apresentação da ata anterior e apresentação preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Angelina pela equipe da UFSC.

Sr. Dauri comenta sobre o convite de celebração dos 50 anos do aniversário do Hospital de Angelina, que acontecerá às 19 horas do dia 14 de outubro, com uma missa na matriz e um coquetel no galpão da Igreja. Pergunta se algum outro conselheiro tem alguma manifestação, ninguém se manifesta. Pergunta se todos aprovam a pauta do dia, todos aprovam.

Sr. Dauri pergunta se todos leram a ata enviada, da última reunião do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, enviada no grupo de WhatsApp, e passa para a aprovação da mesma. Dois participantes se abstém por não estarem na reunião e todos os demais aprovam.

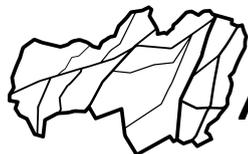
Convida então o professor Samuel Steiner para iniciar a apresentação preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Angelina. Samuel começa sua fala retomando as etapas desenvolvidas, agradece o contato feito pelo conselho e pelos membros da prefeitura. Atualiza o Conselho sobre a retomada dos trabalhos da equipe da UFSC depois de um mês e meio de pausa por conta de “situações” entre a prefeitura e a UFSC.

Fala que após as oficinas territoriais foi dado encaminhamento para elaboração do Projeto de Lei, explica quais são as próximas etapas, incluindo a Consulta Pública em que será apresentada a proposta final e que todos terão voz e vez para apresentar sugestões, mas que quem votará pela aprovação será o Conselho.

Samuel fala da presença da equipe da UFSC na reunião, diz que todos hoje poderão fazer falas com dúvidas ao longo da apresentação.

Samuel apresenta o slide com o objetivo da reunião, de apresentação da estrutura e conteúdo básico do plano, bem como do processo de consulta pública. Samuel diz que



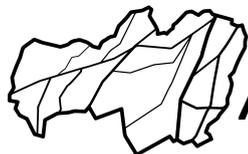


a expectativa é que a Consulta Pública fique no ar por 15 dias no mês de outubro. Samuel reitera a questão dos votos dos conselheiros para posterior encaminhamento para Câmara de Vereadores. O professor relembra o histórico do processo, as oficinas territoriais realizadas, reuniões com o conselho, as audiências. Relata que o objetivo é que o processo tenha sido transparente ao longo de todo o trabalho. Comenta que todos os produtos de participação social e de Leitura Técnica estão disponíveis no site do projeto (participaangelina.ufsc.br).

Samuel apresenta a estrutura básica do desenvolvimento interno do plano, que envolveu o levantamento dos princípios, as problemáticas e qualidades do município e a elaboração das diretrizes apresentadas na segunda Oficina Territorial. Explica como foram elaboradas as diretrizes do Plano e a elaboração dos eixos estruturantes do Plano Diretor Participativo. Reforça que todas essas etapas foram apresentadas nas oficinas já realizadas.

Samuel expõe as principais demandas e questões que basearam o Plano Diretor, exemplificando cada uma delas. São elas: Simplificação, com retirada do que não é atribuição do plano diretor; Instrumento de gestão mais operacional; Melhor adequação dos perímetros urbanos; Critérios mais claros para a distribuição de equipamentos e serviços; Incorporação de modo mais efetivo da porção oeste do território no planejamento (Rio Novo); Critérios para a organização da expansão urbana, principalmente no distrito sede; Maior pertinência de determinados parâmetros urbanísticos (tamanho de lote, recuos, etc.); Regular de forma mais precisa os usos (adequados e não adequados); Melhor regulamentação do parcelamento urbano (procedimentos e parâmetros); Criar regulamentação para os condomínios rurais; Estruturar regulamentação da regularização fundiária e evitar distorções; Previsão de instrumentos urbanísticos coerentes com Angelina.

Samuel apresenta a estrutura proposta para o Anteprojeto de Lei Complementar, em quatro títulos principais, sendo o **Título I - Conceituação e objetivos gerais**. O Título II - Do Ordenamento Territorial, onde se encontrará a essência do Plano Diretor. O Título III - Dos Instrumentos Urbanísticos e o Título IV - Das Disposições Finais e Transitórias, que apresentam as etapas de disposições transição entre o Plano vigente e o Plano a ser implementado, que dispõe sobre a segurança jurídica para quem irá construir e para os operadores da lei dentro da administração municipal. Por fim, o plano conterá os anexos, com os mapas e as tabelas necessárias.



Samuel apresenta os 4 títulos e diz que passará rapidamente sobre eles. Apresenta os títulos iniciais, relativos aos princípios, objetivos e diretrizes, do sistema de acompanhamento e controle - em que o Conselho continua tendo papel central de atuação, tanto de controle quanto de acompanhamento, diz que a responsabilidade não é só de aprovação do texto da lei, mas de acompanhamento na tramitação da Câmara de Vereadores e após na implementação.

Samuel fala sobre os planos setoriais propostos. Comenta que foram desenvolvidos os planos sobre os temas mais importantes que apareceram ao longo do processo de Leitura Técnica e Leitura Comunitária. Os planos setoriais propostos são: plano de saneamento básico, de preservação e qualificação do patrimônio cultural, do desenvolvimento rural e de plano de habitação e regularização fundiária.

O Professor Samuel cita que os planos setoriais deverão ser tratados também na esfera da execução orçamentária. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que há planos existentes, com orientação, mas que não são levados a frente e discutidos. Que precisam ser executados.

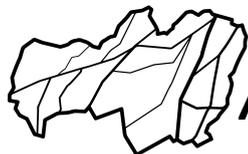
O professor Samuel questiona quais seriam exatamente os planos a que ele se refere. O Sr. Claudio Inácio Schuch responde que de saneamento ambiental e regularização, por exemplo. O prof. Samuel responde que a ideia é justamente fazer planos mais operacionais para evitar que não sejam executados, por isso também foram selecionados temas prioritários para o município realmente executar.

O professor Samuel fala sobre o **Título II - do Ordenamento territorial**. Explica que de 11 zonas atuais, a proposta diminui para 03 zonas, e que acredita que desta forma será possível ordenar bem o território e que será explicado melhor adiante. Fala também sobre o Capítulo V - Dos parâmetros urbanísticos, que são os parâmetros que devem orientar a ocupação dentro do lote.

Sr. José Alberto Werner fala que isso dá muita autonomia ao funcionário público.

Samuel concorda, comenta que essa é a ideia, justamente conseguir operacionalizar o plano e aprovar ou não as edificações conforme o Plano.

Sra. Maria de Fatima Teixeira de Melo fala que esses parâmetros são excelentes para dar autonomia aos profissionais também.



Samuel concorda e fala que o Plano Diretor deve orientar as construções com essa visão macro do planejamento urbano. Continua a apresentação explicando o que está previsto para o Capítulo VI - Do Parcelamento do Solo Urbano, que deve orientar as diretrizes e objetivos do parcelamento do solo urbano, de loteamentos e desmembramentos de lotes. Explica que, o mesmo capítulo, deverá conter as informações dos procedimentos para a aprovação dos parcelamentos.

Ainda no Título II, Samuel fala sobre o Capítulo VII, dos condomínios urbanísticos de lotes e dos condomínios rurais. E por fim, o Capítulo VIII que apresenta procedimento da regularização fundiária. Expõe que esse capítulo do Plano deverá orientar os processos de regularização fundiária para o município.

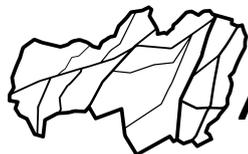
Samuel inicia a apresentação do **Título III, os instrumentos urbanísticos** previstos para o Plano Diretor. Explica que o Plano vigente tinha 11 instrumentos previstos, e que a Equipe não considera necessário que todos esses instrumentos sejam aplicados em um município como Angelina, e exemplifica o porquê. Contextualiza então dos instrumentos propostos, que são: a transferência do direito de construir; a outorga onerosa do direito de construir; o direito de preferência; o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Estudo de Impacto de Ambiental (EIA).

O Sr. Claudio Inácio Schuch pergunta se as AEIS entram na mesma lógica do direito de preferência, já que estão demarcadas em áreas privadas.

Samuel explica que as ZEIS entram no zoneamento e responde que sim, elas entram na mesma lógica. Exemplifica também as duas formas que as ZEIS entram no Plano Diretor, uma delas é com a demarcação de áreas que já existem e estão ocupadas ou áreas demarcadas para novas edificações.

Samuel apresenta também as propostas de anexos e tabelas do Plano Diretor, explicando o conteúdo básico dos mesmos. Comenta que alguns desses anexos serão apresentados hoje. Expõe um exemplo de tabela e mapa do zoneamento e inicia a apresentação de um comparativo do Plano Diretor Vigente com a proposta que será entregue. O primeiro aspecto apresentado são os princípios do Plano Diretor Participativo.

Em seguida, Samuel apresenta o comparativo dos objetivos atuais e da proposta. Explica que para os objetivos buscou-se um carácter mais operacional. E em relação



às diretrizes, Samuel fala que o Plano Diretor atual não apresenta as mesmas de forma explícita e apresenta as diretrizes propostas.

Samuel fala das instâncias previstas para acompanhamento e controle do Plano Diretor, que são as instâncias do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA), as audiências e consultas públicas, os plebiscitos e o referendo. Assim como a iniciativa popular de projeto de lei e a gestão orçamentária participativa. E também instrumentos como o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Angelina (FMDT) e o Sistema de informações municipais.

O Sr. Claudio Inácio Schuch perguntou sobre quais arrecadações servirão para o Fundo Municipal.

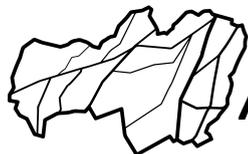
Samuel responde que um dos instrumentos do Plano Diretor para arrecadação é a Outorga Onerosa, além de eventuais multas advindas de regularização fundiária; implementação de loteamentos. Samuel comenta que Angelina tem pouca renda para os fundos. Mas é necessário que exista o Fundo para captura e depósito também de investimentos que poderão vir de outras instâncias governamentais. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que tem a ferramenta, mas que ela não é aplicada.

Samuel exemplifica a aplicação de um instrumento de outorga onerosa em outros municípios maiores em que o mercado imobiliário é mais pulsante, o que não é a lógica de Angelina, fala que é preciso ter honestidade nesse sentido, mas que ainda assim é importante que exista o instrumento para operacionalizar o Fundo Municipal.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que existe um Fundo de Saneamento, com recursos, mas que não tem efetivação. Samuel fala que o CDTA poderia estar discutindo essas questões. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que essas questões não passam atualmente pelo conselho e que não há um Conselho de Saneamento formado.

Samuel continua a apresentação afirmando que sim, é importante que o instrumento e o Fundo existam. Comenta que para municípios como Angelina vale a pena ter um profissional na prefeitura capacitado para buscar Fundos Federais.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que o que ajuda Angelina nesse sentido é estar junto do setor técnico da Granfpolis.



Samuel concorda e fala que uma boa estratégia seria as prefeituras terem uma equipe técnica capaz de articular os municípios e buscar fundos federais. Explica também questões financeiras e estruturais da prefeitura de Angelina que envolvem a implementação do Plano Diretor.

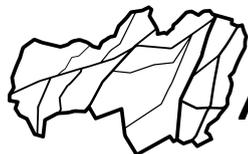
Samuel fala dos planos e políticas setoriais do Plano Diretor vigente e dos planos setoriais propostos, que de 16 diminuem para 6 planos, focados nas principais questões levantadas no município, que são: **plano ambiental e gestão de riscos; Plano de saneamento básico; Plano de preservação e qualificação do patrimônio cultural; Plano de desenvolvimento rural; Plano de habitação e regularização fundiária.**

O Sr. Dauri e Sr. Claudio Inácio Schuch comentam sobre as datas dos Planos de Saneamento e aplicação de ReUrb no município concomitantemente.

Samuel fala sobre a questão do patrimônio cultural construído e dos potenciais, também do patrimônio ambiental, ressalta que é um diferencial do município que precisa ser preservado e valorizado. O Sr. Claudio Inácio Schuch fala das questões compensatórias que poderiam vir de outros municípios. Samuel explica que esse é um outro ponto a ser pensado na perspectiva do Planejamento da Região Metropolitana. O Sr. Claudio Inácio Schuch complementa que “eles” estão tentando isso, mas que há setores que não ajudam para que o processo ande. Outro aspecto citado é do PLAMUS, o Sr. Claudio Inácio Schuch cita que quando for implementado já estará defasado, já que o plano foi feito anteriormente e ainda não foi colocado em execução. Professor Samuel explica que várias dessas questões são de gerência do Governo do Estado. O Sr. Claudio Inácio Schuch complementa as falas do professor Samuel em relação ao transporte hidroviário e também dos processos que deveriam ser de desocupação com pagamento indenizatório.

Samuel apresenta os instrumentos urbanísticos existentes no Plano Diretor Vigente, exemplificando alguns deles e as relações dos mesmos com um município como o de Angelina.

O Sr. Claudio Inácio Schuch pergunta sobre o direito de superfície. Samuel explica como ele funciona. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que em Florianópolis está sendo aplicado. O Sr Lucas Ternes Hames questiona sobre o direito de superfície.



Samuel explica que é um instrumento pouco utilizado e por isso foi proposta sua exclusão. Sr. Walter questiona sobre o interesse da prefeitura em obter novas terras. Samuel explica que para isso tem direito de preempção e que é muito importante que essas questões passem pelo conselho, mas sem a demarcação dessas áreas no plano.

Sr. Walter questiona sobre o perigo de retirada de tantos instrumentos do Plano e como faria se tais instrumentos forem necessários.

Samuel comenta que nos últimos anos nenhum desses instrumentos foram utilizados e que não estão elaborados de forma operacional. Samuel questiona se o comentário do Sr. Walter é sobre algum instrumento específico, ele responde que não. Samuel complementa dizendo que houve uma discussão interna sobre a efetividade desses instrumentos e a aplicação real em outros municípios do país. E que a ideia é retirar alguns instrumentos para a simplificação do plano.

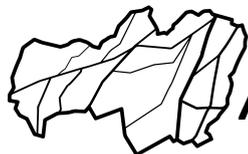
Sr. José Alberto Werner pergunta sobre o direito de preferência em terrenos que têm material que a prefeitura tem interesse, por exemplo, terra, brita e captação de água em nascentes.

Samuel comenta que esta é uma pergunta boa, que será avaliada, por conta da manutenção das estradas serem algo muito importante para Angelina.

Sobre a questão do condomínio rural, o Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre a viabilização desses parcelamentos, de INCRA, indiferente de estar quilômetros de distância da área urbana.

O Sr. Lucas fala sobre condomínios rurais em Rancho Queimado que não obedecem o módulo rural mínimo, Samuel fala que o que é feito lá não necessariamente está dentro da regularização ou que haja planejamento adequado pensando nas questões financeiras do município. Participantes debatem sobre o parcelamento dessas áreas rurais e condomínios rurais.

Sr. Michael Soares comenta que a arrecadação de Angelina e Rancho Queimado são completamente diferentes, ressalta que é necessário cuidar para não pagar com receita própria municipal a infraestrutura de questões que não são vantajosas ao município, mas sim a interesses pessoais. E que o Plano Diretor deve orientar os locais de implementação para que eles estejam dentro dos processos.



Sr. Lucas reforça sua opinião que para condomínios rurais, quando os projetos passarem por aprovação nas diferentes instâncias, o proprietário tem obrigação de fazer a implantação da infraestrutura, fala que isso se chama condomínio de lazer. Samuel concorda e diz que isso está sendo sugerido em algumas localidades com o ideário de planejamento, pensando em quais são os locais mais adequados para esse tipo de ocupação. Sr. Lucas fala que a implantação desses condomínios pode favorecer a arrecadação do município para o Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI). O Sr. Claudio Inácio Schuch fala que o ITBI é uma arrecadação isolada, o Sr. Lucas fala que as compras e vendas acontecem várias vezes.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre as ações civis públicas que estão sendo movidas em Rancho Queimado e da irregularidade fundiária, que a propaganda do município é boa, mas que há coisas que não são de conhecimento de todos.

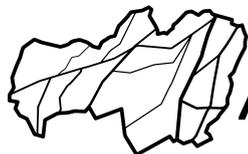
O Prof. Samuel concorda, e ressalta que as características físicas e geográficas de Rancho Queimado são muito diferentes de Angelina e que é necessário importar de outros municípios aquilo que é bom para fomentar a economia e ajustar com as individualidades de Angelina, ofertando a possibilidade de ter o tipo de empreendimento desde que adequado ao planejamento.

Samuel continua a apresentação, mostrando quais os aspectos gerais desenvolvidos para os parâmetros de uso e ocupação do solo. Fala sobre misturar o que for possível e desejável dos usos do solo, sobre o respeito às pré existências e dinâmicas presentes no lugar. Exemplifica esses aspectos com casos da cidade de Nova Serrana.

Samuel fala também sobre a orientação do desenvolvimento urbano de acordo com a infraestrutura existente ou prevista. Sobre a densidade relacionada com acessibilidade e mobilidade.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre as questões de mobilidade e a necessidade de criação de vagas de estacionamentos nas edificações. Samuel concorda, exemplifica com outras cidades da região de porte similar.

Samuel continua a apresentação abordando os outros aspectos, como a simplicidade, a isonomia e a noção de conjunto. Exemplifica também as diretrizes de diálogo com instrumentos urbanísticos, diversidade e justiça social e qualidade ambiental e paisagística da cidade.



Apresenta então o mapa com o Macrozoneamento atual, e explica que a proposta ainda conterà as 05 áreas. E também o mapa da área urbana, apresenta a sugestão da criação do perímetro urbano em Rio Novo, reforçando os aspectos que levaram a essa proposta. Samuel explica o zoneamento atual, as Zonas existentes e fala sobre os zoneamentos de Garcia e Barra Clara.

Samuel apresenta e explica a tabela com os parâmetros do zoneamento atual. E em seguida, apresenta os critérios gerais para o zoneamento proposto, fala sobre as dimensões de lotes nos novos parcelamentos, números de pavimentos e demais critérios básicos. E explica que para a proposta será apresentado na tabela os parâmetros de Uso e de Ocupação na mesma tabela, pois isso simplifica e facilita a leitura e entendimento das informações.

Samuel explica as tabelas com o zoneamento proposto, comentando sobre o que é permitido em cada uma das zonas e alguns dos parâmetros de ocupação. As Zonas propostas para Angelina são: Zona Mista Central (ZMC), Zona Residencial Mista (ZRM),

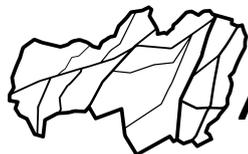
O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que, em determinadas situações, os custos de urbanização para levar infraestrutura adequada deveriam ser do proprietário que está parcelando, evitando assim que fique caro para o município.

Samuel retoma a apresentação explicando o que significa o coeficiente de aproveitamento. Fala que na Zona Mista Central (ZMC) está sendo previsto um coeficiente de aproveitamento máximo de 2 e exemplifica a situação, debatendo um exemplo com o Sr. Claudio Inácio Schuch.

Sr. Michael Soares comenta que uma das propostas que chegaram para a prefeitura é do Minha Casa Minha Vida, e que eventualmente nos próximos anos essas propostas podem chegar com mais frequências ao município.

Samuel concorda abordando que o objetivo do planejamento é dizer onde estão as melhores áreas para esses investimentos. Samuel fala sobre o incentivo de potencial construtivo quando existir fachada ativa associada a uso público.

Explica então os parâmetros da Zona Residencial Mista (ZRM), comenta que as taxas de ocupação e permeabilidade são parecidas, mas que o gabarito e tamanho do lote mudam um pouco. Em seguida expõem os parâmetros propostos para a Zona de Ocupação Controlada (ZOC), cuja proposta é ser uma zona de transição entre as zonas



urbanas e as áreas de proteção ambiental. Nesta Zona os lotes são maiores, o coeficiente básico é menor que as demais zonas e a taxa de permeabilidade é maior, 70%.

Sr. Roquilaine fala sobre o lote no Garcia ser de 450m² e que, por conta disso, já existem dificuldades, então com a proposta de mil metros quadrados, na sua visão, acaba inviabilizando ainda mais. Samuel explica que quase toda área é de proteção ambiental. O Sr. Claudio Inácio Schuch fala que é só ter um carimbo da Defesa Civil, o professor Samuel explica que entre o que há permissões de exceção e o que é planejamento há diferenças.

Sr. Claudio Inácio Schuch questiona o loteamento que está saindo no meio do perímetro urbano de Garcia. Samuel questiona qual loteamento, alguns participantes negam ser loteamento e falam que é outro tipo de ocupação. Samuel reforça que a área urbana que está sendo sugerida, em comparação com a ocupação existente, já está sendo bem generosa em relação aos hectares disponíveis.

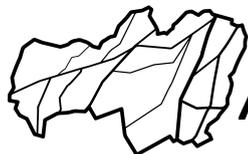
Samuel retoma a apresentação, demonstrando as sugestões da equipe para planejamento da expansão urbana. Inicia apresentando a proposta para área central, com implementação de ZMC ao longo das vias principais, ZRP nas demais áreas e ZOC como transição para APP's. E apresenta a área de Garcia, com a proposta de ZRP nos setores 1, 2 e 3 ZOC como transição para APP's.

O Sr. Felicio Juncks questiona quantos metros tem a extensão da Linha do Chaves.

Sr. Claudio Inácio Schuch questiona se o perímetro urbano demarcado está seguindo a linha de transmissão.

O Sr. Hermes (advogado da Sra. Neli Walter Koerich) pergunta sobre recursos relativos a imóveis que estão na instância do STJ, fala sobre áreas consolidadas em áreas com proteção ambiental. Samuel questiona as características desses imóveis. O Sr. Hermes diz que estão em áreas urbanas.

Samuel responde que no Plano Diretor haverá uma indicação de quais são as áreas caracterizadas como núcleos urbanos informais consolidados. Sr. Hermes questiona se no Plano virá o estudo socioambiental para flexibilização de APP.



O Sr. Michael Soares comenta que a prefeitura tentou fazer os estudos de áreas ambientais em paralelo ao Plano Diretor, mas que não foi possível por conta de outros custos do município. O estudo está em orçamento por volta de 70 mil reais.

O Sr. Hermes questiona se os prejudicados poderiam dividir o valor do estudo para o município. Samuel responde que eles podem buscar o estudo, mas que a prefeitura deve dar os parâmetros dos núcleos urbanos informais consolidados.

O Sr. Michael reforça que, segundo seu entendimento, essa regularização é para áreas urbanas consolidadas e não para áreas rurais. Samuel reforça que sim, que é entendimento pacificado entre as equipes técnicas, e que são para áreas urbanas e que os interessados podem buscar esse serviço. O Sr. Hermes questiona se a Lei dá critérios.

A Srta. Mariana, da equipe técnica da UFSC, explica que há duas questões diferentes: Uma delas é o processo da prefeitura de elaboração de um estudo socioambiental para todo município e o processo de regularização fundiária dos proprietários de áreas irregulares. Afirma que se os critérios serão dados pelo Plano Diretor, do que se entende de núcleo urbano consolidado.

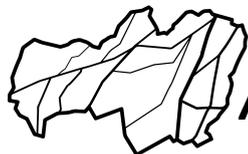
O Sr. Hermes questiona se o orçamento foi referente a um estudo específico.

O Sr. Michael responde o estudo socioambiental orçado, informalmente, levava em consideração as principais áreas urbanas do município, sendo dos três centros urbanos existentes hoje. Mariana, Samuel e Michael explicam sobre as etapas necessárias e previstas para o processo de regularização fundiária e o que está previsto no Plano Diretor.

O Prof. Samuel apresenta então a proposta para a área de Barra Clara, com ZRP ao longo da via principal (onde não há restrição) e ZOC como transição para APP's. E da área do Rio Novo, com a proposta seguindo a mesma lógica. Em seguida expõe a tabela de classificação dos usos, exemplificando sua aplicabilidade no Plano Diretor.

O Sr. Lucas pergunta sobre as sugestões de expansão urbana, qual o caminho entre identificações dessas áreas e a realidade.

Samuel responde que o PD é instrumento de planejamento, ou seja, essas áreas passam a ser possíveis de receber novos empreendimentos. Participantes entram numa discussão sobre a área de extensão da Linha do Chaves.



Samuel apresenta o quadro das áreas destinadas ao uso público, explicando os parâmetros estabelecidos para a proposta. O Sr. Lucas e Roquelaine fazem questionamentos sobre os parâmetros propostos e a como serão aplicados, Samuel responde explicando os parâmetros e a aplicação, exemplificando. Em seguida apresenta brevemente a tabela de parâmetros de vagas de estacionamento.

Como última pauta da reunião, Samuel expõe as informações para a **Consulta Pública** da versão preliminar do Plano Diretor. Sendo que será publicado um decreto específico, de acordo com orientações e normativas específicas (15 dias e regimento) para divulgação da mesma. Explica também o método de consulta pública proposto, com aplicação de formulário físico e online e a forma de sistematização das contribuições. E que a previsão é de que o período de Consulta Pública seja na primeira quinzena de outubro.

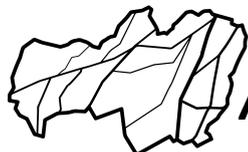
Sr. Dauri pergunta sobre a sistematização das contribuições. Samuel explica como acontecerá as respostas das contribuições e as próximas etapas de Leitura, consulta e sistematização. Fala que a entrega do formulário será feita também presencialmente em versão impressa nos seguintes locais: na sede da Prefeitura no Centro; no Posto Saúde do Garcia; no Centro Administrativo de Barra Clara e; no Posto de Saúde do Rio Novo. Assim como haverá o formulário online.

Samuel explica a sobre a divulgação dos resultados da Consulta Pública e a publicação dos mesmos por ocasião da Conferência do Plano Diretor Participativo de Angelina.

Roquelaine pergunta sobre como se dará a etapa após conferência. Samuel responde que serão sistematizadas e adicionadas as possíveis mudanças e depois então se inicia a tramitação na Câmara de Vereadores. Reforçando como acontecerão as próximas etapas até a aprovação na Câmara dos Vereadores.

Sr. Dauri expôs sua preocupação com a leitura da versão preliminar dentro desses 15 dias e o envolvimento do Conselho e da Câmara de Vereadores. E questiona sobre as reais possibilidades de sistematização e encaminhamentos das próximas etapas até final de outubro.

Samuel comenta que essa é a previsão. Sr. Dauri perguntou se seria possível uma reunião do conselho dia 31 de outubro, após a consulta pública e antes da votação na Câmara de Vereadores. Samuel concorda e fala que isso é uma possibilidade. Os



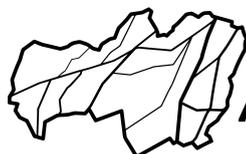
participantes discutem sobre a possibilidade de discussão de pontos específicos do Plano Diretor e datas possíveis de reunião com o Conselho. **A previsão da data desta reunião ficou para 17/10/2023.**

Sr. Dauri agradece a presença e participação de todos e encerra a reunião às 21:57.

8.2. Lista de Presença Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

Lista de presença membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina:

Qnt	Nome	Representação
1	Nilson Bruch	Trabalhadores Rurais e Urbanos
2	Maria de Fátima T. Melo	Macrozona Urbana Barra Clara
3	Michael Soares	Prefeitura Municipal de Angelina
4	Dauri Exterkoetter	APAE
5	Roquilane Souza	Macrozona Urbana de Garcia
6	Maria Aparecida Zimmermann	Macrozona Urbana de Garcia
7	Cíntia Furbringer	Macrozona Urbana Barra Clara
8	André Raimundo	Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
9	José Alberto Werner	Macrozona Urbana da Sede - Representante 02
10	Felício Junkes	Trabalhadores Rurais e Urbanos
11	Mauro Martins	Macrozona Rural Central - Representante 02
12	Claudio Inácio Schuch	Macrozona Rural Central - Representante 01
13	Adelio Nildo da Cruz	Associação de Amigos de Angelina (ANGELMIGOS)
14	Neli Walter Koerich	Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
15	Hermes G. Costa	Morador
16	Walter Souza Rosa Junior	Prefeitura Municipal de Angelina
17	Genilson Kammers	Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 02

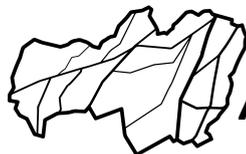


Lista de presença Equipe Técnica UFSC:

Samuel Steiner dos Santos	Apresentador
Nathália Sander	Elaboração da Ata
Nadine Saleh	Apoio
Márcio de França	Apoio
Mariana Panzera	Apoio de Ata

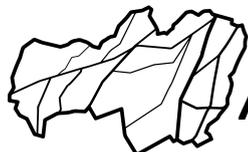
8.3. Fotos Reunião de apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA





9. Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

A apresentação base de Slides Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA encontra-se disponível no **Anexo 08** -



Apresentação para discussão da Versão Preliminar com o CDTA.

9.1. Ata da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

Ata da Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina Revisão do Plano Diretor de Angelina Anteprojeto de Lei

Pauta: A reunião ocorreu no dia 21 de novembro de 2023 de modo presencial, no Centro Comunitária do Centro. O objetivo da reunião foi a discussão da versão preliminar do Anteprojeto de Lei da Revisão do Plano Diretor de Angelina, aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023 e decisão sobre a Conferência Final.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

▶ Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial - 21/11/23

<https://www.youtube.com/watch?v=TOnOCTRidO4>

Redação da Ata: Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

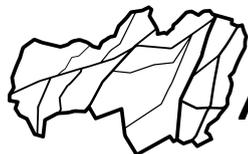
Revisão da Ata: Nadine Saleh e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos e apresentação da pauta

O Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, inicia sua fala cumprimentando todos presentes às 19:10, fala que hoje é uma reunião que exige a participação e a leitura efetiva de todos que fizeram parte do processo, durante as oficinas e demais atividades participativas.

Antes desses assuntos, Sr. Dauri abre um espaço para informes do Conselho, ninguém se manifesta. Sr. Dauri passa então para a pauta da presente reunião, que são: Aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023; Discussão de Conferência Final; Discussão sobre a Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei.





Sra. Maria de Fátima T. Melo pergunta se o Conselho terá uma reunião apenas para a leitura completa da versão preliminar. Sr. Dauri e o professor Samuel explicam que hoje seria o debate sobre o conteúdo, mas que não haverá a leitura na íntegra.

Sr. Luiz Carlos questiona se hoje é uma reunião do Conselho. Sr. Dauri responde que sim. Sr. Dauri questiona então a todos os presentes se está aprovada a ata da presente reunião. A maioria se manifesta concordando.

Sr. Dauri passa então para aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023, a maioria se manifesta concordando e aprovando a ata. Sr. Dauri passa então a palavra para o professor Samuel Steiner, para então apresentar as demais pautas de hoje.

Segunda Parte - Debate sobre a Versão Preliminar

Sr. Samuel começa sua fala explicando que essa reunião não estava na metodologia inicial proposta, mas que foi solicitada pelo Conselho e que a equipe da UFSC está presente para dar o suporte e os esclarecimentos quanto aos possíveis questionamentos e melhorias. Propondo que a reunião seja guiada por esses questionamentos. Menciona que qualquer sugestão, crítica ou alteração que o Conselho possa fazer deve ser inserida na consulta pública que está aberta até sexta-feira, 24/11/2023.

Sr. Samuel comenta que na parte final desta reunião será apresentada uma proposta de regimento da conferência final, assim como a data sugerida, que deverá ser aprovada pelo Conselho para posterior decreto. Também comenta sobre a dinâmica de debates sobre a versão preliminar acontecer por tempo de fala das demandas que irão aparecer.

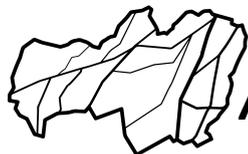
Samuel inicia a apresentação dos slides, apresentando em que etapa o processo estamos.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que na Barra Clara não foi encontrado o formulário físico.

O Sr. Michael explica que em Barra Clara foi deixado primeiramente no Posto de Saúde, e posteriormente foi realocado para o Centro Administrativo.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que na semana passada teve pessoas procurando e não acharam em Barra Clara.





O Sr. Samuel comenta que o online está disponível desde sexta-feira passada, e que a versão impressa também deveria estar disponível a partir da mesma data. Comenta que, caso o Conselho reconheça que a participação ficou prejudicada, por conta desse relato de Barra Clara, podem solicitar que o prazo para a contribuição aumente, mas que essa decisão implicará também nos demais prazos do processo.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que quem procurou os formulários foram pessoas que participaram das oficinas naquela localidade.

O Sr. Samuel mostra na apresentação as informações da Consulta Pública, que está aberta, em modo online, e apresenta as localidades em que os formulários físicos estão disponíveis, que são: na sede da Prefeitura no Centro; no Posto Saúde do Garcia; no Centro Administrativo de Barra Clara; e no Posto de Saúde do Rio Novo.

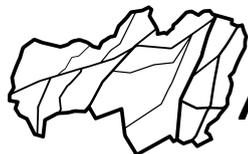
Sr. Samuel inicia a apresentação sobre Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei. A apresentação mostra os títulos, capítulos e seções do Plano proposto. Aborda algumas questões sobre a estrutura da versão proposta, explicando brevemente sobre o conteúdo de cada uma das partes.

O Sr. Samuel comenta que o principal desafio desse PDP foi em como direcionar a expansão urbana em áreas que se pode edificar, por conta das condicionantes ambientais do município. Fala sobre as APP e as regulamentações federais que estão acima do PDP e que não podem ser alteradas, como as ocupações próximas aos rios.

Sobre Coqueiros, Samuel comenta que a equipe técnica entendeu que deveria ser reconhecido como área urbana, pelas ocupações e infraestruturas presentes. Apresenta brevemente os instrumentos urbanísticos que estão sendo previstos. Samuel fala então que a equipe técnica da UFSC está aqui para apoiar a discussão dos membros do Conselho sobre o conteúdo da versão proposta.

O Sr. Lucas inicia sua fala, primeiramente parabenizando a proposta, mas comenta que mesmo tendo reduzido muitos itens, ainda tem muita responsabilidade para o município. Aborda sua preocupação com o município conseguir assumir o que está sendo proposto no plano, principalmente as questões que não apresentam um prazo para serem executadas.

O Sr. Sérgio, vice-prefeito do município, comenta sobre quando assumiu seu mandato em 2005 e foi elaborado o primeiro plano diretor, que ficou esquecido por 12 anos, e por isso não foi colocado em prática. Explica que o PDP não se encerra por si próprio,



mas que precisa do Poder Legislativo, Poder Executivo, o Conselho ativo e também da sociedade civil para sua aplicabilidade e relevância. E aborda que é necessário ficar atento a isso, para que não se repita.

O Sr. Dauri comenta que a preocupação do Lucas quanto aos prazos, que há na lei a parte de Título IV – Das Disposições Finais e Transitórias.

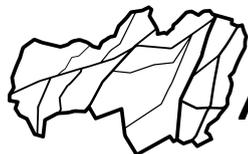
O Sr. Lucas questiona se a prefeitura conseguirá cumprir esses prazos.

O Sr. Michael relembra que alguns dos planejamentos já são obrigatórios da prefeitura, que estão sendo cumpridos. Informa que o estabelecimento de prazos pode prejudicar o trabalho da Prefeitura e a própria intenção de regularizar o Projeto. Fala sobre o Plano de Saneamento Básico, e a importância do PDP mencionar esses planos para ajudar a efetivá-los.

Samuel comenta os cenários pensados na elaboração dos Planos Setoriais que foram contemplados no Plano. Explica que é necessário mencionar o Plano para o município conseguir a verba para o financiamento e execução dos planos. E que a escolha da equipe foi focar em menos planos, um total de 05, sem prazos para não prejudicar o trabalho da prefeitura. Fala que se o Conselho acha importante colocar prazos, pode ser alterado.

Sr. Luiz Carlos fala que a falta de boa vontade acontece culturalmente. Menciona uma reunião em Porto Alegre a respeito do Programa de Microbacias, em que foram instaladas 340 novas fossas nas residências no município, e fala que tem 99 novas fossas na sua área. E que, em sua opinião, é necessário um prazo para que se inicie os trabalhos. Fala sobre a necessidade de um estudo ambiental, e expõe sua opinião de que é necessário uma secretaria da Defesa Civil onde o município teria possibilidade de delegar. Comenta que o problema do município é na área rural, em que o afastamento do rio joga a casa para próximo de uma encosta, então prejudica os moradores.

O Sr. Sérgio, vice-prefeito do município, respondeu falando sobre os eventos meteorológicos ocorridos no ano passado, apontou que em Angelina tiveram encostas caindo sobre as casas, e não inundações de rios. Fala sobre o perímetro urbano consolidado, que não foi afetado. Relembra 03 demandas apresentadas por ele no início da elaboração do PDP, que são: disciplina de condomínio rural, construção com



reco de rio menor de 30 metros e expansão do perímetro urbano, como na Linha de Chaves.

O Sr. Luiz Carlos complementa, sugerindo um estudo de impacto de vizinhança que possa amenizar a exigência de afastamento, considerando as preexistências, especialmente nas áreas rurais.

Samuel responde que não é possível que o PDP faça qualquer alteração nesse sentido nas áreas rurais. Sr. Luiz Carlos responde desejando que a Defesa Civil colabore com essa flexibilização.

O Sr. Dauri fala que o Conselho tem a responsabilidade de discutir a expansão e o desenvolvimento do município como um todo. Menciona que a discussão tem que avançar no que já vem sendo debatido com base nos saberes técnicos.

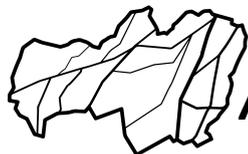
O Sr. Cláudio Inácio fala que acha interessante que a atual diretoria do Conselho vem acompanhando os encaminhamentos técnicos e não sendo política partidária. E que a atual diretoria propõe muito mais coisas que as últimas duas existentes. Fala sobre o Conselho não estar participando dos debates sobre o plano orçamentário do município. Comenta que há um Fundo financeiro para o Plano de Saneamento, mas sem participação não haverá efetivação do mesmo, e que não há ainda um conselho para isso. Comenta sobre os municípios vizinhos, que sofreram com as últimas chuvas fortes, e tiveram casas levadas pela água, então por mais que em Angelina não tenha ocorrido, é importante que antes de liberar a ocupação próxima à borda d'água sejam feitas obras (de contenção ou outras) para garantir a segurança dos moradores. Fala que o Conselho não pode deixar que vontades pessoais se sobressaiam sobre as demandas do município, discutidas e debatidas no Conselho. Parabeniza a atuação do Conselho, falando que o mesmo é participativo, ativo e consultivo.

Sr. Samuel comenta sobre o Conselho de Angelina ser um dos mais ativos, e que essa deve ser a principal herança do processo de revisão.

Sr. Roquilane fala sobre os afastamentos de rios e deslizamentos. Sugere que no Anexo 11, onde o afastamento está definido como 30 metros, sugere colocar: conforme a Lei Federal correspondente. Porque em caso de a Lei Federal mudar esse distanciamento, o recuo poderia ser alterado também.

Sr. Luiz Carlos propõe que a distância de 15m seja estabelecida na área urbana. Sr. Sérgio comenta que depende do que é reconhecido como área urbana consolidada.





Sr. Dauri comenta sobre o art. 109, que trata sobre a delimitação dos núcleos urbanos consolidados, questionando se o próprio plano diretor não pode apontar quais são essas áreas. Samuel responde afirmando que é necessário que seja feito estudo específico, ou pela prefeitura ou pelo proprietário.

Sr. Lucas pergunta se pode ser incluída no plano diretor essa questão agora debatida. Samuel responde que foi incluído no Plano Diretor o que a Lei Federal permite.

Sr. Lucas pergunta se hoje precisam aprovar algo.

Samuel responde que hoje não é para decisões, mas uma conversa entre os Conselheiros para tirarem dúvidas.

Sr. Lucas fala que suas sugestões seriam colocar os prazos para a execução das políticas propostas e também o debate sobre o afastamento das ocupações e dos rios.

Samuel fala que é importante que essas contribuições sejam colocadas na Consulta Pública.

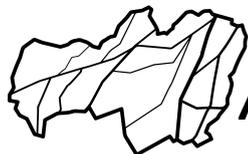
Sr. Dauri fala que no PDP aparece bastante a atuação e representação do Conselho, mencionando a importância do Conselho continuar ativo.

Samuel explica que a equipe entendeu como importante que as coisas que são estruturantes devam ser passadas pelo Conselho.

Sr. Sérgio comenta que, enquanto prefeito, foi feito um processo de limpeza do rio, em que descobriram uma ilha que represava o curso d'água. Fala sobre um projeto realizado junto à FUNASA, em que viriam tubos desde a Palhocinha até o terreno do Sr. Benedito para que o esgotamento coletado fosse tratado na estação de tratamento. Comenta sobre ter questionado a gestão seguinte a respeito do projeto, mas que o projeto foi perdido.

Sr. Roquilane comenta sobre as zonas de ocupação, a Zona Residencial Mista, a Zona Central e a AEIS. Fala dos parâmetros da ZOC, e que se fizer as contas com a taxa de ocupação de 15%, poderá ser construído apenas 300m². Samuel responde que o critério de estabelecimento da ZOC são para áreas ambientalmente sensíveis, então é necessário que haja uma alta permeabilidade do solo.

Sr. Claudio Inácio questiona sobre o Código de Obras do município, que também irá regular questões importantes para a construção civil. Samuel responde que o



município ainda não tem, mas que seria importante ter. Fala que talvez é algo que faltou demandar no PDP.

Sr. Roquilane comenta que o zoneamento fragmentou a Zona Central com uma ZOC no meio, e que em sua opinião, essa é uma área consolidada. Fala também que uma das AEIS já está ocupada. Sugere que seja ZRM até a faixa consolidada.

Sr. Samuel fala que o critério principal das ZOC foi cruzar com as áreas de inundação e deslizamento, para encontrar as áreas que seriam importantes para ter baixa ocupação.

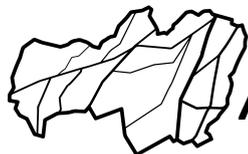
Sr. Roquilane questiona sobre as pessoas que já tem um lote na área e querem construir. Samuel responde que se o lote já estiver regularizado, tais parâmetros não irão afetar na construção. Samuel responde que é importante que ele coloque essas sugestões na consulta pública, indicando as áreas consolidadas para uma nova observação da equipe técnica.

Sr. Roquilane questiona também a delimitação de uma AEIS no Centro, em cima de uma casa já existente. Samuel responde que o critério da equipe foi manter a delimitação do Plano atual. Explica que a escolha por não delimitar em novo terreno privado foi pelo reconhecimento de que a Prefeitura não teria condição de bancar a desapropriação.

E com relação a ZOC com a ZRM, Sr. Roquilane apresenta cálculos de ocupação previstos para essas áreas e a obrigatoriedade da destinação de área pública. Samuel responde que dificilmente terá loteamento em ZOC, e que não é essa referência apresentada que é utilizada para a doação de área pública.

Por fim, sobre a Linha do Chaves, comenta que avançou bastante, mas questiona o critério de delimitação como ZMC em área que alaga. Samuel responde que quase toda aquela área é alagável, por isso foi proposto dessa forma. Sr. Roquilane afirma que é bem na área alagável do rio que foi alargada a Zona. Sr. Roquilane apresenta o desenho das áreas para o Samuel. Samuel agradece e fala que é importante fazer essa contribuição na consulta.

Sr. Lucas sugere que seja adicionado o número das páginas no documento da lei. Comenta que o PDP é o principal documento para elaborar um estudo de viabilidade para vias, e que as ruas Rua São José, Leoberto Leal e Francisco de Assis ficam



subentendidas como ruas municipais, mas que o DEINFRA solicita o recuo da faixa de domínio. Samuel responde que isso foi indicado no PDP.

O Sr. Sérgio, fala sobre ruas do distrito de Garcia no perímetro urbano, que para o asfaltamento daquela parte foi necessário pedir autorização estadual. Comenta que a consulta tem que ser feita de autorização do Estado para alterações.

Samuel responde que precisa verificar se a via foi municipalizada ou não. O Sr. Sérgio afirma que mesmo assim precisa de autorização. Samuel comenta que o recuo dessas rodovias pode ser flexibilizado no perímetro urbano. Sr. Lucas pede para o Samuel mostrar onde estão essas informações na versão preliminar do PDP, Samuel mostra na sua versão impressa essa parte do Plano.

Sr. Lucas questiona a prioridade de utilização pública para barreiras e para extração de minérios, que não encontrou no PDP. Samuel comentou que isso é uma boa lembrança, o direito de preempção.

O Sr. Sérgio concorda falando que essa é uma questão importante para Angelina.

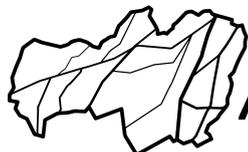
Samuel relembra que no PDP o direito de preempção pode estar descrito para intenções específicas.

Sr. Luiz Carlos comenta que o Plano atual menciona cachoeiras como pontos turísticos, no Rio Engano e no Rio do Norte, que já é utilizada para banho, mas que este PDP não as menciona. Ele propõe que sejam citadas como forma de proteger da instalação de novas PCH's.

Samuel responde que, por serem propriedades privadas, não podem ser mapeadas de forma específica, mas que no PDP estão colocadas as áreas de manancial que devem ser protegidas.

Sr. Claudio Inacio sugere que a fala do sr. Luiz Carlos seja levada ao Conselho de Turismo, que pode agir sobre.

Sr. Roquilane questiona o perímetro urbano de Garcia, que antes começava no início do calçamento. Samuel reconhece que não deveria ter recolhido e pede para que o Conselheiro demarque no mapa para posteriormente encaminhar à equipe técnica, que irá ajustar. Sr. Roquilane questiona o critério de demarcação das áreas do Garcia, e Samuel responde que o critério foi o relevo para alteração do perímetro urbano.



Também sobre o Garcia, questiona a medida de afastamento do rio, em que alguns pontos o afastamento chega a 100m, mesmo em pontos em que o rio é menos extenso. Samuel e Roquelaine debatem sobre esses questionamentos do Garcia. Samuel explica que será verificado se há alguma inconsistência. Sr. Roquelaine pergunta sobre a SAVU e a possibilidade de fazer um parque, perguntando se haverá desapropriação dessas áreas.

Samuel responde que não haverá desapropriação. Mas a lógica é delimitar uma área possível de parque.

O Sr. Adinei questiona sobre a delimitação de algumas áreas urbanas no Centro. Samuel fala sobre as condicionantes ambientais que determinam essas limitações.

O Sr. Lucas questiona sobre a situação do plantio de árvores próximo as vias principais do município. Samuel responde que essa questão entra em uma Política de Regramento Rural, e comenta que o PDP não atua sobre isso. O Sr. Lucas questiona aos membros do Conselho o que eles interpretam como Condomínio Rural, e fala que o que ele entendeu conforme descrito no PDP não parece ser condizente com o que os órgãos públicos entendem como condomínio rural.

Samuel explica que existe o condomínio de lotes, apresentando como exemplo o município de Rancho Queimado, que é diferente do condomínio rural, em que a lógica é de organização geral da propriedade, sem o parcelamento do lote.

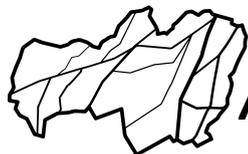
Os participantes debatem sobre as questões de domínio das porcentagem do condomínio rural, lógicas das matrículas, vendas de lotes de condomínios e regimentos internos do condomínio rural.

O Sr. Lucas fala que há uma outra situação, que é o condomínio urbano dentro de um lote rural. E pergunta se no PDP está previsto essa legislação.

Samuel responde que a equipe gostaria que isso não acontecesse. E explica sobre as dinâmicas territoriais que envolvem esse tipo de condomínio no município.

O Sr. Lucas qual seria a diferença de um condomínio rural com 10 chácaras e um condomínio urbano com 10 chácaras. E questiona como Rancho Queimado tem isso.

Samuel responde que o Ministério Público está em cima do município por conta disso.



Sr. Claudio Inacio comenta sobre algumas questões serem responsabilidade do proprietário.

Sr. Lucas comenta que em Rancho Queimado o projeto chega completo para ser aprovado na Prefeitura. Diz ter pesquisado e descoberto que Rancho Queimado está faturando anualmente 2 milhões e meio em IPTU e ITBI.

O Sr. Sérgio comenta sobre cobranças de impostos no município.

O Sr. Michael fala sobre a tributação, e questiona se isso vai diferenciar para a tributação entre rural e urbana.

Sr. Lucas responde que sim, e Samuel fala que não, pois em Angelina continuaria configurando como área rural, explicando que o condomínio rural de Rancho Queimado se encontra em área urbana e por isso é tributado.

Membros debatem sobre a tributação e demais questões relacionadas aos condomínios rurais.

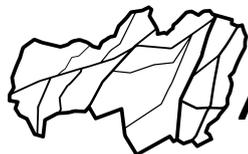
Samuel responde que não pode estender o perímetro urbano pela lógica individual, e que não é porque Rancho Queimado faz que deveria ser feito aqui. E que essa é a forma mais fácil para o empreendedor fazer, mas que não deve ser a lógica de demarcação das áreas urbanas do Plano Diretor. Comenta sobre o estudo feito pela equipe, que se deparou com muitos municípios irregulares no Estado de São Paulo.

O Sr. Sérgio comenta sobre municípios como Rancho Queimado, com eleições em que prefeito, vice-prefeito e a maioria da câmara correspondiam ao mesmo partido e acabaram aprovando diversas leis, que estão até hoje correndo na justiça.

Sr. Claudio Inacio fala que lá ficou claro a ação do agente privado sobre o poder público.

Samuel responde falando que os critérios apresentados no Plano são razoáveis, mas que servem para orientar. Sr. Lucas fala que ele, se fosse empreendedor, não investiria em condomínios rurais no município e que provavelmente não acontecerá no município.

Samuel fala que o território e a complexidade de Angelina é diferente de outros municípios e que a tentativa do plano é não “abrir a porteira” para os condomínios.



Samuel apresenta o QRCode da consulta pública e reforça que tudo que foi debatido deve ser colocado nos formulários que estão abertos.

Terceira Parte - Aprovação do Regimento e datas para a Conferência Final

Sr. Samuel chama a atenção de todos para a última parte da reunião que irá apresentar a proposta de regimento da Conferência Final para votação do Conselho sobre a Versão Preliminar. Apresenta o regimento interno do Conselho e do atual Plano Diretor, que indicam a necessidade da audiência final.

Samuel explica sobre como será a apresentação das contribuições e da sistematização que será feita pela Equipe Técnica da UFSC.

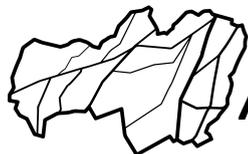
Sugere a programação da Conferência Final, que deverá conter: a solenidade de abertura, a composição da mesa diretora, apresentação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública, debate público e apreciação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública e a deliberação por parte do Conselho de Desenvolvimento Territorial dos conteúdos apresentados

Explica que a discussão deverá ser realizada considerando: a manutenção ou supressão do texto original do conteúdo em consideração; a aprovação de proposta de alteração do conteúdo em consideração, oriunda de conteúdo de formulário sistematizado; ou ainda a formulação de proposta alternativa à de alteração.

Samuel explica sobre a sugestão das regras para a discussão, que são: o pedido de inscrição para manifestação oral, solicitado à mediação; o respeito à sequência de inscrição, estabelecida por ordem de solicitação; o tempo de 2 (dois) minutos, prorrogável por mais 1 (um) minuto, para cada pessoa inscrita para manifestação oral; e o tempo de fala a ser concedido para a equipe do Laboratório de Urbanismo da UFSC, para fins de eventuais considerações técnicas. Abordando a importância de seguir os ritos por ser uma etapa deliberativa.

Sr. Claudio Inacio confirma se o debate será a respeito das proposições chegadas, não sobre o PDP como um todo.

Sr. Lucas questiona o que acontece caso a maioria da população presente na conferência apresente uma pauta divergente da apresentada. Samuel explica que



somente o Conselho terá direito de votar e decidir, reforçando a importância de Angelina ter um Conselho ativo e de todos esses debates internos.

Samuel retoma a apresentação, falando sobre o formato da votação do Conselho de maioria simples (50% + 1).

Sr. Claudio Inacio questiona sobre a presença de membros inativos. Samuel responde que no dia terá a quantidade de fichas correspondente para quem for apto a votar.

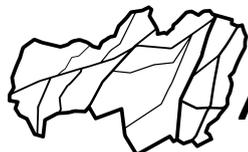
Samuel explica a sugestão da votação, onde os favoráveis não precisam se manifestar, os votos contrários apresentam fichas vermelhas e as abstenções apresentam fichas brancas. E que caso seja realizada a contagem de votos, no resultado apresentado no relatório, deverá constar os votos a favor, os votos em contrário e as eventuais abstenções. Além disso, os resultados da conferência deverão compor o relatório da Plenária de Conferência Final.

Samuel informa também que os conteúdos da Versão Preliminar do Plano Diretor, inclusive seus anexos, que não foram objeto de formulário na Consulta Pública serão considerados como aprovados. Outra informação importante apresentada é que não será admitido a apresentação de novas propostas além das oriundas do conteúdo sistematizado da consulta pública. Samuel explica porque esse detalhe é importante para o Plano não ser descaracterizado depois de tantos debates e partes participativas.

Sr. Samuel explica que o relatório da plenária conterá: o registro de todos os conteúdos sistematizados apresentados na Conferência; o registro de todas as propostas alternativas que forem eventualmente elaboradas durante a Conferência; o registro de todos as eventuais votações; a lista de presença; demais conteúdos que servirão de base para publicação e divulgação dos resultados da Conferência; e os conteúdos deliberados como aprovados que impliquem em alteração de mapas e demais anexos.

Samuel explica que precisamos publicar o regimento e a convocatória 15 dias antes, então a sugestão é que seja feita no dia 12/12/2023 a Audiência Pública com a Conferência Final, a votação dos conselheiros e apresentação da Versão Consolidada. Samuel questiona se o Conselho está de acordo com a proposta apresentada.

Sr. Roquelaine questiona qual será o local da audiência. Samuel responde que não está definido, que o próprio Conselho pode definir mas que pode ser aqui.



Sr. Marcelo justifica sua falta nas últimas três reuniões, parabeniza o conteúdo apresentado até aqui. E questiona se quem não tem acesso a internet está tendo acesso a versão preliminar e aos formulários.

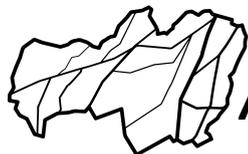
Samuel responde que foi disponibilizado em 04 locais do município, na sede da Prefeitura no Centro, no Posto Saúde do Garcia, no Centro Administrativo de Barra Clara e no Posto de Saúde do Rio Novo.

Samuel agradece as contribuições e encerra a reunião, às 21:33, convidando a todos para uma foto oficial da reunião.

9.2. Lista de Presença da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

Lista de presença membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina e outros:

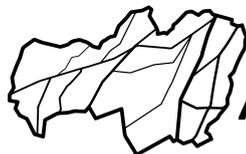
Qnt	Nome	Representação
1	Rosemari Leite Schmidt	Poder Legislativo - Suplente Representante 01
2	Vilmar Diel	Poder Legislativo - Representante 02
3	Michael Soares	Prefeitura Municipal de Angelina
4	Dauri Exterkoetter	APAE
5	Roquilane Souza	Macrozona Urbana de Garcia
6	Maria de Fátima T. Melo	Macrozona Urbana Barra Clara
7	Cinthia Furbringer	Macrozona Urbana Barra Clara - Suplente
8	Luiz Carlos Laurentino	Macrozona Rural de Garcia - Representante 01
9	Marcelo Trierweiler	Macrozona Rural de Garcia - Representante 02
10	Lucas Ternes Hames	Macrozona Urbana da Sede - Representante 01
11	Felício Junkes	Trabalhadores Rurais e Urbanos
12	Claudio Inácio Schuch	Macrozona Rural Central - Representante 01
13	Adelio Nildo da Cruz	Associação de Amigos de Angelina (ANGELMIGOS)



14	Walter Souza Rosa Junior	Prefeitura Municipal de Angelina
15	Irmã Maria Heerdt	Associação das Irmãs Franciscanas de São José
16	Sério Murilo	Vice - Prefeito
17	Adinei Boaventura	Secretário Executivo do CDTA

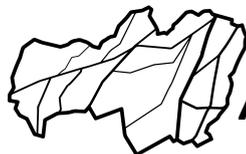
Lista de presença Equipe Técnica UFSC:

Samuel Steiner dos Santos	Apresentador
Nathália Sander	Elaboração da Ata
Nadine Saleh	Apoio



9.3. Fotos da Reunião de discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA





10. Audiência Pública de Conferência Final

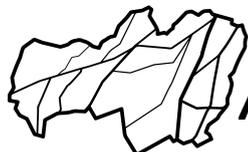
A apresentação base de Slides Audiência Pública de Conferência Final encontra-se disponível no **Anexo 09 - Apresentação Audiência Pública de Conferência Final**.

10.1. Ata da Audiência Pública de Conferência Final

Ata da Audiência Pública de Conferência Final da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: A Audiência Pública de Conferência Final do processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina foi convocada pela Prefeitura Municipal de Angelina, por meio do Edital de Convocação nº 01/2023, previamente publicado no Diário Oficial, extrato do ato nº N° 5378547, e por meio do Decreto nº 212/2023 de Regimento da Audiência. A audiência ocorreu no dia 12 de dezembro de 2023 de modo presencial, no Centro Comunitário de Angelina, situado à Rua Manoel Duarte, nº 123, no bairro Centro. O objetivo da audiência foi apresentar, discutir e deliberar sobre os conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública realizada entre 10/11/23 e 24/11/23, concluindo o processo de revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:



▶ Conferência Final - 12/12/2023

<https://youtu.be/-UUHoqTwtWU>

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC e Maria Carolina Furlan Romi - Equipe Técnica da UFSC.

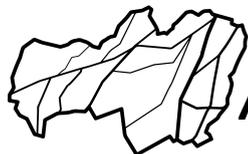
Primeira Parte - Cumprimentos e convocação da mesa

Sr. Adinei faz a abertura da Audiência Pública de Conferência Final do Plano Diretor Participativo de Angelina. Cumprimenta a todos os presentes. Comenta sobre o evento em referência a Revisão da legislação do Plano Diretor atual. Convida os membros da mesa a se encaminharem à frente dos presentes.

Sr. Adinei convida a Prefeita Sra. Roseli Anderle, o Vice-prefeito Sr. Sérgio Murilo Costa, o Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA), e o Sr. Samuel Steiner dos Santos, coordenador do projeto da UFSC. Destaca e agradece a presença das demais entidades e presentes, equipe técnica da UFSC.

Sr. Adinei fala da importância do Plano Diretor no processo de uso e ocupação do solo do município de Angelina. Fala sobre em 2019 se iniciar o processo de campanha para revisão do Plano Diretor de Angelina, o início da formação do CDTA e desde então o esforço do poder público para revisão do plano. Comenta sobre a relação tripartite estabelecida com a FAPEU e a Universidade para dar continuidade ao processo. Fala sobre as atividades participativas que atravessaram o processo, destaca que hoje será o momento de união de todas as informações e conteúdos sistematizados para elaboração da legislação, comenta sobre o processo de consulta pública e a etapa de deliberação por parte do CDTA na conferência. Finaliza sua fala e passa a palavra para o Sr. Sérgio Murilo Costa, vice-prefeito municipal. O Sr. Sérgio fala sobre a Universidade ser a facilitadora do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, comenta sobre o fato de o Conselho ter solicitado a presença de uma equipe técnica nesse processo. Convida o Sr. Valdir de Souza, vereador do município, para sentar-se à mesa com os demais membros já apresentados. Comenta sobre a importância de que, caso haja emendas ao Plano feitas na Câmara dos Vereadores, o CDTA dê atenção às propostas de alterações.

O Sr. Sérgio passa a palavra para o Sr. Dauri, presidente do CDTA que agradece a presença de todos e também dos integrantes da mesa e da equipe técnica da universidade presentes, agradece também aos que propuseram alterações à versão preliminar para melhoria do texto da legislação. O Sr. Dauri comenta que quando o trabalho é feito de forma coletiva ele pode ser mais demorado, mas é mais consistente. Reforça o senso de comunidade, que uma sociedade é sempre mais forte que apenas um indivíduo, e que é importante ter isso em mente quando se elabora uma legislação importante para toda população, comenta que todos em alguma medida interferiram no processo e ressalta a importância das atividades participativas durante a realização das oficinas que se consolida na Versão Preliminar agora apresentada. Comenta que hoje será dada condição para que a versão consolidada seja definida para poder ser encaminhada para Câmara de Vereadores. Ressalta a



responsabilidade do Conselho. O presidente do conselho agradece por tudo e todos que fizeram parte do processo.

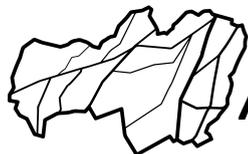
Sr. Adinei passa a palavra para a Prefeita Sra. Roseli, que agradece a presença de todos e também da participação ao longo do processo de revisão do Plano, agradece também os representantes do CDTA e toda equipe técnica da Universidade, agradece a toda a equipe da Prefeitura pela dedicação e esforço para o trabalho. Comenta que o Plano Diretor trata sobre o futuro da cidade e também tem responsabilidade com o desenvolvimento e a qualidade de vida para população, importante para o futuro de Angelina. Ressalta que após esse processo o Plano será encaminhado para a Câmara de Vereadores e que todos da população são importantes para esse trabalho.

O Sr. Adinei agradece novamente a presença de todos e passa a palavra para o Sr. Dauri. O Sr. Dauri declara aberta às 19h23 a Conferência Final do PDP de Angelina e convoca para coordenação dos trabalhos da Audiência o Sr. Samuel Steiner, a mediação do Sr. Márcio França, com o apoio da Sra. Nathália Sander, a relatoria da Sra. Mariana Panzera e o auxílio da relatoria da Sra. Maria Carolina Furlan Romi.

O Sr. Samuel Steiner abre a apresentação dizendo que se iniciou o trabalho há cerca de 1 ano, e que não é hoje, com a conferência final, que se finda o processo, já que será necessário ainda a tramitação do plano diretor dentro do poder legislativo e também a futura implementação da legislação. O Sr. Samuel comenta sobre a importância do Conselho de Desenvolvimento Territorial, fala sobre os avanços do plano e que quando há uma revisão há também necessidade de ajustes eventuais, cita a presença dos conselheiros que participaram das diferentes etapas que permearam o processo. Explica o significado da Conferência Final que contempla a disponibilização da versão preliminar da lei e do período de aceite de contribuições das legislações. Samuel comenta que várias das contribuições foram aceitas, para que o plano tivesse aderência às demandas do município. Samuel fala sobre a importância de se manter o respeito e a serenidade para o tempo de fala dentro do período estipulado no regimento, e que a deliberação será feita por parte dos representantes do conselho conforme a legitimação do processo. O Sr. Samuel comenta que quase toda a equipe técnica da UFSC está presente na Audiência e agradece a presença de todos. Esclarece que na Audiência serão apresentadas as contribuições provenientes da consulta pública, seguidas dos pareceres técnicos, e que depois será feita a deliberação das contribuições.

O Sr. Samuel fala que passará rapidamente pelo objetivo da conferência já presente no Regimento Interno disponibilizado, comenta que estamos no final do processo, e que será após será elaborada a versão consolidada. O Sr. Samuel agradece a presença do vereador, comenta que deixa a equipe disponível para apresentação e resolução de dúvidas que venham a acontecer.

O Sr. Samuel segue a apresentação sobre os processos participativos realizados, as audiências, as oficinas territoriais, apresenta alguns dados quantitativos da presença da população nos eventos. Reitera que todas as atividades foram registradas com fotos, vídeos e ata. Comenta sobre os produtos que estão disponíveis no site oficial do projeto (participaangelina.ufsc.br); apresenta o caminho para acesso de cada um dos produtos. Segue



a apresentação sobre como foi feita a consulta pública por meio de formulários físicos e online para que se possibilitasse que todos pudessem fazer suas contribuições, entre os dias 10 e 24 de novembro.

Em seguida, inicia a leitura do rito da Conferência Final, que foi regulamentada pelo Decreto nº. 212/2023, fala sobre a discussão que considera como serão tratados os encaminhamentos. Fala sobre o processo deliberativo estabelecido por parte do CDTA. Comenta sobre o período de manifestação oral quando solicitado pelos presentes, em que se fará a inscrição com um dos técnicos da UFSC, e que será necessário atentar ao tempo disponibilizado de um minuto, prorrogável por mais um minuto, podendo pedir a palavra novamente.

Comenta sobre o processo em que será colocada a contribuição para deliberação. A deliberação, por parte dos conselheiros, seguirá a regra de 50% + 1 dos votos para aprovação ou reprovação. O Sr. Samuel aponta que sempre se tentará construir consenso sobre as deliberações, e quando necessário colocar em votação serão contabilizados os votos pelos membros da equipe da UFSC.

É aberta então a explicação de como foram sistematizadas as contribuições. Descrevendo que foram 50 (cinquenta) contribuições no formulário online e 1 (uma) contribuição por formulário físico.

Ao todo, houve 20 contribuições com caráter de alteração, 25 de exclusão e 6 de inclusão.

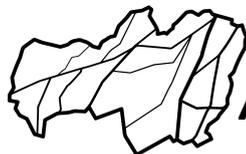
O Sr. Samuel explica que de forma geral foram 51 contribuições e que as sugestões da equipe técnica da UFSC, são para 7 sem deliberação, 14 recomendações de admissão, 3 recomendações de admissão com ajustes, 2 recomendações de recusa. Haverá 26 respostas da UFSC, uma vez que 25 das 51 contribuições são iguais. Comenta que 92% das contribuições foram acolhidas pela equipe técnica, o que reitera a importância da participação da população na Consulta Pública.

O Sr. Samuel explica que se iniciará pelas contribuições que são erros de texto e cartográficos, as sugestões de deliberação em bloco que são consideradas simples, e após as contribuições de deliberação - em que constam as deliberações agregadas, contribuições individuais, parâmetros de zoneamento específico, e depois contribuições que são relacionadas pelas suas similaridades apesar de virem de localidades diferentes.

O Sr. Samuel fala que é possível que o conselho interfira no processo de separação dos casos na observância da importância de que não sejam em bloco, mas sim individualmente.

Segunda Parte - Apresentação dos pareceres das contribuições e Deliberação

Às 19h42 o Sr. Samuel inicia a leitura das sugestões de ajustes textuais, que não terão deliberação:



Código da contribuição	FO37.G01
Sugestão e Justificativa	Corrigir a vinculação entre artigos do Plano Diretor. O artigo 144 precisa ser retificado no item I (acredita-se que seja erro de formatação). Os elementos não computáveis para Coeficiente de Aproveitamento deverão ser os definidos no artigo 137 e não no art. 138 como está descrito no texto.

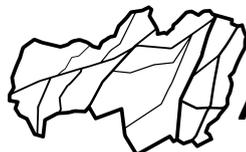
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO37.G01	Correção da remissão do art. 138 para o art. 137

Código da contribuição	FO47.X04
Sugestão e Justificativa	A - Revisão da redação do artigo no trecho: "...lei municipal poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo", não seria no caput deste artigo (109), mas sim no do Art. 108 do PD. B - Revisão da redação do inciso III: "...de interesse social ou de baixo impacto ambiental a Lei Federal 14.285/2021", não seria na lei citada, mas sim na Lei 12.651/2006. A- As definições de faixas marginais são tratadas no caput do Art. 108. B - A Lei Federal 14.285/2021 não define os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, mas sim altera artigos da Lei Federal 12.651/2006 que, por sua vez, os define

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO47.X04	Ajuste de texto do caput do art. 109; e do inciso III do art. 109

- O Sr. Samuel às 19h44 inicia a leitura das sugestões de ajustes cartográficos, também sem deliberação:

Código da contribuição	FO35.G01
Sugestão e Justificativa	Sugestão de correção adequar o anexo 11A de acordo com o Anexo 07, considerando o afastamento de 30m como APP. Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo 11A. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que os demais cursos d'água, que exigem afastamento de 30m, considerando-se que o Rio Mundéus apresenta largura menor que 10m e deveria apresentar faixa de APP similar aos demais cursos. Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11A com as representações do Anexo 07, que aparentemente considera as faixas marginais de 30m de forma adequada.



Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO35.G01	Correção do anexo 11A de acordo com anexo 07, considerando afastamento de 30m como APP

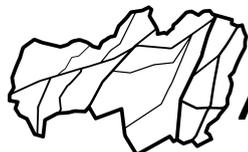
Código da contribuição	FO38.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Sugestão de correção adequar o anexo 11B de acordo com o Anexo 08, considerando o afastamento de 30m como APP, e que também já estava contemplado no anexo 08 do plano diretor vigente.</p> <p>Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo11B. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que afastamento de 50m, considerando-se que o Rio Garcia apresenta largura menor que 50m. Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11B com as representações do Anexo 08, que aparentemente considera as faixas marginais de 50m de forma adequada.</p>

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO38.G01	Correção de anexo 11B de acordo com anexo 08, considerando afastamento de 30m como APP.

Código da contribuição	FO39.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Retificação da faixa marginal de curso d'água, demarcado indevidamente nos anexos 08 e 11B.</p> <p>Deve-se revisar a representação gráfica de curso d'água e suas faixas marginais de APP em trecho do perímetro urbano do Garcia em macroárea urbana ZRM, pois a demarcação sugerida está sobre uma vala seca, enquanto o efetivo curso d'água percorre na margem da estrada do Viveiro Municipal. Segue em anexo a demarcação desse curso d'água com a indicação do seu sentido de percurso correto.</p>

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO39.G01	Corrigir o traçado do rio e da faixa de 30 metros com base nas imagens disponíveis e indicação do formulário (FO39.G01).

Às 19h46 o Sr. Samuel faz a leitura das sugestões que não foi possível processar, já que apresentam texto genérico, não sendo possível elaborar o parecer técnico a respeito de seu



conteúdo.

Código da contribuição	FO42.X02
Sugestão e Justificativa	Incluir areas que estão fora do antigo PD. Porque sera incluído todas as áreas do municipio.

Código da contribuição	FO43.X03
Sugestão e Justificativa	Prefiro não opinar crescimento municipal

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO42.X02 FO43.X03	Para que uma proposta seja adequadamente avaliada conforme o método da consulta pública aprovado pelo CDTA, faz-se necessário não só que tais formulários estejam completamente preenchidos, mas, ainda, que as justificativas das propostas e solicitações apresentadas forneçam elementos suficientes para compreender suas intenções e cabimento em termos técnicos. Da forma que foi elaborada a justificativa pelo autor dos formulários, não há elementos suficientes para avaliação e oferta de eventuais recomendações.

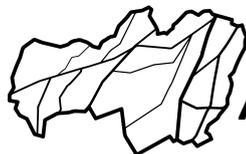
Às 19h48 o Sr. Roquilaine pede que se coloque em tela a sugestão de encaminhamento referente ao código FO38 para verificar a extensão da APP, ele pergunta sobre a APP da legislação. O Sr. Lucas pergunta sobre a escala da imagem. Os pedidos são atendidos e explicados.

Às 19h49 o Sr. Samuel inicia a leitura das contribuições que terão deliberação em bloco.

Votação 01: Deliberação em bloco

Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO27.

Código da contribuição	FO27.C25
Sugestão e Justificativa	Considerando as mudanças nas formas de comunicação ao longo dos anos e a atual redução de circulação de jornais impressos periódicos no município, de acordo com o link https://www.guiademidia.com.br/jornaisdesantacatarina.htm , sugiro a revisão desse ponto específico no Plano Diretor. A rápida obsolescência dos veículos de mídia impressos, aliada à crescente preferência por meios digitais, pode impactar negativamente a eficácia dessa prática. A remoção deste parágrafo permitiria a gradual migração do principal meio de



	divulgação para utilização de atuais e futuros meios digitais que possam alcançar uma gama mais ampla de residentes, incluindo aqueles que podem estar fora da área de circulação de um jornal impresso.
--	--

O Sr. Samuel faz a leitura do parecer técnico anexando a sugestão e ampliando os meios de divulgação previstos do texto existente.

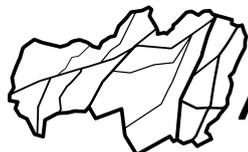
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	§ 4º Fica instituído, como principal meio para mobilização e divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios oficiais ou de outros meios, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no Município.
NOVA REDAÇÃO	§ 4º A publicação de edital de convocação deverá ser publicada nos meios oficiais e poderá ser divulgada por meio das mídias digitais oficiais da Prefeitura, jornal impresso de grande circulação no Município e congêneres.

Inicia a leitura da sugestão abaixo, F029.

Código da contribuição	F029.C25
Sugestão e Justificativa	II – A proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em colaboração com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal. Essa modificação propõe uma abordagem mais proativa, incentivando não apenas a integração, mas também a proposição e prospecção de projetos por parte dos estudantes e coordenadores de curso. Isso cria um ambiente mais dinâmico e participativo, alinhado com a legislação que promove a extensão universitária em todo o país.

O Sr. Samuel faz a leitura da da proposta técnica de integração da proposição junto a adaptação do texto anterior.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	II – a integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal por aprimoramento de técnicas necessárias ao cumprimento dos objetivos e diretrizes do plano ambiental;
NOVA REDAÇÃO	II – A proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em colaboração com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal, por aprimoramento de técnicas necessárias ao cumprimento dos objetivos e diretrizes do plano ambiental;



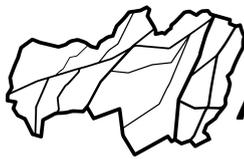
Inicia a leitura da contribuição abaixo, F031. Faz a leitura da proposta técnica, que incluiu a atuação da PROJEC no texto da lei, como sugere a contribuição.

Código da contribuição	F031.C25
Sugestão e Justificativa	<p>O PREGEC será responsável por desenvolver e executar simulações de emergência que envolvam diversos cenários e situações de risco. Essas simulações visam testar a eficácia dos planos de emergência, identificar áreas de melhoria e capacitar a comunidade para responder de forma eficiente a situações de crise. A promoção dessas simulações será realizada em colaboração com órgãos competentes, instituições de ensino, e demais parceiros envolvidos no gerenciamento de emergências.</p> <p>Esta inclusão visa fortalecer as ações de preparação e resposta a emergências, proporcionando à comunidade local oportunidades de treinamento prático e promovendo uma cultura de prevenção e resposta eficaz a situações de crise.</p>

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
NOVA REDAÇÃO	<p>Inclusão do Inciso XVII. Art. 45. O PREGEC deverá, no mínimo: XVII - desenvolver e executar simulações de emergência que envolvam diversos cenários e situações de risco.</p>

Às 19h56 inicia leitura da contribuição abaixo, FO48.

Código da contribuição	FO48.X04
Sugestão e Justificativa	<p>A - Inclusão de parágrafo ao Art. 123 que preveja que a AEIA de Proteção Hídrica terá sua delimitação ajustada em consonância com as novas delimitações definidas a partir da efetivação das previsões do Art. 109 do PD. B - Ou a exclusão do artigo.</p> <p>A - As Áreas Especiais de Interesse Ambiental - AEIA Proteção Hídrica consistem em um sobrezoneamento que atualmente coincide com as Áreas de Preservação Permanente de hidrografia. Havendo a efetivação da previsão do Art. 109, serão definidas faixas de APP distintas daquelas estabelecidas atualmente. Se por um lado, e após tantas lutas, foi alcançada a possibilidade de flexibilização das APPs de hidrografia em áreas urbanas consolidadas e a regularidade de ocupação destas áreas, por outro lado o Art. 123 do PD imputará ao proprietário a elaboração de um EIA/RIMA para a intervenção em AEIA. Ou seja, pela redação atual, a rigor, será exigido um EIA/RIMA para qualquer intervenção como ampliação de residências, construção de muros e calçadas, nas áreas que deixaram de ser APP mas continuam sendo AEIA, e isto é desproporcional. Neste sentido, é preciso que a delimitação da AEIA de Proteção Hídrica acompanhe os ajustes advindos da efetivação do Art. 109. B - Conforme Art. 100, constituem também a AEIA o Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU). O SAVU, por sua vez, é composto por áreas verdes públicas, áreas verdes do sistema viário, dentre outras. Desse modo,</p>



	se as intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), as intervenções em Áreas Verdes Urbanas, por ínfimas que sejam, quando não emanadas do próprio município, também demandarão a elaboração de um EIA/RIMA, ensejando um trâmite por vezes desproporcional à intervenção pretendida.
--	--

O Sr. Samuel explica a natureza da proposta que faz referência a legislação de n.º 14.285/2021 em que se considera as faixas de APP e suas dimensões, e a relação com o diagnóstico socioambiental que será elaborado futuramente pela municipalidade que poderá ou não flexibilizar a dimensão da faixa de proteção permanente em áreas urbanas consolidadas. Segue para a leitura da justificativa da contribuição na íntegra.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	Art. 123. As intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
NOVA REDAÇÃO	Art. 123. As intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (AEIA). Parágrafo único. A AEIA de Proteção Hídrica deverá ter sua delimitação ajustada no caso da efetivação das situações previstas no Art. 109.

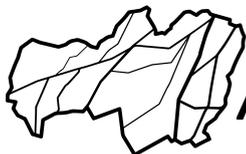
O Sr. Lucas, do CDTA, comenta que não compreendeu a justificativa. O Sr. Samuel explica. Como encaminhamento, o Sr. Samuel fala sobre a inclusão de um artigo na Lei que versa sobre a proposta apresentada nesta contribuição.

20h01 Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO50:

Código da contribuição	FO50.X04
Sugestão e Justificativa	Alteração da redação para: Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) e que representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano, onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes. A cidade está localizada em um vale, em meio à áreas declivosas e com áreas planas limitadas. A flexibilização proposta ao artigo possibilitaria o adensamento na ocupação das áreas urbanas centrais, controlando a expansão urbana sobre as áreas rurais. Esta flexibilização para áreas com declividade igual ou superior a 30% é prevista na Lei n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.

O Sr. Samuel fala sobre o encaminhamento de admissão da proposta apresentada nesta contribuição.

Redação	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos pela e representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico



	dentro do perímetro urbano.
NOVA REDAÇÃO	Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos pela e representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

20h04 Samuel sugere que as contribuições sejam aprovadas em bloco e que caso alguém queira fazer alguma pergunta ou tenha objeção possa fazer. Samuel passa a palavra para o Sr. Márcio explica brevemente como se dará o processo deliberativo e abre a votação.

A respeito do bloco apresentado:

Às 20h05 há 9 (nove) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções.

Às 20h05 o Sr. Samuel inicia a leitura das contribuições que terão deliberação simples, iniciando pelas contribuições agregadas.

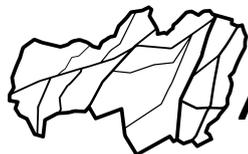
Votação 02: Deliberação simples

Samuel faz a leitura da primeira contribuição a seguir:

Código da contribuição	FO02.C02
Sugestão e Justificativa	Exclusão da minha propriedade no perímetro urbano central, pois considero desnecessário e não foi consultado a comunidade, nem mesmo eu e meus vizinho. Visivelmente caracteriza interesse imobiliário de apenas um proprietário. Solicito tal exclusão, pois não vejo qualquer benefício, pois prefiro que fique como está, área rural.

Código da contribuição	FO03.C03
Sugestão e Justificativa	Não autorizo a inclusão do meu imóvel na zona urbana, pois estranha-se que apenas um lado da rua está contemplada como zona urbana e trata-se exclusivamente de interesse imobiliário de apenas um proprietário que está evidenciado nas fotos. Trata-se exclusivamente de interesse imobiliário de apenas um proprietário e atual vereador, que está evidenciado nas fotos. Sendo assim, NÃO AUTORIZO A INCLUSÃO DO MEU IMÓVEL COMO URBANO.

Código da contribuição	FO05.C04
Sugestão e Justificativa	Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana, já que não tive qualquer consulta e muito menos autorização para que fosse incluída na

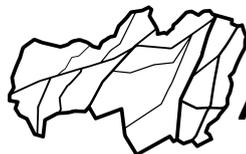


	<p>referida área. Trata-se de inclusão de toda área útil do imóvel, que hoje inclui pastagem e lavoura. A inclusão, sem minha autorização, caracteriza, sem sombra de dúvida, interesse de próprio de proprietário de imóveis vizinho, pela especulação imobiliária. Assim sendo, NÃO AUTORIZO E PROÍBO que o imóvel seja incluído como área urbana, ficando como está, como zona rural. Questiono o porque de somente um lado da estrada da área foi demarcada como futura área urbana, que inclusive é margeada por um rio, que causa grandes enchentes, foi demarcada e não a outro lado, que possui já várias residências, fica muito duvidosa o interesse público, levando a crer que o interesse é totalmente particular por parte de investidores.</p>
--	---

Código da contribuição	FO06.C05, FO07.C06, FO08.C07, FO09.C08, FO10.C09, FO11.C10, FO12.C11, FO13.C12, FO14.C13, FO15.C14, FO16.C15, FO17.C16, FO18.C17, FO19.C18, FO20.C19, FO21.C20, FO22.C21, FO23.C22, FO24.C23
Sugestão e Justificativa	<p>Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana.</p> <p>Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana, já que não tive qualquer consulta e muito menos autorização para que fosse incluída na referida área. Trata-se de inclusão de toda área útil do imóvel, que hoje inclui pastagem e lavoura. A inclusão, sem minha autorização, caracteriza, sem sombra de dúvida, interesse do próprio proprietário do imóvel vizinhos, pela especulação imobiliária. Assim sendo, NÃO AUTORIZO E PROÍBO que o imóvel seja incluído como área urbana, ficando como está, como zona rural. Questiono o porquê de somente um lado da estrada da área foi demarcada como futura área urbana, que inclusive é margeada por um rio, que causa grandes enchentes, foi demarcada e não a outro lado, que possui já várias residências, fica muito duvidosa o interesse público, levando a crer que o interesse é totalmente particular por parte de investidores.</p>

Código da contribuição	FO26.C24
Sugestão e Justificativa	<p>Não quero que meu terreno seja incluído como perímetro urbano.</p> <p>Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana, já que não tive qualquer consulta e muito menos autorização para que fosse incluída na referida área. Trata-se de inclusão de toda área útil do imóvel, que hoje inclui pastagem e lavoura. A inclusão, sem minha autorização, caracteriza, sem sombra de dúvida, interesse do próprio proprietário do imóvel vizinhos, pela especulação imobiliária. Assim sendo, NÃO AUTORIZO E PROÍBO que o imóvel seja incluído como área urbana, ficando como está, como zona rural. Questiono o porquê de somente um lado da estrada da área foi demarcada como futura área urbana, que inclusive é margeada por um rio, que causa grandes enchentes, foi demarcada e não a outro lado, que possui já várias residências, fica muito duvidosa o interesse público, levando a crer que o interesse é totalmente particular por parte de investidores.</p>

Código da contribuição	FO41.C26
Sugestão e Justificativa	sou contra de minha terra a passar de area rural para urbona.

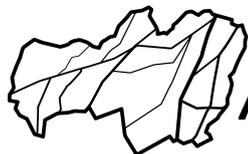


	Não foi consultado nem um membros de minha familia sobre esta area rural ,que por interece imobiliario de um proprietario estremante de nossa terra ,para fazer um loteamento.Pois minha familia é totalmente contra a se tornar perimetro urbano nossa propriedade.
--	--

Código da contribuição	FF01.C
Sugestão e Justificativa	Exclusão do meu imóvel da área proposta na área urbana. Não autorizo meu imóvel seja incluído como imóvel urbano, já que não consultado, muito menos autorizei. Trata-se só de interesse particular e não público. Especulação imobiliária. Não autorizo.

O Sr. Samuel fala que quando há a demarcação do perímetro urbano em uma área rural não é necessário que ele proceda ao parcelamento do solo. Caso o proprietário da gleba promova o uso do solo para finalidade de produção rural, ele poderá comprovar para a municipalidade que promove essa atividade para fins de isenção de pagamento de IPTU. O Sr. Samuel segue para a leitura da justificativa técnica da equipe, comenta que a demarcação do perímetro urbano nesta área foi apresentada ao longo das oficinas tendo seu aceite, visando que haja áreas planas e propícias à ocupação no futuro.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO02.C02 FO03.C03 FO05.C04 FO06.C05 FO07.C06 FO08.C07 FO09.C08 FO10.C09 FO11.C10 FO12.C11 FO13.C12 FO14.C13 FO15.C14 FO16.C15 FO17.C16 FO18.C17 FO19.C18 FO20.C19 FO21.C20 FO22.C21 FO23.C22 FO24.C23 FO26.C24 FO41.C26	<p>Para que uma proposta seja adequadamente avaliada conforme o método da consulta pública aprovado pelo CDTA, faz-se necessário não só que tais formulários estejam completamente preenchidos, mas, ainda, que as justificativas das propostas e solicitações apresentadas forneçam elementos suficientes para compreender suas intenções e cabimento em termos técnicos.</p> <p>Ressalte-se, ainda, que a estrutura normativa aplicável à organização dos poderes públicos e divisão de competências estabelece que, nos municípios brasileiros, o poder de autorização ou proibição para fins da ordenação e controle do uso do solo urbano é da atribuição exclusiva da Administração Pública municipal, do Poder Legislativo local e, quando a legislação assim o define, dos poderes públicos estadual e federal. Neste sentido, numa municipalidade, quem tem poder de autorizar ou proibir em sede de política urbana são os Poderes Públicos.</p>



FF01.C

É aberto para votação às 20h10 para essa contribuição.

Sra. Chimene pergunta qual é a justificativa do proprietário para esta contribuição, se há alteração da base de pagamento do valor de ITR para IPTU. O Sr. Samuel explica que não há essa alteração já que o proprietário poderá comprovar a produção e continuará pagando o ITR.

Sr. Lucas pede a palavra e diz que a fim de complementar a explicação explica que tanto na área urbana quanto na área rural no que concerne ao pagamento do tributo é a destinação da área/terreno, e que às vezes as prefeitura cobram de forma equivocada, mas que é possível esse ajuste.

O Sr. Roquilane comenta que não ficou clara qual é a área, já que não é apresentado mapa de localização da área em questão. Ele comenta sobre o fato de uma área ter sido demarcada como perímetro urbano em que há risco. Samuel explica que não foram recebidos mapas indicando qual a área referida na contribuição.

O Sr. Lucas pergunta se foram 25 pessoas que pediram essa proposta de alteração. O Sr. Samuel explica que foram 3 pessoas que repetiram essa demanda de forma alternada por 25 vezes.

O Sr. Jairo pergunta quais foram os critérios de demarcação da área, se foi interesse público ou de outra natureza. O Sr. Samuel explica a questão geográfica do município e a escolha das áreas de expansão do município, fala sobre as áreas que estão mais isentas de risco, e com menos suscetibilidade, explica os critérios em níveis, que são as áreas mais propícias para expansão urbana no futuro. Adiciona que é necessário levar em consideração a estrutura fundiária, a fim de não se segmentar propriedades na demarcação do perímetro urbano.

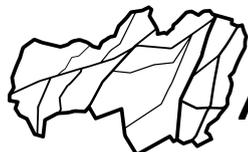
Às 20h16 o Sr. Márcio questiona sobre a votação. O Sr. Lucas fala que teve uma coisa que não ficou clara, só quer confirmar como é o processo de votação para essa contribuição. O Sr. Samuel explica como funciona o processo, que os conselheiros sempre votarão pelo parecer da equipe técnica de forma a aprovar ou desaprovar.

O Sr. Felicio questiona os critérios de demarcação do perímetro urbano. O Sr. Samuel responde que serão apresentados os mapas posteriormente.

O Sr. Lucas pergunta para deixar claro: todo imóvel que estiver dentro do perímetro urbano é urbano, mas que a tributação depende da atividade.

A respeito da contribuição apresentada:

O Sr. Márcio abre a votação às 20h20. O encaminhamento da equipe técnica foi aprovado por unanimidade por 11 votos favoráveis.



Votação 03: Deliberação simples

Às 20h21 o Sr. Samuel inicia a leitura das contribuições que terão deliberação individual.

O Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO49:

Código da contribuição	FO49.X04
Sugestão e Justificativa	Selecionar área com melhores condições de relevo. De acordo com as definições do Art. 96 do PD, a Área Especial de Interesse Social, resumidamente, se destina à oferta de terrenos e/ou habitação para população de baixa renda. Entretanto, aparentemente, boa parte da área delimitada no Anexo 12-B apresenta declividade superior à 30%, condição esta que impossibilitaria o parcelamento do solo de acordo com o inciso IV do parágrafo 2º do Art. 179 do PD.

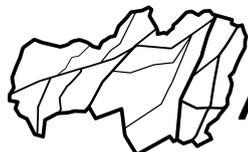
O Sr. Samuel explica a natureza da contribuição e a demarcação equivocada da área originada do Plano Diretor anterior, justifica que não é realmente uma área adequada para ocupação e para destinação de investimentos quando o município tiver essa oportunidade por meio de financiamentos estaduais ou federais. Comenta que a sugestão da equipe técnica é o acolhimento da proposta apresentada pela contribuição com alterações, isto é, a supressão das ZEIS demarcadas e alteração do artigo 196. E explica a proposição da cota de solidariedade em novos parcelamento.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO49.X04	1) Exclusão das ZEIS demarcadas no mapa; 2) Inserção de artigo após ao art. 195, com a seguinte redação: Art. 196 Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Lei Complementar, para empreendimentos com área total superior à 2ha será exigida a destinação de 5% da área para implantação de programas Habitacionais de Interesse Social, ou o equivalente em recursos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Angelina (FMDT).

Às 20h24 o Sr. Márcio questiona se há dúvida e abre a votação. O Sr. Lucas diz que tem uma dúvida, pergunta sobre qual o critério para destinação desses lotes, O Sr. Samuel explica que em todos os processos de parcelamento do solo, a prefeitura terá a oportunidade por meio da consulta de viabilidade de indicar onde serão os melhores locais para destinação dessas áreas.

O Sr. Lucas fala que já que isso será colocado em votação, será interessante que cada um reflita sobre o custo de viabilização de um loteamento, mas que a destinação de alguns lotes para interesse social iria encarecer ainda mais o projeto. O Sr. Lucas questiona “até que ponto é viável financeiramente inserir essa demanda?”

O Sr. Samuel questiona se há mais alguma consideração. O Sr. Dauri pede a palavra para complementar, comenta que o plano diretor em 2008 sugeria aquelas áreas, e que é possível que no próximo haja outros encaminhamentos.



A Sra. Chimene questiona se se manterá a AEIS do jeito que está ou se é necessário refletir se é possível que seja um parcelamento em áreas maiores do que 2 hectares. Samuel explica a lógica de cálculo considerando as áreas doadas. O Sr. Samuel explica as condições ambientais do município, para a lógica de 40 lotes para 1 lote de interesse social no cálculo proposto.

O Sr. Michael pede a palavra, comenta sobre os processos de revisão dos planos em que pode participar. Fala sobre a área que eventualmente o parcelador terá que disponibilizar, e que o plano tem uma visão coletiva. O Sr. Michael fala sobre a necessidade de os loteamentos terem áreas adequadas para uso público e também para lotes que sejam adequados às demandas do município.

Às 20h33 o Sr. Marcio coloca para votação.

Para esse bloco foi aprovado por unanimidade a sugestão dada pela Universidade.

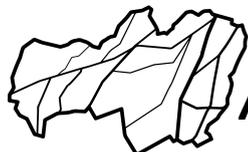
Votação 04: Deliberação simples

Às 20h33 o Sr. Samuel inicia a leitura da contribuição abaixo, FO36:

Código da contribuição	FO36.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Adequar o artigo 108 vinculando diretamente à Lei 12651/2012.</p> <p>Sabendo-se que devemos respeitar o código Florestal, Lei 12651/2012, sugere-se que o artigo 108 apenas vincule ao estabelecido no Código Florestal e não discrimine o dimensionamento dessas faixas marginais no próprio corpo do texto do Plano Diretor Municipal. Essa ação deixará a legislação municipal sempre alinhada ao que estabelecerá a lei federal, pois na hipótese de ocorrer alguma alteração na Lei Federal nesses dimensionamentos das faixas de APP, o plano diretor estará automaticamente atualizado, sem depender de novas revisões.</p> <p>A sugestão vai ao encontro do Art. 109 que já vincula à regulamentação da Lei Federal 14.285/2021, que estabelece a possibilidade de faixas marginais distintas em áreas urbanas consolidadas.</p>

O Sr. Samuel explica a natureza da contribuição, que sugere a vinculação do Plano Diretor à Lei Federal (Lei nº 12.651/2012). O Sr. Samuel explica que a não remissão é intencional, uma vez que permite que a legislação municipal não seja alterada em caso de alteração da lei federal. Na sequência, apresenta os prós e contras de fazer a remissão ou não da lei federal no Plano Diretor. Explica que a votação em questão trata-se da aprovação de uma das duas opções apresentadas como encaminhamento pela equipe técnica.

As duas possibilidades são válidas e cada uma traz pontos positivos e pontos negativos.
A equipe técnica sugere manter o texto do PDP com a descrição do entendimento de APP.



<p>Opção 01: Descrever no texto da lei:</p> <ul style="list-style-type: none">• garante que Angelina tenha um entendimento próprio. Assim, mesmo que a Lei Federal mude para menos protetiva, o município seguiria com critérios de proteção;• Caso a legislação mude, os textos das leis ficariam com redações e entendimento diferentes.	<p>Opção 02: Vincular ao Código Florestal:</p> <ul style="list-style-type: none">• as alterações da legislação federal seriam contempladas sem ter que refazer uma redação para cada alteração;• As alterações exigiriam que o município revisasse os seu mapeamento a cada alteração de leis de esferas superiores (Federal e Estadual) referentes a essa pauta.
--	---

O Sr. Lucas pede a palavra, a sugestão dele é que seria melhor a opção 2, para que não seja necessário promover a alteração do texto do Plano caso a Lei do Código Ambiental seja alterada, e sugere que a Lei Federal conste como anexo do Plano.

O Sr. Roquilane questiona se na opção 2, para que não haja confrontamento na legislação, seria só feita a remissão. O Sr. Márcio explica que em ambas as proposições da equipe técnica, a Lei Federal está sendo contemplada.

O Sr. Chimene pede a palavra, fala que nas duas opção é mais razoável que seja a opção 2, já que existe também a legislação estadual, e que a divergência da redação do Plano com as leis federais e estaduais podem causar insegurança legislativa.

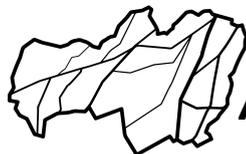
O Sr. Márcio explica que quem concorda com a opção 1 levante o rosa e a opção 2 o branco.

Por unanimidade é escolhida a opção 2.

Votação 05: Deliberação simples

Às 20h43 o Sr. Samuel inicia a leitura da contribuição abaixo, FO28:

Código da contribuição	FO28.C25
Sugestão e Justificativa	<p>Gostaria de expressar meu apoio ao disposto no Artigo 35, inciso XII, que menciona os incentivos fiscais para as áreas de preservação permanente dentro do perímetro urbano que estiverem efetivamente preservadas. Essa abordagem é fundamental para promover a conservação ambiental e proteger os recursos naturais. Contudo, gostaria de sugerir uma ampliação dessa prática, considerando a predominância rural de Angelina.</p> <p>Nota-se que grande parte da população depende da preservação das áreas de preservação permanente, como nascentes e encostas de cursos d'água, para o abastecimento de água e para atender às necessidades básicas das comunidades rurais.</p> <p>Portanto, sugiro que a comissão considere a extensão dos incentivos fiscais também para as áreas rurais. Isso seria crucial não apenas para reconhecer o papel vital dessas áreas na subsistência das comunidades rurais, mas também para promover práticas sustentáveis de uso da terra em consonância com os objetivos</p>



ambientais do município.

O Sr. Samuel comenta que o parecer da equipe técnica foi contrário, considerando que a questão tributária do município concerne apenas a área urbana, já que a tributação da área rural compete ao governo federal por meio do INCRA. Comenta que o município já não promove a tributação em áreas rurais, dessa forma não poderá oferecer condições de diminuição de tributação.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO28.C25	O incentivo fiscal busca estimular que sejam alcançados os propósitos de se proteger as Áreas de Preservação Permanente (APP) para garantir a manutenção dos recursos hídricos, a biodiversidade e a estabilidade dos solos. No âmbito da esfera fiscal, o município tem competência específica para legislar sobre a tributação de propriedades e ocupações urbanas, sendo os terrenos em área rural de competência da União. Embora o município possa firmar convênio com Governo Federal para fiscalizar, lançar e cobrar os créditos tributários do Imposto Territorial Rural (ITR), ao município não compete legislar sobre o ITR para alterar ou fixar valores do imóvel rural, assim como proceder a cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança. Além disso, já há incentivo fiscal para as APP em áreas rurais como forma de impulsionar a atuação positiva do produtor rural na manutenção de APP situada em imóvel de sua propriedade por meio da Lei 9.393/96, a qual prevê a isenção do ITR na área de tal natureza, nos termos do que dispõe seu artigo art. 10, inciso II, alínea a.

A sugestão da equipe técnica é a de recusa.

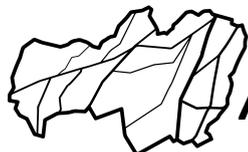
Às 20h46 Marcio questiona se há dúvidas e abre a votação. A proposta da equipe técnica foi aprovada por unanimidade.

Votação 06: Deliberação simples

Às 20h47 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO30:

Código da contribuição	FO30.G01
Sugestão e Justificativa	Considerando a importância crescente dos sistemas consorciados de agroecologia e reconhecendo o potencial benéfico do eucalipto em Sistemas Agroflorestais, sugerimos uma reavaliação da distância estabelecida para o plantio de eucaliptos, especialmente quando incorporados em práticas agroecológicas. Proponho que, em casos de sistemas consorciados de agroecologia, a distância mínima de 4,00m (quatro metros) para o plantio de pinus e eucaliptos próximo a lavouras seja reavaliada. A flexibilização dessa distância pode promover práticas agrícolas sustentáveis, permitindo a integração dessas espécies de forma harmoniosa e sinérgica com as atividades agrícolas. Essa abordagem visa incentivar práticas agrícolas mais diversificadas, alinhadas aos princípios da agroecologia, e reconhece o papel benéfico que o eucalipto pode desempenhar em sistemas agroflorestais.

O Sr. Samuel comenta que a sugestão foi admitida pela equipe técnica, com nova redação.



Redação	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	XI – a proibição do plantio de pinus e eucaliptos até 30,00m (trinta metros) da extrema do terreno com benfeitorias e de rede elétrica e até 4,00m (quatro metros) de lavouras.
NOVA REDAÇÃO	XI – a proibição do plantio de pinus e eucaliptos até 30,00m (trinta metros) da extrema do terreno com benfeitorias e de rede elétrica e, no caso de monoculturas de pinus ou eucaliptos sem consorciamento de culturas, até 4,00m (quatro metros) de lavouras.

O Sr. Roquilane questiona a respeito dos 4m de largura que não incidiram dentro já da parte do terreno.

O Sr. Felício fala sobre o aumento da faixa de afastamento da plantação de eucalipto para 30 m de distância da lavoura, considerando que o eucalipto prejudica a plantação.

O Sr. Roquilane fala sobre os 30 metros em relação ao vizinho que é necessário.

O Sr. Michael fala sobre as plantações dentro do município e em terrenos próprios que fazem divisa com a lavoura.

O Sr. Roquilane fala sobre a questão de ter 30 metros da estrema.

O Sr. Samuel explica que esta sugestão da equipe técnica compreende duas dimensões: a proteção da lavoura dos vizinhos e a proteção da área pública de instalação.

O Sr. Lucas questiona se esses 30 metros deverão ser respeitados independentemente de haver lavoura nas propriedades vizinhas.

O Sr. José Alberto Werner fala sobre uma legislação que já exige que haja 5 m de distância da margem do sistema viário.

O Sr. Lucas diz que o ideal seria que fosse de 30 m das redes elétricas.

O Sr. Werner diz que no Plano Diretor de 2008 já são determinados os 30 m de distância da lavoura.

O Sr. Felício questiona o “até” 30 metros. O Sr. Samuel explica que 30 m é o mínimo que se deve distar, podendo esta distância ser maior que estes 30 m.

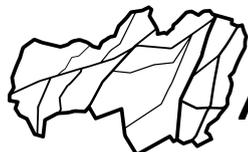
Às 20h57 o Sr. Marcio abre a votação.

O parecer técnico foi aprovado por unanimidade.

Votação 07: Deliberação simples

Às 20h58 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO46:

Código da contribuição	FO46.X04
------------------------	----------



Sugestão e Justificativa	<p>Revisão da redação do Art. 310 e parágrafo 1º e Art. 311 e 312.</p> <p>A forma como o Art. 310 está redigido impõe a obrigatoriedade de apresentação do EIA/RIMA para qualquer empreendimento que possa causar impacto, independente de sua natureza, porte, potencial poluidor e impactos decorrentes. Entretanto, o entendimento é de que este estudo deve ser exigido somente para empreendimentos de SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL ou SIGNIFICATIVA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, assim definidos pelos Conselhos Federal, Estadual e Municipal do Meio Ambiente. Quanto ao parágrafo 1º do Art. 310, a lei Federal nº 12.651/2012 não define as atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, com exceção do Art. 11-A que trata de apicuns e salgados, que não ocorrem no município. Ela somente define, em linhas gerais, quais são de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Quanto aos Arts. 311 e 312, eles só tratam do EIA/RIMA e ignoram a existência de estudos de menor complexidade, como o RAP e o EAS. Ademais, talvez o PD não devesse entrar nesta seara. Contudo, se há a intenção de maior detalhamento, seria interessante que os artigos recomendassem a observação dos Termos de Referência definidos pela Resolução CONSEMA 98/2017, ou ainda como fazem outros municípios como Biguaçu e Governador Celso Ramos, que recomendassem o atendimento das Normativas Estaduais.</p>
---------------------------------	--

O Sr. Samuel faz a leitura do parecer da equipe técnica. Comenta que o município não dispõe de corpo técnico, só dispõe de um engenheiro com 32h de trabalho. Diante disso, sugere que o instrumento realmente seja retirado e que a responsabilidade seja de licenciamento pelo IMA. Isso não significa que o licenciamento ambiental será flexibilizado no município, apenas será de competência do órgão estadual que dispõe de corpo técnico para tanto. Complementa que isso não inibe que futuramente esse tipo de análise seja incluído no Plano Diretor.

Às 21h05 o Sr. Márcio questiona se há dúvidas.

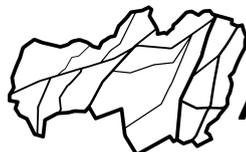
A Sra. Chimene fala que a compreensão do artigo é que hoje em dia o órgão que define o grau do estudo que deverá ser elaborado no licenciamento ambiental é o CONSEMA. Explica que o estudo é grande e que demanda um período amplo de elaboração, além de ser custoso. Explica que é arriscado colocar tal regulamentação no município. E que se o município quiser entender como está funcionando o processo ele poderá solicitar por meio do estudo de uso do solo / certidão de uso do solo, e que poderá exigir relatórios periódicos da obra quando entender necessário.

O Sr. Samuel explica que está relativamente coberta a questão por meio das atribuições estaduais.

O Sr. Lucas fala que fica como sugestão ser colocado como observação que o município formalize um planejamento para que no futuro ele possa se estruturar para realizar esse tipo de análise do instrumento.

Às 21h10 o Sr. Márcio questiona se há mais alguma dúvida e coloca para deliberação.

A sugestão é aprovada por unanimidade.



Votação 08: Deliberação parâmetros urbanísticos

Às 21h11 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO33:

Código da contribuição	FO33.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Readequar a relação entre a Taxa de Ocupação, o Coeficiente de Aproveitamento e gabarito máximo, estabelecidos para a ZOC na tabela dos parâmetros urbanísticos (Anexo 03).</p> <p>Verifica-se o desacordo dos parâmetros urbanísticos da ZOC quando se estabelece uma Taxa de Ocupação máxima de 15% para o gabarito máximo de 2 pavimentos, sendo que o Coeficiente de Aproveitamento máximo definido é de índice 0,5. Se tomarmos como exemplo o lote mínimo estabelecido de 1000m² para o zoneamento ZOC, tem-se como potencial construtivo pela tabela a área construída computável de 500m², que nunca será atingida considerando a taxa de ocupação de 15%, que para esse lote de 1000m² seria de uma projeção de edificação no terreno com 150m², que através do gabarito máximo 2 atingiria o limite de 300m² de área construída computável, que seria apenas 60% da área prevista do potencial construtivo.</p>

O Sr. Samuel explica as relações entre os parâmetros urbanísticos. Explica que a demarcação de ZOC se deu em áreas onde há suscetibilidade ambiental e risco. O baixo potencial construtivo permitido nesta zona serve justamente para inibir uma ocupação densa nas áreas ambientalmente sensíveis, e segue a apresentação da tabela de sugestão de alteração com base na admissão da contribuição. Explica que a taxa de ocupação foi aumentada para 30%, a taxa de permeabilidade foi diminuída para 60% e o lote mínimo foi diminuído para 450 m².

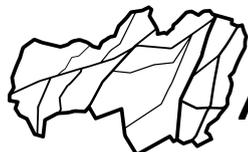
ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	15	70	2	0,2	0,5	8	5	3	1.000	30

ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	30	60	2	0,6	0,6	8	5	3	450	15

Sugestão da equipe técnica pela admissão.

O Sr. Roquilane pede a palavra, comenta que houve melhora nos parâmetros urbanísticos da ZOC, mas ainda há uma questão em que a pessoa que tem um terreno de 360 metros quadrados regularizados e que ele precisaria ter uma regra de transição.

O Sr. Samuel explica que se a pessoa já tem o terreno da dimensão de 360 m² regularizado



ele não retroage, não se torna irregular.

O Sr. Roquilane pergunta se os índices relativos a ocupação do terreno que se aplicam são os da ZOC. O Sr. Samuel responde que sim.

O Sr. Felicio questiona se foi aprovado que os terrenos tenham 360 m², porque está se debatendo terrenos de 450 m².

Sra. Marilene questiona se as ZOC se localizam dentro do perímetro urbano. Samuel responde que sim.

Às 21h23 o Sr. Márcio faz a dinâmica da deliberação.

O parecer técnico foi aprovado por unanimidade.

Às 21h24 o Sr. Samuel inicia o novo bloco.

Votação 09: Deliberação Distrito Sede

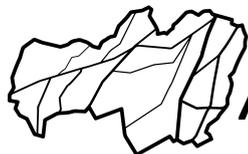
Às 21h24 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO01:

Código da contribuição	FO01.C01
Sugestão e Justificativa	Gostaria que inclui-se o lado esquerdo da sc108 como parte do perímetro urbano de angelina, já que ali existe várias residências já construída a vários anos e que não tem como fazer documentação por ser área rural e as divisões territorial não alcança área mínima pra escritura real. Esse terrenos são resultado de herança. Se incluir essa outro lado da sc108 o perímetro seria dos dois lados da rodovia via e seria mais abrangente e não favorecia só um grupo de moradores , aumentaria a arrecadações também.

O Sr. Samuel apresenta o mapeamento com a localização a que se refere a contribuição. Apresenta o mapa de risco e suscetibilidade à inundação. Este mapa permite compreender que a porção territorial a que se refere essa contribuição é parcialmente suscetível. Por esse motivo, a contribuição foi parcialmente aceita: foi incorporado ao perímetro urbano a área que não apresenta suscetibilidade.

Às 21h28 Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO04:

Código da contribuição	FO04.X01
Sugestão e Justificativa	Revisar a demarcação do perímetro urbano do Distrito Sede, visto que ocorreram em algumas áreas a diminuição da área do perímetro Urbano. Sugere-se a manutenção da demarcação do atual perímetro, incluindo-se apenas as áreas previstas de expansão do perímetro urbano. Em comparação com o perímetro urbano determinado no Plano Diretor vigente de 2008, no Anexo 07 - Mapa Zoneamento Perímetro Urbano SEDE ocorreu redução de trechos do perímetro urbano. Nota-se contradição ao Art. 8, referente ao planejamento da expansão urbana de



	<p>forma a consolidar o perímetro urbano, pois a nova demarcação está retraíndo o perímetro já consolidado pelo Plano Diretor vigente, e que, por consequência, também afetariam Matrículas de Registros de Imóveis já averbadas com esse perímetro urbano atual.</p> <p>Sugiro a comparação entre o Anexo 07-Mapa de Zoneamento Perímetro Urbano SEDE da versão preliminar desta consulta pública com o Anexo 05: Mapa de Zoneamento e áreas especiais de Interesse da Macrozona Urbana Sede do Plano Diretor vigente de 2008. Após a comparação, sugere-se a manutenção da demarcação do atual perímetro, incluindo-se as áreas previstas de expansão do perímetro urbano, e reduzindo apenas nas áreas que estão demarcadas no Plano Diretor em vigor como Áreas de Uso Limitado (AUL) em função das declividades acentuadas que não permitem o parcelamento para fins urbanos de acordo com as legislações Estadual e Federal.</p> <p>Encaminhe-se em anexo os mapas citados.</p>
--	---

O Sr. Samuel apresenta o perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor de 2008 e aquele proposto pelo Plano Diretor da versão preliminar. Ao todo, seis áreas, que faziam parte do perímetro urbano do Plano Diretor de 2008, foram acrescidas ao perímetro urbano proposto na versão preliminar do Plano, e demarcadas por apresentarem suscetibilidade à movimento de massa ou vegetação representativa. No interior destas áreas, foram demarcadas AUL nas áreas onde existe alta suscetibilidade, de forma a evitar a sua densificação. Explica que o Plano Diretor tem a possibilidade e ingerência de diminuir o perímetro urbano, e a ideia atual é que se faça a manutenção da demarcação do perímetro como ele era estabelecido pelo plano interior mas com a incidência de outros instrumentos que promovam a contenção da ocupação em áreas que apresentam algum nível de risco. Apresenta a comparação dos mapas.

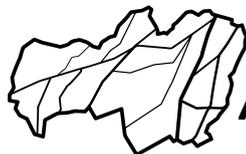
Às 21h36 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO34:

Código da contribuição	FO34.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Readequar a área demarcada como ZMC na nova centralidade ao norte do perímetro urbano (Linha do Chaves).</p> <p>Verifica-se que a área demarcada como ZMC na nova centralidade ao norte do perímetro urbano (Linha do Chaves) apresenta um trecho consideravelmente alagável no começo desta ZMC. Considerando o objetivo de criar essa nova centralidade, entende-se que seria mais adequado demarcar o outro lado da SC-108 com zoneamento de Macroárea Urbana, que no Anexo 07 proposto não está demarcado como macroárea urbana, expandindo o perímetro urbano para a outra margem da SC-108 e reduzindo esse trecho restritivo no aspecto ambiental e estreitando apenas na área efetivamente edificável.</p>

O Sr. Samuel explica que a contribuição é correta, que realmente há demarcações em áreas de suscetibilidade, mas que a demarcação obedeceu a fuga de áreas de deslizamento e adaptação daquelas de inundação, já que todo o município tem essa propensão e que é difícil identificar áreas totalmente seguras. Comenta que a demarcação das zonas levou em consideração a estrutura fundiária, conforme o cadastro territorial, e que não foram levados em consideração interesses particulares.

O Sr. Samuel apresenta o mapeamento das áreas de referência.

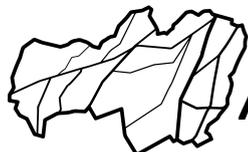




Às 21h39 Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO32:

Código da contribuição	FO32.G01
Sugestão e Justificativa	<p>Substituição para Zona Residencial Mista (ZRM) dos trechos demarcados como Zona de Ocupação Controlada (ZOC) no perímetro urbano SEDE.</p> <p>Analisando o trecho demarcado como ZMC, na Praça Nicolau Kretzer, seguindo no sentido sul até o zoneamento AEIS no limite do perímetro urbano, verificam-se fragmentos de ZOC intercaladas entre zoneamentos de ZRM, adotando nessas ZOC novos índices urbanos de baixa densidade, mas desconsiderando que boa parte desses trechos já são áreas efetivamente consolidadas com lotes menores, edificadas ou não, muitos desses com matrículas no Registro de Imóveis que foram baseados nos parâmetros do Plano Diretor vigente, para os quais não caberiam os novos parâmetros urbanísticos sugeridos para as ZOCs, reduzindo consideravelmente o potencial construtivo em comparação aos índices atuais. Da mesma forma, a definição das delimitações das macroáreas urbanas da SEDE com parâmetros urbanísticos bem diferenciados indicando as ZOCs com densidade e potencial construtivo muito mais baixo em relação às ZMC e ZRM não condizem por se tratar de um perímetro urbano de pouca extensão em relação ao porte do município, e que possui certa homogeneidade em todo esse perímetro, o que já era considerado no Plano Diretor vigente com todos esses zoneamentos tendo parâmetros urbanísticos similares. Essas novas demarcações também apresentam contradições, quando se percebem que algumas ZOC, notadamente o trecho citado anteriormente entre a ZMC até a AEIS ao sul, que possuem maiores áreas planas edificáveis, se comparadas por exemplo à ZRM contígua a ZMC ao sul, demarcada em área com inclinação acentuada na margem da SC-108, que possivelmente não sejam passíveis de parcelamento decorrente de APP de declividade conforme legislações ambientais. Ainda se constatam dentro das ZOCs de baixa densidade, algumas “ilhas” de AEIS, que apresentariam alta densidade de acordo com os parâmetros do Anexo 03, e que diferente das ZMC não objetivam uma centralidade. Parece que essas novas demarcações de macroáreas do distrito Sede criou um retalho desnecessário com contradições de densidade, sendo que o pequeno perímetro urbano atual já apresenta certa homogeneidade, não havendo essa necessidade de criação de pequenas centralidades no perímetro urbano SEDE considerando o município de grande extensão, devendo o fortalecimento das centralidades ocorrer nos demais distritos, como Garcia e Barra Clara, e verificando-se que também não está sendo proposto a expansão urbana de forma a consolidar esse perímetro urbano, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no artigo 8º do PDPA, mas sim ocorrendo a retração dos parâmetros urbanísticos das ZOC falseando a ideia de fortalecimento das centralidades de ZMC e ZRM, quando de fato está apenas ocorrendo o enfraquecimento na expansão urbana com as novas ZOC, que possuem trechos consolidados e passíveis de urbanização, devendo apenas respeitar as áreas ambientalmente sensíveis, já demarcadas por APP, conforme as situações (cursos d'água, declividade, mananciais, etc.), e protegidas pela Lei 12651/2012.</p>

Código da contribuição	FO25.X01
Sugestão e Justificativa	<p>Manutenção dos parâmetros urbanísticos atuais das ZOC no perímetro urbano demarcado para o Distrito Sede, ou transformação das ZOC no perímetro Urbano da Sede em ZRM.</p>



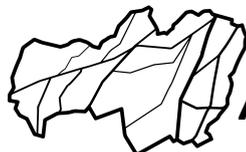
	<p>Analisando os Anexos 03 e Anexo 07, questiona-se o porquê da diminuição real do potencial construtivo em área já consolidada no distrito Sede com a alteração dos parâmetros urbanísticos da ZOC conforme comparação a seguir:</p> <p>Comparação:</p> <p>Plano Atual: Nº Pavtos = 4 para uso residencial / Misto ou 3 para uso comercial; Coef. De Aproveitamento máximo = 1,0 Taxa de Ocupação = 50% Lote mínimo 360m² e máximo 1080m² e testada 12,00m. Recuos laterais / fundos 1,5m</p> <p>Plano Novo: Nº Pavtos = 2 para todos os usos; Coef. De Aproveitamento máximo = 0,5 Taxa de Ocupação = 15% (verificar que com essa TO de 15% e gabarito máximo de 2 pavimentos, não será possível atingir o CA máximo previsto de 0,5. Lote mínimo 1000m² e testada 30,00m. Recuos laterais / fundos 3,0m</p> <p>Comparando-se os índices atuais e os propostos, verifica-se uma grande redução dos parâmetros atuais das ZOCs, equiparando aos atuais parâmetros construtivos das AUL, onde é proibido o parcelamento do solo, como se essas fossem áreas de transição urbana, quando na verdade a ZOC é uma Macroárea Urbana, e se verificam diversos trechos com ocupação consolidada não condizentes com os novos parâmetros propostos.</p> <p>Outra possibilidade para reduzir o impacto gerado com essa alteração, sem modificar os parâmetros urbanísticos sugeridos para a ZOC, seria transformar a área que no mapa atual do Distrito SEDE é ZOC em ZRM, sem a necessidade de criar diferentes tabelas de parâmetros urbanísticos para a ZOC da Sede e as demais do município.</p>
--	---

O Sr. Samuel retoma a nova tabela de parâmetros urbanísticos da ZOC, que foi aprovada. Explica que a demarcação da ZOC compreendeu as APPs de curso d'água além das áreas com suscetibilidade à movimentação de massa. Samuel explica que o parecer da equipe técnica reconhece as áreas ocupadas, demarcando-as como ZRM e que se promove a demarcação de ZOC apenas nas áreas de suscetibilidade. Apresenta o mapa resultante das alterações do zoneamento a partir de todas contribuições de manutenção do perímetro urbano e das demarcações de zoneamento. Explica que o zoneamento atual do Plano de 2008 não considera nenhuma questão de risco, que hoje já se tem acesso aos mapeamentos que podem identificar as suscetibilidades.

Apresenta a síntese das propostas de manutenção dos zoneamentos e perímetros em formato de tabela. Fala que todas as contribuições receberam um parecer favorável, mas que não se sabe se foi na extensão que o contribuinte gostaria.

Código da contribuição	Resumo	
------------------------	--------	--





FO01.C01	Incluir lado esquerdo da SC-108	Incluída áreas ocupadas no lado esquerdo da SC-108, considerando áreas de alta suscetibilidade de movimento de massa..
FO04.X01	Não permitir retração do perímetro no distrito sede	Ajustes na proposta original. Não há áreas retiradas do PDP em vigência. Setores situados em áreas de alta suscetibilidade foram demarcadas como ZOC e com sobrezoneamento de AUL, impossibilitando o parcelamento do solo
FO34.G01	Readequação da ZMC na nova centralidade ao norte do perímetro urbano (Linha do Chaves)	Adequação na delimitação da ZMC realizada, considerando estrutura fundiária, área de influência da rodovia, condicionantes ambientais (cursos d'água) e áreas de suscetibilidade
FO25.X01	Alteração dos parâmetros urbanísticos de ZOC no Distrito Sede	Parâmetros foram alterados, com aumento da TO; CA Básico e Máximo; diminuição do lote mínimo para 450m ² e testada mínima para 15m.
FO32.G01	Substituição para ZRM nos trechos demarcados como ZOC no perímetro urbano da SEDE	Alteração realizada em áreas já ocupadas e com baixa restrição ambiental.

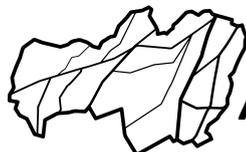
O Sr. Lucas pede que se coloque a imagem do perímetro urbano na Linha do Chaves. É colocado em tela. Ele fala que não sobre a área da SC 108, mas que se percebe que usaram muitos objetos naturais para se delimitar o perímetro urbano, fala que o município tem um histórico muito grande de se ajustar ao caminho do rio e que se caso haja algum projeto de alteração de delimitação do rio como ficará a demarcação do perímetro. O Sr. Samuel explica que o Plano Diretor não é uma camisa de força e que o zoneamento pode ser revisado caso se promova alguma obra em específico, por exemplo essas referências aos corpos d'água ou de vias, mas que a demarcação atual considera os 3 critérios de demarcação: áreas de movimento de massa, recursos hídricos, e a estrutura fundiária.

O Sr. Samuel fala que se a condição estruturante se alterar, o plano diretor pode ser alterado também.

O Sr. Felício ficou em dúvida se a Linha do Chaves foi contemplada ou não e que gostaria que fosse apresentada em imagem de satélite.

O Sr. Samuel explica que não veio a imagem do satélite para que não se debata o terreno específico, mas sim as áreas de suscetibilidade, isto é, se apresenta a demarcação com base nos critérios anteriormente citados. Fala que a demarcação não obedece terrenos específicos, mas sim a lógica geral do planejamento.

O Sr. Felício fala que as pessoas perguntam até onde vai o perímetro urbano. O Sr. Samuel explica que a cartografia elaborada tem uma demarcação geográfica precisa, e que todo o material será fornecido para prefeitura e que o conselho também terá acesso.



Às 22h o Sr. Marcio abre a votação.

Houve uma abstenção e 10 votos favoráveis ao parecer da equipe técnica.

Votação 10: Deliberação Barra Clara

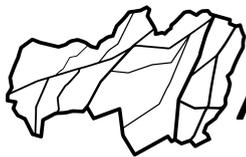
Às 22h01 inicia-se o bloco de Barra Clara.

Às 22h01 o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO44:

Código da contribuição	FO44.BC01
Sugestão e Justificativa	<p>Prezados, Gostaria de consultá-los sobre quais os critérios adotados para a delimitação da ampla extensão da Área de Especial Interesse Ambiental, especificamente de Preservação de Manancial, traçada no mapa de zoneamento do perímetro urbano de Barra Clara. Meu questionamento se motiva por, sem ser do meu prévio conhecimento, aparentemente corresponder a extravasamento em aproximadas quatro vezes da área de proteção hídrica (faixas marginais do curso d'água) segundo os critérios dos quais tenho ciência, expandindo-se grosseiramente por quase totalidade de terreno rural de minha propriedade. O consultante é consciente da necessidade de preservação ambiental, tanto que a região da nascente se encontra intacta (inclusive muito mais do que no passado) e assim o continuará, mas o perímetro traçado parece se projetar indevidamente para áreas consolidadas de pasto muito antigas. Gostaria também de consultar por que a linha do Sistema de Áreas Verdes Urbanas, na margem do Rio São João, apresenta ligeiro desalinhamento com a respectiva AEIA de Proteção Hídrica, quando a princípio me pareceria que deveriam ser coincidentes. Por último, me chamou a atenção em particular a estipulação das áreas próximas ao Auto Posto Barra Clara como ZOC com limitações excessivas (lote de 1000m², testada de 30m) para uma área em franco desenvolvimento urbano. Sugiro ser mais adequada a manutenção dos parâmetros atuais, ou mesmo seu aprimoramento para o incentivo de destinação de terrenos planos para residências urbanas, tão escassas para a população da Barra Clara, em especial de menor poder aquisitivo, para as quais mais consentâneos seriam lotes mínimos de 360 m² (normais) ou mesmo menores, a exemplo de 200m² (de interesse social, possíveis a partir de 125m²).</p>

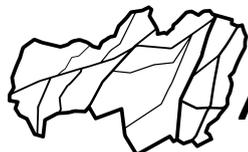
Na sequência, o Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO45, às 22h04:

Código da contribuição	FO45.BC02
Sugestão e Justificativa	<p>Prezados Senhores, Opinamos que a manutenção do gabarito da Zona Residencial Mista, de 3 pavimentos, sem maior correlata permissividade à verticalização, quando aplicado especificamente ao Núcleo Urbano de Barra Clara, representa adequação à harmonia paisagística do conjunto arquitetônico de característica colonial marcadamente histórica (vide a publicação Roteiros Nacionais de Imigração (IPHAN) e seus trabalhos instrutórios, notadamente os Relatórios de Vistoria integrantes do Inquérito Civil n. 06.2015.00009383-7 (MPSC) no tocante aos imóveis de códigos ANG-007, 009, 014, assim como o procedimento 1.33.000.002654/2021-1) presente na centralidade da localidade, evitando que edificações modernas destoem das edificações</p>



históricas presentes. Convido à leitura de artigo a respeito, para o qual prestamos subsídios, em <https://angelinawittmann.blogspot.com/2022/04/casarao-goedert-barra-clara-angelina-sc.html>, a expressar nossa preocupação com a integridade histórica da vila. Vimos com bons olhos a previsão das áreas verdes - quem sabe até convenha outras, inclusive a área defronte a nossa casarão (Praça Áurea de Souza Goedert, 340), onde mesmo a partir de 2 metros do cordão do meio-fio estando em nossa propriedade, será um incentivo a ajardinarmos. Por outro lado, opinamos também pela inadequação da severa e exagerada ampliação da restritividade dos parâmetros presentes no anteprojeto de nova lei em questão para a Zona de Ocupação Controlada de Barra Clara, em contraste com os presentes na lei atual, a saber: a) ampliação da testada mínima de 12 para 30 metros; b) ampliação do lote mínimo de 450 para 1000 m²; c) redução da taxa de ocupação de 50% para 15%; d) ampliação da taxa de permeabilidade de 20% para 70% e) redução dos gabaritos residencial e misto para 2 pavimentos; f) redução do CA básico e máximo de 1,0 para 0,2 e 0,5; g) ampliação dos recuos para vias estrutural e fundos de 7 e 1,5m para 8 e 3 metros. A característica do relevo da região de Barra Clara, seja em sua Macrozona Urbana ou Rural, sempre representou um desafio significativo ao desenvolvimento econômico e social da localidade, dada a escassez de áreas minimamente planas aptas a novas habitações e empreendimentos. Já com os parâmetros anteriores, essa perspectiva se sentia inibida. Verifica-se que, afora a centralidade da localidade, a região próxima ao posto de gasolina que a atende (coordenadas -27.530745, -49.128698) é o ponto em que, nos últimos anos, se verificava ainda o maior florescimento de novas moradias e estabelecimentos comerciais de traço urbano, em sua maioria inclusive com testadas inferiores a 10m, evidenciando o descompasso do planejamento para com a realidade. Havia expectativa de que as áreas naturalmente vocacionadas para a expansão das atividades da comunidade, correspondentes às margens da rodovia a Oeste da sua centralidade, passassem a ter uma menor restritividade que a atual, em especial no sentido de que o lote mínimo se reduzisse de 450 para 360 m², como ora se projeta para sua Zona Residencial Mista. Não obstante, a proposta parece não só desatender esse anseio, senão promover agravamento em sentido contrário. Não apenas perpetua as condições anteriores, como aprofunda restrições prejudiciais à tendência expectada. A assim perdurar, acarretando restrição a que haja pouquíssimas unidades, avista-se a inviabilização de futura destinação dessas áreas a possíveis desmembramentos de com propósito residencial ou comercial com custo acessível aos interessados da comunidade, esvaziando o respectivo interesse em investimentos do gênero - senão os mantendo com destinação rural à beira da centralidade - e agravando a escassez de imóveis do tipo para a população urbana da Barra Clara, de forma a empurrá-la para a crescente ocupação de encostas e áreas afastadas sem a infraestrutura já instalada em sua centralidade (a exemplo do passeio já construído desde esta até a altura do posto de combustíveis). Ou mesmo pressão a demolição de antigas casas da centralidade, com prejuízo histórico -paisagístico, para dar lugar a mais modernas. A sugestão seria de que, senão em toda a área prevista como ZOC para a Macrozona Urbana de Barra Clara, ao menos nas faixas de trinta metros para cada lado da estrada - e até o núcleo onde se adensam residências no ponto das coordenadas -27.531271, -49.133224, houvesse a previsão de que se a considerasse Zona Residencial Mista. Sem mais e grato por sua atenção, encerro-me, ficando à disposição para futuros diálogos.

O Sr. Samuel apresenta o mapa da Barra Clara e comenta que o encaminhamento dado pela



equipe técnica foi o ajuste fino do zoneamento na área delimitada na versão preliminar como ZOC, na qual a porção territorial já ocupada teve seu zoneamento alterado de ZOC para ZRM.

Código da contribuição	Resumo	Encaminhamento técnico:
FO44.BC01	Alteração da delimitação da ZOC próximo do Posto de Combustível.	Alteração das margens da estrada, de ZOC para ZRM. Limite entre ZRM e ZOC estabelecido pelas áreas de alta suscetibilidade à movimento de massa.
FO44.BC01	Falta de coincidência entre SAVU e área de proteção	Ajuste na delimitação da SAVU para coincidir com faixa marginal de proteção hídrica (APP de curso d'água)
FO44.BC01	Diminuição da área AEIA de Proteção de Manancial demarcado	Sugestão de manutenção, de acordo com plano diretor vigente. Diagnóstico anterior demonstrava ser manancial potencial de abastecimento da comunidade. O Zoneamento como AEIA não inviabilizar usos agrícolas e pastoris.
FO45.BC02	Alteração da delimitação da ZOC próximo do Posto de Combustível.	Alteração das margens da estrada, de ZOC para ZRM. Limite entre ZRM e ZOC estabelecido pelas áreas de alta suscetibilidade à movimento de massa.
FO45.BC02	Alteração dos parâmetros da ZOC, tornando-os menos restritivos	Parâmetros foram alterados, com aumento da TO; CA Básico e Máximo; diminuição do lote mínimo para 450m ² e testada mínima para 15m.

O pedido de alteração da SAVU e AIEA não foi aceito, uma vez que a demarcação de SAVU e AIEA não inviabiliza os usos mencionados na contribuição. Fala sobre as demarcações de condicionar a ocupação

Às 22h14 o Sr. Márcio questiona se há dúvidas e coloca em deliberação as alterações.

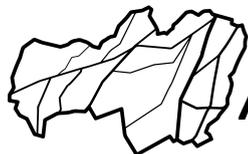
As contribuições são aprovadas por unanimidade (9 votos favoráveis).

Votação 11: Deliberação Garcia

Às 22h15 inicia o bloco de Garcia.

O Sr. Samuel faz a leitura da contribuição abaixo, FO40:

Código da contribuição	FO40.G01
Sugestão e Justificativa	Revisar os limites do perímetro urbano do Garcia, pois ocorreu a retração de área existente em trecho com via pavimentada, devendo-se manter o atual perímetro e incluir as áreas previstas de expansão. Comparando o perímetro urbano do Plano Diretor vigente de 2008 com o perímetro previsto no Anexo 08 - Mapa Zoneamento Perímetro Urbano Garcia,



	percebe-se a retração do perímetro urbano junto ao início do calçamento. Dessa forma, deve-se fazer uma avaliação comparativa entre o mapa vigente e o proposto, e, após essa análise, proceder com a manutenção da demarcação do atual perímetro contornando a SC-108, podendo-se reduzir apenas a profundidade desse perímetro urbano suprimido. Segue em anexo imagem do trecho urbano suprimido no novo mapa.
--	---

O Sr. Samuel apresenta o mapa de Garcia, mostrando que, como encaminhamento, a área em questão foi incorporada ao perímetro urbano e demarcada como ZOC, para que se possa promover a construção, mas não o parcelamento do solo.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO40.G01	Retornar à delimitação do perímetro urbano no recorte apresentado, delimitando área como ZOC e AUL (vetando parcelamento do solo).

Às 22h20 o Sr. Márcio questiona se há dúvidas.

O Sr. Lucas questiona se para área que está sendo identificada como ZOC é possível que haja desmembramentos de lotes. Samuel explica que o que está regularizado não retroage, mas que serão aplicados sobre estes lotes os parâmetros urbanísticos definidos para a ZOC.

A Sra. Marilene questiona quais são as demarcações de ZOC e demais áreas. O Sr. Samuel mostra quais são.

O Sr. Márcio questiona às 22h22 se há mais alguma dúvida e coloca em deliberação.

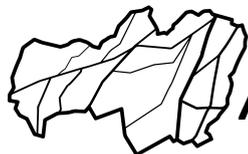
Há 1 (uma) abstenção e 8 (oito) aprovados.

O Sr. Lucas questiona porque não seria viável a demarcação de ZOC do Garcia até coqueiros, unindo os dois perímetros urbanos.

Samuel explica que há áreas de risco e que é possível que na próxima revisão do plano a dinâmica provavelmente será de ocupação nesse sentido e que se promova a alteração.

Encerramento

Às 22h24 o Sr. Samuel faz a fala de fechamento, comenta que é sempre um desafio realizar a revisão de um Plano Diretor, já que algumas vezes os interesses são difíceis de equilibrar, e que as contribuições advindas do formulário foram legítimas e possíveis de serem adequadas na versão preliminar para a versão consolidada. Complementa dizendo que se espera que o Conselho continue atuando de forma ativas nas questões relativas ao Plano Diretor. Adiciona



a fala sobre a alegria e satisfação da construção da legislação e que disponibiliza a equipe para poder acompanhar a tramitação no legislativo e a aplicação do Plano à longo prazo. .

O Sr. Dauri agradece em nome do Conselho toda equipe da UFSC e também os demais participantes que deram alternativas para repensar a realidade do município, e que o consenso que sai é porque os que se disponibilizaram a encontrar alternativas viáveis, e que buscaram possibilidades consensuais. Adiciona que espera que todos acompanhem também o processo na câmara de vereadores.

A Sra. Chimene fala que o artigo 109 e que ele abraça as áreas consolidadas e gostaria de saber quando ocorrerá o diagnóstico socioambiental.

O Sr. Dauri fala que o conselho se renova de 2 em 2 anos e que ele se altera no próximo ano, mas que é importante que os representantes do conselho que pretendem continuar que leve a demanda para realização do diagnóstico. Reitera a importância do papel do Conselho.

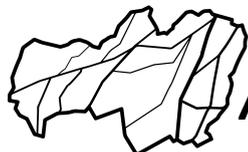
O Sr. Adinei, representante da prefeitura, fala que participou do processo de revisão do Plano Diretor desde 2019, quando ele se iniciou. Agradece o trabalho realizado pela equipe e complementa dizendo que o Plano é a resposta para muitas das demandas do dia a dia. Diz que ao longo de todas as reuniões a administração sempre demonstrou interesse em realizar o diagnóstico, no entanto na época não foi possível por conta de questões orçamentárias, mas que há interesse da administração municipal atual para realizar esse estudo sim.

A Sra. Maria de Fátima Querida diz que agradece o trabalho realizado e que ela gostou muito da leitura que se fez do município e que ela questionou o motivo de não ter recebido respostas por e-mail, mas que entendeu agora que foi necessário a apresentação da equipe com as justificativas.

O Sr. Samuel agradece a equipe pela dedicação dos profissionais e que foi muito importante para o laboratório ter a oportunidade para formação profissional por meio da prática do trabalho. Agradece ao Sr. Adinei por ter sempre sido responsável pelo encaminhamento dos trabalho e do Sr. Dauri por todo apoio.

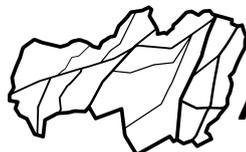
O Sr. Adinei agradece que a universidade tenha trabalhado com a prefeitura e agradece em nome do corpo técnico e que espera que outras parcerias sejam possíveis.

Às 22h36 é encerrada a Audiência de Conferência Final e o Sr. Samuel chama todos para uma foto.



10.2. Lista de Presença da Audiência Pública de Conferência Final

População			
Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Chimene Walter Mafra	Centro	moradora
2	Jairo José Mafra	Centro	morador
3	Arnoldo Walter M.	Centro	morador
4	Jaime J. Melmelstet	Barragem	morador
5	Jair Antônio Melmelstet	Barragem	morador
6	Kellin Camili Hilleshein	Centro	morador
7	John Lenon Batista Eli	Centro	morador
8	Mauri Dorigon	Centro	morador
Representantes do Poder Público			
1	Roseli Andrade	Centro	Prefeita
2	Sérgio M. Costa	Centro	Vice-prefeito
3	Michael Soares	Centro	Prefeitura
4	Adinei Boaventura	Centro	Prefeitura
Representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina			
Qnt.	Nome	Entidade Representativa	
1	Dauri Exterkoetter	Associação Pais e Amigos Excepcionais de Angelina	
2	Irmã Maria Heerd	Associação das Irmãs Franciscanas de São José	
3	Felício Juncks	Representante Indicado	
4	Nilson Bruch	Representante Indicado	
5	Marilene Martins	Representante Indicado	
6	Valdir Souza	Macrozona de Rio Novo	
7	Genilson Kammers	Macrozoneamento Rural de Barra Clara	
8	André Raimundo	Macrozona Rural de Alto Garcia	
9	Maria de Fátima Teixeira de Melo	Macrozona Urbana Barra Clara	
10	Roquilane Fuck Souza	Macrozona Urbana de Garcia	



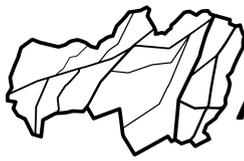
11	Lucas Ternes Hames	Macrozona Urbana da Sede
12	José Alberto Werner	Macrozona Urbana da Sede

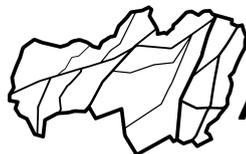
Equipe Técnica Laboratório de Urbanismo UFSC presente na Audiência Pública de Conferência Final

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Audiência
2	Márcio de França Santos	Mediação da Audiência
3	Mariana Panzera	Elaboração da ata
4	Maria Carolina Romi	Elaboração da ata
5	Nathália Sander	Apoio
6	Isamara de Souza	Apoio
7	Nadine Saleh	Apoio - Publicidade
8	Marluci Lenhard	Apoio
10	Júlia Farias	Apoio

10.3. Fotos da Audiência Pública de Conferência Final







11. Materiais Gráficos Elaborados para Divulgação do Processo

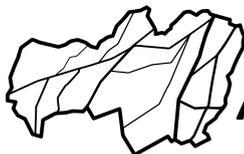
11.1. Site do Participa Angelina

Link: Participa Angelina <https://participaangelina.ufsc.br>

11.1.1. Página Inicial

A página inicial contém uma apresentação sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Angelina, explicando quem compõem a equipe técnica e a importância da participação popular. Logo abaixo, ficam reunidas as últimas notícias e acontecimentos do processo.





estão disponíveis na página da Conferência Final todos os registros referentes a esse dia: a ata, a lista de presença, as gravações e algumas fotos

[ACESSAR AQUI](#)

confira a última etapa da revisão do Plano Diretor de Angelina: a Conferência Final

[ACESSAR AQUI](#)

confira a última etapa da revisão do Plano Diretor de Angelina: a Conferência Final

[ACESSAR AQUI](#)

ESTA ABERTO O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA DA VERSÃO PRELIMINAR DO PDP ANGELINA!

Na aba "Consulta Pública" da aba [participaangelina.ufsc.br](#) você terá acesso ao documento da versão preliminar do Plano Diretor e às instruções para registrar sua avaliação (por e-mail ou Lado).

a Consulta Pública do Plano Diretor de Angelina esteve aberta entre os dias 10/11 e 24/11!

[SAIBA MAIS](#)

11.1.2. Notícias

A página de Notícias reúne informações sobre os últimos acontecimentos do processo.

notícias

Acompanhe: Conferência Final do PDP Angelina!
por Participa Angelina / 28 de novembro de 2023

A Conferência Final do Plano Diretor Participativo de Angelina é a instância oficial da discussão sobre os ajustes finais do texto legislativo e respectivos anexos da versão preliminar, antes de seu encaminhamento à Câmara de Vereadores. Nela serão apresentados os conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta... [Continue a ler](#)

CONSULTA PÚBLICA – Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina
por Participa Angelina / 10 de novembro de 2023

Está aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar dos anteprojetos de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC.

DE OFICINAS TERRITORIAIS
verifique os produtos publicados!
por Participa Angelina / 30 de junho de 2023

Desde o início do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina, a equipe técnica tem registrado as etapas realizadas em produtos. Os produtos servem para documentar esse processo e explicar para a população questões técnicas. Todos eles ficam salvos na aba "biblioteca" aqui do site!

Veja quais foram os produtos já postados:

confira a Segunda Rodada de Oficinas Territoriais
por Participa Angelina / 29 de maio de 2023

Entre os dias 09 e 17 de maio de 2023 aconteceram as oficinas territoriais da Segunda Rodada, em que foram discutidas as diretrizes e os eixos estratégicos preliminares propostos pela equipe da UFSC. Na aba de "participação social" você pode acessar os conteúdos dessas oficinas... [Continue a ler](#)

Como foi a apresentação da Leitura da Cidade para o Conselho de Desenvolvimento Territorial?
por Participa Angelina / 11 de março de 2023

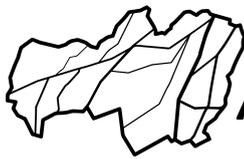
Na última terça-feira, 07/03/2023, a equipe técnica da UFSC se deslocou ao município de Angelina para, junto da equipe técnica da prefeitura de Angelina, apresentar a Leitura da Cidade ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina. A reunião foi documentada em site e vídeo... [Continue a ler](#)

CONFIRA A PRIMEIRA RODADA DE OFICINAS TERRITORIAIS
por Participa Angelina / 14 de dezembro de 2022

11.1.3. Biblioteca

Na página da Biblioteca estão disponíveis os produtos técnicos elaborados ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina, conteúdos técnicos, documentos para consulta e arquivos sobre o trabalho da equipe técnica da UFSC.





participa ANGELINA

PÁGINA INICIAL | NOTÍCIAS | BIBLIOTECA | CONSULTA PÚBLICA | CONFERÊNCIA FINAL
PARTICIPAÇÃO SOCIAL | CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

biblioteca

aqui você encontra os conteúdos técnicos e documentos utilizados como referência no processo

produtos do processo de revisão

PRODUTO 01 – LEITURA COMUNITÁRIA | PRODUTO 02 – LEITURA TÉCNICA | PRODUTO 03 – SÍNTESE DA LEITURA DA CIDADE
PRODUTO 04 – RELATÓRIO DA SEGUNDA RODADA DE OFICINAS TERRITORIAIS | PRODUTO 05 – VERSÃO PRELIMINAR DO PDP

conteúdos técnicos

Plano diretor em Angelina, para quê? | O que você tem a ver com a participação?

conteúdos técnicos

Plano diretor em Angelina, para quê? | O que você tem a ver com a participação?

documentos para consulta

resoluções do Ministério das Cidades | Plano Diretor vigente de Angelina

arquivos da equipe UFSC

prestação de contas equipe UFSC 2022 | relatório de trabalho da equipe UFSC set-dez-2022
relatório de trabalho da equipe UFSC dez.2022-mar.2023

produtos do processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina

Aqui você encontra todas as publicações com os resultados dos processos participativos para a revisão do Plano Diretor.

O produto 01 – Leitura Comunitária reúne todas as informações coletadas em dois instrumentos para participação da população de Angelina: o questionário online e a primeira rodada de Oficinas Territoriais, realizada nas cinco áreas territoriais do município (Alto Garcia, Barra Clara, Centro, Garcia e Rio Novo). Além disso, o documento explica a metodologia utilizada, tanto para a coleta dos dados quanto para a análise dos resultados, e reúne os dados que foram levantados para a etapa de Leitura da Cidade. Este produto teve o início de sua elaboração em novembro de 2022, após a primeira rodada de oficinas territoriais, e foi concluído em março de 2023, tendo sido postado apenas em abril de 2023.

produtos do processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina

Aqui você encontra todas as publicações com os resultados dos processos participativos para a revisão do Plano Diretor.

O produto 01 – Leitura Comunitária reúne todas as informações coletadas em dois instrumentos para participação da população de Angelina: o questionário online e a primeira rodada de Oficinas Territoriais, realizada nas cinco áreas territoriais do município (Alto Garcia, Barra Clara, Centro, Garcia e Rio Novo). Além disso, o documento explica a metodologia utilizada, tanto para a coleta dos dados quanto para a análise dos resultados, e reúne os dados que foram levantados para a etapa de Leitura da Cidade. Este produto teve o início de sua elaboração em novembro de 2022, após a primeira rodada de oficinas territoriais, e foi concluído em março de 2023, tendo sido postado apenas em abril de 2023.

PRODUTO 01 – Leitura Comunitária

O produto 02 – Leitura Técnica consiste no compilado de informações técnicas reunidas pela equipe da UFSC a respeito da realidade do município, a partir de diversas fontes de dados sobre os aspectos geombientais, socioeconômicos, urbanísticos, a legislação municipal vigente e a estrutura institucional da Prefeitura Municipal de Angelina. Este documento foi iniciado em outubro de 2022 e finalizado em abril de 2023.

PRODUTO 02 – Leitura Técnica

O produto 03 – Síntese da Leitura da Cidade foi elaborado a partir da Apresentação da Leitura da Cidade debatida na Segunda Audiência Pública. Este documento consiste no diagnóstico do município, que combina as Leituras Comunitária e Técnica, comparando os resultados de ambas e reunindo as informações para subsidiar a construção de diretrizes e eixos estratégicos de ação, a serem utilizados na próxima etapa do processo. O documento também explica a metodologia utilizada para reunir os resultados e alcançar a síntese. Este documento teve o início de sua elaboração em janeiro de 2023 e foi concluído em março de 2023, sendo publicado em abril de 2023.

PRODUTO 03 – Síntese da Leitura da Cidade

O produto 04 – Relatório da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais reúne as informações coletadas e apresentadas na segunda rodada de Oficinas Territoriais, realizada nas cinco áreas territoriais do município (Alto Garcia, Barra Clara, Centro, Garcia e Rio Novo). Esta segunda rodada de oficinas representa o início da fase propositiva do Plano Diretor, em que os eixos e diretrizes propostos e discutidos deverão guiar os conteúdos (programas, projetos e ações) do projeto preliminar do Plano Diretor de Angelina, a ser disponibilizado para consulta pública na próxima etapa. As diretrizes apresentadas foram

PRODUTO 04 – Relatório da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais

resoluções do Ministério das Cidades

Ministério das Cidades – Resolução 13 de 2004 – [Visualizar pdf](#)
Ministério das Cidades – Resolução 25 de 2005 – [Visualizar pdf](#)
Ministério das Cidades – Resolução 34 de 2005 – [Visualizar pdf](#)
Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades – [Visualizar pdf](#)

Plano Diretor vigente de Angelina

LEI COMPLEMENTAR Nº 102 / 2001

11.1.4. Consulta Pública

A página da Consulta Pública foi criada no final do Processo e reúne explicações e documentos referentes à Consulta Pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC, que esteve aberta entre os dias 10/11/23 e 24/11/23.

participa ANGELINA

PÁGINA INICIAL | NOTÍCIAS | BIBLIOTECA | CONSULTA PÚBLICA | CONFERÊNCIA FINAL
PARTICIPAÇÃO SOCIAL | CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

consulta pública

Entre os dias 10/11/23 e 24/11/23 esteve aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC.

Verifique a aba da Conferência Final para acompanhar as próximas etapas!

índice

sobre a consulta pública | regime da consulta – CLIQUE AQUI | convocatória da consulta – CLIQUE AQUI
passo a passo para participar de consulta pública online | link da consulta pública – CLIQUE AQUI
Documento da Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina – CLIQUE AQUI
confira as contribuições de Consulta Pública | CONFERÊNCIA FINAL

sobre a consulta pública

A Prefeitura de Angelina deu início, em agosto de 2022, ao processo de elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) do município. O plano está sendo desenvolvido mediante convênio de cooperação técnica entre a prefeitura e a Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Entre estudos contribuídos para o diagnóstico de diversos problemas, orientando uma melhor tomada de decisão por parte da administração pública, além do planejamento e execução de políticas urbanas.

O processo de elaboração do plano foi permeado pela participação popular ao longo de todo seu desenvolvimento. Os conteúdos das etapas de diagnóstico, diretrizes e propostas foram apresentados e discutidos com a população e com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, entidade que inclui representantes das unidades territoriais, da sociedade civil, da empresa e da administração pública, garantindo um aprofundamento das discussões.

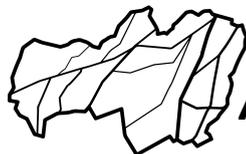
Além disso, foram realizadas duas rodadas de oficinas territoriais nas cinco unidades de planejamento do município, realizando 10 encontros, assim como as audiências públicas realizadas. Estes encontros obrigaram levantar o opinião da população local para os diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano, iniciando com o levantamento de problemas e culminando com a discussão das propostas para elaboração do Plano Diretor Participativo.

A presente consulta pública do plano foi lançada pelo Decreto, divulgado no texto abaixo, para apresentação e debate da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo, e seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Para fazer contribuições você pode ter acesso ao formulário físico ou online a partir do dia 10/11/23. Os formulários físicos, assim como uma cópia impressa da versão preliminar do projeto de Lei do Plano Diretor podem ser encontrados:

na sede da Prefeitura no Centro;
no Posto Saúde do Garcia;
no Posto de Saúde Norberto Furbinger da Barra Clara e
no Posto de Saúde do Rio Novo.



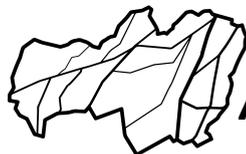


11.1.5. Conferência Final

A página da Conferência Final apresenta o evento da Conferência Final e reúne os documentos necessários referentes ao que foi debatido, assim como as contribuições vindas da Consulta Pública.

11.1.6. Participação Social

Na página da Participação Social encontram-se todas as etapas do Processo de Revisão, junto de seus respectivos registros e explicações. Alguns dos botões levam para páginas dos respectivos eventos, são o caso da Consulta Pública e da Conferência Final.



04 – Audiência Pública de Leitura da Cidade

Confira a Segunda Audiência Pública do processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina:

Na última terça-feira, 28/03/2023, realizamos a Audiência Pública de Apresentação da Leitura da Cidade. Foi um evento muito importante para o processo participativo, em que diversos angelinenses puderam colocar seus pontos de vista, seus anseios e seu desejo para o município.

Se você não pôde comparecer, fique tranquilo/a pois fizemos uma transmissão pelo perfil do YouTube do Participa Angelina: [Transmissão da Segunda Audiência Pública](#)

Também, você pode verificar a apresentação utilizada:

[Segunda Audiência Pública 28.03.2023](#)

A site:

[Segunda Audiência Pública 28.03.2023](#)

E alguns registros de imagem:

03 – Primeira Rodada de Oficinas Territoriais

Entre os dias 07 e 17 de novembro de 2022 aconteceu a primeira rodada de oficinas territoriais do processo participativo. As cinco áreas territoriais que compõe o município de Angelina tiveram encontros com a equipe técnica para discutir os problemas, as qualidades e as necessidades de cada território.

Os mapas dos desejos foram compilados em uma só imagem representativa para todo o município. As demais informações sobre cada Oficina Territorial foram organizadas por área e estão dispostas conforme data de realização a seguir:

nome do palestrante dos mapas dos desejos
07/11/2022 – Garcia

- Documento com ata e lista de presença
- Acesso ao vídeo
- Link do vídeo da Oficina Territorial de Garcia
- Fotos:

11.1.7. Conselho de Desenvolvimento

A página do Conselho de Desenvolvimento reúne informações sobre o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, junto aos registros das reuniões da equipe técnica da UFSC junto ao mesmo.

O conselho de desenvolvimento municipal

Sobre

O conselho de desenvolvimento municipal será responsável pela:

- Condução político-estratégica
- Representatividade da sociedade civil
- Monitorar atividades e garantir a participação social
- Validar etapas e produtos

Reunião de discussão da versão preliminar do PDP ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

Conforme solicitado pelo Conselho, a equipe técnica da UFSC esteve participando da última reunião para tirar dúvidas sobre a Versão Preliminar.

Reunião de discussão da versão preliminar do PDP ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

Conforme solicitado pelo Conselho, a equipe técnica da UFSC esteve participando da última reunião para tirar dúvidas sobre a Versão Preliminar.

A reunião aconteceu na sede do Conselho da Cidade, no dia 21/11/23 às 19h.

A reunião foi documentada em ata e vídeo. Estes documentos, junto da apresentação utilizada, encontram-se a seguir:

[Link da apresentação](#)

[Ata da reunião com lista de presença](#)

[Acesso ao vídeo Reunião Conselho 21.11.2023](#)

Reunião de apresentação da versão preliminar do Anteprojeto de Lei do PDP ao CDT

No dia 12/09/23 aconteceu uma reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina junto da equipe técnica da UFSC. Na reunião foi apresentado como se deu o desenvolvimento da versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor do município, a estrutura proposta e como irá acontecer a Consulta Pública.

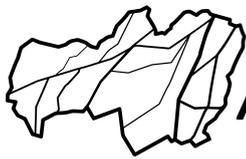
11.2. Redes Sociais

11.2.1. Instagram

Link: <https://www.instagram.com/participaangelina/>

A página do processo no instagram foi bastante utilizada como mecanismo de divulgação do processo, seja dos eventos participativos, dos materiais técnicos elaborados, e também garantiu a interação dos interessados por meio das mensagens. O instagram possibilitou a divulgação do processo por meio do feed com postagens colaborativas com o perfil da





prefeitura municipal de Angelina, das publicações nos stories, e no reels em que eram promovidos vídeos curtos envolvendo tanto a população quanto as equipes técnicas da UFSC e da Prefeitura Municipal de Angelina. O perfil contabilizava 285 seguidores até o fechamento do processo.

participaangelina

Seguindo ▾

Enviar mensagem



48 publicações 285 seguidores 337 seguindo

Plano Diretor Participativo de Angelina

Por aqui você poderá acompanhar notícias sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de Angelina-SC

Projeto do Laboratório de Urbanismo @laburb.ufsc

📍 linktr.ee/ParticipaAngelina

Seguido(a) por festadoqueijoedomelangelinasc, tdllrosa, granfpolis e outras 27 pessoas



Equipe UFSC



2ª Oficinas T.



2ª Audiência P.

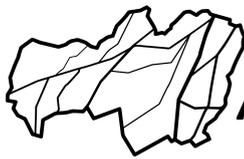


1ª Oficinas T.



1ª Audiência P.



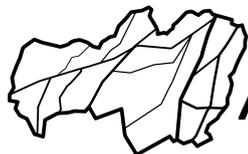


11.2.2. Facebook

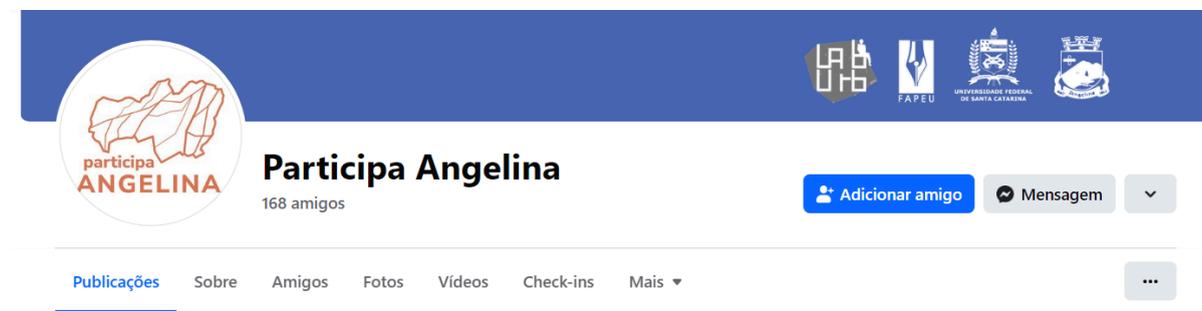
Link: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100086265755578>

De forma complementar ao instagram a rede social do facebook foi usada para divulgar o





processo no mesmo formato, tanto através de um perfil quanto de uma página para o processo.



11.2.3. Twitter

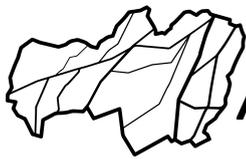
Link: https://twitter.com/pdp_angelina

Ainda foi disponibilizado o acesso das informações por meio do Twitter, no entanto, essa rede social se mostrou pouco efetiva no processo de divulgação dos eventos e trabalhos ao longo do processo, tendo assim poucas postagens.



11.3. Transmissão de mensagens por Whatsapp

Através do perfil do número de celular do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), foram enviadas mensagens e imagens divulgando os processos participativos para todos os cidadãos que estiveram presentes em eventos participativos e disponibilizaram seus números de contato pessoal. A seguir algumas das imagens compartilhadas via whatsapp:



**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE APRESENTAÇÃO DA
LEITURA DA CIDADE**



**dia 28/03, terça-feira
às 18h 30min
na Igreja Nossa Senhora
das Dores, Bairro Garcia**

**PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE ANGELINA**

Na segunda Audiência Pública do processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina será apresentada a Leitura da Cidade, que sintetiza os conteúdos da leitura técnica e da leitura comunitária. A Leitura da Cidade já foi apresentada ao CDTA, e agora convidamos toda a população a participar. Contamos com a presença de todos(as) e pedimos para que contribuam na divulgação!

para mais informações, acesse:
participaangelina.ufsc.br



**OFICINAS TERRITORIAIS
DIRETRIZES E EIXOS
ESTRATÉGICOS**



**PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE
ANGELINA**

A segunda rodada de Oficinas Territoriais começará a definir o conteúdo do novo plano diretor de Angelina, iniciando pela discussão das diretrizes e eixos estratégicos elaborados, de forma preliminar, pela Equipe Técnica da UFSC. Essas diretrizes e eixos estratégicos servirão de fundamento para a versão do Plano Diretor Participativo que deverá ser disponibilizada para consulta pública na próxima etapa.

09/05 - 18:30 BARRA CLARA		Bairros: Barra Clara; Bela Vista; Cabriúna; Rio Antinha; Rio do Norte; Rio Pavão; Rio Quebra Dentes; Rio São Sebastião; Rio Areia. Local: Salão da Igreja Católica de São José
10/05 - 18:30 ALTO GARCIA		Bairros constituintes: Alto Garcia; Alto Mato Grosso; Canudos; Fartura; Mato Grosso; Palheiros; Rancho de Tábuas; Rio Pequeno. Local: Salão da Igreja Católica de São Marcos
11/05 - 18:30 CENTRO		Bairros: Betânia; Centro; Fortaleza; III Linha; IV Linha; Linha do Chaves; Rio das Antas; Palhocinha; Vargem Pinheiros; Barragem. Local: Conselho Comunitário de Angelina
16/05 - 18:30 RIO NOVO		Bairros: Rio da Paca; Rio de Dentro; Rio Novo; Rio Novo Velho; Rio São João; Rio Verde; Rios Três Antas. Local: Salão da Igreja Católica de São Francisco de Assis
17/05 - 18:30 GARCIA		Bairros: Coqueiral; Coqueiros; Garcia; Morro do Mineiro; Rio Engano; Rio Veado; Rio Fortuna. Local: Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores



**CONSULTA PÚBLICA:
ANTEPROJETO DO
PDP ANGELINA**



**PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ANGELINA**

Participa, Angelina!

A versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor está aberta para consulta pública! Leia atentamente o documento e compartilhem suas contribuições para juntos desenvolvermos uma Angelina ainda melhor!

Para fazer contribuições você pode ter acesso ao formulário físico ou online. Os formulários físicos, assim como uma cópia impressa da versão preliminar do projeto de Lei do Plano Diretor, podem ser encontrados:

**na sede da Prefeitura no Centro,
no Posto Saúde do Garcia,
no Centro Administrativo de Barra Clara e
no Posto de Saúde do Rio Novo.**

Para fazer contribuições online, acesse o site: www.participaangelina.ufsc.br ou diretamente no link neste qr code:



O formulário ficará aberto até às 23h59 do dia 24 de novembro de 2023

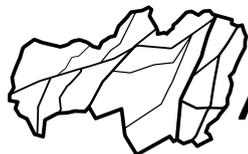


**PUBLICAÇÃO DO PRODUTO 04 -
RELATÓRIO DA SEGUNDA RODADA
DE OFICINAS TERRITORIAIS**



Já estão disponíveis no site participaangelina.ufsc.br os 04 produtos referentes ao processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina. na aba da biblioteca você encontra o material e pode conferir e acompanhar tudo o que já aconteceu nas etapas anteriores





**CONSULTA PÚBLICA:
ANTEPROJETO DO
PDP ANGELINA**


PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ANGELINA

Atenção, cidadãos de Angelina!

A versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor está aberta para consulta pública! A consulta pública é mais uma chance da população participar ativamente da construção do futuro do município. Leia atentamente o documento e compartilhem suas contribuições para juntos desenvolvermos uma Angelina ainda melhor!

Para fazer contribuições você pode ter acesso ao formulário físico ou online. Os formulários físicos, assim como uma cópia impressa da versão preliminar do projeto de Lei do Plano Diretor, podem ser encontrados:

na sede da Prefeitura no Centro,
no Posto Saúde do Garcia,
no Centro Administrativo de Barra Clara e
no Posto de Saúde do Rio Novo.

Para fazer contribuições online, acesse o site:
www.participaangelina.ufsc.br ou diretamente no link neste qr code:



O formulário ficará aberto até às
23h59 do dia 24 de novembro de 2023



**CONFERÊNCIA FINAL
DO PDP ANGELINA**


PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ANGELINA

O que é a Conferência Final?

A Conferência Final do Plano Diretor Participativo de Angelina é a instância oficial da discussão sobre os ajustes finais do texto legislativo e respectivos anexos da versão preliminar, antes de seu encaminhamento à Câmara de Vereadores.

Nela serão apresentados os conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública e o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina irá deliberar sobre o respectivo conteúdo.

A Conferência Final acontecerá no
dia 12/12/2023, às 18h30min, no
Centro Comunitário de Angelina

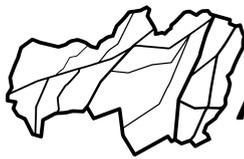
acesse o site participaangelina.ufsc.br e saiba mais!



11.4. Panfletos para Impressão

Ao longo de todo o processo participativo foram elaborados panfletos sobre cada evento para serem impressos e distribuídos. Foi recomendado à equipe da prefeitura que distribuisse da seguinte forma: “em postos de Saúde, Prefeitura e demais repartições públicas, Centro Comunitários, Escolas, Creches, Pontos de Ônibus das Escolas e Ginásios Esportivos. Entregar aos Padres e Pastores das Igrejas para que seja lido no culto/na missa. Entregar nas visitas domiciliares dos Postos de Saúde e nas escolas para que as crianças levem para casa. Deixar em bares, restaurantes, mercados e demais estabelecimentos. Distribuir nas missas/nos cultos.”

A seguir estão os documentos elaborados para impressão e distribuição:



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR



Data: 15/10/2022
Horário: 14 horas

Local: Salão Carlos Gomes – Escola de Educação Básica Nossa Senhora, sito na Rua São Francisco de Assis, nº 1315 – Centro – Angelina /SC.



Regimento da Audiência disponível no QRCode ao lado



@participaangelina
participaangelina.ufsc.br

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA LEITURA DA CIDADE



dia 28/03, terça-feira
às 18h30min
na Igreja Nossa Senhora das Dores, Bairro Garcia

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

Na segunda Audiência Pública do processo participativo de revisão do Plano Diretor de Angelina será apresentada a Leitura da Cidade, que sintetiza os conteúdos da leitura técnica e da leitura comunitária.

A Leitura da Cidade já foi apresentada ao CDTA, e agora convidamos toda a população a participar.

Contamos com a presença de todos(as) e pedimos para que contribuam na divulgação!

para mais informações,
acesse o site:
participaangelina.ufsc.br



CALENDÁRIO DAS OFICINAS TERRITORIAIS



As Oficinas Territoriais são encontros da população de uma área específica do município com a equipe técnica de Revisão do Plano Diretor para a equipe explicar o que é o Plano Diretor e para a população elencar pontos positivos e negativos daquela área do município. A participação de todos é muito importante para que juntos definam qual futuro desejam para o município

ALTO GARCIA Bairros: Alto Garcia; Alto Mato Grosso; Canudos; Fartura; Mato Grosso; Palheiros; Rancho de Tábuas; Rio Pequeno.	Data: 03/11/2022 Horário: 18h30min Local: Salão da Igreja Católica de São Marcos - Alto Garcia.
GARCIA Bairros: Coqueiral; Coqueiros; Garcia; Morro do Mineiro; Rio Engano; Rio Veado, Rio Fortuna.	Data: 07/11/2022 Horário: 18h30min Local: Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores - Garcia.
RIO NOVO Bairros: Rio da Paca; Rio de Dentro; Rio Novo; Rio Novo Velho; Rio São João; Rio Verde; Rios Três Antas.	Data: 08/11/2022 Horário: 18h30min Local: Salão da Igreja Católica de São Francisco de Assis - Rio Novo.
BARRA CLARA Bairros: Barra Clara; Bela Vista; Cabriúna; Rio Antinha; Rio do Norte; Rio Pavão; Rio Quebra Dentes; Rio São Sebastião, Rio Areia.	Data: 09/11/2022 Horário: 18h30min Local: Salão da Igreja Católica de São José - Barra Clara.
CENTRO Bairros: Betânia; Centro; Fortaleza; III Linha; IV Linha; Linha do Chaves; Rio das Antas; Pathocinha; Vargem Pinheiros; Barragem.	Data: 10/11/2022 Horário: 18h30min Local: Conselho Comunitário de Angelina - Centro.

CONFIRA NOSSO SITE E FIQUE POR DENTRO DAS INFORMAÇÕES

@participaangelina
participaangelina.ufsc.br



OFICINAS TERRITORIAIS DIRETRIZES E EIXOS ESTRATÉGICOS

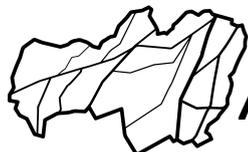


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

A segunda rodada de Oficinas Territoriais começará a definir o conteúdo do novo plano diretor de Angelina, iniciando pela discussão das diretrizes e eixos estratégicos elaborados, de forma preliminar, pela Equipe Técnica da UFSC. Essas diretrizes e eixos estratégicos servirão de fundamento para a versão do Plano Diretor Participativo que deverá ser disponibilizada para consulta pública na próxima etapa.

09/05 - 18:30 BARRA CLARA		Bairros: Barra Clara; Bela Vista; Cabriúna; Rio Antinha; Rio do Norte; Rio Pavão; Rio Quebra Dentes; Rio São Sebastião, Rio Areia. Local: Salão da Igreja Católica de São José
10/05 - 18:30 ALTO GARCIA		Bairros constituintes: Alto Garcia; Alto Mato Grosso; Canudos; Fartura; Mato Grosso; Palheiros; Rancho de Tábuas; Rio Pequeno. Local: Salão da Igreja Católica de São Marcos
11/05 - 18:30 CENTRO		Bairros: Betânia; Centro; Fortaleza; III Linha; IV Linha; Linha do Chaves; Rio das Antas; Pathocinha; Vargem Pinheiros; Barragem. Local: Conselho Comunitário de Angelina
16/05 - 18:30 RIO NOVO		Bairros: Rio da Paca; Rio de Dentro; Rio Novo; Rio Novo Velho; Rio São João; Rio Verde; Rios Três Antas. Local: Salão da Igreja Católica de São Francisco de Assis
17/05 - 18:30 GARCIA		Bairros: Coqueiral; Coqueiros; Garcia; Morro do Mineiro; Rio Engano; Rio Veado, Rio Fortuna. Local: Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores





**CONSULTA PÚBLICA:
ANTEPROJETO DE LEI
DO PDP ANGELINA**



Atenção, cidadãos de Angelina!

A versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor estará disponível para consulta pública entre os dias 10/11/2023 e 24/11/2023 aqui! A consulta pública é mais uma chance da população participar ativamente da construção do futuro do município. Leia atentamente o documento e compartilhe suas contribuições para juntos desenvolvermos uma Angelina ainda melhor!

Para fazer contribuições você pode ter acesso ao formulário físico ou online. Os formulários físicos, assim como uma cópia impressa da versão preliminar do projeto de Lei do Plano Diretor, podem ser encontrados:

na sede da Prefeitura no Centro,
no Posto Saúde do Garcia,
no Centro Administrativo de Barra Clara e
no Posto de Saúde do Rio Novo.

Para fazer contribuições online, acesse o site:
www.participaangelina.ufsc.br ou diretamente no link neste qr code:



O formulário on-line ficará aberto até às
23h59 do dia 24 de novembro de 2023



**CONFERENCIA FINAL
DO PDP ANGELINA**



O que é a Conferência Final?

A Conferência Final do Plano Diretor Participativo de Angelina é a instância oficial da discussão sobre os ajustes finais do texto legislativo e respectivos anexos da versão preliminar, antes de seu encaminhamento à Câmara de Vereadores.

Nela serão apresentados os conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública e o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina irá deliberar sobre o respectivo conteúdo.

A Conferência Final acontecerá no dia
12/12/2023, às 18h30min, no Centro
Comunitário de Angelina



Aponte seu celular para o qr code ao lado ou entre no site participaangelina.ufsc.br, e acesse todas as informações referentes à Conferência Final! Lá você encontra o regimento da Conferência, o edital de convocação, o produto com as contribuições recebida pela Consulta Pública e muito mais!



11.5. Áudios para a Rádio Comunitária

Foram elaborados textos para serem reproduzidos na Rádio Comunitária antes dos eventos participativos. A rádio comunitária de Angelina tem alcance apenas na área central da cidade, portanto a partir da segunda rodada de oficinas territoriais o texto foi elaborado especificamente para essa área. A seguir constam os textos elaborados e divulgados na rádio:

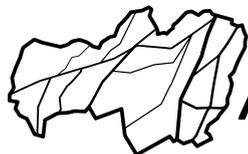
“Atenção Cidadão Angelinense,

No dia 15 de outubro, sábado, às 14h, será realizada a Primeira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Angelina, no Salão Carlos Gomes, da Escola Nossa Senhora, no Centro.

Na audiência acontecerá o lançamento do processo participativo, junto da explicação de como ele irá acontecer e a apresentação do calendário para as oficinas que serão realizadas em cada uma das áreas do município.

Para mais informações, acesse o site participaangelina.ufsc.br

Sua participação é muito importante, convide sua comunidade! Participe Angelina.”



“Atenção Cidadão Angelinense, a Revisão do Plano Diretor de Angelina precisa de você! Entre os dias três e dez de novembro acontecerão cinco oficinas territoriais para a elaboração do Plano Diretor. Venha discutir o futuro do seu Bairro! A primeira oficina, do Alto Garcia, acontecerá no dia três de novembro, às dezoito horas e trinta minutos, no Salão da Igreja Católica de São Marcos; a segunda oficina, do Garcia, acontecerá no dia sete de novembro, às dezoito horas e trinta minutos, no Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores; a terceira oficina, será a do Rio Novo e acontecerá no dia oito de novembro, às dezoito horas e trinta minutos, no Salão da Igreja Católica de São Francisco de Assis; a quarta oficina, de Barra Clara acontecerá no dia nove de novembro, às dezoito horas e trinta minutos, no Salão da Igreja Católica de São José; a quinta e última oficina, do Centro, acontecerá no dia dez de novembro, às dezoito horas e trinta minutos, no Conselho Comunitário de Angelina.

Para conferir à qual oficina sua localidade pertence, consulte o site participaangelina.ufsc.br

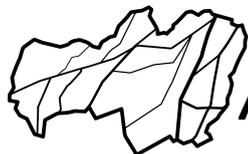
Sua participação é muito importante, convide seus vizinhos e conhecidos! Participa Angelina.”

“Olá, Cidadão Angelinense! Convidamos você para participar de mais uma etapa da Revisão do Plano Diretor de Angelina. Acontecerá no dia vinte e oito de março, terça-feira, às dezoito horas e trinta minutos, a Segunda Audiência Pública do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor de Angelina, no Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores, localizada no Bairro Garcia. Nesta audiência será apresentada a Leitura da Cidade, que consiste em uma leitura detalhada dos problemas que o município enfrenta no seu processo de uso e ocupação. Convidamos toda a população a participar e contribuir, para que a síntese dos problemas alcançada seja representativa aos moradores e possa guiar de forma satisfatória os próximo passo do processo. Dia vinte e oito de março, terça-feira, às dezoito horas e trinta minutos, no Salão da Igreja Católica de Nossa Senhora das Dores, localizada no Bairro Garcia. Contamos com a sua presença!

Para saber mais, consulte o site participaangelina.ufsc.br

Sua participação é muito importante, convide seus vizinhos e conhecidos! Participa Angelina.”





“Olá, Cidadão Angelinense! Convidamos você a participar de mais uma importante etapa da Revisão do Plano Diretor de Angelina. Entre os dias 09 e 17 de maio acontecerá a segunda rodada de Oficinas Territoriais.

Esta segunda rodada de Oficinas começará a definir o conteúdo do novo plano diretor, iniciando pela discussão de suas diretrizes e eixos estratégicos.

Verifique a data e o local da oficina respectiva ao seu bairro no site da prefeitura ou no site participaangelina.ufsc.br. Contamos com a sua presença! Sua participação é muito importante, convide seus vizinhos e conhecidos! Participe Angelina.”

“Atenção moradores dos bairros: Betânia, Centro, Fortaleza; Terceira Linha; Quarta Linha; Linha do Chaves; Rio das Antas; Palhocinha; Vargem Pinheiros e Barragem.

Hoje, quinta feira, às 18horas e 30minutos acontecerá, na Sede do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, a oficina territorial para discussão das diretrizes e eixos estratégicos para o Plano Diretor. Sua participação é muito importante! Contamos com a sua presença.

Participe, Angelina!”

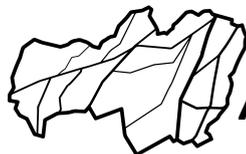
“Atenção, cidadãos de Angelina! O projeto de Lei do Plano Diretor da nossa querida cidade está aberto para consulta pública!

É mais uma chance da população participar ativamente na construção do futuro do município. Verifique o conteúdo na página: participaangelina.ufsc.br/consulta-publica. Leiam atentamente o documento e compartilhem suas contribuições, afinal, juntos podemos criar uma Angelina ainda melhor!

O formulário ficará aberto até às 23h59 do dia 24 de novembro de 2023.

Você também pode responder a um formulário físico que, assim como uma cópia impressa da versão preliminar do Plano Diretor, pode ser encontrado: na sede da Prefeitura no Centro; no Posto Saúde do Garcia; no Centro Administrativo de Barra Clara; e no Posto de Saúde do Rio Novo.





Compartilhe com seus amigos e familiares!

A sua participação é muito importante!"

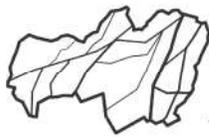
11.6. Youtube do Participa Angelina

O perfil do youtube do Participa Angelina reuniu todas as gravações dos eventos realizados. Os links das gravações constavam individualmente nas páginas do site dos respectivos eventos, mas poderiam também ser buscados pela página do perfil.

Link de acesso ao perfil: [Plano Diretor Participativo de Angelina - SC - YouTube](https://www.youtube.com/channel/UCnvmWix_Kt_PpVvfAjLy1IQ)
https://www.youtube.com/channel/UCnvmWix_Kt_PpVvfAjLy1IQ.

The screenshot shows the YouTube channel page for 'Plano Diretor Participativo de Angelina - SC'. The channel name is prominently displayed at the top, along with the handle '@plandiretorparticipativod8427', 20 subscribers, and 15 videos. Below the name are buttons for 'Personalizar o canal' and 'Gerenciar vídeos'. The navigation menu includes 'Início', 'Vídeos', 'Ao vivo', 'Playlists', and 'Comunidade'. The 'Para você' section features three video thumbnails:

- Segunda Oficina Territorial no Centro em 11/05/2023**: 2:31:37 duration, 52 visualizações, transmitido há 9 meses.
- Transmissão da Primeira Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor de Angelina**: 1:56:50 duration, 64 visualizações, há 1 ano.
- Primeira Oficina Territorial em Rio Novo - 08/11/2022**: 2:12:49 duration, 7 visualizações, há 9 meses.



participa
ANGELINA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

ANEXO 01

Apresentação

Primeira Reunião CDTA

Realizada em 30 de agosto de 2022



FAPEU
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

1ª REUNIÃO
DE TRABALHO

30 de agosto de 2022



FAPEU
ASSOCIAÇÃO DE FOMENTO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ORGANIZAÇÃO ASSUNTOS

pauta 01. instituições no processo

pauta 02. quem somos

pauta 03. metodologia e regras do jogo

pauta 04. conselho de desenvolvimento territorial

pauta 05. eventos processo participativo

pauta 06. identidade visual

pauta 07. próximos passos

quem são e como se organizam as instituições no processo?



RELAÇÃO TRIPARTITE



+



+



quem somos?



SAMUEL STEINER DOS SANTOS
ARQ E URB
DOUTOR EM GEOGRAFIA



LUÍS ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA
ARQ E URB
PÓS-DOUTORANDO EM ARQ|URB



MÁRCIO DE FRANÇA SANTOS
GEOGRAFO
ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS,
ANÁLISE E PERÍCIAS AMBIENTAIS



MARIANA PANZERA
ARQ E URB
MESTRA EM ARQ E URB



FRANCIELLI TELLI
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



NATHÁLIA SANDER
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



MARCELO LEÃO
ADVOGADO / ESP. DIREITO URBANÍSTICO
MESTRANDO EM ARQ|URB

+ três
estagiários
graduandos

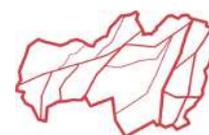
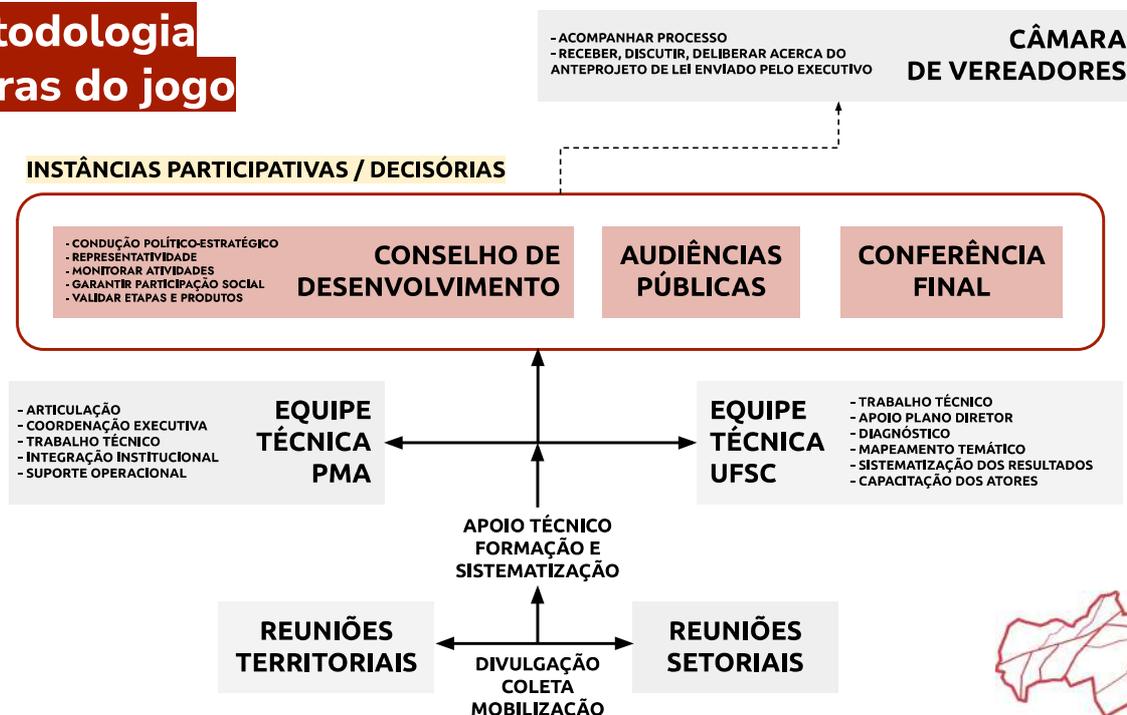
plano diretor



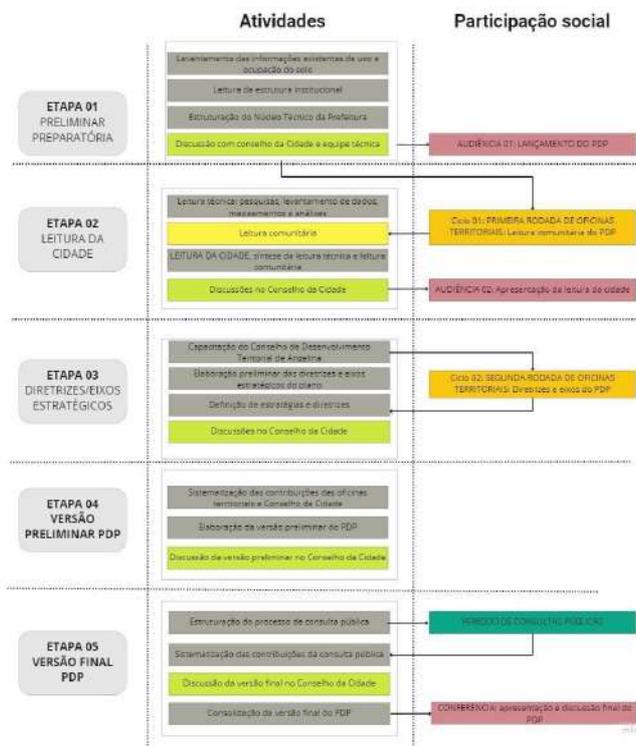
Um plano diretor formaliza e torna explícitos os objetivos para o desenvolvimento urbano de um município.

Seu conteúdo deve estabelecer o diálogo entre os objetivos ambientais, culturais, sociais e econômicos da cidade com os seus aspectos físico-territoriais, estabelecendo diretrizes, parâmetros, normas e instrumentos para a ação dos diferentes agentes que produzem e utilizam o espaço urbano (SIQUEIRA, 2022).

metodologia regras do jogo



metodologia regras do jogo



metodologia regras do jogo

ETAPA 01 PRELIMINAR PREPARATÓRIA

- Levantamento das informações existentes de uso e ocupação do solo;
- Leitura da estrutura institucional;
- Estruturação do Núcleo Técnico da Prefeitura.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 01:
LANÇAMENTO PDP**

ETAPA 02 LEITURA DA CIDADE

- Leitura Técnica: pesquisas, levantamento; de dados, mapeamento e análises;
- Leitura Comunitária;
- Sistematização da Leitura da Cidade.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

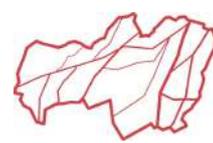
**CICLO 01: Primeira Rodada
de Oficinas Territoriais**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 02:
LEITURA DA CIDADE**



metodologia

regras do jogo



ETAPA 03 DIRETRIZES / EIXOS ESTRATÉGICOS

- Capacitação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração preliminar das diretrizes;
- Definição de estratégias e diretrizes.

CICLO 02: Segunda Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

ETAPA 04 VERSÃO PRELIMINAR DO PDP

- Sistematização das contribuições das oficinas territoriais e Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração da versão preliminar do PDP.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

metodologia

regras do jogo



ETAPA 05 CONSULTA PÚBLICA E CONSOLIDAÇÃO DO PDP

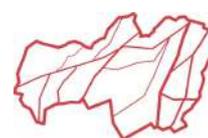
- Estruturação do processo de consulta pública;
- Sistematização das contribuições.

Período de Consulta Pública

CONFERÊNCIA:
Discussão da versão final do PDP (caráter aberto, porém votação apenas do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina).

VERSÃO FINAL DO PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADO PARA CÂMARA DE VEREADORES

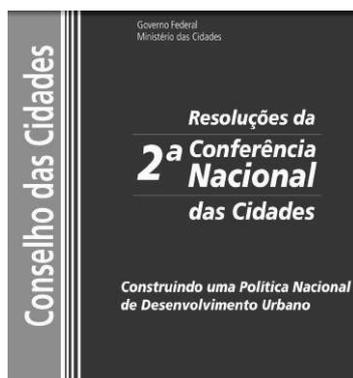
eventos processo participativo audiência pública e oficinas territoriais



- **Datas possíveis - Definir**

CRONOGRAMA BÁSICO PLANO DIRETOR ANGELINA										
	Mês 1 setembro	Mês 2 outubro	Mês 3 novembro	Mês 4 dezembro	Mês 5 janeiro	Mês 6 fevereiro	Mês 7 março	Mês 8 abril	Mês 9 maio	Mês 10 junho
Etapa 1	Início	Levantamentos Iniciais								
		Leitura Técnica								
Etapa 2		Material AP	1a Aud. Pública							
			Material Oficinas							
				1a Rod. Oficinas						
				Sistematização Leitura da Realidade Municipal						
Etapa 3					Diretrizes e eixos estratégicos					
						2a Rod. Oficinas				
Etapa 4							Elaboração anteprojeto de lei			
Etapa 5								Consulta pública		
									Conferência	

conselho de desenvolvimento territorial



“25. Os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, a serem criados, serão deliberativos e compostos por **40% de representantes do Poder Público e 60% da Sociedade Civil.**”

Será assegurada a representação de diferentes segmentos sociais, garantindo as questões de gênero, raça/etnia, idade, sexualidades e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Serão asseguradas as condições de funcionamento com orçamentos previsto em Lei para garantir a implementação, controle e fiscalização da política de desenvolvimento urbano. Apoio financeiro para viabilizar a participação dos conselheiros dos segmentos Movimentos Populares, ONGs e trabalhadores.”

**ANGELINA JÁ POSSUI o Conselho de Desenvolvimento Territorial
Lei Complementar nº 1076/2008 - Plano Diretor
Decreto nº 22/2022 - Gestão 2022 - 2024
Regimento Interno do CDT de 2020**

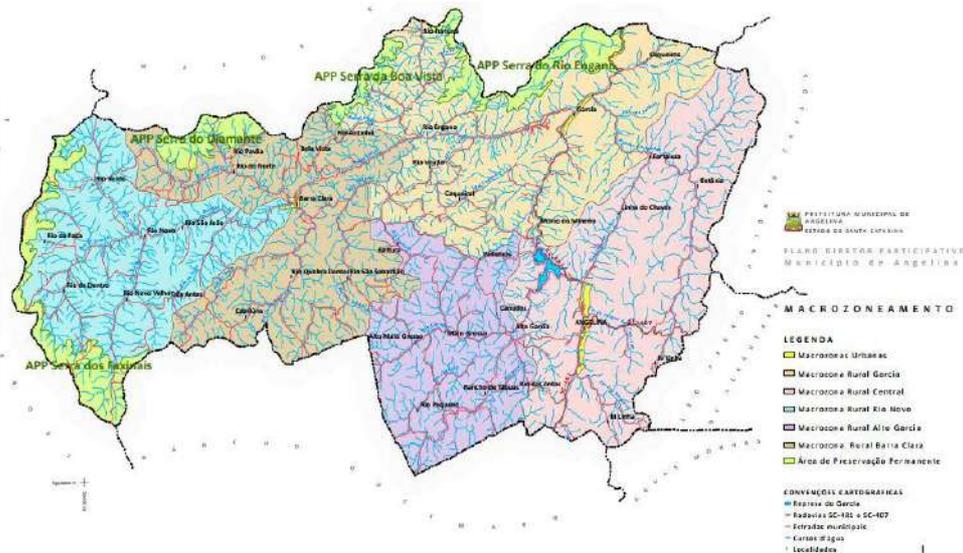
conselho de desenvolvimento territorial de Angelina

DIVISÃO M. DAS CIDADES	REGIMENTO INTERNO	REPRESENTAÇÃO
PODER PÚBLICO - 5 - 15%	PODER PÚBLICO - 1	1 Secretário Executivo
	PODER PÚBLICO - 4	2 Poder Executivo - Representante 01
		3 Poder Executivo - Representante 02
		4 Poder Legislativo - Representante 01
		5 Poder Legislativo - Representante 02
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA- 28 - 85%	MOV. SOCIAIS E POPULARES - 4	6 Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Nossa Senhora
	TRAB. RURAIS/ URBANOS - 2	7 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angelina (APAE)
		EMPRESÁRIOS - 2
	CONSELHOS MUNICIPAIS - 2	
		ONG- 2
	ENTIDADE PROF. ACAD./PESQUISA- 2	
		MACROZONAS -15
	13 Sem Indicação	
	14 Conselho Comunitário	
	15 Conselho Municipal de Direitos das Crianças e do Adolescente (CMDCA)	
	16 Sem Indicação	
	17 Sem Indicação	
	18 Sem Indicação	
	19 Sem Indicação	
	20 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 01	
	21 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 02	
	22 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 01	
	23 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 02	
	24 Macrozona Rural de Garcia - Representante 01	
	25 Macrozona Rural de Garcia - Representante 02	
26 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01		
27 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 02		
28 Macrozona Rural Central - Representante 01		
29 Macrozona Rural Central - Representante 02		
30 Macrozona Urbana Barra Clara		
31 Macrozona Urbana de Garcia		
32 Macrozona Urbana da Sede - Representante 01		
33 Macrozona Urbana da Sede - Representante 02		
34 Macrozona Urbana da Sede - Representante 03		

o conselho e as oficinas territoriais

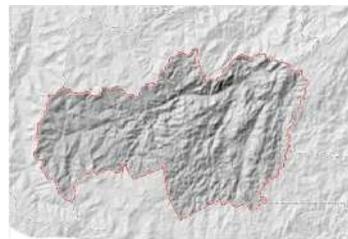


CONS. DE DESENV. TERRITORIAL DE ANGELINA	
1	Macrozona Rural Garcia
2	Macrozona Rural Central
3	Macrozona Rural Rio Novo
4	Macrozona Rural Alto Garcia
5	Macrozona Rural Barra Clara
6	Macrozona Urbana Barra Clara
	Macrozona Urbana de Garcia
	Macrozona Urbana da Sede



identidade visual

- PARTICIPA ANGELINA como chamado a participação!
- Referência ao limite municipal;
- Referência as curvas de nível, cursos d'água; vias estruturantes;
- Potenciais turísticos voltados aos recursos naturais;
- O limite municipal, nesse sentido, se assemelha a uma folha e as linhas internas da identidade visual aos veios que alimentam;
- Aplicação em diversas cores conforme as etapas do plano vão acontecendo.



identidade visual





participa
ANGELINA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

ANEXO 02

Apresentação

Primeira Audiência Pública

Realizada em 15 de outubro de 2022



FAPEU
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

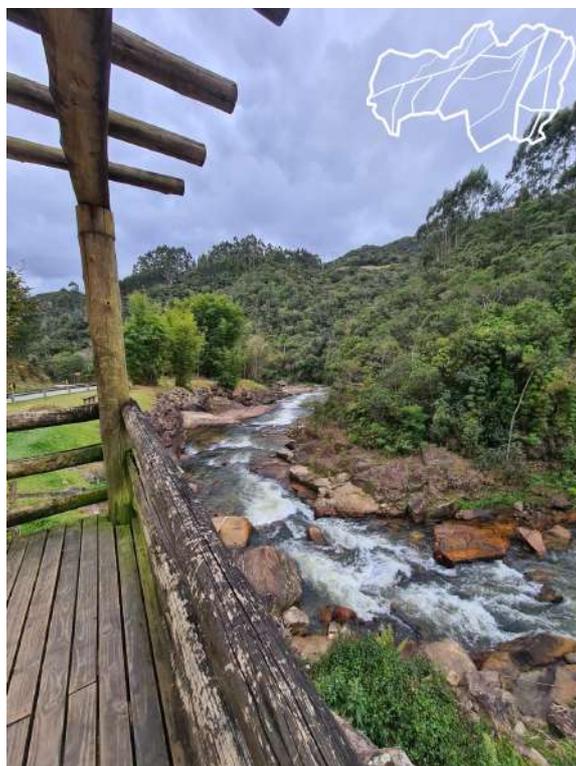
1ª AUDIÊNCIA
PÚBLICA

15 de outubro de 2022



ORGANIZAÇÃO ASSUNTOS

- pauta 01. instituições no processo
- pauta 02. quem somos
- pauta 03. o que é o plano diretor?
- pauta 04. metodologia e regras do jogo
- pauta 05. cronograma
- pauta 06. participação social
- pauta 07. conselho de desenvolvimento territorial
- pauta 08. oficinas nas áreas territoriais
- pauta 09. identidade visual
- pauta 10. próximos passos



quem são e como se organizam as instituições no processo?



RELAÇÃO TRIPARTITE



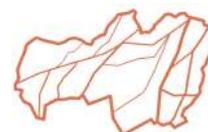
+



+



quem somos?



SAMUEL
STEINER DOS SANTOS
ARQ E URB
DOUTOR EM GEOGRAFIA



MÁRCIO
DE FRANÇA SANTOS
GEÓGRAFO
ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS,
ANÁLISE E PERÍCIAS
AMBIENTAIS



LUÍZ ANTÔNIO
MEJEIROS DA SILVA
ARQ E URB
PÓS-DOUTORANDO EM
ARQ|URB



MARIANA
PANZERA
ARQ E URB
MESTRA EM ARQ E URB



FRANCIELLI
TELLI
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



MARCELO
LEÃO
ADVOGADO /
ESP. DIREITO URBANÍSTICO
MESTRANDO EM ARQ|URB



NATHÁLIA
SANDER
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



ISAMARA
DE SOUZA
ESTUDANTE ARQ E URB



NADINE SALEH
ESTUDANTE ARQ E URB



MARIA CAROLINA
ROMI
ESTUDANTE ARQ E URB



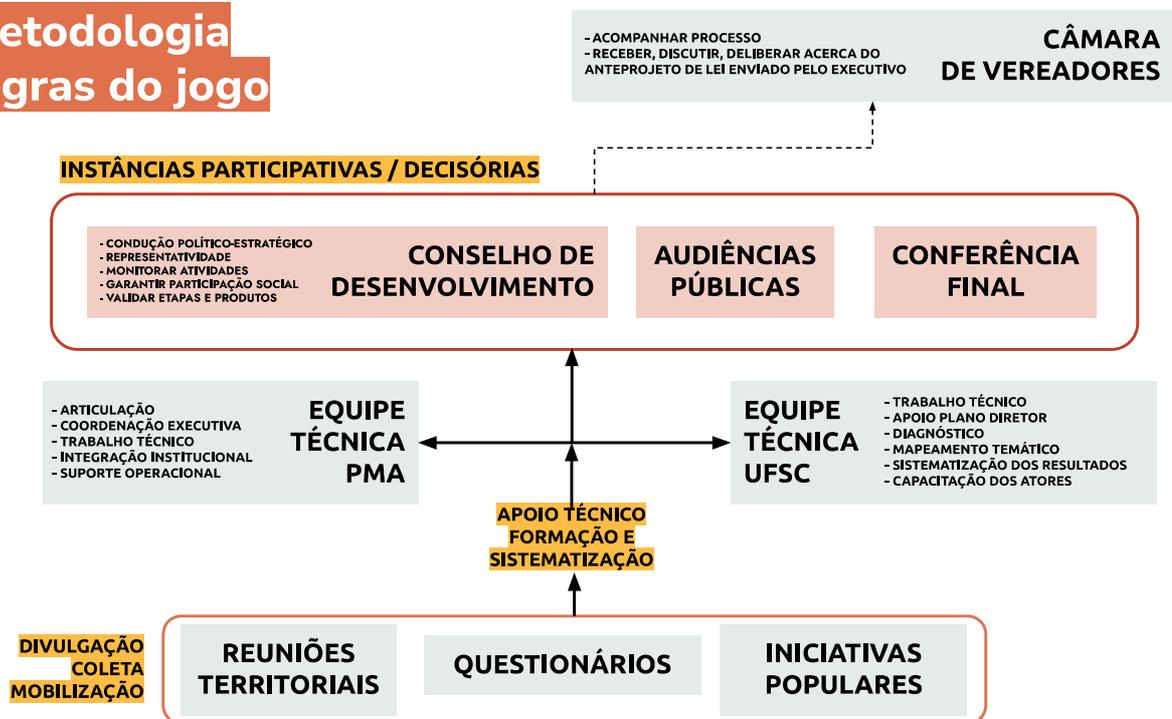
JULIA ANACLETO SILVA
ESTUDANTE ARQ E URB

o que é o plano diretor?

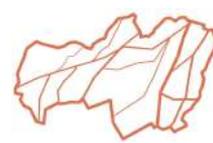
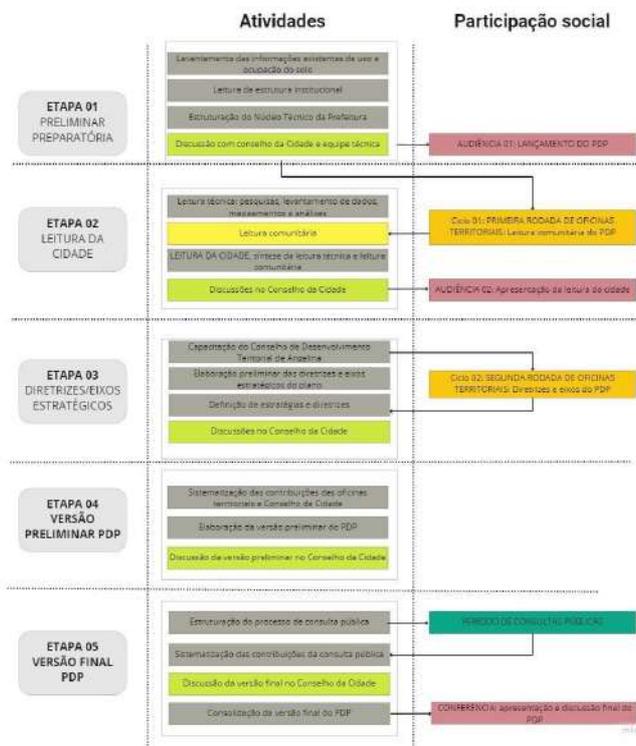
O plano diretor é o principal instrumento da política urbana brasileira e tem como objetivo ordenar o crescimento das cidades para que seja garantida uma boa qualidade de vida a todos os agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Seus princípios e regras devem promover o diálogo entre os aspectos físicos e os objetivos sociais, econômicos e ambientais em todo território do município.



metodologia regras do jogo



metodologia regras do jogo



metodologia regras do jogo

ETAPA 01 PRELIMINAR PREPARATÓRIA

- Levantamento das informações existentes de uso e ocupação do solo;
- Leitura da estrutura institucional;
- Estruturação do Núcleo Técnico da Prefeitura.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 01:
LANÇAMENTO PDP**

ETAPA 02 LEITURA DA CIDADE

- Leitura Técnica: pesquisas, levantamento; de dados, mapeamento e análises;
- **Leitura Comunitária;**
- Sistematização da Leitura da Cidade.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

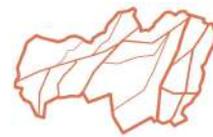
**CICLO 01: Primeira Rodada
de Oficinas Territoriais**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 02:
LEITURA DA CIDADE**



metodologia

regras do jogo



ETAPA 03 DIRETRIZES / EIXOS ESTRATÉGICOS

- Capacitação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração preliminar das diretrizes;
- Definição de estratégias e diretrizes.

CICLO 02: Segunda Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

ETAPA 04 VERSÃO PRELIMINAR DO PDP

- Sistematização das contribuições das oficinas territoriais e Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração da versão preliminar do PDP.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

metodologia

regras do jogo



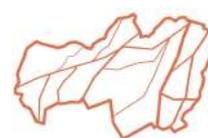
ETAPA 05 CONSULTA PÚBLICA E CONSOLIDAÇÃO DO PDP

- Estruturação do processo de consulta pública;
- Sistematização das contribuições.

Período de Consulta Pública

CONFERÊNCIA:
Discussão da versão final do PDP (caráter aberto, porém votação apenas do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina).

VERSÃO FINAL DO PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADO PARA CÂMARA DE VEREADORES



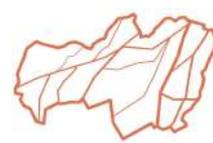
CRONOGRAMA BÁSICO PLANO DIRETOR ANGELINA

	Mês 1 setembro	Mês 2 outubro	Mês 3 novembro	Mês 4 dezembro	Mês 5 janeiro	Mês 6 fevereiro	Mês 7 março	Mês 8 abril	Mês 9 maio	Mês 10 junho
Etapa 1	Início	Levantamentos iniciais		Leitura Técnica						
Etapa 2	Material AP	1ª Aud. Pública								
	Material Oficinas	1ª Rod. Oficinas		Sistematização Leitura da Realidade Municipal						
					2ª Aud. Pública					
Etapa 3	Diretrizes e eixos estratégicos					2ª Rod. Oficinas				
Etapa 4	Elaboração anteprojeto de lei								Consulta pública	
Etapa 5										Conferência



a importância da
PARTICIPAÇÃO
SOCIAL

participação social o que diz a legislação?



ESTATUTO DA CIDADE Nº 10.257/2001

Art. 2º - inciso II

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 40

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

A promoção de audiências públicas;

Publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

Acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

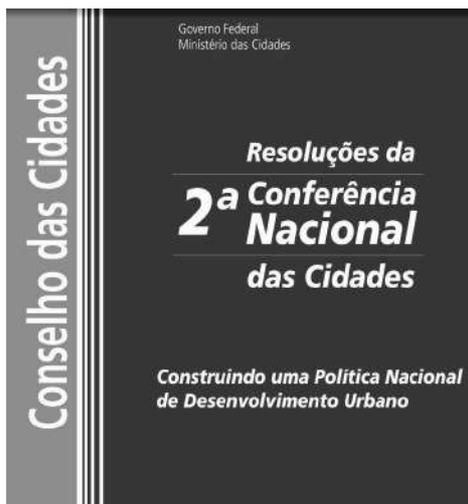
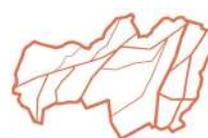
participação social além da legislação

Participação social não é apenas
uma obrigação legal

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL É
ALICERCE DA CIDADANIA!**

A população será capaz de questionar e decidir acerca de aspectos que envolvem o funcionamento da cidade para além da própria área de moradia, trabalho e lazer.





“25. Os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, a serem criados, serão deliberativos e compostos por **40% de representantes do Poder Público e 60% da Sociedade Civil.**”

Será assegurada a representação de diferentes segmentos sociais, garantindo as questões de gênero, raça/etnia, idade, sexualidades e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Serão asseguradas as condições de funcionamento com orçamentos previsto em Lei para garantir a implementação, controle e fiscalização da política de desenvolvimento urbano. Apoio financeiro para viabilizar a participação dos conselheiros dos segmentos Movimentos Populares, ONGs e trabalhadores.”

**Angelina já possui o Conselho de Desenvolvimento Territorial
Lei Complementar nº 1076/2008 - Plano Diretor
Decreto nº 22/2022 - Gestão 2022 - 2024
Regimento Interno do CDT de 2020**

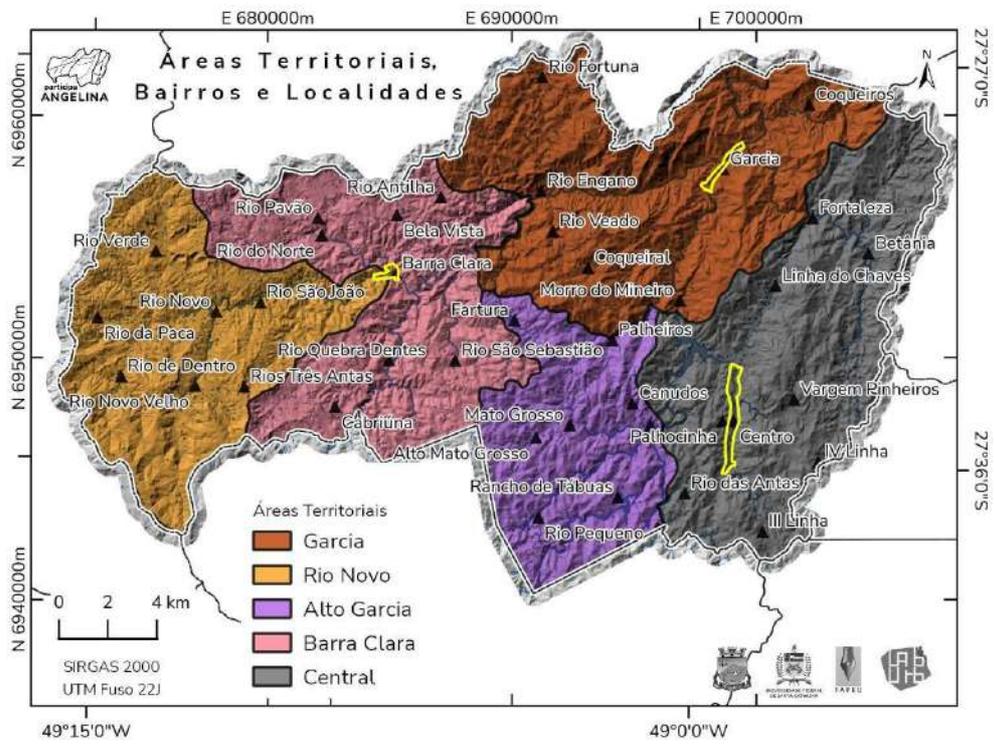
conselho de desenvolvimento territorial de Angelina

DIVISÃO M. DAS CIDADES	REGIMENTO INTERNO	REPRESENTAÇÃO
PODER PÚBLICO 5 representantes 15%	PODER PÚBLICO - 1	1 Secretário Executivo
	PODER PÚBLICO - 4	2 Poder Executivo - Representante 01
		3 Poder Executivo - Representante 02
		4 Poder Legislativo - Representante 01
		5 Poder Legislativo - Representante 02
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA 24 representantes 85%	MOV. SOCIAIS E POPULARES - 4	6 Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Nossa Senhora
		7 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angelina (APAE)
		8 Associação de Amigos de Angelina (ANGELMIGOS)
		9 Associação das Irmãs Franciscanas de São José
	TRAB. RURAIS/ URBANOS - 2	10 Representante Indicado
		11 Representante Indicado
	EMPRESÁRIOS - 1	12 Representante Indicado
	CONSELHOS MUNICIPAIS - 2	13 Conselho Comunitário
		14 Conselho Municipal de Direitos das Crianças e do Adolescente (CMDCA)
	MACROZONAS -15	15 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 01
		16 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 02
		17 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 01
		18 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 02
		19 Macrozona Rural de Garcia - Representante 01
		20 Macrozona Rural de Garcia - Representante 02
		21 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
		22 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 02
		23 Macrozona Rural Central - Representante 01
		24 Macrozona Rural Central - Representante 02
		25 Macrozona Urbana Barra Clara
		26 Macrozona Urbana de Garcia
		27 Macrozona Urbana da Sede - Representante 01
		28 Macrozona Urbana da Sede - Representante 02
		29 Macrozona Urbana da Sede - Representante 03

oficinas territoriais

CONS. DE DESENV. TERRITORIAL DE ANGELINA

1	Área Territorial Garcia
3	Área Territorial Rio Novo
2	Área Territorial Alto Garcia
4	Área Territorial Barra Clara
5	Área Territorial Centro



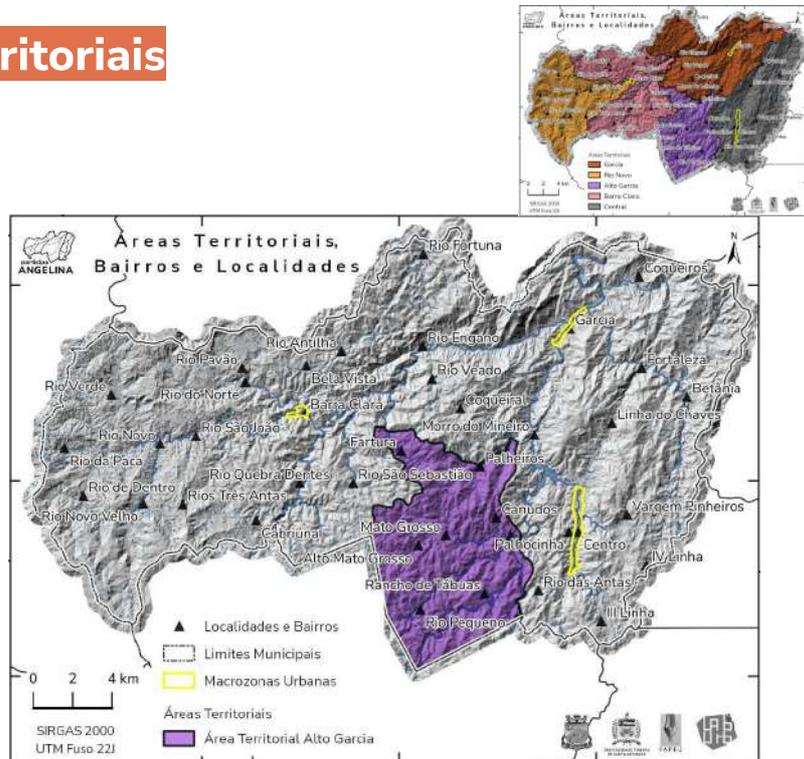
cronograma oficinas territoriais

Área Territorial Alto Garcia

Bairros:

Alto Garcia
Alto Mato Grosso
Canudos
Fartura
Mato Grosso
Palheiros
Rancho de Tábuas
Rio Pequeno

Data: 03 de novembro | Quinta-feira
Horário: 18h30



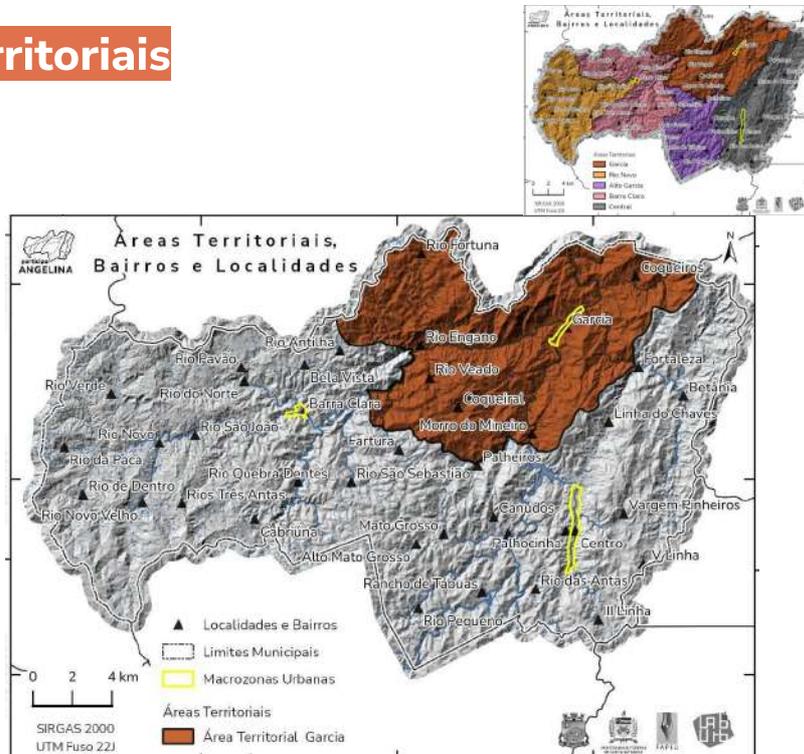
cronograma oficinas territoriais

Área Territorial Garcia

Bairros:

Coqueiral
Coqueiros
Garcia
Morro do Mineiro
Rio Engano
Rio Veado
Rio Fortuna

Data: 07 de novembro | Segunda-feira
Horário: 18h30



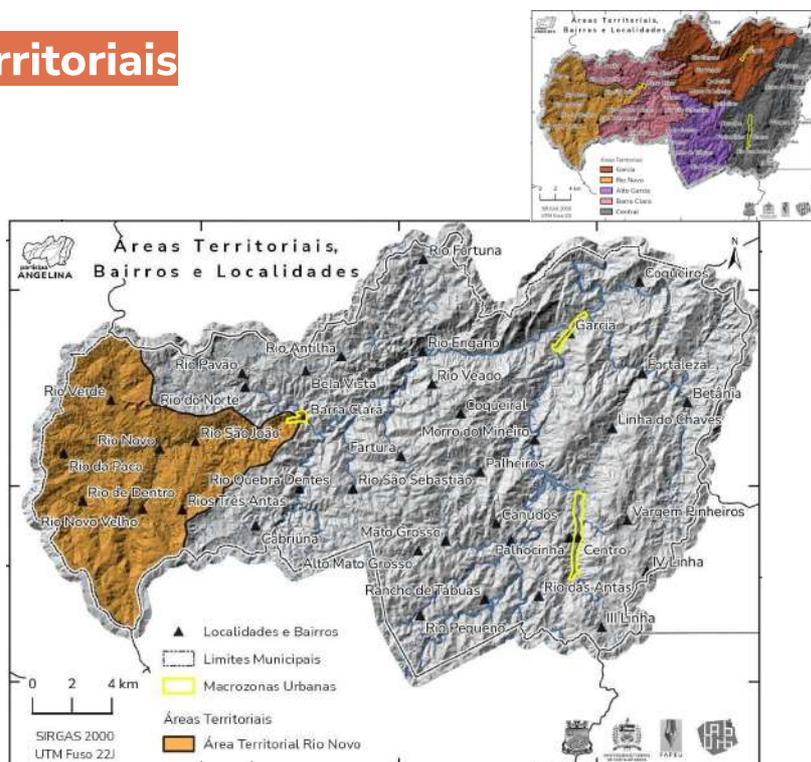
cronograma oficinas territoriais

Área Territorial Rio Novo

Bairros:

Rio da Paca
Rio de Dentro
Rio Novo
Rio Novo Velho
Rio São João
Rio Verde
Rios Três Antas

Data: 08 de novembro | Terça-feira
Horário: 18h30



cronograma oficinas territoriais

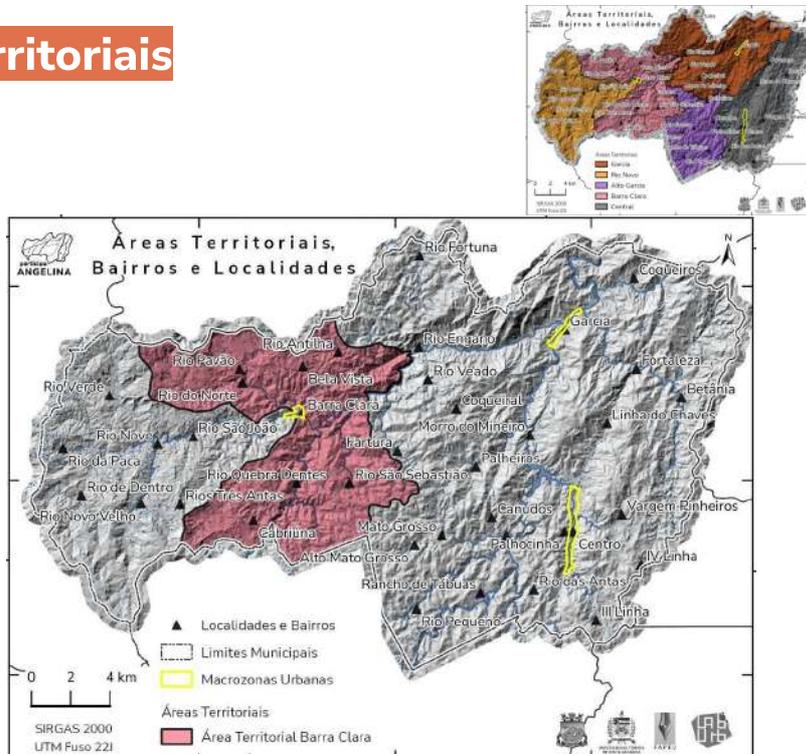
Área Territorial Barra Clara

Bairros:

Barra Clara
Bela Vista
Cabriúna
Rio Antinha
Rio do Norte
Rio Pavão
Rio Quebra Dentes
Rio São Sebastião
Rio Areia

Data: 09 de novembro | Quarta-feira

Horário: 18h30



cronograma oficinas territoriais

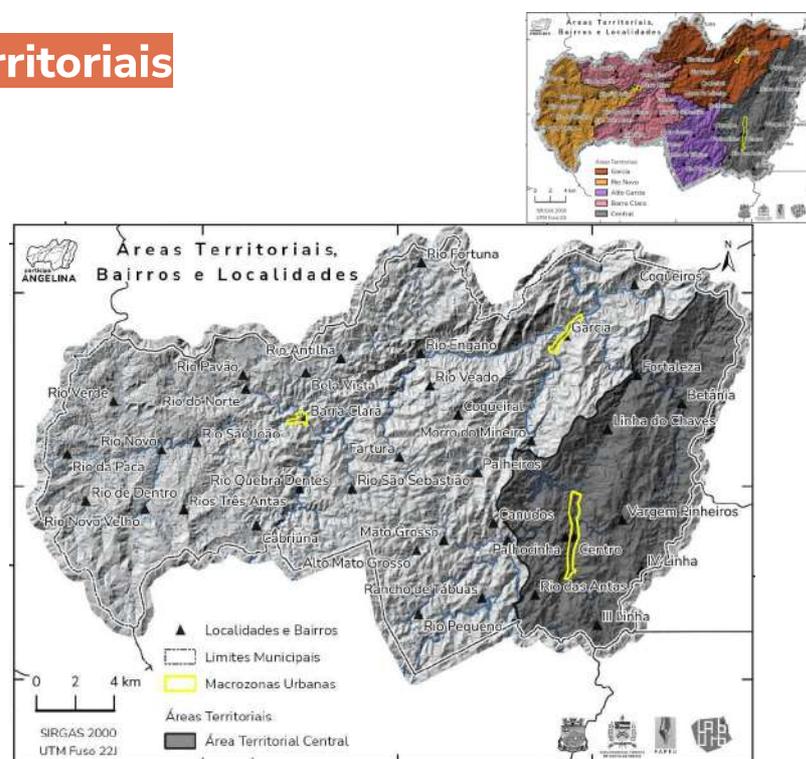
Área Territorial Centro

Bairros:

Betânia
Centro
Fortaleza
III Linha
IV Linha
Linha do Chaves
Rio das Antas
Palhocinha
Vargem Pinheiros
Barragem

Data: 10 de novembro | Quinta-feira

Horário: 18h30

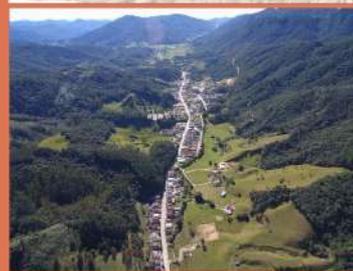


identidade visual

- **Título** como chamado a participação!
- Logo com referência ao limite municipal - aspecto didático em relação ao território;
- Referência as curvas de nível, cursos d'água; vias estruturantes;
- O limite municipal, nesse sentido, se assemelha a uma folha e as linhas internas da identidade visual aos veios que alimentam e estruturam sua forma;
- Expressa o potencial turístico voltado aos elementos naturais.

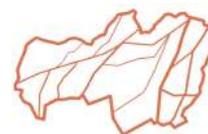


Pretende-se aplicar a logo em diversas cores conforme as etapas do plano, e especialmente laranja e azul em referência à bandeira do município



próximos passos

- Informações sobre as Oficinas Territoriais estarão presentes no site da Prefeitura Municipal e no site do processo Participa Angelina;
- Terça-feira, dia 18 de outubro, será disponibilizado um questionário que fará parte do levantamento e análise para a Leitura da Cidade;
- Todas as manifestações feitas nesta audiência constarão nos materiais da participação social e quando necessário e possível respondidas ao Conselho de Desenvolvimento Territorial e nas Oficinas Comunitárias.





ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail

 participaangelina@gmail.com

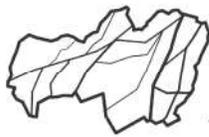
redes sociais

 [@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)

 [@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)

 [@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)

 [Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 03

Apresentação

Primeira Rodada de

Oficinas Territoriais

Realizadas entre 07 e 17 de novembro de 2022





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

1ª RODADA DE OFICINAS TERRITORIAIS

07 - 17 de novembro de 2022



ORGANIZAÇÃO ASSUNTOS

- **introdução**
qual o objetivo da Oficina Territorial
o que é o Plano Diretor
instituições no processo
quem somos
- **metodologia**
regras do jogo e cronograma
- **participação social**
a importância da participação social
o conselho de desenvolvimento territorial
divisão áreas territoriais
- **vamos falar sobre angelina**



qual é o objetivo desta Oficina Territorial?

A oficina territorial faz parte do processo participativo, e neste momento, contempla a etapa de leitura comunitária.

O objetivo é apresentar a metodologia do processo e colher as percepções a respeito do município e da área territorial nas suas problemáticas e potencialidades.



o que é o plano diretor?

O plano diretor é o principal instrumento da política urbana brasileira e tem como objetivo ordenar o crescimento das cidades para que seja garantida uma boa qualidade de vida a todos os agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Seus princípios e regras devem promover o diálogo entre os aspectos físicos e os objetivos sociais, econômicos e ambientais em todo território do município.



quem são e como se organizam as instituições no processo?



RELAÇÃO TRIPARTITE



quem somos?



SAMUEL
STEINER DOS SANTOS
ARQ E URB
DOUTOR EM GEOGRAFIA



MÁRCIO
DE FRANÇA SANTOS
GEÓGRAFO
ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS,
ANÁLISE E PERÍCIAS
AMBIENTAIS



LUÍZ ANTÔNIO
MEJEIROS DA SILVA
ARQ E URB
PÓS-DOUTORANDO EM
ARQ|URB



MARIANA
PANZERA
ARQ E URB
MESTRA EM ARQ E URB



FRANCIELLI
TELLI
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



MARCELO
LEÃO
ADVOGADO /
ESP. DIREITO URBANÍSTICO
MESTRANDO EM ARQ|URB



NATHÁLIA
SANDER
ARQ E URB
MESTRANDA EM ARQ|URB



ISAMARA
DE SOUZA
ESTUDANTE ARQ E URB



NADINE SALEH
ESTUDANTE ARQ E URB



MARIA CAROLINA
ROMI
ESTUDANTE ARQ E URB



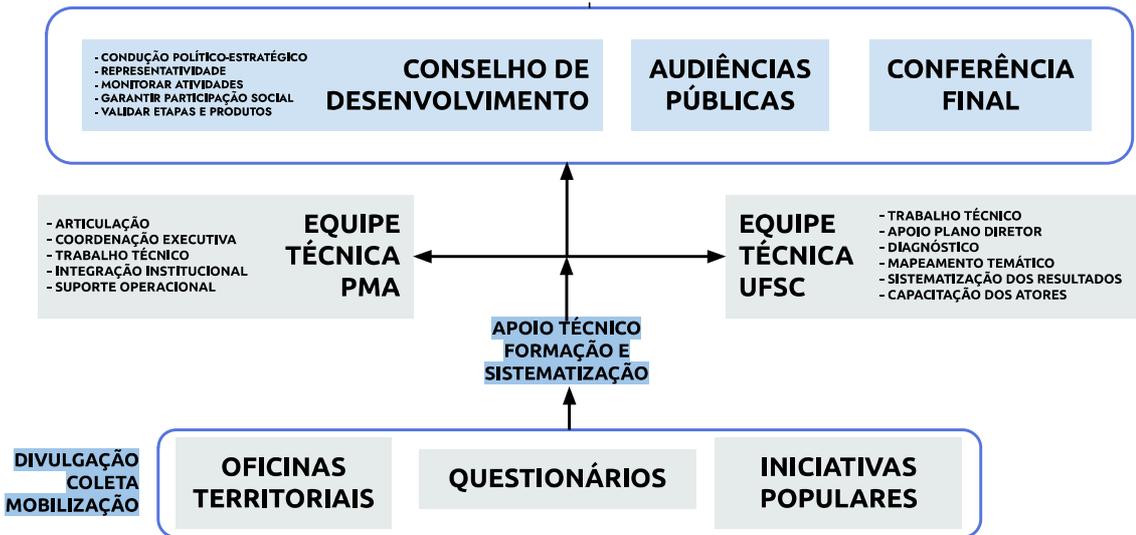
JULIA ANACLETO SILVA
ESTUDANTE ARQ E URB

metodologia regras do jogo

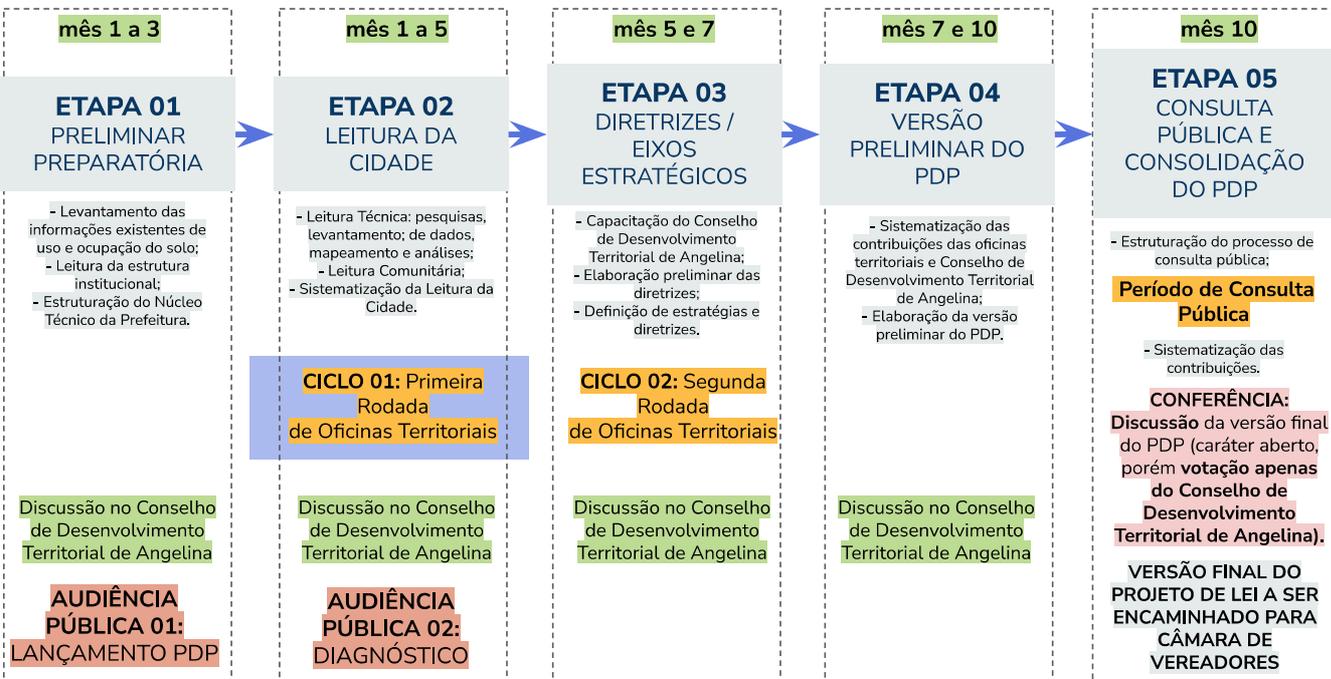
- ACOMPANHAR PROCESSO
- RECEBER, DISCUTIR, DELIBERAR ACERCA DO ANTEPROJETO DE LEI ENVIADO PELO EXECUTIVO

CÂMARA DE VEREADORES

INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS / DECISÓRIAS



metodologia regras do jogo



a importância da PARTICIPAÇÃO SOCIAL

participação social

**ESTATUTO DA
CIDADE Nº
10.257/2001**

Art. 40

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

A promoção de audiências públicas;
Publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
Acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

**Participação social não é
apenas uma obrigação
legal
É ALICERCE DA
CIDADANIA!**

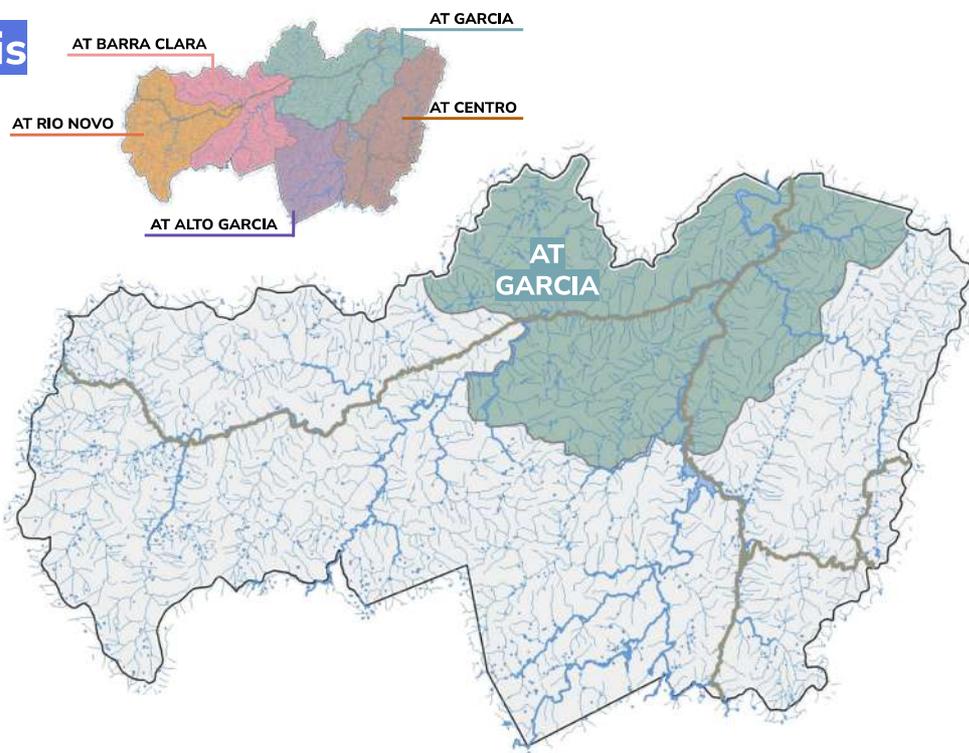
**A população será capaz
de questionar e decidir
acerca de aspectos que
envolvem o
funcionamento da
cidade para além da
própria área de moradia,
trabalho e lazer.**



conselho de desenvolvimento territorial de Angelina

DIVISÃO M. DAS CIDADES	REGIMENTO INTERNO	REPRESENTAÇÃO
PODER PÚBLICO 5 representantes 15%	PODER PÚBLICO - 1	1 Secretário Executivo
	PODER PÚBLICO - 4	2 Poder Executivo - Representante 01
		3 Poder Executivo - Representante 02
		4 Poder Legislativo - Representante 01
		5 Poder Legislativo - Representante 02
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA 24 representantes 85%	MOV. SOCIAIS E POPULARES - 4	6 Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Nossa Senhora
	TRAB. RURAIS/ URBANOS - 2	7 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angelina (APAE)
		8 Associação de Amigos de Angelina i(ANGELMIGOS)
	EMPRESÁRIOS - 1	9 Associação das Irmãs Franciscanas de São José
		10 Representante Indicado
	CONSELHOS MUNICIPAIS - 2	11 Representante Indicado
		12 Representante Indicado
	MACROZONAS - 15	13 Conselho Comunitário
		14 Conselho Municipal de Direitos das Crianças e do Adolescente (CMDCA)
		15 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 01
		16 Macrozona Rural Rio Novo - Representante 02
		17 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 01
		18 Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 02
		19 Macrozona Rural de Garcia - Representante 01
		20 Macrozona Rural de Garcia - Representante 02
		21 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
		22 Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 02
		23 Macrozona Rural Central - Representante 01
		24 Macrozona Rural Central - Representante 02
		25 Macrozona Urbana Barra Clara
	26 Macrozona Urbana de Garcia	
	27 Macrozona Urbana da Sede - Representante 01	
	28 Macrozona Urbana da Sede - Representante 02	
	29 Macrozona Urbana da Sede - Representante 03	

áreas territoriais



ÁREA TERRITORIAL DE GARCIA

- Bairros:
- Garcia
 - Coqueiral
 - Coqueiros
 - Morro do Mineiro
 - Rio Engano
 - Rio Veado
 - Rio Fortuna



vamos falar sobre Angelina

aspectos gerais



População Censo (2010): 5.250 habitantes
População estimada para 2022: 4.686 habitantes

Tamanho de Angelina: 500 km²
Distância da Capital de 70 km

Faz parte da
Região Metropolitana da Grande Florianópolis
E, em 2010, apresentou um IDH de 0,687
(considerado médio).

o que faz Angelina ser lembrada?



Igreja e Gruta



Convento

Barragem do Garcia



Paisagens e Belezas Naturais



dimensões gerais de planejamento



- saneamento
- sustentabilidade
- mobilidade
- participação social
- meio ambiente
- espaço público
- trabalho
- parcelamento uso e ocupação
- infraestrutura
- patrimônio
- habitação
- equipamentos públicos
- acessibilidade
- legislação urbana
- economia
- regularização fundiária



sua percepção sobre Angelina



cite
três aspectos
positivos
sobre Angelina

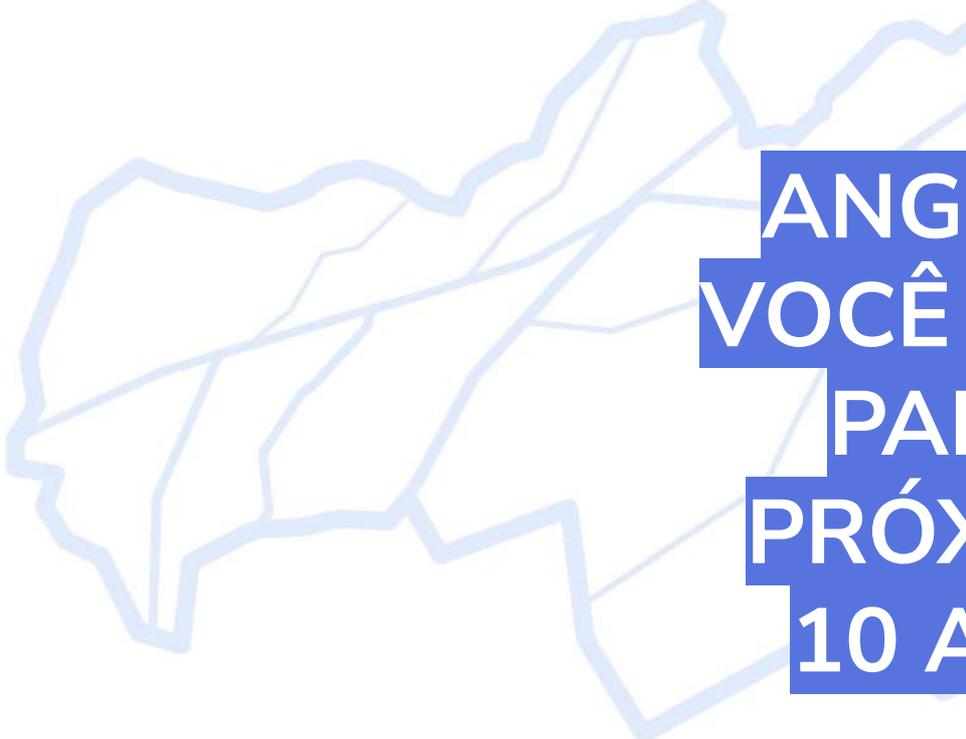


**cite
três aspectos
negativos
sobre Angelina**



**ESSES
ASPECTOS
CONTEMPLAM O
MUNICÍPIO
COMO UM
TODO?**

**E A SUA ÁREA
TERRITORIAL?**



**QUAL
ANGELINA
VOCÊ QUER
PARA OS
PRÓXIMOS
10 ANOS?**

**RESPONDA AO
QUESTIONÁRIO**



**ou acesse pelo nosso instagram:
@participaangelina**



**participa
ANGELINA**



ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail

 participaangelina@gmail.com

redes sociais

 [@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)

 [@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)

 [@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)

 [Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



participa
ANGELINA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

ANEXO 04

Apresentação da Leitura da Cidade para o CDTA

Realizada em 07 março de 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

Leitura da Cidade
7 de março de 2023



ESTE
DOCUMENTO
ESTÁ EM
PROCESSO DE
CONSOLIDAÇÃO

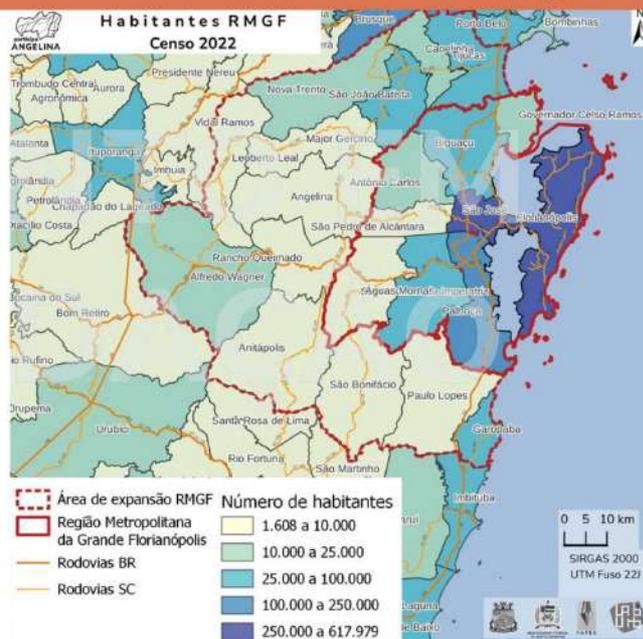


1. Região metropolitana
2. Demografia
3. Economia
4. Estrutura institucional
5. Dinâmica territorial
6. Expansão Urbana
7. Meio ambiente
8. Habitação
9. Plano Diretor Atual
10. Patrimônio
11. Infraestrutura
12. Leitura comunitária
13. Síntese Final

região metropolitana



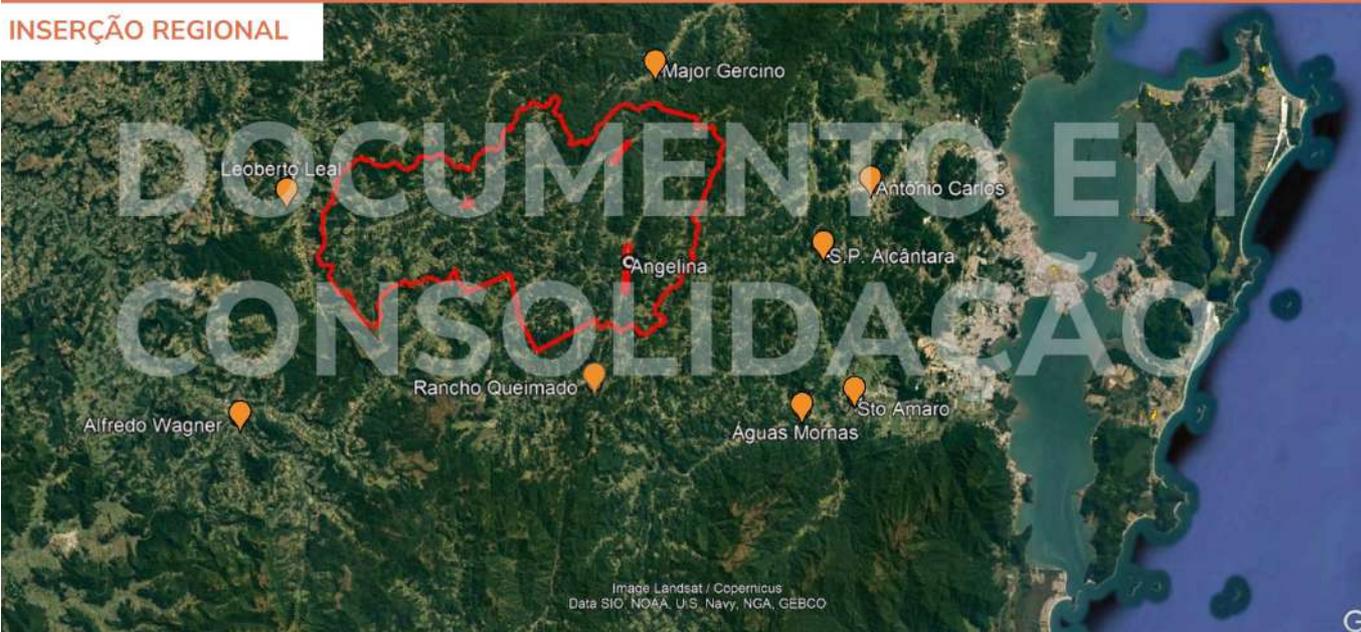
- Angelina situa-se na parte externa da área de expansão da RMF;
- Relativamente distante do núcleo metropolitano conurbado;
- Município entre os menos populosos da RMF;
- Possui maior integração a partir de Rancho Queimado, e acessos menos intensos por Major Gercino e São Pedro de Alcântara;



região metropolitana



INSERÇÃO REGIONAL

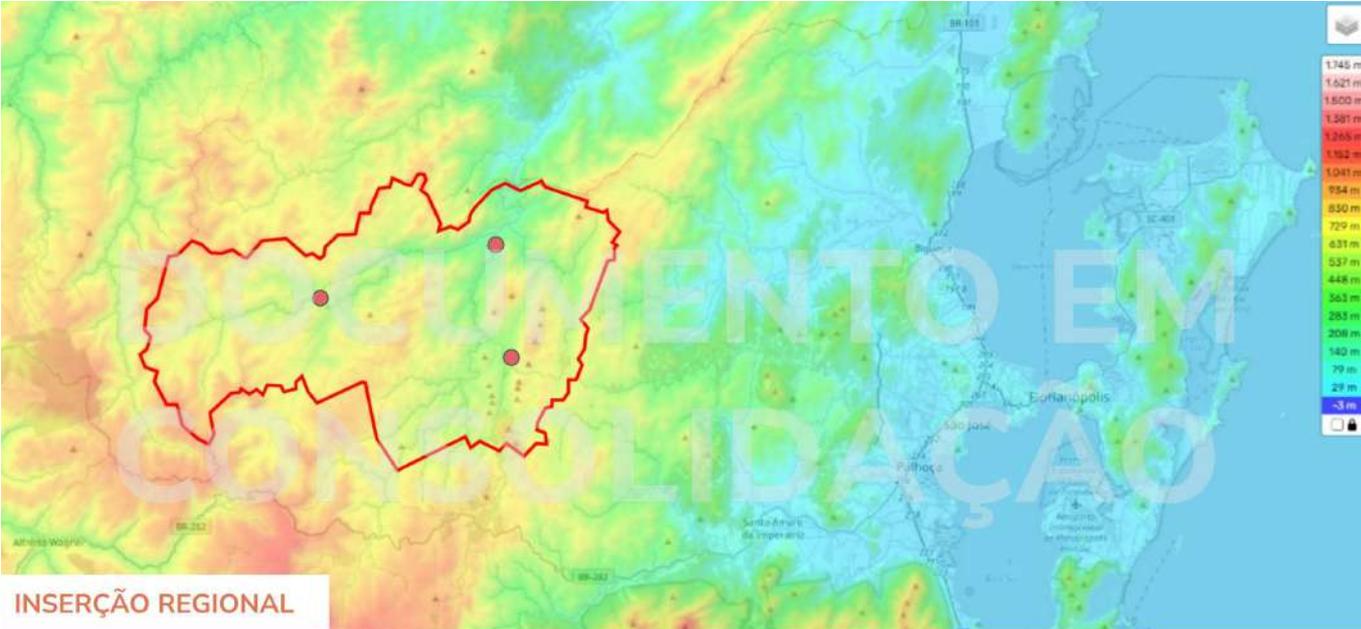


região metropolitana



INSERÇÃO REGIONAL





INSERÇÃO REGIONAL

região metropolitana



demografia



Município	Taxa de crescimento (%) - municípios Região Metropolitana de Florianópolis	
	2010-2022	2000-2022
Águas Mornas	21,94	25,51
Alfredo Wagner	11,11	18,04
Angelina	4,70	-6,51
Anitápolis	7,75	7,08
Antônio Carlos	51,45	75,55
Biguaçu	35,08	63,54
Canelinha	20,33	41,70
Florianópolis	36,31	67,74
Garopaba	64,30	126,38
Governador Celso Ramos	33,13	49,22
Leoberto Leal	-0,92	-10,83
Major Gercino	18,54	23,67
Nova Trento	11,94	38,50
Palhoça	72,31	130,32
Paulo Lopes	39,36	57,43
Rancho Queimado	18,34	23,32
Santo Amaro da Imperatriz	42,56	79,91
São Bonifácio	-1,93	-8,33
São João Batista	23,23	117,75
São José	36,99	65,60
São Pedro de Alcântara	21,02	58,84
Tijucas	59,80	110,54
Totais	40,92	74,71

- Angelina apresentou entre 2000 e 2022 decréscimo demográfico (6,5%);
- Dinâmica demográfica do período só é maior que Leoberto Leal (-10,8%) e São Bonifácio (-8,3%). Ambos situados na franja mais externa da RMF;
- Apresenta crescimento demográfico tímido entre 2010 e 2022 (4,70% em 12 anos), também superior somente a Leoberto Leal (-0,92%) e São Bonifácio (-1,93%)

Fonte: Dados preliminares do Censo de 2022. IBGE.

demografia



Urbano (2010)



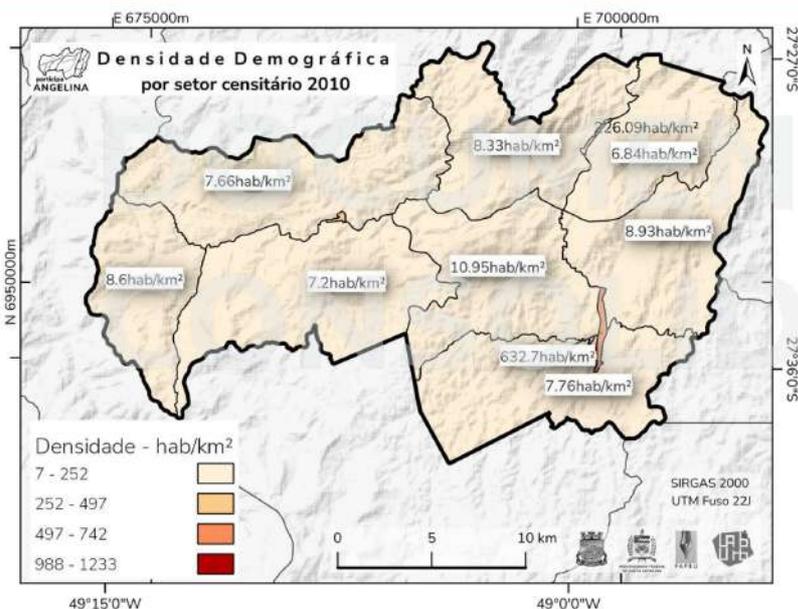
Rural (2010)



Fonte: Censos IBGE de 1980, 1991, 2010 e prévia Censo de 2022

Made with VIZIO

demografia



DENSIDADE DEMOGRÁFICA

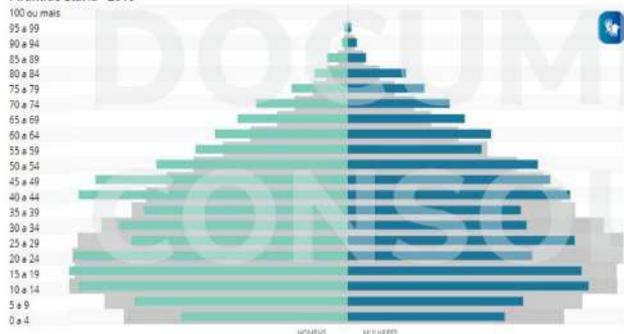
- Território grande (499km²) com baixa população resulta em baixíssima densidade.
- Dificulta alocação adequada de equipamentos e serviços públicos (saúde, educação, segurança, mobilidade, etc.);
- Limitações na infraestrutura viária dificulta integração do território e fomenta isolamento e certa autonomia;

demografia



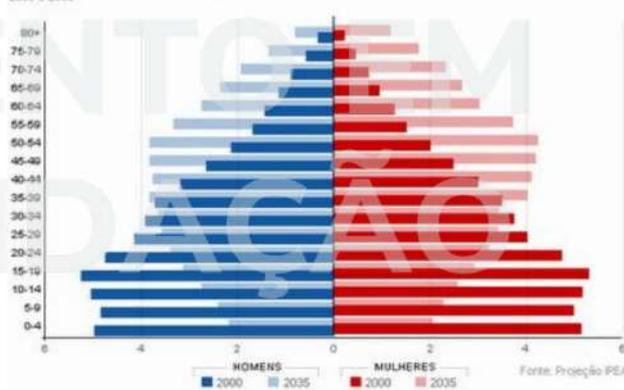
Angelina

Pirâmide Etária - 2010



Brasil

Distribuição etária da população por sexo
2000 e 2035



- População de Angelina está envelhecendo;
 - É mais idosa que a média nacional.

Curva demográfica do país com mudança representativa na composição até 2035

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/>

economia



VALOR ADICIONAL BRUTO POR SETOR

Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$ 1.000,00)	2016	
Agropecuária	48.243,00	43,90%
Serviços	29.506,00	26,80%
Administração e serviços públicos	23.511,00	21,40%
Indústria	8.702,00	7,90%
Valor adicionado bruto total	109.962,00	100%

Fonte: Governo de Santa Catarina, Secretaria do Estado de Planejamento.

- Base econômica agrícola;
- Baixa participação relativa do setor terciário (baixa diversidade de comércio e serviços)

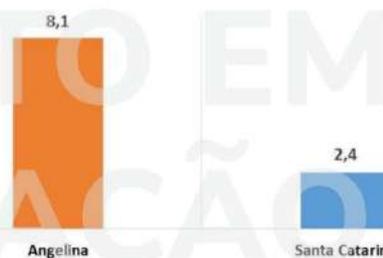


ATIVIDADES ECONÔMICAS

TOTAL DE 187 EMPRESAS

- Comércio varejista: 14 (7,5%)
- Representantes comerciais e agentes de comércio: 12 (6,4%)
- Comércio varejista de produtos alimentícios: 10 (5,4%)
- Restaurantes e serviços de alimentação e bebidas: 10 (5,4%)
- Fabricação de Outros Produtos Alimentícios: 5 (2,7%)
- Comércio de Material de Construção: 6 (3,2%)
- Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica: 6 (3,2%)
- Manutenção e reparo de veículos automotores: 5 (2,7%)
- Transporte rodoviário e de cargas: 5 (2,7%)
- Equipamento de informática e comunicação: 5 (2,7%)
- Serviços de Arquitetura e Engenharia: 5 (2,7%)
- Desdobramento de Madeira: 6 (3,2%)
- Atividades imobiliárias: 5 (2,7%)

RELAÇÃO HABITANTES E EMPREGOS (2016)



Fonte: SEBRAE, Santa Catarina. Cadernos de Desenvolvimento: Angelina. Florianópolis: Sebrae SC, 2013.

Pulverização das atividades econômicas, de pequeno porte, de primeiras necessidades e infraestrutura (energia, transporte, comunicação)



EMPRESAS E EMPREGOS POR PORTE (2016)

Porte	Empresas	%	Empregos	%
Micro	185	95,40%	414	64,40%
Pequena	9	4,60%	200	32,60%
Média	0	0,00%	0	0,00%
Grande	0	0,00%	0	0,00%
Total	194	100,00%	614	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/Portal do Empreendedor.



RENDA

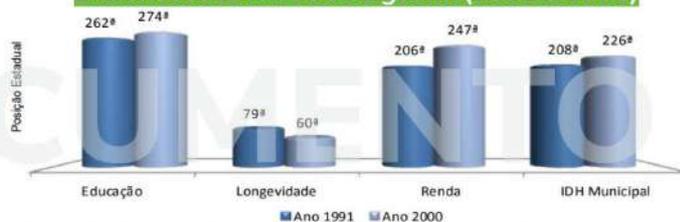
Classe de rendimento nominal mensal domiciliar - 2010				
Indicador	Angelina domicílios	% do total	SC domicílios	% do total
Domicílios particulares permanentes	1.624	100	1.993.012	100
Sem rendimento	122	7,51	44.014	2,21
Até 1/2 salário mínimo	14	0,86	15.452	0,78
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	142	8,74	92.809	4,66
Mais de 1 a 2 salários mínimos	474	29,19	290.867	14,59
Mais de 2 a 5 salários mínimos	593	36,51	818.505	41,07
Mais de 5 a 10 salários mínimos	194	11,95	494.790	24,83
Mais de 10 a 20 salários mínimos	48	2,96	170.164	8,54
Mais de 20 salários mínimos	36	2,22	66.413	3,33

Fonte: Censo IBGE, 2010

- População majoritariamente de baixa renda, até 2SM, é de 46,3% (em SC é de 22,2%);
- Acrescida população de renda intermediária, de 2 à 5 SM, totaliza 82,8% (em SC é de 63,3%);
- Extratos de população sem renda, totaliza 7,5% (em SC é de 2,2% SC);
- Extratos de população de maior renda, acima de 10 SM, é representativamente menor 5,2% (a média de SC é 11,9%).



Dimensões IDH-M de Angelina (1991 e 2000)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

IDH de Angelina, SC e Brasil (1970 a 2000)

Ano	Angelina	SC	Brasil
1970	0,398	0,477	0,462
1980	0,543	0,734	0,685
1991	0,689	0,785	0,742
2000	0,766	0,822	0,766
Evolução 1970-2000	92,46%	72,33%	65,80%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970, 1980, 1991 e 2000.



SALÁRIO MÉDIO

2013	2014	2015	2016	2017	Evolução 2013/2017
1.135,85	1.470,30	1.523,00	1.889,03	1.795,01	58,00%
Reajuste anual	29,00%	4,00%	24,00%	-5,00%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

PIB

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-2016	Colocação Estadual	Colocação Regional
75.965,36	82.745,53	102.563,92	105.191,64	103.375,32	113.613,14	58,00%	205°	12°

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

PIB PER CAPITA

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-2016	Colocação Estadual	Colocação Regional
14.580,68	16.001,84	19.853,64	20.589,48	20.458,21	22.731,72	55,90%	216°	11°

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina



- Arrecadação municipal é limitada;
- É dependente de repasses (transferências da União e Governo de SC);
- Média BR (2022) x Angelina:
 - Transferências: 68% x 90,6%
 - Receitas tributárias: 18% x 6%
 - Outras receitas: 15% x 3,5%
- Média BR (2022) até 5mil x Angelina:
 - Transferências: 88% x 90,6%
 - Receitas tributárias: 4,8% x 6%
 - Outras receitas: 6,7% x 3,5%
- Despesas: Secretaria de Obras (42%); Educação (31%); Administração (10%); Agricultura (8%).

Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

RECEITAS (2022)

Rubrica	Valor orçado	% Valor total
Transferências Correntes	R\$ 22.538.852,00	90,60%
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 1.497.500,00	6,02%
Contribuições	R\$ 600.000,00	2,41%
Receita de Serviços	R\$ 126.300,00	0,51%
Receita Patrimonial	R\$ 86.650,00	0,35%
Outras Receitas Correntes	R\$ 28.500,00	0,11%
TOTAL	R\$ 24.877.802,00	100,00%

DESPESAS (2022)

Grupo	Valor (R\$)	% total
Pessoal e encargos	R\$ 8.272.417,08	33,17%
Material de consumo	R\$ 3.717.763,45	14,91%
Outros serviços de terceiros	R\$ 4.376.237,04	17,55%
Equipamentos e material permanente	R\$ 3.389.653,31	13,59%
Obras e instalações	R\$ 3.013.540,81	12,08%
Aporte déficit RPPS	R\$ 928.739,71	3,72%
Outros diversos	R\$ 1.242.971,12	4,98%
TOTAL	R\$ 24.941.322,52	100,00%

economia



INVESTIMENTOS (2022)

Material de consumo			
Obras	Manutenção e conservação estradas	R\$ 1.970.738,58	95,39%
	Manutenção iluminação pública	R\$ 87.828,60	4,23%
	Convênio Trânsito Polícia Civil	R\$ 7.849,30	0,38%
Educação	Transporte infantil	R\$ 387.379,74	42,65%
	Merenda	R\$ 280.820,37	30,92%
	Manutenção Ensino	R\$ 244.664,77	26,94%
Agricultura	Manutenção secretaria	R\$ 560.134,18	92,29%
	Funcionamento coleta de lixo	R\$ 46.773,63	7,71%
TOTAL		R\$ 3.594.189,17	96,68%

Equipamentos e material permanente			
Secretaria	Rubrica	Valor	% do total
Obras	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 2.494.000,00	99,20%
	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 505.500,00	84,66%
Educação	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 147.749,00	93,63%
Administração	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 81.700,00	69,42%
TOTAL		R\$ 3.228.949,00	95,26%

- Somadas as quatro rubricas perfazem cerca de 53% do orçamento municipal;
- R\$ 4,8 milhões - 19% do orçamento (37% do investimento) para a manutenção das estradas
- R\$ 3,2 milhões - 13% do orçamento (25% investimento) para compra veículos e equipamentos;

Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

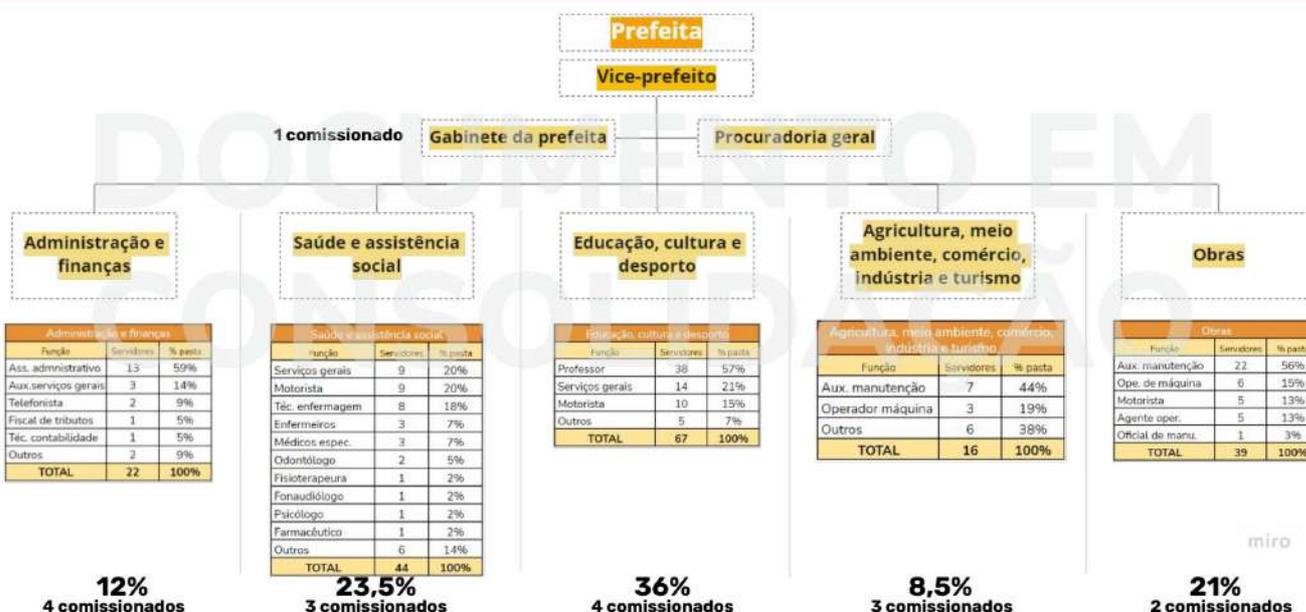
sobra R\$ 895 mil para investimentos (3%)

Obras e instalações			
Obras	Urbanização e pavimentação de vias	R\$ 2.085.201,06	86,75%
	Construção e reforma de pontese bueiros	R\$ 268.457,76	11,17%
	Manutenção Serviços Urbanos	R\$ 50.000,00	2,08%
Educação	Apoio ao esporte	R\$ 308.451,83	50,58%
	Construção reforma unidade escolar	R\$ 301.430,16	49,42%
TOTAL		R\$ 3.013.540,81	100,00%

Outros serviços de terceiros			
Educação	Transporte escolar (fundamental, infantil)	R\$ 1.717.799,15	85,36%
	Transporte ensino superior	R\$ 65.928,00	3,28%
	Transporte esportes	R\$ 25.374,00	1,26%
Obras	Manutenção iluminação pública	R\$ 747.846,59	49,13%
	Alimentação, manutenção cozinha	R\$ 174.263,86	11,45%
	Manutenção e conservação estradas	R\$ 589.683,51	38,74%
TOTAL		R\$ 3.320.895,11	97,97%

- R\$ 2,7 milhões - 11% do orçamento (20% do investimento) para transporte e merenda escolar;
- R\$ 923 mil - 4% do orçamento (7% do investimento) para iluminação pública
- R\$ 560 mil - 2,2% orçamento (4,2% investimento) para manutenção da Secretaria de Agricultura

estrutura institucional



estrutura institucional



Servidores

Função	Servidores	% total
Professor	38	20,11%
Operador de manutenção	29	15,34%
Serviços gerais	28	14,81%
Motorista	25	13,23%
Assistente administrativo	17	8,99%
Nível superior (s)/professor	14	7,41%
Técnico enfermagem	9	4,76%
Agente operacional	7	3,70%
Outros	22	11,64%
TOTAL	189	100%

Cargos comissionados

Cargo	Secretaria	Lotação
Chefe de Gabinete	Gabinete prefeita	Gabinete prefeita
Assessor Jurídico	Procuradora municipal	Procuradora municipal
Secretário Municipal	Administração e finanças	Secretário
Chefe de Departamento		
Chefe de Departamento	Educação, Cultura e Desporto	Secretária
Secretário Municipal		Departamento de Esportes
Chefe de Departamento		Departamento de Cultura
Presidente da CME		Departamento de Esportes
Secretário Municipal	Saúde e assistência Social	Secretária
Chefe de Departamento		Fundo Municipal de Assistência Social
Chefe de Departamento		Fundo Municipal de Saúde
Secretário Municipal	Agricultura, meio ambiente, comércio, indústria e turismo	Secretário
Chefe de Departamento		
Diretor de Turismo		Turismo
Secretário Municipal	Obras	Secretário
Administrador distrital		Departamento de Estradas e Rodagem

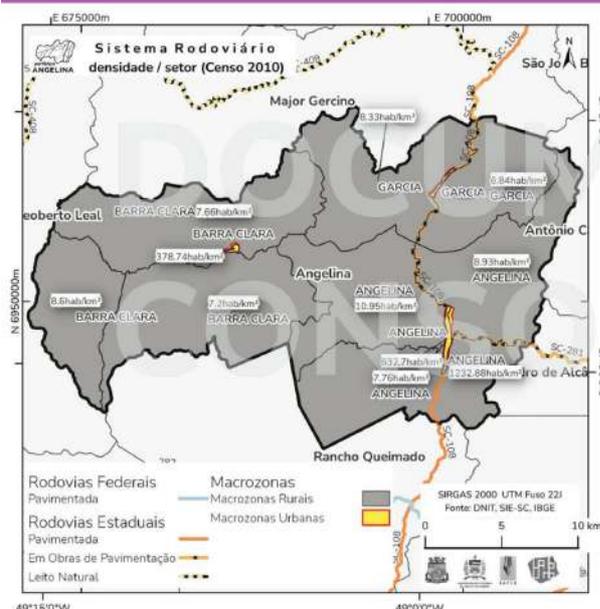
Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

Estagiários

05 estagiários (ensino infantil)

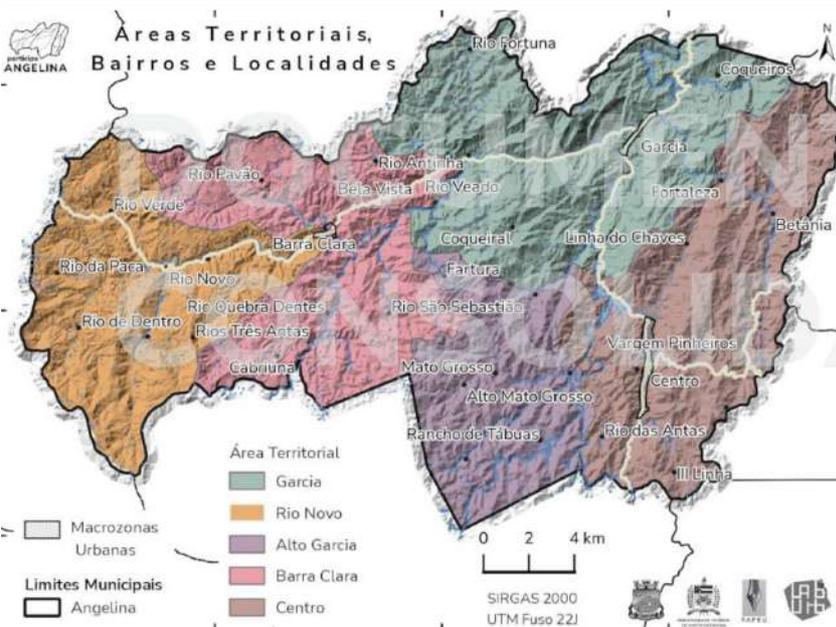
1 engenheiro, contrato temporário, 16h para PD e análise de projetos

dinâmica territorial



- Território com 3 principais centralidades:
 - Centro (mais forte) + Garcia + Barra Clara
- Conformado por numerosas localidades com características diversas, bastante no território
- Principal ligação com RMF ocorre a partir de Rancho Queimado;
- Integração com demais localidades é feita a partir de sistema viário sem pavimentação, que intensifica isolamento e certa autonomia.

dinâmica territorial



Macrozonas Rurais

1. Rio Novo
2. Barra Clara
3. Alto Garcia
4. Garcia
5. Centro

Macrozonas Urbanas

6. MU Barra Clara
7. MU Garcia
8. MU Sede

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Rio Novo 9.446 ha (19%)

1. Rio Novo
2. Rio Novo Velho
3. Rio do Meio
4. Rio de Dentro
5. Rio Verde
6. Rio das Antas
7. Rio da Paca

- Baixa densidade populacional
- Agropecuárias (cebola, fumo e hortaliças)
- Possui significativos reflorestamentos comerciais
- Possui problemas com o abastecimento de água
- Possui edificações históricas relevantes
- Potencial p/ agroturismo, agroecologia, leiteira



Rio Verde



Rio da Paca



Rio Novo



Rio Novo Velho



Rio do Meio



Rio de Dentro

dinâmica territorial



Macrozona Rural da Barra Clara 9.855 ha (19,8%)

1. Rio Quebra Dentes
 2. Rio Cabriúna
 3. Rio do Norte
 4. Rio Pavão
 5. Bela Vista
 6. Rio Antinha
 7. Rio Areia
 8. Rio São Sebastião
- Densidade populacional baixa
 - Núcleos de moradia distribuídas no território
 - Economia agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
 - MU Barra Clara equipamentos públicos comunitários
 - Sítio arqueológico e patrimônio histórico-cultural
 - Áreas com restrições ambientais (declividade)
 - Impacto de PCH's (instaladas e em construção)
 - Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Bela Vista



Rio Antinha



Quebra Dentes



Rio Cabriúna



Rio do Norte



Rio Pavão

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Alto Garcia 6.526 ha (13%)

1. Alto Garcia
 2. Rancho das Tábuas
 3. Fartura
 4. Mato Grosso
 5. Alto Mato Grosso
 6. Palheiros
 7. Rio Pequeno
 8. Canudos
- Baixa densidade; localidades distribuídas pelo território, longo das vias municipais
 - Edificações de interesse histórico-cultural
 - Disponibilidade de equipamentos comunitários
 - Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo
 - Atividade agropecuária (hortaliça, avi e piscicultura)
 - Algumas áreas com usos por sítios de recreio
 - Reflorestamento de pinus e eucalipto em nascentes



Alto Mato Grosso



Palheiros



Alto Garcia



Rancho das Tábuas



Fartura



Mato Grosso

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Garcia 12.614 ha (25%)

1. Coqueiros
2. Rio Pequeno
3. Rio Engano
4. Rio Veado
5. Coqueiral
6. Fortuna
7. Morro do Mineiro

- Baixa densidade, com localidades dispersas
- Coqueiros e Schubert com concentração habitacional
- Atividades de agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
- MU Garcia oferece acesso a equipamentos comunitários
- Presença patrimônio histórico-cultural e paisagístico
- Vias estruturantes (SC 481 e 408 e Est. Rio Engano)
- Áreas c/ restrições ambientais (declividade e drenagem)
- Conflitos de usos por projetos de PCH's
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Coqueiros

Rio Engano



Coqueiral



Rio Pequeno



Rio Veado



PCH

dinâmica territorial



Macrozona Rural Central 11.553 ha (23%)

1. Betânia
2. Linha dos Chaves
3. Vargem Pinheiros
4. Terceira Linha
5. Quarta Linha
6. Fortaleza
7. Encruzilhada
8. Palhocinha
9. Tamancos

- Baixa densidade, com pequenos núcleos dispersos
- Irregularidade fundiária (Chaves e Quarta Linha)
- Abriga parte da "urbanização" da MU Central
- Presença de sítios de lazer
- Agropecuária: hortaliças, avicultura e leite
- Provida de alguns equipamentos comunitários
- MU Central oferece suporte
- Áreas inundadas da Barragem do Garcia;
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Linha dos Chaves



Palhocinha



Betânia



Vargem do Pinheiro



Terceira Linha



Quarta Linha

dinâmica territorial

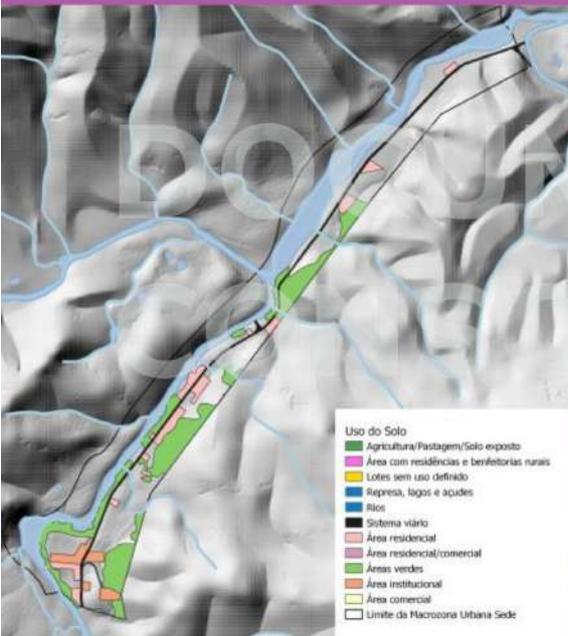


Macrozona Urbana Central

- Usos predominantes urbanos;
- Concentra atividades de comércio e serviços do município
- Maior densidade demográfica de Angelina
- Concentra equipamentos comunitários e institucionais
- Infra-estrutura de saneamento básico (esgoto) precária
- Possui edificações e paisagem de valor histórico e cultural
- Parcela importante do sistema viário é pavimentado
- Irregularidade fundiária
- Pressão sobre áreas de proteção ambiental
- Crescimento urbano limitado



dinâmica territorial



Macrozona Urbana Garcia 34 ha (0,10%)

- Poucas áreas residenciais
- Pequena alteração ao longo das últimas décadas
- Pouca diversidade de comércio e serviços (apoio atividades agropecuárias)
- Baixa densidade demográfica média
- Serve de suporte para equipamentos comunitários para as localidades
- Infra-estrutura de saneamento-básico precária
- Possui edificações e paisagem de interesse histórico e cultural
- Presença de áreas de ocupação fora do perímetro urbano (irregularidade)
- Forte presença de condicionantes ambientais
- Restrição de áreas propícias à ocupação/urbanização.



dinâmica territorial



Macrozona Urbana da Barra Clara 38 ha (0,10%)

- Áreas residenciais se localizam ao longo da estrada principal
- Sofreu pouquíssimas alterações (de uso e ocupação) nos últimos 15 anos
- Forma núcleo mais denso na confluência cursos d'água e entroncamento viário
- Apresenta equipamentos coletivos que serve de suporte para a localidades
- Apresenta poucos comércio e serviços (apoio atividades agropecuárias)
- Infra-estrutura de saneamento básico precária; com impacto nos cursos d'água
- Apresenta edificações e paisagem de valor histórico e cultural;
- Carência de áreas públicas de lazer
- Sistema viário não pavimentado, e em geral sem calçadas
- Apresenta conflito ambiental, com ocupação em APP



expansão urbana



expansão urbana



expansão urbana



expansão urbana



Barra Clara



2007

2021

expansão urbana



SEDE

Área perímetro: 160 ha

Área ocupada: 41 ha (25%)

Área c/restrições: 63 ha (40%)

Área disponível: 55,7 ha (35%)

1,35 x

GARCIA

Área perímetro urbano: 34 ha

Área ocupada: 4 ha (10%)

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)

2,40 x

BARRA CLARA

Área perímetro urbano: 38 ha

Área ocupada: 3,6 ha (9,5%)

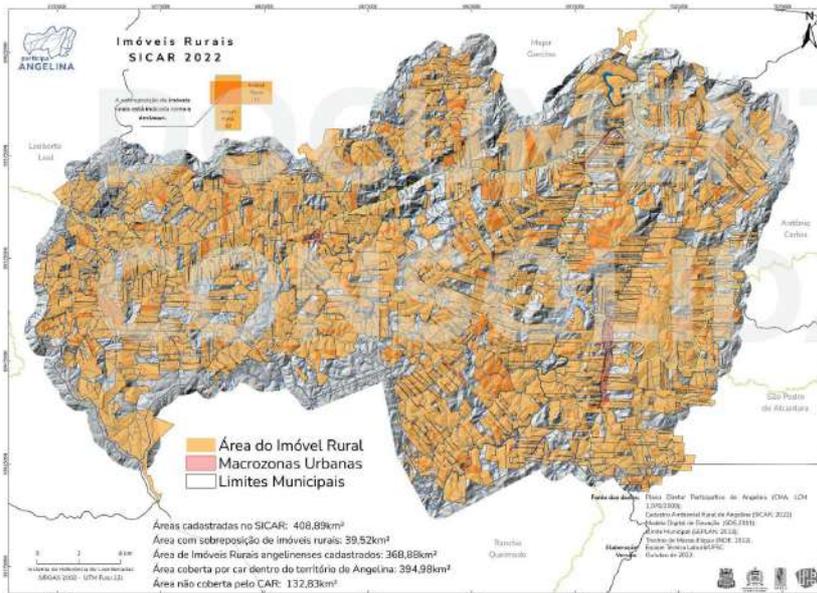
Área c/ restrições: 18,2 ha (48%)

Área disponível: 12 ha (31%)

AUL: 4,4 ha (11%)

3,35 x

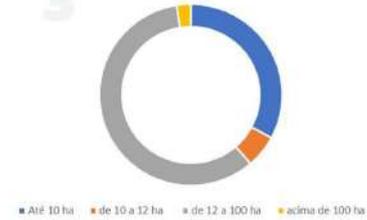
expansão urbana



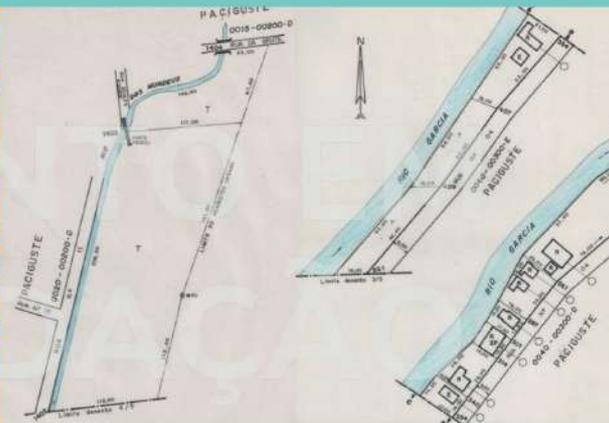
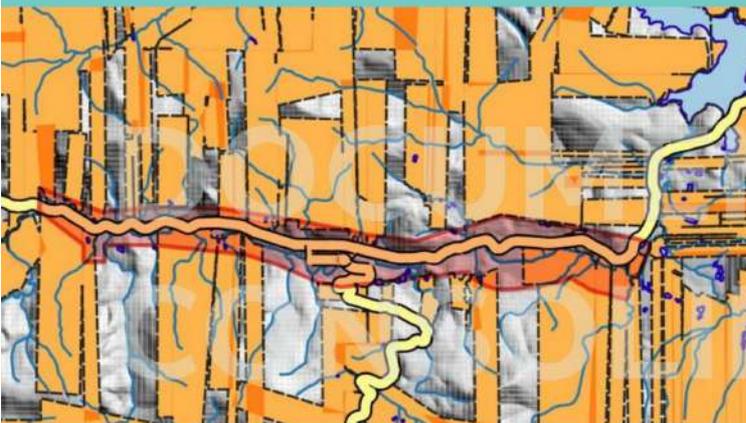
Estrutura fundiária

Perfil imóveis rurais - Angelina		
Grupo por área	Área total (há)	Número de imóveis
Até 10 ha	5.298,3342	1000
de 10 a 12 ha	1.992,9446	178
de 12 a 100 ha	57.065,5514	1789
acima de 100 ha	11.921,1405	76

Número de imóveis rurais - Angelina



expansão urbana



CAR (Rural) x Cadastro (Urbano)

- Incongruência entre propriedades rurais (INCRA) e propriedades urbanas (cadastro municipal);
- Conflito na cobrança de impostos;
- Embora a dinâmica de ocupação e alteração seja lenta, o cadastro é desatualizado e pouco efetivo para as ações de planejamento;

expansão urbana



Coqueiros

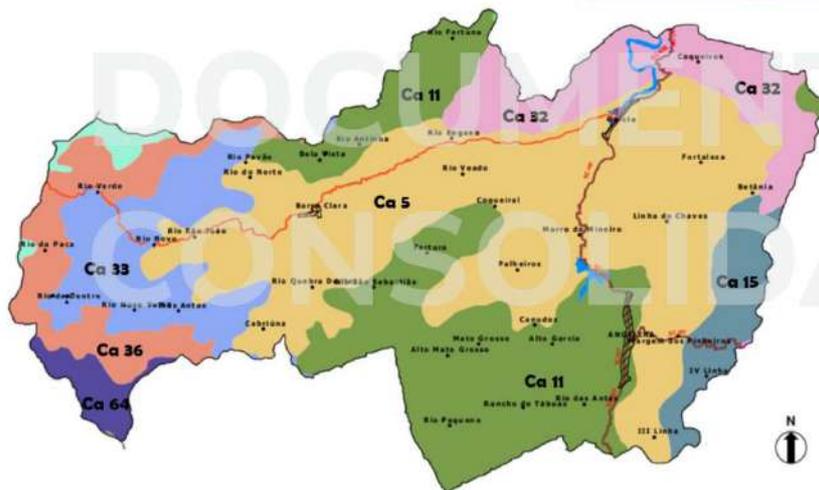
Rio Engano

- Localidades com características de núcleos urbanos, devido ao parcelamento do solo, disposição das edificações e número de unidades habitacionais.
- Destacam-se Coqueiros (próximo do distrito do Garcia) e Rio Engano (no meio do caminho entre Barra Clara e Garcia)

meio ambiente



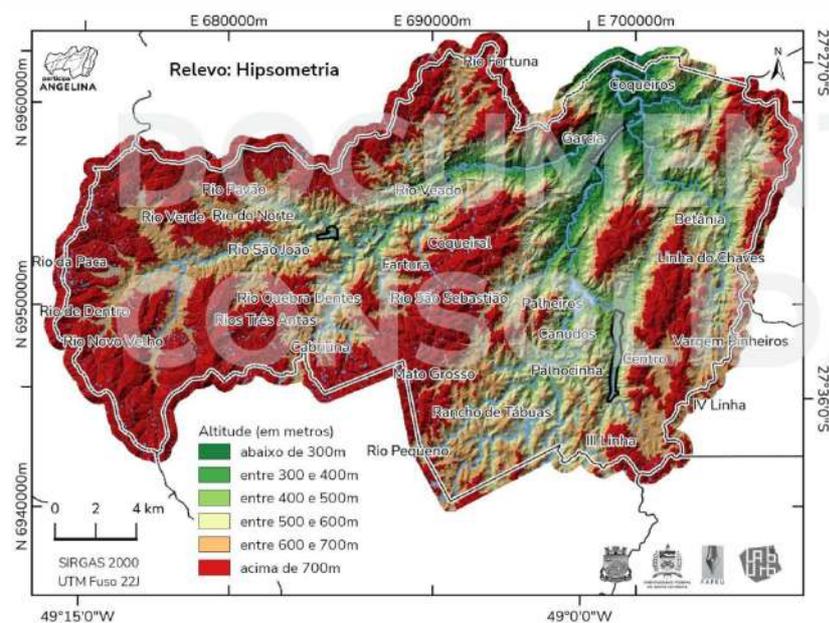
Classificação dos solos e aptidão agrícola



- 39% Cambissolo (Ca5): relevo montanhoso, fortemente ondulado, com sérias limitações quanto à fertilidade, sendo a preservação permanente da flora e fauna a melhor opção de uso
- 25% Cambissolo (Ca11): relevo fortemente ondulado, com baixa fertilidade natural, de baixa mecanização e suscetível à erosão;
- 19% Cambissolo (Ca33) e (Ca36): relevo ondulado e montanhoso, apresentando melhores condições para pastagens, plantações e silvicultura;

Fonte: Diagnóstico PDP 2007, a partir de dados da Epagri (2002)

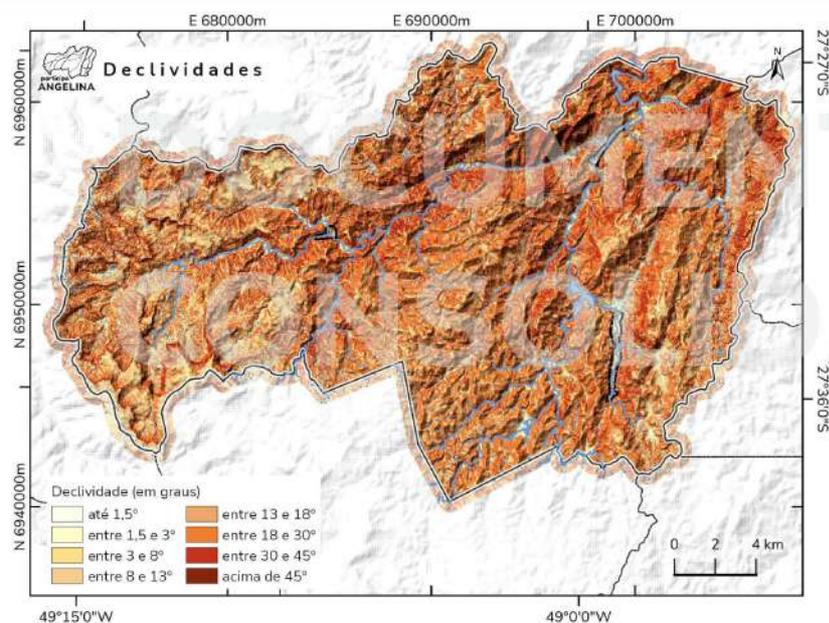
meio ambiente



Hipsometria

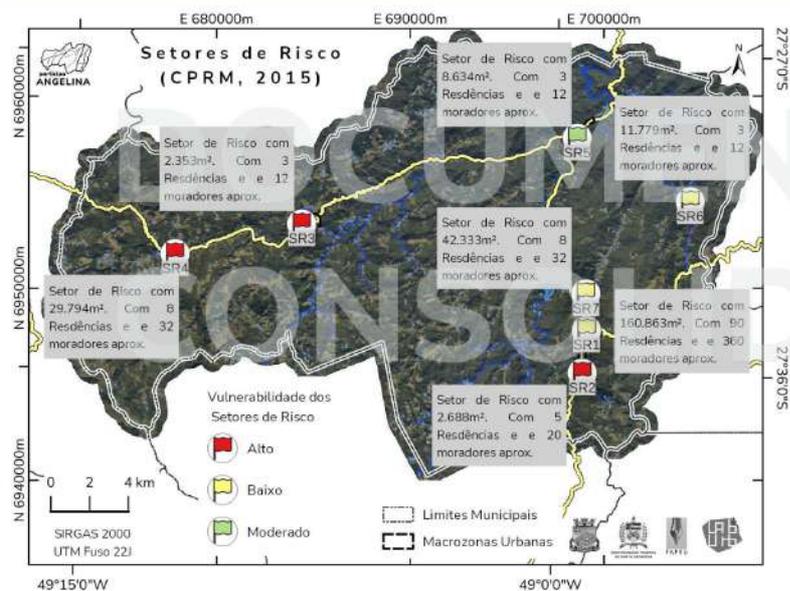
- Relevo de planícies muito estreitas e com um relevo íngreme
- Principais desafios ao município porém é uma das características mais marcantes na identidade de Angelina, o chamado Vale das Graças;
- Os perímetros urbanos (áreas urbanas mais estruturadas) encontram-se encaixados em vales bem acentuados, mas que tiram proveito das principais vias de integração e dos pequenos vales disponíveis.

meio ambiente



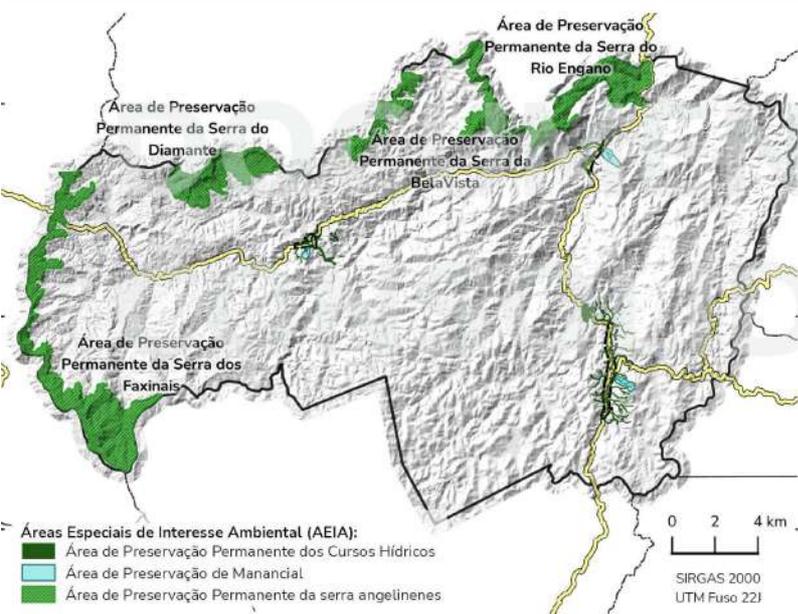
Declividade

- Relevo apresenta-se com declividade majoritariamente situada entre 25 e 45°;
- Representa forte limitação à ocupação urbana e instalação de atividades econômicas mais extensivas;
- Destacam-se os vales encaixados onde estão situados os principais núcleos urbanos, cercados por áreas de forte declividade; e
- Potencialmente geradora de riscos e incidência de desastres socioambientais.



Áreas de risco e desastres

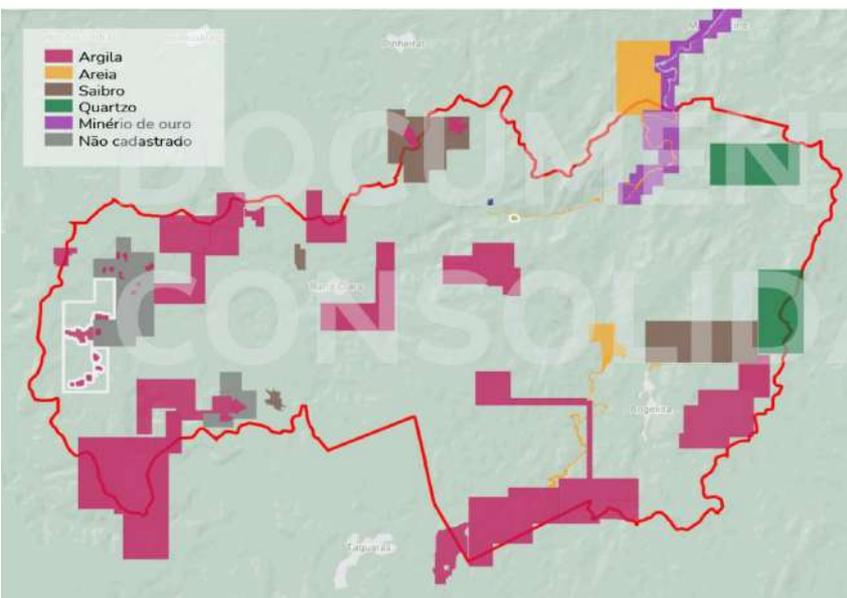
Ano	Nº decreto	Data decreto	Desastre	SE ou ECP
2022	251	01/12/2022	TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - CHUVAS INTENSAS	ECP
2021	1.344	24/06/2021	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS	ECP
2020	562	17/04/2020	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS	ECP
2020	700/718	02/07/2020	TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - VENDEVAL	ECP
2016	107	26/10/2016	ENXURRADAS	SE
2015	59	21/10/2015	ENXURRADAS	SE
2013	50	26/07/2013	GEADAS	SE
2013	1.789	11/10/2013	INUNDAÇÕES	SE
2012	1	10/01/2012	GRANIZOS	SE
2011	58	08/09/2011	ENXURRADAS	SE
2011	489	12/09/2011	ENCHENTES	SE
2010	69	28/09/2009	GRANIZOS	SE
2010	4	11/01/2010	ENXURRADAS	SE
2009	-	-	ENXURRADAS	SE
2008	-	-	GRANIZO	-
2007	-	-	GRANIZO	-



Áreas ambientais protegidas

- Pequena área situada em UC (RPPN do Caraguatá), majoritariamente situada em Antônio Carlos;
- PDP delimita quatro áreas de APP que guardam este potencial: Serra dos Faxinais; Serra do Diamante; Serra da Bela Vista e Serra do Rio Engano
- Paisagem de grande valor ambiental e potencial cênico, que merece diretrizes de planejamento que permitam compatibilização da conservação e valorização ambiental

meio ambiente



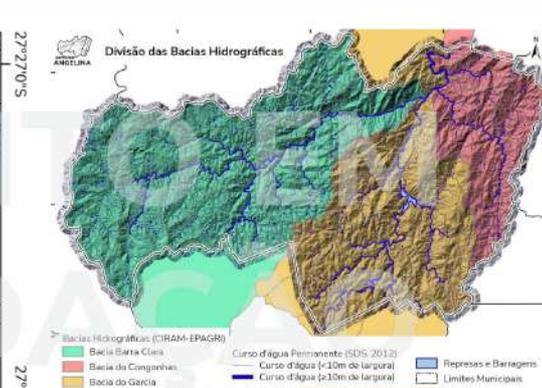
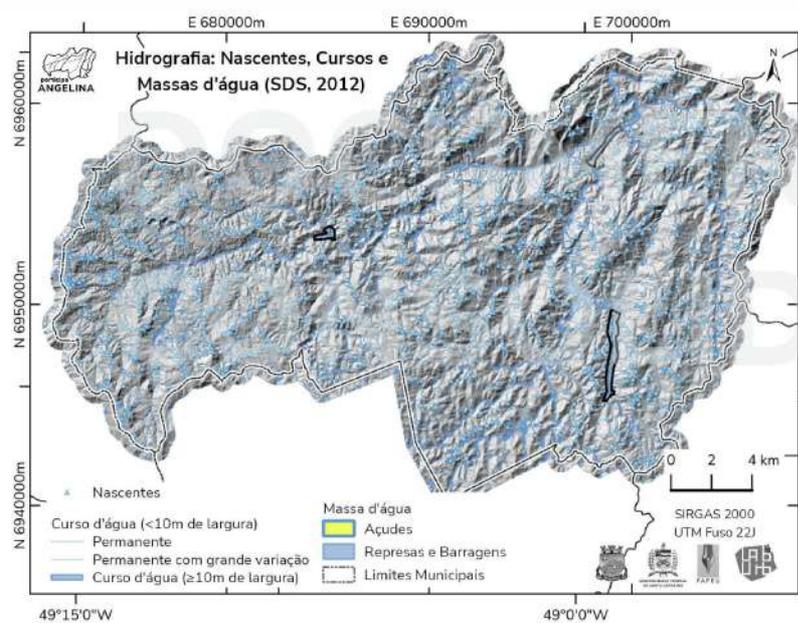
Recursos minerais

Substância	Quant.	% total	Área (ha)	% área total
Argila	23	45,10%	9.163,18	52,82%
Areia	15	29,41%	1.160,26	6,69%
Saibro	4	7,84%	1.906,85	10,99%
Não cadastrado	3	5,88%	2.111,83	12,17%
Quartzo	2	3,92%	1.600,72	9,23%
Minério de ouro	2	3,92%	1.392,92	8,03%
Caulim Argiloso	1	1,96%	7,50	0,04%
Cascalho	1	1,96%	4,50	0,03%
TOTAL	51	100,00%	17.347,76	100,00%

Fase	Quant.	% total	Área (ha)	% área total
Pesquisa	31	60,78%	14.069,21	81,10%
Licenciamento	6	11,76%	137,05	0,79%
Concessão de Lavra	9	17,65%	1.017,47	5,87%
Disponibilidade	4	7,84%	2.119,33	12,22%
Registro de extração	1	1,96%	4,70	0,03%
TOTAL	50	98,04%	17.343,06	99,97%

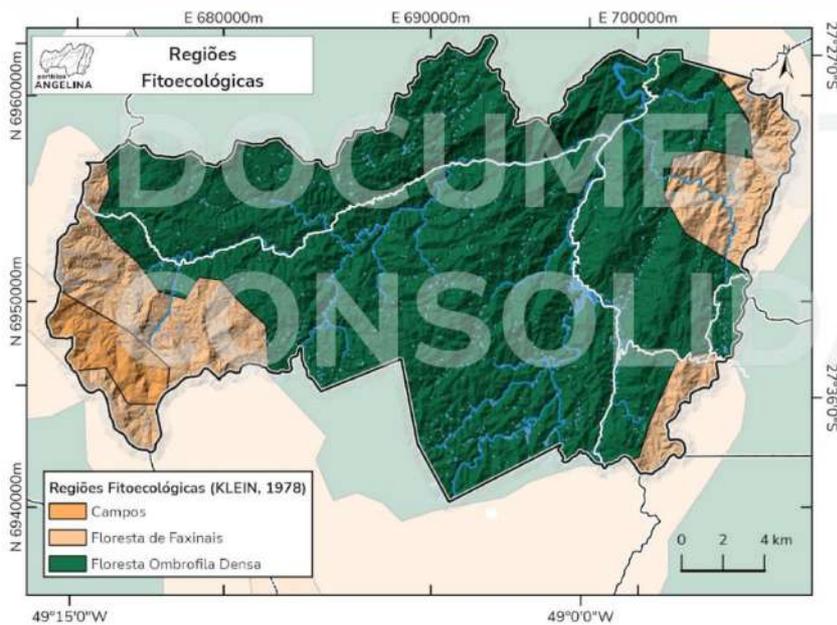
Fonte: ANM, Agência Nacional de Mineração, 2022. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/>

meio ambiente



- Três principais bacias hidrográficas;
- Presta serviço ambiental relevante para RMF ao preservar nascentes;

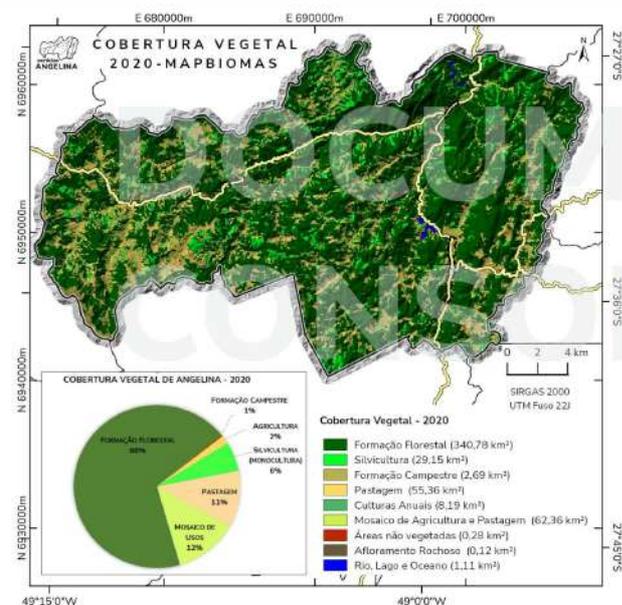
meio ambiente



Regiões fitoecológicas

- Conjunto representativo de elementos naturais, com predominância de grandes extensões de Floresta Ombrofila Densa (FOD), além de uma pequena mancha de Floresta Mista (FOM) e os Faxinais (transição para FOD)
- Parte representativa destas áreas de FOD e FOM encontram-se em estágio médio e avançado de regeneração, ou até mesmo originais.
- Grande valor ambiental e potencial cênico

meio ambiente



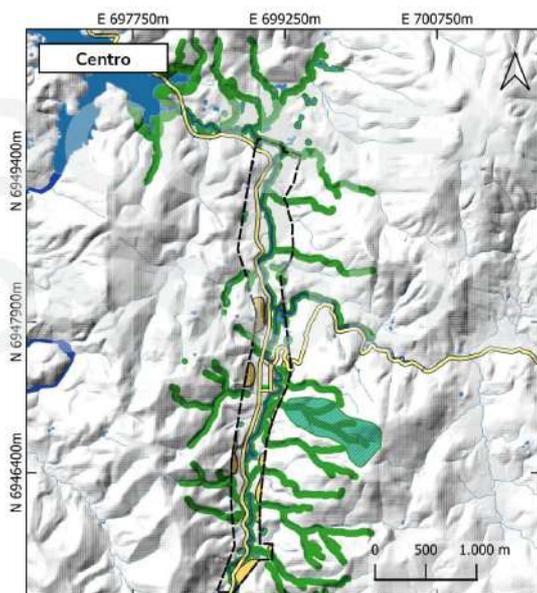
Cobertura vegetal

- Topografia condiciona em grande medida a cobertura vegetal, com áreas mais íngremes e topos de morro com formação florestal (340,78 km² - 68%)
- Pastagem e mosaico (agricultura + pastagem) perfazem 118 km² - 23,5%)
- Áreas de silvicultura situadas nas partes baixas dos morros perfazem 29 km² - 6%)
- Perímetros urbanos (2,3km² - 0,4%)
- Outros usos (formação campestre, rios, afloramento rochoso, áreas não vegetadas): 12,4km² - 2,4%

meio ambiente



Áreas de Proteção Ambiental



APA na MU Central

Área perímetro: 160 ha

Área c/restrições: 63 ha (40%)

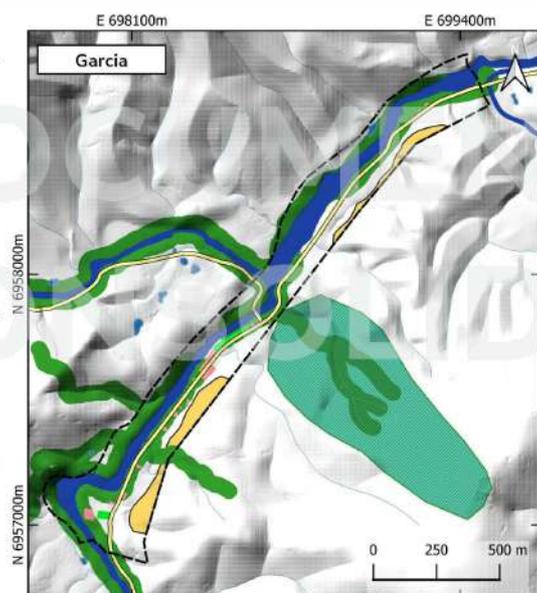
Área ocupada: 41 ha (25%)

Área disponível: 55,7 ha (35%)

meio ambiente



Áreas de Proteção Ambiental



APA na MU de Garcia

Área perímetro urbano: 34 ha

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

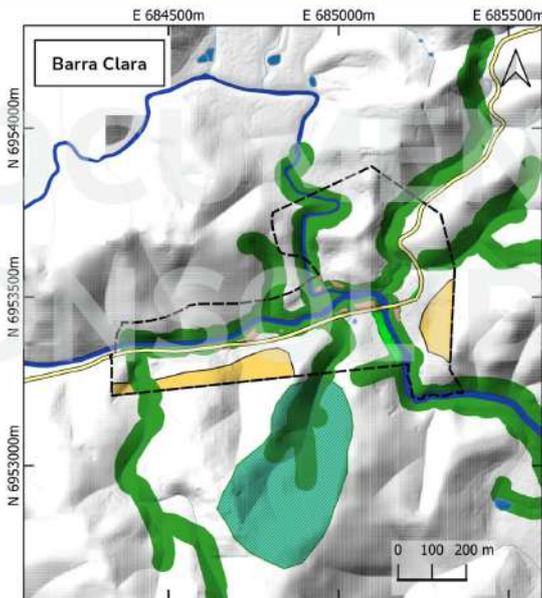
Área ocupada: 4 ha (10%)

Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)



Áreas de Proteção Ambiental



APA na MU de Barra Clara

Área perímetro urbano: 38 ha

Área c/ restrições: 18,2 ha (48%)

Área ocupada: 3,6 ha (9,5%)

Área disponível: 12 ha (31%)

AUL: 4,4 ha (11%)



meio ambiente



Barra Clara

meio ambiente



Rio Engano

habitação



Censo de 2010

- 1.626 domicílios particulares
- 1.422 domicílios próprios
- 66 imóveis alugados
- 127 imóveis cedidos

Dados CRAS (out.2022)

- 483 famílias cadastradas no CadÚnico
- 72 (15%) em extrema pobreza;
- 71 (15%) em situação de pobreza;
- 168 (35%) de baixa renda
- 172 (36%) que recebem acima de ½ salário mínimo

Aspectos institucionais

- Não tem PLHIS
- Não tem setor específico de gestão
- Não tem Conselho de Habitação
- Tem FMHIS (884/2202)

As habitações existentes no município de Angelina não sofrem com grandes inadequações, no entanto a população residente enfrenta a deficiência na oferta de infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, estrutura viária).

habitação



- 02 áreas de AEIS demarcadas no PDP (2008)
- Cerca de 3mil m² (0,6 ha/0,3% perímetro sede)
- Ambas são reserva fundiária (não há ocupação)
- Não foi possível verificar propriedade
- PDP prevê OODC para novas AEIS
- Parâmetros urbanísticos não muito diferentes das demais zonas
- Exceção área mínima do lote (180m²)

habitação



Linha dos Chaves

Quarta Linha

- Processo informal de parcelamento
- Não necessariamente de interesse social
- Próximo perímetro urbano da sede
- Leitura comunitária e questionários indicam existência de loteamento
- Não foi encontrada informação mais consistente

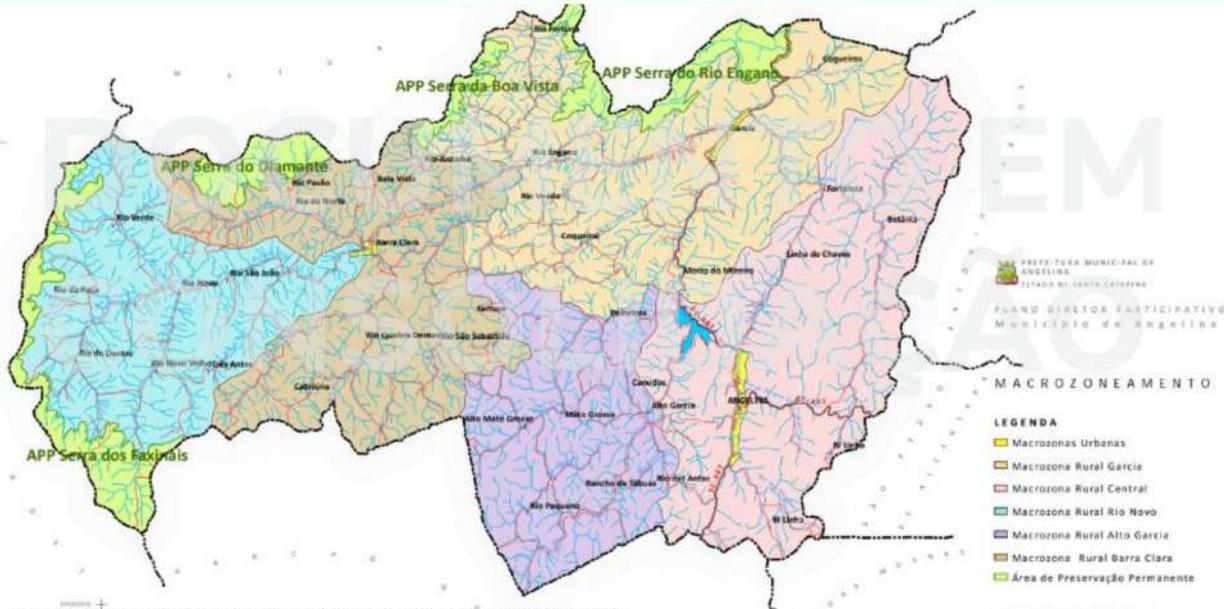
habitação



Aspectos institucionais

- Demanda restrita
- Não tem PLHIS (inviabiliza repasse de recursos federais);
- Não tem setor específico de gestão, sem equipe técnica;
- Não tem Conselho de Habitação atuante e regulamentado
- Tem FMHIS (884/2202), mas ausência de PLHIS inviabiliza sua efetividade;
- Único programa habitacional existente foi o PNHR: 51 habitações entre 2012 e 2013;
- Lei nº1.251/2018, cria o programa "Primeira Escritura", vinculado ao "Projeto Lar Legal, para regularização fundiária: requeridos pela Reurb-E, a expedição de Certidões de Regularização Fundiária (CRF) para mais de 80 imóveis: Linha dos Chaves, Garcia, Quarta Linha e Centro.
- Os processos de regularização, iniciados em 2020, buscavam regularizar lotes isolados, o que constitui incompatibilidade com os objetivos da lei de Reurb na modalidade Reurb-E.

plano diretor atual



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

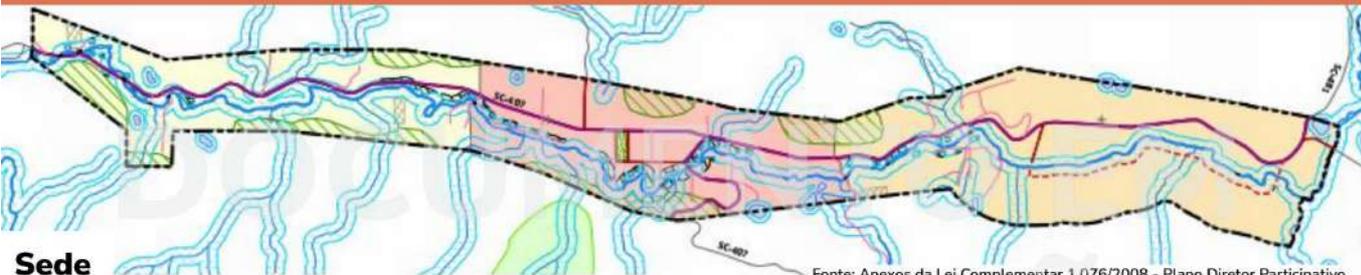
plano diretor atual



	Características	Objetivos
RURAL RIO NOVO (Rio Novo, Rio Verde, Rio São João, Rio de Dentro, Rio Novo Velho, Rio Três Antas e Rio da Poça)	<ul style="list-style-type: none"> Baixa densidade populacional Rio de Dentro uma das mais carentes Atividades baseadas na agropecuária (cebola, fumo e hortaliças) Possui significativos reflorestamentos comerciais Possui problemas com o abastecimento de água Possui problemas com a destinação do lixo Possui edificações históricas relevantes Potencial para agroturismo, turismo ecológico, turismo de aventura, agricultura ecológica, agroindústrias, pecuária leiteira 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar atividades de comércio e serviços Promover a diversificação da produção agropecuária Proteger flora, fauna, recursos hídricos e paisagem Proteger cursos d'água e nascentes Estabelecer parâmetros para o licenciamento de novas PCH's Viabilizar manutenção intensiva do sistema viário Proteger a pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico Viabilizar manutenção intensiva do sistema viário Criar programas de incentivo ao desenvolvimento Garipão do Rio Novo para ampliar atendimento ao agricultor e incrementar o serviço de saúde no Posto de Saúde de Rio Novo
RURAL BARRA CLARA (Rio Areia, Cabrióna, Rio Quebra Dentas, Rio do Norte, Rio Pavão, Bela Vista, Rio Antinha e Rio São Sebastião)	<ul style="list-style-type: none"> Densidade populacional baixa Atividades baseadas na agropecuária (hortaliças e pecuária leiteira) Relativamente bem servida de equipamentos comunitários Possui áreas previstas para instalação de PCH's Áreas de relevante valor histórico-cultural e paisagístico Potencial para agroturismo e agroindústria leiteira 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a atividade agropecuária Fomentar a pecuária com pastoreio do gado Aproveitar o potencial turístico da região Fomentar a agroindústria e criar associação de produtores rurais Proteger cursos d'água e nascentes Estabelecer parâmetros para o licenciamento de novas PCH's Viabilizar manutenção intensiva do sistema viário
RURAL GARCIA (Rio Fortuna, Rio Engano, Rio Visado, Coqueiral, Morro do Mineiro, Coqueiros e Rio Pequeno)	<ul style="list-style-type: none"> Densidade populacional baixa Atividades voltadas à agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo) Bem servida de equipamentos públicos comunitários Sítios arqueológicos e patrimônio histórico-cultural Sistema viário estruturado (SC 481 e 408 e Estrada Rio Engano) Áreas com restrições ambientais (declividade e drenagem) Conflitos de usos por projetos de PCH's Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> Proteger a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem Incentivar a diversificação da produção agropecuária Incentivar produção/comercialização mel, com agregação de valor Criar um centro de comercialização da produção agropecuária local Delimitar os sítios arqueológicos existentes Criar área preservação no entorno PCH Angelina e Serra Rio Engano Usar escolas desativadas p/ equipamentos comunitários Preservar mananciais para abastecimento de água

- Para cada Macrozona há uma delimitação espacial, uma definição das principais características e a definição de objetivos;
- A maior parte das diretrizes para as Macrozonas Rurais não está vinculado à instrumentos específicos, mas sobretudo aos programas previstos no PDP;
- É evidente a preocupação da LC de buscar encontrar alternativas para a promoção do desenvolvimento econômico e valorização ambiental para estas áreas

plano diretor atual



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

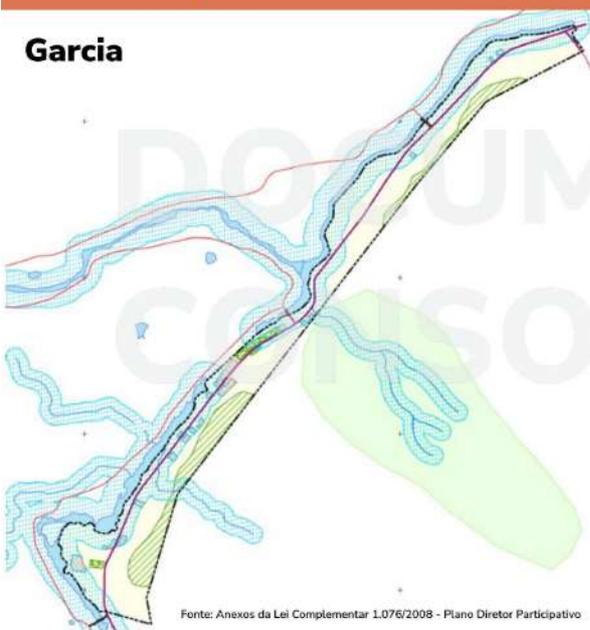
Sede

- Mancha urbana mais extensa, com tecido urbano mais complexo;
- Três zonas principais: Zona Urbana Central (ZUC); Zona de Ocupação Imediata (ZOI); e Zona de Ocupação Controlada (ZOC).
- No interior destas zonas existem delimitadas: AEIS, AUL, SAVU, APP e AT-TAC;
- A maior parte das diretrizes para as Macrozonas Rurais não está vinculado à instrumentos específicos, mas sobretudo aos programas previstos no PDP;
- Consolida ZUC (parâmetros mais generosos e direciona ocupação para ZOI);

ZONAS URBANAS

- Zona Urbana Central (ZUC)
 - Zona de Ocupação Imediata (ZOI)
 - Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- ### ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)
- Área Especial de Interesse Social (AEIS)
 - Área de Uso Limitado (AUL)
 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
 - Área de Preservação de Manancial (APM)
 - Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
 - Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)

plano diretor atual



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

Garcia

- Ocupação linear, com muitas restrições ambientais: APP (44%) e AUL (16%);
- Apenas um zoneamento: Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- Clara percepção de restrição;
- Refletir sobre pertinência da delimitação do perímetro;
- Nº máximo de pavimentos: 03; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo: 450m²; e lote máximo: 1.500m².
- Duas áreas SAVU, com 0,4 ha (praticamente 1% do total), mas ociosas;

ZONAS URBANAS

- Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- ### ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)
- Área de Uso Limitado (AUL)
 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
 - Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
 - Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)
 - Área de Preservação de Manancial (APM)

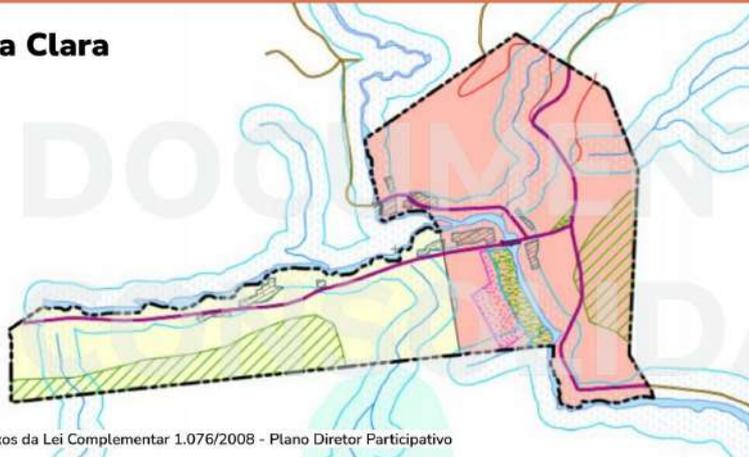
HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

- Via Estrutural
 - Via Coletora
 - Estradas Municipais
- ### CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS
- Limite Perímetro Urbano
 - Pontes
 - Cursos d'água
 - Rios, lagos e açudes

plano diretor atual



Barra Clara



- Menos linear. Entroncamento viário e confluência dos cursos d'água;
- Duas zonas: Zona Urbana Central (ZUC), c/ 23 ha (60%) e a Zona de Ocupação (ZOC), c/ 15 ha (40% do total).
- ZUC: nº pavimentos: 3; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 15%;
- ZOC: nº pavimentos: 3 (residencial/misto) e 2 (não residenciais); taxa de ocupação: 50%, lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 20%;
- Intenção de conformar uma centralidade na ZUC próximo de onde os principais equipamentos coletivos + AEIT + SAVU

Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo



ZONAS URBANAS	HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO
Zona Urbana Central (ZUC)	Via Estrutural
Zona de Ocupação Controlada (ZOC)	Via Local
ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)	Sistema Viário
Área Especial de Interesse Institucional (AEII)	Limites do Perímetro Urbano
Área de Uso Limitado (AUL)	Perímetro
Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)	Cursos d'água
Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)	Rios, lago e açudes
Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)	
Área de Preservação de Manancial (APM)	

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS
Limites do Perímetro Urbano
Perímetro
Cursos d'água
Rios, lago e açudes

plano diretor atual



Instrumentos urbanísticos

1. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios
2. IPTU progressivo
3. Transferência do direito de construir
4. Outorga Onerosa do Direito de Construir;
5. Direito de Preferência;
6. Consórcio Imobiliário;
7. Operações Urbanas Consorciadas;
8. Direito de Superfície;
9. Estudo de Impacto de Vizinhança;
10. Estudo de Impacto Ambiental.

- Todos com baixa regulamentação (ou regulamentação inexistente);
- Geralmente remetem à legislação complementar que não foi elaborada;
- Baixo impacto concreto na dinâmica da cidade;
- Sem delimitação territorial;
- Alguns parecem descolados da dinâmica local (Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preferência, Consórcio Imobiliário, etc);
- EIV é o que apresenta melhor regulamentação, ainda sim com baixa aplicação.



- Das instâncias participativas, a que aparece mais consolidada é o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina.
- Não há registro da efetivação das demais instâncias previstas.
- O conselho é uma instância ativa, com regularidade nas reuniões e encaminhamento dos principais aspectos relacionados à gestão urbana no município.
- O sistema de informações municipais não existe no município.
- O Cadastro Municipal em vigor é o mesmo desde 1994, com dados alfanuméricos e espaciais (cartografias) desatualizado e disfuncional.

patrimônio



A CF 1988 (art. 216), ampliou o conceito de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2022).

Essa alteração ampliou a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

A gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo:

- Patrimônio Material;
- Patrimônio Imaterial;
- Patrimônio Arqueológico; e
- Patrimônio Mundial**

Relatório dados básicos do bem
SC-4200903-BA-ST-00001

Contexto Recorte territorial: Não informado Recorte temático: Não informado Identificação do universo: Não informado			Mapa
Localização UF: Santa Catarina Município: Angelina CEP: Não informado Coordenada(s) geográfica(s): -27,540319 -49,182946 Endereço: Barra Clara, Rio São João			
Dados do bem Nome: Nélio Hang Nome popular: Não há Natureza: Bem Arqueológico Tipo: Sítio Estado de Conservação: Regular Estado de Preservação: Piuoc Alterado Uso do Solo: Rural Entorno do bem: Preservado		Foto Sem Imagem	
Dados complementares Síntese: Não informado Síntese histórica: Sítio composto por material lúcio Em superfície, bastante descontextualizado em terreno de lavoura à beira do rio São João...ml			

patrimônio



COLONIZAÇÃO

1860

Colônia Nacional Angelina: os colonos eram instalados às margens do rio Mundéus (atual Sede) e mais abaixo no vale do rio Garcia.

Núcleos coloniais: Vila Mundéus, Garcia, Betânia (Perdidas), Linha dos Chaves, Picada do Engano, Cabeceira do Biguaçu.

1914-1917

Núcleo Federal Senador Esteves Júnior: Barra Clara, Rio Fortuna, Rio do Norte, Rio Quebra Dentes, Rio São Sebastião.

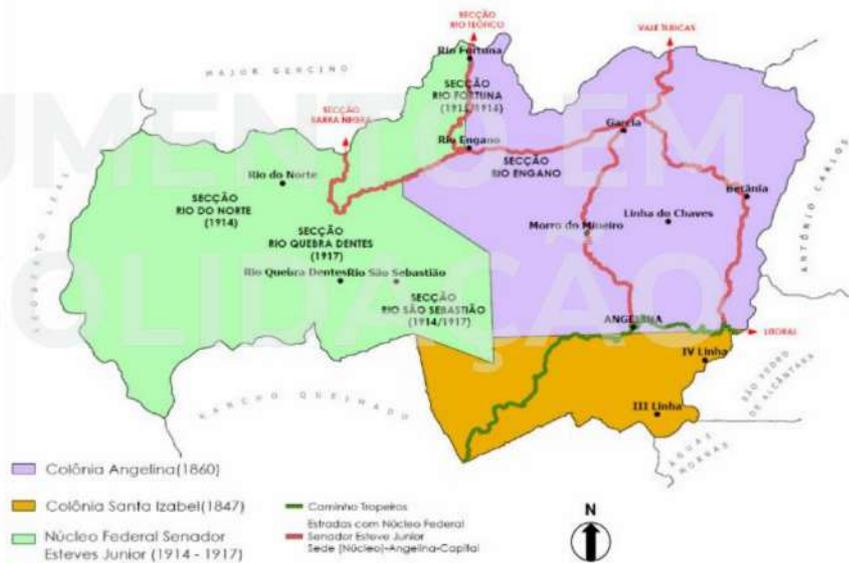
III Linha e IV Linha: Colônia Santa Izabel (1847).

1891

Colônia emancipada como Distrito de São José.

1961

Emancipação como Município.



Fonte: Diagnóstico PDP 2007

patrimônio



ZONAS URBANAS

- Zona Urbana Central (ZUC)
- Zona de Ocupação Imediata (ZOI)
- Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)

- Área Especial de Interesse Social (AEIS)
- Área de Uso Limitado (AUL)
- Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
- Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
- Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)
- Área de Preservação de Manancial (APM)



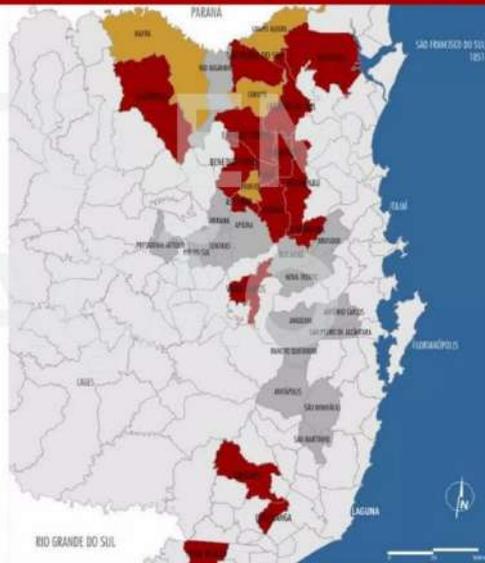
patrimônio



Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina

Regiões de estudo e inventário dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina

- Cidades inventariadas, com propostas de tombamento Federal, Estadual e Municipal
- Cidades inventariadas, com propostas de tombamento Estadual e Municipal
- Cidades percorridas (inventário de varredura), onde deve-se prosseguir o processo de reconhecimento e proteção



Planos de Ação para Cidades Históricas - 1ª Oficina de Capacitação



patrimônio



Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina		CIDADE: Angelina	
CÓD. ANG001	informações inventário <input type="checkbox"/> dic 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa RECH Propriet. atual: Alzou José Rech Bairro/Estrada/Caminho: Garcia Endereço: Estrada Genl Garcia Ano construção: 1907 Técnica constr: alvenaria autoportante			
Tombamento existente <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> estadual Tombamento proposto <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> estadual			
Descrição Imóvel: Sem sótão. Beiral em madeira, bom estado de conservação. Anexo da cozinha mais recente. Bom estado de conservação. Uso atual: residencial.		Existência de levantamento cadastral <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não órgão IPHAN	
Observações: Contato: (48) 3274-1073 Imóvel parcialmente obstruído devido com os moradores.		2006/7	
CÓD. ANG002	informações inventário <input type="checkbox"/> dic 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa ALEXANDRE Propriet. atual: Francisco Jerônimo Alexandre Bairro/Estrada/Caminho: Garcia Endereço: Estrada Genl do Garcia Ano construção: 1933 Técnica constr: alvenaria autoportante			
Tombamento existente <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> estadual Tombamento proposto <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> estadual			
Descrição Imóvel: Imóvel em ótimo estado de conservação. Uso atual: residencial. A casa está inserida na margem da Estrada Genl Garcia, sem graxagem anexa, localizada no sudoeste da rua, construída na mesma época que a casa, porém com uma linguagem mais simples. As fachadas, ricamente ornamentadas com motivos florais, são bastante ornamentadas. Embasamento em pedra. As janelas são de madeira. O teto e assoalho são originais. Lantejoulas contornam o telhado coberto com telhas cãs e canal, originais. Solado baixo com duas janelas. Anexo lateral da cozinha simples, com fogão da época. Há direito aproximado: três metros. Cumprido parâmetro e fachada principal. Recentemente foram construídas banheira e piscina nos fundos.		Existência de levantamento cadastral <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não órgão IPHAN	
Observações: Construída pelo pedreiro italiano Paulo "Sgrotti" a pedido de Francisco Hanes. Contato: (48) 3274-1045		2006/7	

Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina		Angelina	
Localidade: GARCIA	Residência:		
Denominação: Casa SHARPO Proprietário: João Sheppo Endereço: Estrada Genl do Garcia, 1758 Contato: (48) 9928-0920	Residência e comércio: Livro: Edificação 5100		
Existência de levantamento cadastral: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		Imagens/ croquis: Plano Base Trazes	
Descrição Imóvel: A casa, localizada há 15 Km do centro da cidade, possui treze cômodos no térreo, que motivou originalmente o casal e alguns filhos. A fachada frontal, paralela à rua, apresenta ritmo marcado por colunas replicadas de arquivadas e entrançadas em concreto. Há sótão somente o quarto é formado com laje sola e comiss. Sótão nas paredes interiores. Piso e forro originais. A cozinha original localiza-se no lateral do caso, o atual localiza-se ao lado. Lantejoulas em 1925. As paredes externas são duplas e as internas são gesso com venezianas de madeira. Completo o conjunto um depósito de Cimento Branco e um anexo lateral recente.		Plano Base Trazes	
Observações: João Sheppo, pai dos atuais proprietários, construiu esta casa em 1921, a qual serviu por muito tempo de armazém e lanchonete, além de residência. Aos domingos também servia de salão de baile. Construído por João Trazes. Está inserido no lote "Caminho do Rio".		Plano Base Trazes	
Descrição Imóvel: Móveis antigos de venda e mobiliário da casa		Plano Base Trazes	
Estado de conservação: <input type="checkbox"/> bom <input checked="" type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim		Número de pessoas: 03 Renda: espontâneas Nível de instrução: bom Chale industrial (habitat) em área Quanto tempo morou no local: desde que nasceu Mantém o idioma de imigração: alemão Atividade adicional de lazer: -	
Há produção agrícola: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Há produção doméstica: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Condições de higiene: boa Possibilidade de prática de esportes: não Possibilidade de atividades de lazer: não Estabelecimento de cursos d'água: sim		Tombamento existente: <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal <input checked="" type="checkbox"/> nenhum Tombamento sugerido: <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal <input checked="" type="checkbox"/> nenhum	

creditos

levantamento de campo e imagens: Josedir Orben Alberton e Murad Jorge Mussi Vaz (janeiro/2007)
 Revisão: RFF (Agosto/2005)
 Instituições: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

patrimônio



Nome	Código	Ano Construção	Tombamento	Local
1 Casa Rech	ANG001	1907	Não	Estr. Geral Garcia - Garcia
2 Casa Alexandra	ANG002	1935	Não	Estr. Geral Garcia - Garcia
3 Casa Assunção	ANG003	1929	Não	Estr. Geral Garcia, 79 - Garcia
4 Casa Shappo	ANG004	1921	Não	Estr. Geral Garcia, 1758 - Garcia
5 Cemitério Rio Engano	ANG005	-	Não	Estr. Geral Rio Engano - Rio Engano
6 Casa Ventura	ANG006	1935	Não	Estr. Geral Rio Engano - Rio Engano
7 Conjunto Goedert	ANG007	1960	Não	Estr. Geral Barra Clara, 375 - Barra Clara
8 Clube 14 de Novembro	ANG008	1965	Não	Estr. Geral Barra Clara - Barra Clara
9 Casarão Goedert	ANG009	1945	Não	Estr. Geral Barra Clara - Barra Clara
10 Casa Allain, Placido Luis	ANG010	1927	Não	Estr. Geral Rio Quebra Dente - Barra Clara
11 Casa Allain, José Vicente	ANG011	1927	Não	Estr. Geral Rio Quebra Dente - Barra Clara
12 Casa Schmidt, Modestino	ANG012	-	Não	Estrada Geral São Sebastião - Barra Clara
13 Engenho Alfem	ANG013	1957	Não	Estrada Geral São Sebastião - Barra Clara
14 Casa Goedert	ANG014	Dec. 1940	Não	Estrada Geral Barra Clara - Barra Clara
15 Cemitério de Barra Clara	ANG015	-	Não	Estrada Geral Barra Clara - Barra Clara
16 Casa Schaeffer	ANG016	1897	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
17 Conjunto Eger	ANG017	1907	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
18 Casa Martins Junior	ANG018	1887	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
19 Casa Alves	ANG019	1931	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
20 Casa Schappo	ANG020	1936	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
21 Casa Kammer Martins	ANG021	1936	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
22 Casa Gorges	ANG022	1909	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
23 Casa Seidler	ANG023	1887	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
24 Sem nome	ANG024	-	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
25 Casa Schmidt, Aloisio	ANG025	1929	Não	Estr. Geral Vargem Grande - V. Grande
26 Casa Werlich	ANG026	1907	Não	Rua Manoel Duarte, 122 - Centro
27 Casa Koerich	ANG027	1903	Não	Rua Manoel Lino Koerich, 117 - Centro
28 Casarões Coelho	ANG028	-	Não	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
29 Casa Andrade	ANG029	-	Não	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
30 Igreja Matriz	ANG030	1946	Municipal	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
31 Casa Paroquial	ANG031	1949	Municipal	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
32 Casa Fuch	ANG032	1907	Não	Rua Manoel Lino Koerich, 72 - Centro
33 Complexo Irmãs Franciscanas	ANG033	1950	Não	Caminho ao Bairro Garcia, Centro



Edificações elencadas na varredura do IPHAN estão principalmente localizadas nas localidades: Centro, Betânia, Garcia e Barra Clara

patrimônio



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E OBRAS

RELATÓRIO DE VISTORIA

Referente: Inquérito Civil nº 06.2015.00009383-7 (MPSC)

Objeto: Vistoria e identificação dos bens em Angelina, constantes do levantamento do IPHAN-SC.

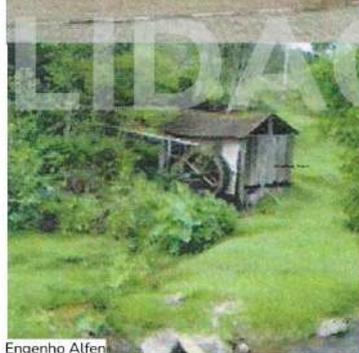
Certifico para os devidos fins e efeitos, que na data de 17/07/2019, através de vistoria "in loco", constatei que conforme relação dos imóveis catalogados pelo IPHAN-SC, com código ANG 001 à ANG 033 (33 imóveis), alguns dos descritos foram efetivamente demolidos. Com relação aos imóveis existentes, sua maioria encontra-se em péssimo estado de conservação.

Segue abaixo a relação dos imóveis ainda existentes, bem como os que tiveram sua demolição:

Clube 14 de novembro



Casa Schmidt

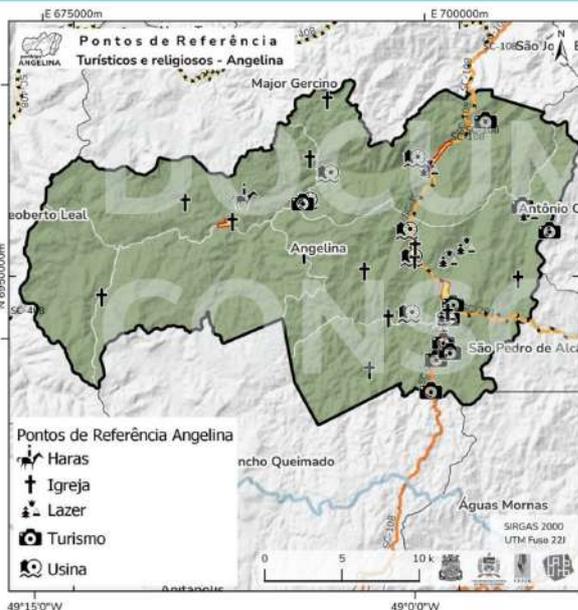


Engenho Alfem



Casarão Koerich

patrimônio



- Não há estrutura municipal para gerir o patrimônio cultural municipal: em teoria ficaria ao encargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; mas na prática não existe pessoal e estrutura atrelada ao tema
- Duas legislações municipais: 1) decreto 049/97 que faz o tombamento municipal do Santuário e Igreja Matriz; e 2) trata de política de proteção do patrimônio do Município, com critérios de tombamento; com pouco efeito;
- Potencial ligado ao patrimônio construído residencial religioso, com forte potencial cênico e possibilidade de suporte às atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo (gastronomia, hospedagem, roteiros culturais, de base comunitária, etc.)

infraestrutura



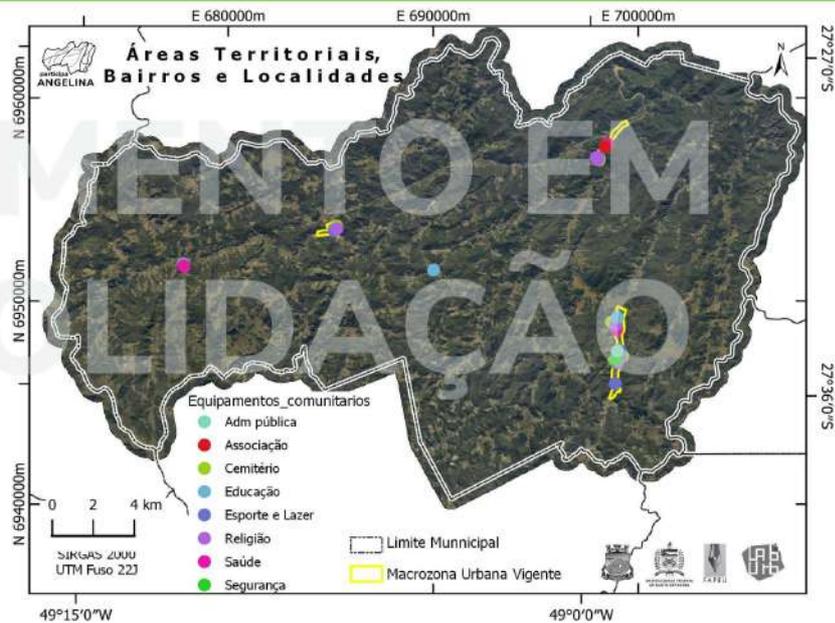
- Equipamentos coletivos
- Áreas de lazer
- Sistema viário
- Mobilidade
- Energia Elétrica
- Abastecimento de água
- Esgotamento sanitário
- Resíduos sólidos
- Drenagem Urbana

infraestrutura



Equipamentos coletivos

- Equipamentos de saúde: 5 no total, 4 UBS; 1 APAE e 1 hospital geral. Localizados em quatro das cinco macrozonas: Rio Novo, Barra Clara, Garcia e Central.
- Equipamentos de educação: 10 no total, sendo 08 municipais e 02 estaduais (EEB). Estão bem distribuídos no território e seguem lógica de distribuição dos núcleos urbanos e localidades;
- Concentração de equipamentos nas zonas urbanas - em pequenas porções do território comparado ao total do município

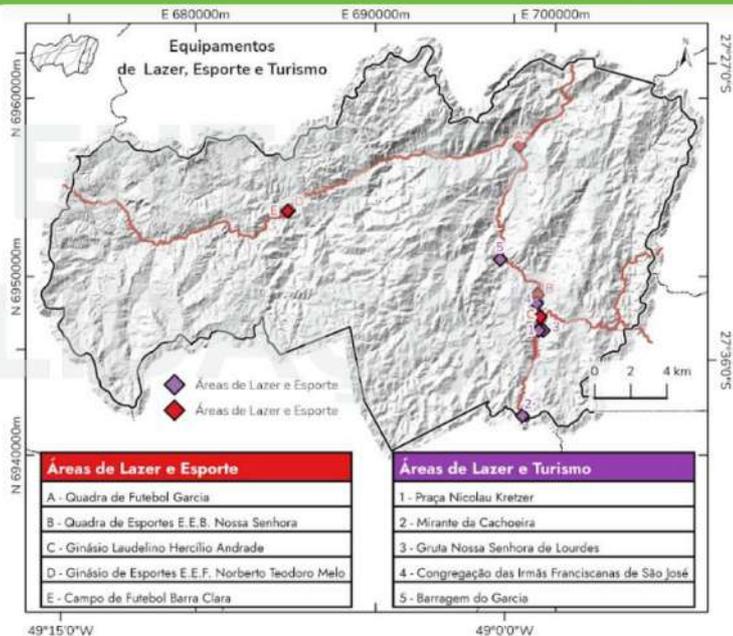


infraestrutura

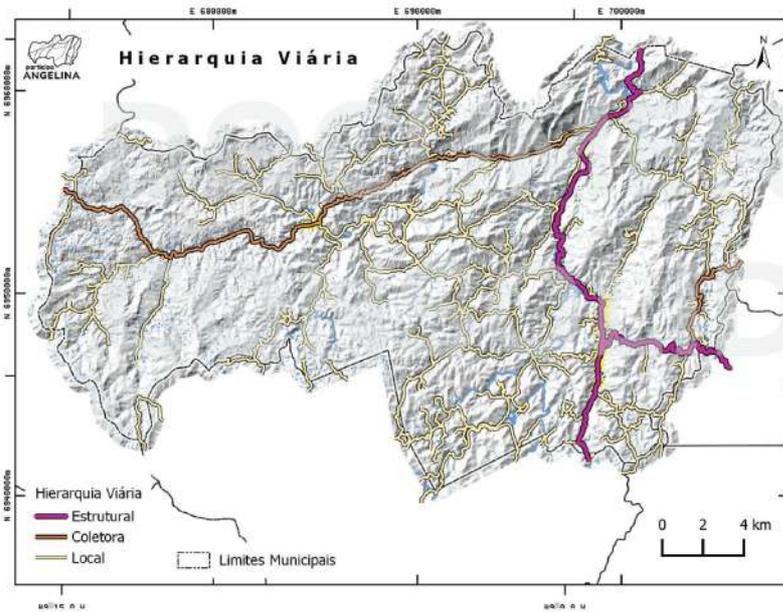


Áreas de lazer

- Baixa disponibilidade e má distribuição territorial
- Prefeitura não dispõe de secretaria específica, dados obtidos em outras instâncias;
- Os poucos equipamentos existentes estão distribuídos nos núcleos urbanos do Centro, Garcia e Barra Clara;
- Destaca-se a praça central (Nicolau Kretzer) como um dos poucos espaços equipados e com manutenção constante;
- Pontos turísticos e lazer, o Santuário Nossa Senhora de Angelina, a Praça Nicolau Kretzer, a Congregação das Irmãs Franciscanas, Engenho da Família Gelsleuchter.
- Barragem do Garcia tem potencial para uso de lazer.
- Certos locais oferecem atividades de lazer e turismo, contemplação da natureza, prática de esportes náuticos, camping, pesca, visitas, entre outros



infraestrutura



Sistema viário

- Duas rodovias estaduais estruturantes (SC407 e SC 481), que interliga Sede e Garcia; e Sede e São Pedro de Alcântara;
- Apenas um acesso asfaltado, via Rancho Queimado; outro com ordem de execução em tramitação (SC). Possível impacto na dinâmica de urbanização;
- Via estruturante municipal (ANG215), que interliga Garcia, Barra Clara e Rio Novo, ao longo do vale do Rio Engano, que distribui ocupações e localidades;
- Pavimentação em apenas 03 localidades mais populosas;
- Trechos viários (ANG 215 e outras vias municipais), sem pavimentação e com estreitamento, que dificulta escoamento de pessoas e bens;

infraestrutura



Entregue ordem de serviço para pavimentação da SC-281, de São Pedro de Alcântara a Angelina

O investimento nos quase 23 quilômetros será de R\$ 128,5 milhões

Por Adriano Ribeiro - 15 de maio de 2022

494

Sistema viário

- A estrada receberá os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente (bueiros e canaletas), obras complementares e de contenção, sinalização, meio ambiente e iluminação.
- Também serão implantadas duas pontes no trecho, uma sobre o Rio Maruim e outra sobre o Rio Rocinha.
- Além disso, também serão implantadas duas passarelas sobre o Rio Mundéus, uma do lado direito e outra do lado esquerdo.
- A distância entre Angelina e a Capital diminuirá em quase 16 km.





Transporte público

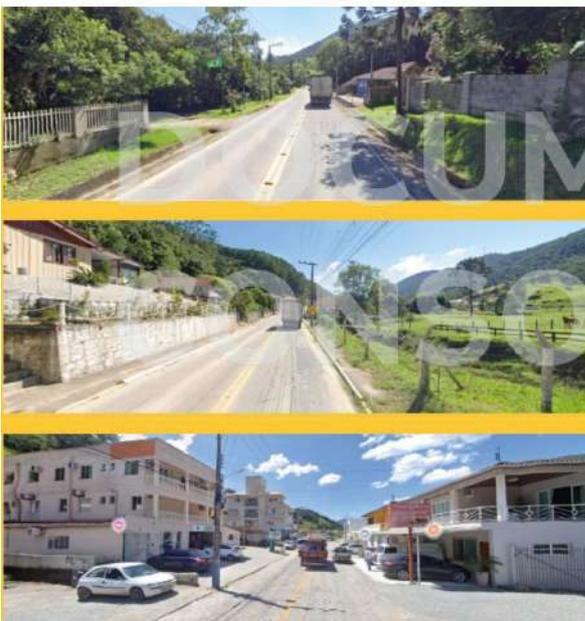
- O município dispõe apenas de transporte coletivo escolar;
- Serviço é essencial devido à configuração territorial do município e a distribuição dos equipamentos coletivos e a dispersão demográfica;
- Em 2022 a prefeitura lançou processo licitatório para contratação de empresas para a prestação do serviço de transporte escolar, conforme tabela ao lado;
- Em relação ao transporte intermunicipal, o município dispõe de uma única linha de conexão ao município de Rancho Queimado, passando pelas localidades de Coqueiros, Betânia;
- A Prefeitura oferece ainda serviço de transporte universitário, que está disponível nas terças e quintas-feiras, com saída da Barra Clara, às 14h e itinerário em consolidação;

LOTE 01					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Alto Mato Grosso/Mato Palheiro/Fartura - Fartura/Alto Palheiro/Mato Grosso/Alto Mato Grosso	Vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 12 lugares	58 km	R\$ 10,05	11.600 km

LOTE 02					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Rio Veado/Coqueiral/Rio Pequeno/Garcia-Garcia/Rio Pequeno/Coqueiral/Rio Veado	Matutino e vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 26 lugares traçado	62 km	R\$ 13,88	12.400 km
Grupo B - Rio Veado		Veículo de passeio com no mínimo 05 lugares	12 km	R\$ 6,88	2.400 km

LOTE 03					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Palheiros/Barragem/Centro - Centro/Barragem/Palheiros Mineiro/Garcia/Coqueiros	Matutino e vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 12 lugares	56 km	R\$ 9,51	11.200 km

LOTE 04					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Fartura/Alto Palheiros/Alto Mato Grosso/Mato Grosso/Alto Garcia/Centro - Centro/Alto Garcia/Mato Grosso/Alto Palheiros/Fartura	Vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 26 lugares	75 km	R\$ 9,34	15.000 km



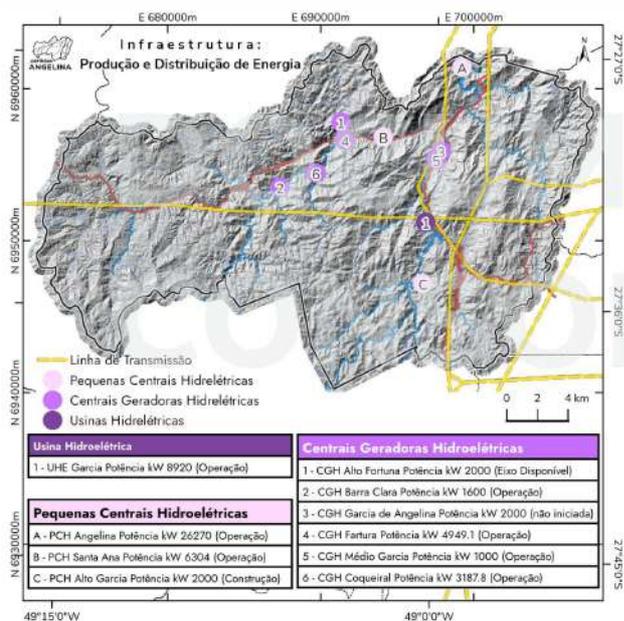
Mobilidade (pedestres e ciclistas)

- Legislação (PDP e Lei nº 808/1999) define parâmetros de dimensionamento e de acessibilidade dos passeios públicos;
- A forma linear dos núcleos urbanos gera deslocamentos representativos para pedestres e ciclistas
- Estes parâmetros não são refletidos na realidade municipal;
- As principais vias dos núcleos urbanos de Angelina possuem extensos trechos sem calçada ou com calçada apenas de um lado da via;
- Destaca-se ainda a descontinuidade, precariedade e falta de manutenção; pouca ou nenhuma arborização; calçadas estreitas; calçadas fora dos padrões das normas de acessibilidade; e obstáculos (placas e postes) presentes no meio da calçada; e
- Infraestrutura cicloviária: não foram identificadas ciclovias, ciclorrotas ou ciclofaixa ao longo das vias estruturantes do município. A legislação municipal pouco menciona este modal.

infraestrutura



Energia elétrica



Ano	Total de consumo	Total de consumidores	Média per capita de consumo
2013	397590	1.740	228,5
2014	433669	1.801	240,8
2015	396279	1.848	214,4
2016	402377	1.885	213,4
2017	417273	1.919	217,4

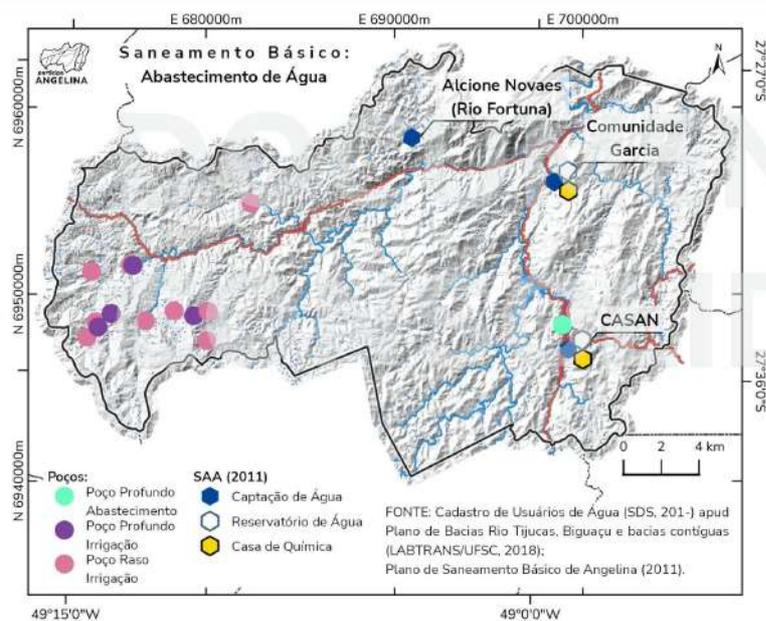
Fonte: IBGE, PNAD



infraestrutura



Abastecimento de água



- Três sistemas independentes alimentados por mananciais de águas superficiais: um público, operado pela CASAN; e dois comunitários (Garcia e Coqueiros), operados pela Prefeitura
- Cerca de 86% da população é atendida por captação individual, de mananciais de águas subterrâneas.

Sistema de abastecimento	Urbana	Rural	População atendida	% população total
Sistema CASAN (rede geral)	685	16	701	13,48
Poço ou nascente na propriedade	82	2.913	2.995	57,61
Poço ou nascente fora da propriedade	324	1.164	1.488	28,62
Rio, açude, lago ou igarapé	-	12	12	0,23
Água da chuva armazenada de outra forma	-	3	3	0,06
TOTAL	1.091	4.108	5.199	100

Sistema de abastecimento	Urbana	Rural	População atendida	% população total
Sistema comunitário Garcia (c/tratamento)	-	-	120	2,22
Sistema comunitário Coqueiros (s/tratamento)	-	-	88	1,63
TOTAL	-	-	208	3,85



Esgotamento sanitário

Fonte: Diagnóstico PDP 2007



Fonte: SPNAB, 2007

- Não há rede geral de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Em 2000 (IBGE), 69,04% do esgoto não era tratado e tinha seu destino nos cursos d'água ou em valas
- Relevância do Programa de Microbacias, com a instalação sistema individual de esgotamento adequado, sobretudo para as comunidades isoladas;
- Em 2010 (IBGE), a maior parte da população (63,28% dos domicílios) possuía soluções semi adequadas de esgotamento sanitário;
- Sistemas independentes com baixa eficiência e falta de manutenção periódica;
- O Plano Municipal de Saneamento Básico não informa valores necessários para investimento no sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário.

Tipo de esgotamento sanitário	Ano - 2010		
	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	1.628	386	1.280
Rede geral de esgoto ou pluvial	2	1	1
Fossa séptica	1.029	295	734
Fossa rudimentar	68	15	53
Vala	264	18	246
Rio, lago ou mar	258	36	222
Outro tipo	2	-	2
Não tinham	3	1	2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Resíduos sólidos

Rotas da coleta convencional



Fonte: Diagnóstico PDP 2007

- SNIS (2020): em Angelina 4.686 pessoas têm coleta regular de resíduos pelo menos uma vez por semana, representando 100% de cobertura urbana, integralmente porta a porta;
- O serviço é prestado pela Prefeitura, e a cobrança é feita por taxa específica no mesmo boleto do IPTU;
- Possui coleta seletiva (recupera cerca 650t por ano);
- Os resíduos convencionais coletados são direcionados ao Aterro Sanitário de Biguaçu, operado pela Veolia ;
- Os resíduos reciclados são encaminhados para o centro de triagem a compostagem localizados no Garcia, inaugurado em 2016;
- Também no centro de triagem é feita a compostagem do material orgânico, em leiras, utilizado em hortas no município
- É um serviço visto de forma bastante positiva pelos moradores;
- Existem catadores de materiais recicláveis que trabalham dispersos na cidade, mas sem organização em cooperativas ou associações;

OPERACIONAIS	
• Massa coletada total	6,63 Kg/habitante/dia
• Massa coletada urbana	2,93 Kg/habitante/dia
• Massa RDO coletada	- Kg/habitante/dia
• Massa coletada reciclável	668,66 Kg/habitante/ano
• Massa recuperada	631,74 Kg/habitante/ano
• Taxa recuperação	94,56 %

infraestrutura



Drenagem urbana

- Não há cadastro sistematizado de informações do sistema de drenagem;
- A topografia da sede do município favorece a drenagem e o escoamento é direcionado para os Rios Mundéus e Vargem dos Pinheiros,
- Extensa área rural do município, mas também boa parte das ruas das macrozonas urbanas não são atendidas por rede de drenagem pluvial.
- Nos núcleos urbanos (Sede, Barra Clara e Garcia), a microdrenagem ocorre superficialmente, com escoamento superficial das águas pluviais;
- Ligações irregulares de esgoto (seja in natura, seja do sistema isolados) na rede de drenagem, prejudicando qualidade da água
- Boa regulação da drenagem no parcelamento do solo e nos parâmetros urbanísticos para garantia da permeabilidade do solo
- Não há informações sobre projetos executivos dos segmentos de rede pluvial que foram implantados, sendo "executado empiricamente".
- Os serviços de manutenção e conservação do sistema de drenagem são realizados pela Secretaria de Obras do município



Trecho do Rio Mundéus

Área da Sede com rede de coleta pluvial



leitura comunitária



Leitura Comunitária

1. Questionário

- 1.1 Introdução
- 1.1.1 Método
- 1.1.2 Coleta de Dados
- 1.1.3 Divisão Territorial
- 1.1.4 Análise dos Resultados
- 1.1.5 Limitações

1.2 Perfil

- 1.2.1 Bairro de residência
- 1.2.2 Faixa Etária
- 1.2.3 Gênero
- 1.2.4 Grau de Escolaridade
- 1.2.5 Renda Familiar
- 1.2.6 Há quanto tempo mora em Angelina
- 1.2.7 Local de Trabalho
- 1.2.8 Motivo de mudança para Angelina
- 1.2.9 Acesso a informações do Plano Diretor Participativo

1.3 Análise da Cidade

- 1.3.1 Avaliação de Aspectos Culturais e de Preservação
- 1.3.1.1 Comentários Adicionais
- 1.3.2 Distribuição de Serviços Públicos
- 1.3.2.1 Comentários Adicionais
- 1.3.3 Economia Local
- 1.3.3.1 Comentários Adicionais
- 1.3.4 Aspectos Urbanos
- 1.3.4.1 Comentários Adicionais
- 1.3.5 Meio de Locomoção na cidade
- 1.3.6 Áreas de preservação ambiental
- 1.3.7 Áreas de preservação históricocultural
- 1.3.8 Áreas precárias
- 1.3.9 Três principais problemas de Angelina
- 1.3.9.1 Comentários adicionais
- 1.3.10 Três principais pontos positivos de Angelina
- 1.3.10.1 Comentários adicionais
- 1.3.11 Principais características de Angelina

1.4 Análise por Área Territorial

- 1.4.1 Área Territorial de Alto Garcia
- 1.4.1.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.1.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.1.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.1.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.1.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.1.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.1.6 Abastecimento de água
- 1.4.1.7 Destinação de esgoto
- 1.4.1.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.1.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.2 Área Territorial de Barra Clara

- 1.4.2.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.2.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.2.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.2.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.2.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.2.6 Abastecimento de água
- 1.4.2.7 Destinação de esgoto
- 1.4.2.8 Forma de distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.2.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.3 Área Territorial do Centro

- 1.4.3.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.3.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.3.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.3.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.3.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.3.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.3.6 Abastecimento de água
- 1.4.3.7 Destinação do esgoto
- 1.4.3.8 Forma de distribuição e abastecimento de energia elétrica das residências
- 1.4.3.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.4 Área Territorial de Garcia

- 1.4.4.1 Carência de Serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.4.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.4.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.4.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.4.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.4.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.4.6 Abastecimento de água
- 1.4.4.7 Destinação do esgoto
- 1.4.4.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.4.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.5 Área Territorial de Rio Novo

- 1.4.5.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.5.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.5.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.5.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.5.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.5.6 Abastecimento de água
- 1.4.5.7 Destinação do esgoto
- 1.4.5.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.5.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.5 Síntese Áreas Territoriais

- 1.5.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.5.2 Falta de oferta na Área Territorial
- 1.5.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.5.4 Serviço de saneamento
- 1.5.5 Serviço de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.5.6 Abastecimento de Água
- 1.5.7 Destinação do Esgoto
- 1.5.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.5.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e áreas de preservação ambiental
- 2. Oficinas Territoriais
- 2.1 Introdução
- 2.1.1 Apresentação
- 2.1.2 Dinâmica
- 2.1.3 Divisão Territorial
- 2.1.4 Análise dos resultados

2.2 Oficina Área Territorial Alto Garcia

- 2.2.1 Percepção sobre Angelina AT Alto Garcia
- 2.2.1.1 Aspectos Positivos AT Alto Garcia
- 2.2.1.2 Aspectos Negativos AT Alto Garcia

2.3 Oficina Área Territorial Barra Clara

- 2.3.1 Percepção sobre Angelina AT Barra Clara
- 2.3.1.1 Aspectos Positivos AT Barra Clara
- 2.3.1.2 Aspectos Negativos AT Barra Clara

2.4 Oficina Área Territorial Centro

- 2.4.1 Percepção sobre Angelina AT Centro
- 2.4.1.1 Aspectos Positivos AT Centro
- 2.4.1.2 Aspectos Negativos AT Centro

2.5 Oficina Área Territorial Garcia

- 2.5.1 Percepção sobre Angelina AT Garcia
- 2.5.1.1 Aspectos Positivos AT Garcia
- 2.5.1.2 Aspectos Negativos AT Garcia

2.6 Oficina Área Territorial Rio Novo

- 2.6.1 Percepção sobre Angelina AT Rio Novo
- 2.6.1.1 Aspectos Positivos AT Rio Novo
- 2.6.1.2 Aspectos Negativos AT Rio Novo

2.7 Síntese Aspectos Positivos das Áreas Territoriais

- 2.8 Síntese Aspectos Negativos das Áreas Territoriais
- 2.9 Poemas dos Desejos

leitura comunitária



Abaixo são apresentadas as tabelas que demonstram os principais **10 pontos positivos levantados em ambas as dinâmicas** para uma análise comparativa e possibilidade de cruzamento das informações apontadas como positivas pela população.

QUESTIONÁRIO

n°	Pontos Positivos	R	%
01	Gestão dos Resíduos Sólidos	42	16,67%
02	Limpeza urbana	41	16,27%
03	Segurança	33	13,10%
04	Distribuição dos serviços de saúde	25	9,92%
05	Distribuição de instituições de ensino	19	7,54%
06	Preservação ambiental	14	5,56%
07	Arborização Urbana	12	4,76%
08	Acesso à moradia	11	4,37%
09	Trânsito	9	3,57%
10	Distribuição de água	7	2,78%

Elaboração dos autores.

OFICINAS TERRITORIAIS

n°	Pontos Positivos	Fichas	Porcentagem
01	Qualidade de Vida	99	28,86%
02	Meio Ambiente	43	12,54%
03	Saúde	43	12,54%
04	Educação	37	10,79%
05	Saneamento Básico	31	9,04%
06	Economia	20	5,83%
07	Transporte e Mobilidade	15	4,37%
08	Esporte, Lazer e Cultura	9	2,62%
09	Patrimônio Histórico e Cultural	9	2,62%
10	Segurança Pública	9	2,62%

Elaboração dos autores.

leitura comunitária



Já aqui são apresentadas as tabelas que demonstram os principais **10 pontos negativos levantados em ambas as dinâmicas** para a mesma análise comparativa e possibilidade de cruzamento das informações apontadas como negativas pela população de Angelina.

QUESTIONÁRIO

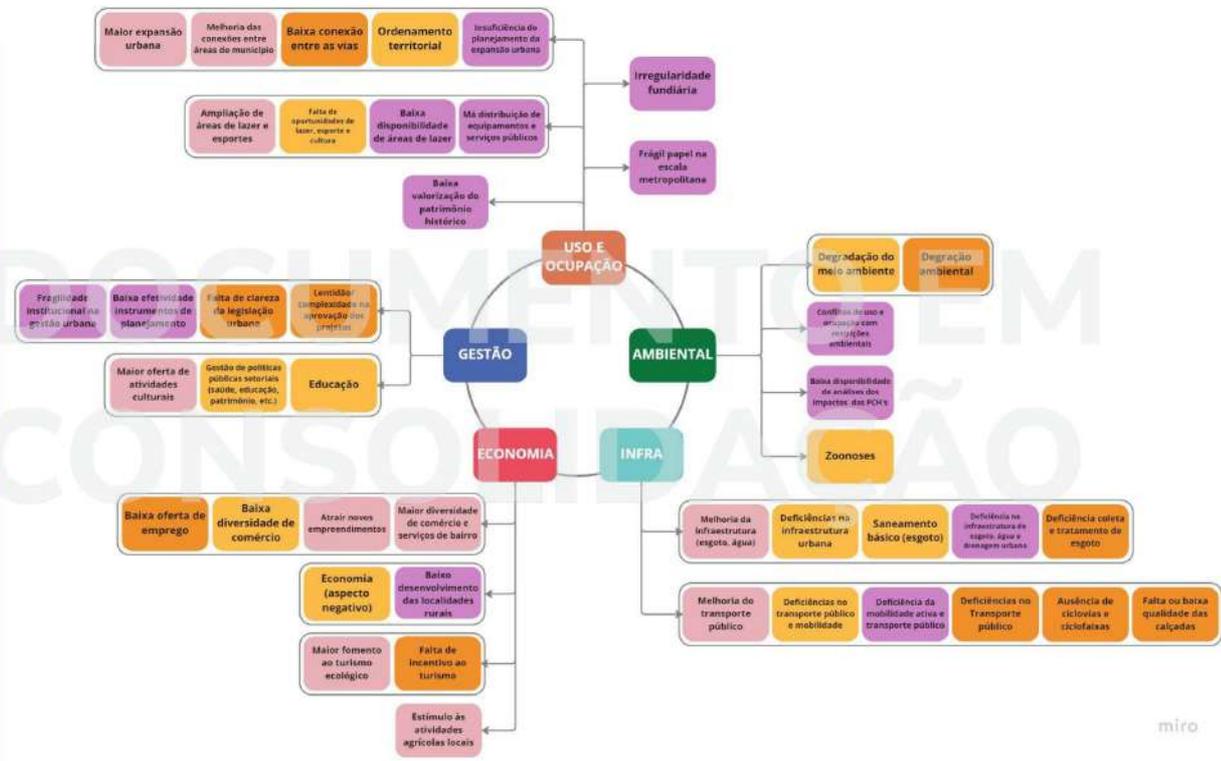
n°	Pontos Negativos	Qnt.	Porcentagem
01	Coleta e tratamento de esgoto	38	13,62%
02	Oferta de emprego	29	10,39%
03	Falta de incentivo ao turismo	21	7,53%
04	Ausência de ciclovias e ciclofaixas	19	6,81%
05	Calçadas	18	6,45%
06	Conexão entre as vias	16	5,73%
07	Falta de clareza da legislação urbana	14	5,02%
08	Transporte público	13	4,66%
09	Complexidade e/ou lentidão no processo de licenciamento e aprovação de projetos	11	3,94%
10	Degradação ambiental	11	3,94%

Elaboração dos autores.

OFICINAS TERRITORIAIS

n°	Pontos Negativos	Fichas	Porcentagem
01	Administração/Gestão/Política Pública	55	16,42%
02	Esporte, Lazer e Cultura	43	12,84%
03	Infraestrutura Urbana	41	12,24%
04	Saneamento Básico	37	11,04%
05	Transporte e Mobilidade	28	8,36%
06	Ordenamento Territorial	27	8,06%
07	Economia	21	6,27%
08	Educação	20	5,97%
09	Zoonoses	13	3,88%
10	Comércio	10	2,99%
	Meio Ambiente	10	2,99%

Elaboração dos autores.



miro

síntese final



miro

próximas etapas



- Disponibilização do arquivo apresentado para a população no site do processo e também da PMA;
- Organização da Segunda Audiência Pública - Sugestão:
última semana do mês de março (28 ou 29/03);
- Elaboração da versão consolidada da Leitura da Cidade;
- Elaboração preliminar das diretrizes e eixos estratégicos;
- Discussão das diretrizes e eixos estratégicos com equipe técnica PMA;
- Realização da segunda rodada de Oficinas Territoriais (Comunidade + Conselho), prevista para a última semana de abril.



ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



[@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)



[@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)



[@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)



[Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 05

Apresentação

Segunda Audiência Pública

Realizada em 28 de março de 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

2ª AUDIÊNCIA
PÚBLICA

28 de março de 2023



objetivo da audiência

Apresentar a **Leitura da Cidade**
resultado da:

Leitura Comunitária
+
Leitura Técnica

Regimento da Audiência - Decreto nº 57/2023

pacto de convivência

direitos

- manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Audiência Pública
- formular e debater questões pertinentes ao tema da Audiência Pública

deveres

- respeitar o pacto de convivência
- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição
- tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião preparatória e seus organizadores
- preencher a lista de participantes

Regimento da Audiência - Decreto nº 57/2023

pacto de convivência

manifestações

- orais ou por escrito
- manifestações por escrito: utilizar ficha
- manifestação oral: solicitar inscrição aos secretários
- a manifestação oral será de até 02 minutos, prorrogáveis por mais 01 minuto
- a equipe técnica utilizará o tempo adequado para responder às perguntas dos participantes

sumário

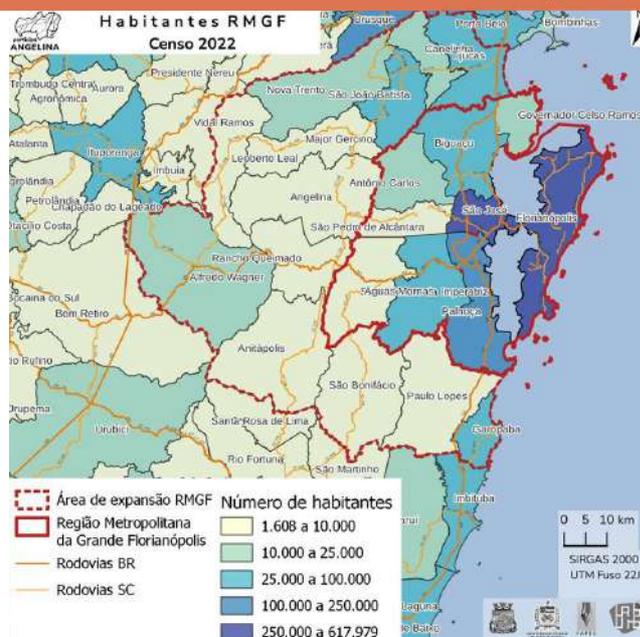


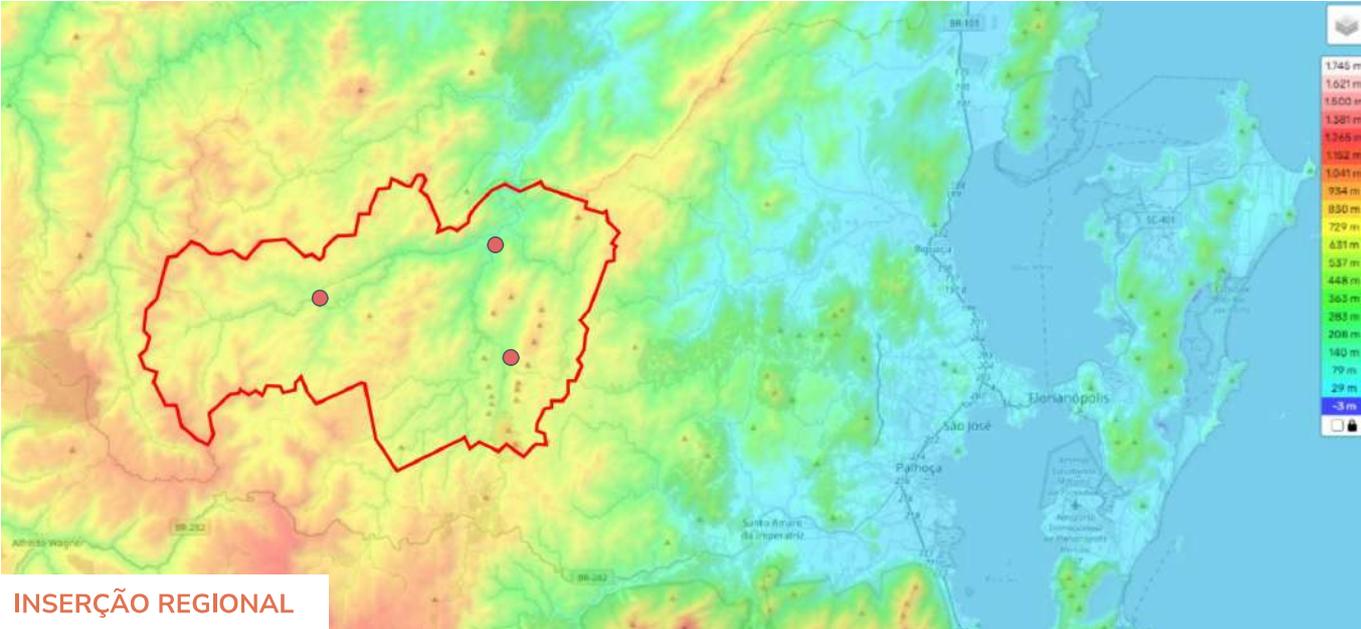
1. Região metropolitana
2. Demografia
3. Economia
4. Estrutura institucional
5. Dinâmica territorial
6. Expansão Urbana
7. Meio ambiente
8. Habitação
9. Plano Diretor Atual
10. Patrimônio
11. Infraestrutura
12. Leitura comunitária
13. Síntese Final

região metropolitana



- Angelina situa-se na parte externa da área de expansão da RMF;
- Relativamente distante do núcleo metropolitano conurbado;
- Município entre os menos populosos da RMF;
- Possui maior integração a partir de Rancho Queimado, e acessos menos intensos por Major Gercino e São Pedro de Alcântara;





INSERÇÃO REGIONAL

região metropolitana



demografia

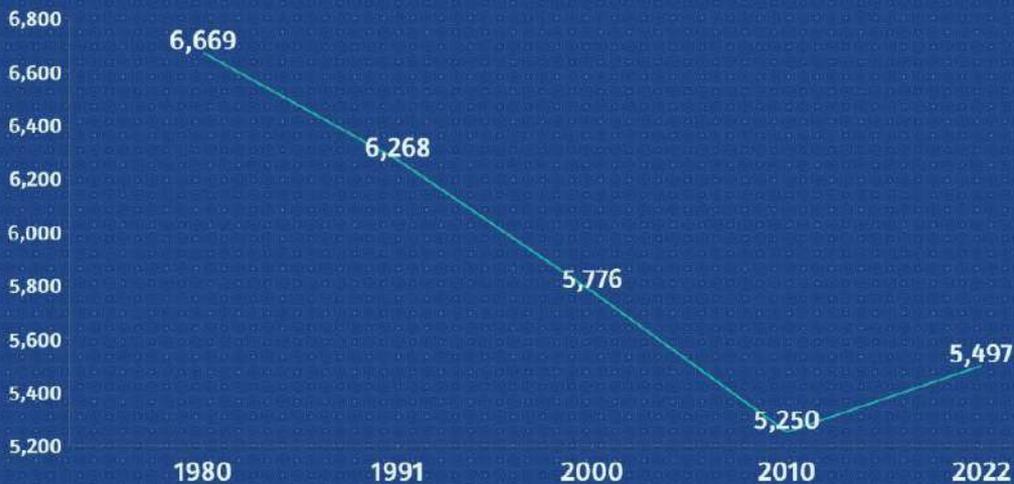


Município	Taxa de crescimento (%) - municípios Região Metropolitana de Florianópolis	
	2010-2022	2000-2022
Águas Mornas	21,94	25,51
Alfredo Wagner	11,11	18,04
Angelina	4,70	-6,51
Anitápolis	7,75	7,08
Antônio Carlos	51,45	75,55
Biguaçu	35,08	63,54
Canelinha	20,33	41,70
Florianópolis	36,31	67,74
Garopaba	64,30	126,38
Governador Celso Ramos	33,13	49,22
Leoberto Leal	-0,92	-10,83
Major Gercino	18,54	23,67
Nova Trento	11,94	38,50
Palhoça	72,31	130,32
Paulo Lopes	39,36	57,43
Rancho Queimado	18,34	23,32
Santo Amaro da Imperatriz	42,56	79,91
São Bonifácio	-1,93	-8,33
São João Batista	23,23	117,75
São José	36,99	65,60
São Pedro de Alcântara	21,02	58,84
Tijucas	59,80	110,54
Totais	40,92	74,71

- Angelina apresentou entre 2000 e 2022 decréscimo demográfico (6,5%);
- Dinâmica demográfica do período só é maior que Leoberto Leal (-10,8%) e São Bonifácio (-8,3%). Ambos situados na franja mais externa da RMF;
- Apresenta crescimento demográfico tímido entre 2010 e 2022 (4,70% em 12 anos), também superior somente a Leoberto Leal (-0,92%) e São Bonifácio (-1,93%)

Fonte: Dados preliminares do Censo de 2022. IBGE.

demografia



Urbano (2010)



Rural (2010)



Fonte: Censos IBGE de 1980, 1991, 2010 e prévio Censo de 2022

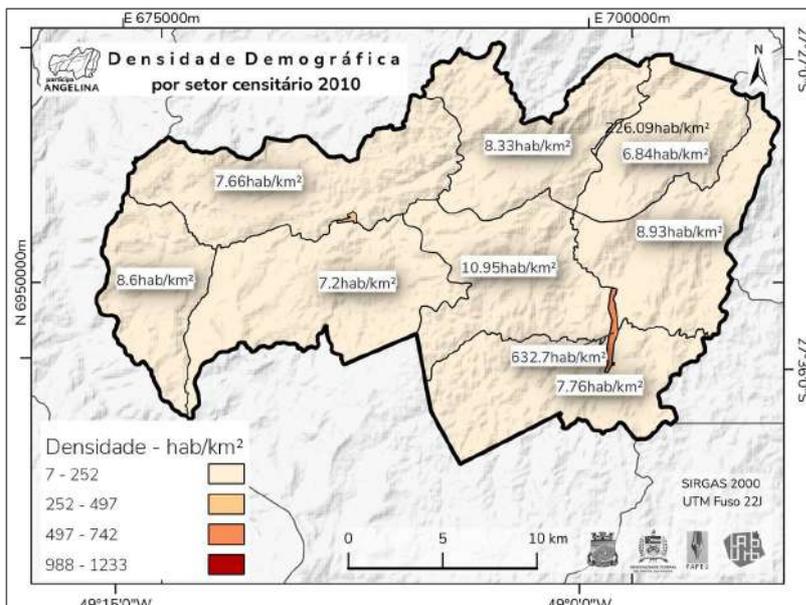
Mapa do IBGE

demografia



DENSIDADE DEMOGRÁFICA

- Território grande (499km²) com baixa população resulta em baixíssima densidade.
- Dificulta alocação adequada de equipamentos e serviços públicos (saúde, educação, segurança, mobilidade, etc.);
- Limitações na infraestrutura viária dificulta integração do território e fomenta isolamento e certa autonomia;

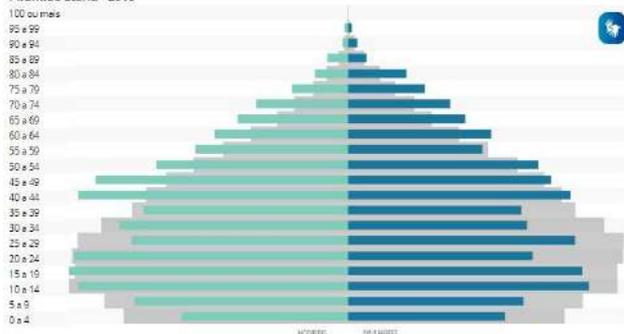


demografia



Angelina

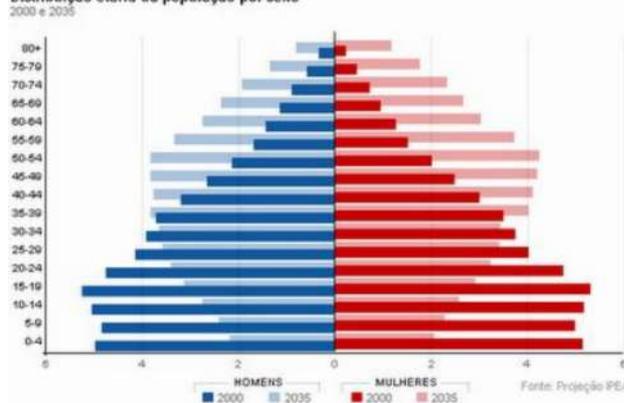
Pirâmide Etária - 2010



- População de Angelina está envelhecendo;
- É mais idosa que a média nacional.

Brasil

Distribuição etária da população por sexo



Curva demográfica do país com mudança representativa na composição até 2035

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/>

economia



VALOR ADICIONAL BRUTO POR SETOR

Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$ 1.000,00)	2016	
Agropecuária	48.243,00	43,90%
Serviços	29.506,00	26,80%
Administração e serviços públicos	23.511,00	21,40%
Indústria	8.702,00	7,90%
Valor adicionado bruto total	109.962,00	100%

Fonte: Governo de Santa Catarina, Secretaria do Estado de Planejamento.

- Base econômica agrícola;
- Baixa participação relativa do setor terciário (baixa diversidade de comércio e serviços)

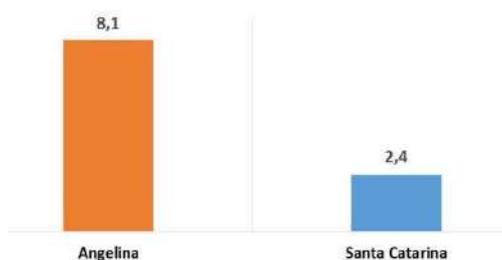


ATIVIDADES ECONÔMICAS

TOTAL DE 187 EMPRESAS

- Comércio varejista: 14 (7,5%)
- Representantes comerciais e agentes de comércio: 12 (6,4%)
- Comércio varejista de produtos alimentícios: 10 (5,4%)
- Restaurantes e serviços de alimentação e bebidas: 10 (5,4%)
- Fabricação de Outros Produtos Alimentícios: 5 (2,7%)
- Comércio de Material de Construção: 6 (3,2%)
- Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica: 6 (3,2%)
- Manutenção e reparo de veículos automotores: 5 (2,7%)
- Transporte rodoviário e de cargas: 5 (2,7%)
- Equipamento de informática e comunicação: 5 (2,7%)
- Serviços de Arquitetura e Engenharia: 5 (2,7%)
- Desdobramento de Madeira: 6 (3,2%)
- Atividades imobiliárias: 5 (2,7%)

RELAÇÃO HABITANTES E EMPREGOS (2016)



Fonte: SEBRAE, Santa Catarina, Cadernos de Desenvolvimento: Angelina, Florianópolis: Sebrae SC, 2013.

Pulverização das atividades econômicas, de pequeno porte, de primeiras necessidades e infraestrutura (energia, transporte, comunicação)



EMPRESAS E EMPREGOS POR PORTE (2016)

Porte	Empresas	%	Empregos	%
Micro	185	95,40%	414	64,40%
Pequena	9	4,60%	200	32,60%
Média	0	0,00%	0	0,00%
Grande	0	0,00%	0	0,00%
Total	194	100,00%	614	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/Portal do Empreendedor.



RENDA

Classe de rendimento nominal mensal domiciliar - 2010				
Indicador	Angelina domicílios	% do total	SC domicílios	% do total
Domicílios particulares permanentes	1.624	100	1.993.012	100
Sem rendimento	122	7,51	44.014	2,21
Até 1/2 salário mínimo	14	0,86	15.452	0,78
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	142	8,74	92.809	4,66
Mais de 1 a 2 salários mínimos	474	29,19	290.867	14,59
Mais de 2 a 5 salários mínimos	593	36,51	818.505	41,07
Mais de 5 a 10 salários mínimos	194	11,95	494.790	24,83
Mais de 10 a 20 salários mínimos	48	2,96	170.164	8,54
Mais de 20 salários mínimos	36	2,22	66.413	3,33

Fonte: Censo IBGE, 2010

- População majoritariamente de baixa renda, até 2SM, é de 46,3% (em SC é de 22,2%);
- Acrescida população de renda intermediária, de 2 à 5 SM, totaliza 82,8% (em SC é de 63,3%);
- Extratos de população sem renda, totaliza 7,5% (em SC é de 2,2% SC);
- Extratos de população de maior renda, acima de 10 SM, é representativamente menor 5,2% (a média de SC é 11,9%).



Dimensões IDH-M de Angelina (1991 e 2000)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

IDH de Angelina, SC e Brasil (1970 a 2000)

Ano	Angelina	SC	Brasil
1970	0,398	0,477	0,462
1980	0,543	0,734	0,685
1991	0,689	0,785	0,742
2000	0,766	0,822	0,766
Evolução 1970-2000	92,46%	72,33%	65,80%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970, 1980, 1991 e 2000.

economia



SALÁRIO MÉDIO

2013	2014	2015	2016	2017	Evolução 2013/2017
1.135,85	1.470,30	1.523,00	1.889,03	1.795,01	58,00%
Reajuste anual	29,00%	4,00%	24,00%	-5,00%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

PIB

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-2016	Colocação Estadual	Colocação Regional
75.965,36	82.745,53	102.563,92	105.191,64	103.375,32	113.613,14	58,00%	205°	12°

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

PIB PER CAPITA

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-2016	Colocação Estadual	Colocação Regional
14.580,68	16.001,84	19.853,64	20.589,48	20.458,21	22.731,72	55,90%	216°	11°

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

economia



- Arrecadação municipal é limitada;
- É dependente de repasses (transferências da União e Governo de SC);
- Média BR (2022) x Angelina:
 - Transferências: 68% x **90,6%**
 - Receitas tributárias: 18% x **6%**
 - Outras receitas: 15% x **3,5%**
- Média BR (2022) até 5mil x Angelina:
 - Transferências: 88% x **90,6%**
 - Receitas tributárias: 4,8% x **6%**
 - Outras receitas: 6,7% x **3,5%**
- Despesas: Secretaria de Obras (42%); Educação (31%); Administração (10%); Agricultura (8%).

Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

RECEITAS (2022)

Rubrica	Valor orçado	% Valor total
Transferências Correntes	R\$ 22.538.852,00	90,60%
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 1.497.500,00	6,02%
Contribuições	R\$ 600.000,00	2,41%
Receita de Serviços	R\$ 126.300,00	0,51%
Receita Patrimonial	R\$ 86.650,00	0,35%
Outras Receitas Correntes	R\$ 28.500,00	0,11%
TOTAL	R\$ 24.877.802,00	100,00%

DESPESAS (2022)

Grupo	Valor (R\$)	% total
Pessoal e encargos	R\$ 8.272.417,08	33,17%
Material de consumo	R\$ 3.717.763,45	14,91%
Outros serviços de terceiros	R\$ 4.376.237,04	17,55%
Equipamentos e material permanente	R\$ 3.389.653,31	13,59%
Obras e instalações	R\$ 3.013.540,81	12,08%
Aporte déficit RPPS	R\$ 928.739,71	3,72%
Outros diversos	R\$ 1.242.971,12	4,98%
TOTAL	R\$ 24.941.322,52	100,00%

economia



INVESTIMENTOS (2022)

Material de consumo			
Obras	Manutenção e conservação estradas	R\$ 1.978.738,58	95,39%
	Manutenção iluminação pública	R\$ 87.828,60	4,23%
	Convênio Trânsito Policia Civil	R\$ 7.849,30	0,38%
Educação	Transporte infantil	R\$ 387.379,74	42,65%
	Merenda	R\$ 280.820,37	30,92%
	Manutenção Ensino	R\$ 244.664,77	26,94%
Agricultura	Manutenção secretaria	R\$ 560.134,18	92,29%
	Funcionamento coleta de lixo	R\$ 46.773,63	7,71%
TOTAL		R\$ 3.594.189,17	96,68%

Equipamentos e material permanente			
Secretaria	Rubrica	Valor	% do total
Obras	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 2.494.000,00	99,20%
	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 505.500,00	84,66%
Agricultura	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 147.749,00	93,63%
Administração	Aquisição de veículos e máquinas	R\$ 81.700,00	69,42%
TOTAL		R\$ 3.228.949,00	95,26%

- Somadas as quatro rubricas perfazem cerca de 53% do orçamento municipal;
- R\$ 4,8 milhões - 19% do orçamento (37% do investimento) para a manutenção das estradas
- R\$ 3,2 milhões - 13% do orçamento (25% investimento) para compra veículos e equipamentos;

Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

sobra R\$ 895 mil para investimentos (3%)

Obras e instalações			
Obras	Urbanização e pavimentação de vias	R\$ 2.085.201,06	86,75%
	Construção e reforma de pontese bueiros	R\$ 268.457,76	11,17%
	Manutenção Serviços Urbanos	R\$ 50.000,00	2,08%
Educação	Apoio ao esporte	R\$ 308.451,83	50,58%
	Construção reforma unidade escolar	R\$ 301.430,16	49,42%
TOTAL		R\$ 3.013.540,81	100,00%

Outros serviços de terceiros			
Educação	Transporte escolar (fundamental, infantil)	R\$ 1.717.799,15	85,36%
	Transporte ensino superior	R\$ 65.928,00	3,28%
	Transporte esportes	R\$ 25.374,00	1,26%
Obras	Manutenção iluminação pública	R\$ 747.846,59	49,13%
	Alimentação, manutenção cozinha	R\$ 174.263,86	11,45%
	Manutenção e conservação estradas	R\$ 589.683,51	38,74%
TOTAL		R\$ 3.320.895,11	97,97%

- R\$ 2,7 milhões - 11% do orçamento (20% do investimento) para transporte e merenda escolar;
- R\$ 923 mil - 4% do orçamento (7% do investimento) para iluminação pública
- R\$ 560 mil - 2,2% orçamento (4,2% investimento) para manutenção da Secretaria de Agricultura

estrutura institucional



Administração e finanças		
Função	Servidores	% pasta
Ass. administrativo	13	59%
Aux.serviços gerais	3	14%
Telefonista	2	9%
Fiscal de tributos	1	5%
Téc. contabilidade	1	5%
Outros	2	9%
TOTAL	22	100%

12%
4 comissionados

Saúde e assistência social		
Função	Servidores	% pasta
Serviços gerais	9	20%
Motorista	9	20%
Téc. enfermagem	8	18%
Enfermeiros	3	7%
Médicos espec.	3	7%
Odontólogo	2	5%
Fisioterapia	1	2%
Fonaudiólogo	1	2%
Psicólogo	1	2%
Farmacêutico	1	2%
Outros	6	14%
TOTAL	44	100%

23,5%
3 comissionados

Educação, cultura e desporto		
Função	Servidores	% pasta
Professor	38	57%
Serviços gerais	14	21%
Motorista	10	15%
Outros	5	7%
TOTAL	67	100%

36%
4 comissionados

Agricultura, meio ambiente, comércio, indústria e turismo		
Função	Servidores	% pasta
Aux. manutenção	7	44%
Operador máquina	3	19%
Outros	6	38%
TOTAL	16	100%

8,5%
3 comissionados

Obras		
Função	Servidores	% pasta
Aux. manutenção	22	56%
Op. de máquina	6	15%
Motorista	5	13%
Agente oper.	5	13%
Oficial de manu.	1	3%
TOTAL	39	100%

21%
2 comissionados

miro

estrutura institucional



Servidores

Função	Servidores	% total
Professor	38	20,11%
Operador de manutenção	29	15,34%
Serviços gerais	28	14,81%
Motorista	25	13,23%
Assistente administrativo	17	8,99%
Nível superior (s/professor)	14	7,41%
Técnico enfermagem	9	4,76%
Agente operacional	7	3,70%
Outros	22	11,64%
TOTAL	189	100%

Estagiários

05 estagiários (ensino infantil)

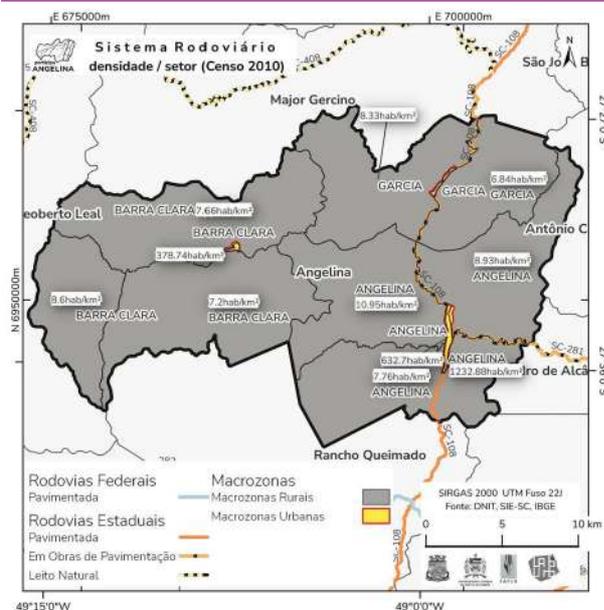
1 engenheiro, contrato temporário, 16h para PD e análise de projetos

Cargos comissionados

Cargo	Secretaria	Lotação
Chefe de Gabinete	Gabinete prefeita	Gabinete prefeita
Assessor Jurídico	Procuradora municipal	Procuradora municipal
Secretário Municipal	Administração e finanças	Secretário
Chefe de Departamento		
Chefe de Departamento	Educação, Cultura e Desporto	Secretária
Secretário Municipal		Departamento de Esportes
Chefe de Departamento		Departamento de Cultura
Presidente da CME		Departamento de Esportes
Secretário Municipal	Saúde e assistência Social	Secretária
Chefe de Departamento		Fundo Municipal de Assistência Social
Chefe de Departamento		Fundo Municipal de Saúde
Secretário Municipal	Agricultura, meio ambiente, comércio, indústria e turismo	Secretário
Chefe de Departamento		
Diretor de Turismo		Turismo
Secretário Municipal	Obras	Secretário
Administrador distrital		Departamento de Estradas e Rodagem

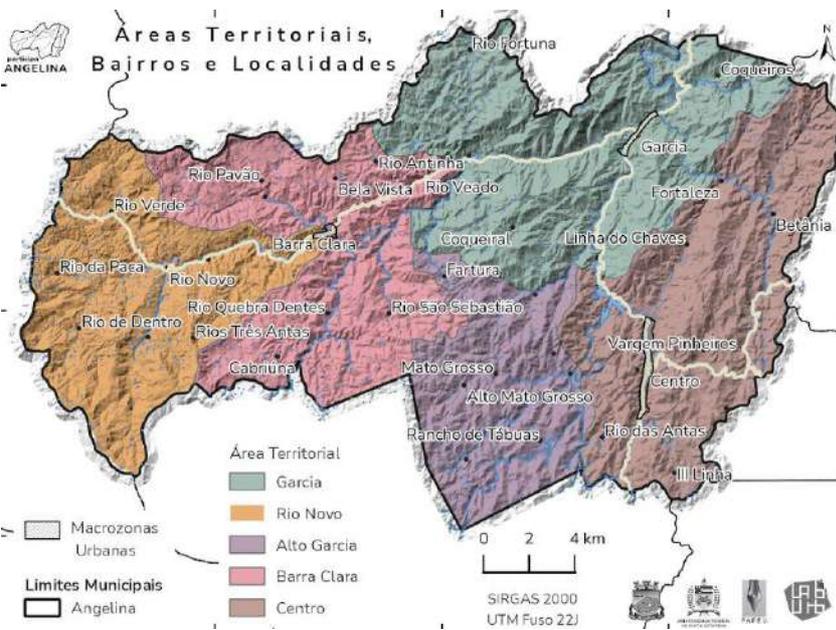
Fonte: Portal da Transparência, acesso em fevereiro de 2023

dinâmica territorial



- Território com 3 principais centralidades:
 Centro (mais forte) + Garcia + Barra Clara
- Conformado por numerosas localidades com características diversas, bastante no território
- Principal ligação com RMF ocorre a partir de Rancho Queimado;
- Integração com demais localidades é feita a partir de sistema viário sem pavimentação, que intensifica isolamento e certa autonomia.

dinâmica territorial



Macrozonas Rurais

1. Rio Novo
2. Barra Clara
3. Alto Garcia
4. Garcia
5. Centro

Macrozonas Urbanas

6. MU Barra Clara
7. MU Garcia
8. MU Sede

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Rio Novo 9.446 ha (19%)

1. Rio Novo
2. Rio Novo Velho
3. Rio do Meio
4. Rio de Dentro
5. Rio Verde
6. Rio das Antas
7. Rio da Paca

- Baixa densidade populacional
- Agropecuárias (cebola, fumo e hortaliças)
- Possui significativos reflorestamentos comerciais
- Possui problemas com o abastecimento de água
- Possui edificações históricas relevantes
- Potencial p/ agroturismo, agroecologia, leiteira



Rio Verde



Rio da Paca



Rio Novo



Rio Novo Velho



Rio do Meio



Rio de Dentro

dinâmica territorial



Macrozona Rural da Barra Clara 9.855 ha (19,8%)

1. Rio Quebra Dentes
 2. Rio Cabriúna
 3. Rio do Norte
 4. Rio Pavão
 5. Bela Vista
 6. Rio Antinha
 7. Rio Areia
 8. Rio São Sebastião
- Densidade populacional baixa
 - Núcleos de moradia distribuídas no território
 - Economia agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
 - MU Barra Clara equipamentos públicos comunitários
 - Sítio arqueológico e patrimônio histórico-cultural
 - Áreas com restrições ambientais (declividade)
 - Impacto de PCH's (instaladas e em construção)
 - Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Bela Vista



Rio Antinha



Quebra Dentes



Rio Cabriúna



Rio do Norte



Rio Pavão

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Alto Garcia 6.526 ha (13%)

1. Alto Garcia
 2. Rancho das Tábuas
 3. Fartura
 4. Mato Grosso
 5. Alto Mato Grosso
 6. Palheiros
 7. Rio Pequeno
 8. Canudos
- Baixa densidade; localidades distribuídas pelo território, longo das vias municipais
 - Edificações de interesse histórico-cultural
 - Disponibilidade de equipamentos comunitários
 - Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo
 - Atividade agropecuária (hortaliça, avi e piscicultura)
 - Algumas áreas com usos por sítios de recreio
 - Reflorestamento de pinus e eucalipto em nascentes



Alto Mato Grosso



Palheiros



Alto Garcia



Rancho das Tábuas



Fartura



Mato Grosso

dinâmica territorial



Macrozona Rural do Garcia 12.614 ha (25%)

1. Coqueiros
2. Rio Pequeno
3. Rio Engano
4. Rio Veado
5. Coqueiral
6. Fortuna
7. Morro do Mineiro

- Baixa densidade, com localidades dispersas
- Coqueiros e Schubert com concentração habitacional
- Atividades de agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
- MU Garcia oferece acesso a equipamentos comunitários
- Presença patrimônio histórico-cultural e paisagístico
- Vias estruturantes (SC 481 e 408 e Est. Rio Engano)
- Áreas c/ restrições ambientais (declividade e drenagem)
- Conflitos de usos por projetos de PCH's
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Coqueiros



Rio Engano



Coqueiral



Rio Pequeno



Rio Veado



PCH

dinâmica territorial



Macrozona Rural Central 11.553 ha (23%)

1. Betânia
2. Linha dos Chaves
3. Vargem Pinheiros
4. Terceira Linha
5. Quarta Linha
6. Fortaleza
7. Encruzilhada
8. Palhocinha
9. Tamancos

- Baixa densidade, com pequenos núcleos dispersos
- Irregularidade fundiária (Chaves e Quarta Linha)
- Abriga parte da "urbanização" da MU Central
- Presença de sítios de lazer
- Agropecuária: hortaliças, avicultura e leite
- Provida de alguns equipamentos comunitários
- MU Central oferece suporte
- Áreas inundadas da Barragem do Garcia;
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Linha dos Chaves



Palhocinha



Betânia



Vargem do Pinheiro



Terceira Linha



Quarta Linha

dinâmica territorial

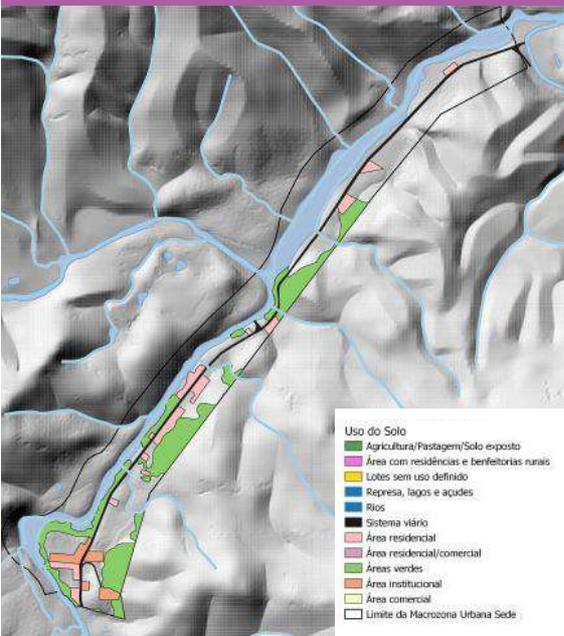


Macrozona Urbana Central

- Usos predominantes urbanos;
- Concentra atividades de comércio e serviços do município
- Maior densidade demográfica de Angelina
- Concentra equipamentos comunitários e institucionais
- Infra-estrutura de saneamento básico (esgoto) precária
- Possui edificações e paisagem de valor histórico e cultural
- Parcela importante do sistema viário é pavimentado
- Irregularidade fundiária
- Pressão sobre áreas de proteção ambiental
- Crescimento urbano limitado



dinâmica territorial



Macrozona Urbana Garcia 34 ha (0,10%)

- Poucas áreas residenciais
- Pequena alteração ao longo das últimas décadas
- Pouca diversidade de comércio e serviços (apoio atividades agropecuárias)
- Baixa densidade demográfica média
- Serve de suporte para equipamentos comunitários para as localidades
- Infra-estrutura de saneamento-básico precária
- Possui edificações e paisagem de interesse histórico e cultural
- Presença de áreas de ocupação fora do perímetro urbano (irregularidade)
- Forte presença de condicionantes ambientais
- Restrição de áreas propícias à ocupação/urbanização.



dinâmica territorial

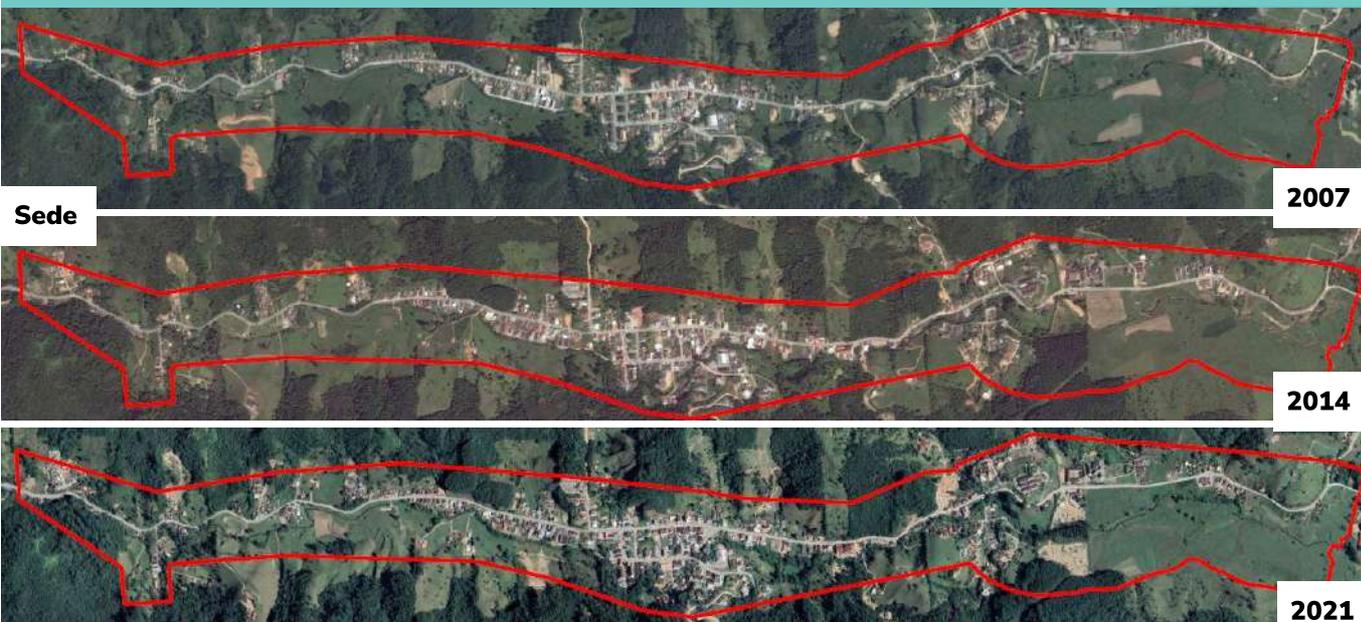


Macrozona Urbana da Barra Clara 38 ha (0,10%)

- Áreas residenciais se localizam ao longo da estrada principal
- Sofreu pouquíssimas alterações (de uso e ocupação) nos últimos 15 anos
- Forma núcleo mais denso na confluência cursos d'água e entroncamento viário
- Apresenta equipamentos coletivos que serve de suporte para a localidades
- Apresenta poucos comércio e serviços (apoio atividades agropecuárias)
- Infra-estrutura de saneamento básico precária; com impacto nos cursos d'água
- Apresenta edificações e paisagem de valor histórico e cultural;
- Carência de áreas públicas de lazer
- Sistema viário não pavimentado, e em geral sem calçadas
- Apresenta conflito ambiental, com ocupação em APP



expansão urbana



expansão urbana



expansão urbana



expansão urbana



Barra Clara



2007

2021

expansão urbana



SEDE

Área perímetro: 160 ha

Área ocupada: 41 ha (25%)

Área c/restrições: 63 ha (40%)

Área disponível: 55,7 ha (35%)

1,35 x

GARCIA

Área perímetro urbano: 34 ha

Área ocupada: 4 ha (10%)

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)

2,40 x

BARRA CLARA

Área perímetro urbano: 38 ha

Área ocupada: 3,6 ha (9,5%)

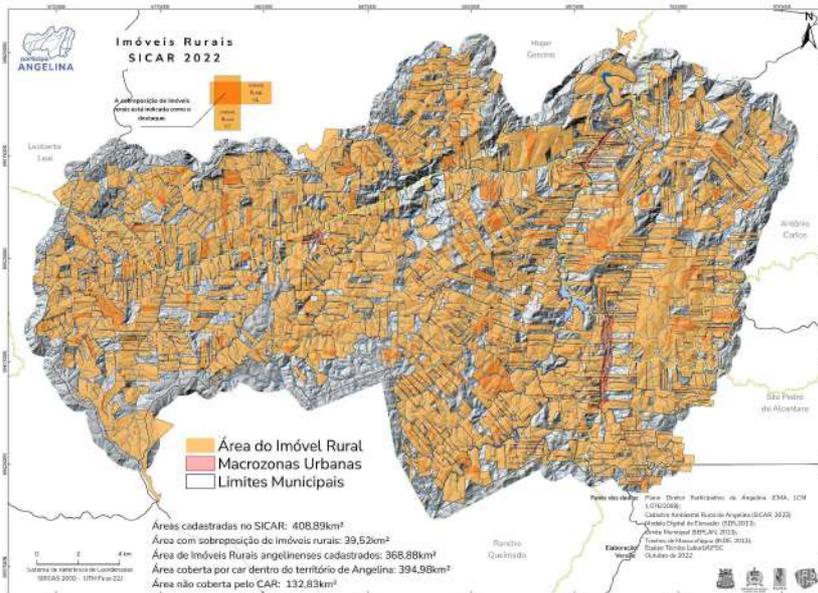
Área c/ restrições: 18,2 ha (48%)

Área disponível: 12 ha (31%)

AUL: 4,4 ha (11%)

3,35 x

expansão urbana

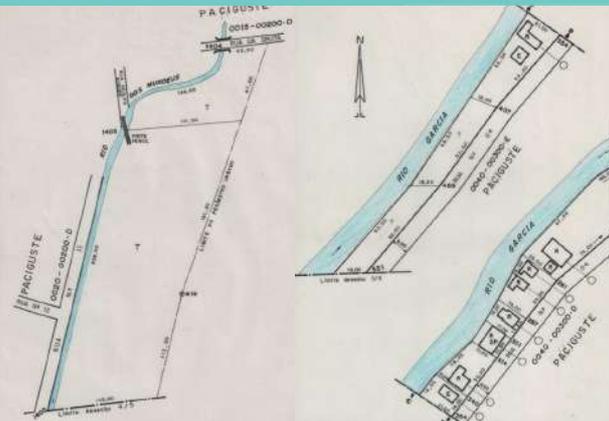
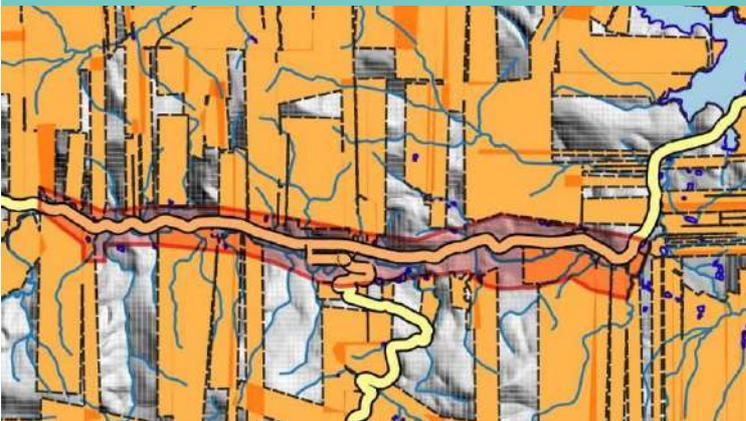


Estrutura fundiária

Perfil imóveis rurais - Angelina		
Grupo por área	Área total (há)	Número de imóveis
Até 10 ha	5.298,3342	1000
de 10 a 12 ha	1.992,9446	178
de 12 a 100 ha	57.065,5514	1789
acima de 100 ha	11.921,1405	76



expansão urbana



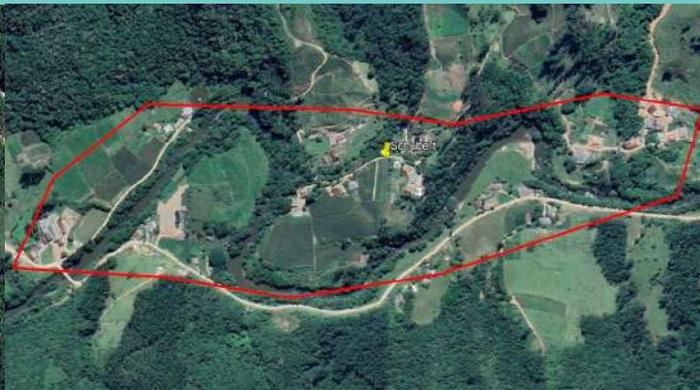
CAR (Rural) x Cadastro (Urbano)

- Incongruência entre propriedades rurais (INCRA) e propriedades urbanas (cadastro municipal);
- Conflito na cobrança de impostos;
- Embora a dinâmica de ocupação e alteração seja lenta, o cadastro é desatualizado e pouco efetivo para as ações de planejamento;

expansão urbana



Coqueiros



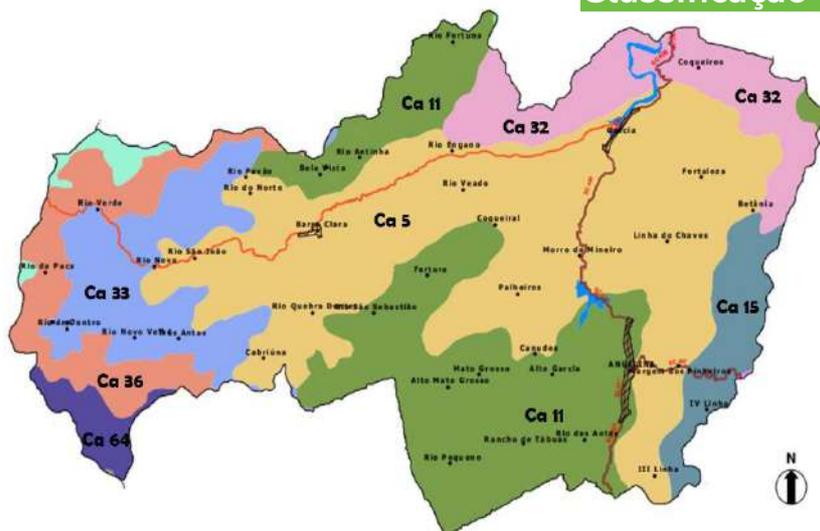
Rio Engano

- Localidades com características de núcleos urbanos, devido ao parcelamento do solo, disposição das edificações e número de unidades habitacionais.
- Destacam-se Coqueiros (próximo do distrito do Garcia) e Rio Engano (no meio do caminho entre Barra Clara e Garcia)

meio ambiente



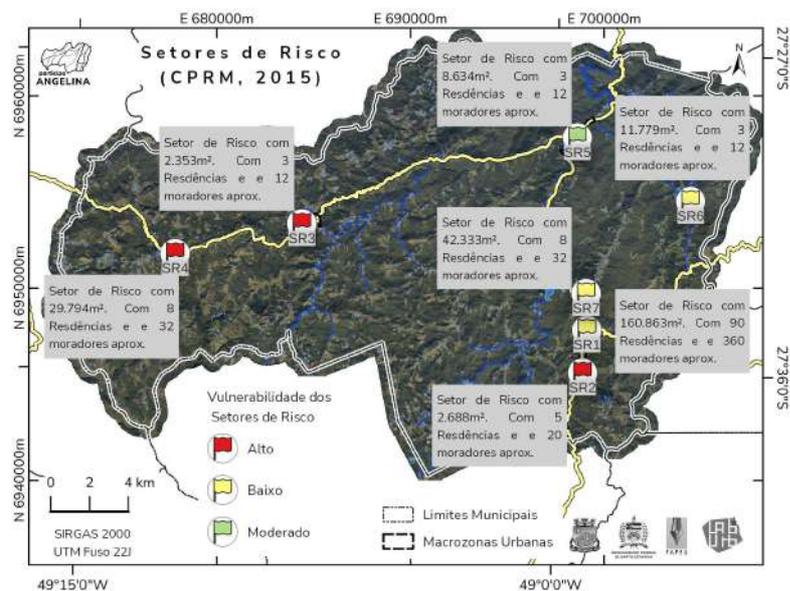
Classificação dos solos e aptidão agrícola



- 39% Cambissolo (Ca5): relevo montanhoso, fortemente ondulado, com sérias limitações quanto à fertilidade, sendo a preservação permanente da flora e fauna a melhor opção de uso
- 25% Cambissolo (Ca11): relevo fortemente ondulado, com baixa fertilidade natural, de baixa mecanização e suscetível à erosão;
- 19% Cambissolo (Ca33) e (Ca36): relevo ondulado e montanhoso, apresentando melhores condições para pastagens, plantações e silvicultura;

Fonte: Diagnóstico PDP 2007, a partir de dados da Epagri (2002)

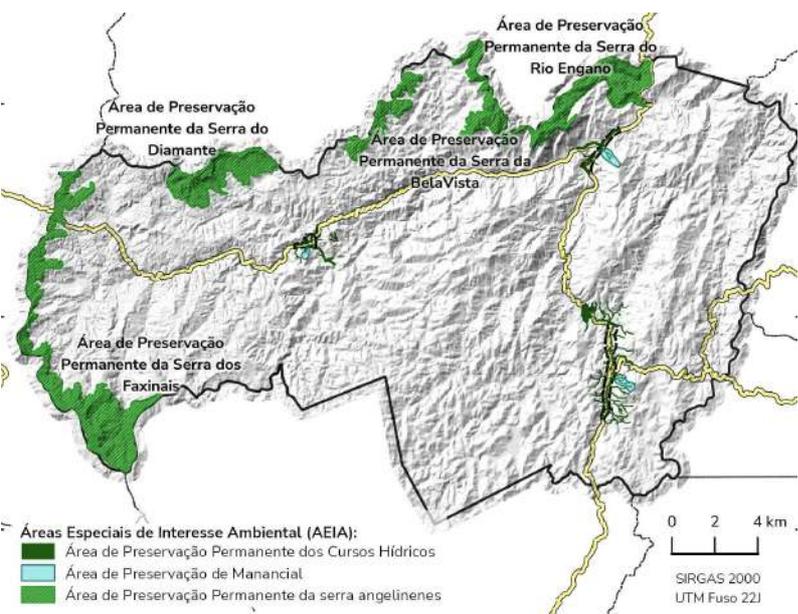
meio ambiente



Áreas de risco e desastres

Ano	Nº decreto	Data decreto	Desastre	SE ou ECP
2022	251	01/12/2022	TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - CHUVAS INTENSAS	ECP
2021	1.344	24/08/2021	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRÁIS	ECP
2020	562	17/04/2020	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRÁIS	ECP
2020	700/718	02/07/2020	TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - VENDEVAL	ECP
2016	107	26/10/2016	ENXURRADAS	SE
2015	59	21/10/2015	ENXURRADAS	SE
2013	50	26/07/2013	GEADAS	SE
2013	1.789	11/10/2013	INUNDAÇÕES	SE
2012	1	10/01/2012	GRANIZOS	SE
2011	58	08/09/2011	ENXURRADAS	SE
2011	488	12/09/2011	ENCHENTES	SE
2010	69	28/09/2008	GRANIZOS	SE
2010	4	11/01/2010	ENXURRADAS	SE
2009	-	-	ENXURRADAS	SE
2008	-	-	GRANIZO	-
2007	-	-	GRANIZO	-

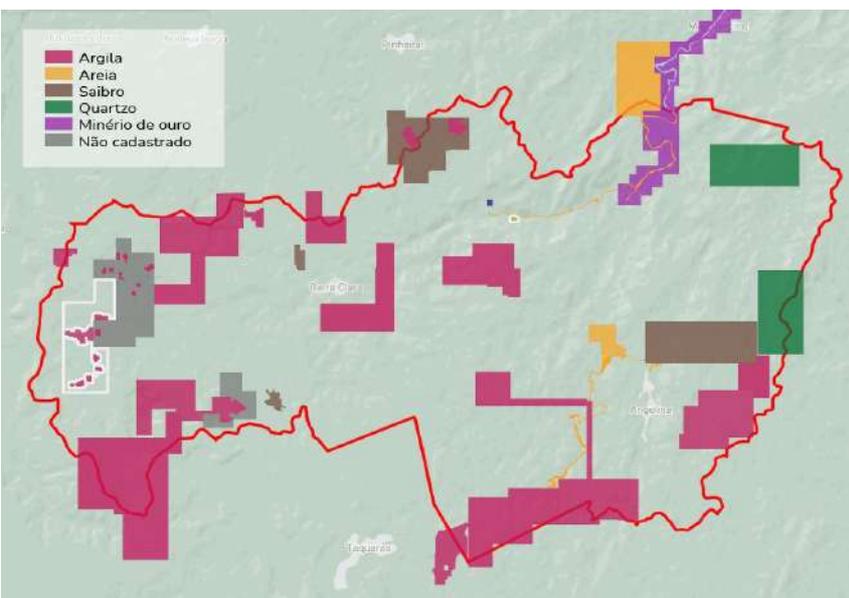
meio ambiente



Áreas ambientais protegidas

- Pequena área situada em UC (RPPN do Caraguatá), majoritariamente situada em Antônio Carlos;
- PDP delimita quatro áreas de APP que guardam este potencial: Serra dos Faxinais; Serra do Diamante; Serra da Bela Vista e Serra do Rio Engano
- Paisagem de grande valor ambiental e potencial cênico, que merece diretrizes de planejamento que permitam compatibilização da conservação e valorização ambiental

meio ambiente



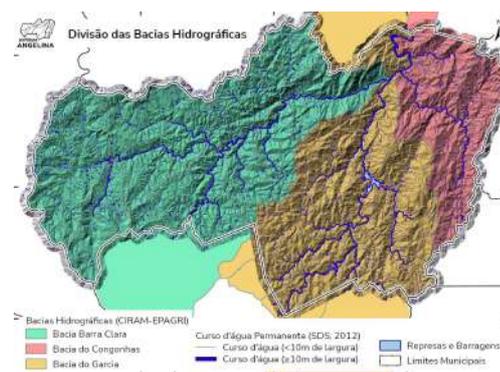
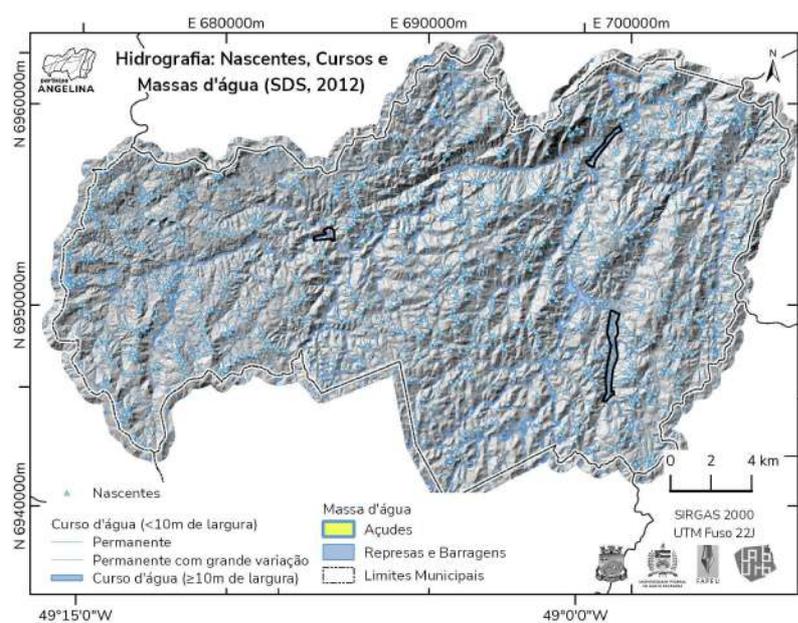
Recursos minerais

Substância	Quant.	% total	Área (ha)	% área total
Argila	23	45,10%	9.163,18	52,82%
Areia	15	29,41%	1.160,26	6,69%
Saibro	4	7,84%	1.906,85	10,99%
Não cadastrado	3	5,88%	2.111,85	12,17%
Quartzo	2	3,92%	1.600,72	9,23%
Minério de ouro	2	3,92%	1.392,92	8,03%
Caulim Argiloso	1	1,96%	7,50	0,04%
Cascalho	1	1,96%	4,50	0,03%
TOTAL	51	100,00%	17.347,76	100,00%

Fase	Quant.	% total	Área (ha)	% área total
Pesquisa	31	60,78%	14.069,21	81,10%
Licenciamento	6	11,76%	137,05	0,79%
Concessão de Lavra	9	17,65%	1.017,47	5,87%
Disponibilidade	4	7,84%	2.119,33	12,22%
Registro de extração	1	1,96%	4,70	0,03%
TOTAL	50	98,04%	17.343,06	99,97%

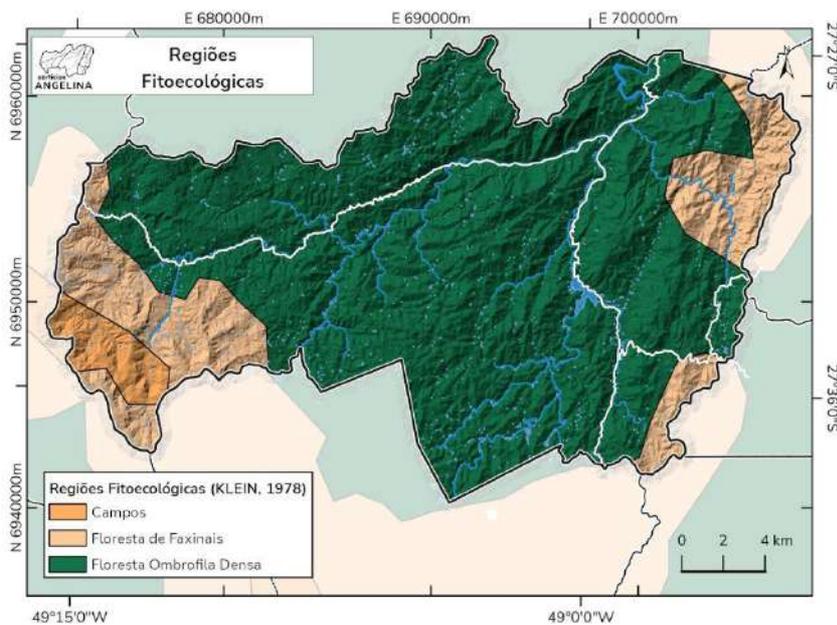
Fonte: ANM, Agência Nacional de Mineração, 2022. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/>

meio ambiente



- Três principais bacias hidrográficas;
- Presta serviço ambiental relevante para RMF ao preservar nascentes;

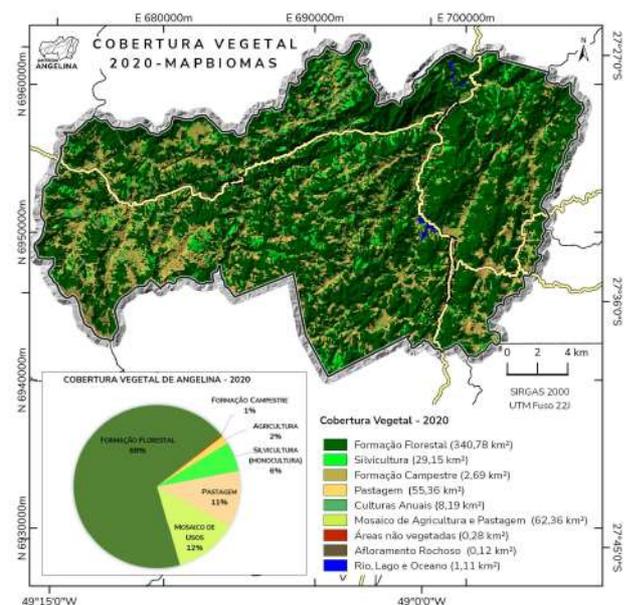
meio ambiente



Regiões fitoecológicas

- Conjunto representativo de elementos naturais, com predominância de grandes extensões de Floresta Ombrófila Densa (FOD), além de uma pequena mancha de Floresta Mista (FOM) e os Faxinais (transição para FOD)
- Parte representativa destas áreas de FOD e FOM encontram-se em estágio médio e avançado de regeneração, ou até mesmo originais.
- Grande valor ambiental e potencial cênico

meio ambiente



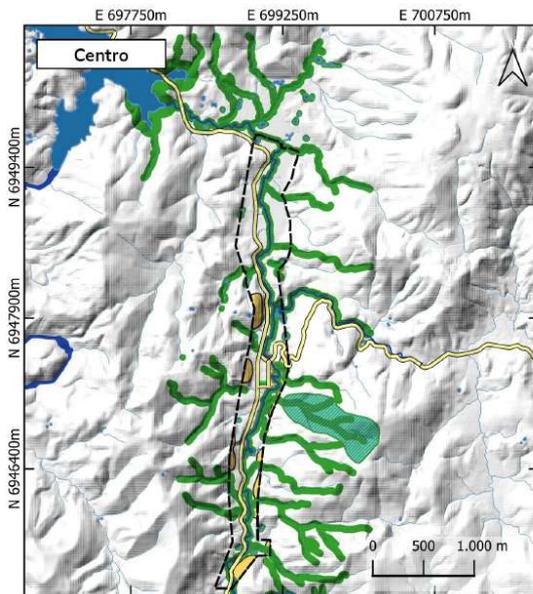
Cobertura vegetal

- Topografia condiciona em grande medida a cobertura vegetal, com áreas mais íngremes e topos de morro com formação florestal (340,78 km² - 68%)
- Pastagem e mosaico (agricultura + pastagem) perfazem 118 km² - 23,5%)
- Áreas de silvicultura situadas nas partes baixas dos morros perfazem 29 km² - 6%)
- Perímetros urbanos (2,3km² - 0,4%)
- Outros usos (formação campestre, rios, afloramento rochoso, áreas não vegetadas): 12,4km² - 2,4%

meio ambiente



Áreas de Proteção Ambiental



APA na MU Central

Área perímetro: 160 ha

Área c/restrições: 63 ha (40%)

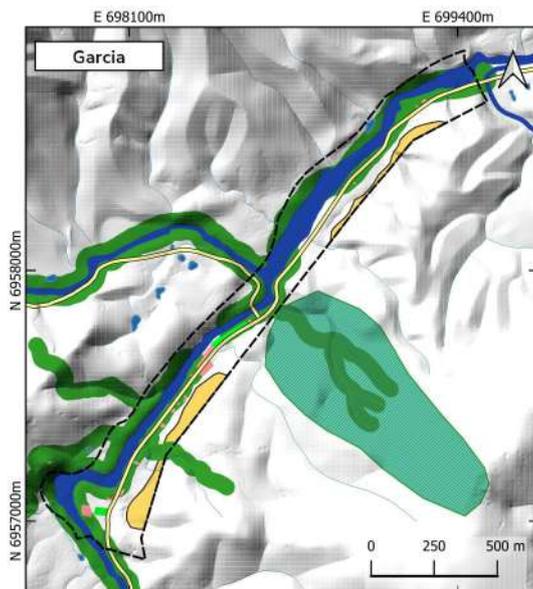
Área ocupada: 41 ha (25%)

Área disponível: 55,7 ha (35%)

meio ambiente



Áreas de Proteção Ambiental



APA na MU de Garcia

Área perímetro urbano: 34 ha

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

Área ocupada: 4 ha (10%)

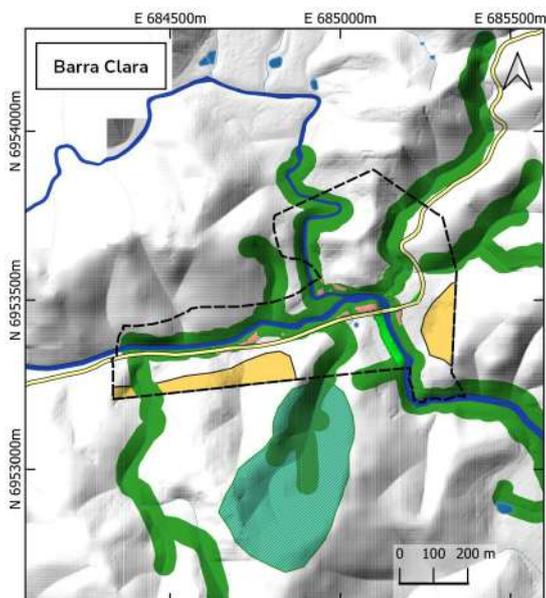
Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)

meio ambiente



Áreas de
Proteção Ambiental



APA na MU de Barra Clara

Área perímetro urbano: 38 ha

Área c/ restrições: 18,2 ha (48%)

Área ocupada: 3,6 ha (9,5%)

Área disponível: 12 ha (31%)

AUL: 4,4 ha (11%)

meio ambiente



Imagem © 2023: Maxar Technologies

meio ambiente



Barra Clara

meio ambiente



Rio Engano

habitação



Censo de 2010

- 1.626 domicílios particulares
- 1.422 domicílios próprios
- 66 imóveis alugados
- 127 imóveis cedidos

Aspectos institucionais

- Não tem PLHIS
- Não tem setor específico de gestão
- Não tem Conselho de Habitação
- Tem FMHIS (884/2202)

Dados CRAS (out.2022)

- 483 famílias cadastradas no CadÚnico
- 72 (15%) em extrema pobreza;
- 71 (15%) em situação de pobreza;
- 168 (35%) de baixa renda
- 172 (36%) que recebem acima de ½ salário mínimo

As habitações existentes no município de Angelina não sofrem com grandes inadequações, no entanto a população residente enfrenta a deficiência na oferta de infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, estrutura viária).

habitação



- 03 áreas de AEIS demarcadas no PDP (2008)
- 02 reserva fundiária + 01 ocupada
- Cerca de 3mil m² (0,6 ha/0,3% perímetro sede)
- Não foi possível verificar propriedade
- PDP prevê OODC para novas AEIS
- Parâmetros urbanísticos não muito diferentes das demais zonas
- Exceção área mínima do lote (180m²)

irregularidade fundiária



processos inadequados de regularização fundiária da PMA



pedidos de regularização aproximados:

05 solicitações

25 solicitações

24 solicitações

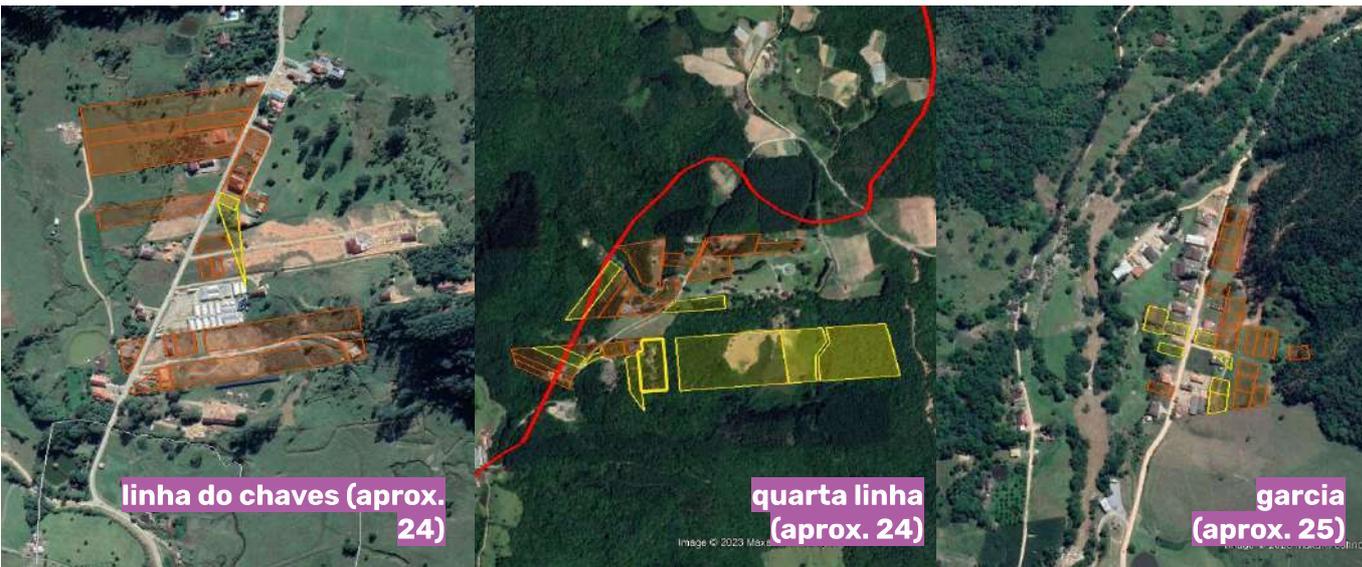
11 solicitações

24 solicitações

irregularidade fundiária



processos inadequados de regularização fundiária da PMA



linha do chaves (aprox. 24)

quarta linha (aprox. 24)

garcia (aprox. 25)

irregularidade fundiária



Linha dos Chaves

Quarta Linha

- Processo informal de parcelamento
- Não necessariamente de interesse social

- Próximo perímetro urbano da sede
- Leituras comunitária e questionários indicam existência de loteamento

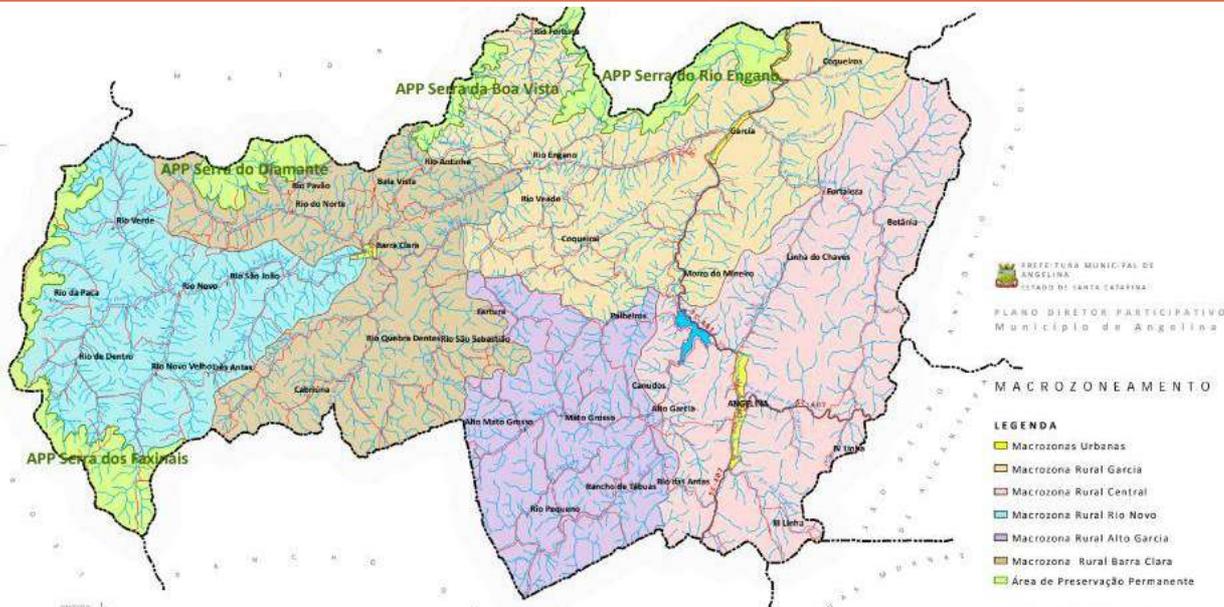
política habitacional



Aspectos institucionais

- Demanda restrita
- Não tem PLHIS (inviabiliza repasse de recursos federais);
- Não tem setor específico de gestão, sem equipe técnica;
- Não tem Conselho de Habitação atuante e regulamentado
- Tem FMHIS (884/2202), mas ausência de PLHIS inviabiliza sua efetividade;
- Único programa habitacional existente foi o PNHR: 51 habitações entre 2012 e 2013;
- Lei nº1.251/2018, cria o programa "Primeira Escritura", vinculado ao "Projeto Lar Legal, para regularização fundiária: requeridos pela Reurb-E, a expedição de Certidões de Regularização Fundiária (CRF) para mais de 80 imóveis: Linha dos Chaves, Garcia, Quarta Linha e Centro.
- Os processos de regularização, iniciados em 2020, buscavam regularizar lotes isolados, o que constitui incompatibilidade com os objetivos da lei de Reurb na modalidade Reurb-E.

plano diretor atual



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

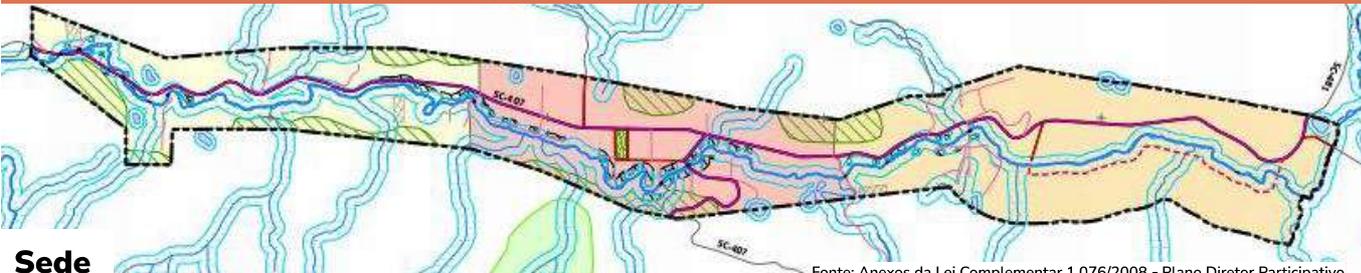
plano diretor atual



	Características	Objetivos
RURAL RIO NOVO (Rio Novo, Rio Verde, Rio São João, Rio de Dentro, Rio Novo Velho, Rio Três Antas e Rio da Paça)	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade populacional • Rio de Dentro uma das mais carentes • Atividades baseadas na agropecuária (cabelo, fumo e hortaliças) • Possui significativos reforestamentos comerciais • Possui problemas com o abastecimento de água • Possui problemas com a destinação do lixo • Possui edificações históricas relevantes • Potencial para agroturismo, turismo ecológico, turismo de aventura, agricultura ecológica, agroindústrias, pecuária leiteira 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar atividades de comércio e serviços • Promover a diversificação da produção agropecuária • Proteger flora, fauna, recursos hídricos e paisagem • Criar área de preservação na Serra dos Faxinais para proteger mananciais de água na região • Promover a pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico • Viabilizar manutenção intensiva do sistema viário • Criar programas de incentivo ao desenvolvimento • Galpão do Rio Novo para ampliar atendimento ao agricultor e incrementar o serviço de saúde no Posto de Saúde de Rio Novo
RURAL BARRA CLARA (Rio Areia, Cabriuna, Rio Quebra Dentes, Rio do Norte, Rio Pavão, Serra Vista, Rio Antinha e Rio São Sebastião)	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional baixa • Atividades baseadas na agropecuária (hortaliças e pecuária leiteira) • Relativamente bem servida de equipamentos comunitários • Possui áreas previstas para instalação de PCH's • Áreas de relevante valor histórico-cultural e paisagístico • Potencial para agroturismo e agroindústria leiteira 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a atividade agropecuária • Fomentar a pecuária com pastoreio do gado • Aproveitar o potencial turístico da região • Fomentar a agroindústria e criar associação de produtores rurais • Proteger cursos d'água e nascentes • Estabelecer parâmetros para o licenciamento de novas PCH's • Viabilizar manutenção intensiva do sistema viário
RURAL GARCIA (Rio Fortuna, Rio Engano, Rio Yeado, Coqueiros, Morro do Mineiro, Coqueiros e Rio Pequeno)	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional baixa • Atividades voltadas à agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo) • Bem servida de equipamentos públicos comunitários • Sítios arqueológicos e patrimônio histórico-cultural • Sistema viário estruturado (SC 481 e 408 e Estrada Rio Engano) • Áreas com restrições ambientais (declividade e drenagem) • Conflitos de usos por projetos de PCH's • Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem • Incentivar a diversificação da produção agropecuária • Incentivar produção/comercialização mel, com agregação de valor • Criar um centro de comercialização da produção agropecuária local • Delimitar os sítios arqueológicos existentes • Criar área preservação no entorno PCH Angelina e Serra Rio Engano • Usar escolas desativadas p/ equipamentos comunitários • Preservar mananciais para abastecimento de água

- Para cada Macrozona há uma delimitação espacial, uma definição das principais características e a definição de objetivos;
- A maior parte das diretrizes para as Macrozonas Rurais não está vinculado à instrumentos específicos, mas sobretudo aos programas previstos no PDP;
- É evidente a preocupação da LC de buscar encontrar alternativas para a promoção do desenvolvimento econômico e valorização ambiental para estas áreas

plano diretor atual



Sede

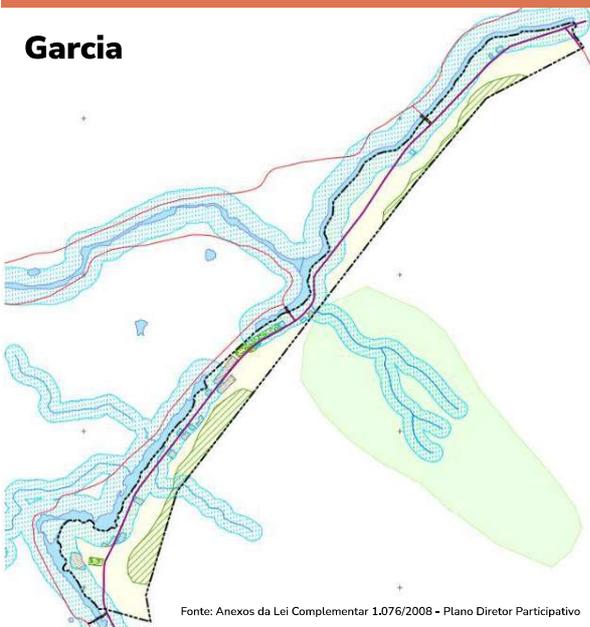
Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

- Mancha urbana mais extensa, com tecido urbano mais complexo;
- Três zonas principais: Zona Urbana Central (ZUC); Zona de Ocupação Imediata (ZOI); e Zona de Ocupação Controlada (ZOC).
- No interior destas zonas existem delimitadas: AEIS, AUL, SAVU, APP e AT-TAC;
- A maior parte das diretrizes para as Macrozonas Rurais não está vinculado à instrumentos específicos, mas sobretudo aos programas previstos no PDP;
- Consolida ZUC (parâmetros mais generosos e direciona ocupação para ZOI);

ZONAS URBANAS

- Zona Urbana Central (ZUC)
 - Zona de Ocupação Imediata (ZOI)
 - Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- ### ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)
- Área Especial de Interesse Social (AEIS)
 - Área de Uso Limitado (AUL)
 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
 - Área de Preservação de Manancial (APM)
 - Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
 - Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)

plano diretor atual



Garcia

Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

- Ocupação linear, com muitas restrições ambientais: APP (44%) e AUL (16%);
- Apenas um zoneamento: Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- Clara percepção de restrição;
- Refletir sobre pertinência da delimitação do perímetro;
- Nº máximo de pavimentos: 03; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo: 450m²; e lote máximo: 1.500m².
- Duas áreas SAVU, com 0,4 ha (praticamente 1% do total), mas ociosas;

ZONAS URBANAS

- Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- ### ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)
- Área de Uso Limitado (AUL)
 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
 - Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
 - Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)
 - Área de Preservação de Manancial (APM)

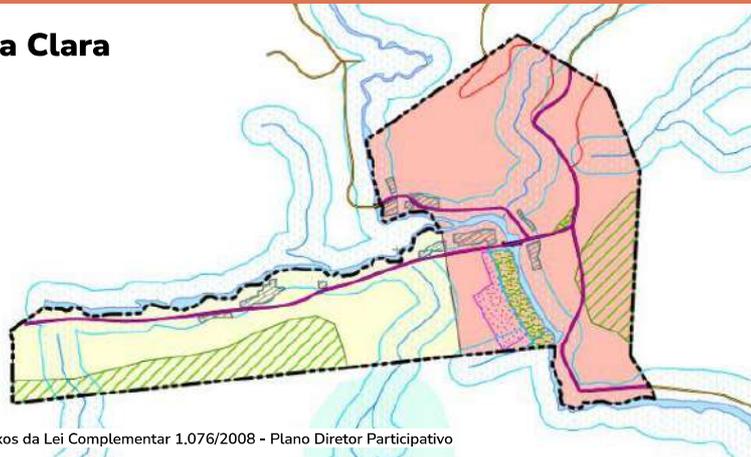
HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

- Via Estrutural
 - Via Coletora
 - Estradas Municipais
- ### CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS
- Limite Perímetro Urbano
 - Pontes
 - Cursos d'água
 - Rios, lagos e açudes

plano diretor atual



Barra Clara



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo



- Menos linear. Entroncamento viário e confluência dos cursos d'água;
- Duas zonas: Zona Urbana Central (ZUC), c/ 23 ha (60%) e a Zona de Ocupação (ZOC), c/ 15 ha (40% do total).
- ZUC: nº pavimentos: 3; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 15%;
- ZOC: nº pavimentos: 3 (residencial/misto) e 2 (não residenciais); taxa de ocupação: 50%, lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 20%;
- Intenção de conformar uma centralidade na ZUC próximo de onde os principais equipamentos coletivos + AEIT + SAVU

plano diretor atual



Instrumentos urbanísticos

1. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios
2. IPTU progressivo
3. Transferência do direito de construir
4. Outorga Onerosa do Direito de Construir;
5. Direito de Preferência;
6. Consórcio Imobiliário;
7. Operações Urbanas Consorciadas;
8. Direito de Superfície;
9. Estudo de Impacto de Vizinhança;
10. Estudo de Impacto Ambiental.

- Todos com baixa regulamentação (ou regulamentação inexistente);
- Geralmente remetem à legislação complementar que não foi elaborada;
- Baixo impacto concreto na dinâmica da cidade;
- Sem delimitação territorial;
- Alguns parecem descolados da dinâmica local (Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preferência, Consórcio Imobiliário, etc);
- EIV é o que apresenta melhor regulamentação, ainda sim com baixa aplicação.



Sistema de acompanhamento e controle (SAC)

Conferência de desenvolvimento territorial

Conselho de Desenvolvimento Territorial

Audiência pública

Plebiscito e referendo

Projeto de iniciativa popular

Gestão orçamentária participativa

Sistema de informações municipais (SIM)

- Das instâncias participativas, a que aparece mais consolidada é o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina.
- Não há registro da efetivação das demais instâncias previstas.
- O conselho é uma instância ativa, com regularidade nas reuniões e encaminhamento dos principais aspectos relacionados à gestão urbana no município.
- O sistema de informações municipais não existe no município.
- O Cadastro Municipal em vigor é o mesmo desde 1994, com dados alfanuméricos e espaciais (cartografias) desatualizado e disfuncional.

patrimônio



A CF 1988 (art. 216), ampliou o conceito de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2022).

Essa alteração ampliou a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

A gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo:

- Patrimônio Material;
- Patrimônio Imaterial;
- Patrimônio Arqueológico; e
- Patrimônio Mundial**

Relatório dados básicos do bem
SC-4200903-BA-ST-00001

Contexto		Mapa 
Recorte territorial: Não informado		
Recorte temático: Não informado		Google Olhos do mapa Termo de uso Informar erro no mapa
Identificação do universo: Não informado		
Localização		
UF: Santa Catarina	Município: Angelina	CEP: Não informado
Coordenada(s) geográfica(s): -27,540319 -49,182046		
Endereço: Berra Clara, Rio São João		
Dados do bem		Foto 
Nome: Nello Heng	Nome popular: Não há	
Natureza: Bem Arqueológico	Tipo: Sítio	
Estado de Conservação: Regular	Estado de Preservação: Pouco Alterado	
Uso do Solo: Rural	Entorno do bem: Preservado	
Dados complementares		
Síntese: Não informado		
Síntese histórica: Sítio composto por material lítico em superfície, bastante descontextualizado em terreno de lavoura à beira do rio São João, null		

patrimônio



COLONIZAÇÃO

1860

Colônia Nacional Angelina: os colonos eram instalados às margens do rio Mundéus (atual Sede) e mais abaixo no vale do rio Garcia.

Núcleos coloniais: Vila Mundéus, Garcia, Betânia (Perdidas), Linha dos Chaves, Picada do Engano, Cabeceira do Biguaçu.

1914-1917

Núcleo Federal Senador Esteves Júnior: Barra Clara, Rio Fortuna, Rio do Norte, Rio Quebra Dentes, Rio São Sebastião.

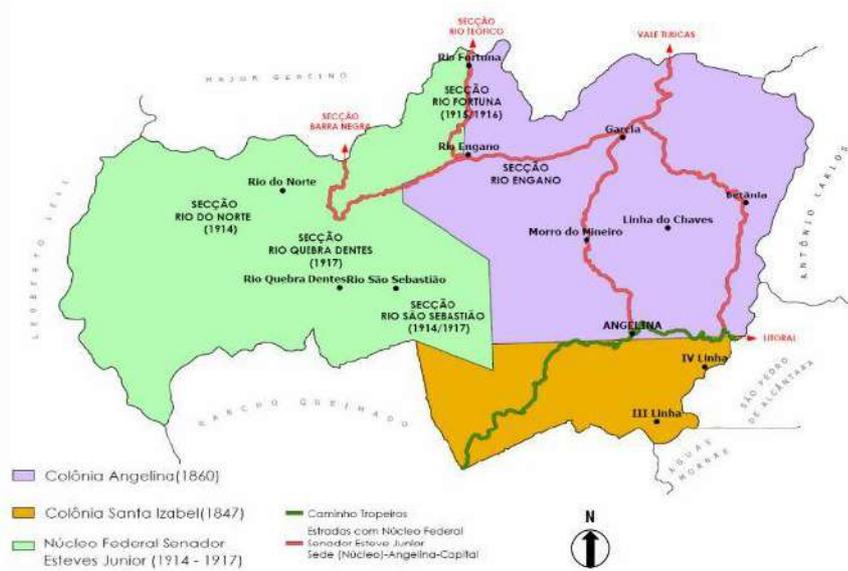
III Linha e IV Linha: Colônia Santa Izabel (1847).

1891

Colônia emancipada como Distrito de São José.

1961

Emancipação como Município.



Fonte: Diagnóstico PDP 2007

patrimônio



ZONAS URBANAS

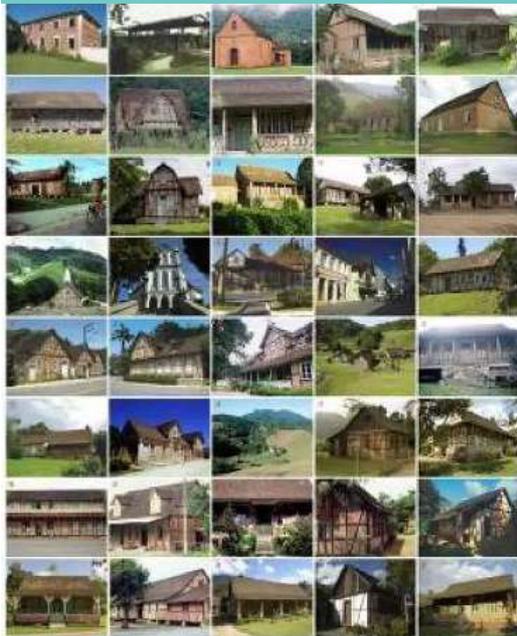
- Zona Urbana Central (ZUC)
- Zona de Ocupação Imediata (ZOI)
- Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)

- Área Especial de Interesse Social (AEIS)
- Área de Uso Limitado (AUL)
- Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
- Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
- Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)
- Área de Preservação de Manancial (APM)



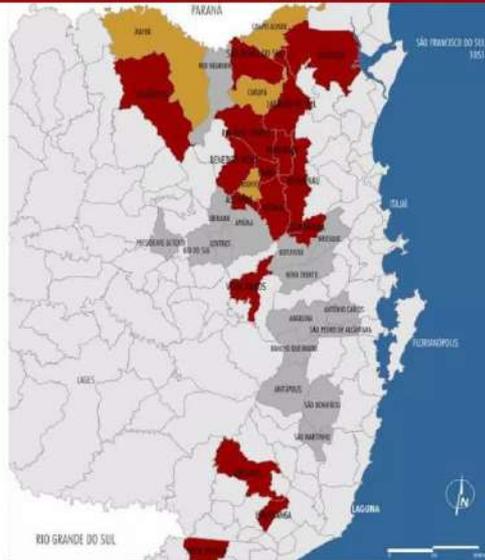
patrimônio



Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina

Regiões de estudo e inventário dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina

- Cidades inventariadas, com propostas de tombamento Federal, Estadual e Municipal
- Cidades inventariadas, com propostas de tombamento Estadual e Municipal
- Cidades percorridas (inventário de varredura), onde deve-se prosseguir o processo de reconhecimento e proteção



Planos de Ação para Cidades Históricas - 1ª Oficina de Capacitação



patrimônio



Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina		CIDADE Angela	
COD. ANG001	Informações inventário <input type="checkbox"/> dec 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa RECH	Proprietário atual: Alzira José Rech		
Barrio/Estrada/Caminho: Garcia	Endereço: Estrada Geral Garcia		
Ano construção: 1907	Técnicas constr: alvenaria autoportante	<input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input checked="" type="checkbox"/> IPHAN <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> IPHAN	
Descrição Imóvel: Sem sótão. Beiral em madeira, bom estado de conservação. Anexo da cozinha mais recente. Bom estado de conservação. Uso atual: residencial.		Estabelecimento de tombamento estadual <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não acervo IPHAN	
Observações: Contato: (48) 3274-1073 Imóvel aproximado obtido direto com os moradores.		2006/7	
COD. ANG002	Informações inventário <input type="checkbox"/> dec 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa ALEXANDRE	Proprietário atual: Francisco Jerônimo Alexandre		
Barrio/Estrada/Caminho: Garcia	Endereço: Estrada Geral do Garcia		
Ano construção: 1933	Técnicas constr: alvenaria autoportante	<input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input checked="" type="checkbox"/> IPHAN <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> IPHAN	
Descrição Imóvel: Imóvel em ótimo estado de conservação. Uso atual: residencial. A casa está inserida na margem da Estrada Geral Garcia, com grama e áreas, isolada no extremo do lote, construída na mesma época que a casa, porém com um linguaggio mais simples. As fachadas, bastante ornamentadas com motivos florais, são bastante atraentes. Envolvimento em pedra. As janelas são de madeira. O laço e o assoalho são originais. Lanterna com corrimão e toldado coberto com telhas cego e canal, antigas. Sótão branco com dois janelos. Anexo lateral de cozinha simples, com fogão de ferro. Pavimento esquadrejado: seis metros. Corrimão paralelo à fachada principal. Recentemente foram construídas banheiros e piscina nos fundos.		Estabelecimento de tombamento estadual <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não acervo IPHAN	
Observações: Construído pelo pedreiro italiano Paulo "Sgroli" a pedido de Francisco Nunes. Contato: (48) 3274-1045		2006/7	

créditos
 Levantamento de campo e imagens: Josicler Orben Alberton
 e Murad Jorge Mussi Vaz (Janeiro/2007)
 Revista: PPP (Agosto/2005)
 Instituição:
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina		Angela	
COD. ANG001	Informações inventário <input type="checkbox"/> dec 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa SHAPPO	Proprietário: Julio Shapko		
Barrio/Estrada/Caminho: Garcia	Endereço: Estrada Geral do Garcia, 1758		
Ano construção: 1936	Técnicas constr: alvenaria autoportante	<input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input checked="" type="checkbox"/> IPHAN <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> IPHAN	
Descrição Imóvel: Casa localizada há 15 Km do centro do cidade, possui traço clássico na forma, pois manteve originalmente o casal e a quinta fiação. A fachada frontal, paralela à rua, apresenta ritmo marcado por colunas salientes de argamassa e ornamentadas em cunha. No sótão sobressai o quarto e formado com forma seca e corrimão. Sótão nos pontos interiores. Pátio e fonte original. A cozinha original localiza-se na lateral da casa; o atual localiza-se nos fundos e foi construído em 1955. As paredes interiores são duplas e as paredes são gulechadas com ventanais de madeira. Completa o conjunto um desleixo do mesmo época e um novo lateral recente.		Estabelecimento de tombamento estadual <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não acervo IPHAN	
Observações: Contato: (48) 3274-1073 Imóvel aproximado obtido direto com os moradores.		2006/7	
COD. ANG002	Informações inventário <input type="checkbox"/> dec 1980/90 <input checked="" type="checkbox"/> 2006/7	Imagens/ croquis	
Denominação: Casa ALEXANDRE	Proprietário atual: Francisco Jerônimo Alexandre		
Barrio/Estrada/Caminho: Garcia	Endereço: Estrada Geral do Garcia		
Ano construção: 1933	Técnicas constr: alvenaria autoportante	<input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input checked="" type="checkbox"/> IPHAN <input type="checkbox"/> MUN. <input type="checkbox"/> EST. <input type="checkbox"/> FED. <input type="checkbox"/> IPHAN	
Descrição Imóvel: Imóvel em ótimo estado de conservação. Uso atual: residencial. A casa está inserida na margem da Estrada Geral Garcia, com grama e áreas, isolada no extremo do lote, construída na mesma época que a casa, porém com um linguagem mais simples. As fachadas, bastante ornamentadas com motivos florais, são bastante atraentes. Envolvimento em pedra. As janelas são de madeira. O laço e o assoalho são originais. Lanterna com corrimão e toldado coberto com telhas cego e canal, antigas. Sótão branco com dois janelos. Anexo lateral de cozinha simples, com fogão de ferro. Pavimento esquadrejado: seis metros. Corrimão paralelo à fachada principal. Recentemente foram construídas banheiros e piscina nos fundos.		Estabelecimento de tombamento estadual <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não acervo IPHAN	
Observações: Construído pelo pedreiro italiano Paulo "Sgroli" a pedido de Francisco Nunes. Contato: (48) 3274-1045		2006/7	

patrimônio



	Nome	Código	Ano Construção	tombamento	Local
1	Casa Rech	ANG001	1907	Não	Est. Geral Garcia - Garcia
2	Casa Alexandre	ANG002	1933	Não	Est. Geral Garcia - Garcia
3	Casa Assunção	ANG003	1929	Não	Est. Geral Garcia, 19 - Garcia
4	Casa Shappo	ANG004	1921	Não	Est. Geral Garcia, 1758 - Garcia
5	Cemitério Rio Engano	ANG005	-	Não	Est. Geral Rio Engano - Rio Engano
6	Casa Ventura	ANG006	1935	Não	Est. Geral Rio Engano - Rio Engano
7	Conjunto Goedert	ANG007	1960	Não	Est. Geral Barra Clara, 375 - Barra Clara
8	Clube 14 de Novembro	ANG008	1965	Não	Est. Geral Barra Clara - Barra Clara
9	Casarão Goedert	ANG009	1945	Não	Est. Geral Barra Clara - Barra Clara
10	Casa Allain, Pancrácio Luis	ANG010	1927	Não	Est. Geral Rio Quebra Dente - Barra Clara
11	Casa Allain, José Vicente	ANG011	1927	Não	Est. Geral Rio Quebra Dente - Barra Clara
12	Casa Schmidt, Modestino	ANG012	-	Não	Estrada Geral São Sebastião - Barra Clara
13	Engenho Alfem	ANG013	1957	Não	Estrada Geral São Sebastião - Barra Clara
14	Casa Goedert	ANG014	Dec. 1940	Não	Estrada Geral Barra Clara - Barra Clara
15	Cemitério de Barra Clara	ANG015	-	Não	Estrada Geral Barra Clara - Barra Clara
16	Casa Schaeffer	ANG016	1897	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
17	Conjunto Eger	ANG017	1907	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
18	Casa Martins Júnior	ANG018	1887	Não	Estrada Geral Rio Fortuna - Rio Fortuna
19	Casa Alves	ANG019	1931	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
20	Casa Schappo	ANG020	1936	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
21	Casa Kammer's Martins	ANG021	1936	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
22	Casa Gorges	ANG022	1909	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
23	Casa Sandler	ANG023	1887	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
24	Sem nome	ANG024	-	Não	Estrada Geral Betânia - Betânia
25	Casa Schmidt, Aloise	ANG025	1929	Não	Est. Geral Vargem Grande - V. Grande
26	Casa Wislich	ANG026	1907	Não	Rua Manoel Lino Koerich, 122 - Centro
27	Casa Koerich	ANG027	1903	Não	Rua Manoel Lino Koerich, 117 - Centro
28	Casas do Coelho	ANG028	-	Não	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
29	Casa Andrade	ANG029	-	Não	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
30	Igreja Matriz	ANG030	1946	Municipal	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
31	Casa Paroqui	ANG031	1949	Municipal	Rua Manoel Lino Koerich - Centro
32	Casa Fuch	ANG032	1907	Não	Rua Manoel Lino Koerich, 12 - Centro
33	Complexo Irmãs Franciscanas	ANG033	1950	Não	Damão do Baixo Garcia, Centro



Edificações elencadas na varredura do IPHAN estão principalmente localizadas nas localidades: Centro, Betânia, Garcia e Barra Clara

patrimônio



ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E OBRAS

RELATÓRIO DE VISTORIA

Referente: Inquérito Civil nº 06.2015.00009383-7 (MPSC)

Objeto: Vistoria e identificação dos bens em Angelina, constantes do levantamento do IPHAN-SC.

Certifico para os devidos fins e efeitos, que na data de 17/07/2019, através de vistoria "in loco", constatei que conforme relação dos imóveis catalogados pelo IPHAN-SC, com código ANG 001 à ANG 033 (33 imóveis), alguns dos descritos foram efetivamente demolidos. Com relação aos imóveis existentes, sua maioria encontra-se em péssimo estado de conservação.

Segue abaixo a relação dos imóveis ainda existentes, bem como os que tiveram sua demolição:

Clube 14 de novembro



Casa Schmidt

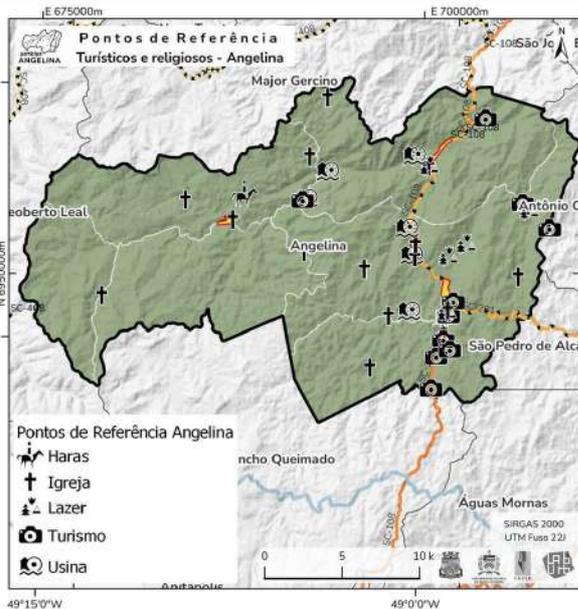


Engenho Alfem



Casarão Koerich

patrimônio



- Não há estrutura municipal para gerir o patrimônio cultural municipal: em teoria ficaria ao encargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; mas na prática não existe pessoal e estrutura atrelada ao tema
- Duas legislações municipais: 1) decreto 049/97 que faz o tombamento municipal do Santuário e Igreja Matriz; e 2) trata de política de proteção do patrimônio do Município, com critérios de tombamento; com pouco efeito;
- Potencial ligado ao patrimônio construído residencial religioso, com forte potencial cênico e possibilidade de suporte às atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo (gastronomia, hospedagem, roteiros culturais, de base comunitária, etc.)

infraestrutura



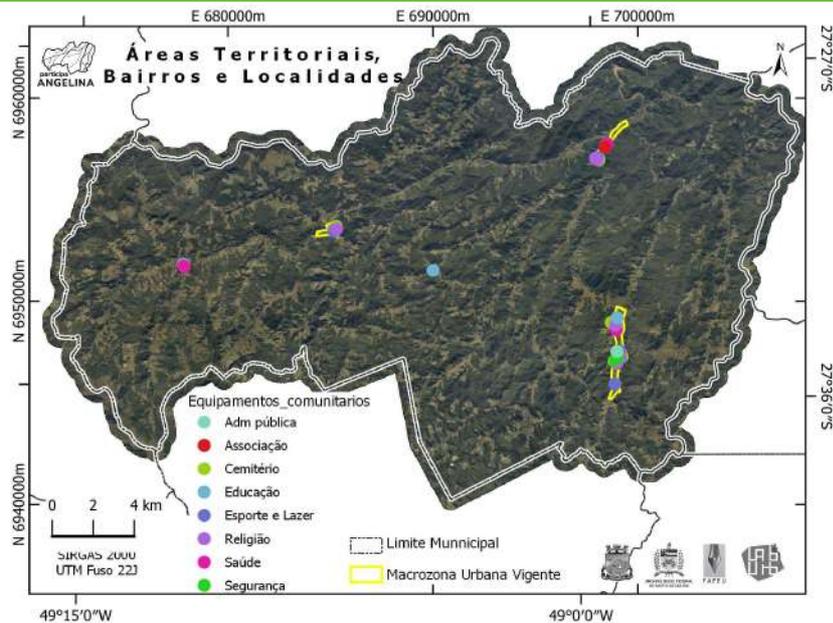
- Equipamentos coletivos
- Áreas de lazer
- Sistema viário
- Mobilidade
- Energia Elétrica
- Abastecimento de água
- Esgotamento sanitário
- Resíduos sólidos
- Drenagem Urbana

infraestrutura



Equipamentos coletivos

- Equipamentos de saúde: 5 no total, 4 UBS; 1 APAE e 1 hospital geral. Localizados em quatro das cinco macrozonas: Rio Novo, Barra Clara, Garcia e Central.
- Equipamentos de educação: 10 no total, sendo 08 municipais e 02 estaduais (EEB). Estão bem distribuídos no território e seguem lógica de distribuição dos núcleos urbanos e localidades;
- Concentração de equipamentos nas zonas urbanas - em pequenas porções do território comparado ao total do município

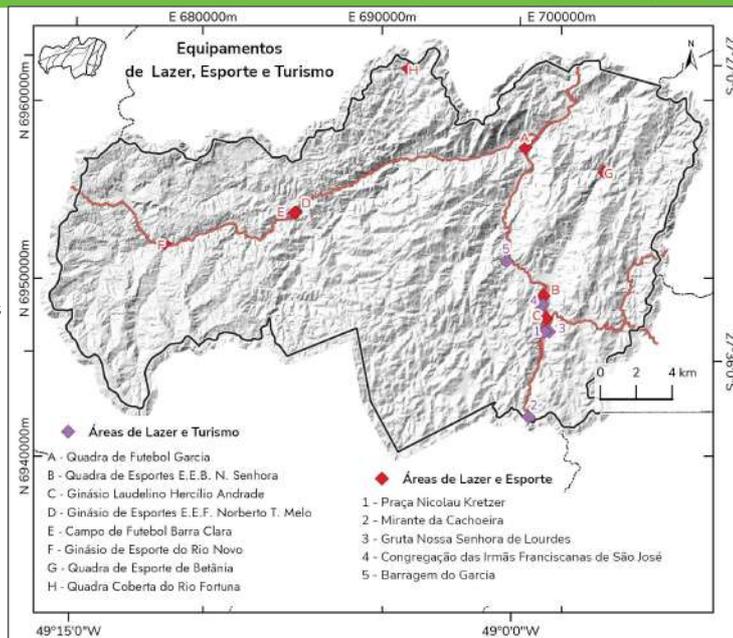


infraestrutura

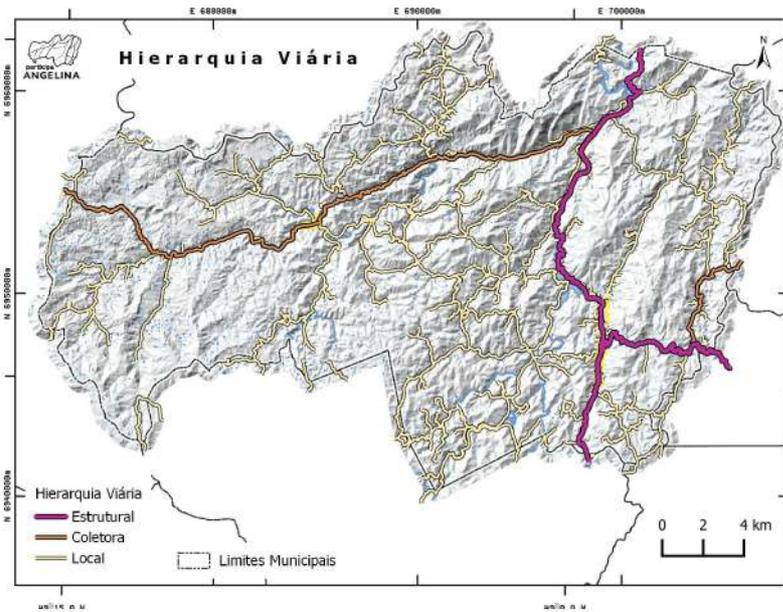


Áreas de lazer

- Baixa disponibilidade e má distribuição territorial
- Prefeitura não dispõe de secretaria específica, dados obtidos em outras instâncias;
- Os poucos equipamentos existentes estão distribuídos nos núcleos urbanos do Centro, Garcia e Barra Clara;
- Destaca-se a praça central (Nicolau Kretzer) como um dos poucos espaços equipamentos e com manutenção constante;
- Pontos turísticos e lazer, o Santuário Nossa Senhora de Angelina, a Praça Nicolau Kretzer, a Congregação das Irmãs Franciscanas, Engenho da Família Gelsleuchter.
- Barragem do Garcia tem potencial para uso de lazer.
- Certos locais oferecem atividades de lazer e turismo, contemplação da natureza, prática de esportes náuticos, camping, pesca, visitas, entre outros



infraestrutura



Sistema viário

- Duas rodovias estaduais estruturantes (SC407 e SC 481), que interliga Sede e Garcia; e Sede e São Pedro de Alcântara;
- Apenas um acesso asfaltado, via Rancho Queimado; outro com ordem de execução em tramitação (SC). Possível impacto na dinâmica de urbanização;
- Via estruturante municipal (ANG215), que interliga Garcia, Barra Clara e Rio Novo, ao longo do vale do Rio Engano, que distribui ocupações e localidades;
- Pavimentação em apenas 03 localidades mais populosas;
- Trechos viários (ANG 215 e outras vias municipais), sem pavimentação e com estreitamento, que dificulta escoamento de pessoas e bens;

infraestrutura



Entregue ordem de serviço para pavimentação da SC-281, de São Pedro de Alcântara a Angelina

O investimento nos quase 23 quilômetros será de R\$ 128,5 milhões

Por Adriano Ribeiro - 15 de maio de 2022

494



Sistema viário

- A estrada receberá os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente (bueiros e canaletas), obras complementares e de contenção, sinalização, meio ambiente e iluminação.
- Também serão implantadas duas pontes no trecho, uma sobre o Rio Maruim e outra sobre o Rio Rocinha.
- Além disso, também serão implantadas duas passarelas sobre o Rio Mundéus, uma do lado direito e outra do lado esquerdo.
- A distância entre Angelina e a Capital diminuirá em quase 16 km.



Transporte público

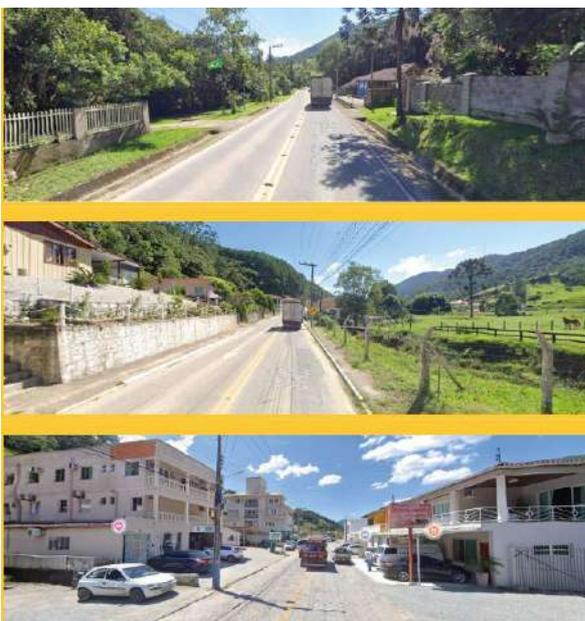
- O município dispõe apenas de transporte coletivo escolar;
- Serviço é essencial devido à configuração territorial do município e a distribuição dos equipamentos coletivos e a dispersão demográfica;
- Em 2022 a prefeitura lançou processo licitatório para contratação de empresas para a prestação do serviço de transporte escolar, conforme tabela ao lado;
- Em relação ao transporte intermunicipal, o município dispõe de uma única linha de conexão ao município de Rancho Queimado, passando pelas localidades de Coqueiros, Betânia;
- A Prefeitura oferece ainda serviço de transporte universitário, que está disponível nas terças e quintas-feiras, com saída da Barra Clara, às 14h e itinerário em consolidação;

LOTE 01					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Alto Mato Grosso/Mato Grosso/Alto Palheiro/Fartura - Fartura/Alto Palheiro/Mato Grosso/Alto Mato Grosso	Vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 12 lugares	58 km	R\$ 10,05	11.600 km

LOTE 02					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Rio Veado/Coqueira/Rio Veado/Garcia/Rio Pequeno/Coqueira/Rio Veado	Matutino e vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 26 lugares	62 km	R\$ 13,88	12.400 km
Grupo B - Rio Veado		Veículo de passeio com no mínimo 05 lugares	12 km	R\$ 6,88	2.400 km

LOTE 03					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Grupo A - Palheiros/Barragem/Centro - Centro/Barragem/Palheiros Mineiro/Garcia/Coqueiros	Matutino e vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 12 lugares	56 km	R\$ 9,51	11.200 km

LOTE 04					
Descrição da Linha	Período	Capacidade	Km/Dia	Valor/Km	Km estimado 200 dias letivos
Fartura/Alto Palheiros/Alto Mato Grosso/Mato Grosso/Alto Garcia/Centro - Centro/Alto Garcia/Mato Grosso/Alto Palheiros/Fartura	Vespertino	Micro-ônibus com no mínimo 26 lugares	75 km	R\$ 9,34	15.000 km



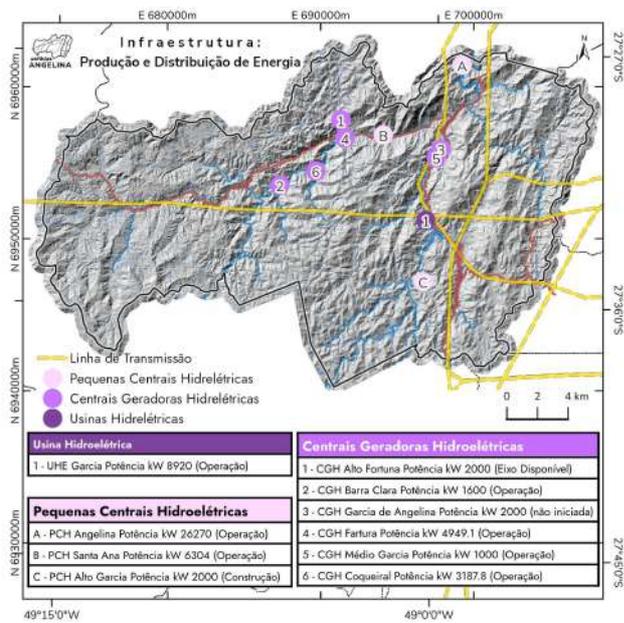
Mobilidade (pedestres e ciclistas)

- Legislação (PDP e Lei nº 808/1999) define parâmetros de dimensionamento e de acessibilidade dos passeios públicos;
- A forma linear dos núcleos urbanos gera deslocamentos representativos para pedestres e ciclistas
- Estes parâmetros não são refletidos na realidade municipal;
- As principais vias dos núcleos urbanos de Angelina possuem extensos trechos sem calçada ou com calçada apenas de um lado da via;
- Destaca-se ainda a descontinuidade, precariedade e falta de manutenção; pouca ou nenhuma arborização; calçadas estreitas; calçadas fora dos padrões das normas de acessibilidade; e obstáculos (placas e postes) presentes no meio da calçada; e
- Infraestrutura cicloviária: não foram identificadas ciclovias, ciclorrotas ou ciclofaixa ao longo das vias estruturantes do município. A legislação municipal pouco menciona este modal.

infraestrutura



Energia elétrica



Ano	Total de consumo	Total de consumidores	Média per capita de consumo
2013	397590	1.740	228,5
2014	433669	1.801	240,8
2015	396279	1.848	214,4
2016	402377	1.885	213,4
2017	417273	1.919	217,4

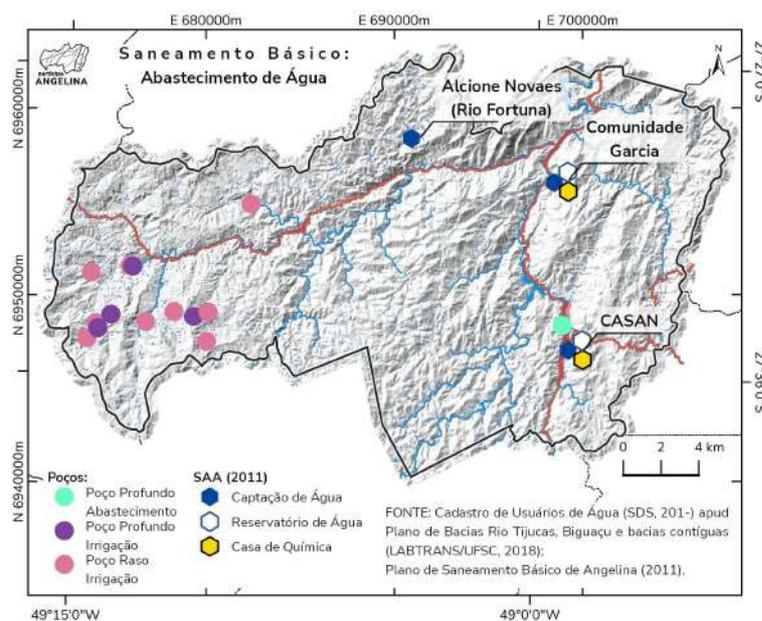
Fonte: IBGE, PNAD



infraestrutura



Abastecimento de água



- Três sistemas independentes alimentados por mananciais de águas superficiais: um público, operado pela CASAN; e dois comunitários (Garcia e Coqueiros), operados pela Prefeitura
- Cerca de 86% da população é atendida por captação individual, de mananciais de águas subterrâneas.

Sistema de abastecimento	Urbana	Rural	População atendida	% população total
Sistema CASAN (rede geral)	685	16	701	13,48
Poço ou nascente na propriedade	82	2.913	2.995	57,61
Poço ou nascente fora da propriedade	324	1.164	1.488	28,62
Rio, açude, lago ou igarapé	-	12	12	0,23
Água da chuva armazenada de outra forma	-	3	3	0,06
TOTAL	1.091	4.108	5.199	100

Sistema de abastecimento	Urbana	Rural	População atendida	% população total
Sistema comunitário Garcia (c/tratamento)	-	-	120	2,22
Sistema comunitário Coqueiros (s/tratamento)	-	-	88	1,63
TOTAL	-	-	208	3,85

infraestrutura



Esgotamento sanitário

Fonte: Diagnóstico PDP 2007



Tipo de esgotamento sanitário	Ano - 2010		
	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	1.628	366	1.260
Rede geral de esgoto ou pluvial	2	1	1
Fossa séptica	1.029	295	734
Fossa rudimentar	68	15	53
Vala	264	18	246
Rio, lago ou mar	258	36	222
Outro tipo	2	-	2
Não tinham	3	1	2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

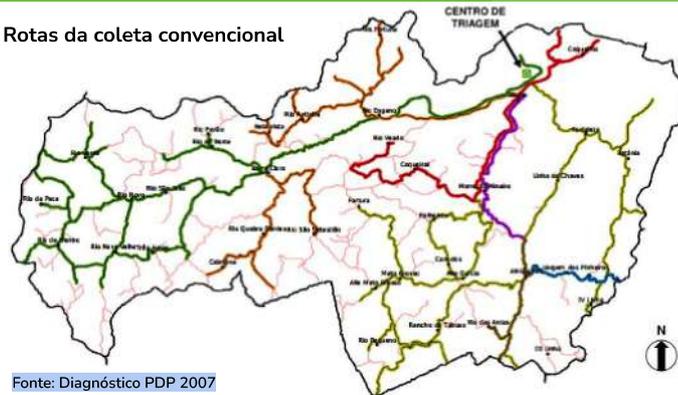
- Não há rede geral de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Em 2000 (IBGE), 69,04% do esgoto não era tratado e tinha seu destino nos cursos d'água ou em valas
- Relevância do Programa de Microbacias, com a instalação sistema individual de esgotamento adequado, sobretudo para as comunidades isoladas;
- Em 2010 (IBGE), a maior parte da população (63,28% dos domicílios) possuía soluções semi adequadas de esgotamento sanitário;
- Sistemas independentes com baixa eficiência e falta de manutenção periódica;
- O Plano Municipal de Saneamento Básico não informa valores necessários para investimento no sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário.

infraestrutura



Resíduos sólidos

Rotas da coleta convencional



Fonte: Diagnóstico PDP 2007

OPERACIONAIS	
Massa coletada total	0,63 Kg/habitante/dia
Massa coletada urbana	2,93 Kg/habitante/dia
Massa RDO coletada	- Kg/habitante/dia
Massa coletada reciclável	668,86 Kg/habitante/ano
Massa recuperada	631,74 Kg/habitante/ano
Taxa recuperação	58,16 %

- SNIS (2020): em Angelina 4.686 pessoas têm coleta regular de resíduos pelo menos uma vez por semana, representando 100% de cobertura urbana, integralmente porta a porta;
- O serviço é prestado pela Prefeitura, e a cobrança é feita por taxa específica no mesmo boleto do IPTU;
- Possui coleta seletiva (recupera cerca 650t por ano);
- Os resíduos convencionais coletados são direcionados ao Aterro Sanitário de Biguaçu, operado pela Veolia ;
- Os resíduos reciclados são encaminhados para o centro de triagem a compostagem localizados no Garcia, inaugurado em 2016;
- Também no centro de triagem é feita a compostagem do material orgânico, em leiras, utilizado em hortas no município
- É um serviço visto de forma bastante positiva pelos moradores;
- Existem catadores de materiais recicláveis que trabalham dispersos na cidade, mas sem organização em cooperativas ou associações;

infraestrutura



Drenagem urbana

- Não há cadastro sistematizado de informações do sistema de drenagem;
- A topografia da sede do município favorece a drenagem e o escoamento é direcionado para os Rios Mundéus e Vargem dos Pinheiros,
- Extensa área rural do município, mas também boa parte das ruas das macrozonas urbanas não são atendidas por rede de drenagem pluvial.
- Nos núcleos urbanos (Sede, Barra Clara e Garcia), a microdrenagem ocorre superficialmente, com escoamento superficial das águas pluviais;
- Ligações irregulares de esgoto (seja in natura, seja do sistema isolados) na rede de drenagem, prejudicando qualidade da água
- Boa regulação da drenagem no parcelamento do solo e nos parâmetros urbanísticos para garantia da permeabilidade do solo
- Não há informações sobre projetos executivos dos segmentos de rede pluvial que foram implantados, sendo “executado empiricamente”.
- Os serviços de manutenção e conservação do sistema de drenagem são realizados pela Secretaria de Obras do município



Trecho do Rio Mundéus

Área da Sede com rede de coleta pluvial



leitura comunitária

Leitura Comunitária

1. Questionário

- 1.1 Introdução
- 1.1.1 Método
- 1.1.2 Coleta de Dados
- 1.1.3 Divisão Territorial
- 1.1.4 Análise dos Resultados
- 1.1.5 Limitações

1.2 Perfil

- 1.2.1 Bairro de residência
- 1.2.2 Faixa Etária
- 1.2.3 Gênero
- 1.2.4 Grau de Escolaridade
- 1.2.5 Renda Familiar
- 1.2.6 Há quanto tempo mora em Angelina
- 1.2.7 Local de Trabalho
- 1.2.8 Motivo de mudança para Angelina
- 1.2.9 Acesso a informações do Plano Diretor Participativo

1.3 Análise da Cidade

- 1.3.1 Avaliação de Aspectos Culturais e de Preservação
- 1.3.1.1 Comentários Adicionais
- 1.3.2 Distribuição de Serviços Públicos
- 1.3.2.1 Comentários Adicionais
- 1.3.3 Economia Local
- 1.3.3.1 Comentários Adicionais
- 1.3.4 Aspectos Urbanos
- 1.3.4.1 Comentários Adicionais
- 1.3.5 Meio de Locomoção na cidade
- 1.3.6 Áreas de preservação ambiental
- 1.3.7 Áreas de preservação histórica/cultural
- 1.3.8 Áreas precárias
- 1.3.9 Três principais problemas de Angelina
- 1.3.9.1 Comentários adicionais
- 1.3.10 Três principais pontos positivos de Angelina
- 1.3.10.1 Comentários adicionais
- 1.3.11 Principais características de Angelina

1.4 Análise por Área Territorial

- 1.4.1 Área Territorial de Alto Garcia
- 1.4.1.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.1.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.1.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.1.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.1.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.1.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.1.6 Abastecimento de água
- 1.4.1.7 Destinação do esgoto
- 1.4.1.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.1.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.2 Área Territorial de Barra Clara

- 1.4.2.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.2.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.2.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.2.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.2.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.2.6 Abastecimento de água
- 1.4.2.7 Destinação do esgoto
- 1.4.2.8 Forma de distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.2.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.3 Área Territorial do Centro

- 1.4.3.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.3.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.3.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.3.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.3.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.3.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.3.6 Abastecimento de água
- 1.4.3.7 Destinação do esgoto
- 1.4.3.8 Forma de distribuição e abastecimento de energia elétrica das residências
- 1.4.3.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.4 Área Territorial de Garcia

- 1.4.4.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.4.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.4.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.4.3.1 Comentários adicionais
- 1.4.4.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.4.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.4.6 Abastecimento de água
- 1.4.4.7 Destinação do esgoto
- 1.4.4.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.4.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.4.5 Área Territorial de Rio Novo

- 1.4.5.1 Carência de serviços municipais próximos à sua residência
- 1.4.5.2 Falta de oferta na área territorial
- 1.4.5.3 Presença de ocupações Irregulares
- 1.4.5.4 Serviços de saneamento existentes
- 1.4.5.5 Serviços de rede de energia, comunicação e entregas
- 1.4.5.6 Abastecimento de água
- 1.4.5.7 Destinação do esgoto
- 1.4.5.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
- 1.4.5.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e/ou áreas de preservação ambiental

1.5 Síntese Áreas Territoriais

- 1.5.1 Carência de serviços municipais próximos a sua residência
 - 1.5.2 Falta de oferta na Área Territorial
 - 1.5.3 Presença de ocupações Irregulares
 - 1.5.4 Serviço de saneamento
 - 1.5.5 Serviço de rede de energia, comunicação e entregas
 - 1.5.6 Abastecimento de Água
 - 1.5.7 Destinação do Esgoto
 - 1.5.8 Distribuição e abastecimento de energia elétrica
 - 1.5.9 Poluição e/ou contaminação dos rios e áreas de preservação ambiental
- ### 2. Oficinas Territoriais
- 2.1 Introdução
 - 2.1.1 Apresentação
 - 2.1.2 Dinâmica
 - 2.1.3 Divisão Territorial
 - 2.1.4 Análise dos resultados

2.2 Oficina Área Territorial Alto Garcia

- 2.2.1 Percepção sobre Angelina AT Alto Garcia
- 2.2.1.1 Aspectos Positivos AT Alto Garcia
- 2.2.1.2 Aspectos Negativos AT Alto Garcia

2.3 Oficina Área Territorial Barra Clara

- 2.3.1 Percepção sobre Angelina AT Barra Clara
- 2.3.1.1 Aspectos Positivos AT Barra Clara
- 2.3.1.2 Aspectos Negativos AT Barra Clara

2.4 Oficina Área Territorial Centro

- 2.4.1 Percepção sobre Angelina AT Centro
- 2.4.1.1 Aspectos Positivos AT Centro
- 2.4.1.2 Aspectos Negativos AT Centro

2.5 Oficina Área Territorial Garcia

- 2.5.1 Percepção sobre Angelina AT Garcia
- 2.5.1.1 Aspectos Positivos AT Garcia
- 2.5.1.2 Aspectos Negativos AT Garcia

2.6 Oficina Área Territorial Rio Novo

- 2.6.1 Percepção sobre Angelina AT Rio Novo
- 2.6.1.1 Aspectos Positivos AT Rio Novo
- 2.6.1.2 Aspectos Negativos AT Rio Novo

2.7 Síntese Aspectos Positivos das Áreas Territoriais

- 2.8 Síntese Aspectos Negativos das Áreas Territoriais
- 2.9 Poemas dos Desejos

leitura comunitária



Abaixo são apresentadas as tabelas que demonstram os principais **10 pontos positivos levantados em ambas as dinâmicas** para uma análise comparativa e possibilidade de cruzamento das informações apontadas como positivas pela população.

QUESTIONÁRIO

nº	Pontos Positivos	R	%
01	Gestão dos Resíduos Sólidos	42	16,67%
02	Limpeza urbana	41	16,27%
03	Segurança	33	13,10%
04	Distribuição dos serviços de saúde	25	9,92%
05	Distribuição de instituições de ensino	19	7,54%
06	Preservação ambiental	14	5,56%
07	Arborização Urbana	12	4,76%
08	Acesso à moradia	11	4,37%
09	Trânsito	9	3,57%
10	Distribuição de água	7	2,78%

Elaboração dos autores.

OFICINAS TERRITORIAIS

nº	Pontos Positivos	Fichas	Porcentagem
01	Qualidade de Vida	99	28,86%
02	Meio Ambiente	43	12,54%
03	Saúde	43	12,54%
04	Educação	37	10,79%
05	Saneamento Básico	31	9,04%
06	Economia	20	5,83%
07	Transporte e Mobilidade	15	4,37%
08	Esporte, Lazer e Cultura	9	2,62%
09	Patrimônio Histórico e Cultural	9	2,62%
10	Segurança Pública	9	2,62%

Elaboração dos autores.

leitura comunitária



Já aqui são apresentadas as tabelas que demonstram os principais **10 pontos negativos levantados em ambas as dinâmicas** para a mesma análise comparativa e possibilidade de cruzamento das informações apontadas como negativas pela população de Angelina.

QUESTIONÁRIO

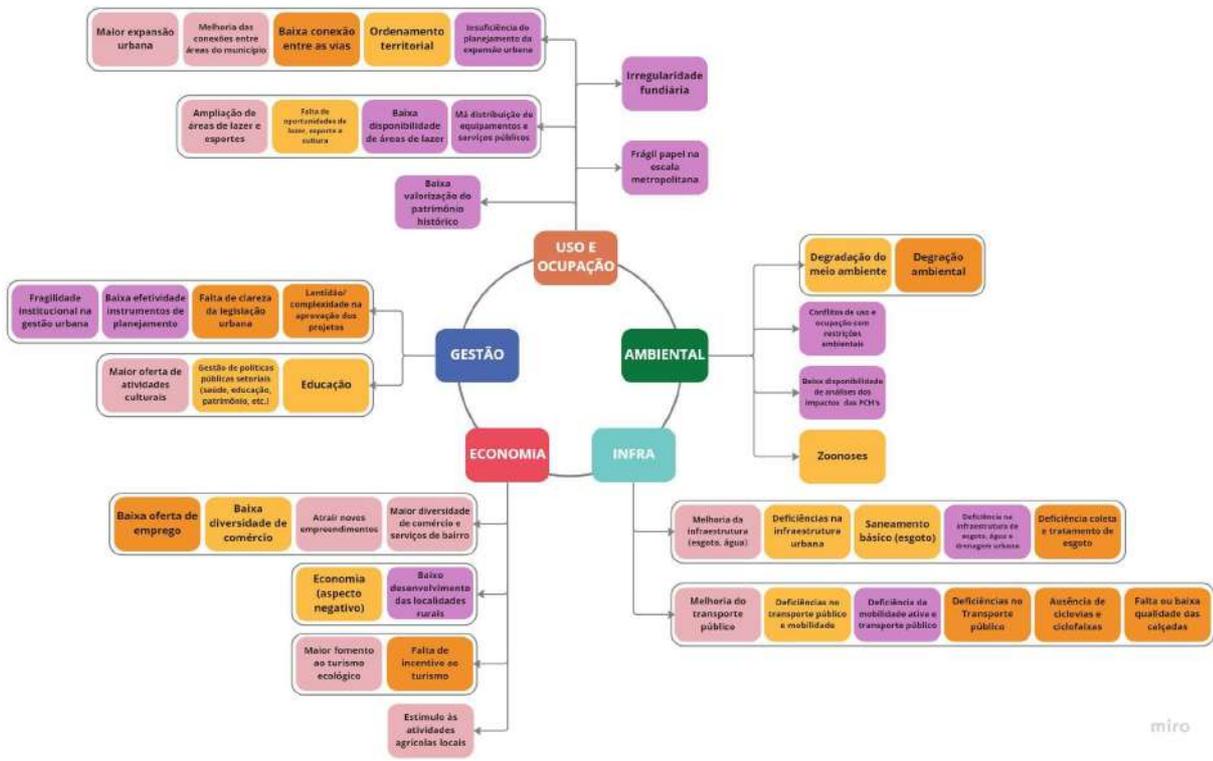
nº	Pontos Negativos	Qnt.	Porcentagem
01	Coleta e tratamento de esgoto	38	13,62%
02	Oferta de emprego	29	10,39%
03	Falta de incentivo ao turismo	21	7,53%
04	Ausência de ciclovias e ciclofaixas	19	6,81%
05	Calçadas	18	6,45%
06	Conexão entre as vias	16	5,73%
07	Falta de clareza da legislação urbana	14	5,02%
08	Transporte público	13	4,66%
09	Complexidade e/ou lentidão no processo de licenciamento e aprovação de projetos	11	3,94%
10	Degradação ambiental	11	3,94%

Elaboração dos autores.

OFICINAS TERRITORIAIS

nº	Pontos Negativos	Fichas	Porcentagem
01	Administração/Gestão/Política Pública	55	16,42%
02	Esporte, Lazer e Cultura	43	12,84%
03	Infraestrutura Urbana	41	12,24%
04	Saneamento Básico	37	11,04%
05	Transporte e Mobilidade	28	8,36%
06	Ordenamento Territorial	27	8,06%
07	Economia	21	6,27%
08	Educação	20	5,97%
09	Zoonoses	13	3,88%
10	Comércio	10	2,99%
	Meio Ambiente	10	2,99%

Elaboração dos autores.



miro

síntese final



miro



ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



[@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)



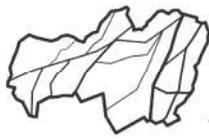
[@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)



[@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)



[Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 06

Apresentação

Segunda Rodada de

Oficinas Territoriais

Realizadas entre 09 e 17 de maio de 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

2ª Rodada Oficinas
Territoriais Eixos e
Diretrizes

Maio de 2023



quem são e como se organizam
as instituições no processo?



COOPERAÇÃO TRIPARTITE



+



+



objetivo das oficinas

Apresentar as diretrizes e eixos estratégicos da revisão do PDP de Angelina

cronograma

09/05/2023 - Barra Clara

10/05/2023 - Alto Garcia

11/05/2023 - Centro

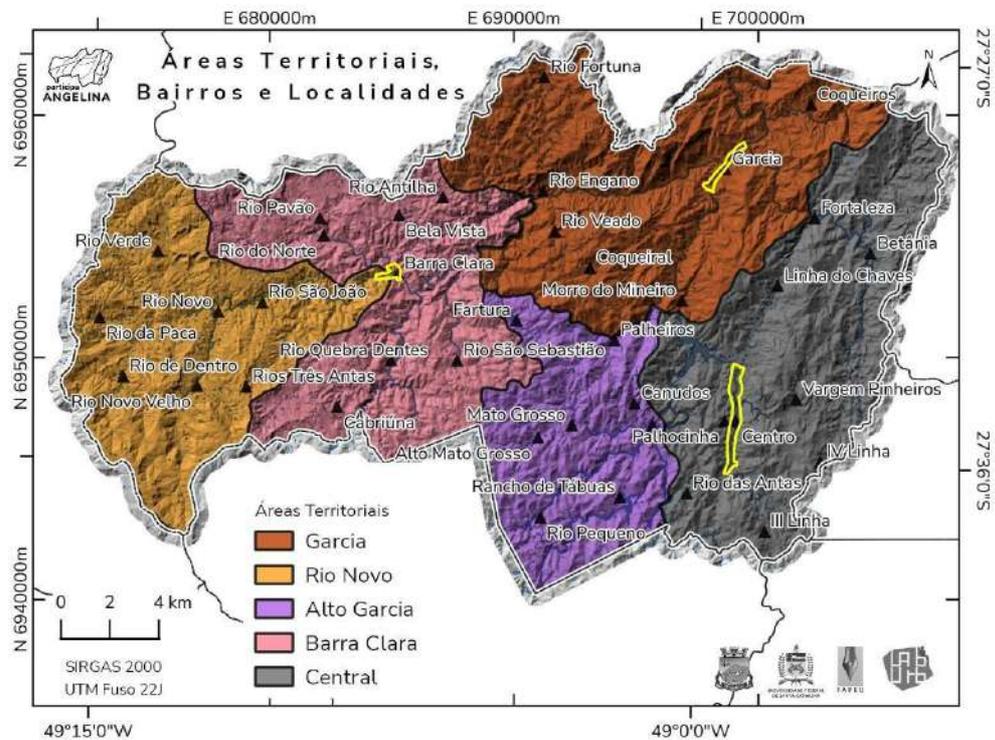
16/05/2023 - Rio Novo

17/05/2023 - Garcia

oficinas territoriais

Sequência das oficinas

1	Área Territorial Rio Novo
2	Área Territorial Alto Garcia
3	Área Territorial Barra Clara
4	Área Territorial Garcia
5	Área Territorial Centro



pacto de convivência

direitos

- manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da oficina
- formular e debater questões pertinentes ao tema da oficina
- **contribuições são muito bem-vindas nas diferentes etapas sugerimos que a manifestação oral seja de até 2 minutos**

deveres

- respeitar o pacto de convivência
- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição
- tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião preparatória e seus organizadores
- preencher a lista de participantes

onde estamos?

outubro/22

ETAPA 01 PRELIMINAR PREPARATÓRIA

- Levantamento das informações existentes de uso e ocupação do solo;
- Leitura da estrutura institucional;
- Estruturação do Núcleo Técnico da Prefeitura.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 01:
LANÇAMENTO PDP**

março/23

ETAPA 02 LEITURA DA CIDADE

- Leitura Técnica: pesquisas, levantamento; de dados, mapeamento e análises;
- Leitura Comunitária;
- Sistematização da Leitura da Cidade.

CICLO 01: Primeira Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 02:
LEITURA DA CIDADE**

maio/23

ETAPA 03 DIRETRIZES / EIXOS ESTRATÉGICOS

- Capacitação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração preliminar das diretrizes;
- Definição de estratégias e diretrizes.

CICLO 02: Segunda Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

ESTAMOS AQUI!

junho/23

ETAPA 04 VERSÃO PRELIMINAR DO PDP

- Sistematização das contribuições das oficinas territoriais e Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração da versão preliminar do PDP.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

julho/23

ETAPA 05 CONSULTA PÚBLICA E CONSOLIDAÇÃO DO PDP

- Estruturação do processo de consulta pública;

Período de Consulta Pública

- Sistematização das contribuições.

**CONFERÊNCIA:
Discussão da versão final do PDP (caráter aberto, porém votação apenas do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina).**

VERSÃO FINAL DO PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADO PARA CÂMARA DE VEREADORES

onde estamos?



ETAPA	ATIVIDADE	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10
		outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
1	Preparatória										
	Audiência 01										
2	Leitura da Cidade										
	1a rodada - Oficinas comunitárias										
	Leitura da cidade - PMA										
	Leitura da cidade - Conselho										
	Audência 02										
3	Eixos e diretrizes										
	Discussão PMA										
	2a rodada - Oficinas comunitárias										
4	Versão Preliminar PDP										
	Elaboração da versão preliminar										
	Discussão PMA										
5	Versão consolidada PDP										
	Preparação da consulta pública										
	Consulta pública										
	Conferência municipal										
	Entrega Anteprojeto LC										

atraso*

atividades participativas

- **3 audiências públicas** (2 já realizadas);
- **1 pesquisa de opinião** (cerca de 100 respostas recebidas);
- **2 rodadas de oficinas territoriais** (10 oficinas, 05 realizadas)
- **Reuniões com Conselho de Desenvolvimento;**
- **Reuniões com equipe técnica da PMA;**
- **Canais e mídias sociais** (email, facebook, whatsapp, site, formulários eletrônicos).

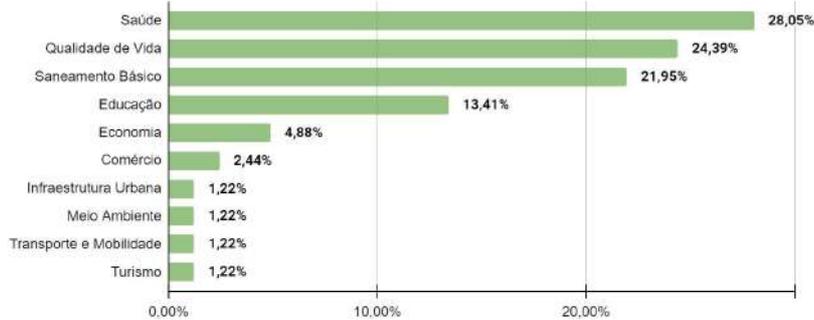


atividades participativas

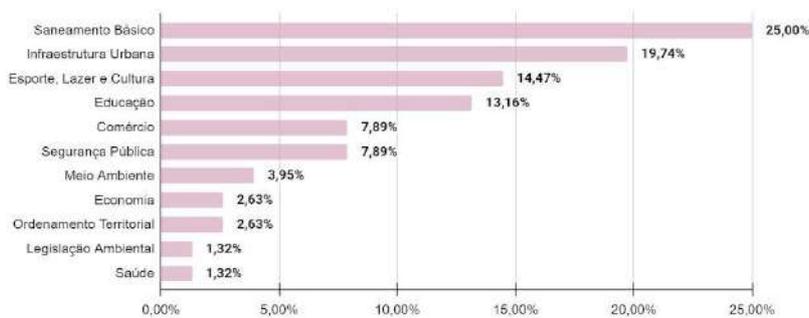


oficina territorial - barra clara (09/11/22)

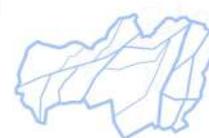
positivos



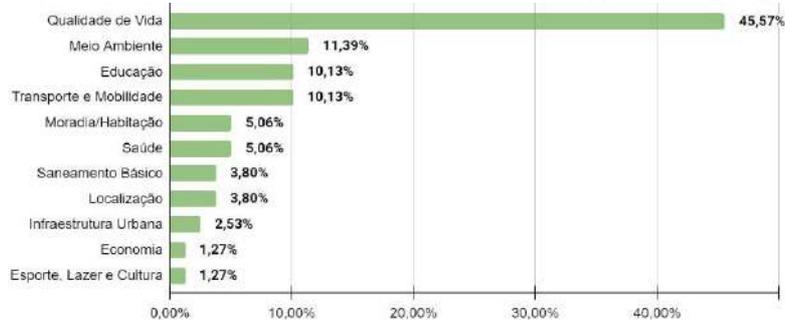
negativos



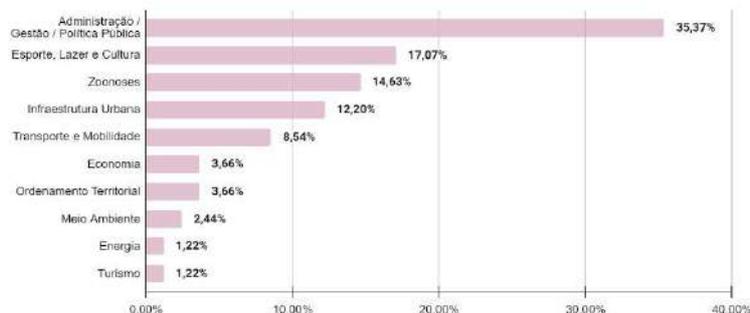
oficina territorial - alto garcia (17/11/22)



positivos



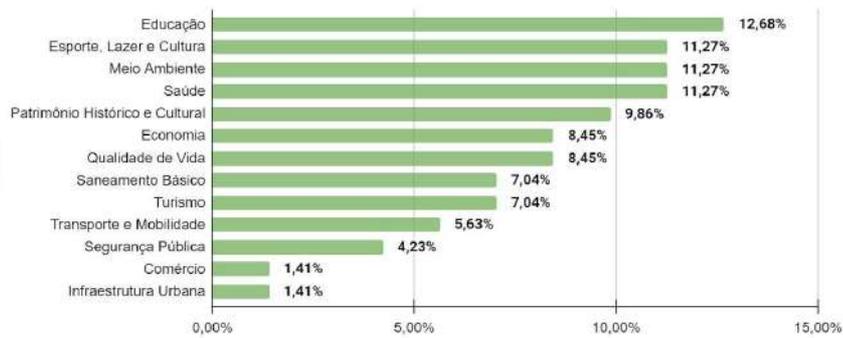
negativos



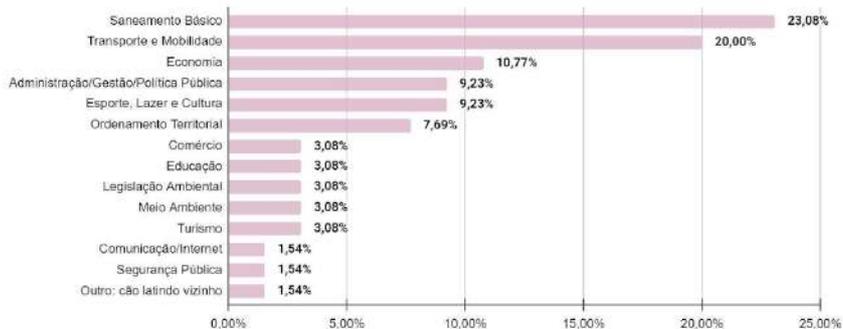
oficina territorial - centro (10/11/22)



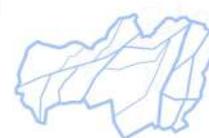
positivos



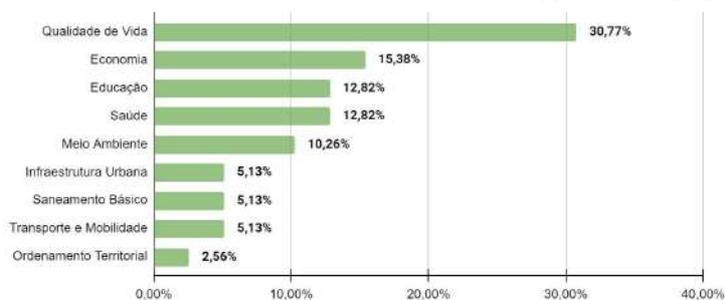
negativos



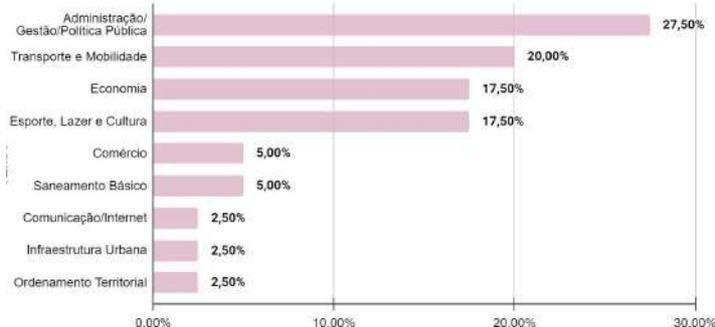
oficina territorial - rio novo (08/11/22)



positivos



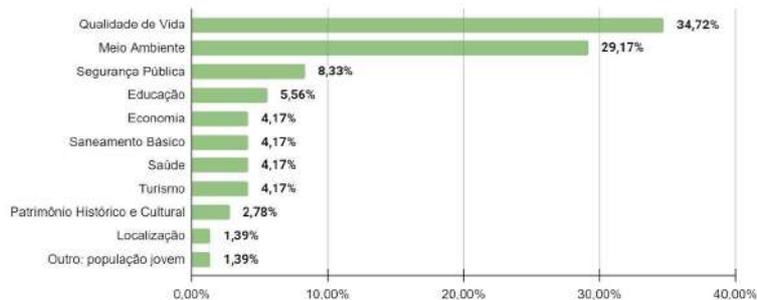
negativos



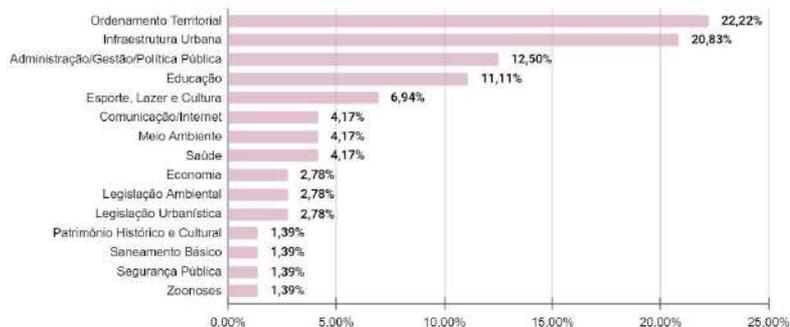
oficina territorial - garcia (07/11/22)



positivos



negativos



síntese do diagnóstico - Leitura da Cidade

LEITURA TÉCNICA



LEITURA COMUNITÁRIA



SÍNTESE FINAL

Realizada pela **equipe técnica** (UFSC + PMA)

Levantamento e análise de dados, **pesquisas** e **estudos de campo**

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses**

Pesquisa de Opinião + Oficinas Territoriais

Levantamento de aspectos **positivos e negativos**, segundo os moradores, assim como os **desejos/anseios para a cidade**

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses** para melhor compreensão e comparação dos **fatores prioritários** analisados

Síntese dos resultados encontrados:

Pontos Positivos

Pontos Negativos

Dos Desejos

Mapa Mental dos Problemas

síntese do diagnóstico - Leitura da Cidade

www.participaangelina.ufsc.br



PÁGINA INICIAL NOTÍCIAS PARTICIPAÇÃO SOCIAL BIBLIOTECA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

BIBLIOTECA

biblioteca

aqui você encontra os conteúdos técnicos e documentos utilizados como referência no processo

produtos do processo de revisão

PRODUTO 01 – LEITURA COMUNITÁRIA

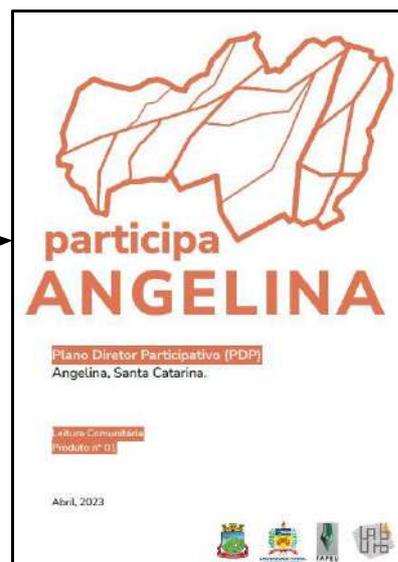
PRODUTO 02 – LEITURA TÉCNICA

PRODUTO 03 – SÍNTESE DA LEITURA DA CIDADE

conteúdos técnicos

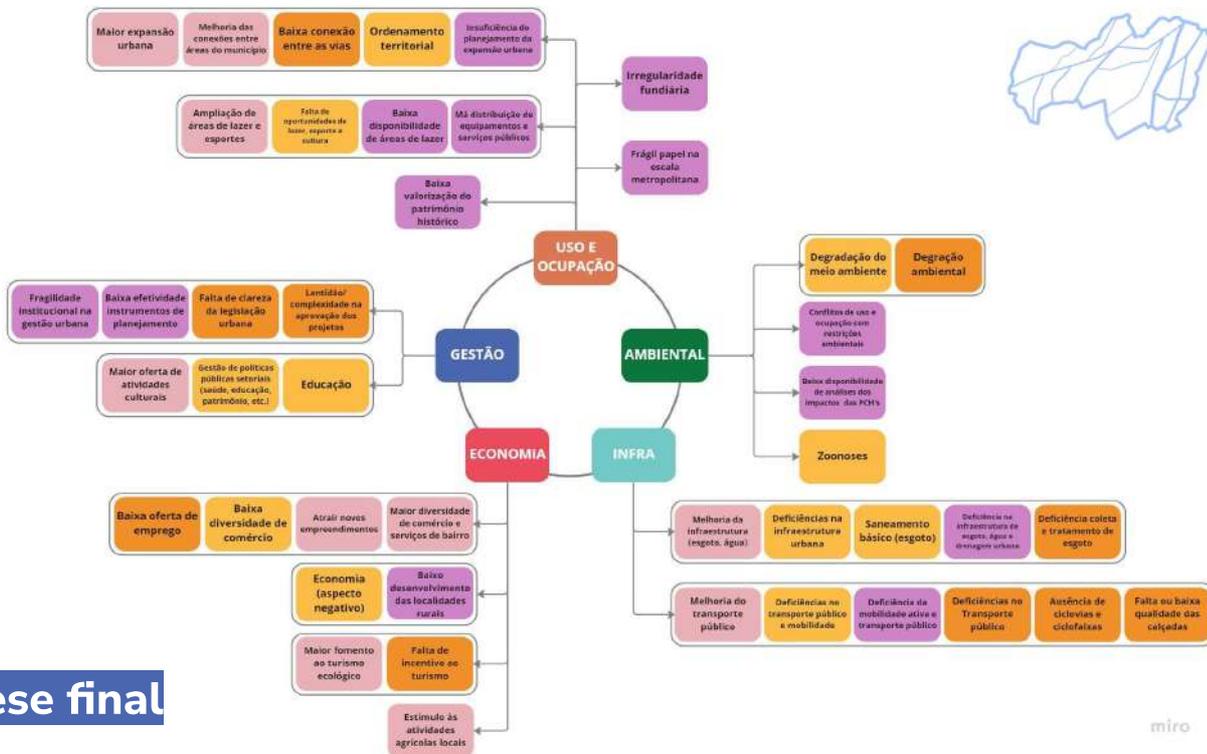
Pleno diretor em Angelina, para quê?

O que você tem a ver com a participação?





miro



miro

síntese final



estrutura geral



Princípios

- Valores
- O que fundamenta
- Início de uma ação ou processo
- **De onde partir? – Fundamento**

Problemáticas (e qualidades) estruturantes

- Quais questões são mais problemáticas no território?
- O que se pretende enfrentar?
- **Hierarquia... quais problemas são mais importantes neste momento?**

Diretrizes

- Estratégias de enfrentamento dos problemas...
- Cada problema pode ter uma ou mais diretrizes
- Cada diretriz pode "atacar" mais de um problema



uso e ocupação

infra

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Baixa capacidade operacional da prefeitura (desempenho institucional, equipe e recursos).</p> <p>Ralta de aderência de parte dos instrumentos em relação às dinâmicas territoriais.</p> <p>Incorporando, especialmente na região da população zona equívoca ambiental e urbanística.</p>	<p>Insuficiência do planejamento da expansão urbana</p>	<p>Formalizar instâncias e instrumentos para o planejamento da expansão urbana.</p>	<p>Sugerir melhorias institucionais para melhor gestão e planejamento (equipe, estrutura, etc.).</p> <p>Ativar e dar maior aderência aos instrumentos urbanísticos existentes.</p> <p>Avaliar pertinência dos instrumentos urbanos atuais e possibilidade de criação de novos.</p>
			<p>Fortalecer instâncias de participação sobre a gestão e o planejamento urbano.</p>
<p>Território extenso e com baixíssima densidade demográfica.</p> <p>Baixa capacidade institucional e financeira do município.</p> <p>Baixa integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Má distribuição de equipamentos e serviços públicos, áreas de lazer e culturais.</p>	<p>Terminar mais equitativa a distribuição e disponibilidade dos equipamentos e serviços públicos culturais e de lazer.</p>	<p>Propor distribuição territorialmente equitativa de serviços e equipamentos.</p> <p>Fomentar integração aos equipamentos e serviços existentes e serviços em locais de suporte à produção rural.</p> <p>Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Baixa capacidade financeira do município e prioridade dos investimentos.</p> <p>Baixa disponibilidade de recursos humanos para planejamento e gestão da mobilidade.</p> <p>Avaliação de instrumentos de planejamento e gestão de mobilidade urbana no município.</p>	<p>Deficiência da mobilidade ativa e transporte público</p>	<p>Melhorar as condições de mobilidade ativa e transporte público do município.</p>	<p>Identificação de eixos viários prioritários e sugestão de melhorias para mobilidade ativa.</p> <p>Sugerir ações prioritárias com ênfase na gestão de infraestrutura e serviços com base em estudos para o transporte público.</p> <p>Definir critérios para novos parcelamentos incorporarem modos alternativos.</p>
<p>Plano de Saneamento Básico desatualizado e pouco efetivo.</p> <p>Baixa influência do município junto às concessionárias.</p> <p>Baixa capacidade de investimento e projetos elaborados de modo inadequado.</p>	<p>Deficiência na infraestrutura de esgoto, água e drenagem urbana</p>	<p>Fortalecer planejamento e investimentos em infraestrutura de saneamento básico no município.</p>	<p>Estabelecer no POP diretrizes prioritárias para um programa de saneamento básico.</p> <p>Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas que maximizem o uso eficiente a coleta de água de chuva, etc. para o POP.</p>



economia

gestão

ambiental

uso e ocupação

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Falta de integração em território</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Falta de integração em território</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Falta de integração em território</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Degradação ambiental</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Falta de integração em território</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>Falta de integração em território</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p> <p>Alta dependência econômica do município em relação a outros municípios e estados.</p>	<p>infra</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>	<p>Fortalecer a integração entre as políticas setoriais e o planejamento territorial.</p>

síntese das diretrizes

Incentivar o fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população dispersa no território	Propor distribuição territorialmente equitativa de serviços e equipamentos	Verificar possibilidade de instrumento específico para áreas de conflito ambiental urbano	Viabilizar diretrizes urbanísticas (sistema viário, equipamentos coletivos, etc.) para as áreas consideradas de expansão urbana	Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local (no interior das áreas urbanas e entre localidades)	Sugerir rotas prioritárias (com adequação sugerida de infraestrutura) e paradas com localização estratégica para o transporte público
Integrar ao macrozoneamento rural instrumentos que viabilizem/induzam atividades econômicas de baixo impacto e congruentes com as características locais	Delimitar núcleos urbanos consolidados	Regulamentar a implantação de condomínios rurais, chácaras, pousadas	Avaliar pertinência dos perímetros urbanos atuais e possibilidade da criação de novos	Identificar e propor diretrizes de distribuição territorial para equipamentos de suporte à atividade agrícola	Identificação de eixos viários prioritários e sugestão de melhorias para mobilidade ativa
Propor instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o imposto que promovam, de modo a facilitar a compreensão e aplicação da legislação	Identificar áreas mais aptas ao cultivo existentes no município e sugerir diretrizes de valorização/proteção	Cartografar áreas de conflito ambiental urbano	Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares	Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal	Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa
Criar critérios para a melhoria das condições de mobilidade de pedestres e ciclistas	Verificar pertinência das AEIS atuais e necessidade de novas áreas	Definir critérios para novos parcelamentos incorporarem modais alternativos	Definição de diretrizes e instrumentos aderentes ao PD para valorização do patrimônio (DCC, definição de áreas de interesse, diretrizes, etc.)	Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas (permeabilidade do solo, incentivo a coleta de água da chuva, etc.) para o PDP	Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos

Aderentes
24

Propor diretrizes para programa de fortalecimento do turismo no PDP	Desenvolver diagnóstico socioambiental do município	Propor diretrizes para a proteção e valorização do patrimônio turístico identificados na Leiatura da Cidade	Estabelecer no PDP diretrizes prioritárias para o aperfeiçoamento da estrutura institucional de gestão e planejamento territorial	Aperfeiçoar instrumentos normativos de parcelamento do solo
Propor diretrizes para programa de fortalecimento à agricultura no PDP	Viabilizar a implantação da ATHIS (talvez consorciado?)	Estabelecer no PDP diretrizes prioritárias para um programa de saneamento básico	Avaliar experiências de implementação de serviços sistêmicos em escala metropolitana	Ajustar e dar maior aderência aos instrumentos urbanísticos existentes
Oferecer diretrizes para política ambiental e instrumentos regulatórios locais	Estabelecer diretrizes para a instalação de PCH's no território municipal coerentes com o PDP	Estabelecer no PDP diretrizes prioritárias para um programa de habitação e regularização fundiária	Avaliar e proteger "ativos" ambientais existentes, relevantes na escala metropolitana	Dar maior aderência e operacionalidade aos instrumentos a partir das dinâmicas territoriais concretas

Parcial 15

miro

síntese das diretrizes



Incentivar o fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população dispersa no território	Propor distribuição territorialmente equitativa de serviços e equipamentos	Verificar possibilidade de instrumento específico para áreas de conflito ambiental urbano	Viabilizar diretrizes urbanísticas (sistema viário, equipamentos coletivos, etc.) para as áreas consideradas de expansão urbana	Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local (no interior das áreas urbanas e entre localidades)	Sugerir rotas prioritárias (com adequação sugerida de infraestrutura) e paradas com localização estratégica para o transporte público
Integrar ao macrozoneamento rural instrumentos que viabilizem/induzam atividades econômicas de baixo impacto e congruentes com as características locais	Delimitar núcleos urbanos consolidados	Regulamentar a implantação de condomínios rurais, chácaras, pousadas	Avaliar pertinência dos perímetros urbanos atuais e possibilidade da criação de novos	Identificar e propor diretrizes de distribuição territorial para equipamentos de suporte à atividade agrícola	Identificação de eixos viários prioritários e sugestão de melhorias para mobilidade ativa
Propor instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o imposto que promovam, de modo a facilitar a compreensão e aplicação da legislação	Identificar áreas mais aptas ao cultivo existentes no município e sugerir diretrizes de valorização/proteção	Cartografar áreas de conflito ambiental urbano	Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares	Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal	Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa
Criar critérios para a melhoria das condições de mobilidade de pedestres e ciclistas	Verificar pertinência das AEIS atuais e necessidade de novas áreas	Definir critérios para novos parcelamentos incorporarem modais alternativos	Definição de diretrizes e instrumentos aderentes ao PD para valorização do patrimônio (DCC, definição de áreas de interesse, diretrizes, etc.)	Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas (permeabilidade do solo, incentivo a coleta de água da chuva, etc.) para o PDP	Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos

Aderentes
24

miro

eixos estruturantes do PDP



conteúdos

1. Princípios do PDP
2. Centralidades e equipamentos
3. Planejamento da expansão urbana

BLOCO 01

4. Regularização fundiária
5. Desenvolvimento rural
6. Meio ambiente e áreas verdes

BLOCO 02

bloco 01

1. Princípios do PDP
2. Centralidades e equipamentos
3. Planejamento da expansão urbana

1. princípios do pdp

1. Permanência e qualificação da vida no campo e das comunidades rurais
2. Equidade territorial
justa distribuição dos serviços e equipamentos
3. Equilíbrio socioambiental
compatibilizar ocupação com condicionantes ambientais
4. Racionalização e otimização dos custos da urbanização
expansão cuidadosa e incentivo à compacidade e integração
5. Função social da cidade e da propriedade
6. Gestão democrática da cidade

2. Centralidades e distribuição de equipamentos

Fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população rural

Fomentar centralidades existentes ou novas a serem fortalecidas

Propor distribuição de equipamentos prioritários (critérios de densidade e acessibilidade)

Sugerir rotas prioritárias para o transporte público

centralidades e equipamentos



Sistema de centros de cidadania

centralidades e equipamentos

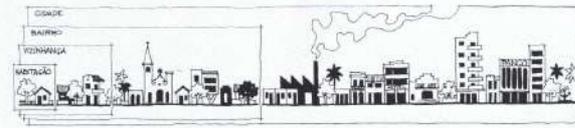


O que deve conter?

1. Educação básica
2. Saúde básica
3. Espaços públicos/lazer/cultura
4. Incentivo ao comércio local
5. Suporte ao cidadão

Distribuição dos equipamentos segundo escalas urbanas e agentes de implantação

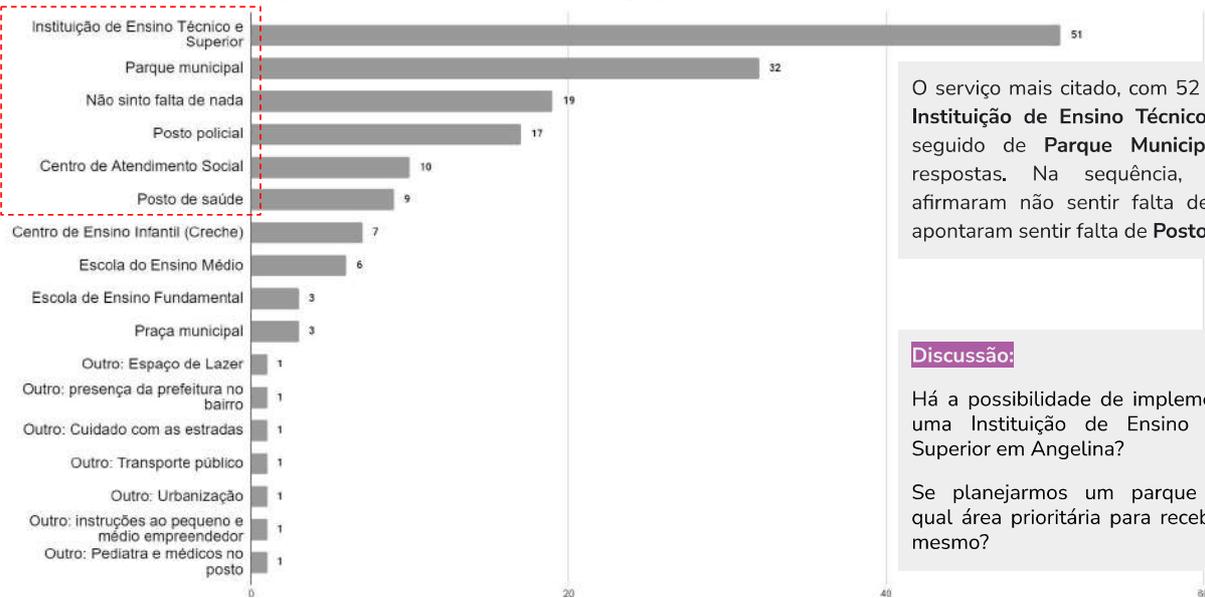
agente				equipamentos	escalas urbanas		
privado	público				vizinhança	bairro	cidade
P	M	E	F	Creche	●		
P	M	E	F	Pré-escolar	●		
P	M	E		Escola de 1º grau	●		
P	M	E	F	Escola de 2º grau		●	●
P	M	E	F	Centro de ação social		●	●
P	M	E	F	Postos de saúde e hospital		●	●
	M			Praças e áreas verdes	●	●	●
	M	E		Parques			●
	M	E	F	Reserva florestal			●
P	M			Cemitério			●
P	M			Mercado		●	
P	M	E		Matadouro			●
			E	Corpo de Bombeiros			●
			E	Posto policial			●
			E	Posto telefônico			●
			F	Correios e telégrafos			●
P	M	E		Rodoviária			●
		M	E	Edifícios públicos adm.		●	●
		M	E	Instal. de infra-estrutura			●



centralidades e equipamentos



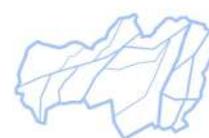
Serviços que sente falta - Áreas Territoriais agrupadas



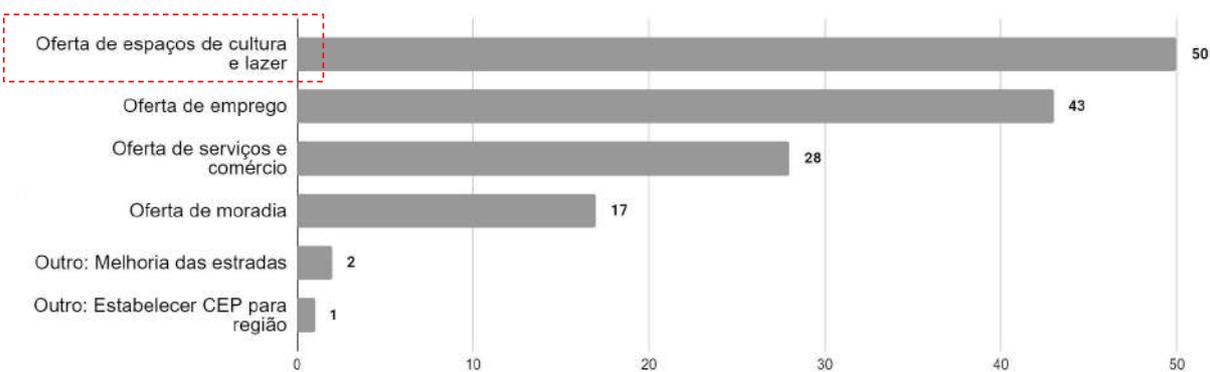
O serviço mais citado, com 52 respostas, foi **Instituição de Ensino Técnico e Superior**, seguido de **Parque Municipal**, com 32 respostas. Na sequência, 19 pessoas afirmaram não sentir falta de nada, e 17 apontaram sentir falta de **Postos Policial**.

Discussão:
 Há a possibilidade de implementação de uma Instituição de Ensino Técnico e Superior em Angelina?
 Se planejarmos um parque Municipal: qual área prioritária para recebimento do mesmo?

centralidades e equipamentos



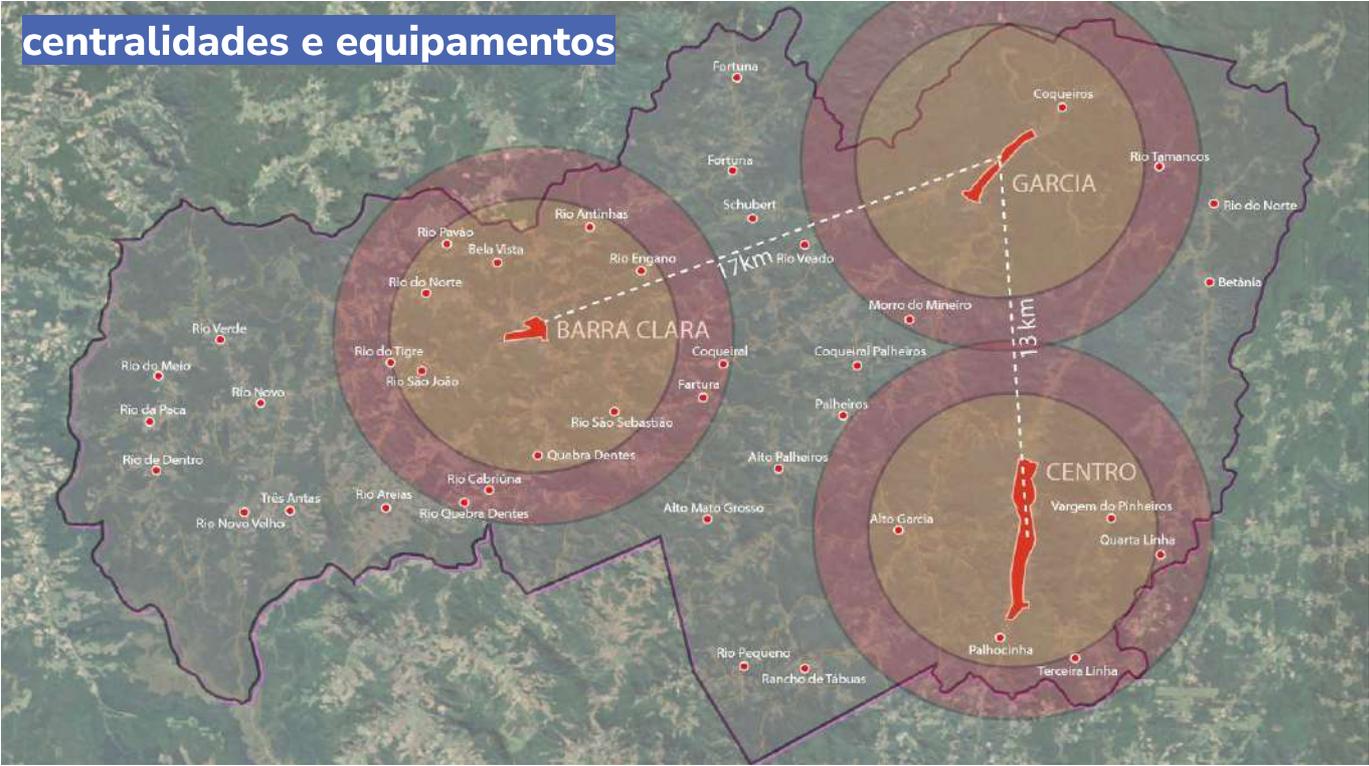
Ofertas que sente falta - Áreas Territoriais agrupadas



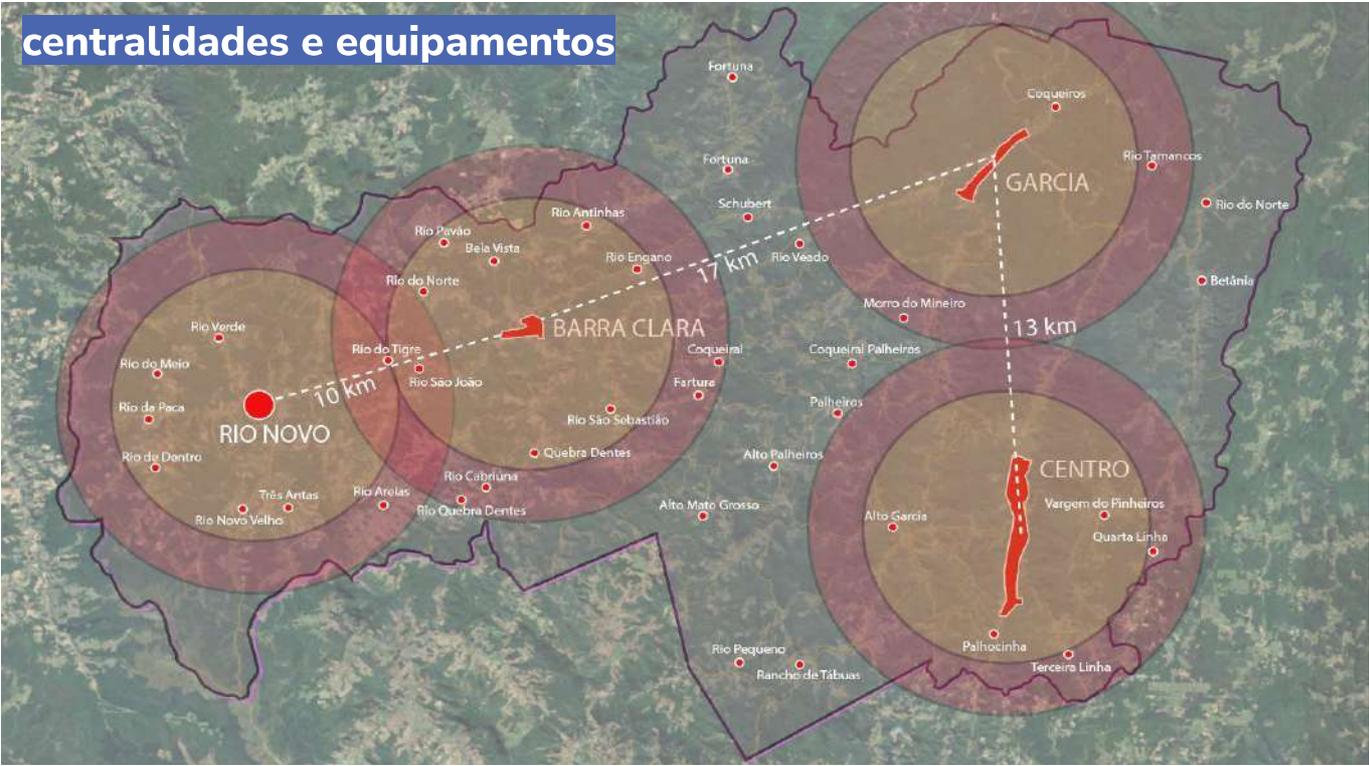
centralidades e equipamentos



centralidades e equipamentos



centralidades e equipamentos



centralidades e equipamentos



Incentivo de uso do solo residencial e não residencial (comercial, serviços, industrial e institucional)



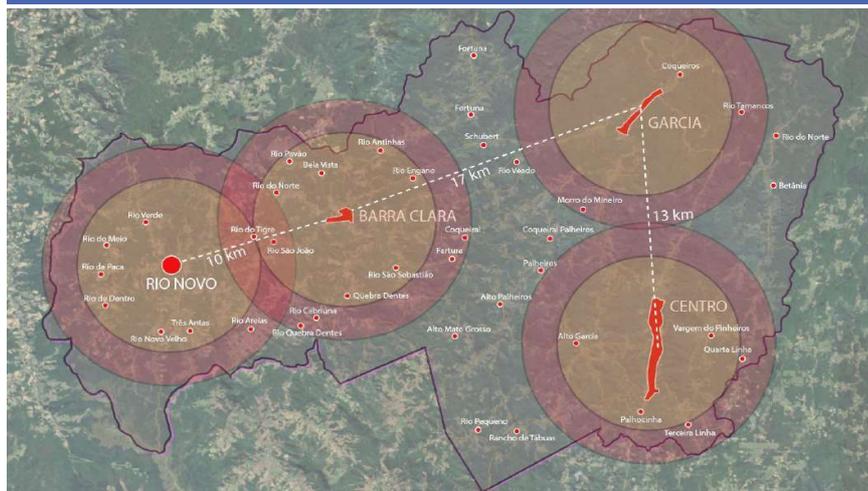
Oferta de equipamentos urbanos e sociais



Estabelecer linha de transporte público: para os núcleos servirem de apoio a população dispersa no território



Fortalecimento dos núcleos urbanos existentes de Angelina e fortalecimento do Rio Novo



centralidades e equipamentos

Distribuição na macrozona da Sede

Encontra-se bem abastecido de equipamentos urbanos.

Expansão Área urbana Central

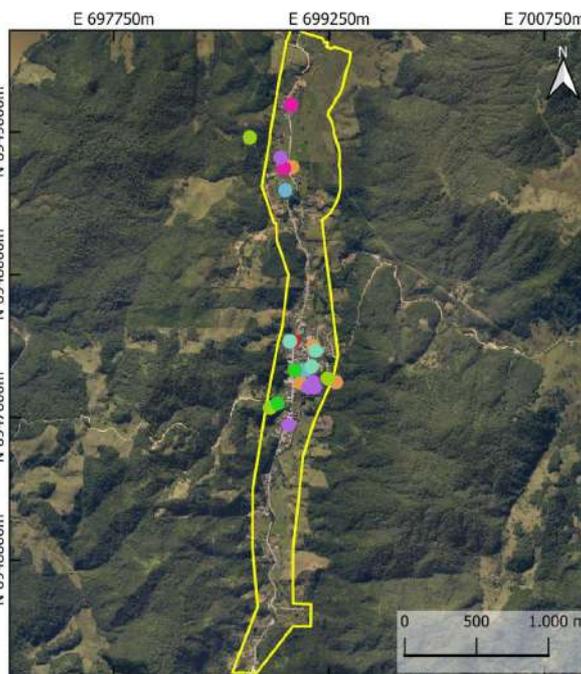
Oferta de equipamentos urbanos e sociais

EQUIPAMENTOS CENTRO

Equipamentos_comunitarios

- Administração pública
- Associação
- Cemitério
- Educação
- Religião
- Saúde
- Segurança
- Lazer

- Limite Municipal
- Macrozona Urbana Vigente



centralidades e equipamentos

Distribuição na macrozona de Barra Clara

Possui Posto de Saúde e escola (infantil e fundamental); cemitério e ginásio de esportes em frente à escola.

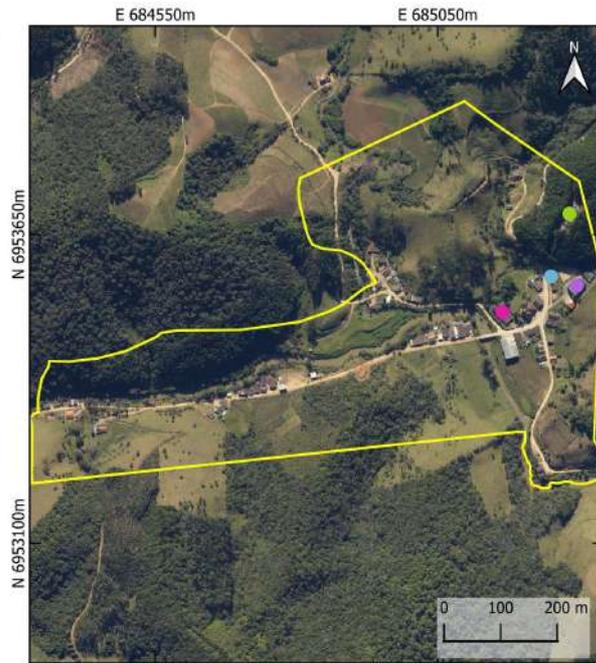
Fortalecimento Área Urbana Barra Clara

Oferta de equipamentos urbanos e sociais

EQUIPAMENTOS BARRA CLARA

- Equipamentos Comunitários
- Cemitério
 - Educação
 - Religião
 - Saúde

- Limite Municipal
- Macrozona Urbana Vigente



centralidades e equipamentos

Distribuição na macrozona do Garcia

Possui posto de saúde e escola (infantil e fundamental); associação de moradores e ginásio de esportes em frente à escola.

Expansão Área urbana do Garcia

Oferta de equipamentos urbanos e sociais

EQUIPAMENTOS GARCIA

- Equipamentos_comunitarios
- Associação
 - Cemitério
 - Educação
 - Religião
 - Saúde
 - Lazer

- Limite Municipal
- Macrozona Urbana Vigente



centralidades e equipamentos

Distribuição na macrozona urbana do Rio Novo

Possui Posto de Saúde, escola CMEI do Rio novo (infantil e fundamental) e Ginásio de Esportes do Rio Novo,

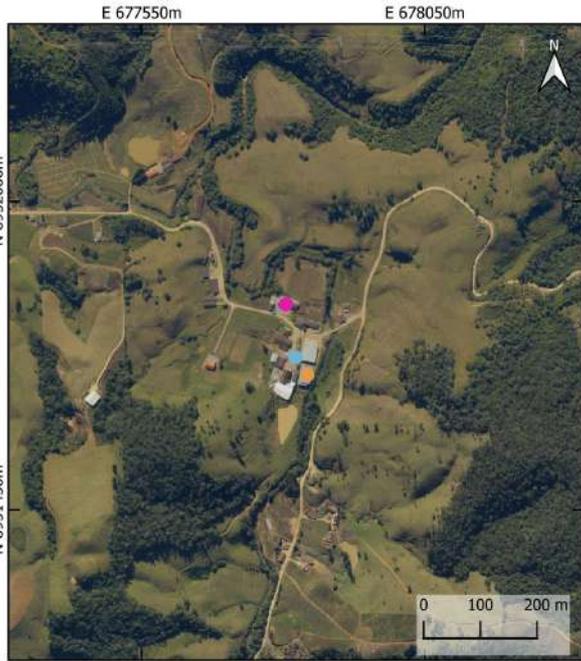
Fortalecimento Área do Rio Novo

Oferta de equipamentos urbanos e sociais

EQUIPAMENTOS RIO NOVO

- Equipamentos_comunitarios
- Cemitério
 - Educação
 - Religião
 - Saúde
 - Lazer

- Limite Municipal
 - Macrozona Urbana Vigente
-



centralidades e equipamentos

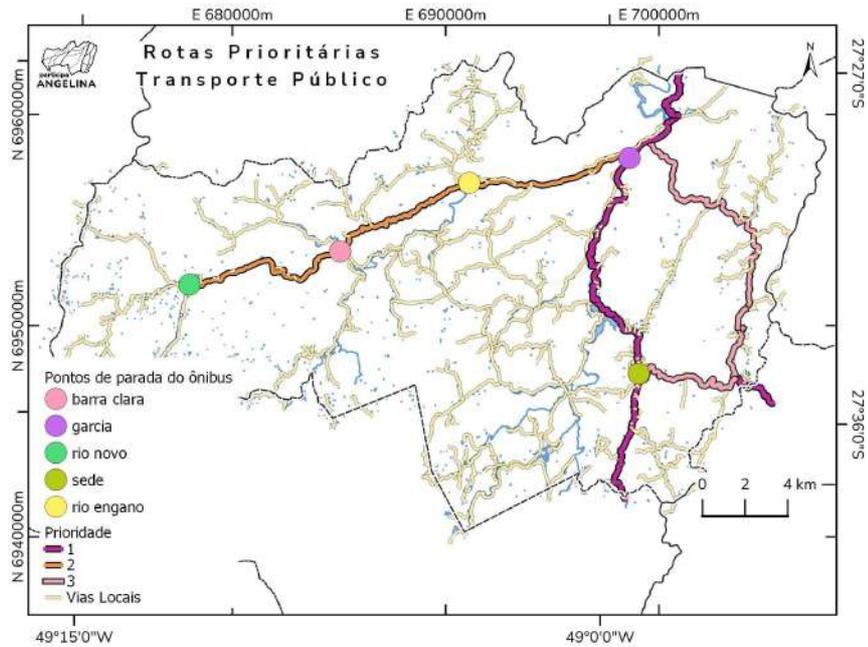
Sugestão de rotas prioritárias para transporte público:

1ª Centro- Garcia: Via Estrutural - expansão urbana proposta e densidade
Centro/Garcia: 13,3 km / 26 min

2ª Garcia - Rio Novo: Vias Coletoras - integração equipamentos
Garcia/ Rio Engano: 8,8 km / 17 min
Rio Engano/Barra Clara: 8,7 km / 21 min
Barra Clara / Rio Novo: 10km / 20 min

Total núcleos urbanos: 40,1 km / 1h40min

3ª Alça rural: via Local
Betânia - Quarta Linha e Centro 26,2 km - 56 min



centralidades e equipamentos

Centro

O que já tem?

- Comércio diversificado
- Equipamentos de saúde e educação (área consolidada)
- Praça matriz
- Equipamentos institucionais
- Posto policial

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana
- Educação básica (expansão)
- Praça e Parque (curso d'água)
- Transporte coletivo



Garcia

O que já tem?

- Equip. saúde básica
- Equip. educação básica
- Ensino médio
- Área para praça
- Comércio frágil
- Igreja e cemitério
- Quadra de esportes

O que falta?

- Área de lazer/cultura
- Parque linear (rio Garcia)
- Incentivo ao comércio
- Transporte coletivo
- Integração equipamentos



Barra Clara

O que já tem?

- Equip. saúde básica
- Equip. educação básica (parcialmente indis. - previsão)
- Comércio frágil
- Igreja e cemitério
- Ginásio de futebol (temp. indisponível)

O que falta?

- Área de lazer/cultura
- Parque linear (rio)
- Incentivo ao comércio
- Transporte coletivo
- Integração equipamentos



Rio Novo

O que já tem?

- Equip. saúde básica
- Equip. educação básica
- Comércio frágil
- Igreja e cemitério
- Ginásio de futebol

O que falta?

- Nova macrozona urbana
- Área de lazer/cultura
- Parque linear (rio)
- Incentivo ao comércio
- Transporte coletivo
- Integração dos equipamentos



centralidades e equipamentos



Fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população rural

Fomentar centralidades existentes ou novas a serem fortalecidas

Propor distribuição de equipamentos prioritários (critérios de densidade e acessibilidade)

Sugerir rotas prioritárias para o transporte público

- Sistema de "centros de cidadania" como incentivo à urbanidade distribuída no território, a partir de quatro núcleos principais (Centro, Garcia, Barra Clara e Rio Novo)
- Formalizar e fortalecer papel do Rio Novo, como novo perímetro urbano
- Fortalecer papel do Garcia e Barra Clara (equipamentos e comércio)
- Fortalecer papel de principal centralidade da área central

- Análise da disponibilidade de equipamentos e serviços públicos na diferentes centralidades
- Priorização de investimentos nos "centros de cidadania" de forma a garantir maior acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos

- Eixos prioritários de transporte público interligando centralidades e centros de cidadania

3. planejamento da expansão urbana

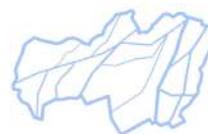
Analisar pertinência dos perímetros existentes

Definir áreas de expansão urbana e diretrizes urbanísticas (sistema viário, etc)

Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local (no interior das áreas urbanas e entre localidades)

Definir critérios e parâmetros e parcelamento do solo

planejamento da expansão urbana



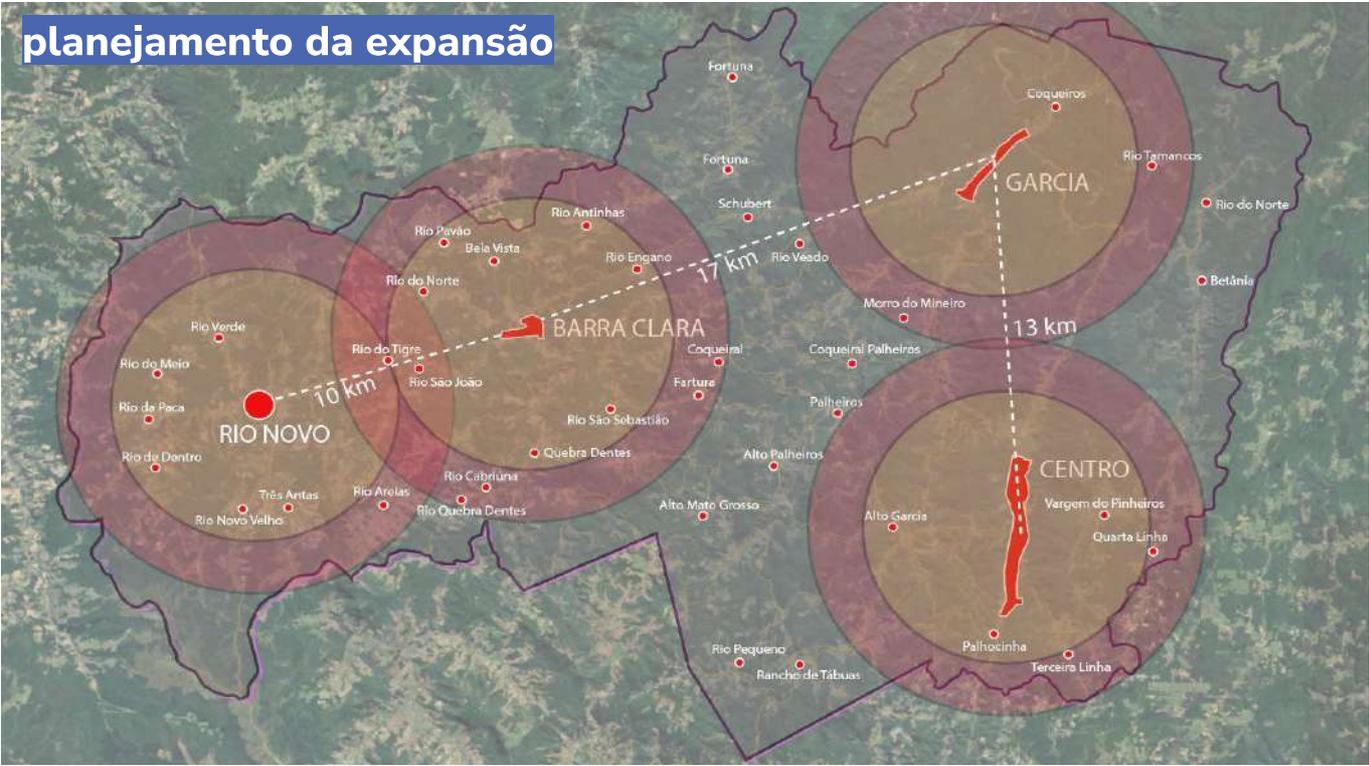
questões centrais

1. Demanda por “expansão urbana” tem pouca relação com crescimento demográfico, mas com inadequações e irregularidades
2. Parte dessas inadequações estão em delimitação “fina” do perímetro urbano
3. Outra parte com a delimitação de perímetros em áreas pouco propícias à ocupação
4. Necessidade de ajuste de perímetros urbanos mais representativos na área Central e no Garcia
5. Possibilidade de lançar diretrizes urbanísticas mais consistentes e operacionais para “planejar a expansão urbana”
6. Necessidade de reconhecer dinâmicas de ocupação: Coqueiros, Rio Novo e Rio Engano, principalmente

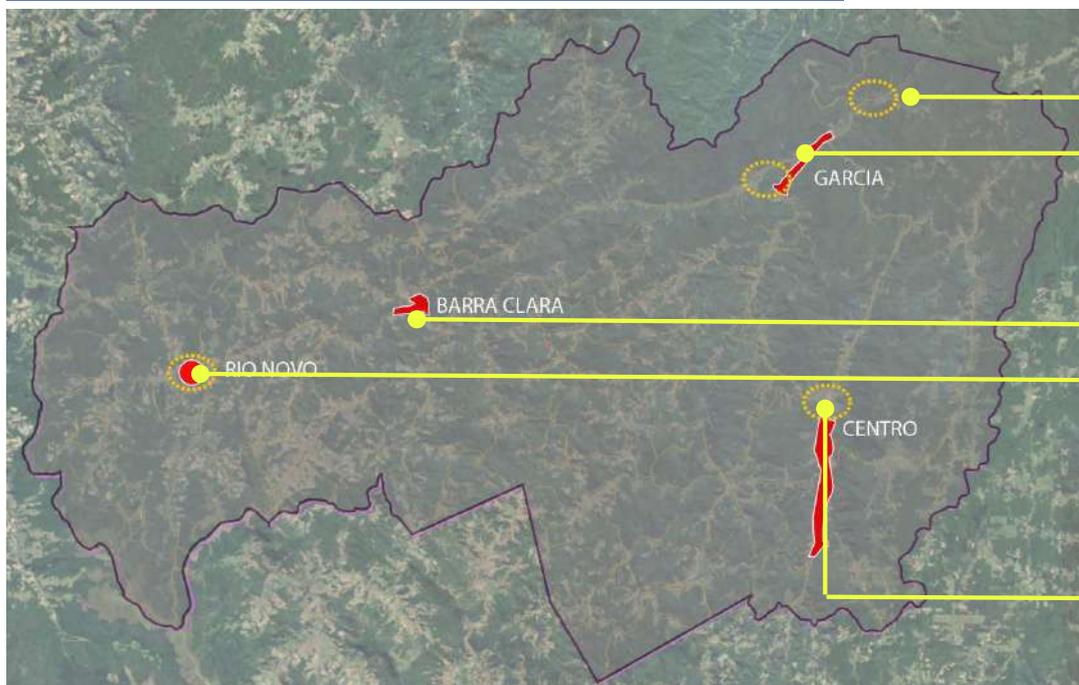
planejamento da expansão



planejamento da expansão



planejamento da expansão urbana



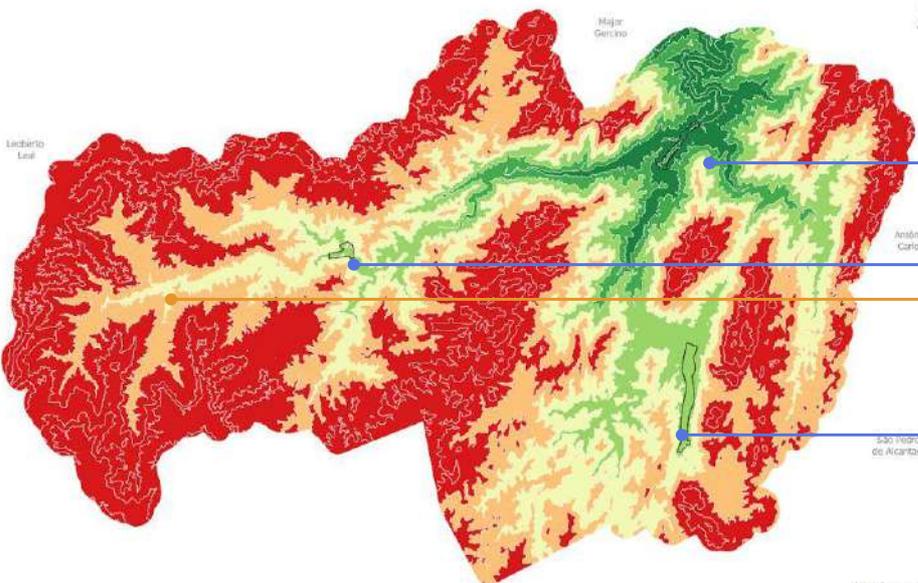
Garcia
Coqueiros
 Perímetro descontínuo
 Ampliação
 perímetro atual

Barra Clara
 Mantém perímetro atual

Rio Novo
 Novo perímetro

Central
 Aumento
 perímetro atual

planejamento da expansão urbana



Garcia

Barra Clara

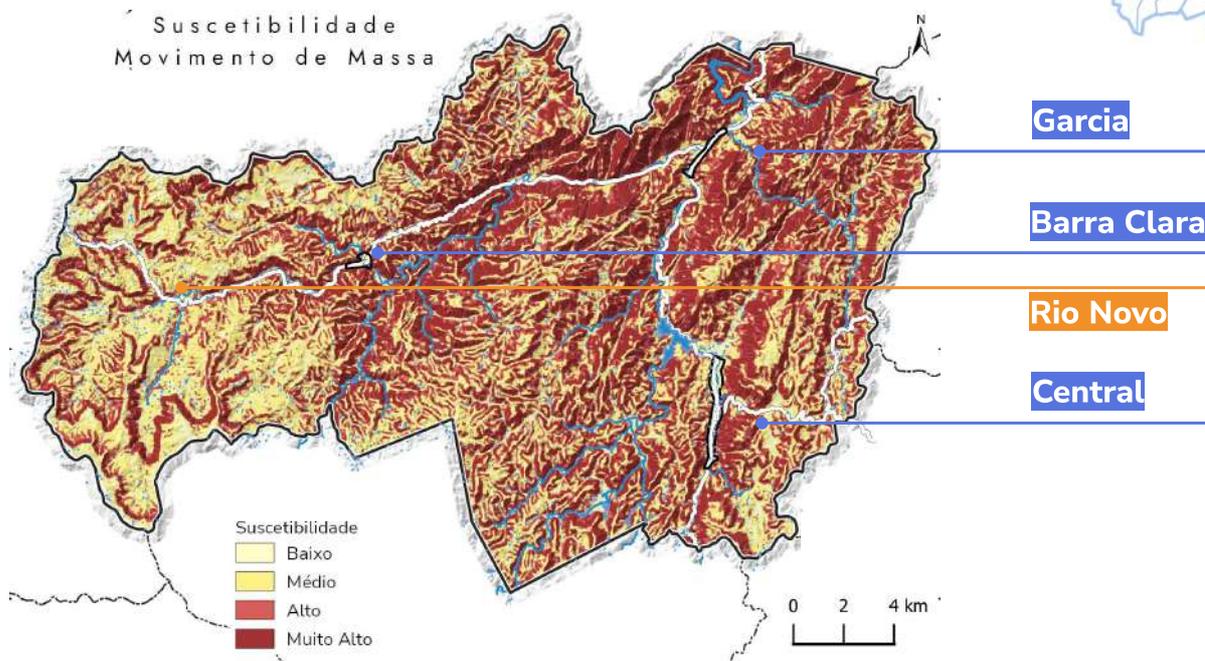
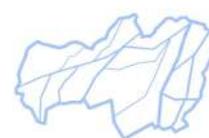
Rio Novo

Central

0 2 4 km
 Sistema de Referência de Coordenadas:
 SPGAD 2011 - WTM Fuso 223

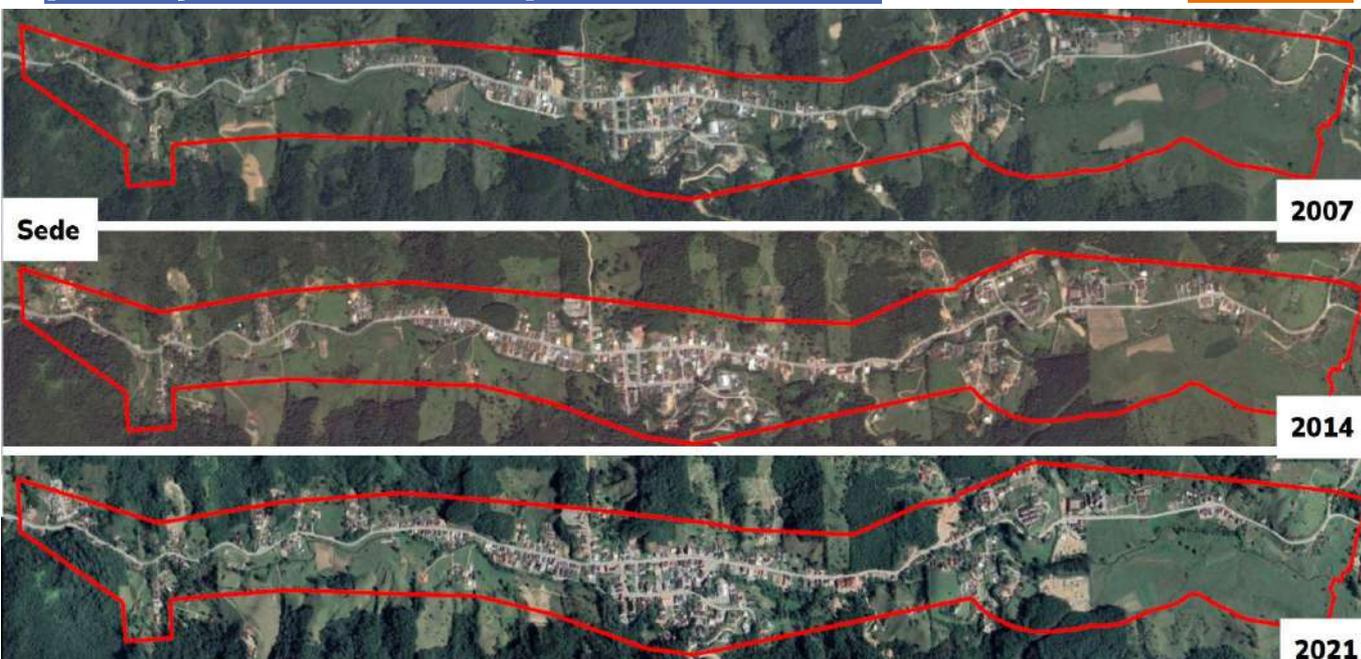
Altitude (em metros)
 - abaixo de 100
 - entre 101 e 200
 - entre 201 e 300
 - entre 301 e 400
 - entre 401 e 500
 - acima de 500

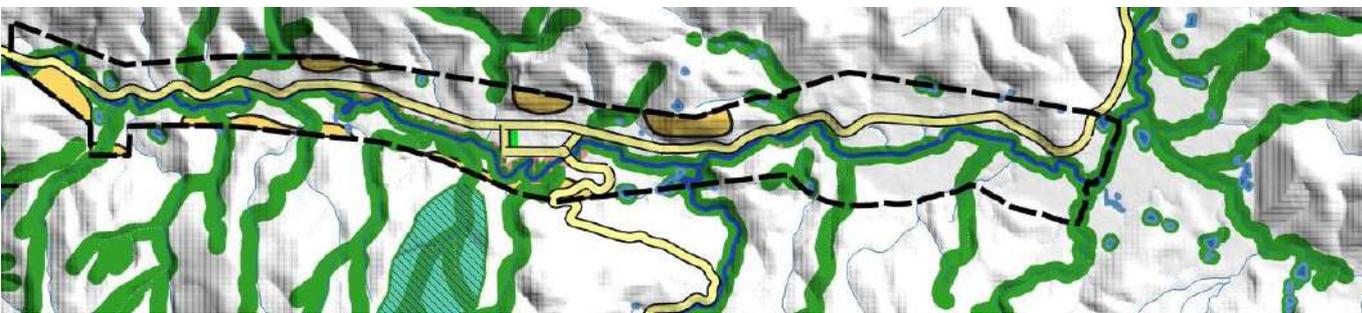
planejamento da expansão urbana



planejamento da expansão urbana

centro





centro

Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA):

- APP dos Cursos Hídricos
- Área de Uso Limitado
- Área sujeita ao TAC
- Sist. de Áreas Verdes Urbanas
- Área de Preservação de Manancial

APA na MU Central

Área perímetro: 160 ha

Área c/restrições: 63 ha (40%)

Área ocupada: 41 ha (25%)

Área disponível: 55,7 ha (35%)



planejamento da expansão urbana

centro

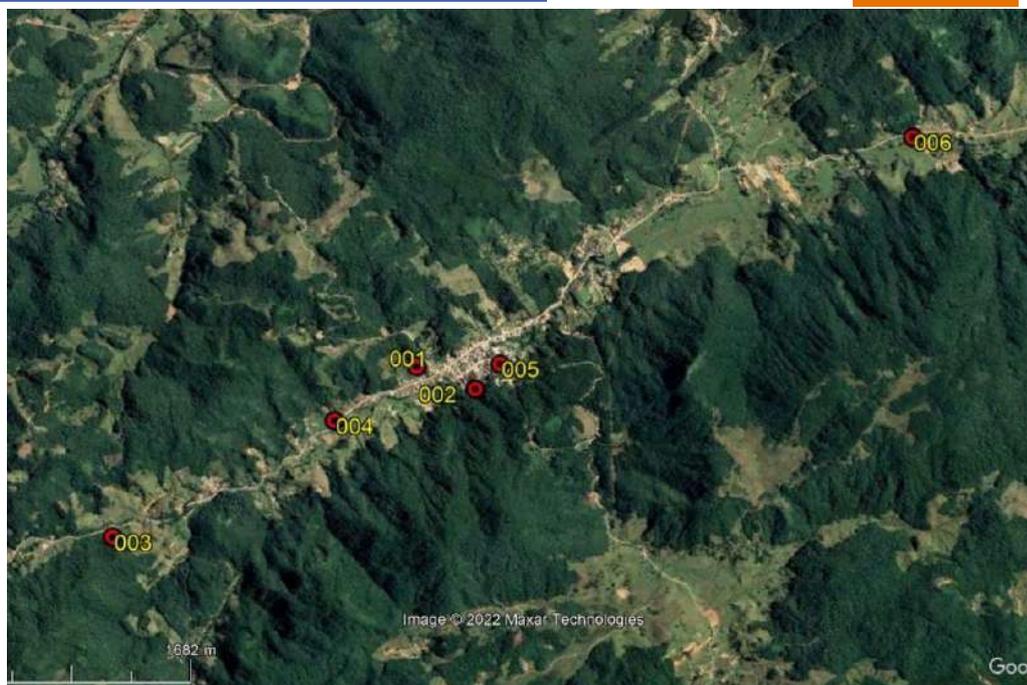
001: deslizamento de solo; há edificações sob risco alto (R3) a muito alto (R4)

002: deslizamento de solo; por não haver construções residenciais ou exposição de pessoas, o local está sob risco baixo (R1)

003: deslizamento de solo e atingimento de edificações residenciais; as residências no local estão sob risco alto (R3)

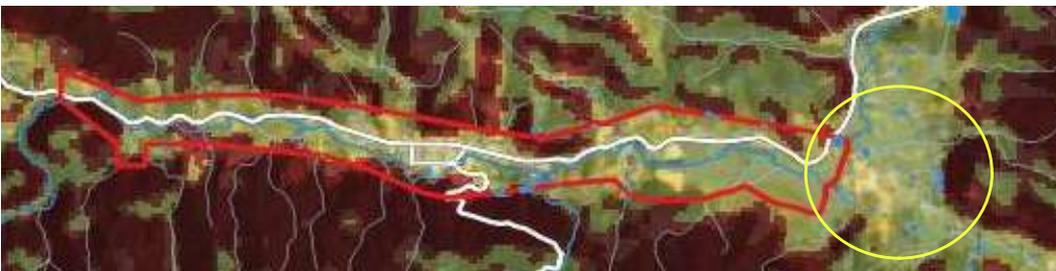
004: deslizamento de solo e exposição de edificação em crista de talude; a área está sob risco a muito alto (R4)

005: deslizamento de solo e atingimento de edificação; residencial considerando as intervenções em execução, a edificação está sob risco moderado (R2)



planejamento da expansão urbana

centro



Movimento de massa



Inundação

planejamento da expansão urbana

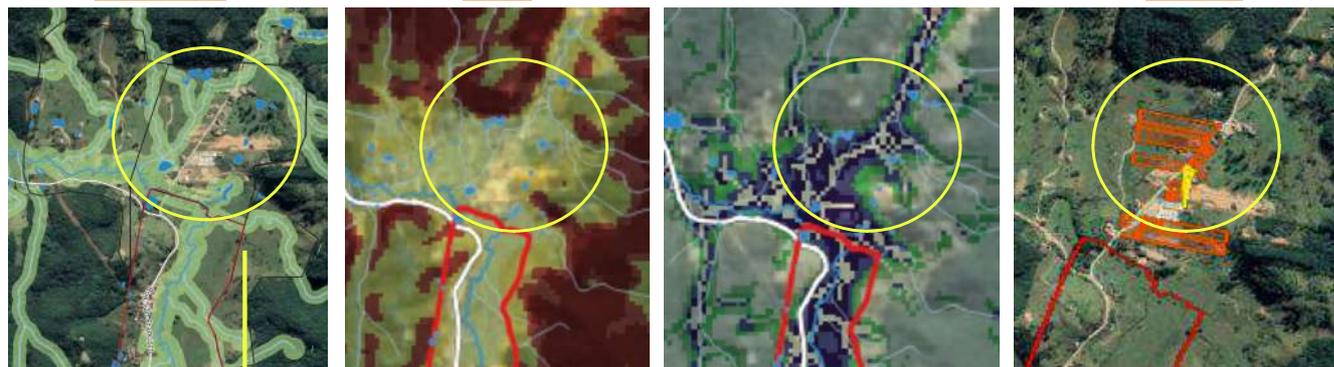
centro

áreas de preservação

Movimento de massa

Inundação

Regularização fundiária



área com menos restrições ambientais e sem casas em APPs + Regularização Fundiária (Linha do Chaves)

Proposta

Área perímetro atual: 160 ha

Área ocupada atual: 41 ha (25%)

Área disponível atual: 55,7 ha (35%)

Área acrescida: cerca de 45 ha

Área ocupada: 3ha

Área restrição: 10 ha

Área disponível: 32 ha

Mais restrita e talvez mais "adequada"

Como integrar com a cidade existente?

Fortalece padrão linear de ocupação?

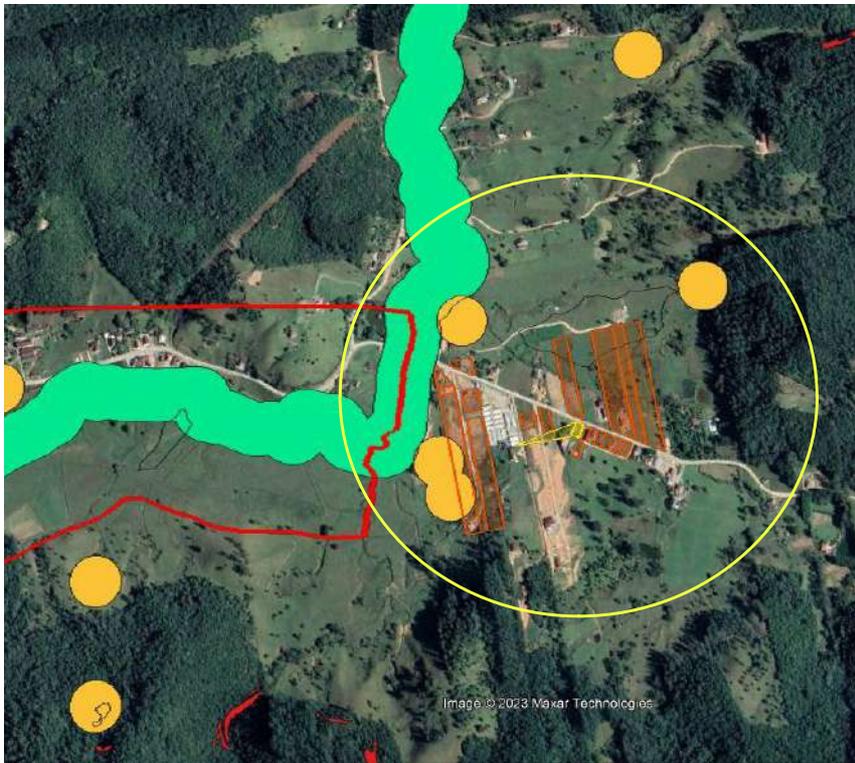


Image © 2023 Maxar Technologies

custos de urbanização



EM DÓLARES (US\$) / EM 2012										
REDE	CUSTO / HABITAÇÃO					CUSTO / HECTARE				
	HABITANTES/HA					HABITANTES/HA				
	15	30	60	100	120	75	100	150	300	600
PAVIMENTO	21.405	10.977	5.899	3.968	2.998	121.865	123.384	126.546	135.511	141.274
DRENAGEM PLUVIAL	7.555	3.892	2.027	1.331	988	44.269	44.774	45.992	47.134	48.373
ABASTECIM. DE ÁGUA	1.693	1.538	723	398	267	9.699	9.922	10.634	12.962	17.619
ESGOTO SANITÁRIO	9.509	4.638	2.414	1.539	1.125	54.217	54.442	54.765	55.972	56.382
ENERGIA ELÉTRICA	3.256	2.261	1.846	1.409	1.125	18.653	21.624	27.914	43.010	56.702
TOTAL	43.418	23.306	12.908	8.644	6.503	248.703	254.146	265.851	294.589	320.350

Fonte: Mascaró, Infraestrutura urbana, 2012

Atualização dos custos da urbanização para 2020 (por hectare)

	75 hab/hectare	100 hab/hectare	150 hab/hectare	300 hab/hectare	600 hab/hectare
Total	R\$ 248.703,00	R\$ 254.146,00	R\$ 256.851,00	R\$ 294.589,00	R\$ 320.350,00
Dólar em dez/2012 (2,078)	R\$ 516.804,83	R\$ 528.115,39	R\$ 533.736,38	R\$ 612.155,94	R\$ 665.687,30
IPCA Acumulado 2012-2020 (4%)	R\$ 754.535,06	R\$ 771.048,47	R\$ 779.255,11	R\$ 893.747,68	R\$ 971.903,46

centro

Proposta

R\$ 36 milhões

45ha x R\$ 800mil

Em 2022 a PMA teve cerca de R\$900mil de investimento...

40 anos



proposta - qualidade urbana

centro

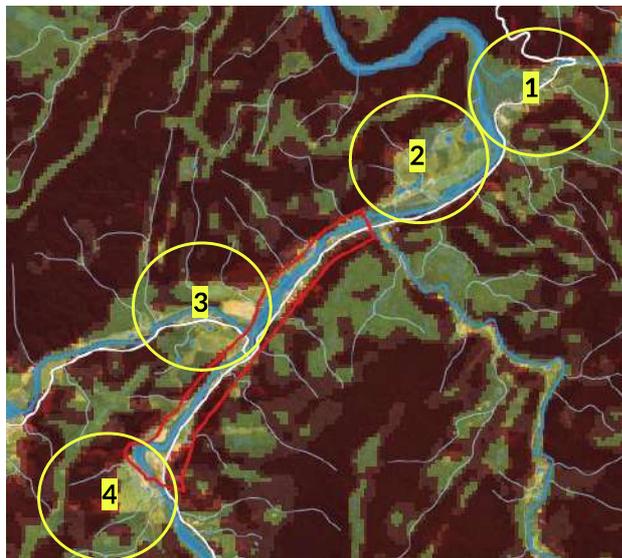




planejamento da expansão urbana

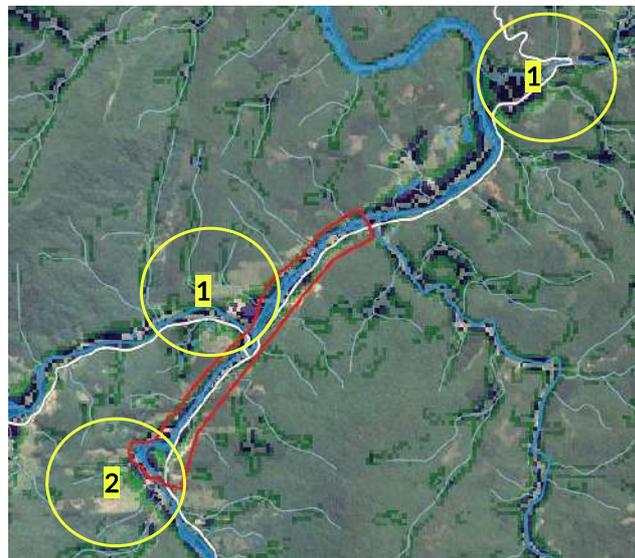
garcia





Movimento de massa

Suscetibilidade
Baixo
Médio
Alto
Muito Alto



Inundação

Suscetibilidade
Muito Alto
Alto
Médio



2007

Garcia



2021



Área perímetro urbano: 34 ha

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

Área ocupada: 4 ha (10%)

Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)

Área 1 (25 ha) + Área 2 (20ha) = 45ha

Área c/ restrições: 12 ha (27%)

Área ocupada: 10 ha (22%)

Área disponível: 22 ha (51%)

planejamento da expansão urbana

barra clara

Barra Clara



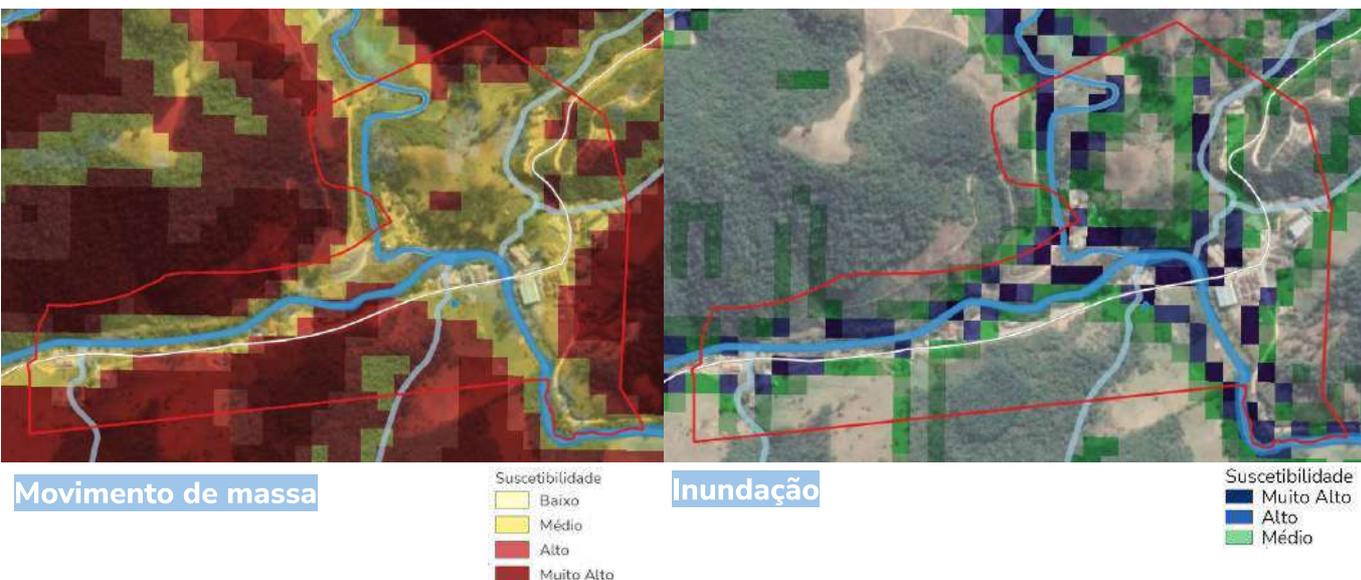
Image © 2023 Maxar Technologies

Image © 2023 Maxar Technologies

2007

2021

- Macrozona urbana da Barra Clara
- Não parece haver a necessidade de expansão urbana (não há demanda)
- Praticamente sem alterações ao longo dos últimos anos
- Não há áreas de ocupação fora do perímetro urbano (imediato)
- Não parece haver grandes questões estruturantes
- Possibilidade: sugerir diretrizes de expansão urbana (perímetro urbano)
- Trabalhar melhor relações de uso e ocupação (zonas) no interior do perímetro
- Trabalhar melhor ajuste fino do perímetro (propriedades/estrutura fundiária e condicionantes ambientais)



Rio Novo



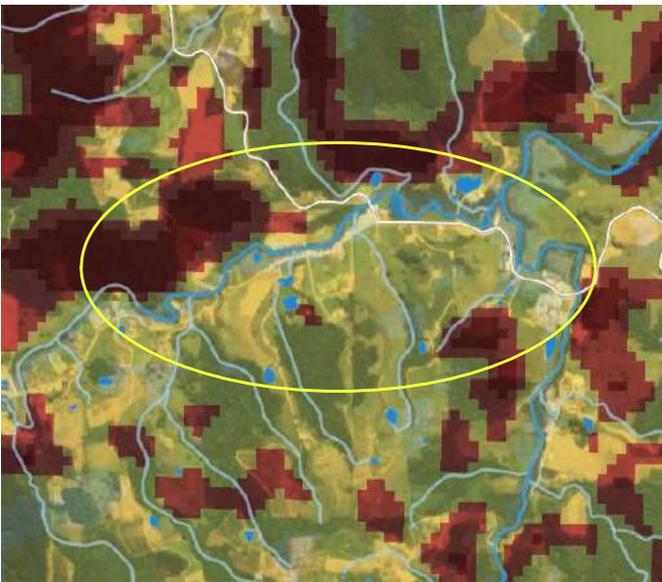
2011

2022

planejamento da expansão urbana

rio novo

- Concentra equipamentos coletivos importantes (UBS e Escola Básica)
- É ponto de convergência territorial para localidades situadas mais à oeste do território municipal: Rio do Meio, Rio de Dentro, Rio da Paca, Rio Verde, Rio Novo Velho, Três Antas;
- Apresenta infraestrutura urbana básica: iluminação pública e pavimentação da parte do núcleo urbano
- Apresentou pequeno crescimento ao longo dos últimos 15 anos
- Não apresenta fortes condicionantes ambientais, em situação diferente principalmente do que apresenta os núcleos urbanos do Garcia e do Centro



Movimento de massa

Suscetibilidade
 Baixo
 Médio
 Alto
 Muito Alto



Inundação

Suscetibilidade
 Muito Alto
 Alto
 Médio

planejamento da expansão urbana

síntese

Analisar pertinência dos perímetros existentes

Definir áreas de expansão urbana e diretrizes urbanísticas (sistema viário, etc)

Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local (no interior das áreas urbanas e entre localidades)

- Ampliar perímetro urbano do distrito sede na direção de áreas mais adequadas à urbanização, com diretrizes urbanísticas que qualifiquem esta expansão
- Criar perímetro urbano do Rio Novo e fortalecer seu papel de centralidade
- No Garcia, incorporar Coqueiros como perímetro urbano descontínuo e ampliar perímetro urbano em área mais adequada, próxima de equipamentos existentes
- Manter perímetro urbano da Barra Clara na conformação atual

- Incorporar diretrizes urbanísticas para cada uma das centralidades propostas, procurando fomentar a configuração de centros de cidadania e processos mais qualificados de ocupação

- Nas diretrizes urbanísticas, incorporar propostas de estruturação do sistema viário das centralidades, como forma de viabilizar processos mais qualificados de ocupação do território



bloco 01

1. Princípios do PDP
2. Centralidades e equipamentos
3. Planejamento da expansão urbana



bloco 02

4. Regularização fundiária
5. Desenvolvimento rural
6. Meio ambiente e áreas verdes



4. regularização fundiária

Regularização fundiária

Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal

Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares

Analisar pertinência das ZEIS para produção de HIS

Delimitar áreas urbanas consolidadas

tipologias principais de irregularidade em Angelina

Regularizáveis

1. Parcelamentos com características urbanas (núcleos urbanos informais) situados fora de perímetros urbanos delimitados - LF 13.465/17
2. Parcelamentos com características urbanas situadas em APP de áreas urbanas consolidadas - LF 14.285/21 (áreas urbanas consolidadas)...mediante estudo socioambiental - Código Ambiental
3. Parcelamentos situadas dentro de perímetros urbanos delimitados, mas sem processo regular de análise e aprovação (loteamentos e/ou desmembramentos irregulares);

Não regularizáveis

1. Parcelamentos sem características urbanas, situadas fora do perímetro urbano, com parcelamento irregular (menor que módulo fiscal)
2. Divisão de glebas maiores e glebas menores (todas em área rural), sem acesso entre elas, sem construções

tipologias principais de irregularidade em Angelina

Tipo 1 (núcleos urbanos informais)

- Coqueiros?
- “Reurb” Linha do Chaves*
- Áreas contíguas perímetro Centro e Garcia

Assimilar por expansão do perímetro urbano onde justificável

* Verificar parâmetros de parcelamento

Tipo 2 (áreas urbanas consolidadas)

- Áreas delimitadas por perímetros urbanos... mas nem todas

Demarcar áreas urbanas consolidadas

Tipo 3 (parcelamentos irregulares)

- Demais parcelamentos (loteamentos e desmembramentos) irregulares situados em perímetros urbanos

Verificar parâmetros de parcelamento do solo

Tipo 4 (não urbanos)

- “Reurb” Quarta Linha
- “Reurb” Garcia
- Rio Engano

Possibilidade de alguns tornarem-se condomínios rurais

“Reurb” = áreas que solicitaram a regularização por meio da Lei nº 13.365/2017

coqueiros

fora do perímetro urbano com características urbanas informalidade



- Presença de um número representativo de UHs (60), com densidade de moradias;
- Baixa diversidade de usos;
- Boa disponibilidade de infra (iluminação pública, pavimentação, etc)
- Claro processo de crescimento entre 2007 e 2022
- Lotes seguem, em geral, padrão estipulado pelo PDP para áreas urbanas
- Área com restrições ambientais relativamente baixa
- Sugestão perímetro urbano descontínuo

novo perímetro urbano descontínuo no Garcia

linha do chaves (aprox. 24)



- Área contígua ao perímetro urbano central
- Aumento do perímetro englobaria a área;
- Esta situação já viabilizaria a regularização fundiária por outros instrumentos (não necessariamente REURB), mas seria preciso solicitar desmembramento e no caso de lotes sem acesso por vias públicas oficiais, o loteamento;
- Ainda sim não caracterizaria como núcleo urbano informal, pois é majoritariamente formado por lotes não utilizados (13 de 24);
- Esta relação é ainda mais desequilibrada se contarmos as áreas efetivamente ocupadas por edificações;

englobado pela expansão do perímetro urbano do centro

centro (09)



- Situado no interior do perímetro urbano da Macrozona Urbana Central
- Área média dos lotes parece obedecer legislação atual (360m²)
- Delimitação dos lotes é imprecisa e parece não considerar edificações existentes;
- A regularização pelo REURB-E não parece ser a única possível. Parece haver outros modos de regularização, conforme definição da LF 13.465 (desmembramento e loteamento)
- Se esgotadas outras formas de regularização, poderia ser reconhecido como "núcleo urbano informal"

englobado pela expansão do perímetro urbano do centro

quarta linha (aprox. 24)



- Situado à cerca de 5,5km do distrito sede
- Não possui características e usos urbanos
- Lotes de grandes dimensões, com baixíssima taxa de ocupação (1,5mil m² à 30m²)
- Muitos lotes não são acessíveis por via pública (sendo irregular o desmembramento)
- Possibilidade de condomínio rural?
- Grande gleba dividida em várias menores
- Atravessa os municípios de Angelina e Águas Mornas.



garcia (24)



- É claramente um loteamento irregular. Configura interesse econômico.
- Inúmeras situações com configuração semelhante em Angelina. Estimula a irregularidade a partir da figura do loteamento irregular
- São 25 demandas (19 solicitações 06 recebidos). 14 moradias existentes x 19 novos lotes... mais que duplica!
- Apenas 1 lote está dentro de APP (existentes e propostos)
- Situado a 2km do perímetro urbano do Garcia e 8,5km do distrito sede
- Não está vinculado às atividades rurais, mas não contém usos urbanos.
- 80% dos lotes do "REURB" estão vazios (19 de 24)... lote médio de 360m². Praticamente triplica núcleo atual. Motivação econômica.



sugestão de não constituir núcleo urbano informal

núcleos habitacionais

Macrozona Rural do Rio Novo 9.446 ha (19%)

1. Rio Novo
 2. Rio Novo Velho
 3. Rio do Meio
 4. Rio de Dentro
 5. Rio Verde
 6. Rio das Antas
 7. Rio da Paca
- Baixa densidade populacional
 - Agropecuárias (cebola, fumo e hortaliças)
 - Possui significativos reflorestamentos comerciais
 - Possui problemas com o abastecimento de água
 - Possui edificações históricas relevantes
 - Potencial p/ agroturismo, agroecologia, leiteira



Rio Verde



Rio da Paca



Rio Novo



Rio Novo Velho



Rio do Meio



Rio de Dentro

núcleos habitacionais

Macrozona Rural da Barra Clara 9.855 ha (19,8%)

1. Rio Quebra Dentes
 2. Rio Cabriúna
 3. Rio do Norte
 4. Rio Pavão
 5. Bela Vista
 6. Rio Antinha
 7. Rio Areia
 8. Rio São Sebastião
- Densidade populacional baixa
 - Núcleos de moradia distribuídas no território
 - Economia agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
 - MU Barra Clara equipamentos públicos comunitários
 - Sítio arqueológico e patrimônio histórico-cultural
 - Áreas com restrições ambientais (declividade)
 - Impacto de PCH's (instaladas e em construção)
 - Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Bela Vista



Rio Antinha



Quebra Dentes



Rio Cabriúna



Rio do Norte



Rio Pavão

núcleos habitacionais

Macrozona Rural do Alto Garcia 6.526 ha (13%)

1. Alto Garcia
2. Rancho das Tábuas
3. Fartura
4. Mato Grosso
5. Alto Mato Grosso
6. Palheiros
7. Rio Pequeno
8. Canudos

- Baixa densidade; localidades distribuídas pelo território, longo das vias municipais
- Edificações de interesse histórico-cultural
- Disponibilidade de equipamentos comunitários
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo
- Atividade agropecuária (hortaliça, avi e piscicultura)
- Algumas áreas com usos por sítios de recreio
- Reflorestamento de pinus e eucalipto em nascentes



Alto Mato Grosso



Palheiros



Alto Garcia



Rancho das Tábuas



Fartura



Mato Grosso

núcleos habitacionais

Macrozona Rural do Garcia 12.614 ha (25%)

1. Coqueiros
2. Rio Pequeno
3. Rio Engano
4. Rio Veado
5. Coqueiral
6. Fortuna
7. Morro do Mineiro

- Baixa densidade, com localidades dispersas
- Coqueiros e Schubert com concentração habitacional
- Atividades de agropecuária (ave, leite, hortaliças e fumo)
- MU Garcia oferece acesso a equipamentos comunitários
- Presença patrimônio histórico-cultural e paisagístico
- Vias estruturantes (SC 481 e 408 e Est. Rio Engano)
- Áreas c/ restrições ambientais (declividade e drenagem)
- Conflitos de usos por projetos de PCH's
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Coqueiros



Rio Engano



Coqueiral



Rio Pequeno



Rio Veado



PCH

núcleos habitacionais

Macrozona Rural Central 11.553 ha (23%)

1. Betânia
2. Linha dos Chaves
3. Vargem Pinheiros
4. Terceira Linha
5. Quarta Linha
6. Fortaleza
7. Encruzilhada
8. Palhocinha
9. Tamancos

- Baixa densidade, com pequenos núcleos dispersos
- Irregularidade fundiária (Chaves e Quarta Linha)
- Abriga parte da "urbanização" da MU Central
- Presença de sítios de lazer
- Agropecuária: hortaliças, avicultura e leite
- Provida de alguns equipamentos comunitários
- MU Central oferece suporte
- Áreas inundadas da Barragem do Garcia;
- Potencial: agropecuária, agroturismo, ecoturismo



Linha dos Chaves



Palhocinha



Betânia



Vargem do Pinheiro



Terceira Linha



Quarta Linha

áreas especiais de interesse social - AEIS



- São suficientes e bem localizadas para o perímetro sede (AEIS vazias)
- Muito da produção habitacional social deve pensar em tipologias pulverizadas (PNHR)

- Sugestão de AEIS na área de expansão do perímetro do Centro e Garcia (5% de cada novo loteamento aprovado, c/critérios de localização definidos pela prefeitura)

Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal

- Perímetro urbano descontínuo para Coqueiros



Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares

- Incorporar Linha do Chave no perímetro urbano do centro
- Núcleo do centro: verificar outras formas de regularização
- Possibilidade Quarta Linha e Garcia configurar “condomínio rural”
- Desestimular loteamentos irregulares “pendurados” em núcleos rurais

Analisar pertinência das ZEIS para produção de HIS

- Manter duas AEIS existentes
- AEIS na área de expansão do Centro (5% novos loteamentos)
- AEIS na área de expansão do Garcia (5% novos loteamentos)
- Estimular produção pulverizada de HIS (Rural) e ATHIS

Delimitar áreas urbanas consolidadas

- Segundo mapa preliminar de áreas urbanas consolidadas (Lei Federal 14.285/2021)

5. Desenvolvimento rural

Definição de localização propritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa

Regulamentar a implantação de condomínios rurais, chácaras, pousadas

Propor instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o impacto que provocam, de modo a facilitar a compreensão e aplicação da legislação

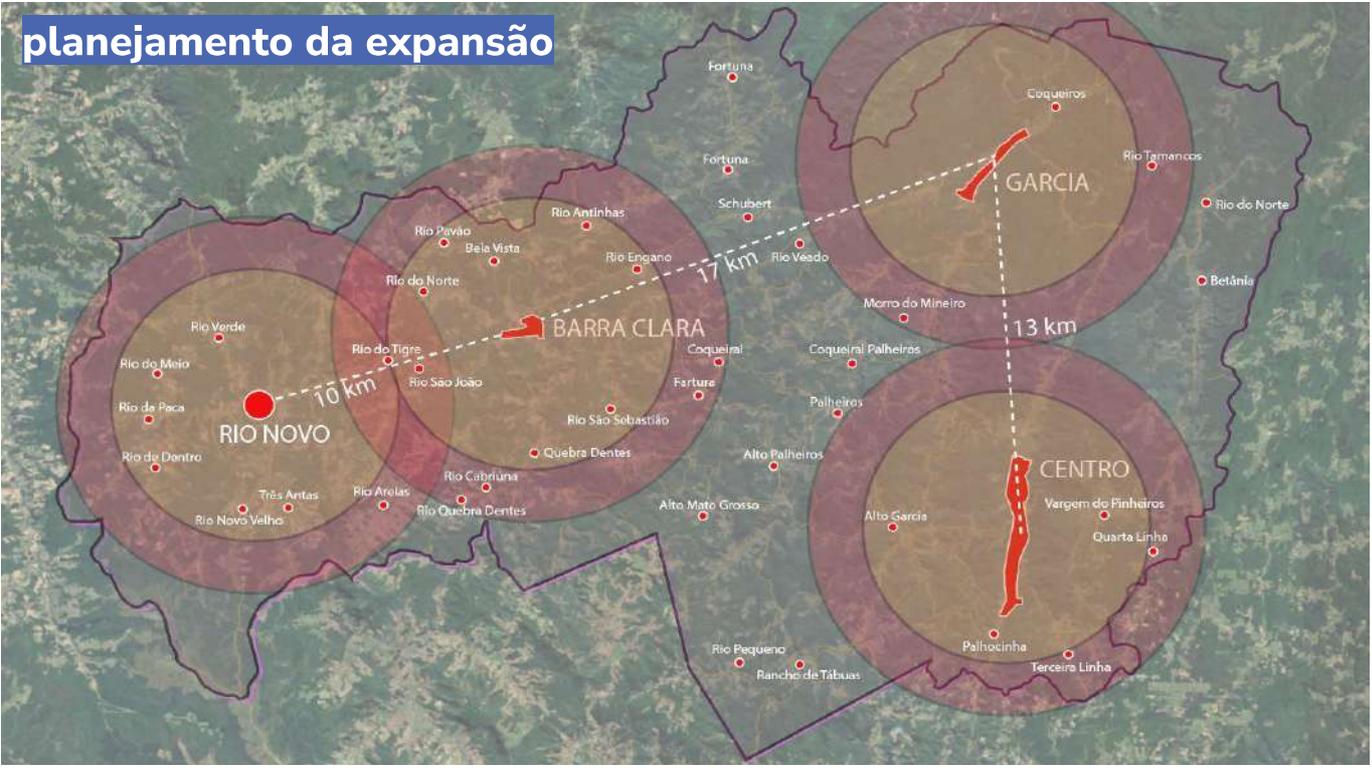
Delimitar macrozonas: definição, diretrizes, usos propostos

centralidades e equipamentos

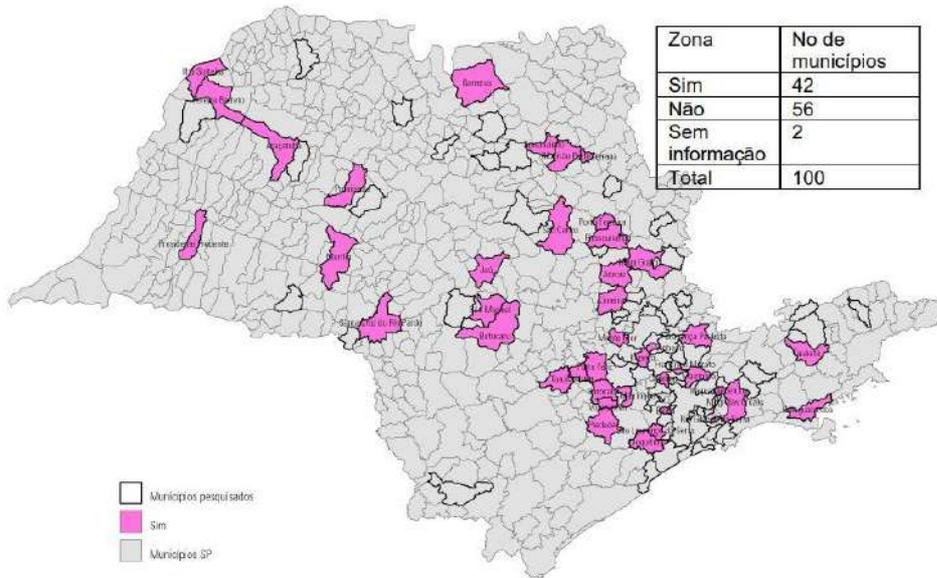


Sistema de centros de cidadania

planejamento da expansão



condomínios rurais



Entre o rural e o urbano: zonas de chácaras, sítios de recreio ou ranchos e a preservação do meio ambiente SANTORO, Paula Freire

condomínios rurais

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 10 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS RURAIS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2022

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS NO MUNICÍPIO DE URUBICI/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CANELINHA-SC.

LEI COMPLEMENTAR Nº 17, 30 DE AGOSTO DE 2021

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO PARA CRIAÇÃO DE CHÁCARAS DE RECREIO POR MEIO DE CONDOMÍNIO DE LOTES, FORA DO PERÍMETRO URBANO, NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE ARRECAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DE ÁREA INSTITUCIONAL (FEACAI), CRIA A ZONA ESPECIAL DE URBANIZAÇÃO PARA CHACREAMENTO (ZEUC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2006

CONCEDE INCENTIVO FISCAL AOS INSTITUIDORES DE CONDOMÍNIOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS



Araraquara-SP
Legislação Digital

LEI COMPLEMENTAR Nº 901, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

Autógrafo nº 045/19 - Projeto de Lei Complementar nº 013/18
Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Dispõe sobre a utilização do solo rural para fins urbanos, mediante a implantação de Condomínios de Chácaras de Recreio, e dá outras providências



Prefeitura de Municipal de São Joaquim-SC
CNPJ: 82.561.093/0001-08
Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.898/2021

“QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO RURAL PARA CHACREAMENTO PARTICULAR DE SÍTIOS DE RECREIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

LEI MUNICIPAL Nº 4.630, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

Estabelece as áreas urbanas especiais, ou Zona Periurbana, e regulamenta o parcelamento do solo para formação de Condomínios de Chácaras de Recreio, e dá outras providências.

condomínios rurais



Parâmetros inscritos em Planos Diretores

1. Às vezes em toda a área rural, às vezes vinculado à zonas específicas (ZE p/ implantação de chacreamento - ZEIC)
2. Vincular à áreas onde são previstas expansões urbanas;
3. Necessidade se implantação e áreas com frente e acesso por vias oficiais;
4. Características mínimas (largura e estrutura) para as vias oficiais que receberão condomínios;
5. Vagas mínimas no interior do condomínio;
6. Vedações de condomínios (alagadiços, APP's, aterros, áreas de risco, etc.);
7. Não provocar interrupção em vias arteriais ou coletoras existentes ou projetadas;
8. Área mínima (25-35%) para uso comum, circulação e áreas verdes;
9. Doação de 10% da área no exterior do condomínio, ou valor equivalente, cedido para a Prefeitura
10. Os muros ou cercas de fechamento terão altura máxima de 2,5m
11. Nº de pav e altura para cada unidade habitacional;
12. Deverão ser respeitados a taxa de ocupação e o índice de aproveitamento máxima
13. Área mínima do lote: varia de 600m²; 1000m² e 1.500m²; testada mínima (20-25m)

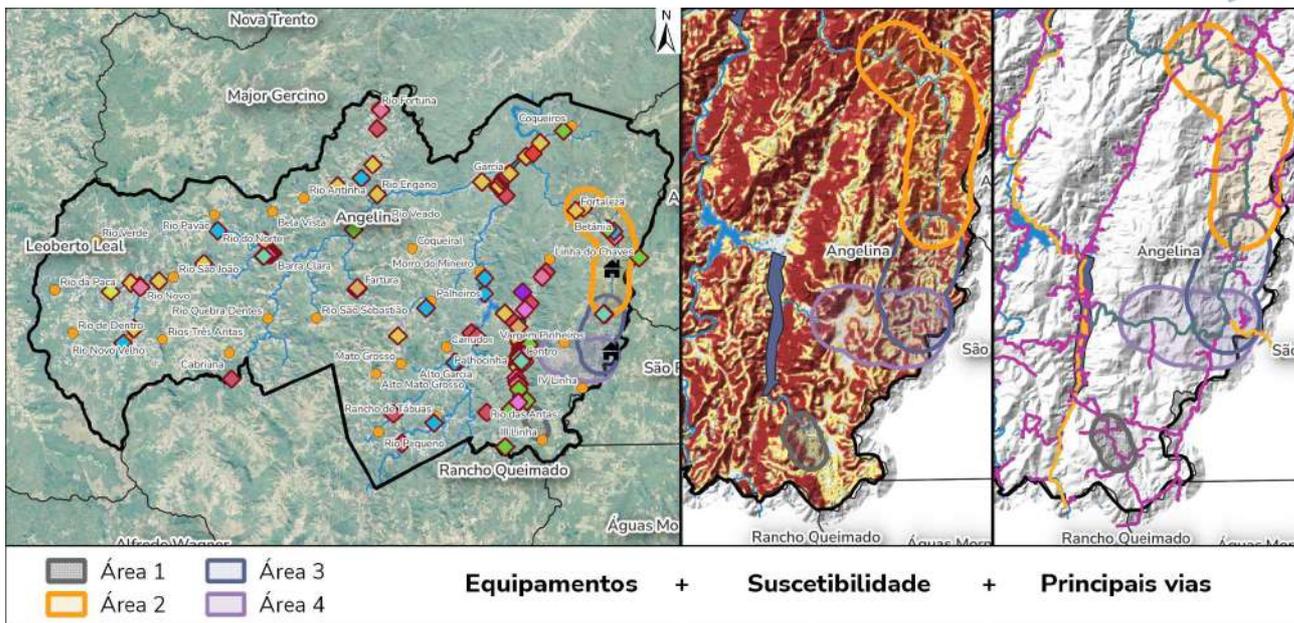
condomínios rurais



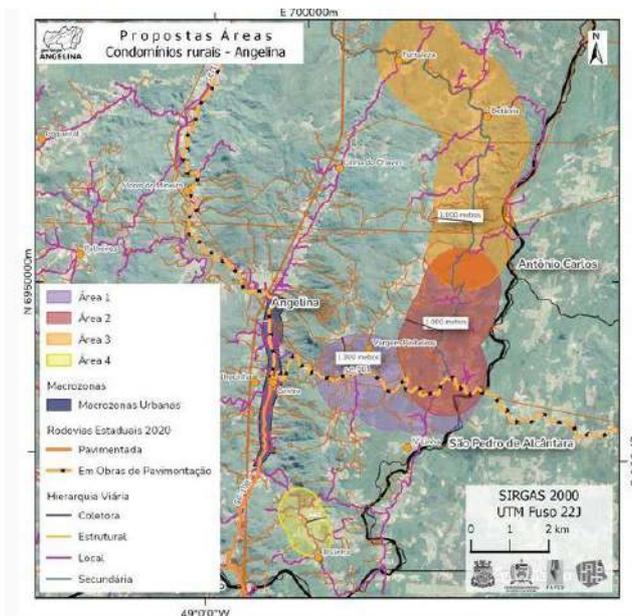
Sugestões de critérios

1. Em áreas de baixa aptidão agrícola, com perda da característica produtiva
2. Com certa proximidade das áreas urbanas existentes (perímetros consolidados)
3. Próximo das vias estruturantes (hierarquia viária), que são vias que interligam núcleos e precisam ser objeto de manutenção
4. Sem condicionantes ambientais (dificulta devido ao perfil morfológico)
5. Com um número limitado de unidades habitacionais
6. Fração ideal relativamente grande (maior ou igual à 1mil m²)
7. Que dê contrapartidas para o município
8. Talvez criar uma macrozona específica, que viabiliza também outras atividades econômicas (industriais de baixíssimo impacto, ecoturismo, etc;)?
9. Se responsabilizar por serviços básicos (saneamento básico)

condomínios rurais



condomínios rurais





Lei 4504 - Estatuto da Terra

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Decreto 62504 - Regulamenta o Art. 65

Art 1º Os desmembramentos disciplinados pelo Art. 65 Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1968, e pelo Art. 11 de Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, são aqueles que implicam na formação de novos imóveis rurais.

Art 2º Os desmembramentos de imóvel rural que visem a constituir unidades com destinação diversa daquela referida no Inciso I do [Artigo 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), não estão sujeitos às disposições do [Art. 65 da mesma lei](#) e do [Art. 11 do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966](#), desde que, comprovadamente, se destinem a um dos seguintes fins:

I - Desmembramentos decorrentes de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, na forma prevista no [Artigo 390. do Código Civil Brasileiro](#), e legislação complementar.



Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto 62504 - Regulamenta o Art. 65

II - Desmembramentos de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, como:

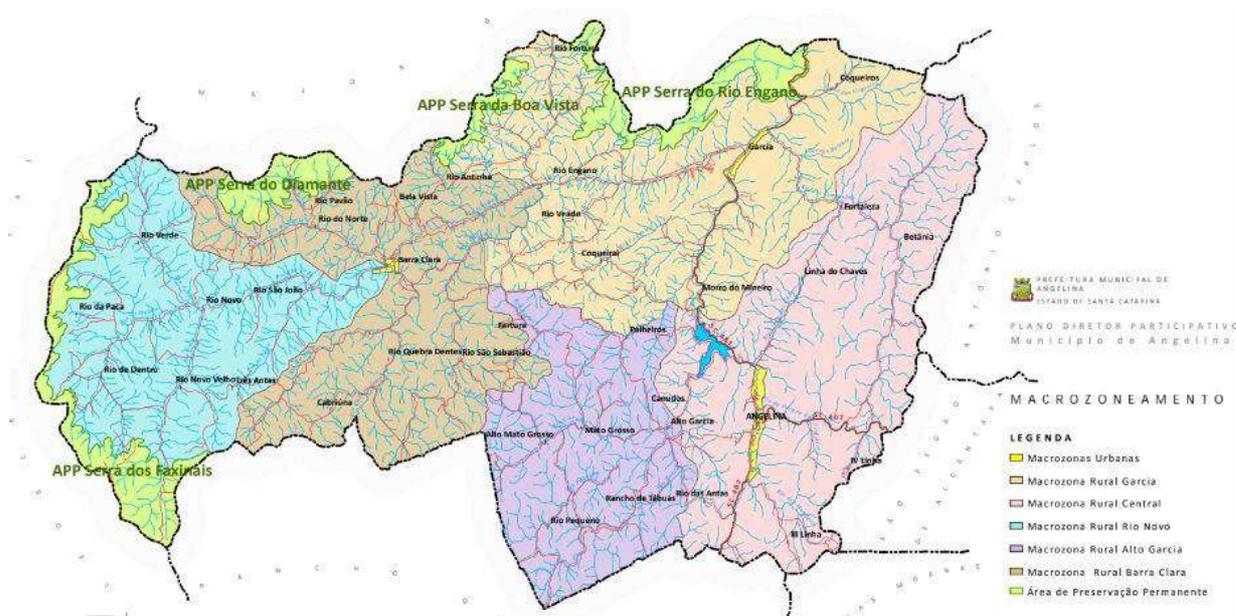
a) Os destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:

1. postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, garagens e similares;
2. lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
3. silos, depósitos e similares.

b) os destinados a fins industriais, quais sejam:

1. barragens, represas ou açudes;
2. oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
3. extrações de minerais metálicos ou não e similares;
4. instalação de indústrias em geral.

macrozonas



usos na área rural



Usos permitidos/incentivados na área rural

1. Pousadas rurais, chácaras, sítios de recreio (respeitado módulo fiscal);
2. Incentivo a atividades que contribuam para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais voltada para o desenvolvimento de atividades primárias, não excluídas atividades dos setores secundário e terciário;
3. Consolidar o uso rural produtivo, por meio de atividades agrossilvopastoris, agroindustriais e de turismo rural, de forma compatível com a conservação dos recursos naturais

6. meio ambiente e áreas verdes

Delimitar áreas urbanas consolidadas

Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos

Delimitar áreas de conflito ambiental-urbano

Propor instrumentos para áreas de conflito ambiental urbano (TAC, etc.)

áreas urbanas consolidadas

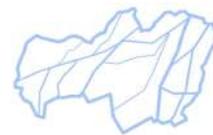


Lei Federal nº 14.285/2021

(Art. 3º) Área urbana consolidada atende os seguintes critérios:

- a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo PD;
- b) dispor de sistema viário implantado;
- c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
- e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) equipamentos de infraestrutura urbana:
 - 1. drenagem de águas pluviais;
 - 2. esgotamento sanitário;
 - 3. abastecimento de água potável;
 - 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
 - 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

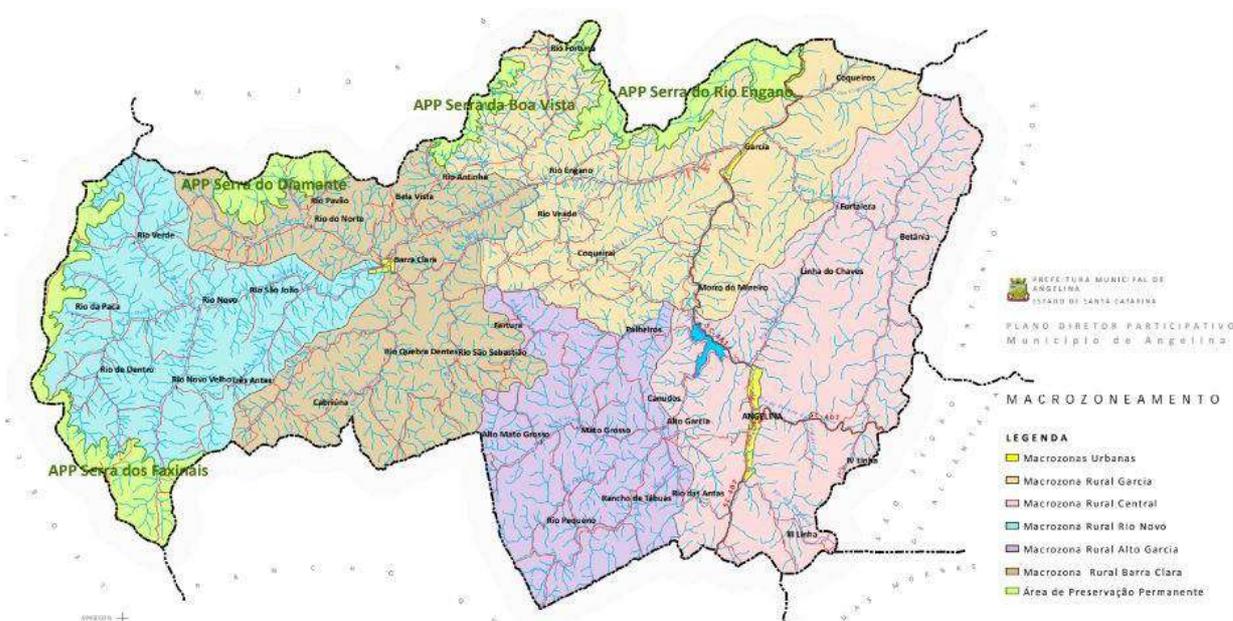
áreas urbanas consolidadas



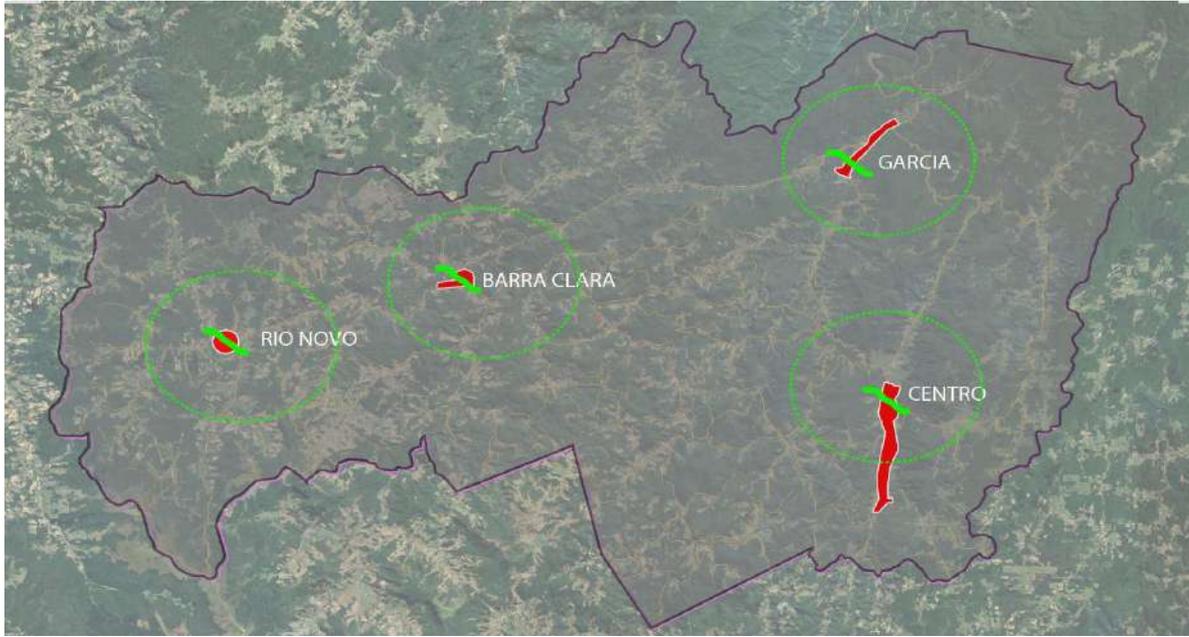
Macrozona Urbana Central

-  manchas de áreas urbanas consolidadas
-  perímetro urbano segundo Plano Diretor vigente

áreas verdes estruturantes



áreas verdes estruturantes



áreas verdes estruturantes



áreas verdes estruturantes



Parque Linear Rio Samambaia - Maringá



áreas verdes estruturantes



áreas verdes estruturantes

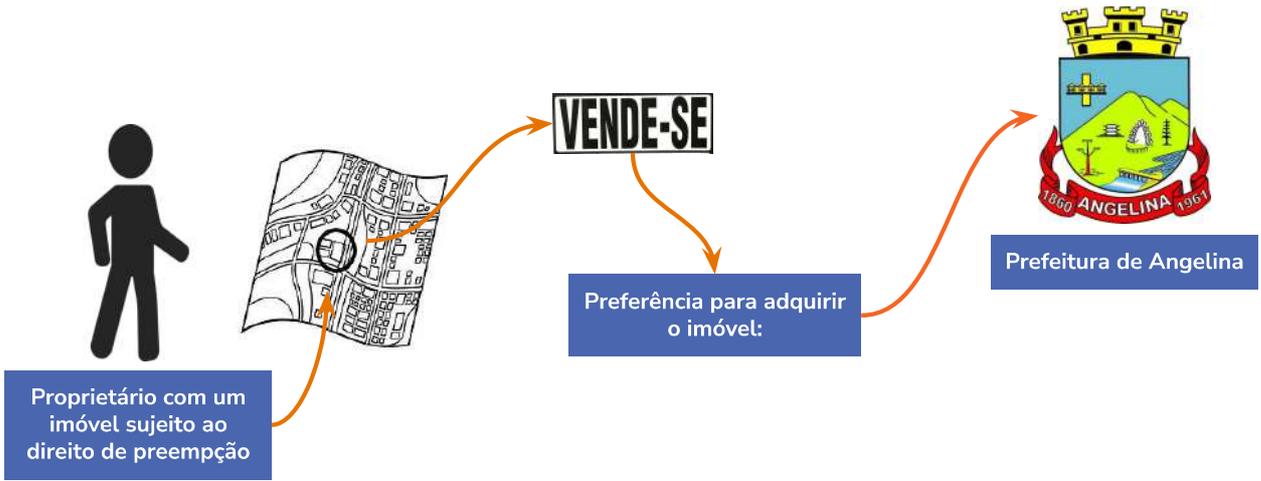
Barragem do Garcia



centralidades e equipamentos

Como? **Direito de preempção**

O Plano Diretor demarca os imóveis ou áreas sujeitas ao direito de preempção.



Delimitar áreas urbanas consolidadas

- Segundo mapa preliminar de áreas urbanas consolidadas (Lei Federal 14.285/2021)



Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos

- Incorporar áreas prioritárias para parques urbanos em faixas de APP integradas aos “centros de cidadania” dos núcleos urbanos
- Propor parque ambiental e áreas públicas de estar na represa do Garcia
- Incorporar instrumentos urbanísticos para viabilização (Preempção, por ex.)

Delimitar áreas de conflito ambiental-urbano

- Mapeamento a ser executado e detalhado na sequência do PDP

Propor instrumentos para áreas de conflito ambiental urbano (TAC, etc.)

- Instrumentos serão apresentados na versão preliminar do PDP

VAMOS DEBATER!

bloco 02

4. Regularização fundiária

5. Desenvolvimento rural

6. Meio-ambiente e áreas verdes



**CASO TENHA ALGUMA
OUTRA CONTRIBUIÇÃO,
ACESSE:**



ACOMPANHE O PROCESSO:
participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



[@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)



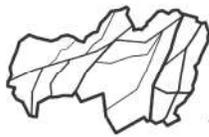
[@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)



[@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)



[Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 07

Apresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina para o CDTA

Realizada em 19 de setembro de 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

Apresentação
Pré-Projeto de Lei
Revisão do Plano Diretor

Setembro de 2023



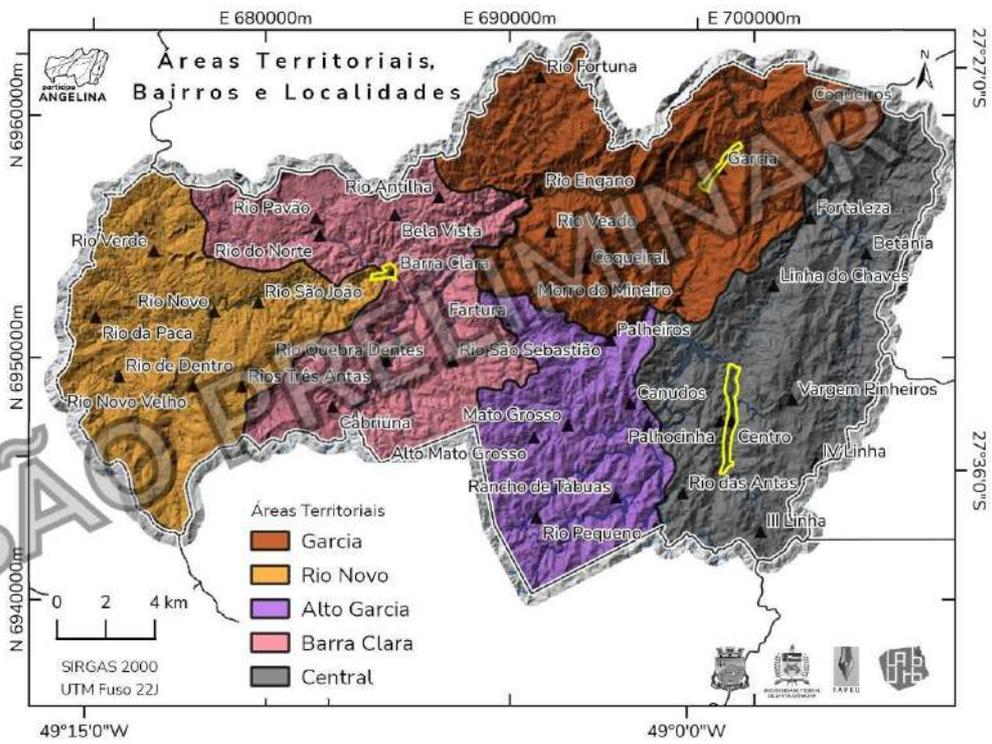
objetivos da reunião

1. apresentar a estrutura e conteúdo básico da versão preliminar da Lei de Revisão do PDP de Angelina
2. apresentar o processo de Consulta Pública

oficinas territoriais

Sequência das oficinas

1	Área Territorial Rio Novo
2	Área Territorial Alto Garcia
3	Área Territorial Barra Clara
4	Área Territorial Garcia
5	Área Territorial Centro



onde estamos?

outubro/22

ETAPA 01 PRELIMINAR PREPARATÓRIA

- Levantamento das informações existentes de uso e ocupação do solo;
- Leitura da estrutura institucional;
- Estruturação do Núcleo Técnico da Prefeitura.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

AUDIÊNCIA PÚBLICA 01:
LANÇAMENTO PDP

março/23

ETAPA 02 LEITURA DA CIDADE

- Leitura Técnica: pesquisas, levantamento de dados, mapeamento e análises;
- Leitura Comunitária;
- Sistematização da Leitura da Cidade.

CICLO 01: Primeira Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

AUDIÊNCIA PÚBLICA 02:
LEITURA DA CIDADE

maio/23

ETAPA 03 DIRETRIZES / EIXOS ESTRATÉGICOS

- Capacitação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração preliminar das diretrizes;
- Definição de estratégias e diretrizes.

CICLO 02: Segunda Rodada de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

setembro/23

ETAPA 04 VERSÃO PRELIMINAR DO PDP

- Sistematização das contribuições das oficinas territoriais e Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina;
- Elaboração da versão preliminar do PDP.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina

ESTAMOS AQUI!

outubro/23

ETAPA 05 CONSULTA PÚBLICA E CONSOLIDAÇÃO DO PDP

- Estruturação do processo de consulta pública;

Período de Consulta Pública

- Sistematização das contribuições.

CONFERÊNCIA:

Discussão da versão final do PDP (caráter aberto, porém votação apenas do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina).

VERSÃO FINAL DO PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADO PARA CÂMARA DE VEREADORES

atividades participativas

- **3 audiências públicas** (2 já realizadas);
- **1 pesquisa de opinião** (cerca de 100 respostas recebidas);
- **2 rodadas de oficinas territoriais** (10 oficinas realizadas)
- **Reuniões com Conselho de Desenvolvimento;**
- **Reuniões com equipe técnica da PMA;**
- **Canais e mídias sociais** (email, facebook, whatsapp, site, formulários eletrônicos).



atividades participativas



síntese do diagnóstico - Leitura da Cidade

LEITURA TÉCNICA



LEITURA COMUNITÁRIA



SÍNTESE FINAL

Realizada pela **equipe técnica** (UFSC + PMA)

Levantamento e análise de dados, **pesquisas** e estudos de campo

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses**

Pesquisa de Opinião + Oficinas Territoriais

Levantamento de aspectos **positivos e negativos**, segundo os moradores, assim como os **desejos/ansejos para a cidade**

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses** para melhor compreensão e comparação dos **fatores prioritários** analisados

Síntese dos resultados encontrados:

Pontos Positivos

Pontos Negativos

Dos Desejos

Mapa Mental dos Problemas

síntese do diagnóstico - Leitura da Cidade

www.participaangelina.ufsc.br

participa ANGELINA

PÁGINA INICIAL NOTÍCIAS PARTICIPAÇÃO SOCIAL BIBLIOTECA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

biblioteca

aqui você encontra artigos, pesquisas técnicas e documentos utilizados como referência no processo

produtos do processo de revisão

- PRODUTO 01 – LEITURA COMUNITÁRIA
- PRODUTO 02 – LEITURA TÉCNICA
- PRODUTO 03 – SÍNTESE DA LEITURA DA CIDADE
- PRODUTO 04 – RELATÓRIO DA SEGUNDA RODADA DE OFICINAS TERRITORIAIS

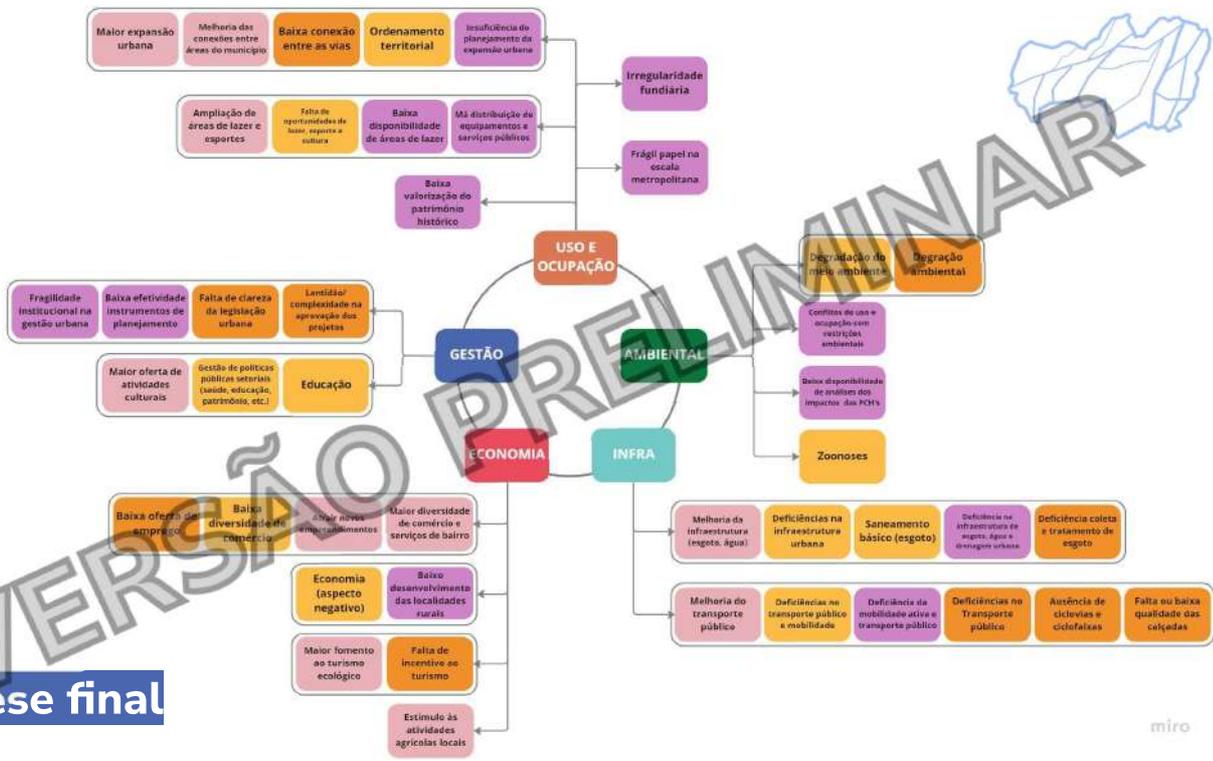
participa ANGELINA

Plano Diretor Participativo (PDP)
Angelina, Santa Catarina.

Leitura Comunitária
Produto nº 01

Abril, 2023

síntese final



miro

síntese final



miro



Princípios

- Valores
- O que fundamenta
- Início de uma ação ou processo
- **De onde partir? – Fundamento**

Problemáticas (e qualidades) estruturantes

- Quais questões são mais problemáticas no território?
- O que se pretende enfrentar?
- **Hierarquia... quais problemas são mais importantes neste momento?**

Diretrizes

- Estratégias de enfrentamento dos problemas...
- Cada problema pode ter uma ou mais diretrizes
- Cada diretriz pode "atacar" mais de um problema

elaboração das diretrizes



uso e ocupação

infra

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Baixa capacidade operacional da prefeitura (aspecto: institucional, equipe e recursos)</p> <p>Falta de aderência de parte dos instrumentos em relação às dinâmicas territoriais</p> <p>Incorporação, desenvolvimento ou regulação da população sobre espaços ambientais e urbanísticos</p>	Insuficiência do planejamento da expansão urbana	Formalizar instâncias e instrumentos para o planejamento da expansão urbana	<p>Sugerir melhorias institucionais para melhor gestão e planejamento (equipe, estrutura, etc.)</p> <p>Ajustar e dar maior aderência aos instrumentos urbanísticos existentes</p> <p>Avaliar pertinência dos perímetros urbanos atuais e possibilidade de criação de novos</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Baixa capacidade financeira do município em relação aos investimentos</p> <p>Baixa disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura de mobilidade</p> <p>Falta de instrumentos de planejamento e gestão de mobilidade urbana no município</p>	Deficiência da mobilidade ativa e transporte público	Melhorar as condições de mobilidade ativa e transporte público no município	<p>Identificação de eixos viários prioritários e sugestão de melhorias para a mobilidade ativa</p> <p>Sugerir ações prioritárias de mobilidade ativa e transporte público com base em estratégias para o transporte público</p> <p>Definir critérios para novos parcelamentos incorporar em modos alternativos</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Território extenso e com baixíssima densidade demográfica</p> <p>Baixa capacidade institucional e financeira do município</p> <p>Baixa integração entre os setores e o planejamento territorial</p>	Má distribuição de equipamentos e serviços públicos, áreas de lazer e recreação	Garantir uma equidade espacial e oportunizar equipamentos e serviços públicos culturais e de lazer	<p>Realizar distribuição territorialmente equitativa de serviços e equipamentos</p> <p>Fomentar integração dos equipamentos e serviços existentes e novas áreas locais de suporte à distribuição local</p> <p>Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa</p>

causas	problema	Objetivo	Diretrizes
<p>Plano de Saneamento Básico desatualizado pouco efetivo</p> <p>Baixa influência do município junto às concessionárias</p> <p>Baixa capacidade de investimento e projetos elaborados de modo inadequado</p>	Deficiência na infraestrutura de esgoto, água e drenagem urbana	Fortalecer planejamento e investimentos em infraestrutura de saneamento básico no município	<p>Estabelecer no POP diretrizes prioritárias para um programa de saneamento básico</p> <p>Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas que maximizam o uso, quanto à coleta de água de chuva, etc. para o POP</p> <p>miro</p>

síntese das diretrizes

Incentivar o fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população dispersa no território	Propor distribuição territorialmente equitativa de serviços e equipamentos	Verificar possibilidade de instrumento específico para áreas de conflito ambiental urbano	Viabilizar diretrizes urbanísticas (sistema viário, equipamentos coletivos, etc.) para as áreas consideradas de expansão urbana	Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local (no interior das áreas urbanas e entre localidades)	Sugerir rotas prioritárias (com adequação dos meios de transporte público) com ênfase nos eixos de expansão urbana para o transporte público
Integrar ao macrozoneamento rural instrumentos que viabilizem atividades econômicas de baixo impacto e congruentes com as características locais	Delimitar núcleos urbanos consolidados	Regulamentar a implantação de condomínios rurais, chácaras, pousadas	Avaliar pertinência dos perímetros urbanos atuais e possibilidade da criação de novos	Identificar e propor diretrizes de distribuição territorial para o desenvolvimento de suporte à atividade agrícola	Identificação de eixos viários prioritários e sugestão de melhorias para mobilidade ativa
Propor instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o impacto que provocam, de modo a facilitar a compreensão e aplicação da legislação	Identificar áreas mais aptas ao cultivo existentes no município e sugerir diretrizes de valorização/proteção	Cartografar áreas de conflito ambiental urbano	Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares	Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal	Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa
Criar critérios para a melhoria das condições de mobilidade de pedestres e ciclistas	Verificar pertinência das AEIS atuais e necessidades de novas áreas	Definir critérios para novos parcelamentos, incorporações e outros instrumentos	Definição de diretrizes e instrumentos atinentes ao PD para valorização do patrimônio (TDC7, definição de áreas de interesse, diretrizes, etc.)	Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas (permeabilidade do solo, incentivo a coleta de água da chuva, etc.) para o PDP	Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos

Aderentes
24

miro

eixos estruturantes do PDP

Centralidades e distribuição de equipamentos	Planejamento da expansão urbana	Regularização fundiária	Desenvolvimento rural	Meio ambiente e áreas verdes	Zoneamento e parâmetros de uso e ocupação
Fortalecimento de núcleos urbanos (centralidades) que sirvam de apoio à população rural	Analisar pertinência dos perímetros existentes	Identificar e dar diretrizes para outras áreas com características de núcleo urbano informal	Definição de localização prioritária para espaços públicos de lazer, com distribuição territorial equitativa	Delimitar áreas urbanas consolidadas	Para os perímetros urbanos propostos desenvolver zoneamento e parâmetros de uso
Fomentar centralidades existentes ou novas a serem fortalecidas	Definir áreas de expansão urbana e diretrizes urbanísticas (sistema viário, etc)	Identificar e dar diretrizes para as áreas irregulares	Regulamentar a implantação de condomínios rurais, chácaras, pousadas	Delimitar áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos	Definir diretrizes viárias para a mobilidade ativa
Propor distribuição de equipamentos prioritários (critérios de densidade e acessibilidade)	Definir prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local no interior das áreas urbanas e entre localidades	Analisar pertinência das ZEIS para produção de HIS	Propor instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o impacto que provocam, de modo a facilitar a compreensão e aplicação da legislação	Delimitar áreas de conflito ambiental-urbano	Definição de diretrizes e instrumentos atinentes ao PD para valorização do patrimônio (TDC7, definição de áreas de interesse, diretrizes, etc.)
Sugerir rotas prioritárias para o transporte público	Definir critérios e parâmetros e parcelamento do solo	Delimitar áreas urbanas consolidadas	Delimitar macrozonas: definição, diretrizes, usos propostos	Propor instrumentos para áreas de conflito ambiental urbano (TAC, etc.)	Verificar a pertinência de estratégias urbanísticas (permeabilidade do solo, incentivo a coleta de água da chuva, etc.) para o PDP

Plano Diretor atual - Questões principais

1. Simplificação, com retirada do que não é atribuição do plano diretor
2. Instrumento de gestão mais operacional
3. Melhor adequação dos perímetros urbanos
4. Critérios mais claros para a distribuição de equipamentos e serviços
5. Incorporação de modo mais efetivo da porção oeste do território no planejamento (Rio Novo)
6. Critérios para a organização da expansão urbana, principalmente no distrito sede
7. Maior pertinência de determinados parâmetros urbanísticos (tamanho de lote, recuos, etc.)
8. Regular de forma mais precisa usos (adequados e não adequados)
9. Melhor regulamentação do parcelamento urbano (procedimentos e parâmetros)
10. Criar regulamentação para os condomínios rurais
11. Estruturar regulamentação da regularização fundiária e evitar distorções
12. Previsão de instrumentos urbanísticos coerentes com Angelina

Plano Diretor atual

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Organização do Anteprojeto de Lei Complementar:

ÍNDICE

Título I - Conceituação e objetivos gerais

Título II - Do Ordenamento Territorial

Título III - Dos Instrumentos Urbanísticos

Título IV - Das Disposições Finais e Transitórias

Anexos: Mapas e Tabelas

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título I - Disposições Gerais

Capítulo I - Do marco regulatório, abrangência, interpretação e hierarquia

Capítulo II - Dos princípios, objetivos e diretrizes

- Seção I - Dos princípios
- Seção II - Das objetivos gerais
- Seção III - Das diretrizes

Capítulo III - Do Sistema de acompanhamento e controle

- Seção I - Dos âmbitos de ação
- Seção II - Da gestão da política urbana
 - Subseção I - Da vinculação ao PDPA, execução e instrumentos de gestão
 - Subseção II - Do CDTA
 - Subseção III - Das audiências públicas
- Seção III - Dos instrumentos de política urbana
 - Subseção I - Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial (FMDT)
 - Subseção II - Do sistema de informações municipais

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Capítulo IV - Dos planos setoriais

- Seção III - Do plano de saneamento básico
- Seção IV - Do plano de preservação e qualificação do patrimônio cultural
- Seção V - Do plano de desenvolvimento rural
- Seção VI - Do plano de habitação e regularização fundiária

Capítulo V - Dos Equipamentos Públicos Coletivos

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo I - Disposições gerais

Capítulo II - Das macrozonas

Seção I - Da Macrozona rural

Seção II - Da Macrozona Urbana

Capítulo III - Das zonas

Seção I - Da zona mista central (ZMC)

Seção II - Da zona residencial mista (ZRM)

Seção III - Da zona de ocupação controlada (ZOC)

Capítulo IV - Das zonas de especial interesse

Seção I - Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS);

Seção II - Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA);

Seção III - Áreas Especiais de Interesse Histórico e Cultural (AEIHC);

Seção IV - Áreas de Intervenção Urbanística (AIU).

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo V - Dos parâmetros urbanísticos

Seção I - Disposições gerais

Seção II - Da área construída

Seção III - Da taxa de ocupação

Seção IV - Do coeficiente de aproveitamento

Seção V - Da Taxa de permeabilidade

Seção VI - Do gabarito

Seção VII - Do recuo frontal

Seção VIII - Do recuo lateral e de fundos

Seção IX - Das categorias de incomodidade

Seção X - Dos subsolos

Seção XI - Das habitação multifamiliar geminada

Seção XII - Do fechamento de limite do lote

Seção XIII - Dos estacionamentos

Seção XIV - Das edículas

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo VI - Do Parcelamento do Solo Urbano

- Seção I - Disposições gerais
- Seção II - Das diretrizes do parcelamento do solo urbano
- Seção III - Dos objetivos do parcelamento do Solo urbano
- Seção IV - Do loteamento
- Seção V - Do desmembramento e do remembramento
- Seção VI - Dos desdobros
- Seção VII - Dos parâmetros de parcelamento do solo
 - Subseção I - Disposições gerais
 - Subseção II - Da infraestrutura básica
 - Subseção III - Das Áreas públicas
 - Subseção IV - Das quadras e lotes
 - Subseção V - Do sistema viário

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo VI - Do Parcelamento do Solo Urbano

- Seção VIII - Dos procedimentos para a aprovação de parcelamentos
 - Subseção I - Disposições gerais
 - Subseção II - Da consulta de viabilidade
 - Subseção III - Da consulta de diretrizes urbanísticas
 - Subseção IV - Do anteprojeto
 - Subseção V - Do projeto definitivo
 - Subseção VI - Do alvará de licença e termo de compromisso
 - Subseção VII - Do registro do parcelamento
 - Subseção VIII - Da implantação e execução
 - Subseção IX - Da vistoria de conclusão de obra e termo de entrega
 - Subseção X - Das infrações e penalidades
 - Subseção XI - Das garantias

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo VII - Dos condomínios urbanísticos de lotes e dos condomínios rurais

- Seção I - Da aprovação de condomínios urbanísticos de lotes
- Seção II - Da aprovação de condomínios rurais
- Seção III - Dos procedimentos para aprovação de condomínios

Capítulo VIII - Da regularização fundiária

- Seção I - Disposições gerais
- Seção II - Dos objetivos da regularização fundiária urbana
- Seção III - Do projeto de regularização fundiária
- Seção IV - Da regularização fundiária de interesse social
- Seção V - Da regularização fundiária de interesse específico
- Seção VI - Da aprovação da regularização fundiária
- Seção VII - Da certidão de regularização fundiária (CRF)
- Seção VIII - Disposições específicas

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Título III - Dos Instrumentos Urbanísticos

Capítulo I - Da conceituação

Capítulo II - Da transferência do direito de construir

Capítulo III - Da outorga onerosa do direito de construir

Capítulo IV - Do direito de preferência

Capítulo V - Do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Capítulo VI - Do Estudo de Impacto de Ambiental (EIA)

Título IV - Das Disposições Finais e Transitórias

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Anexos - Tabelas e Mapas (em elaboração)

- Anexo 01: Tabela de classificação de usos;
- Anexo 02: Tabela de parâmetros de uso e ocupação;
- Anexo 03: Tabela de áreas destinadas ao uso público;
- Anexo 04: Tabela de parâmetros para vagas de estacionamento;
- Anexo 05: Mapa de Macrozoneamento;
- Anexo 06: Mapa de Zoneamento Sede;
- Anexo 07: Mapa de Zoneamento Garcia;
- Anexo 08: Mapa de Zoneamento Barra Clara;
- Anexo 09: Mapa de Zoneamento Rio Novo;
- Anexo 10: Mapa de Eixos estruturantes e vias projetadas;
- Anexo 11: Mapa de Zonas especiais de interesse ambiental;
- Anexo 12: Mapa de Zonas especiais de interesse social; e
- Anexo 13: Mapa de Zonas especiais de interesse histórico e cultural;

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Anexo Único: Plano de Ações e Metas

QUADRO RESUMO

Imagem exemplo

TEMA	AÇÕES	METAS	PRAZO*			
			CURTO	MEDIO	LONGO	
CIRCULAÇÃO VIÁRIA	AÇÃO 2.1.1. Implementar os eixos estruturantes	Planejar execução e iniciar as obras de readequação dos perfis viários	X			
	AÇÃO 2.1.2. Implantar novas conexões viárias	Criar grupo de trabalho com os setores relacionados à segurança viária	X			
	AÇÃO 2.1.3. Adequar os perfis viários	Organizar banco de dados e informações relacionadas à segurança viária	X			
	AÇÃO 2.1.4. Garantir travessia segura da BR-262 para pedestres e ciclistas	Implantar as conexões viárias indicadas em verde no Mapa 2		X		
	AÇÃO 2.1.5. Implementar pontos de integração modal	Identificar e priorizar as ruas e espaços públicos a receberem intervenções temporárias, conforme ocorrência de conflitos e/ou necessidade de qualificação do espaço		X		
	AÇÃO 2.1.6. Estabelecer parâmetros de mobilidade urbana no planejamento e aprovação de loteamentos e condomínios	Estabelecer regulamentação municipal para pavimentação das vias		X		
	AÇÃO 2.1.7. Implementar zonas de tráfego moderado onde há conflito entre a circulação de pedestres e a circulação de veículos	Estabelecer estratégias para escalonamento de início e fim das atividades nos Polos Geradores de Viagem		X		
	AÇÃO 2.1.8. Estabelecer parâmetros de mobilidade urbana no planejamento e aprovação de loteamentos e condomínios	Realizar intervenções físicas ou adequações de sinalização em cruzamentos e trechos de vias perigosos, indicando vias com preferência de passagem		X		
	AÇÃO 2.1.9. Implementar intervenções temporárias nas ruas	Remover lombadas que não cumpram a função de redutor de velocidade		X		
	AÇÃO 2.1.10. Regular o processo de implantação de pontos por parte dos comercios	Redefinir os espaços de embarque e desembarque nas imediações de escolas		X		
	AÇÃO 2.1.11. Garantir que os novos equipamentos públicos se conectem com a rede de transporte					
	AÇÃO 2.1.12. Realizar a manutenção periódica da infraestrutura viária de circulação					
	AÇÃO 2.1.13. Estabelecer os Polos Geradores de Viagem (PGV)					

O QUE É ZONEAMENTO URBANO?

A REPRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO COMUMENTE É RESULTADO:



Fragmento do Mapa de Zoneamento de Florianópolis, 1997.

ÍNDICES/PARÂMETROS/TAXAS POR IDENTIFICAÇÃO DE ZONA

TIPO DE ZONA	ZONA (a)	Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima		Governo de altura máxima (metros)	Recuos Mínimos (metros)			Cota parte máxima de terreno por unidade (metros ²)
		C.A. mínimo	C.A. básico	C.A. máximo (m)	T.O. para lotes até 500 metros ²	T.O. para lotes igual ou superior a 500 metros ²		Frente	Altura de edificação menor ou igual a 10 metros	Altura de edificação superior a 10 metros	
ZEU	ZEU	0,5	1	4	0,85	0,70	NA	NA	NA	3 (1)	20
	ZEUa	NA	1	2	0,70	0,50	28	NA	NA	3 (1)	40
	ZEUP (b)	0,5	1	2	0,85	0,70	28	NA	NA	3 (1)	NA
	ZEUPe (c)	NA	1	1	0,70	0,50	28	NA	NA	3 (1)	NA
ZEM	ZEM	0,5	1	2 (a)	0,85	0,70	28	NA	NA	3 (1)	20
	ZEMP	0,5	1	2 (a)	0,85	0,70	28	NA	NA	3 (1)	40

Fragmento de Tabela do Plano Diretor de São Paulo, 2014.

Anteprojeto de Lei Complementar PRINCÍPIOS

PLANO DIRETOR ATUAL

- Igualdade e Justiça Social:** redução da segregação sócio-espacial; justa distribuição benefícios/ônus de infraestrutura; recuperação dos investimentos públicos municipais; igualdade de acesso aos equipamentos e serviços públicos; justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos; acesso à assistência técnica e jurídica gratuita.
- Função social do município:** garantir, de forma ampla e irrestrita o acesso: à cultura; à educação; ao lazer; à moradia; ao saneamento; à saúde; à segurança; ao trabalho; ao transporte público.
- Função social da propriedade:** compatibilidade do uso com a infra-estrutura e serviços públicos; preservação ambiental; e segurança, bem-estar e saúde de todos.
- Desenvolvimento sustentável:** garantia do direito à: identidade cultural; infra-estrutura; lazer; meio ambiente; moradia; saneamento ambiental; serviços públicos; terra urbana; trabalho; transporte; saúde; educação.
- Gestão democrática:** pleno funcionamento do sistema de gestão da política urbana, garantia do acesso à informação pública; realização de audiências públicas.

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

- Função social da cidade e de propriedade;**
- Gestão democrática da cidade;**
- Equidade territorial, com justa distribuição do serviços e equipamentos coletivos;**
- Racionalização e otimização dos custos da urbanização;**
- Permanência e qualificação da vida da população residente nas áreas rurais;**
- Equilíbrio socioambiental.**

Anteprojeto de Lei Complementar

OBJETIVOS

PLANO DIRETOR ATUAL

1. o desenvolvimento econômico, através do incentivo ao cooperativismo e/ou associativismo, da educação e qualificação profissional para incremento das atividades rurais, e da exploração do potencial turístico religioso, rural e natural, e da melhoria da infra-estrutura e do sistema viário;
2. a promoção do desenvolvimento social, entendido como a melhoria das condições de educação, saúde, segurança, das comunicações e o incentivo ao lazer e esporte;
3. a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural através da implantação de saneamento básico, da promoção da educação ambiental e de políticas e ações para a preservação dos recursos naturais garantindo a qualidade ambiental e o potencial econômico do Município.

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

1. Diminuir conflitos entre uso e ocupação e áreas com restrição ambiental de maneira a mitigar os desastres associados a eventos naturais;
2. Aperfeiçoar a gestão e planejamento do território de forma avançar no combate à irregularidade fundiária e na regularização de áreas de interesse social;
3. Garantir a preservação ambiental, buscando:
 - Viabilizar maior compatibilidade entre uso e ocupação do solo em áreas com restrições ambientais;
 - Avaliar de modo mais consistente o impacto das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no território municipal e verificar possibilidades de medidas mitigadoras e contrapartidas;
4. Incentivar maior valorização e melhor gestão do patrimônio cultural existente no território municipal.
5. Fortalecer planejamento e investimentos em infraestrutura de saneamento básico no município;
6. Incentivar o desenvolvimento rural;
7. Estimular a manutenção e o desenvolvimento territorial das localidades rurais;
8. Fortalecer a atividade agrícola existente no município;

Anteprojeto de Lei Complementar

DIRETRIZES

PLANO DIRETOR ATUAL

- NÃO APARECEM DE FORMA EXPLÍCITA!

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

1. planejamento da expansão urbana, definindo áreas de expansão de acordo com as dinâmicas de uso e ocupação do solo e as condicionantes ambientais;
2. proposição de instrumentos e parâmetros aderentes às atividades econômicas existentes e o impacto que provocam, de forma a facilitar a compreensão e aplicação da legislação urbanística;
3. fomento ao meio ambiente equilibrado e às áreas verdes, delimitando as áreas prioritárias para parques ambientais e urbanos;
4. integração da mobilidade ao desenvolvimento urbano, diminuindo a necessidade de deslocamentos motorizados no território municipal;
5. conservação do patrimônio cultural e preservação dos imóveis de interesse histórico, paisagístico, arquitetônico, ambiental e cultural;
6. identificação de centralidades e distribuição equitativa de equipamentos urbanos e comunitários, promovendo o fortalecimento de núcleos urbanos;
7. identificação de prioridades e critérios para a melhoria do sistema viário local;
8. definição de parâmetros para a regularização fundiária urbana;
9. definição de AEIS para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);
10. regulamentação da implementação de condomínios rurais.;

Anteprojeto de Lei Complementar

Sistema de Acompanhamento e Controle

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

Instâncias

1. Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (40 + 60%);
2. Audiências e consultas públicas;
3. Plebiscito e o referendo;
4. Iniciativa popular de projeto de lei;
5. Gestão orçamentária participativa.

Instrumentos

1. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Angelina (FMDT)
2. Sistema de informações municipais

Anteprojeto de Lei Complementar

PLANOS E POLÍTICAS SETORIAIS

PLANO DIRETOR ATUAL

1. **Estratégia de promoção do desenvolvimento econômico**
 - Programa de desenvolvimento rural
 - Programa de manutenção das estradas municipais
 - Programa de desenvolvimento do potencial turístico
 - Programa de fomento ao cooperativismo e associativismo
2. **Estratégia de qualificação do meio ambiente**
 - Programa de gestão ambiental
 - Programa de adequação dos condomínios horizontais
 - Programa de preservação dos recursos hídricos
 - Programa de educação ambiental
3. **Estratégia de promoção e qualificação da educação**
 - Programa de fortalecimento da política de educação
 - Programa de fomento de educação
 - Programa de implementação de ensino profissionalizante
4. **Estratégia de implantação da infra-estrutura básica**
 - Programa de melhoria da telefonia e comunicações
 - Programa de melhoria do abastecimento de água
 - Programa de soluções de esgotamento sanitário
 - Programa de tratamento dos resíduos sólidos
 - Programa de manejo das águas pluviais.

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

1. Plano ambiental e gestão de riscos
2. Plano de saneamento básico
3. Plano de preservação e qualificação do patrimônio cultural
4. Plano de desenvolvimento rural
5. Plano de habitação e regularização fundiária

Anteprojeto de Lei Complementar

Instrumentos Urbanísticos

PLANO DIRETOR ATUAL

1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsória
2. IPTU progressivo
3. Transferência do direito de construir
4. Outorga onerosa do direito de construir
5. Direito de Preferência
6. Consórcio imobiliário
7. Operação urbana consorciada
8. Direito de Superfície
9. Estudo de Impacto de vizinhança
10. Estudo de Impacto Ambiental
11. Instrumentos de regularização fundiária

PLANO DIRETOR EM ELABORAÇÃO

1. Transferência do direito de construir
2. Outorga onerosa do direito de construir
3. Direito de preferência
4. Estudo de Impacto de vizinhança
5. Estudo de Impacto Ambiental

Anteprojeto de Lei Complementar

Regulação do uso e ocupação do solo - Aspectos Gerais

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO:

- Misturar o que for possível e desejável;
- Respeito às pré existências e dinâmicas presentes no lugar;
- Orientador do desenvolvimento urbano;
- Densidade relacionada com acessibilidade e mobilidade;
- Simplicidade;
- Isonomia;
- Noção de conjunto;
- Diálogo com instrumentos urbanísticos;
- Diversidade e justiça social; e
- Qualidade ambiental e paisagística da cidade

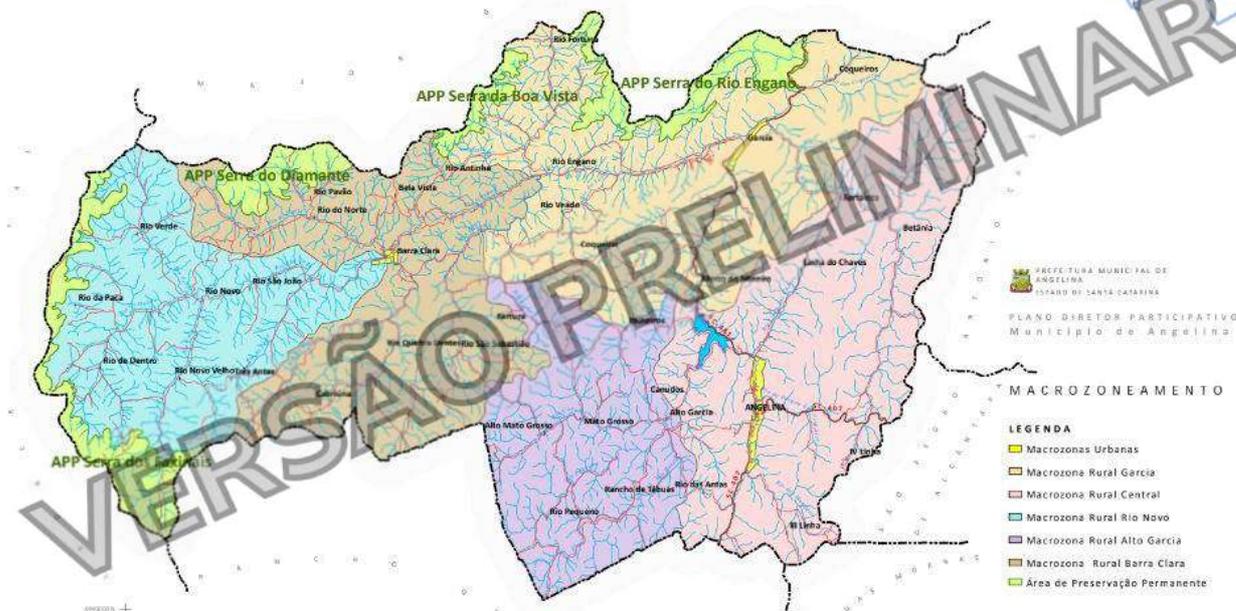
Anteprojeto de Lei Complementar

Regulação do uso e ocupação do solo - Aspectos Gerais

ENFRENTAR PROBLEMÁTICAS E REFLETIR AS DIRETRIZES:

- Incentivar a distribuição territorialmente equilibrada de usos e atividades;
- Incentivar a densificação e a diversidade de usos;
- Regular a implantação de usos incômodos;
- Regular transição urbano - não urbano;
- Diminuir conflitos entre urbanização e condicionantes ambientais;
- Diminuir impacto de desastres associados a eventos climáticos extremos
- Regular a proteção de áreas de interesse social, ambiental e cultural;
- Regulamentar usos lindeiros às rodovias;
- Orientar a ocupação para áreas com menor restrição ambiental;
- Otimizar os custos de urbanização resultantes da expansão urbana;
- Evitar a irregularidade fundiária
- Modelos de ocupação sustentáveis.

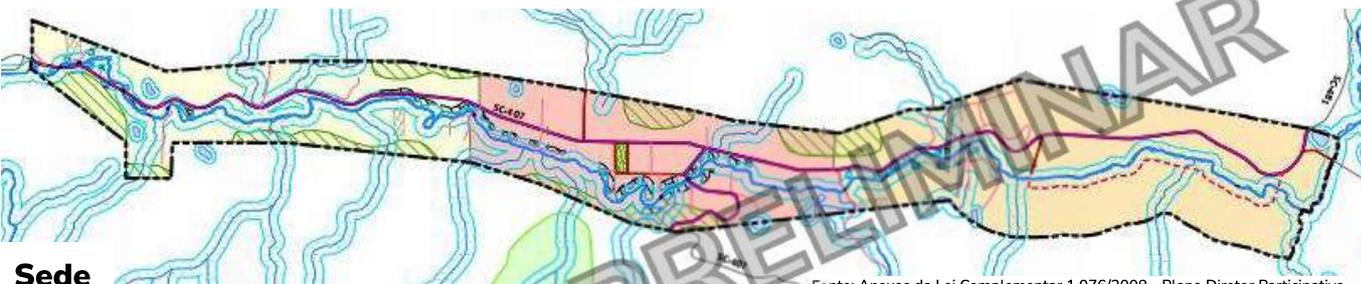
Macrozoneamento



perímetros urbanos atuais



Plano Diretor ATUAL



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

Sede

- Mancha urbana mais extensa, com tecido urbano mais complexo;
- Três zonas principais: Zona Urbana Central (ZUC); Zona de Ocupação Imediata (ZOI); e Zona de Ocupação Controlada (ZOC).
- No interior destas zonas existem delimitadas: AEIS, AUL, SAVU, APP e AT-TAC;
- A maior parte das diretrizes para as Macrozonas Rurais não está vinculado à instrumentos específicos, mas sobretudo aos programas previstos no PDP;
- Consolida ZUC (parâmetros mais generosos e direciona ocupação para ZOI);

ZONAS URBANAS

- Zona Urbana Central (ZUC)
 - Zona de Ocupação Imediata (ZOI)
 - Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- #### ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)
- Área Especial de Interesse Social (AEIS)
 - Área de Uso Limitado (AUL)
 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)
 - Área de Preservação de Manancial (APM)
 - Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hídricos (APP)
 - Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)

Plano Diretor ATUAL

Garcia



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

- Ocupação linear, com muitas restrições ambientais: APP (44%) e AUL (16%);
- Apenas um zoneamento: Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- Clara percepção de restrição;
- Refletir sobre pertinência da delimitação do perímetro;
- N° máximo de pavimentos: 03; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo: 450m²; e lote máximo: 1.500m².
- Duas áreas SAVU, com 0,4 ha (praticamente 1% do total), mas ociosas;

ZONAS URBANAS

Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)

Área de Uso Limitado (AUL)

Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)

Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hidricos (APP)

Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)

Área de Preservação de Manancial (APM)

HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Via Estrutural

Via Coletora

Estradas Municipais

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Limite Perímetro Urbano

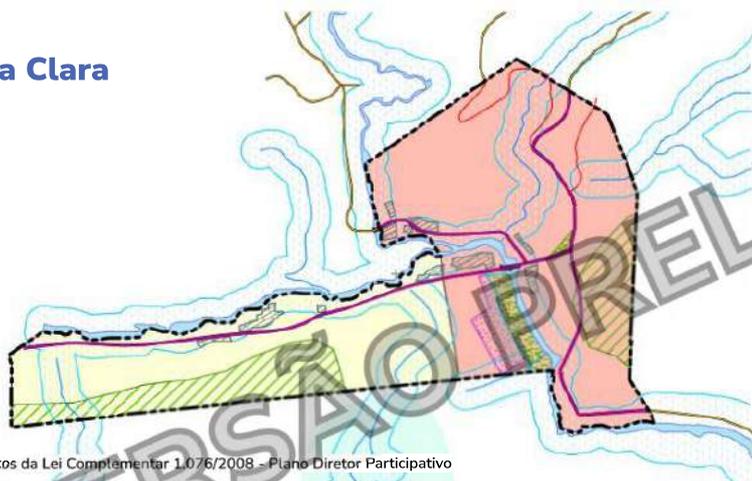
Pontos

Cursos d'água

Rios, lagos e açudes

Plano Diretor ATUAL

Barra Clara



Fonte: Anexos da Lei Complementar 1.076/2008 - Plano Diretor Participativo

- Menos linear. Entroncamento viário e confluência dos cursos d'água;
- Duas zonas: Zona Urbana Central (ZUC), c/ 23 ha (60%) e a Zona de Ocupação (ZOC), c/ 15 ha (40% do total).
- ZUC: n° pavimentos: 3; taxa de ocupação: 50-60%; lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 15%;
- ZOC: n° pavimentos: 3 (residencial/misto) e 2 (não residenciais); taxa de ocupação: 50%, lote mínimo de 450m² e máximo de 1.500m² e taxa de permeabilidade de 20%;
- Intenção de conformar uma centralidade na ZUC próximo de onde os principais equipamentos coletivos + AEIT + SAVU

ZONAS URBANAS

Zona Urbana Central (ZUC)

Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI's)

Área Especial de Interesse Institucional (AEI-IT)

Área de Uso Limitado (AUL)

Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU)

Áreas de Preservação Permanente dos Cursos Hidricos (APP)

Áreas Especiais sujeitas ao Termo de Ajuste de Conduta (AE-TAC)

Área de Preservação de Manancial (APM)

HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Via Estrutural

Via Local

Sistema Viário

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Limite do Perímetro Urbano

Pontos

Cursos d'água

Rios, lagos e açudes

Plano Diretor ATUAL

ZONEAMENTO ATUAL

Macrozona urbana	Zonas / Áreas Especiais	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Afastamento mínimo (m)				Tamanho mínimo lote (m²)	Tamanho máximo lote (m²)	Textura mínima (m)	Uso	Número máximo de pavimentos	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)	Variações
			Frontal			Lateral / Fundos						Residencial	Elástico	Misto		
			Via Estrutural ¹	Via Coletora ²	Via Local ³											
Centro	Zona Urbana Central	15	Faixa de domínio +15,00m -	7	5	1,5	360	1600	12	Residencial	2	0,2	1,0	2,0	50	1
										Não residencial	3	0,2	1,0	1,5	50	2
										Misto	4	0,2	1,2	2,4	60	3
Centro	Zona de Ocupação Imediata	15	Faixa de domínio +15,00m -	7	5	1,5	360	1600	12	Residencial	2	0,2	1,0	1,5	50	4
										Não residencial	3	0,2	1,0	1,0	50	5
										Misto	3	0,2	1,0	1,8	60	6
Centro	Zona de Ocupação Controlada	20	Faixa de domínio +15,00m -	7	5	1,5	360	1600	12	Residencial	3	0,2	1,0	1,0	50	7
										Não residencial	2	0,2	1,0	1,0	50	8
										Misto	3	0,2	1,0	1,0	50	9
Centro	Área de Uso Limitado	90	-	7	5	1,5	Proibido	Proibido	Proibido	Residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	10
										Não residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	11
										Misto	2	0,2	0,2	0,2	10	12
Centro	Área Especial de Interesse Social	15	-	6	4	1,5	180	225	10	Residencial	2	0,2	1,0	1,0	50	13
García	Zona de Ocupação Controlada	20	Faixa de domínio +15,00m -	7	5	1,5	450	1500	12	Residencial	3	0,2	1,0	1,5	50	15
										Não residencial	2	0,2	1,0	1,0	50	16
										Misto	3	0,2	1,2	1,8	60	17
García	Área de Uso Limitado	15	Faixa de domínio +15,00m -	7	5	1,5	Proibido	Proibido	Proibido	Residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	18
										Não residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	19
										Misto	2	0,2	0,2	0,2	10	20
Barra Clara	Zona Urbana Central	15	5,00 + 10,00	7	5	1,5	450	1500	12	Residencial	3	0,2	1,0	1,5	50	21
										Não residencial	3	0,2	1,0	1,5	50	22
										Misto	3	0,2	1,2	1,8	60	23
Barra Clara	Zona de Ocupação Controlada	20	5,00 + 10,00	7	5	1,5	450	1500	12	Residencial	3	0,2	1,0	1,0	50	24
										Não residencial	2	0,2	1,0	1,0	50	25
										Misto	3	0,2	1,0	1,0	50	26
Barra Clara	Área de Uso Limitado	20	5,00 + 10,00	7	5	2,5	Proibido	Proibido	Proibido	Residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	27
										Não residencial	2	0,2	0,2	0,2	10	28
										Misto	2	0,2	0,2	0,2	10	29

Anteprojeto de Lei Complementar

ZONEAMENTO - Critérios Gerais

Aspectos gerais					
Tamanho de lote padrão	360	Bastante razoável até 4 pav.			
Três zoneamentos	360	Densificação (duas no centro)	4 pav	Atual centralidade	Nova centralidade
	250	Área mista de baixa intensidade	3 pav	Demais áreas onde seja adequado ocupar (aspectos urbanísticos e ambientais)	
	1500	Área de uso limitado	2 pav	Áreas de transição para áreas de risco, com baixo nível de suscetibilidade	
	125	AEIS	2 pav	Duas AEIS já existentes	
Critérios básicos					
Separação entre usos incômodos e não incômodos					
Erateamento do parcelamento/lote em áreas não estruturantes					
Não faz sentido lots máximo de forma indiscriminada					
Trabalhar no incentivo ao parcelamento em áreas estratégicas					
Ocupação nas rodovias	III - ao longo das faixas de domínio das rodovias: mínimo de 15m de cada lado. Poderá ser reduzida por lei municipal, c/ instrumento do planejamento, até 5m/lado. (13.913/2019)				

centralidades e equipamentos

Incentivo de uso do solo residencial e não residencial (comercial, serviços, industrial e institucional)



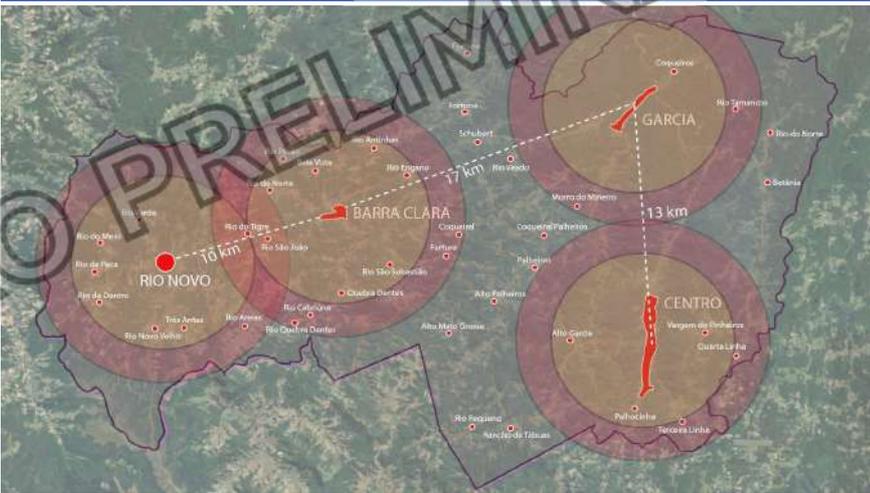
Oferta de equipamentos urbanos e sociais



Estabelecer linha de transporte público para os núcleos servirem de apoio a população dispersa no território

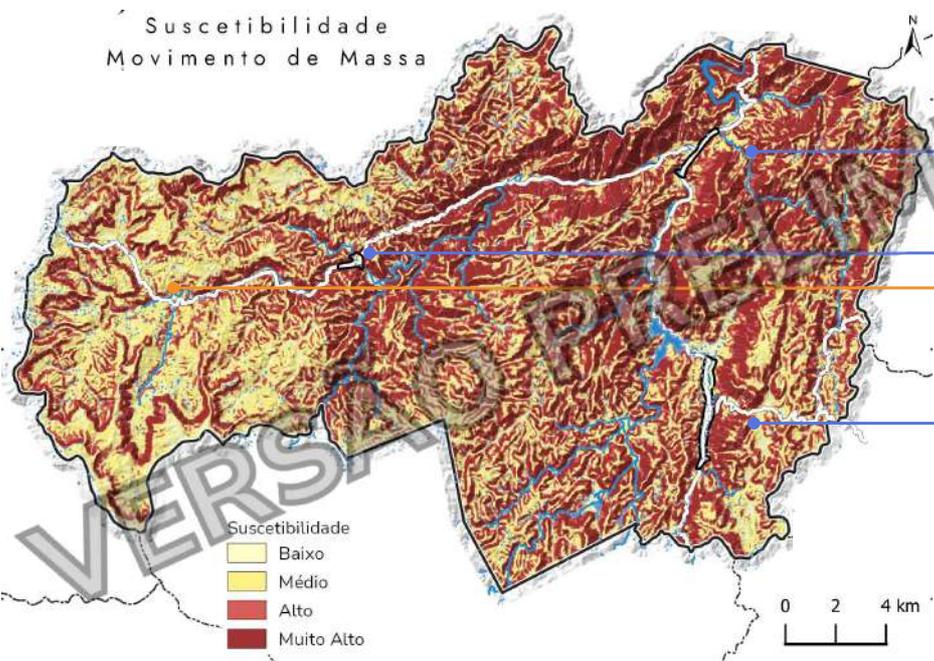


Fortalecimento dos núcleos urbanos existentes de Angelina e fortalecimento do Rio Novo



planejamento da expansão urbana

Suscetibilidade Movimento de Massa



- Garcia
- Barra Clara
- Rio Novo
- Central

Anteprojeto de Lei Complementar

ZONEAMENTO - PROPOSTA

ZONA MISTA CENTRAL (ZMC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básica	CA Máxima	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar vertical, Habitação multifamiliar geminada, Habitação transitória, institucional, Comércio tipo 1 (pp, p e m) Serviço tipo 1 (p e m) Institucional (p e m) Indústria tipo 1 (ipi)		Comércio tipo 2 Serviço tipo 1 (g) Serviço tipo 2 Institucional (g)	60	25	4	1	2	3	3	1,5	360	12

* Incentivo de potencial construtivo quanto existir fachada ativa associada à zona de fruição pública (0,50 + 1 pav)

ZONA RESIDENCIAL MISTA (ZRM)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básica	CA Máxima	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar vertical, Habitação multifamiliar geminada, Habitação transitória, institucional, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (ipi)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	60	25	3	1	1,5	6	3	1,5 de um dos lados	250	10

Anteprojeto de Lei Complementar

ZONEAMENTO - PROPOSTA

ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básica	CA Máxima	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (ipi)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	25	70	3	0,2	0,5	6	5	3	1000	30

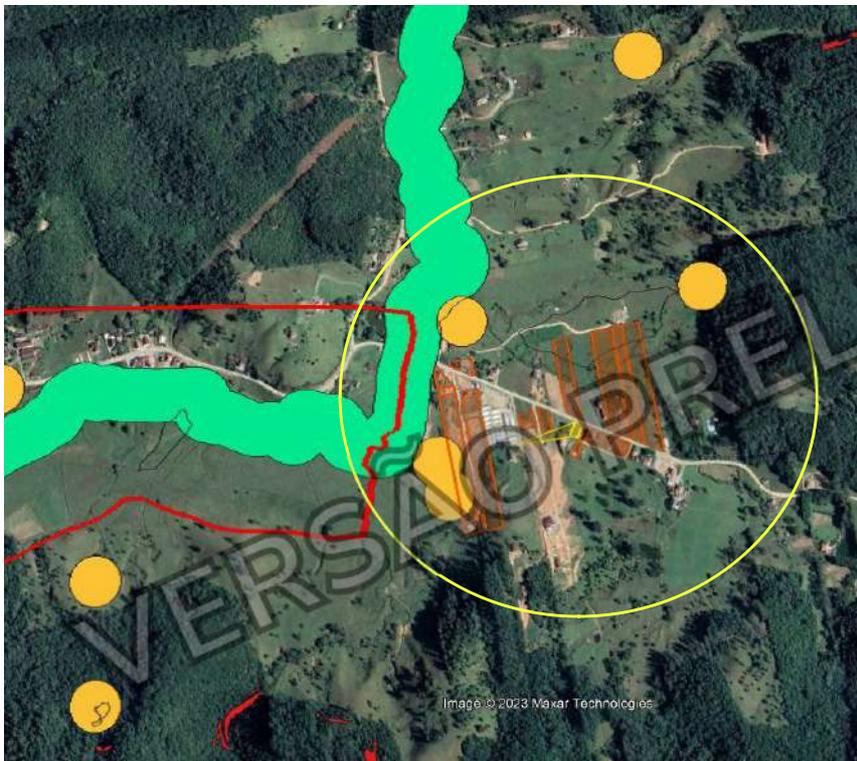
ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL (AEIS)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básica	CA Máxima	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m ²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (ipi)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	80	15	2	1	1,5	1	1,5	1,5 de um dos lados	150	8



Movimento de massa



Inundação



Proposta

Área perímetro atual: 160 ha

Área ocupada atual: 41 ha (25%)

Área disponível atual: 55,7 ha (35%)

Área acrescida: cerca de 45 ha

Área ocupada: 3ha

Área restrição: 10 ha

Área disponível: 32 ha

Mais restrita e talvez mais "adequada"

Como integrar com a cidade existente?

Fortalece padrão linear de ocupação?

centro

Proposta

**ZMC ao longo das
vias principais**

**ZRP nas demais
áreas**

**ZOC como transição
para APP's**

45ha x R\$ 800mil

Em 2022 a PMA teve cerca
de R\$900mil de
investimento...



proposta - qualidade urbana

centro





ZRP nos setores 1, 2 e 3

ZOC como transição para APP's

35ha x R\$ 800mil = R\$ 28 milhões

Área perímetro urbano: 34 ha

Área c/ restrições: 15 ha (44%)

Área ocupada: 4 ha (10%)

Área disponível: 9,6 ha (28%)

Outros (SAVU, AUL): 5,4 ha (16%)

Área 1 (25 ha) + Área 2 (20ha) + Área 3 (25) = 70ha

Área c/ restrições: 19 ha (27%)

Área ocupada: 16 ha (22%)

Área disponível: 35 ha (51%)

planejamento da expansão urbana

barra clara

Barra Clara

2007

2021



ZRP ao longo da via principal (onde não há restrição)
ZOC como transição para APP's

Rio Novo

2011

2022



ZRP ao longo da via principal (onde não há restrição)
 ZOC como transição para APP's

Anteprojeto de Lei Complementar ZONEAMENTO - CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Anexo 01 - Quadro de Classificação de usos

CLASSIFICAÇÃO DOS USOS				
CLASSE	CATEGORIA	ATIVIDADE	DEFINIÇÃO	ESCALA
RESIDENCIAL	Habitação Unifamiliar		Edificação que comporta apenas uma unidade residencial destinada a habitação.	1 (uma) unidade por lote
	Habitação Multifamiliar vertical		Edificação que comporta a mais de 02 (duas) unidades residenciais autônomas e dotadas de instalações e áreas de circulação interna próprias para cada unidade e com acesso ao logradouro público.	Acima de 2 (duas) unidades por lote
	Habitação Multifamiliar geminada		Conjunto de edificações habitacionais, agrupadas horizontalmente, partilham proporcionalmente o mesmo lote e que comportam mais de 2 (duas) unidades residenciais autônomas, cada uma com acesso independente para o logradouro público.	2 (duas) ou mais unidades por lote
	Habitação Transitória	Hotéis, Hotéis, Posseiros, Resorts, Albergues, Apart-hotéis, Hotel Fazenda, Pousada.	Edificação com características de habitação de uso transitório, onde se recebem hóspedes.	
	Habitação Institucional	Asilos, Alojamento Estudantil, Círculo, Convento, Orfanato.	Edificação destinada à assistência social de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	
	Conjuntos Residenciais Unifamiliar		Conjunto residencial horizontal, constituído por casas isoladas de habitação unifamiliar, com acesso independente a cada unidade habitacional por via particular de circulação de veículos ou de pedestres internos ao conjunto, sendo vedado o acesso direto pelo logradouro público às unidades.	Pequeno (p) De 1 até 4 unidades Médio (m) De 5 até 10 unidades Grande (g) Acima de 10 unidades

Anteprojeto de Lei Complementar

ZONEAMENTO - CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

CLASSIFICAÇÃO DOS USOS					
CATEGORIA	ATIVIDADE	DEFINIÇÃO	ESCALA		
NÃO RESIDENCIAL	Comércio	Tipo 01: Artigos de vestuário, farmácia, drogaria, perfumaria, minimercado, mercearia, venda ou quitanda, padaria e pizzaria (sem a utilização de forno à lenha), papelaria, restaurante, lanchonete, bar, comércio, etc.	Comércio diversificado, relativo à circulação de mercadorias, de âmbito local, de venda direta ao consumidor, de produtos compatíveis com o espaço residencial.	Micro (pp)	Até 100m ²
				Pequeno (p)	De 101m ² até 400m ²
				Médio (m)	De 401m ² até 2.000m ²
				Grande (g)	Acima de 2.000m ²
		Tipo 02: casas noturnas, show, boates	Comércio diversificado, relativo à circulação de mercadorias, com venda direta ao consumidor de produtos, geradores de incomodidades incompatíveis com espaço residencial.	Análise específica por meio da obrigatoriedade de elaboração de EIV	
	Serviço	Tipo 01: profissionais autônomos, atestado, manicure, lavanderia e tinturarias, indústrias consultivas (médico, odontólogo), agência postal, salão de beleza, clínica, academias de ginástica/dança, etc.	Estabelecimentos destinados à prestação de serviços de âmbito local, à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de apoio ao uso residencial;	Pequeno (p)	De 50m ² - 250m ²
Médio (m)				De 251m ² até 500m ²	
Grande (g)				Acima de 501m ²	
	Tipo 02: comércio varejista de combustíveis e derivados de petróleo, captação, comércio, ossuário, serviços de coleta e armazenagem de resíduos sólidos.	Estabelecimentos destinados à prestação de serviços que envolvam impactos ambientais relevantes (poluição do ar, sanitário, sonora, sistema viário, etc.)	Análise específica por meio da obrigatoriedade de elaboração de EIV		
Instalação de Comunalidade/Bar	Instituições de ensino especial, fundamental, médio e superior; assistência social, administrativo, religioso, militar/segurança pública; transporte; saúde (posto, hospital, ambulatório); parques, praças, quadras, cinema, teatro, centro de cultura, praças recreativas; museu; centros de pesquisa científica e tecnológica;	Equipamentos públicos ou privados de atendimento ao público nos setores de educação, assistência social, segurança, saúde, pesquisa, etc. Contempla também os equipamentos culturais e de lazer, como praças, parques e espaços públicos em geral.	Pequeno	Até 1.000m ²	
			Médio	De 1.000m ² à 5.000m ²	
			Grande	Acima de 5.001m ²	

Anteprojeto de Lei Complementar

ZONEAMENTO - CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

CLASSIFICAÇÃO DOS USOS					
CATEGORIA	ATIVIDADE	DEFINIÇÃO	ESCALA		
NÃO RESIDENCIAL	Industrial	Tipo 01: Têxteis, calçadista, vestuário, acabamento, colagem, tingimento, tecelagem, alimentícios, produção de bebidas, produtos de carne, artefatos de cimento, cerâmica, vidro, etc.;	Indústrias em geral não geradoras ou com geração de incomodidades compatíveis com o espaço residencial.	Micro (pp)	Até 300m ²
				Pequeno (p)	De 301m ² até 1000m ²
				Médio (m)	De 1000m ² até 4000 m ²
				Grande (g)	Acima de 4000m ²
		Tipo 02: metalurgia, motores, bombas, compressores, injetoras, siderurgia, fundição, granação, abate de animais, beneficiamento de madeiras, britamento, incineração, soldas, tintas, esmaltes, vernizes, etc.;	Indústrias geradoras de incomodidades incompatíveis com o espaço residencial.	Análise específica por meio da obrigatoriedade de elaboração de EIV	
	Agropecuário	Tipo 01: lavouras, temporárias, horticultura e floricultura, processo de sementes e mudas	Atividades relacionadas com a produção de plantas, criação de animais e agroindústrias, não geradoras ou com geração de incomodidades compatíveis com o espaço residencial.	Pequeno (p)	Até 150m ²
Médio (m)				De 151m ² até 600m ²	
Grande (g)				Acima de 601m ²	
	Tipo 02: pecuária, granjas	Produção de plantas, criação de animais e agroindústrias geradoras de incomodidades incompatíveis com o espaço residencial.	Análise específica por meio da obrigatoriedade de elaboração de EIV		

Anteprojeto de Lei Complementar

PARCELAMENTO DO SOLO - ÁREAS PÚBLICAS

Anexo 03 - Quadro de Áreas destinadas ao uso público

Tipo	Condição	Modalidade	Proporção Mínima			
			ASV	AI	AVL	Total mínimo
Loteamento	entre 1 e 5 ha	Loteamento Convencional	NA	10%	5%	30%
		Loteamento de Chácaras	NA	5%	NA	20%
	acima de 5 ha	Loteamento Convencional	15%	10%	5%	30%
		Loteamento de Chácaras	NA	5%	NA	15%
Desmembramento	Acima de 1 ha	-	NA	10%	5%	15%

*NA - Não se aplica (não é necessário/obrigatório).

Anteprojeto de Lei Complementar

ESTACIONAMENTOS

Anexo 04 - Quadro de Parâmetros para vagas de estacionamento

Zona	Uso	Número mínimo de vagas para AUTOMÓVEIS	Número mínimo de vagas para BICICLETAS	Número mínimo de vagas para CARRA e CARRICOLAS	
ZNC	Habitacao unifamiliar	1 vaga	-	-	
	Habitacao multifamiliar vertical e multifamiliar geminada	1 vaga / unidade habitacional	1 vaga / unidade habitacional	-	
	Habitacao transitória	1 vaga / 5 unidades de alojamento	-	1 vaga	
	Comercio	Micro (pp) Até 100m²	-	-	-
		Pequeno (p) De 101m² até 400m²	1 vaga / 2 unidades comerciais	-	-
	Medio (m) De 401m² até 2.000m²	1 vaga / 100 m² de área bruta localável	1 vaga / 50 m² de área bruta localável com no mínimo 5	1 vaga para estabelecimentos com área construída > 1000 m²	
		1 vaga / 50 m² de área bruta localável	-	-	
	Servico	Pequeno (p) De 50m² - 250m²	-	-	-
		Medio (m) De 251m² até 500m²	1 vaga / 100 m² de área bruta localável	1 vaga / 50 m² de área bruta localável	-
	Pecuario	Até 1.000m²	-	-	-
		Medio De 1.000m² a 5.000m²	1 vaga / 100 m² de área construída (A)	1 vaga / 50 m² de área construída (A)	-
	Institucional/ Comunitário/ Lazer	Grande Acima de 5.001m²	-	-	1 vaga
Micro (pp) Até 300m²		-	-	-	
Industrial	Pequeno (p) De 301m² até 1000m²	-	1 vaga / 50 m² de área construída	1 vaga	
	Medio (m) De 1001m² até 4000m²	-	-	-	
Outras Zonas	Habitacao unifamiliar	1 vaga	-	-	
	Habitacao multifamiliar vertical	1 vaga / unidade habitacional	1 vaga / unidade habitacional	-	
	Habitacao multifamiliar geminada	1 vaga / unidade habitacional	-	-	
	Habitacao transitória	1 vaga / 5 unidades de alojamento	-	1 vaga	
	Habitacao institucional	-	-	-	
	Condominio residencial unifamiliar	1 vaga / unidade habitacional	-	-	
	Comercio	Micro (pp) Até 100m²	-	-	-
		Pequeno (p) De 101m² até 400m²	1 vaga / 2 unidades comerciais	-	-
	Medio (m) De 401m² até 2.000m²	1 vaga / 50 m² de área bruta localável	1 vaga / 100 m² de área bruta localável com no mínimo 5	1 vaga para estabelecimentos com área construída > 1000 m²	
		1 vaga / 100 m² de área bruta localável	-	-	
	Servico	Pequeno (p) De 50m² - 250m²	-	-	-
		Medio (m) De 251m² até 500m²	1 vaga / 50 m² de área bruta localável	1 vaga / 100 m² de área bruta localável	1 vaga para estabelecimentos com área construída > 1000 m²
	Grande (g) Acima de 501m²	-	-	-	
		Pequeno (p) Até 1.000m²	-	-	-
	Institucional/ Comunitário/ Lazer	Medio De 1.000m² a 5.000m²	1 vaga / 100 m² de área construída (A)	1 vaga / 100 m² de área construída (A)	1 vaga
		Grande Acima de 5.001m²	-	-	-
	Industrial	Micro (pp) Até 300m²	-	-	-
		Pequeno (p) De 301m² até 1000m²	-	1 vaga / 50 m² de área construída	1 vaga
Medio (m) De 1001m² até 4000m²	-	-	-	-	
	Grande (g) Acima de 4000m²	1 vaga / 500 m² de área construída	-	2 vagas	

Consulta Pública

Será publicado decreto específico, de acordo com orientações e normativas (15 dias e regimento)

Período de Consulta Pública: primeira quinzena de **outubro**

Método de consulta: **formulário físico e online**

Consulta Pública - formulário físico

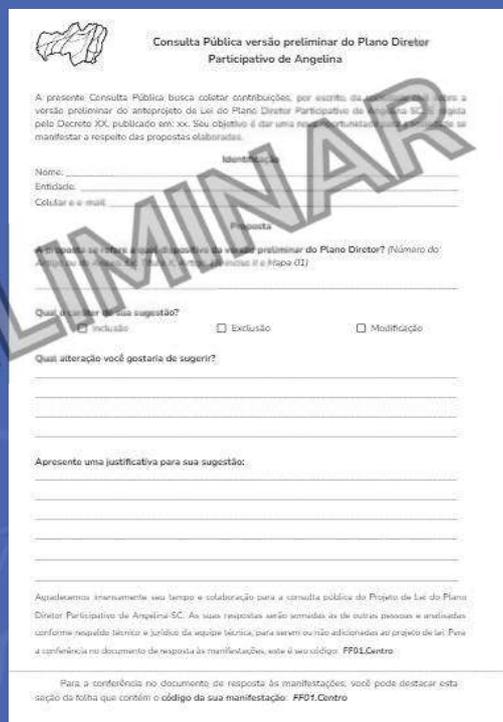
Entrega do formulário será feita presencialmente e em versão impressa nos seguintes locais:

na sede da Prefeitura no Centro;

no Posto Saúde do Garcia;

no Centro Administrativo de Barra Clara e;

no Posto de Saúde do Rio Novo.



Consulta Pública versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições, por escrito, da população para a versão preliminar do anteprojeto da Lei do Plano Diretor Participativo da Angelina SC, aprovada pelo Decreto 200, publicação em: xx. Seu objetivo é dar uma segunda oportunidade para se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Nome: _____
Entidade: _____
Cotular e e-mail: _____

Proposta

Qual a alteração que sugere na versão preliminar do Plano Diretor? (Número do Anteprojeto de Lei: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010 e 011)

Qual a natureza da sua sugestão?
 Incluído Excluído Modificação

Qual alteração você gostaria de sugerir?

Apresente uma justificativa para sua sugestão:

Agradecemos imensamente seu tempo e colaboração para a consulta pública do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina SC. As suas respostas serão somadas às de outras pessoas e analisadas conforme respeito técnico e jurídico da equipe técnica, para serem ou não adicionadas ao projeto de lei. Para a conferência no documento de resposta às manifestações, veja o seu código: **FPD1.Centro**

Para a conferência no documento de resposta às manifestações, você pode destacar esta seção da folha que contém o código da sua manifestação: **FPD1.Centro**

Consulta Pública - formulário online

A consulta pública também acontecerá no **modo-online**, e será divulgada na página eletrônica oficial da prefeitura (www.angelina.sc.gov.br) e na página eletrônica do Projeto (<https://participaangelina.ufsc.br/>);

Assim como serão disponibilizadas todas as instruções para participação neste formato;

Divulgação nas redes sociais e envios no WhatsApp!



Consulta Pública - Plano Diretor Participativo de Angelina

Esta aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC.

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo regimento XX, publicado em: **XX**. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Informamos que, a cada resposta cadastrada neste formulário, será encaminhado por e-mail e whatsapp um código referente ao cadastro da manifestação, para controle e conferência das participações.

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018): Os dados pessoais dos inscritos são confidenciais e não serão disponibilizados a terceiros, constando em lista pública apenas o nome completo e, se for preenchida, a entidade que representa.

Os documentos que subsidiam a presente consulta pública podem ser acessados pelo link: <https://participaangelina.ufsc.br>.

Este formulário estará aberto desde o dia 02/09/2023 até às 23h59 do dia 16 de agosto de 2023.

Consulta Pública - resultados

Os **resultados da Consulta Pública serão sistematizados**, e dar-se-á publicidade aos mesmos por ocasião da Conferência do Plano Diretor Participativo de Angelina.

Para a conferência no documento de resposta às manifestações, você pode destacar esta seção da folha que contém o código da sua manifestação: **FF01.Centro**

Respondentes do Formulário Online receberão o código no e-mail cadastrado no preenchimento do formulário.

Todas as propostas recebidas por meio da Consulta Pública **receberão respostas devidamente fundamentadas**



ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



[@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)



[@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)



[@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)



[Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 08

Apresentação para discussão da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina com o CDTA

Realizada em 21 de novembro de 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

Discussão sobre a
Versão Preliminar

21 de novembro de 2022

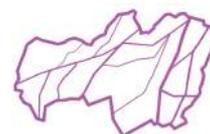


pautas da reunião

Aprovação da ata da reunião realizada
em 12 de setembro de 2023;

Discussão sobre a Versão Preliminar do
Anteprojeto de Lei;

Plenária de Conferência Final;



Aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023;



onde estamos?



Consulta Pública - formulário físico

Entrega do formulário está sendo feita presencialmente e em versão impressa nos seguintes locais:

na sede da Prefeitura no Centro;

no Posto Saúde do Garcia;

no Centro Administrativo de Barra Clara; e

no Posto de Saúde do Rio Novo.



Consulta Pública versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições, por escrito, da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo Decreto XX, publicado em: xx. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Identificação

Nome: _____
Entidade: _____
Contato e e-mail: _____

Proposta

A proposta se refere a qual dispositivo da versão preliminar do Plano Diretor? (Número do Artigo ou do Anexo, Ex: Título X, Artigo 18, inciso II e Mapa 01)

Qual o caráter de sua sugestão?

Inclusão Exclusão Modificação

Qual alteração você gostaria de sugerir?

Apresente uma justificativa para sua sugestão:

Agradecemos imensamente seu tempo e colaboração para a consulta pública do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. As suas respostas serão somadas às de outros cidadãos e analisadas conforme respeito técnico e jurídico da reposta técnica, para serem ou não adotadas ao projeto de lei. Para a conferência no documento de resposta às manifestações, use o seu código: **FPD1Centro**

Para a conferência no documento de resposta às manifestações, você pode destacar esta seção da folha que contém o código da sua manifestação: **FPD1Centro**

Consulta Pública - formulário online

A consulta pública está acontecendo no modo-online, e sendo divulgada na página eletrônica oficial da prefeitura (www.angelina.sc.gov.br) e na página eletrônica do Projeto (<https://participaangelina.ufsc.br/>);

Assim como está disponibilizado todas as instruções para participação neste formato;

Divulgação nas redes sociais e envios no WhatsApp!





Consulta Pública - Plano Diretor Participativo de Angelina

Está aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC.

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo regimento XX, publicado em: xx. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Informamos que, a cada resposta cadastrada neste formulário, será encaminhado por e-mail e whatsapp um código referente ao cadastro da manifestação, para controle e conferência das participações.

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018): Os dados pessoais dos inscritos são confidenciais e não serão disponibilizados a terceiros, constando em lista pública apenas o nome completo e, se for preenchida, a entidade que representa.

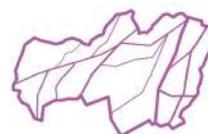
Os documentos que subsidiam a presente consulta pública podem ser acessados pelo link: <https://participaangelina.ufsc.br>.

Este formulário estará aberto desde o dia 02/08/2023 até às 23h59 do dia 16 de agosto de 2023.

2. Discussão sobre a Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei;



pacto de convivência



manifestações

- orais ou por escrito
- manifestações por escrito: utilizar ficha
- manifestação oral: solicitar inscrição aos secretários

a manifestação oral será de até 02 minutos, prorrogáveis por mais 01 minuto

- a equipe técnica utilizará o tempo adequado para responder às perguntas dos participantes



Título I – Conceituação e objetivos gerais

Capítulo I - *Do marco regulatório, abrangência, interpretação e hierarquia*

Capítulo II - *Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos*

Seção I - Dos Princípios

Seção II – Dos objetivos gerais

Seção III – Das diretrizes

Capítulo III - *Do Sistema de Desenvolvimento Urbano*

Seção I – Dos âmbitos de ação

Seção II – Da gestão da política urbana

Seção III - Dos Instrumentos da Política Urbana

Capítulo IV – *Dos planos setoriais*

Seção I - Das Disposições Gerais

Seção II – Do plano ambiental

Seção III – Do plano de gestão de riscos de desastres associados à eventos climáticos extremos

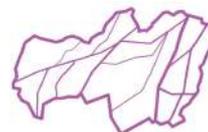
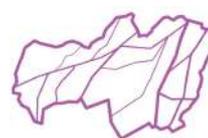
Seção IV – Do plano de saneamento básico

Seção V – Do plano de preservação e qualificação do patrimônio cultural

Seção VI – Do plano de desenvolvimento rural

Seção VII – Do plano de habitação e regularização fundiária

Capítulo V - *Dos Equipamentos Públicos Coletivos*



Título II - Do Ordenamento Territorial

Capítulo I - *Disposições Gerais*

Capítulo II - *Das macrozonas*

Capítulo III - *Das Zonas*

Seção I – Da Zona Mista Central (ZMC)

Seção II – Da Zona Residencial Mista (ZRM)

Seção III - Da Zona de Ocupação Controlada (ZOC)

Capítulo IV – *Das Áreas de Especial Interesse*

Seção I – Das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)

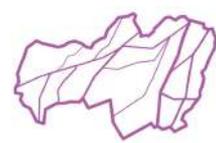
Seção II – Das Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA)

Seção III – Das áreas de Especial Interesse Histórico-Cultural (AEIHC)

Seção IV – Das áreas de Intervenção Urbanística (AIU)

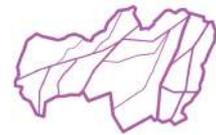
Capítulo V - Dos parâmetros urbanísticos

- Seção I - Disposições Gerais
- Seção II - Da Área Construída
- Seção III - Da Taxa de Ocupação
- Seção IV - Do Coeficiente de Aproveitamento
- Seção V - Da Taxa de Permeabilidade
- Seção VI - Do Gabarito
- Seção VII - Do Recuo Frontal
- Seção VIII - Do Recuo lateral e de Fundos
- Seção IX - Das Categorias de Incomodidade
- Seção X - Dos Subsolos
- Seção XI - Da Habitação Multifamiliar Geminada
- Seção XII - Do fechamento de limite do lote
- Seção XIII - Dos estacionamentos
- Seção XIV - Das Edículas



Capítulo VI - Do Parcelamento do Solo Urbano

- Seção I - Das Disposições Gerais
- Seção II - Das Diretrizes do Parcelamento do Solo Urbano
- Seção III - Dos Objetivos do Parcelamento do Solo Urbano
- Seção IV - Do Loteamento
- Seção V - Dos Desmembramentos e dos Remembramentos
- Seção VI - Dos Desdobros
- Seção VII - Dos Parâmetros de Parcelamento do Solo Urbano
- Seção VIII - Da Aprovação de Loteamentos

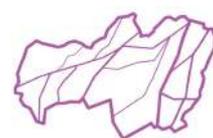


Capítulo VII – Dos condomínios urbanísticos de lotes e dos condomínios rurais

- Seção I – Da aprovação de condomínios urbanísticos de lotes
- Seção II – Da aprovação de condomínios rurais
- Seção III – Dos procedimentos para aprovação de condomínios

Capítulo VIII – Da regularização fundiária

- Seção I - Das Disposições Gerais
- Seção II – Dos objetivos da regularização fundiária urbana
- Seção III – Do projeto de regularização fundiária
- Seção IV – Da regularização fundiária de interesse social
- Seção V – Da regularização fundiária de interesse específico
- Seção VI – Da aprovação da regularização fundiária
- Seção VII – Da certidão de regularização fundiária
- Seção VIII – Disposições específicas



Título III – Dos Instrumentos Urbanísticos

Capítulo I – Da conceituação

Capítulo II – Transferência do Direito de Construir

Capítulo III – Outorga Onerosa do Direito de Construir

Capítulo IV – Direito de Preferência

Capítulo V – Estudo de Impacto de Vizinhança

Capítulo VI – Estudo de Impacto Ambiental

Título IV – Das Disposições Finais e Transitórias

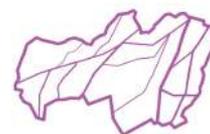
Consulta Pública - formulário online:



3. Aprovação do Regimento da Conferência Final



Conferência final



Regimento do Conselho:

SUBSEÇÃO IV - Da votação

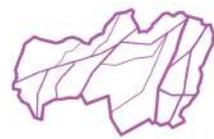
Art. 17. As deliberações do CDTA serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 1º O *quórum* mínimo para as deliberações será de metade mais um dos conselheiros com direito a voto, presentes na reunião do Plenário.

§ 2º Serão considerados com direito a voto os conselheiros titulares, cabendo o direito ao suplente somente no caso de impedimento ou ausência do titular.

§ 3º O Presidente do CDTA votará somente em caso de empate.

Art. 29. Quaisquer proposições de autoria do Poder Executivo Municipal que tenham por objetivo a promoção de alterações no Plano Diretor Participativo, ou em sua legislação acessória, serão discutidas e deliberadas pelo Plenário do CDTA e, em sequência, serão apresentadas em audiências públicas.



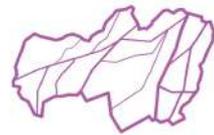
Plano Diretor Atual LEI COMPLEMENTAR Nº 1076 / 2008

Art. 330. As Audiências Públicas referentes a matérias contidas no Plano Diretor do Município, ou que dele sejam derivadas:

I - são obrigatórias no processo de sua elaboração, tramitação, implementação, avaliação e revisão;

II - serão conduzidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, conforme a fase do processo em que se encontrem.

Plenária de Conferência Final



A Plenária de Conferência Final acontecerá no formato presencial, sendo de livre acesso para o público.

A Conferência terá como **objetivos:**

I - **apresentar conteúdos sistematizados** da Consulta Pública (realizada entre 10/11/23 e 24/11/23);

II - **discutir e apreciar os conteúdos apresentados**

A Conferência Final observará a seguinte **programação:**

I - solenidade de abertura;

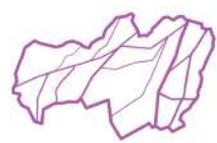
II - composição da mesa diretora;

III - apresentação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública;

IV - debate público e apreciação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública.

V - deliberação por parte do Conselho de Desenvolvimento Territorial dos conteúdos apresentados

Plenária de Conferência Final



As considerações técnicas e jurídicas referidas serão apresentadas por escrito e com base em análises elaboradas pela equipe do Laboratório de Urbanismo da UFSC.

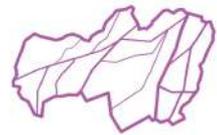
A discussão, deverá ser realizada considerando:

I - a manutenção ou supressão do texto original do conteúdo em consideração;

II - a aprovação de proposta de alteração do conteúdo em consideração, oriunda de conteúdo de formulário sistematizado;

III - a formulação de proposta alternativa à de alteração.

Plenária de Conferência Final



Para a discussão será observado:

I - o pedido de inscrição para manifestação oral, solicitado à mediação;

II - o respeito à sequência de inscrição, estabelecida por ordem de solicitação;

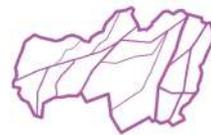
III - o tempo de 2 (dois) minutos, prorrogável por mais 1 (um) minuto, para cada pessoa inscrita para manifestação oral.

IV - o tempo de fala a ser concedido para a equipe do Laboratório de Urbanismo da UFSC, para fins de eventuais considerações técnicas.

Após a discussão, a mediação promoverá encaminhamentos eventualmente necessários. No momento do encaminhamento de quaisquer temas sob deliberação, a **mediação buscará construir consensos.**

O tema sob deliberação será submetido à **votação pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina.**

Plenária de Conferência Final



Em caso de votação, a deliberação por parte dos Conselheiros se dará por maioria simples, correspondente a 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos.

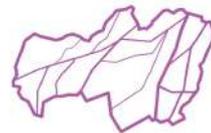
Os representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina aptos a votar manifestarão seu voto mediante fichas, de seguinte modo:

I - votos favoráveis não precisam se manifestar;

II - votos contrários mediante fichas **vermelhas**;

III - abstenções mediante fichas **branca**.

Plenária de Conferência Final



Serão considerados com direito a **voto os conselheiros titulares, cabendo direito ao suplente somente em caso de impedimento ou ausência do titular.**

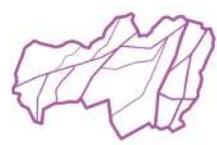
Uma vez anunciado que se está em regime de votação, não serão mais permitidas manifestações orais.

No processo de votação por exibição de fichas, somente será feita a contagem de votos quando não for possível avaliar o resultado por contraste visual.

Caso seja realizada a contagem de votos, no resultado apresentado no relatório, deverá constar os votos a favor, os votos em contrário e as eventuais abstenções.

Os resultados da conferência deverão compor o relatório da Plenária de Conferência Final.

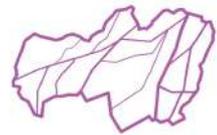
Plenária de Conferência Final



Os conteúdos da Versão Preliminar do Plano Diretor, inclusive seus anexos, que não foram objeto de formulário na Consulta Pública serão considerados aprovados.

Não será admitido a apresentação de novas propostas além das oriundas do conteúdo sistematizado da consulta pública.

Plenária de Conferência Final



O relatório da Plenária de Conferência Final deverá conter:

I - o registro de todo os conteúdos sistematizados apresentados na Conferência;

II - o registro de todas as propostas alternativas que forem eventualmente elaboradas durante a Conferência;

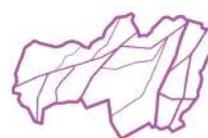
III - o registro de todos as eventuais votações;

IV - a lista de presença;

V - demais conteúdos que servirão de base para publicação e divulgação dos resultados da Conferência;

VI - Os conteúdos deliberados como aprovados que impliquem em alteração de mapas e demais anexos também constarão no relatório.

Sugestão:



NOVEMBRO E DEZEMBRO 2023						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

24/11- Fim do Período de Consulta Pública

12/12- Audiência Pública da Conferência Final (votação dos conselheiros) da Versão Consolidada

Aprovação da:

Audiência Pública com Conferência Final (votação dos Conselheiros)

e apresentação da Versão Consolidada **12/12**





ACOMPANHE O PROCESSO:

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



[@participaangelina](https://www.instagram.com/participaangelina)



[@participaangelina](https://www.facebook.com/participaangelina)



[@pdp_angelina](https://twitter.com/pdp_angelina)



[Plano Diretor Participativo de Angelina - SC](#)



ANEXO 09

Apresentação

Audiência Pública de

Conferência Final

Realizada em 12 de dezembro 2023





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANGELINA

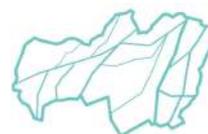
CONFERÊNCIA
FINAL

12 de dezembro 2023



objetivos da Conferência Final

- I - apresentar conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública realizada entre 10/11/23 e 24/11/23;
- II - discutir os conteúdos apresentados;
- III - deliberação por parte do CDTA.



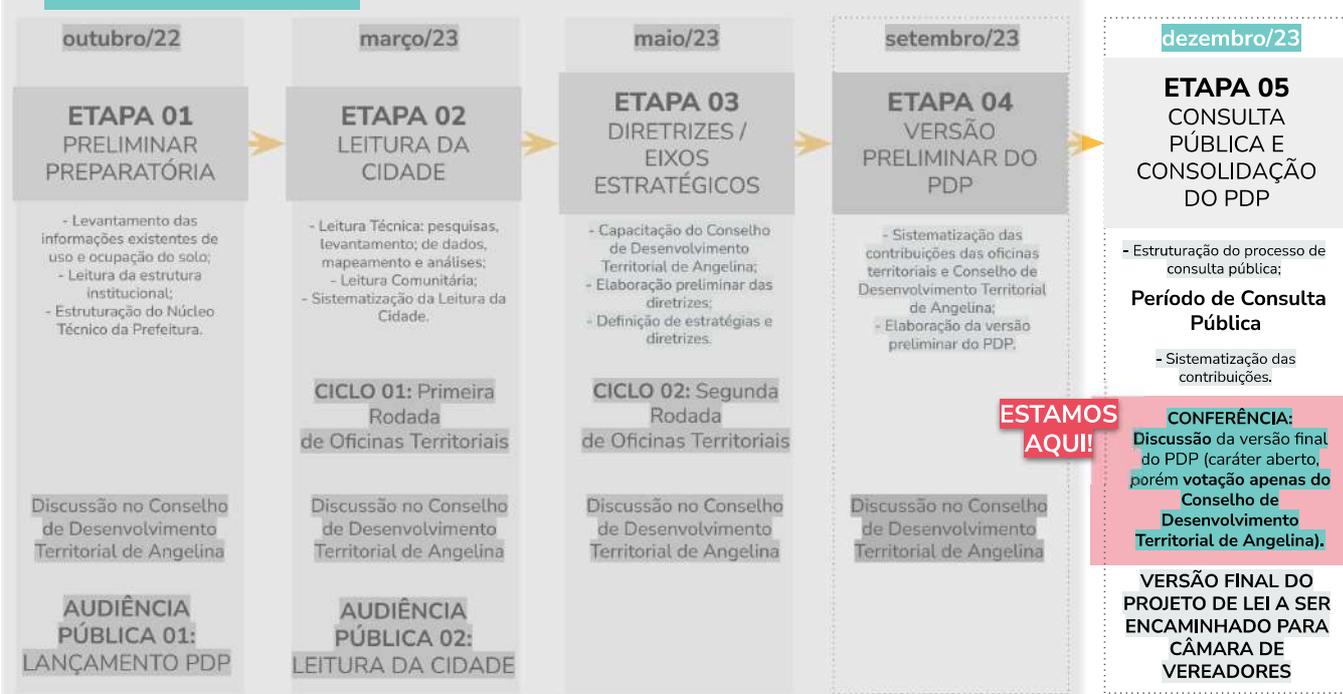
Programação

Regimento Interno Publicação n.º 5378554: Decreto 212/2023 - 28/11/2023

- I - solenidade de abertura;
- II - composição da mesa diretora;
- III - apresentação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública;
- IV - debate público sobre os conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública.
- V - deliberação por parte do CDTA dos conteúdos apresentados.

Os conteúdos sistematizados a que se refere o inciso III, decorrentes da Consulta Pública estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://participaangelina.ufsc.br/>

onde estamos?



síntese do diagnóstico - Leitura da Cidade

LEITURA TÉCNICA



LEITURA COMUNITÁRIA



SÍNTESE FINAL

Realizada pela **equipe técnica** (UFSC + PMA)

Levantamento e análise de dados, **pesquisas e estudos de campo**

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses**

Pesquisa de Opinião + Oficinas Territoriais

Levantamento de aspectos **positivos e negativos**, segundo os moradores, assim como os **desejos/anseios para a cidade**

Elaboração de mapas, gráficos, esquemas e **sínteses** para melhor compreensão e comparação dos **fatores prioritários** analisados

Síntese dos resultados encontrados:

Pontos Positivos

Pontos Negativos

Dos Desejos

Mapa Mental dos Problemas

atividades participativas

- **2 audiências públicas** (já realizadas);
- **1 pesquisa de opinião** (cerca de 100 respostas recebidas);
- **2 rodadas de oficinas territoriais** (10 oficinas realizadas);
- **Consulta Pública da Versão Preliminar;**
- **Reuniões com Conselho de Desenvolvimento;**
- **Reuniões com equipe técnica da PMA;**
- **Canais e mídias sociais** (email, facebook, whatsapp, sites, formulários eletrônicos).

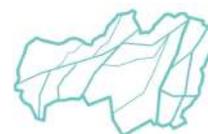
CONFERÊNCIA FINAL



atividades participativas



atividades participativas

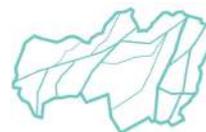


Atividade Participativas	Participantes
1ª Audiência Pública	33
1ª OT Alto Garcia	30
1ª OT Barra Clara	28
1ª OT Centro	24
1ª OT Garcia	26
1ª OT Rio Novo	14

Atividade Participativas	Participantes
2ª Audiência Pública	48
2ª OT Alto Garcia	03
2ª OT Barra Clara	12
2ª OT Centro	21
2ª OT Garcia	20
2ª OT Rio Novo	05

Total de participantes nas atividades presenciais: 264
 + 96 respostas do questionário online
 = Total de 360

produtos publicados



The screenshot shows the top navigation bar with the logo and menu items: PÁGINA INICIAL, NOTÍCIAS, BIBLIOTECA, CONSULTA PÚBLICA, CONFERÊNCIA FINAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, and CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. Below the navigation is a large blue header with the word "biblioteca". A light blue box contains the text: "aqui você encontra os conteúdos técnicos e documentos utilizados como referência no processo". Below this is a red header with the title "produtos do processo de revisão". Underneath are five buttons representing different products: "PRODUTO 01 – LEITURA COMUNITÁRIA", "PRODUTO 02 – LEITURA TÉCNICA", "PRODUTO 03 – SÍNTESE DA LEITURA DA CIDADE", "PRODUTO 04 – RELATÓRIO DA SEGUNDA RODADA DE OFICINAS TERRITORIAIS", and "PRODUTO 05 – VERSÃO PRELIMINAR DO PDP".

Consulta Pública - formulário online

A consulta pública aconteceu no **modo-online e presencial**, e foi divulgada na página eletrônica oficial da prefeitura (www.angelina.sc.gov.br) e na página eletrônica do Projeto (<https://participaangelina.ufsc.br/>);

A divulgação também aconteceu nas redes sociais e envios no WhatsApp!

The screenshot shows the online public consultation form titled "Consulta Pública - versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina". It includes the Participa Angelina logo and the text: "Está aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC." The form also contains information about the consultation process, including the date of publication (27/10/2023) and the objective of the consultation. It states that responses will be sent to the contact information provided and that the contributions will be included in the final report. The form is open from 10/11/2023 to 23h59 on 24/11/2023.

Consulta Pública - formulário físico

De 10 de novembro 2023 até 24 de novembro de 2023

Entrega do formulário foi feita presencialmente e em versão impressa nos seguintes locais:

na sede da Prefeitura no Centro;

no Posto Saúde do Garcia;

no Centro Administrativo de Barra Clara; e

no Posto de Saúde do Rio Novo.



Consulta Pública versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições, por escrito, da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo Decreto XX, publicado em XX. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Identificação

Nome: _____
Entidade: _____
Celular e e-mail: _____

Proposta

A proposta se refere a qual dispositivo da versão preliminar do Plano Diretor? (Número do Artigo ou do Anexo, Ex: Título X, Artigo 18, inciso II e Mapa 01)

Qual o caráter de sua sugestão?

Inclusão Exclusão Modificação

Qual alteração você gostaria de sugerir?

Apresente uma justificativa para sua sugestão:

Apresentamos, imensamente, seu tempo e colaboração para a consulta pública do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. As suas respostas serão anexadas às outras pessoas e entidades conforme respeito à ordem alfabética, para serem enviadas adicionais ao projeto de lei. Para a conferência no documento de resposta às manifestações, veja o código: **FF01Centro**.

Para a conferência no documento de resposta às manifestações, você pode destacar esta página da folha que contém o código da sua manifestação: **FF01Centro**.

Programação

Regimento Interno Publicação N° 5378554: Decreto 212/2023 - 28/11/2023

A discussão deverá ser realizada considerando:

- I - a manutenção ou supressão do texto original do conteúdo em consideração;
- II - a aprovação de proposta de alteração do conteúdo em consideração, oriunda de conteúdo de formulário sistematizado;
- III - a formulação de proposta alternativa à de alteração.

Para a discussão referida acima (II), será observado:

- I - o pedido de inscrição para manifestação oral, solicitado à mediação;
- II - o respeito à sequência de inscrição, estabelecida por ordem de solicitação;
- III - o tempo de 2 (dois) minutos, prorrogável por mais 1 (um) minuto, para cada pessoa inscrita para manifestação oral.
- IV - o tempo de fala a ser concedido para a equipe do Laboratório de Urbanismo da UFSC, para fins de eventuais considerações técnicas.



Programação

Regimento Interno Publicação N° 5378554: Decreto 212/2023 - 28/11/2023

O tema sob deliberação será submetido à votação pelo CDTA.

Na deliberação, poderá ser feito **1 (um) pronunciamento de defesa e 1 (um) pronunciamento contrário** ao tema sob deliberação por parte dos Conselheiros.

Os tempos de defesa da proposta oriunda do destaque e do texto original serão, respectivamente, de 2 (dois) minutos, prorrogáveis por mais 1 (um) minuto para cada parte.

Caso haja mais de uma pessoa interessada em proceder com as defesas, o tempo será dividido por comum acordo entre elas.



Programação

Regimento Interno Publicação N° 5378554: Decreto 212/2023 - 28/11/2023

Em caso de votação, a deliberação por parte dos Conselheiros se dará por maioria simples, correspondente a 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos.

Os representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina aptos a votar manifestarão seu voto mediante fichas, de seguinte modo:

I - votos favoráveis não precisam se manifestar;

II - votos contrários mediante fichas **vermelhas**;

III - abstenções mediante fichas **branca**.



a consulta pública: resumo das contribuições

50 contribuições ao formulário *online* + 1 contribuição ao formulário *físico*, das quais:

20 contribuições com caráter de **ALTERAÇÃO**

25 contribuições com caráter de **EXCLUSÃO**

6 contribuições com caráter de **INCLUSÃO**

Localização dos contribuintes:

1 contribuinte do Garcia

2 contribuintes de Barra Clara

6 contribuintes do Centro

2 contribuintes de fora de Angelina



A análise das contribuições pela Equipe Técnica resultou em sua apreciação conforme os seguintes pareceres:

50 contribuições ao formulário *online* + 1 contribuição ao formulário *físico*, das quais:

25 contribuições iguais (mesmo pedido e justificativas) = 26 respostas equipe UFSC

SEM DELIBERAÇÃO

RECOMENDAÇÃO DE
ADMISSÃO

RECOMENDAÇÃO DE
ADMISSÃO COM AJUSTES

RECOMENDAÇÃO DE
RECUSA

7 contribuições

27%

14 contribuições

54%

3 contribuições

11,5%

2 contribuições

7,5%



Ordem sugerida para apresentação das contribuições pela Equipe Técnica:

Organização geral	Número	Ordem votação
Sem deliberação (erros textuais, cartográficos)	1 e 7	Sem votação
Deliberação em bloco (simples)	8 a 12	Votação do CDTA
Deliberação agregada	13 a 37	Votação do CDTA
Deliberações individuais	38 a 43	Votação do CDTA
Deliberação Distrito sede	44 a 48	Votação do CDTA
Deliberação Barra Clara	49 e 50	Votação do CDTA
Deliberação Garcia	51	Votação do CDTA



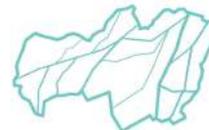
Contribuições da Consulta Pública: **sem deliberação**



a consulta pública: contribuições

SÍNTESE

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Resumo
FO37.G01	Alteração	Art. 144	Não	Corrigir a vinculação entre artigos do Plano Diretor.
FO47.X04	Alteração	Art. 109	Não	Corrigir remissão de legislação no Inciso I e III do art. 109
FO35.G01	Alteração	Anexo 11A	Sim	Correção da representação gráfica da APP
FO38.G01	Alteração	Anexo 11B	Não	Correção da representação gráfica da APP
FO39.G01	Alteração	Anexo 11B Anexo 08	Sim	Correção da representação gráfica da APP
FO42.X02	Inclusão	Métodos para divisão de áreas	Não	Incluir áreas que estão fora do antigo PD
FO43.X03	Inclusão	Regularização territorial	Não	Prefiro não opinar



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO37.G01	Alteração	Art. 144	-	Corrigir a vinculação entre artigos do Plano Diretor.	O artigo 144 precisa ser retificado no item I (acredita-se que seja erro de formatação). Os elementos não computáveis para Coeficiente de Aproveitamento deverão ser os definidos no artigo 137 e não no art. 138 como está descrito no texto.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO37.G01	Alteração	Art. 144	-	Corrigir a vinculação entre artigos do Plano Diretor.	O artigo 144 precisa ser retificado no item I (acredita-se que seja erro de formatação). Os elementos não computáveis para Coeficiente de Aproveitamento deverão ser os definidos no artigo 137 e não no art. 138 como está descrito no texto.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO37.G01	Correção da remissão do art. 138 para o art. 137

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO47.X04	Alteração	Art. 109	-	A - Revisão da redação do artigo no trecho: "...lei municipal poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo", não seria no caput deste artigo (109), mas sim no do Art. 108 do PD. B - Revisão da redação do inciso III: "...de interesse social ou de baixo impacto ambiental a Lei Federal 14.285/2021", não seria na lei citada, mas sim na Lei 12.651/2006.	A- As definições de faixas marginais são tratadas no caput do Art. 108. B - A Lei Federal 14.285/2021 não define os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, mas sim altera artigos da Lei Federal 12.651/2006 que, por sua vez, os define.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO47.X04	Alteração	Art. 109	-	A - Revisão da redação do artigo no trecho: "...Lei municipal poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo", não seria no caput deste artigo (109), mas sim no do Art. 108 do PD. B - Revisão da redação do inciso III: "...de interesse social ou de baixo impacto ambiental a Lei Federal 14.285/2021", não seria na lei citada, mas sim na Lei 12.651/2006.	A- As definições de faixas marginais são tratadas no caput do Art. 108. B - A Lei Federal 14.285/2021 não define os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, mas sim altera artigos da Lei Federal 12.651/2006 que, por sua vez, os define.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO47.X04	Ajuste de texto do caput do art. 109; e do inciso III do art. 109

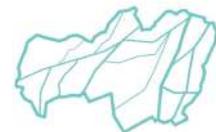
SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO35.G01	Alteração	Anexo 11A	Sim, Anexo 04 - FO35.G01	Sugestão de correção adequar o anexo 11A de acordo com o Anexo 07, considerando o afastamento de 30m como APP.	Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo 11A. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que os demais cursos d'água, que exigem afastamento de 30m, considerando-se que o Rio Mundéus apresenta largura menor que 10m e deveria apresentar faixa de APP similar aos demais cursos. Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11A com as representações do Anexo 07, que aparentemente considera as faixas marginais de 30m de forma adequada.



Sugestão 4

Qual Dispositivo: Anexo 11A

Qual a sua sugestão para aperfeiçoar o Plano Diretor?*

Sugestão de correção adequar o anexo 11A de acordo com o Anexo 07, considerando o afastamento de 30m como APP.

Justificativa: Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo 11A. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que os demais cursos d'água, que exigem afastamento de 30m, considerando-se que o Rio Mundéus apresenta largura menor que 10m e deveria apresentar faixa de APP similar aos demais cursos.

Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11A com as representações do Anexo 07, que aparentemente considera as faixas marginais de 30m de forma adequada.



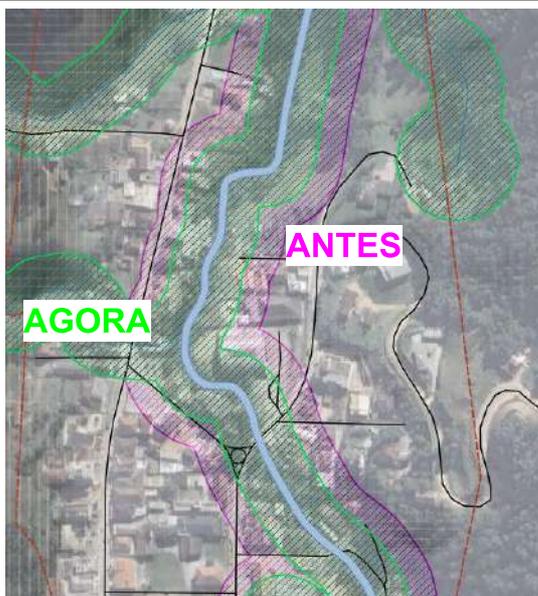
Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO35.G01	Alteração	Anexo 11A	Sim, Anexo 04 - FO35.G01	Sugestão de correção adequar o anexo 11A de acordo com o Anexo 07, considerando o afastamento de 30m como APP.	Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo 11A. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que os demais cursos d'água, que exigem afastamento de 30m, considerando-se que o Rio Mundéus apresenta largura menor que 10m e deveria apresentar faixa de APP similar aos demais cursos. Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11A com as representações do Anexo 07, que aparentemente considera as faixas marginais de 30m de forma adequada.



Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO35.G01	Correção do anexo 11A de acordo com anexo 07, considerando afastamento de 30m como APP

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO38.G01	Alteração	Anexo 11B	-	Sugestão de correção adequar o anexo 11B de acordo com o Anexo 08, considerando o afastamento de 30m como APP, e que também já estava contemplado no anexo 08 do plano diretor vigente.	Revisar a representação gráfica do dimensionamento da Área de Preservação Permanente em função dos afastamentos obrigatórios de curso d' água no Anexo11B. Visualmente a representação da faixa não edificante está maior do que afastamento de 50m, considerando-se que o Rio Garcia apresenta largura menor que 50m. Nota-se a diferença ao comparar as representações gráficas do Anexo 11B com as representações do Anexo 08, que aparentemente considera as faixas marginais de 50m de forma adequada.

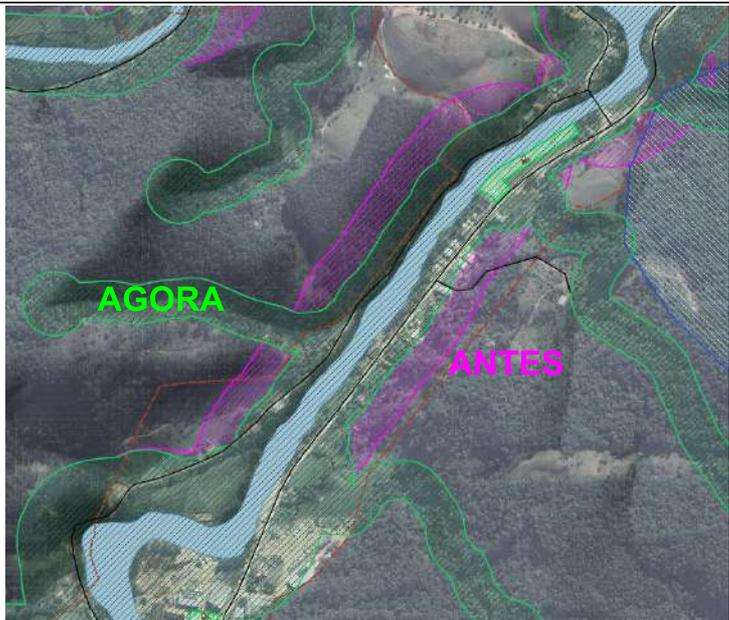


Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
------------------------	-------------------------

FO38.G01	Correção de anexo 11B de acordo com anexo 08, considerando afastamento de 30m como APP.
-----------------	---

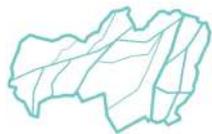
SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO39.G01	Alteração	Anexo 08 e 11B	Sim, Anexo 05 - FO39.G01	Retificação da faixa marginal de curso d'água, demarcado indevidamente nos anexos 08 e 11B.	Deve-se revisar a representação gráfica de curso d'água e suas faixas marginais de APP em trecho do perímetro urbano do Garcia em macroárea urbana ZRM, pois a demarcação sugerida está sobre uma vala seca, enquanto o efetivo curso d'água percorre na margem da estrada do Viveiro Municipal. Segue em anexo a demarcação desse curso d'água com a indicação do seu sentido de percurso correto.



Sugestão:

Qual Dispositivo: Anexo 08 e 11B

Qual a sua sugestão para aperfeiçoar o Plano Diretor?

Identificação da faixa marginal de curso d'água, demarcado indevidamente nos anexos 08 e 11B.

Justificativa:

Deve-se revisar a representação gráfica do curso d'água e suas faixas marginais de APP em trecho do perímetro urbano do Garçó em microplano urbano ZRM, pois a demarcação sugere esta sobre uma vala seca, enquanto o efetivo curso d'água percorre na margem da estrada do Viveiro Municipal. Segue em anexo a demarcação desse curso d'água com a indicação do seu sentido de percurso correto.



Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO39.G01	Corrigir o traçado do rio e da faixa de 30 metros com base nas imagens disponíveis e indicação do formulário (FO39.G01).

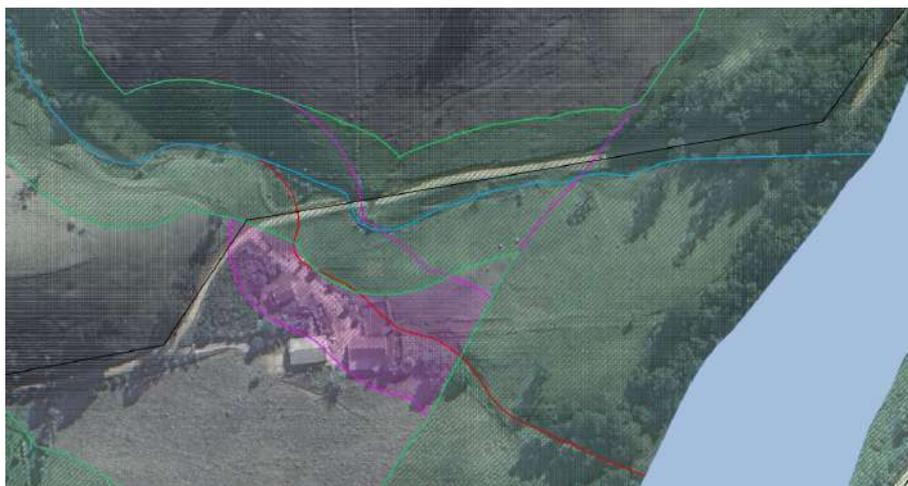


Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
------------------------	-------------------------

FO39.G01	Corrigir o traçado do rio e da faixa de 30 metros com base nas imagens disponíveis e indicação do formulário (FO39.G01).
-----------------	--

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO42.X02	Inclusão	Métodos para divisao de area	-	Incluir áreas que estão fora do antigo PD	Porque será incluído todas as áreas do município

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO43.X03	Inclusão	Regularização territorial	-	Prefiro não opinar	crescimento municipal



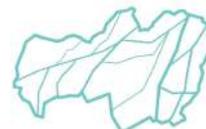
a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO42.X02	Inclusão	Métodos para divisao de area	-	Incluir áreas que estão fora do antigo PD	Porque será incluído todas as áreas do município
FO43.X03	Inclusão	Regularização territorial	-	Prefiro não opinar	crescimento municipal

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO42.X02 FO43.X03	<p>Para que uma proposta seja adequadamente avaliada conforme o método da consulta pública aprovado pelo CDTA, faz-se necessário não só que tais formulários estejam completamente preenchidos, mas, ainda, que as justificativas das propostas e solicitações apresentadas forneçam elementos suficientes para compreender suas intenções e cabimento em termos técnicos.</p> <p>Da forma que foi elaborada a justificativa pelo autor dos formulários, não há elementos suficientes para avaliação e oferta de eventuais recomendações.</p>

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

SEM DELIBERAÇÃO



Contribuições da Consulta Pública: **deliberação em bloco**



a consulta pública: contribuições

SÍNTESE

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Resumo
FO27.C25	Exclusão	Art. 19	Não	Jornal impresso como fonte de divulgação para audiência pública
FO29.C25	Alteração	Art. 37	Não	Proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa
FO31.C25	Inclusão	Art. 45	Não	PREGEC deverá realizar simulações de emergência
FO48.X04	Inclusão	Art. 123	Não	Ajuste de texto do art. 123 (delimitação da AEIA de Proteção Hídrica ajustada previsões do Art. 109)
FO50.X04	Alteração	Art. 114	Não	Ajuste de texto ao art. 114 (AUL) "salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes"



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO27.C25	Exclusão	Artigo 19, Parágrafo 4º.	-	Considerando as mudanças nas formas de comunicação ao longo dos anos e a atual redução de circulação de jornais impressos periódicos no município, de acordo com o link https://www.guiademidia.com.br/jornais-desantacatarina.htm , sugiro a revisão desse ponto específico no Plano Diretor.	A rápida obsolescência dos veículos de mídia impressos, aliada à crescente preferência por meios digitais, pode impactar negativamente a eficácia dessa prática. A remoção deste parágrafo permitiria a gradual migração do principal meio de divulgação para utilização de atuais e futuros meios digitais que possam alcançar uma gama mais ampla de residentes, incluindo aqueles que podem estar fora da área de circulação de um jornal impresso.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO27.C25	Exclusão	Artigo 19, Parágrafo 4º,	-	Considerando as mudanças nas formas de comunicação ao longo dos anos e a atual redução de circulação de jornais impressos periódicos no município, de acordo com o link https://www.guiademidia.com.br/jornais-desantacatarina.htm , sugiro a revisão desse ponto específico no Plano Diretor.	A rápida obsolescência dos veículos de mídia impressos, aliada à crescente preferência por meios digitais, pode impactar negativamente a eficácia dessa prática. A remoção deste parágrafo permitiria a gradual migração do principal meio de divulgação para utilização de atuais e futuros meios digitais que possam alcançar uma gama mais ampla de residentes, incluindo aqueles que podem estar fora da área de circulação de um jornal impresso.
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:				
REDAÇÃO ATUAL	§ 4º Fica instituído, como principal meio para mobilização e divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios oficiais ou de outros meios, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no Município.				
NOVA REDAÇÃO	§ 4º A publicação de edital de convocação deverá ser publicada nos meios oficiais e poderá ser divulgada por meio das mídias digitais oficiais da Prefeitura, jornal impresso de grande circulação no Município e congêneres.				

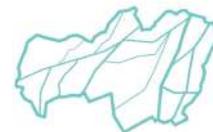
SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO29.C25	Alteração	Art. 37. II – a integração de projetos de pesquisa e extensão		II – A proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em colaboração com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal.	Essa modificação propõe uma abordagem mais proativa, incentivando não apenas a integração, mas também a proposição e prospecção de projetos por parte dos estudantes e coordenadores de curso. Isso cria um ambiente mais dinâmico e participativo, alinhado com a legislação que promove a extensão universitária em todo o país.

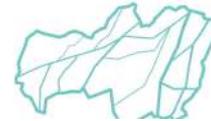


a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO29.C25	Alteração	Art. 37. II – a integração de projetos de pesquisa e extensão		II – A proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em colaboração com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal.	Essa modificação propõe uma abordagem mais proativa, incentivando não apenas a integração, mas também a proposição e prospecção de projetos por parte dos estudantes e coordenadores de curso. Isso cria um ambiente mais dinâmico e participativo, alinhado com a legislação que promove a extensão universitária em todo o país.
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:				
REDAÇÃO ATUAL	II – a integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal por aprimoramento de técnicas necessárias ao cumprimento dos objetivos e diretrizes do plano ambiental;				
NOVA REDAÇÃO	II – A proposição, prospecção e integração de projetos de pesquisa e extensão elaborados por instituições de ensino técnico, profissional, especializado ou superior da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em colaboração com as eventuais demandas do Poder Executivo municipal, por aprimoramento de técnicas necessárias ao cumprimento dos objetivos e diretrizes do plano ambiental;				

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO31.C25	Inclusão	Art. 45.	-	O PREGEC será responsável por desenvolver e executar simulações de emergência que envolvam diversos cenários e situações de risco. Essas simulações visam testar a eficácia dos planos de emergência, identificar áreas de melhoria e capacitar a comunidade para responder de forma eficiente a situações de crise. A promoção dessas simulações será realizada em colaboração com órgãos competentes, instituições de ensino, e demais parceiros envolvidos no gerenciamento de emergências.	Esta inclusão visa fortalecer as ações de preparação e resposta a emergências, proporcionando à comunidade local oportunidades de treinamento prático e promovendo uma cultura de prevenção e resposta eficaz a situações de crise.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO31.C25	Inclusão	Art. 45.	-	O PREGEC será responsável por desenvolver e executar simulações de emergência que envolvam diversos cenários e situações de risco. Essas simulações visam testar a eficácia dos planos de emergência, identificar áreas de melhoria e capacitar a comunidade para responder de forma eficiente a situações de crise. A promoção dessas simulações será realizada em colaboração com órgãos competentes, instituições de ensino, e demais parceiros envolvidos no gerenciamento de emergências.	Esta inclusão visa fortalecer as ações de preparação e resposta a emergências, proporcionando à comunidade local oportunidades de treinamento prático e promovendo uma cultura de prevenção e resposta eficaz a situações de crise.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
------------------------	-------------------------

NOVA REDAÇÃO	Inclusão do Inciso XVII. Art. 45. O PREGEC deverá, no mínimo: XVII - desenvolver e executar simulações de emergência que envolvam diversos cenários e situações de risco
-----------------	--

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO48.X04	Inclusão	Art. 123 e demais que possam replicar esta obrigação às AEIA.	-	A - Inclusão de parágrafo ao Art. 123 que preveja que a AEIA de Proteção Hídrica terá sua delimitação ajustada em consonância com as novas delimitações definidas a partir da efetivação das previsões do Art. 109 do PD. B - Ou a exclusão do artigo.	A - As Áreas Especiais de Interesse Ambiental - AEIA Proteção Hídrica consistem em um sobrezoneamento que atualmente coincide com as Áreas de Preservação Permanente de hidrografia. Havendo a efetivação da previsão do Art. 109, serão definidas faixas de APP distintas daquelas estabelecidas atualmente. Se por um lado, e após tantas lutas, foi alcançada a possibilidade de flexibilização das APPs de hidrografia em áreas urbanas consolidadas e a regularidade de ocupação destas áreas, por outro lado o Art. 123 do PD imputará ao proprietário a elaboração de um EIA/RIMA para a intervenção em AEIA. Ou seja, pela redação atual, a rigor, será exigido um EIA/RIMA para qualquer intervenção como ampliação de residências, construção de muros e calçadas, nas áreas que deixaram de ser APP mas continuam sendo AEIA, e isto é desproporcional. Neste sentido, é preciso que a delimitação da AEIA de Proteção Hídrica acompanhe os ajustes advindos da efetivação do Art. 109. B - Conforme Art. 100, constituem também a AEIA o Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU). O SAVU, por sua vez, é composto por áreas verdes públicas, áreas verdes do sistema viário, dentre outras. Desse modo, se as intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), as intervenções em Áreas Verdes Urbanas, por ínfimas que sejam, quando não emanadas do próprio município, também demandarão a elaboração de um EIA/RIMA, ensejando um trâmite por vezes desproporcional à intervenção pretendida.

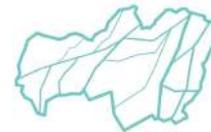
a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO48.X04	Inclusão	Art. 123 e demais que possam replicar esta obrigação às AEIA.	-	A - Inclusão de parágrafo ao Art. 123 que preveja que a AEIA de Proteção Hídrica terá sua delimitação ajustada em consonância com as novas delimitações definidas a partir da efetivação das previsões do Art. 109 do PD, B - Ou a exclusão do artigo.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	Art. 123. As intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
NOVA REDAÇÃO	Art. 123. As intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objetos de Estudo de Impacto Ambiental (AEIA). Parágrafo único. A AEIA de Proteção Hídrica deverá ter sua delimitação ajustada no caso da efetivação das situações previstas no Art. 109.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO50.X04	Alteração	Art. 114	-	Alteração da redação para: Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) e que representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano, onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.	A cidade está localizada em um vale, em meio à áreas declivosas e com áreas planas limitadas. A flexibilização proposta ao artigo possibilitaria o adensamento na ocupação das áreas urbanas centrais, controlando a expansão urbana sobre as áreas rurais. Esta flexibilização para áreas com declividade igual ou superior a 30% é prevista na Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.



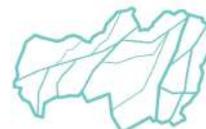
a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO50.X04	Alteração	Art. 114	-	Alteração da redação para: Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) e que representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano, onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
REDAÇÃO ATUAL	Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos pela e representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano.
NOVA REDAÇÃO	Art. 114. As Áreas de Uso Limitado (AUL) são áreas com declividade igual ou maior que 30% (trinta por cento) onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos pela e representam significativos conjuntos de vegetação com relevante valor ecológico e cênico dentro do perímetro urbano, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



Votação do CDTA



Contribuições da Consulta Pública: **deliberação agregada**

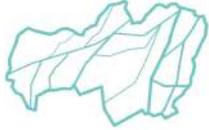


a consulta pública: **contribuições**



Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO02.C02 FO03.C03 FO05.C04 FO06.C05 FO07.C06 FO08.C07 FO09.C08 FO10.C09 FO11.C10 FO12.C11 FO13.C12 FO14.C13 FO15.C14 FO16.C15 FO17.C16 FO18.C17 FO19.C18 FO20.C19 FO21.C20 FO22.C21 FO23.C22 FO24.C23 FO26.C24 FO41.C26 FF01.C	Exclusão	Anexo 12	-	Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana	<p>Não autorizo que a minha propriedade seja incluída como área urbana, já que não tive qualquer consulta e muito menos autorização para que fosse incluída na referida área. Trata-se de inclusão de toda área útil do imóvel, que hoje inclui pastagem e lavoura. A inclusão, sem minha autorização, caracteriza, sem sombra de dúvida, interesse do próprio proprietário do imóvel vizinhos, pela especulação imobiliária. Assim sendo, NÃO AUTORIZO E PROÍBO que o imóvel seja incluído como área urbana, ficando como está, como zona rural. Questiono o porquê de somente um lado da estrada da área foi demarcada como futura área urbana, que inclusive é margeada por um rio, que causa grandes enchentes, foi demarcada e não a outro lado, que possui já várias residências, fica muito duvidosa o interesse público, levando a crer que o interesse é totalmente particular por parte de investidores.</p>

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO02.C02 FO03.C03 FO05.C04 FO06.C05 FO07.C06 FO08.C07 FO09.C08 FO10.C09 FO11.C10 FO12.C11 FO13.C12 FO14.C13 FO15.C14 FO16.C15 FO17.C16 FO18.C17 FO19.C18 FO20.C19 FO21.C20 FO22.C21 FO23.C22 FO24.C23 FO26.C24 FO41.C26 FF01.C	<p>Para que uma proposta seja adequadamente avaliada conforme o método da consulta pública aprovado pelo CDTA, faz-se necessário não só que tais formulários estejam completamente preenchidos, mas, ainda, que as justificativas das propostas e solicitações apresentadas forneçam elementos suficientes para compreender suas intenções e cabimento em termos técnicos.</p> <p>Ressalte-se, ainda, que a estrutura normativa aplicável à organização dos poderes públicos e divisão de competências estabelece que, nos municípios brasileiros, o poder de autorização ou proibição para fins da ordenação e controle do uso do solo urbano é da atribuição exclusiva da Administração Pública municipal, do Poder Legislativo local e, quando a legislação assim o define, dos poderes públicos estadual e federal. Neste sentido, numa municipalidade, quem tem poder de autorizar ou proibir em sede de política urbana são os Poderes Públicos.</p> <p style="text-align: center;">SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO</p> <div style="text-align: center;">RECUSA</div> 

Votação do CDTA



Contribuições da Consulta Pública: deliberações individuais



a consulta pública: contribuições

SÍNTESE

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Resumo
FO49.X04	Alteração	Anexo 12B	Não	AEIS: retirada das demarcações existentes e articular à CSU e regularização fundiária
FO36.G01	Alteração	Art. 108	Não	Vincular apenas ao código Florestal, sem dimensionar parâmetros das APP's
FO28.C25	Alteração	Art. 35, XII	Não	Apoio ao Art. 35 (incentivo fiscal), sugere ampliação para área rural
FO30.C25	Alteração	Art. 37, XI	Não	Reavaliação das distâncias de plantação de eucaliptos para áreas de agroecologia
FO46.X04	Alteração	CAPÍTULO II - EIA	Não	EIA/RIMA
FO33.G01	Alteração	Anexo 03	Não	Readequação da TO, CA e Gabarito para ZOC

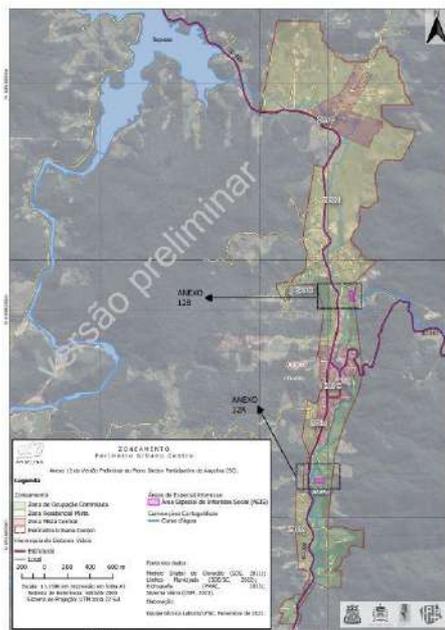


a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO49.X04	Alteração	ANEXO 12B	-	Selecionar área com melhores condições de relevo.	De acordo com as definições do Art. 96 do PD, a Área Especial de Interesse Social, resumidamente, se destina à oferta de terrenos e/ou habitação para população de baixa renda. Entretanto, aparentemente, boa parte da área delimitada no Anexo 12-B apresenta declividade superior à 30%, condição esta que impossibilitaria o parcelamento do solo de acordo com o inciso IV do parágrafo 2º do Art. 179 do PD.



a consulta pública: contribuições



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO49.X04	Alteração	ANEXO 12B	-	Selecionar área com melhores condições de relevo.	De acordo com as definições do Art. 96 do PD, a Área Especial de Interesse Social, resumidamente, se destina à oferta de terrenos e/ou habitação para população de baixa renda. Entretanto, aparentemente, boa parte da área delimitada no Anexo 12-B apresenta declividade superior à 30%, condição esta que impossibilitaria o parcelamento do solo de acordo com o inciso IV do parágrafo 2º do Art. 179 do PD.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
------------------------	-------------------------

FO49.X04	<ol style="list-style-type: none">1) Exclusão das ZEIS demarcadas no mapa;2) Inserção de artigo após ao art. 195, com a seguinte redação: Art. 196 Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Lei Complementar, para empreendimentos com área total superior à 2ha será exigida a destinação de 5% da área para implantação de programas Habitacionais de Interesse Social, ou o equivalente em recursos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Angelina (FMDT).
----------	--

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ACOLHIMENTO COM
MODIFICAÇÕES



Votação do CDTA



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO36.G01	Alteração	Art. 108	-	Adequar o artigo 108 vinculando diretamente à Lei 12651/2012.	<p>Sabendo-se que devemos respeitar o código Florestal, Lei 12651/2012, sugere-se que o artigo 108 apenas vincule ao estabelecido no Código Florestal e não discrimine o dimensionamento dessas faixas marginais no próprio corpo do texto do Plano Diretor Municipal. Essa ação deixará a legislação municipal sempre alinhada ao que estabelecerá a lei federal, pois na hipótese de ocorrer alguma alteração na Lei Federal nesses dimensionamentos das faixas de APP, o plano diretor estará automaticamente atualizado, sem depender de novas revisões.</p> <p>A sugestão vai ao encontro do Art. 109 que já vincula à regulamentação da Lei Federal 14.285/2021, que estabelece a possibilidade de faixas marginais distintas em áreas urbanas consolidadas.</p>



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO36.G01	Alteração	Art. 108	-	Adequar o artigo 108 vinculando diretamente à Lei 12651/2012.

As duas possibilidades são válidas e cada uma traz pontos positivos e pontos negativos. A equipe técnica sugere manter o texto do PDP com a descrição do entendimento de APP.

Opção 01: Descrever no texto da lei:

- garante que Angelina tenha um entendimento próprio. Assim, mesmo que a Lei Federal mude para menos protetiva, o município seguiria com critérios de proteção;
- caso a legislação mude, os textos das leis ficariam com redações e entendimento diferentes.

Opção 02: Vincular ao Código Florestal:

- as alterações da legislação federal seriam contempladas sem ter que refazer uma redação para cada alteração;
- as alterações exigiria que o município revisasse os seu mapeamento a cada alteração de leis de esferas superiores (Federal e Estadual) referentes a essa pauta.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

VOTAÇÃO



Votação do CDTA

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO28.C25	Alteração	Art. 35, XII	-	Gostaria de expressar meu apoio ao disposto no Artigo 35, inciso XII, que menciona os incentivos fiscais para as áreas de preservação permanente dentro do perímetro urbano que estiverem efetivamente preservadas. Essa abordagem é fundamental para promover a conservação ambiental e proteger os recursos naturais. Contudo, gostaria de sugerir uma ampliação dessa prática, considerando a predominância rural de Angelina.	Nota-se que grande parte da população depende da preservação das áreas de preservação permanente, como nascentes e encostas de cursos d'água, para o abastecimento de água e para atender às necessidades básicas das comunidades rurais. Portanto, sugiro que a comissão considere a extensão dos incentivos fiscais também para as áreas rurais. Isso seria crucial não apenas para reconhecer o papel vital dessas áreas na subsistência das comunidades rurais, mas também para promover práticas sustentáveis de uso da terra em consonância com os objetivos ambientais do município.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO28.C25	Alteração	Art. 35. XII	-	Gostaria de expressar meu apoio ao disposto no Artigo 35, inciso XII, que menciona os incentivos fiscais para as áreas de preservação permanente dentro do perímetro urbano que estiverem efetivamente preservadas. Essa abordagem é fundamental para promover a conservação ambiental e proteger os recursos naturais, Contudo, gostaria de sugerir uma ampliação dessa prática, considerando a predominância rural de Angelina.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO28.C25	O incentivo fiscal busca estimular que sejam alcançados os propósitos de se proteger as Áreas de Preservação Permanente (APP) para garantir a manutenção dos recursos hídricos, a biodiversidade e a estabilidade dos solos. No âmbito da esfera fiscal, o município tem competência específica para legislar sobre a tributação de propriedades e ocupações urbanas, sendo os terrenos em área rural de competência da União. Embora o município possa firmar convênio com Governo Federal para fiscalizar, lançar e cobrar os créditos tributários do Imposto Territorial Rural (ITR), ao município não compete legislar sobre o ITR para alterar ou fixar valores do imóvel rural, assim como proceder a cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança. Além disso, já há incentivo fiscal para as APP em áreas rurais como forma de impulsionar a atuação positiva do produtor rural na manutenção de APP situada em imóvel de sua propriedade por meio da Lei 9.393/96, a qual prevê a isenção do ITR na área de tal natureza, nos termos do que dispõe seu artigo art. 10, inciso II, alínea a.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

RECUSA



Votação do CDTA



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO30.G01	Alteração	Art. 37. XI – a proibição do plantio de eucaliptos até 4,00m (quatro metros) de lavouras.	-	Considerando a importância crescente dos sistemas consorciados de agroecologia e reconhecendo o potencial benéfico do eucalipto em Sistemas Agroflorestais, sugerimos uma reavaliação da distância estabelecida para o plantio de eucaliptos, especialmente quando incorporados em práticas agroecológicas.	Proponho que, em casos de sistemas consorciados de agroecologia, a distância mínima de 4,00m (quatro metros) para o plantio de pinus e eucaliptos próximo a lavouras seja reavaliada. A flexibilização dessa distância pode promover práticas agrícolas sustentáveis, permitindo a integração dessas espécies de forma harmoniosa e sinérgica com as atividades agrícolas. Essa abordagem visa incentivar práticas agrícolas mais diversificadas, alinhadas aos princípios da agroecologia, e reconhece o papel benéfico que o eucalipto pode desempenhar em sistemas agroflorestais.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO30.G01	Alteração	Art. 37. XI	-	Considerando a importância crescente dos sistemas consorciados de agroecologia e reconhecendo o potencial benéfico do eucalipto em Sistemas Agroflorestais, sugerimos uma reavaliação da distância estabelecida para o plantio de eucaliptos, especialmente quando incorporados em práticas agroecológicas.
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:			
REDAÇÃO ATUAL	XI – a proibição do plantio de pinus e eucaliptos até 30,00m (trinta metros) da extrema do terreno com benfeitorias e de rede elétrica e até 4,00m (quatro metros) de lavouras.			
NOVA REDAÇÃO	XI – a proibição do plantio de pinus e eucaliptos até 30,00m (trinta metros) da extrema do terreno com benfeitorias e de rede elétrica e, no caso de monoculturas de pinus ou eucaliptos sem consorciamento de culturas, até 4,00m (quatro metros) de lavouras.			

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



Votação do CDTA

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO46.X04	Alteração	Capítulo II, Do Estudo de Impacto Ambiental	-	Revisão da redação do Art. 310 e parágrafo 1º e Art. 311 e 312.	<p>A forma como o Art. 310 está redigido impõe a obrigatoriedade de apresentação do EIA/RIMA para qualquer empreendimento que possa causar impacto, independente de sua natureza, porte, potencial poluidor e impactos decorrentes. Entretanto, o entendimento é de que este estudo deve ser exigido somente para empreendimentos de SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL ou SIGNIFICATIVA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, assim definidos pelos Conselhos Federal, Estadual e Municipal do Meio Ambiente. Quanto ao parágrafo 1º do Art. 310, a lei Federal nº 12.651/2012 não define as atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, com exceção do Art. 11-A que trata de apicuns e salgados, que não ocorrem no município. Ela somente define, em linhas gerais, quais são de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Quanto aos Arts. 311 e 312, eles só tratam do EIA/RIMA e ignoram a existência de estudos de menor complexidade, como o RAP e o EAS. Ademais, talvez o PD não devesse entrar nesta seara. Contudo, se há a intenção de maior detalhamento, seria interessante que os artigos recomendassem a observação dos Termos de Referência definidos pela Resolução CONSEMA 98/2017, ou ainda como fazem outros municípios como Biguaçu e Governador Celso Ramos, que recomendassem o atendimento das Normativas Estaduais.</p>



a consulta pública: contribuições

CAPÍTULO II DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 310. Os empreendimentos que são potencialmente causadores de impacto ambiental, sem prejuízo do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, serão articulados com a política urbana local mediante sua aprovação pelo Poder Público, condicionada à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a serem apreciados pelo órgão da Administração Municipal competente, bem como pelo CDTA.

§1º Consideram-se atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental aquelas definidas pela legislação ambiental aplicável, especialmente a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e as resoluções sobre o tema emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

§2º Os impactos decorrentes de empreendimentos e atividades sujeitos à avaliação de EIA/RIMA deverão ser objeto de monitoramento pelo Executivo.

Art. 311. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deverá seguir as diretrizes gerais e contemplar as atividades técnicas estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 001/1986.

Art. 312. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e deverá compreender o conteúdo mínimo estabelecido na Resolução CONAMA nº 001/1986.

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO46.X04	Alteração	Capítulo II	-	Revisão da redação do Art. 310 e parágrafo 1º e Art. 311 e 312.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
------------------------	-------------------------

FO46.X04	<p>Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. (CONAMA 237/1997)</p> <p>O instrumento conta com a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA), sendo necessárias audiências públicas. Entretanto, o LA não é instrumento vinculado ao EIA-RIMA, pois o órgão licenciador pode solicitar, em casos de atividades com menor potencial poluidor, estudos simplificados, como o Relatório de Controle Ambiental (RCA), o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e o Estudo Ambiental Simplificado (EAS), por exemplo.</p> <p>De acordo com a Resolução CONAMA 237/97, os três níveis de governo têm responsabilidade no licenciamento de projetos e atividades que possam causar degradação ambiental. Quanto ao licenciamento realizado pelo município, a referida Resolução apresenta o seguinte:</p> <p>Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhes forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio (CONAMA, 1997, Art. 6).</p>
----------	---

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO46.X04	Alteração	Capítulo II	-	Revisão da redação do Art. 310 e parágrafo 1º e Art. 311 e 312.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO46.X04	<p>O processo de municipalização do licenciamento tem se intensificado, especialmente para aqueles municípios que apresentam corpo técnico capacitado para fazê-lo. Atualmente cerca de 90 municípios em SC possuem atribuição a licenciar. O município de Angelina não consta nesta lista.</p> <p>A Resolução Consema nº 99/2017 define as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental municipal. Logo, caso o município possua atribuição pelo Consema a licenciar em determinado nível de complexidade, o licenciamento deve ser solicitado diretamente ao município. Caso contrário, o pedido de licenciamento deve ser feito no IMA.</p> <p>Por intermédio da Resolução 237/98 do CONAMA, os Municípios precisam se capacitar, criar os seus órgãos ambientais e os respectivos Conselhos do Meio Ambiente, fazendo com que o planejamento da cidade passe a contemplar o olhar e as exigências do meio ambiente, com vistas à construção de uma sociedade sustentável.</p> <p>O município de Angelina não dispõe atualmente de estrutura, pessoal e capacidade institucional instalada para o licenciamento ambiental.</p>

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO46.X04	Alteração	Capítulo II	-	Revisão da redação do Art. 310 e parágrafo 1º e Art. 311 e 312.

Código da contribuição	Encaminhamento técnico:
FO46.X04	<p>Sugestão de encaminhamento</p> <p>Neste sentido sugere-se a retirada do instrumento do PDPA, com a supressão dos art. 310, 311 e 312, repassando a responsabilidade de licenciamento ambiental para o IMA (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina).</p> <p>O processo de licenciamento junto ao órgão ambiental, IMA, seguirá o disposto no Rito do Licenciamento Ambiental – Decreto Estadual 2.955/2010 que estabelece os procedimentos, prazos, documentos, estudos ambientais, roteiros, entre outras informações pertinentes.</p> <p>A Listagem das Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental (LAP, LAI, LAO) é definida pela Resolução CONSEMA 98/2017, em seu anexo VI.</p>

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



Votação do CDTA

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO33.G01	Alteração	Anexo 03 – Tabela ZOC e Anexo 07	-	Readequar a relação entre a Taxa de Ocupação, o Coeficiente de Aproveitamento e gabarito máximo, estabelecidos para a ZOC na tabela dos parâmetros urbanísticos (Anexo 03).	Verifica-se o desacordo dos parâmetros urbanísticos da ZOC quando se estabelece uma Taxa de Ocupação máxima de 15% para o gabarito máximo de 2 pavimentos, sendo que o Coeficiente de Aproveitamento máximo definido é de índice 0,5. Se tomarmos como exemplo o lote mínimo estabelecido de 1000m ² para o zoneamento ZOC, tem-se como potencial construtivo pela tabela a área construída computável de 500m ² , que nunca será atingida considerando a taxa de ocupação de 15%, que para esse lote de 1000m ² seria de uma projeção de edificação no terreno com 150m ² , que através do gabarito máximo 2 atingiria o limite de 300m ² de área construída computável, que seria apenas 60% da área prevista do potencial construtivo.



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Justificativa
FO33.G01	Alteração	Anexo 03 – Tabela ZOC e Anexo 07	-	Readequar a relação entre a Taxa de Ocupação, o Coeficiente de Aproveitamento e gabarito máximo, estabelecidos para a ZOC na tabela dos parâmetros urbanísticos (Anexo 03).

SUGESTÃO DE
ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO

proposta VP ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habituação unifamiliar Habituação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	15	70	2	0,2	0,5	8	5	3	1.000	30

sugestão de alteração ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habituação unifamiliar Habituação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	30	60	2	0,6	0,6	8	5	3	450	15

Votação do CDTA



Contribuições da Consulta Pública: deliberações

distrito sede



a consulta pública: contribuições

SÍNTESE

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Resumo
FO01.C01	Alteração	Macrozoneamento e anexo 7	Sim	Incluir lado esquerdo da SC-108
FO04.X01	Alteração	Anexo 7	Sim	Não permitir retração do perímetro no distrito sede
FO34.G01	Alteração	Anexo 7	Não	Readequação da ZMC na nova centralidade ao norte do perímetro urbano (Linha do Chaves)
FO25.X01	Alteração	Anexo 3 e anexo 7	Não	Manutenção dos parâmetros urbanísticos de ZOC no Distrito Sede ou mudança para ZRM
FO32.G01	Alteração	Anexo 3 e anexo 7	Não	Substituição para ZRM nos trechos demarcados como ZOC no perímetro urbano da SEDE



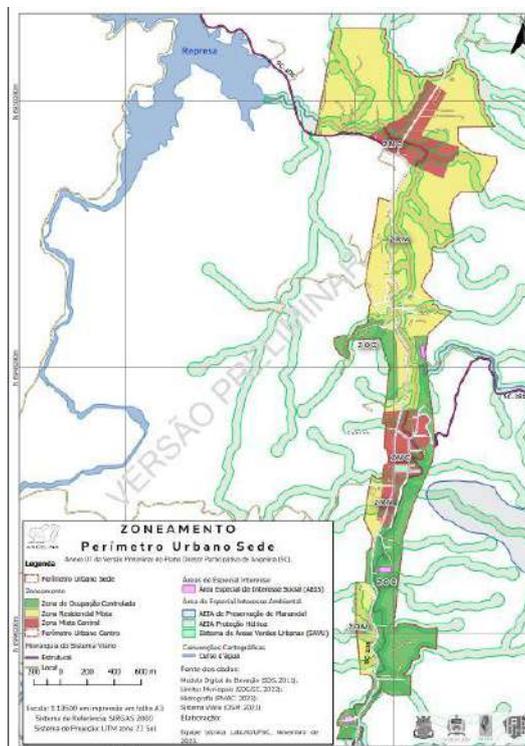
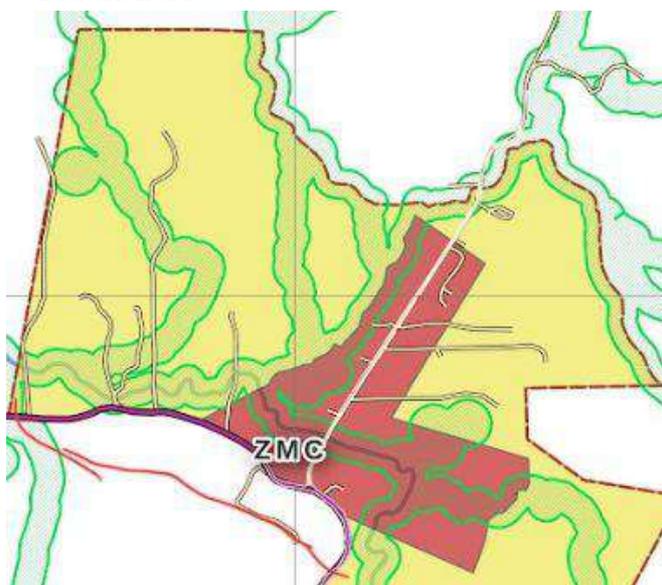
a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO01.C01	Alteração	Macrozoneamento e anexo 7	SIM	Gostaria que inclui-se o lado esquerdo da sc108 como parte do perímetro urbano de angelina, já que ali existe várias residências já construída a vários anos e que não tem como fazer documentação por ser área rural e as divisões territorial não alcança área mínima pra escritura real. Esse terrenos são resultado de herança.	Se incluir essa outro lado da sc108 o perímetro seria dos dois lados da rodovia via e seria mais abrangente e não favorecia só um grupo de moradores , aumentaria a arrecadações também.



a consulta pública: contribuições

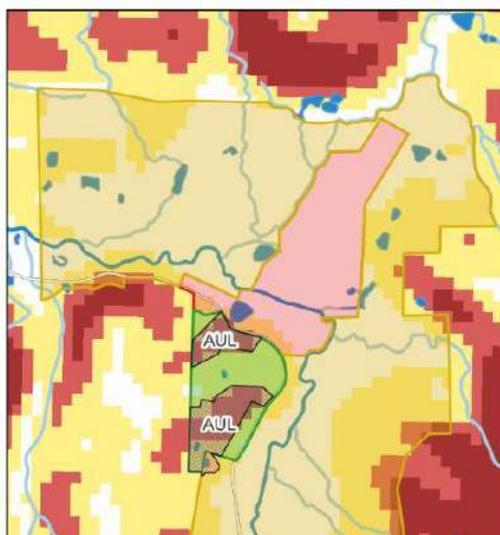
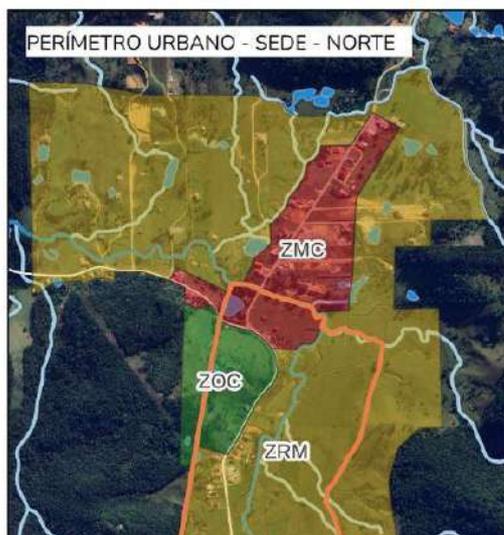
anexo inserido na CP



a consulta pública: contribuições



a consulta pública: contribuições



SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



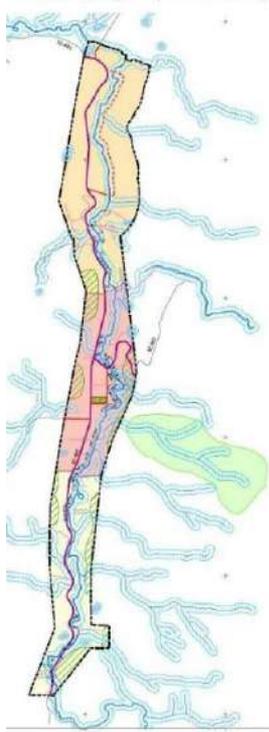
a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO04.X01	Alteração	Anexo 7	SIM	Revisar a demarcação do perímetro urbano do Distrito Sede, visto que ocorreram em algumas áreas a diminuição da área do perímetro Urbano. Sugere-se a manutenção da demarcação do atual perímetro, incluindo-se apenas as áreas previstas de expansão do perímetro urbano.	<p>Em comparação com o perímetro urbano determinado no Plano Diretor vigente de 2008, no Anexo 07 - Mapa Zoneamento Perímetro Urbano SEDE ocorreu redução de trechos do perímetro urbano.</p> <p>Nota-se contradição ao Art. 8, referente ao planejamento da expansão urbana de forma a consolidar o perímetro urbano, pois a nova demarcação está retraindo o perímetro já consolidado pelo Plano Diretor vigente, e que, por consequência, também afetariam Matrículas de Registros de Imóveis já averbadas com esse perímetro urbano atual.</p> <p>Sugiro a comparação entre o Anexo 07-Mapa de Zoneamento Perímetro Urbano SEDE da versão preliminar desta consulta pública com o Anexo 05: Mapa de Zoneamento e áreas especiais de Interesse da Macrozona Urbana Sede do Plano Diretor vigente de 2008.</p> <p>Após a comparação, sugere-se a manutenção da demarcação do atual perímetro, incluindo-se as áreas previstas de expansão do perímetro urbano, e reduzindo apenas nas áreas que estão demarcadas no Plano Diretor em vigor como Áreas de Uso Limitado (AUL) em função das declividades acentuadas que não permitem o parcelamento para fins urbanos de acordo com as legislações Estadual e Federal.</p> <p>Encaminhe-se em anexo os mapas citados.</p>

a consulta pública: contribuições

Não há que se falar em direito adquirido por conta de alteração de lei que pauta o ordenamento territorial local, inclusive disciplinando o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano, salvo se houver direito adquirido decorrente de licença concedida antes da entrada em vigor da nova lei. Ou seja, cabe alteração do perímetro urbano por meio de lei, tendo em vista a sobreposição do interesse público ao particular e o dever da municipalidade de observar, especialmente as diretrizes do Estatuto da Cidade

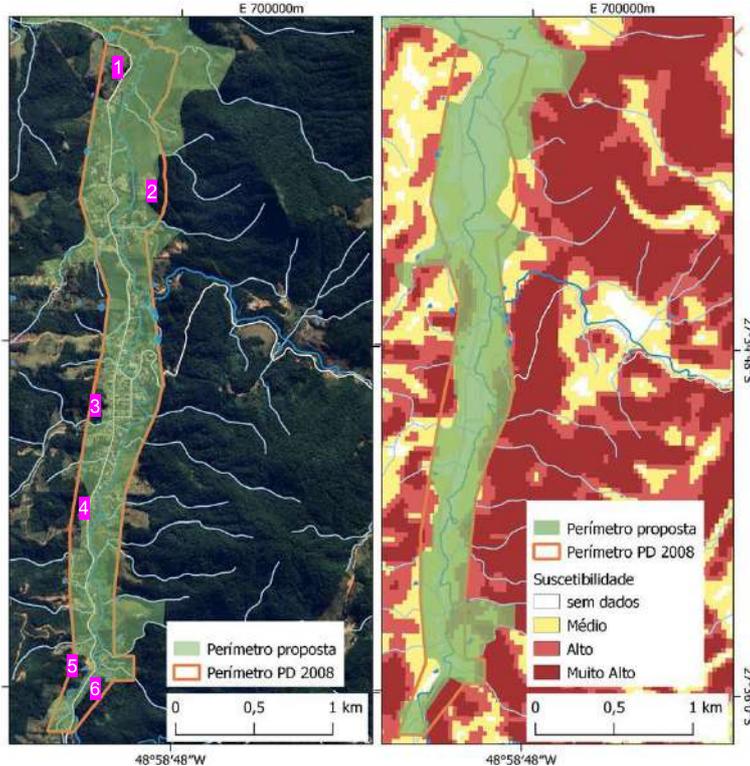
Plano Diretor Vigente (LC nº 1076/2008)



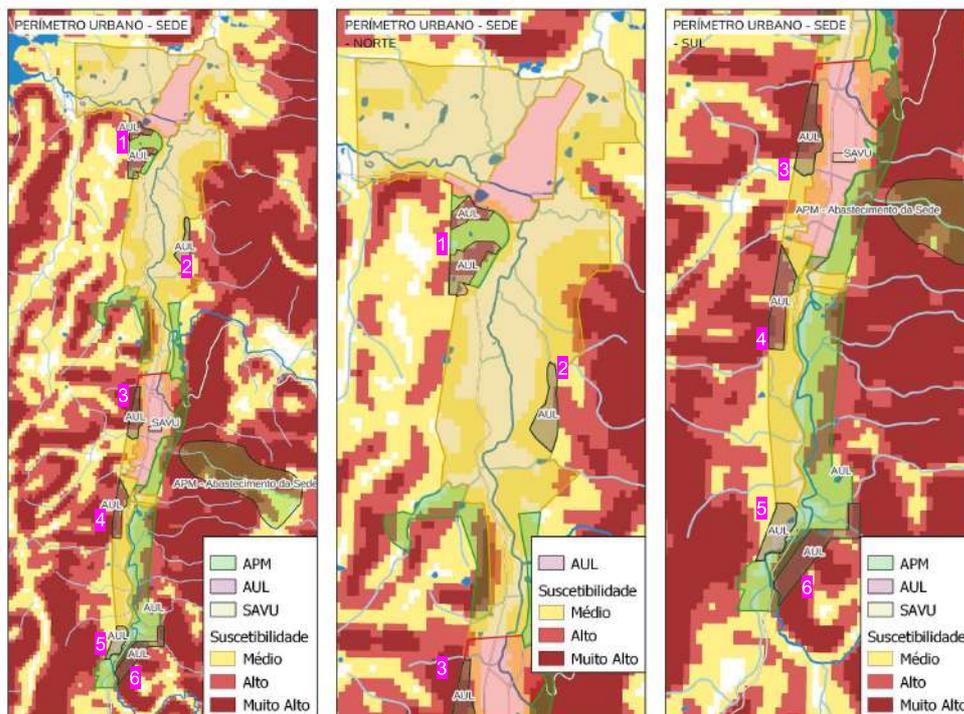
Revisão PDPA 2023



a consulta pública:
contribuições

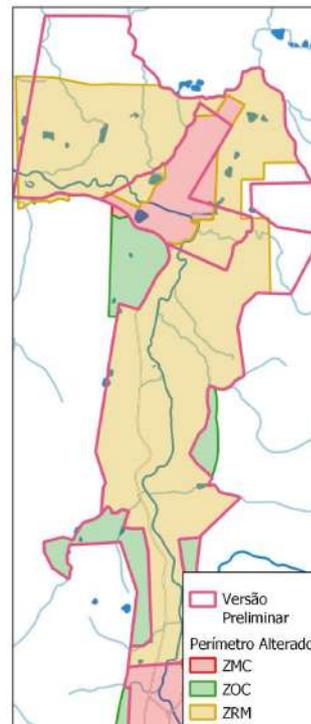
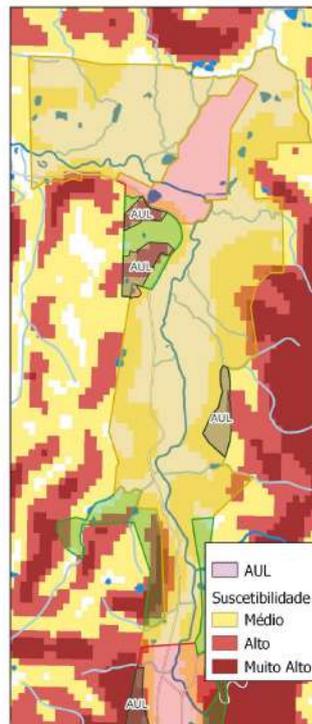


a consulta pública:
contribuições



SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO25.X01	Alteração	Anexo 3 e Anexo 7	NÃO	Manutenção dos parâmetros urbanísticos atuais das ZOC no perímetro urbano demarcado para o Distrito Sede, ou transformação das ZOC no perímetro Urbano da Sede em ZRM.	<p>Analisando os Anexos 03 e Anexo 07, questiona-se o porquê da diminuição real do potencial construtivo em área já consolidada no distrito Sede com a alteração dos parâmetros urbanísticos da ZOC conforme comparação a seguir:</p> <p>Plano Atual: N° Pavtos = 4 para uso residencial / Misto ou 3 para uso comercial; CA = 1,0; TO = 50%; Lote mínimo 360m² e máximo 1080m² e testada 12,00m. Recuos laterais / fundos 1,5m</p> <p>Plano Novo: N° Pavtos = 2 para todos os usos:</p> <p>CA = 0,5; TO = 15% (verificar que com essa TO de 15% e gabarito máximo de 2 pavimentos, não será possível atingir o CA máximo previsto de 0,5. Lote mínimo 1000m² e testada 30,00m. Recuos laterais / fundos 3,0m</p> <p>Comparando-se os índices atuais e os propostos, verifica-se uma grande redução dos parâmetros atuais das ZOCs, equiparando aos atuais parâmetros construtivos das AUL, onde é proibido o parcelamento do solo, como se essas fossem áreas de transição urbana, quando na verdade a ZOC é uma Macroárea Urbana, e se verificam diversos trechos com ocupação consolidada não condizentes com os novos parâmetros propostos.</p> <p>Outra possibilidade para reduzir o impacto gerado com essa alteração, sem modificar os parâmetros urbanísticos sugeridos para a ZOC, seria transformar a área que no mapa atual do Distrito SEDE é ZOC em ZRM, sem a necessidade de criar diferentes tabelas de parâmetros urbanísticos para a ZOC da Sede e as demais do município.</p>

a consulta pública: contribuições

proposta VP

ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	15	70	2	0,2	0,5	8	5	3	1.000	30

sugestão de alteração

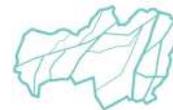
ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/ fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	30	60	2	0,6	0,6	8	5	3	450	15

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO32.G01	Alteração	Anexo 03 e Anexo 07	Substituição para Zona Residencial Mista (ZRM) dos trechos demarcados como Zona de Ocupação Controlada (ZOC) no perímetro urbano SEDE.	<p>Analisando o trecho demarcado como ZMC, na Praça Nicolau Kretzer, seguindo no sentido sul até o zoneamento AEIS no limite do perímetro urbano, verificam-se fragmentos de ZOC intercaladas entre zoneamentos de ZRM, adotando nessas ZOC novos índices urbanos de baixa densidade, mas desconsiderando que boa parte desses trechos já são áreas efetivamente consolidadas com lotes menores, edificados ou não, muitos desses com matrículas no Registro de Imóveis que foram baseados nos parâmetros do Plano Diretor vigente, para os quais não caberiam os novos parâmetros urbanísticos sugeridos para as ZOCs, reduzindo consideravelmente o potencial construtivo em comparação aos índices atuais. Da mesma forma, a definição das delimitações das macroáreas urbanas da SEDE com parâmetros urbanísticos bem diferenciados indicando as ZOCs com densidade e potencial construtivo muito mais baixo em relação às ZMC e ZRM não condizem por se tratar de um perímetro urbano de pouca extensão em relação ao porte do município, e que possui certa homogeneidade em todo esse perímetro, o que já era considerado no Plano Diretor vigente com todos esses zoneamentos tendo parâmetros urbanísticos similares. Essas novas demarcações também apresentam contradições, quando se percebem que algumas ZOC, notadamente o trecho citado anteriormente entre a ZMC até a AEIS ao sul, que possuem maiores áreas planas edificáveis, se comparadas por exemplo à ZRM contígua à ZMC ao sul, demarcada em área com inclinação acentuada na margem da SC-108, que possivelmente não sejam passíveis de parcelamento decorrente de APP de declividade conforme legislações ambientais.</p>

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO32.G01	Alteração	Anexo 03 e Anexo 07	Substituição para Zona Residencial Mista (ZRM) dos trechos demarcados como Zona de Ocupação Controlada (ZOC) no perímetro urbano SEDE.	Ainda se constata dentro das ZOCs de baixa densidade, algumas "ilhas" de AEIS, que apresentariam alta densidade de acordo com os parâmetros do Anexo 03, e que diferente das ZMC não objetivam uma centralidade. Parece que essas novas demarcações de macroáreas do distrito Sede criou um retalho desnecessário com contradições de densidade, sendo que o pequeno perímetro urbano atual já apresenta certa homogeneidade, não havendo essa necessidade de criação de pequenas centralidades no perímetro urbano SEDE considerando o município de grande extensão, devendo o fortalecimento das centralidades ocorrer nos demais distritos, como Garcia e Barra Clara, e verificando-se que também não está sendo proposto a expansão urbana de forma a consolidar esse perímetro urbano, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no artigo 8º do PDPA, mas sim ocorrendo a retração dos parâmetros urbanísticos das ZOC falseando a ideia de fortalecimento das centralidades de ZMC e ZRM, quando de fato está apenas ocorrendo o enfraquecimento na expansão urbana com as novas ZOC, que possuem trechos consolidados e passíveis de urbanização, devendo apenas respeitar as áreas ambientalmente sensíveis, já demarcadas por APP, conforme as situações (cursos d'água, declividade, mananciais, etc.), e protegidas pela Lei 12651/2012.

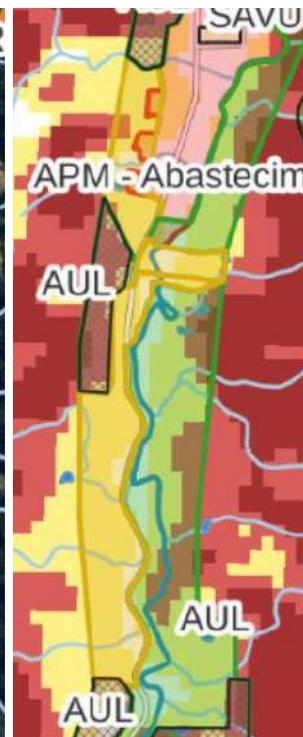


a consulta pública: contribuições

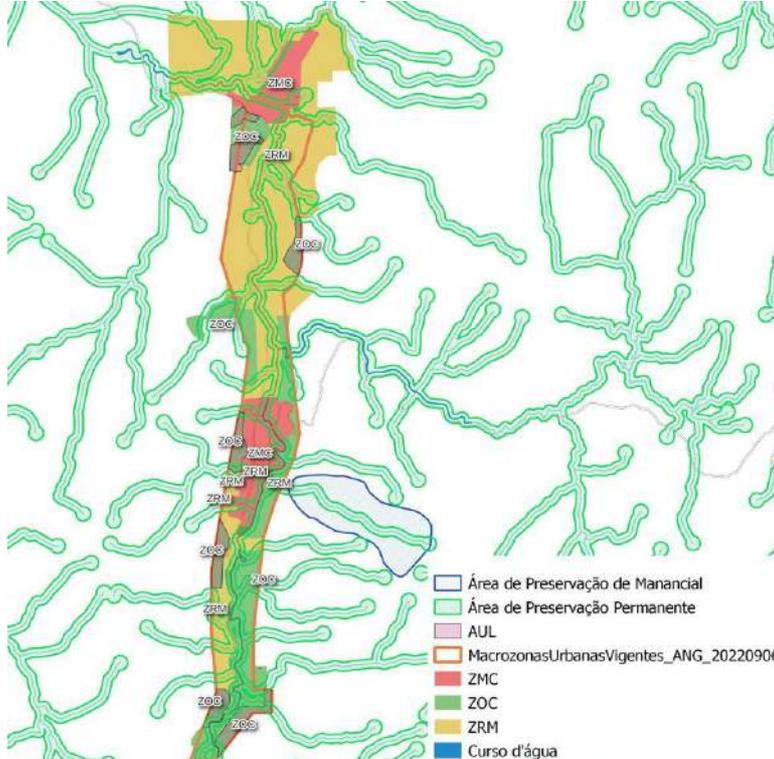


SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



a consulta pública: contribuições



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Resumo	
FO01.C01	Incluir lado esquerdo da SC-108	Incluída áreas ocupadas no lado esquerdo da SC-108, considerando áreas de alta suscetibilidade de movimento de massa..
FO04.X01	Não permitir retração do perímetro no distrito sede	Ajustes na proposta original. Não há áreas retiradas do PDP em vigência. Setores situados em áreas de alta suscetibilidade foram demarcadas como ZOC e com sobrezoneamento de AUL, impossibilitando o parcelamento do solo
FO34.G01	Readequação da ZMC na nova centralidade ao norte do perímetro urbano (Linha do Chaves)	Adequação na delimitação da ZMC realizada, considerando estrutura fundiária, área de influência da rodovia, condicionantes ambientais (cursos d'água) e áreas de suscetibilidade
FO25.X01	Alteração dos parâmetros urbanísticos de ZOC no Distrito Sede	Parâmetros foram alterados, com aumento da TO; CA Básico e Máximo; diminuição do lote mínimo para 450m² e testada mínima para 15m.
FO32.G01	Substituição para ZRM nos trechos demarcados como ZOC no perímetro urbano da SEDE	Alteração realizada em áreas já ocupadas e com baixa restrição ambiental.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO

Votação do CDTA



Contribuições da Consulta Pública: deliberações

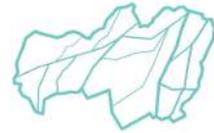
Barra Clara



a consulta pública: contribuições

SÍNTESE

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Resumo
FO44.BC01	Alteração	Anexo 3 e 9	Sim	Barra Clara: delimitação da ZOC; parâmetros para a ZOC e delimitação de AEIA
FO45.BC02	Alteração	Anexos 3, 6, 9, 11-C e 13	Sim	Barra Clara: delimitação da ZOC; parâmetros para a ZOC e delimitação de AEIA



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO44.BC01	Alteração	Anexo 3 e 9	<p>Prezados, Gostaria de consultá-los sobre quais os critérios adotados para a delimitação da ampla extensão da Área de Especial Interesse Ambiental, especificamente de Preservação de Manancial, traçada no mapa de zoneamento do perímetro urbano de Barra Clara. Meu questionamento se motiva por, sem ser do meu prévio conhecimento, aparentemente corresponder a extravasamento em aproximadas quatro vezes da área de proteção hídrica (faixas marginais do curso d'água) segundo os critérios dos quais tenho ciência, expandindo-se grosseiramente por quase totalidade de terreno rural de minha propriedade. O consulente é consciente da necessidade de preservação ambiental, tanto que a região da nascente se encontra intacta (inclusive muito mais do que no passado) e assim o continuará, mas o perímetro traçado parece se projetar indevidamente para áreas consolidadas de pasto muito antigas. Gostaria também de consultar por que a linha do Sistema de Áreas Verdes Urbanas, na margem do Rio São João, apresenta ligeiro desalinhamento com a respectiva AEIA de Proteção Hídrica, quando a princípio me pareceria que deveriam ser coincidentes. Por último, me chamou a atenção em particular a estipulação das áreas próximas ao Auto Posto Barra Clara como ZOC com limitações excessivas (lote de 1000m2, testada de 30m) para uma área em franco desenvolvimento urbano. Sugiro ser mais adequada a manutenção dos parâmetros atuais, ou mesmo seu aprimoramento para o incentivo de destinação de terrenos planos para residências urbanas, tão escassas para a população da Barra Clara, em especial de menor poder aquisitivo, para as quais mais consentâneos seriam lotes mínimos de 360 m2 (normais) ou mesmo menores, a exemplo de 200m2 (de interesse social, possíveis a partir de 125m2).</p>	Encontram-se veiculadas no item anterior.

a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO45.BC02	Alteração	Anexos 3, 6, 9, 11-C e 13	<p>Prezados Senhores, Opinamos que a manutenção do gabarito da Zona Residencial Mista, de 3 pavimentos, sem maior correlata permissividade à verticalização, quando aplicado especificamente ao Núcleo Urbano de Barra Clara, representa adequação à harmonia paisagística do conjunto arquitetônico de característica colonial marcadamente histórica (vide a publicação Roteiros Nacionais de Imigração (IPHAN) e seus trabalhos instrutórios, notadamente os Relatórios de Vistoria integrantes do Inquérito Civil n. 06.2015.00009383-7 (MPSC) no tocante aos imóveis de códigos ANG-007, 009, 014, assim como o procedimento 1.33.000.002654/2021-1) presente na centralidade da localidade, evitando que edificações modernas destoem das edificações históricas presentes. Convido à leitura de artigo a respeito, para o qual prestamos subsídios, em https://angelinawittmann.blogspot.com/2022/04/casarao-goedert-barra-clara-angelina-sc.html, a expressar nossa preocupação com a integridade histórica da vila. Vimos com bons olhos a previsão das áreas verdes - quem sabe até convenha outras, inclusive a área de frente a nossa casa (Praça Áurea de Souza Goedert, 340), onde mesmo a partir de 2 metros do cordão do meio-fio estando em nossa propriedade, será um incentivo a ajardinarmos. Por outro lado, opinamos também pela inadequação da severa e exagerada ampliação da restritividade dos parâmetros presentes no anteprojeto de nova lei em questão para a Zona de Ocupação Controlada de Barra Clara, em contraste com os presentes na lei atual, a saber: a) ampliação da testada mínima de 12 para 30 metros; b) ampliação do lote mínimo de 450 para 1000 m²; c) redução da taxa de ocupação de 50% para 15%; d) ampliação da taxa de permeabilidade de 20% para 70% e) redução dos gabaritos residencial e misto para 2 pavimentos; f) redução do CA básico e máximo de 1,0 para 0,2 e 0,5; g) ampliação dos recuos para vias estrutural e fundos de 7 e 1,5m para 8 e 3 metros.</p>	Encontram-se veiculadas no item anterior.

a consulta pública: contribuições

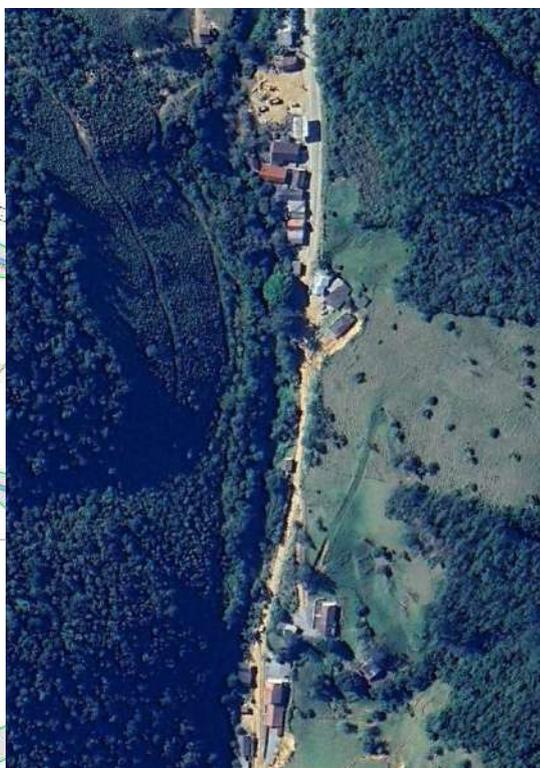
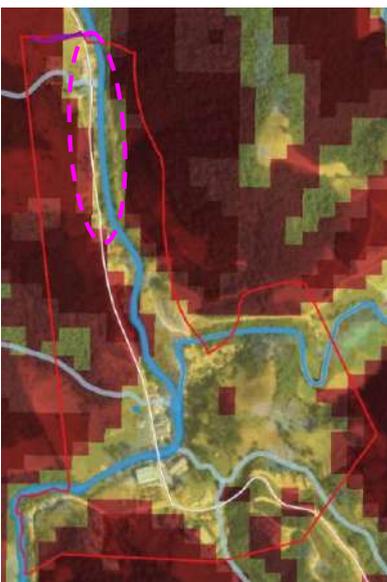
Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO45.BC02	Alteração	Anexos 3, 6, 9, 11-C e 13	<p>A característica do relevo da região de Barra Clara, seja em sua Macrozona Urbana ou Rural, sempre representou um desafio significativo ao desenvolvimento econômico e social da localidade, dada a escassez de áreas minimamente planas aptas a novas habitações e empreendimentos. Já com os parâmetros anteriores, essa perspectiva se sentia inibida. Verifica-se que, afora a centralidade da localidade, a região próxima ao posto de gasolina que atende (coordenadas -27.530745, -49.128698) é o ponto em que, nos últimos anos, se verificava ainda o maior florescimento de novas moradias e estabelecimentos comerciais de traço urbano, em sua maioria inclusive com testadas inferiores a 10m, evidenciando o descompasso do planejamento para com a realidade. Havia expectativa de que as áreas naturalmente vocacionadas para a expansão das atividades da comunidade, correspondentes às margens da rodovia a Oeste da sua centralidade, passassem a ter uma menor restritividade que a atual, em especial no sentido de que o lote mínimo se reduzisse de 450 para 360 m², como ora se projeta para sua Zona Residencial Mista. Não obstante, a proposta parece não só desatender esse anseio, senão promover agravamento em sentido contrário. Não apenas perpetua as condições anteriores, como aprofunda restrições prejudiciais à tendência expectada.</p>	Encontram-se veiculadas no item anterior.

a consulta pública: contribuições

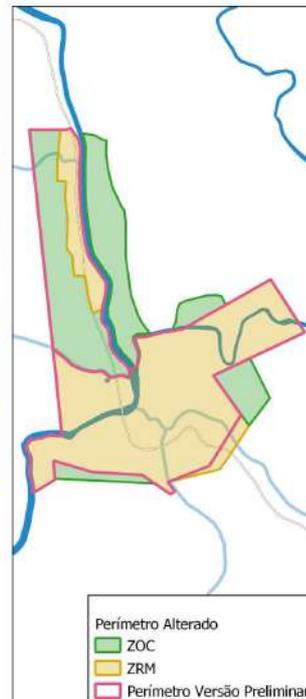
Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Sugestão:	Justificativa
FO45.BC02	Alteração	Anexos 3, 6, 9, 11-C e 13	<p>A assim perdurar, acarretando restrição a que haja pouquíssimas unidades, avista-se a inviabilização de futura destinação dessas áreas a possíveis desmembramentos de com propósito residencial ou comercial com custo acessível aos interessados da comunidade, esvaziando o respectivo interesse em investimentos do gênero - senão os mantendo com destinação rural à beira da centralidade - e agravando a escassez de imóveis do tipo para a população urbana da Barra Clara, de forma a empurrá-la para a crescente ocupação de encostas e áreas afastadas sem a infraestrutura já instalada em sua centralidade (a exemplo do passeio já construído desde esta até a altura do posto de combustíveis). Ou mesmo pressão a demolição de antigas casas da centralidade, com prejuízo histórico -paisagístico, para dar lugar a mais modernas. A sugestão seria de que, senão em toda a área prevista como ZOC para a Macrozona Urbana de Barra Clara, ao menos nas faixas de trinta metros para cada lado da estrada - e até o núcleo onde se adensam residências no ponto das coordenadas -27.531271, -49.133224, houvesse a previsão de que se a considerasse Zona Residencial Mista. Sem mais e grato por sua atenção, encerro-me, ficando à disposição para futuros diálogos.</p>	Encontram-s e veiculadas no item anterior.

a consulta pública: contribuições

Ocupação próximo do posto combustível



a consulta pública: contribuições



SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO

a consulta pública: contribuições

proposta VP

ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	15	70	2	0,2	0,5	8	5	3	1.000	30

sugestão de alteração

ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZOC)												
Parâmetros de Uso			Parâmetros de Ocupação									
Permitidos	Tolerados	Permissivos	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeab. (%)	Gabarito (pvto.)	CA Básico	CA Máximo	Recuo frontal		Recuo lateral/fundos	Lote mínimo (m²)	Testada mínima (m)
								Via estrutural	Via Local			
Habitação unifamiliar Habitação multifamiliar geminada, Comércio tipo 1 (pp e p) Serviço tipo 1 (pp e p) Institucional (pp e p) Indústria tipo 1 (pp)		Comércio tipo 1 (m) Serviço tipo 1 (m) Serviço tipo 2 Institucional (m)	30	60	2	0,6	0,6	8	5	3	450	15

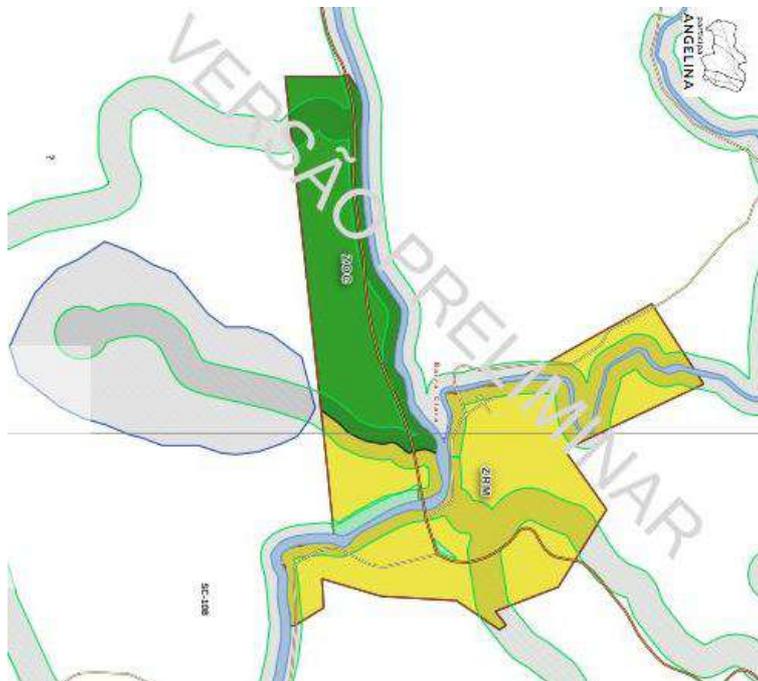
a consulta pública: contribuições

Demarcação de SAVU e AEIA



SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO COM ALTERAÇÕES



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Resumo	
FO44.BC01	Alteração da delimitação da ZOC próximo do Posto de Combustível,	Alteração das margens da estrada, de ZOC para ZRM. Limite entre ZRM e ZOC estabelecido pelas áreas de alta suscetibilidade à movimento de massa.
FO44.BC01	Falta de coincidência entre SAVU e área de proteção	Ajuste na delimitação da SAVU para coincidir com faixa marginal de proteção hídrica (APP de curso d'água)
FO44.BC01	Diminuição da área AEIA de Proteção de Manancial demarcado	Sugestão de manutenção, de acordo com plano diretor vigente. Diagnóstico anterior demonstrava ser manancial potencial de abastecimento da comunidade. O Zoneamento como AEIA não inviabilizar usos agrícolas e pastoris.
FO45.BC02	Alteração da delimitação da ZOC próximo do Posto de Combustível,	Alteração das margens da estrada, de ZOC para ZRM. Limite entre ZRM e ZOC estabelecido pelas áreas de alta suscetibilidade à movimento de massa.
FO45.BC02	Alteração dos parâmetros da ZOC, tornando-os menos restritivos	Parâmetros foram alterados, com aumento da TO; CA Básico e Máximo; diminuição do lote mínimo para 450m ² e testada mínima para 15m.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO COM ALTERAÇÕES

Votação do CDTA



Contribuições da Consulta Pública: deliberações

Garcia

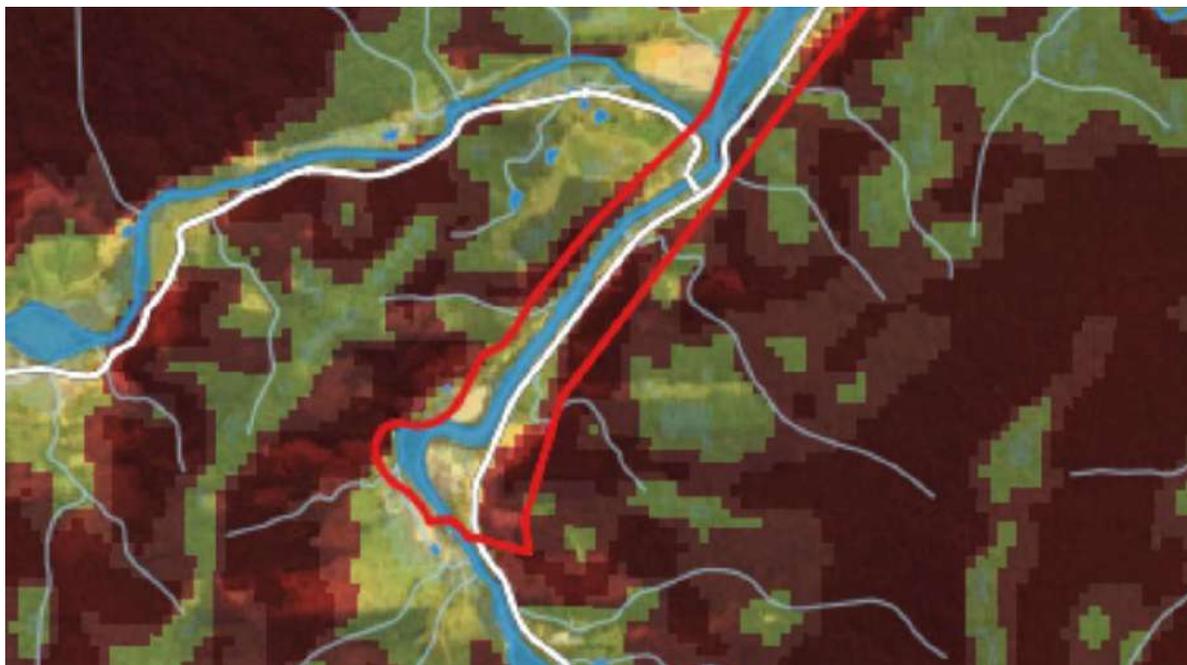


a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO40.G01	Alteração	Anexo 08	SIM	Revisar os limites do perímetro urbano do Garcia, pois ocorreu a retração de área existente em trecho com via pavimentada, devendo-se manter o atual perímetro e incluir as áreas previstas de expansão.	Comparando o perímetro urbano do Plano Diretor vigente de 2008 com o perímetro previsto no Anexo 08 - Mapa Zoneamento Perímetro Urbano Garcia, percebe-se a retração do perímetro urbano junto ao início do calçamento. Dessa forma, deve-se fazer uma avaliação comparativa entre o mapa vigente e o proposto, e, após essa análise, proceder com a manutenção da demarcação do atual perímetro contornando a SC-108, podendo-se reduzir apenas a profundidade desse perímetro urbano suprimido. Segue em anexo imagem do trecho urbano suprimido no novo mapa.

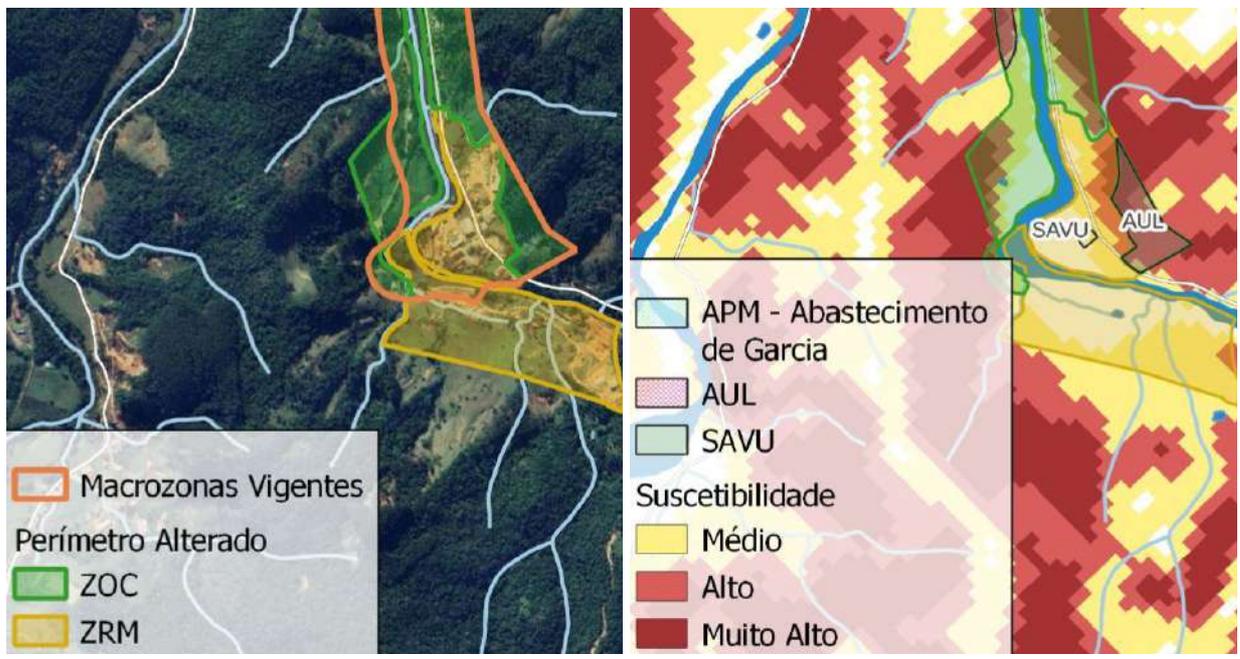


a consulta pública: contribuições

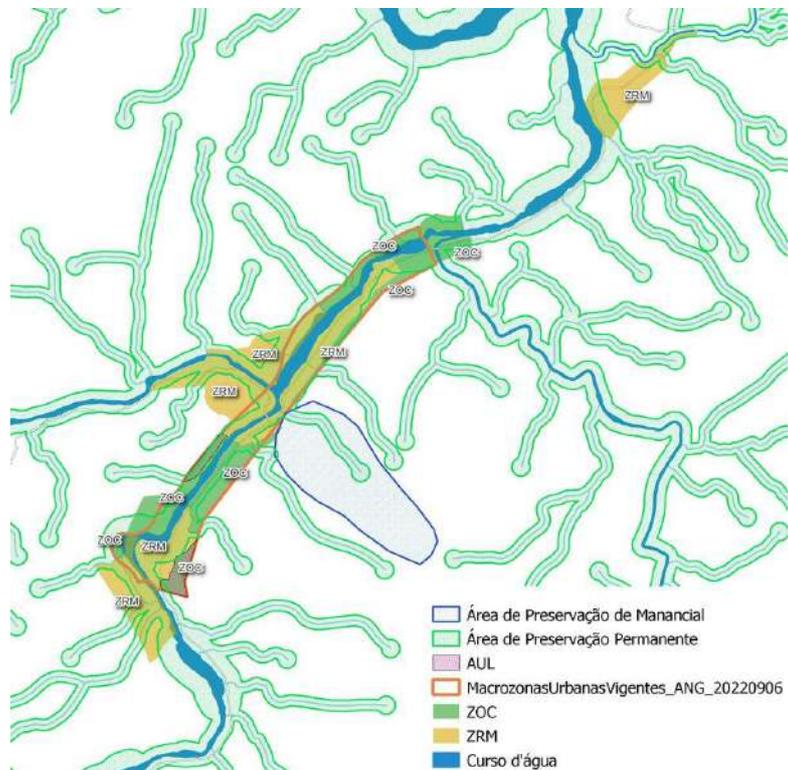




a consulta pública: contribuições



a consulta pública: contribuições



a consulta pública: contribuições

Código da contribuição	Caráter da contribuição	Referente a:	Com anexo?	Sugestão:	Justificativa
FO40.G01	Alteração	Anexo 08	SIM	Revisar os limites do perímetro urbano do Garcia, pois ocorreu a retração de área existente em trecho com via pavimentada, devendo-se manter o atual perímetro e incluir as áreas previstas de expansão.	Comparando o perímetro urbano do Plano Diretor vigente de 2008 com o perímetro previsto no Anexo 08 - Mapa Zoneamento Perímetro Urbano Garcia, percebe-se a retração do perímetro urbano junto ao início do calçamento. Dessa forma, deve-se fazer uma avaliação comparativa entre o mapa vigente e o proposto, e, após essa análise, proceder com a manutenção da demarcação do atual perímetro contornando a SC-108, podendo-se reduzir apenas a profundidade desse perímetro urbano suprimido. Segue em anexo imagem do trecho urbano suprimido no novo mapa.
Código da contribuição	Encaminhamento técnico:				
FO40.G01	Retornar à delimitação do perímetro urbano no recorte apresentado, delimitando área como ZOC e AUL (vetando parcelamento do solo)				

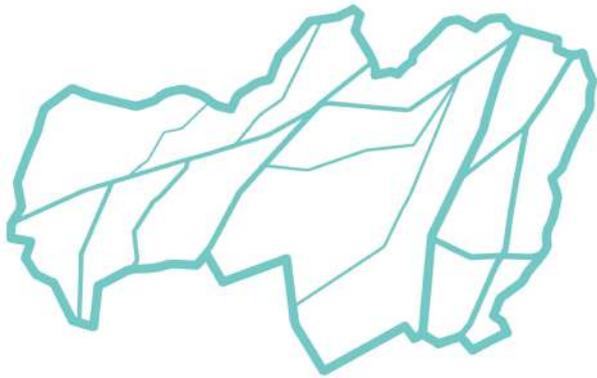
SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

ADMISSÃO



Votação do CDTA





OBRIGADO!!!

acompanhe o processo

participaangelina.ufsc.br

contato e-mail



participaangelina@gmail.com

redes sociais



@participaangelina



@participaangelina



@pdp_angelina



Plano Diretor Participativo de Angelina - SC

ANEXO 02 - TABELA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO DO SOLO

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo na Macrozona Urbana Sede

Zona/Área Especial	Uso	Número máximo de pavimentos ¹	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)
			Mínimo	Básico	Máximo	
Zona Urbana Central	Residencial	4	0.2	1.0	2.0	50
	Não residencial	3	0.2	1.0	1.5	50
	Misto	4	0.2	1.2	2.4	60
Zona de Ocupação Imediata	Residencial	3	0.2	1.0	1.5	50
	Não residencial	2	0.2	1.0	1.0	50
	Misto	3	0.2	1.0	1.8	60
Zona de Ocupação Controlada	Residencial	3	0.2	1.0	1.0	50
	Não residencial	2	0.2	1.0	1.0	50
	Misto	3	0.2	1.0	1.0	50
Área de Uso Limitado	Residencial	2	0.2	0.2	0.2	10
	Não residencial	2	0.2	0.2	0.2	10
	Misto	2	0.2	0.2	0.2	10
Área Especial de Interesse Social	Residencial	2	0.2	1.0	1.0	50
	Misto	2	0.2	1.0	1.2	60

ANEXO 2 – TABELA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo na Macrozona Urbana Sede

Zonas / Áreas Especiais	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Afastamento mínimo (m) ¹			Lateral / Fundos	Tamanho mínimo lote (m²)	Tamanho máximo lote (m²)	Testada mínima (m)
		Frontal						
		Via Estrutural ²	Via Coletora ²	Via Local ³				
Zona Urbana Central	15	Faixa de domínio +15,00m -	7,00	5,00	1,5	360,00	1080	12,00
Zona de Ocupação Imediata	15	Faixa de domínio +15,00m	7,00	5,00	1,5	360,00	1080	12,00
Zona de Ocupação Controlada	20	Faixa de domínio +15,00m	7,00	5,00	1,5	360,00	1080	12,00
Área de Uso Limitado	90	-	7,00	5,00	2,5	Proibido parcelamento	Proibido parcelamento	Proibido parcelamento
Área Especial de Interesse Social	15	-	6,00	5,00	1,5	180,00	225,00	10,00

ANEXO 2 – TABELA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo na Macrozona Urbana Garcia

Zona/Área Especial	Uso	Número máximo de pavimentos ¹	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)
			Mínimo	Básico	Máximo	
Zona de Ocupação Controlada	Residencial	3	0,2	1,0	1,5	50
	Não residencial	2	0,2	1,0	1,0	50
	Misto	3	0,2	1,2	1,8	60
Área de Uso Limitado	Residencial	2	0,2	0,2	0,2	10
	Não residencial	2	0,2	0,2	0,2	10
	Misto	2	0,2	0,2	0,2	10

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo na Macrozona Urbana Garcia

Zonas / Áreas Especiais	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Afastamento mínimo (m) ²			Lateral / Fundos	Tamanho mínimo lote (m²)	Tamanho máximo lote (m²)	Testada mínima (m)
		Frontal						
		Via Estrutural ³	Via Coletora ⁴	Via Local ⁴				
Zona de Ocupação Controlada	20	Faixa de domínio +15,00m	7,00	5,00	1,50	450,00	1500	12
Área de Uso Limitado	15	Faixa de domínio +15,00m	7,00	5,00	1,50	Proibido parcelamento	Proibido parcelamento	Proibido parcelamento